



UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
LINHA DE PESQUISA: POLÍTICAS EDUCACIONAIS – LIPED

VANESSA PEREIRA AMORIM DE SOUSA

**HISTÓRIA E PROPOSIÇÕES POLÍTICAS E EDUCACIONAIS DO SINDICATO
DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA REDE MUNICIPAL DE SÃO LUÍS,
MARANHÃO [SINDEDUCAÇÃO] – (1972-1992)**

São Paulo – SP

2023

VANESSA PEREIRA AMORIM DE SOUSA

**HISTÓRIA E PROPOSIÇÕES POLÍTICAS E EDUCACIONAIS DO SINDICATO
DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA REDE MUNICIPAL DE SÃO LUÍS,
MARANHÃO [SINDEDUCAÇÃO] – (1972-1992)**

Tese apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Nove de Julho (Uninove), como exigência parcial para a obtenção do Grau de Doutora em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Bauer de Souza.

São Paulo – SP

2023

Sousa, Vanessa Pereira Amorim de.

História e proposições políticas e educacionais do sindicato dos profissionais do magistério da rede municipal de São Luís – MA [SINDEDUCAÇÃO] - (1972 - 1992). / Vanessa Pereira Amorim de Sousa. 2023.

343 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2023.

Orientador (a): Prof. Dr. Carlos Bauer de Souza.

Revisor (a): José Eduardo de Oliveira Santos.

1. Associativismo e sindicalismo docente. 2. Educação básica. 3. História da educação. 4. APEMM. 5. SINDEDUCAÇÃO.

I. Souza, Carlos Bauer de. II. Santos, José Eduardo de Oliveira.

III. Título.

CDU 37

VANESSA PEREIRA AMORIM DE SOUSA

**HISTÓRIA E PROPOSIÇÕES POLÍTICAS E EDUCACIONAIS DO SINDICATO
DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA REDE MUNICIPAL DE SÃO LUÍS –
MA [SINDEDUCAÇÃO] – (1972-1992)**

São Paulo, 31 de março de 2023.



Presidente: Prof. Dr. Carlos Bauer de Souza – Universidade Nove de Julho
UNINOVE/SP – Orientador



Membro Externo Professora Doutora Albiane Oliveira Gomes
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA – Titular



Professora Doutora Patrícia Aparecida Bioto Cavalcanti
Universidade Nove de Julho – UNINOVE/SP – Titular



Professor Doutor Celso Carvalho
Universidade Nove de Julho – UNINOVE/SP – Titular



Membro Externo Professor Doutor Amarilio Ferreira Júnior
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – Titular



Membro Externo Professor Doutor José Rubens Lima Jardimino
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP – Suplente

Professora Doutora Adriana Ap. de Lima Terçariol
Universidade Nove de Julho – UNINOVE/SP – Suplente

*Aos professores que corajosamente
lutaram e àqueles que permanecem
resistindo e defendendo as
reivindicações corporativas dos
professores, sobretudo, lutando em
defesa da educação pública, gratuita,
laica e de qualidade socialmente
referenciada como um direito
inalienável do exercício da cidadania
brasileira.*

AGRADECIMENTOS

Ao estimado professor e orientador Carlos Bauer, por quem tenho profunda gratidão e admiração, sobretudo pelo modo característico - racional e ao mesmo tempo fraternal - que permeou nossa relação na consecução da atividade de pesquisa. Obrigada pelo trabalho compartilhado, pelo respeito, pela paciência, pela confiança depositada e por sua prática coerente com as suas escolhas teóricas. Preparava-me para dizer que jamais poderei retribuir seu apoio, mas talvez seja possível, sim, na medida em que trazer para minha práxis o mesmo espírito solidário e preocupado com a construção do sentido e da prática do trabalho coletivo direcionado a todos nós do GRUPHIS. Eis a minha tarefa histórica!

Ao meu pai Laercio Cavalcante Amorim (*in memoriam*), por todo seu esforço em vida para que tivéssemos acesso à educação. Saudade eterna, papai!

A minha mãe Joana Amorim, por compreender minhas ausências e por suas horas a fio dedicadas a mim, por meio de suas orações e preces, a fim de que chegássemos nesse momento da minha trajetória acadêmica.

Amo vocês infinitamente!

Ao meu companheiro, marido e amigo Irineu Rodrigues de Sousa Neto, por me incentivar diuturnamente e acreditar na minha capacidade para realizar em tão pouco tempo o trabalho produzido. Obrigada pela compreensão nos meus muitos momentos de ausência. Pela preocupação com a minha integridade física e mental... Amo-te para além do sempre!

Ao meu irmão Anderson, a minha cunhada Patrícia e a meu sobrinho Victor Amorim, que chegou para alegrar nossa família, amo vocês. Obrigada por todas as vezes que facilitaram a logística entre o aeroporto e a universidade, desde os tempos do mestrado.

A minha irmã e amiga Idalete Rodrigues, minha primeira aluna, aquela que sempre demonstra aberta e genuinamente sua admiração por mim, saiba que a recíproca é verdadeira.

Ao meu cunhado Maiko Suell, minha sobrinha Marisol e meu afilhado Eike Suell – me perdoa por ter sido uma *dinda* tão ausente desde seu nascimento em 2021. Agora vamos compensar com muitas aventuras!

Aos meus avós maternos, Raimundo Nonato Pereira (*in memoriam*) e Joana Brito Pereira (*in memoriam*), que iniciaram a vida no ofício de pescadores nos campos verdes da cidade de Pinheiro (MA) e que, com todas as dificuldades e agruras da classe trabalhadora, viabilizaram meios para que chegássemos à universidade. Jamais me esquecerei daquele dia em que o *senhor* Raimundo, todo orgulhoso, me apresentou o seu diploma de conclusão da quarta

série. Foi o grau máximo a que teve oportunidade de chegar. Naquele momento parecia-me abençoar e dizer:

– “Você vai mais longe, tenho certeza! Aqui foi o máximo que consegui chegar, mas você chegará mais longe, minha filha...”.

Olhar para minha trajetória e não enxergar vocês é impossível. Minha eterna gratidão, vovó e vovô! Vocês permanecem vivos em mim...

Aos amigos do Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social (GRUPHIS), o período pandêmico inviabilizou o convívio presencial, senti muita falta de vocês, mas mesmo nas interações remotas aprendi muito e não poderia deixar de agradecer e destacar a importância desse grupo para minha formação. Meu muito obrigado!

Também agradeço aos colegas do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” – GT Maranhão (HISTEDBR-MA), na pessoa fraterna da professora Maria de Fátima Félix Rosar, Thaís Andrea Carvalho de Figueiredo Lopes, pela disposição para ler nossos textos e dar sua valiosa contribuição crítica; Georgyanna Andrea Silva Morais, pela solidariedade e pelo aporte teórico-metodológico desenvolvido no grupo de estudos sobre a Pedagogia Histórico-Crítica; e a Malila da Graça Roxo Abreu, pelos inúmeros conselhos, amizade e parceria.

Aos professores da Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais, em especial ao professor Celso Carvalho pela preocupação nítida de nos instrumentalizar para compreender a realidade além das aparências. Minha eterna gratidão!

À secretaria do PPGE, na figura de Cristiane de Marco e Jennifer Lopes, muito obrigada pela disponibilidade em atender prontamente aos nossos pedidos.

À diretoria do SINDEDUCAÇÃO pelo cuidado e preocupação com a pesquisa realizada, em especial à camarada Adriana Costa – Secretária de Mobilização Sindical, por sua atenção e solidariedade no desafio de encontrar professores com disposição para as entrevistas. Gratidão!

Aos professores Leonel Torres, José de Arimatéa Salvador Machado, David Moisés, José Carlos Bastos Silva, Maria Lindalva Batista e Maria Bernadete dos Santos pelas inúmeras vezes que recorri a vocês e que prontamente responderam minhas indagações.

À banca examinadora constituída pelos professores Celso Carvalho, Amarílio Ferreira Jr., Albiane Oliveira Gomes, Patrícia Aparecida Bioto Cavalcanti, Adriana Ap. de Lima Terçariol e José Rubens Lima Jardimino pelas críticas e sugestões direcionadas à pesquisa.

À prefeitura de São Luís e ao governo do estado do Maranhão, pelo cumprimento do Estatuto do Magistério, concedendo-me o direito de afastamento para o doutorado.

Aos meus colegas de trabalho do Centro de Ensino de Apoio à Pessoa com Surdez – Professora Maria da Glória Costa Arcangeli, em especial à Ione Costa, Danielson Silva, Irene Cabral e Vanessa Lúcio, referências na atuação profissional dessa importante instituição no processo de democratização do acesso à educação de surdos no Maranhão.

Aos colegas da Secretaria Municipal de Educação de São Luís, em especial ao Núcleo de Currículo na pessoa solidária de Josemar Nogueira, Edvaldo Rodrigues e Fabiane Sousa, amigos de primeira hora, sempre me socorrendo nos momentos de dúvidas.

Aos camaradas do Movimento de Oposição Sindical por uma Alternativa Independente, Classista e Orgânica (Coletivo MOSAICO), que se forjou no campo político de oposição sindical na educação pública do Maranhão, a fim de cumprir a tarefa de fomentar a formação política da categoria nas redes municipais e estadual e participar dos movimentos de luta desses trabalhadores em defesa da carreira, salário e condições de trabalho, visando uma educação pública de qualidade para os filhos da classe trabalhadora.

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela outorga da bolsa do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP).

À Universidade Nove de Julho (UNINOVE), pela concessão de bolsa integral para cursar o doutorado acadêmico em Educação.

Aos meus familiares e amigos, que me estimularam com suas manifestações de apoio e incentivo.

Ao Criador que se expressa materialmente na estética e na beleza da natureza!

RESUMO

A pesquisa teve por objetivo analisar a história e as proposições de políticas educacionais do Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís [SINDEDUCAÇÃO], entre os anos de 1972 e 1992, nos marcos de uma periodização histórica que abarcou três momentos distintos, mas amalgamados e intercalados, a saber: a vigência da ditadura civil-militar, a transição democrática e a vigência da democracia no Brasil. Do ponto de vista de sua fundamentação teórica e metodológica, a escolha de algumas premissas que se constituíram no bojo da produção marxista e marxiana se mostrou ser mais adequada no desenvolvimento do presente estudo, visto que são autores que possibilitam interpretar criticamente alguns aspectos da história do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação e das políticas educacionais contemporâneas. Trata-se de um estudo de caráter qualitativo, apoiado em ampla revisão bibliográfica e em fontes primárias diversificadas, como é o caso de entrevistas semiestruturadas, depoimentos dos docentes que atuaram no movimento sindical e lecionavam em escolas públicas, ampliadas com a localização e a análise de fotografias, jornais, panfletos, teses congressuais e demais documentos que puderam colaborar com o construto geral do presente estudo, que se preocupou com a preservação da memória sindical docente da história da educação brasileira. Isso porque é significativo procurar compreender a realidade social levando em conta suas contradições e antagonismos, seus momentos de continuidade e suas perspectivas de rupturas, valorizando a dimensão de movimento e totalidade que se encontra na própria essência da vida social. A trajetória do SINDEDUCAÇÃO representa um momento importante da história da educação do país, dado que suas experiências e ações exigiram a necessidade de forjar e consolidar mecanismos de diálogo entre aqueles que almejavam alcançar garantias para o exercício da profissão docente. Apesar das ofensivas do sistema capitalista ao movimento sindical e das táticas de fragmentação dos sindicatos para atenuar sua força, eles permanecem imperiosos na defesa do estabelecimento de condições dignas de vida e de trabalho, assumindo responsabilidades na afirmação da liberdade e da democracia e, no caso do sindicalismo docente, não apenas procurando defender as reivindicações corporativas dos professores, mas, sobretudo, lutando em defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada como um inalienável direito do exercício da cidadania brasileira.

Palavras-chave: Associativismo e Sindicalismo Docente. Educação Básica. História da Educação. APEMM. SINDEDUCAÇÃO.

ABSTRACT

The objective of the research was to analyze the history and educational policy propositions of the Union of teaching professionals in the municipal network of São Luís [SINDEDUCAÇÃO], between the years 1972 and 1992, within the framework of a historical periodization that encompassed three distinct moments, but amalgamated and interspersed, namely: the duration of the civil-military dictatorship, the democratic transition and the duration of democracy in Brazil. From the point of view of its theoretical and methodological foundation, the choice of some assumptions that constituted the core of Marxist and Marxian production proved to be more adequate in the development of the present study, since they are authors that make it possible to critically interpret some aspects of the history of the associativism and unionism of workers in education and contemporary educational policies. The qualitative study, based on a wide bibliographical review, on diverse primary sources, such as semi-structured interviews, testimonials from teachers who worked in the union movement and taught in public schools, expanded with the location and analysis of photographs, newspapers, pamphlets, congressional theses and other documents that could collaborate with the general construct of the present study proposal concerned with the preservation of the teaching union memory in the field of the history of Brazilian education. This is because it seems to be significant to try to understand the social reality taking into account its contradictions and antagonisms, its moments of continuities and perspectives of ruptures, valuing the dimension of movement and totality that is found in the very essence of social life. The trajectory of SINDEDUCAÇÃO represents an important moment in the history of education, its experiences and actions required the need to forge and consolidate mechanisms for dialogue between those who aimed to achieve guarantees for the exercise of the teaching profession. Despite the offensives of the capitalist system to the union movement and the fragmentation tactics of the unions to attenuate its strength, they remain imperious in the defense of the establishment of dignified conditions of life and work, assuming responsibilities in the affirmation of freedom and democracy and, in the case of teacher unionism, not only seeking to defend the corporate claims of teachers, but, above all, fighting in defense of public education, free of charge, secular and of socially referenced quality as an inalienable right to exercise Brazilian citizenship.

Key words: Associativism and Teacher Unionism. Basic Education. History of Education. APEMM. SINDEDUCAÇÃO.

RESUMEN

El objetivo de la investigación fue analizar la historia y las propuestas de política educativa del Sindicato de profesionales de la enseñanza en la red municipal de São Luís [SINDEDUCAÇÃO], entre los años 1972 y 1992, en el marco de una periodización histórica que abarcó tres momentos distintos, pero amalgamados e intercalados, a saber: la duración de la dictadura cívico-militar, la transición democrática y la duración de la democracia en Brasil. Desde el punto de vista de su fundamentación teórica y metodológica, la elección de algunas premisas que constituyeron el núcleo de la producción marxista y marxista se mostró más adecuada en el desarrollo del presente estudio, ya que son autores que permiten interpretar críticamente algunos aspectos de la historia del asociativismo y sindicalismo de los trabajadores de la educación y las políticas educativas contemporáneas. El estudio cualitativo, basado en una amplia revisión bibliográfica, en fuentes primarias diversificadas, como entrevistas semiestructuradas, testimonios de docentes que trabajaron en el movimiento sindical y dieron clases en escuelas públicas, se amplió con la localización y análisis de fotografías, periódicos, folletos, tesis de congresos y otros documentos que puedan colaborar con el constructo general de la presente propuesta de estudio concerniente a la preservación de la memoria sindical docente en el campo de la historia de la educación brasileña. Esto porque parece significativo tratar de comprender la realidad social teniendo en cuenta sus contradicciones y antagonismos, sus momentos de continuidades y perspectivas de rupturas, valorando la dimensión de movimiento y totalidad que se encuentra en la esencia misma de la vida social. La trayectoria de SINDEDUCAÇÃO representa un momento importante en la historia de la educación, sus experiencias y acciones exigieron la necesidad de forjar y consolidar mecanismos de diálogo entre quienes tenían como objetivo lograr garantías para el ejercicio de la profesión docente. A pesar de las ofensivas del sistema capitalista al movimiento sindical y las tácticas de fragmentación de los sindicatos para atenuar su fuerza, éstos se mantienen imperiosos en la defensa del establecimiento de condiciones dignas de vida y trabajo, asumiendo responsabilidades en la afirmación de la libertad y la democracia. y, en el caso del sindicalismo docente, no sólo buscando defender las reivindicaciones corporativas de los docentes, sino, sobre todo, luchando en defensa de la educación pública, gratuita, laica y de calidad socialmente referenciada como derecho inalienable al ejercicio de la ciudadanía brasileña.

Palabras clave: Asociativismo y Sindicalismo Docente. Educación Básica. Historia de la Educación. APEMM. SINDEDUCACIÓN.

Mas por que queremos conhecer a história? Por que queremos estudar o passado, isto é, as coisas realizadas pelas gerações anteriores? Considerando que é pela história que nós nos formamos como homens; que é por ela que nós nos conhecemos e ascendemos à plena consciência do que somos; que pelo estudo do que fomos no passado descobrimos, ao mesmo tempo, o que somos no presente e o que podemos vir a ser no futuro, o conhecimento histórico emerge como uma necessidade vital de todo ser humano. Tendo em vista que a realidade humana de cada indivíduo se constrói na relação com os outros e se desenvolve no tempo, a memória se configura como uma faculdade específica e essencialmente humana e atinge sua máxima expressão quando se manifesta como memória histórica.

Dermeval Saviani

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

ADUSP – Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo

AI – Ato Institucional

ALN – Ação Libertadora Nacional

ANDES – Sindicato Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

APEM – Associação dos Professores do Ensino Municipal

APEMM – Associação de Professores do Ensino Médio do Município de São Luís

APEMA – Associação de Professores do Estado do Maranhão

APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

APPI – Associação dos Professores Profissionais de Imperatriz

APRUMA – Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão

APEEM – Associação dos Professores e Especialistas em Educação do Ensino Municipal de São Luís

APMEP – Associação dos Profissionais do Magistério do Ensino Público do Município de São Luís

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ASP – Associação de Saúde da Periferia do Maranhão

ASSUMA – Associação dos Servidores da Universidade Federal do Maranhão

ASTE – Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação

ATAM – Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

BRL – Real brasileiro

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia

CEA – Confederação dos Educadores Americanos

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEE – Conselho Estadual de Educação

CEMA – Centro Educacional do Maranhão

CEPP – Centro de Estudos Político-Pedagógicos

CF – Constituição Federal

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CME – Conselho Municipal de Educação

CIPPEB – Congresso Internacional de Práticas Pedagógicas da Educação Básica

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNTE – Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação

COAPEM – Comissão de Aplicação do Estatuto do Magistério

CODI – Centro de Operações de Defesa Interna

COEDUC – Cooperativa Educacional, Cultural, Esportiva e de Lazer

CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino

CPB – Confederação de Professores do Brasil

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CPLP-SE – Confederação Sindical de Educação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CSP CONLUTAS - Central Sindical Popular Conlutas

CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DOI – Destacamento de Operações e Informações

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

EUA – Estados Unidos da América

FAPEMA – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão

FASUBRA – Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

FESM – Federação das Escolas Superiores do Maranhão

FETIEMA – Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Maranhão

FISE – Federação Internacional de Sindicatos de Educadores

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

GRUPHIS – Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social

HISTEDBR – Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IE – Internacional da Educação

JUC – Juventude Universitária Católica

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LIPED – Linha de Políticas Educacionais

LSN – Lei de Segurança Nacional

MA – Maranhão

MCP – Movimento da Cultura Popular

MEB – Movimentos de Educação de Base

MPB – Música Popular Brasileira

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEC – Ministério de Educação e Cultura

MOPE – Movimento de Oposição dos Profissionais de Educação Pública de São Luís

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MOSEP – Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Maranhão

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

ONU – Organização das Nações Unidas

OSPB – Organização Social e Política Brasileira

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCCV – Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Magistério do Sistema de Ensino Público da Prefeitura de São Luís

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PDS – Partido Democrático Social

PFL – Partido da Frente Liberal

PL – Projeto de Lei

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNB – Produto Nacional Bruto

PNE – Plano Nacional de Educação

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

PT – Partido dos Trabalhadores

PREMEN – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino

PROSUP – Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RJ – Rio de Janeiro

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SEDUC – Secretaria de Estado da Educação do Maranhão

SEEC – Sistema Estatístico da Educação, Cultura e Desporto

SEMAD – Secretaria Municipal de Administração de São Luís

SEMED – Secretaria Municipal de Educação de São Luís

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SESC – Serviço Social do Comércio

SINASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica

SINDEDUCAÇÃO – Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís

SINDSEP – Sindicato dos Servidores Públicos Federais

SINPROESEMMA – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Maranhão

SINTERP – Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Rede Particular do Maranhão

SINTRAP – Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais de Caxias

SNI – Serviço Nacional de Informação

SP – São Paulo

SUDEMA – Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

TVE – Televisão Educativa

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UGT – União Geral dos Trabalhadores

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNINOVE – Universidade Nove de Julho

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID – Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 O CONTEXTO HISTÓRICO EDUCACIONAL BRASILEIRO E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES NOS PERÍODOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR, TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS	35
2.1 O contexto histórico brasileiro nos anos de ditadura civil-militar e a redemocratização do país	35
2.2 Aspectos históricos educacionais do período da ditadura civil-militar (1964-1985)	38
2.3 O impacto da Lei n.º 5.692/1971 na história da educação no período da ditadura civil-militar	47
2.4 O período de transição democrática, momentos iniciais e importantes na consolidação da democracia brasileira	51
3 AS CONDIÇÕES PARA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS	54
3.1 Alguns indicativos da política educacional maranhense e o seu impacto na educação ludovicense	55
3.2 Os mecanismos para aplicação da política educacional utilitarista no Maranhão	66
4 O MOVIMENTO ASSOCIATIVISTA E SINDICAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA NO MARANHÃO	72
4.1 SINTERP-MA	73
4.2 SINPROESEMMA	76
4.3 O SINTRAP – CAXIAS (MA)	79
5 APEMM – DAS ORIGENS ÀS LUTAS EMPREENDIDAS NOS PERÍODOS DE DITADURA MILITAR, TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E NOS PRIMEIROS ANOS APÓS A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	84
5.1 Os primeiros passos da Associação de Professores do Ensino Médio Municipal de São Luís (APEMM) no contexto da ditadura civil-militar no Maranhão	85

5.2	O Primeiro Estatuto da Associação dos Professores do Ensino Médio Municipal de São Luís (APEMM)	92
5.3	Os reflexos da crise econômica nas lutas empreendidas pelos professores no Maranhão	99
5.4	A luta dos professores horistas da rede pública municipal de São Luís na gestão de Mauro Fecury (1983-1986)	113
5.5	A movimentação política para a aprovação do primeiro Estatuto do Magistério de São Luís - MA (1985)	118
5.6	Criação da Comissão de Aplicação do Estatuto do Magistério (COAPEM)	124
5.7	A repercussão social das greves de professores na rede pública municipal de São Luís no período de redemocratização e primeiros anos da promulgação da Constituição Federal	126
5.7.1	<i>As manifestações contra as demissões de 14.500 trabalhadores da rede pública municipal de São Luís.....</i>	<i>129</i>
5.7.2	<i>A greve de professores da rede pública municipal de São Luís em 1986 e as lutas empreendidas pela APEMM para implantação do primeiro Estatuto do Magistério</i>	<i>141</i>
5.7.3	<i>O processo de redemocratização do país e a greve de professores da rede municipal de São Luís em 1987.....</i>	<i>151</i>
5.7.3.1	<i>A implantação do Estatuto do Magistério da Rede Pública Municipal de São Luís</i>	<i>154</i>
5.7.3.2	<i>A implantação do Conselho Municipal de Educação de São Luís (CME-SL)</i>	<i>155</i>
5.7.3.3	<i>A greve de 1987.....</i>	<i>156</i>
5.7.3.4	<i>A greve de 1989 e os entraves internos da organização política da categoria de professores ludovicenses.....</i>	<i>166</i>
5.8	Os primeiros anos de democratização e o primeiro concurso público para professores da rede pública municipal de São Luís	175
5.9	As mudanças operacionalizadas na década de 1990 na APEMM/APEEM	179
5.10	As lutas empreendidas pelos professores bolsistas na década de 1990 e o aprofundamento da precarização do trabalho docente na rede pública municipal de São Luís	182

6. CONCLUSÃO.....	189
REFERÊNCIAS.....	196
APÊNDICE A – ENTREVISTA COM JOSÉ CARLOS BASTOS SILVA	I
APÊNDICE B – ENTREVISTA COM MARIA BERNADETE DOS SANTOS.....	XX
APÊNDICE C – ENTREVISTA COM JOSÉ DE ARIMATÉA SALVADOR MACHADO	XXXIX
APÊNDICE D – ENTREVISTA COM LEONEL TORRES.....	LVI
APÊNDICE E - ENTREVISTA COM MARIA LINDALVA BATISTA.....	LXXVI
ANEXO I – ATA DE FUNDAÇÃO APEMM.....	XC
ANEXO II – CARTA SINDICAL	XCII
ANEXO III – LEI 2.728/85 - PRIMEIRO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO DE 1985	XCIII
ANEXO IV - Informativo APEEM 2003	CIII
ANEXO V- Periódicos impressos	CIV

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre o associativismo e o sindicalismo dos professores exige atenção para a historicidade educacional, nas formas em que se estabelece na concretude das relações sociais que configuram e problematizam a sua organização, seus movimentos, seu relacionamento com as instituições do Estado e suas afinidades com as demais entidades que representam o mundo do trabalho. O trabalho, com as categorias analíticas totalidade, contradição, mediação, reprodução, classe social e experiência, coopera para a construção de sínteses intimamente ligadas entre si que permitem dar significado às relações e correlações de forças sociais que imprimem seus registros na história, oferecendo rica e diversificada empiria.

Essa perspectiva oferece instrumentos importantes para a interpretação da educação no Brasil, no passado e no presente, pondo relevo no papel histórico da educação em seus processos de produção e reprodução, e no debate das relações sociais de produção, assim como no seu caráter dialético de transformação da sociedade.

O recorte temporal escolhido para abarcar o presente estudo percorre os anos que se contam desde o momento da gênese da Associação de Professores do Ensino Médio Municipal de São Luís (APEMM), em 1972, até meados de 1992, quando ocorreu o primeiro concurso público da rede. Isso porque a compreensão dos seus aspectos processuais na atualidade depende desse retorno aos tempos idos da história educacional ludovicense, contextualizando e analisando como os docentes da rede pública municipal de São Luís conseguiram se organizar fundando uma entidade que tivesse legitimidade política para representar a categoria que atuava nos quadros da educação pública da capital maranhense.

A investigação sobre a gênese das manifestações associativistas dos professores que atuam na educação pública em São Luís abarca um período em que os trabalhadores do serviço público não tinham o direito de se organizar por meio de sindicatos. Essa ousadia ganhou legitimidade, do ponto de vista da classe trabalhadora, desde os primórdios do século XX, mas para o Estado burguês esse reconhecimento só ocorreu com a promulgação da Constituição Federal do Brasil em 1988.

Nessa construção, faz-se importante remontar dialeticamente os processos políticos, sociais e educacionais do período ditatorial, bem como nos momentos de redemocratização do país e, posteriormente, num período dado como democrático, resgatando a memória dos trabalhadores em educação envolvidos nesse percurso histórico. A empreitada de uma pesquisa como esta supõe uma ampla incursão sobre o que foi produzido acerca do tema que nos interessa

estudar, localizando suas principais e basilares referências no campo acadêmico que propiciaram o aprofundamento dos estudos que realizamos.

De fato, conforme apontam Evangelista e Shiroma (2019, p. 3), indagações precisam ser realizadas nesse processo de levantamento bibliográfico, observando como se constituiu o assunto para os autores em questão; os embates que foram gerados ou nasceram a partir dos seus respectivos trabalhos de pesquisa; as abordagens escolhidas e seus entraves e possibilidades; os conceitos que deram sustentação às argumentações; as categorias utilizadas; a compreensão das determinações, entre outros elementos que podem oportunizar interlocução com aqueles que já se aproximaram ou investigaram a mesma temática.

Contudo, acerca da gênese da organização do Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís (SINDEDUCAÇÃO) e seu percurso de lutas durante o período associativista até sua mudança para o caráter sindical, não encontramos trabalhos acadêmicos com os quais pudéssemos estabelecer a tarefa de interlocução tão necessária apontada pelas autoras supracitadas.

De um ponto de vista mais amplo, consideramos que esta pesquisa poderá contribuir para o desenvolvimento das diferentes áreas do campo das Ciências Humanas e Sociais, a partir do aprofundamento teórico e das motivações temáticas dos pesquisadores com os quais temos interagido ao longo do seu desenvolvimento. Esse é um aspecto relevante se ponderarmos que estamos vivendo numa época de marcadas contradições sociais que se materializam nas sociedades divididas por classes e com elevada exploração do trabalho, reverberando no campo educacional, especialmente nas distinções entre educação pública e privada, e culminando no intenso processo de precarização que atinge os trabalhadores em educação na contemporaneidade.

Ao realizar a classificação das temáticas estudadas no campo educacional, constata-se que as pesquisas sobre a história do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação não se encontram entre as temáticas eleitas com frequência pelos grupos de pesquisa inseridos nos programas de pós-graduação pelo país afora; ao contrário, são temas com pouquíssima incidência acadêmica e com um vasto caminho para ser trilhado. Essa realidade é apontada por Dal Rosso (2011, p. 13), quando afirma que:

Uma breve análise do estado dos estudos e pesquisas sobre organizações de luta do sindicalismo docente conduziu à conclusão de que eram perceptíveis lacunas enormes não só na pesquisa empírica, na teoria, no método e nos conceitos, como – e especialmente – na comunicação de resultados entre pesquisadores, seja de um país seja do exterior.

Mas, para que essas lacunas sejam superadas, muitos de nós precisamos nos dedicar às reflexões sobre o significado histórico do labor que produzimos e das condições materiais em que ele se realiza socialmente.

Essa “não centralidade” das pesquisas acerca da organização política dos trabalhadores em educação, mormente a dos docentes, pode ser o reflexo da visão predominante e estreita em que as ações das entidades de representação coletiva se limitam às questões corporativas e, por isso mesmo, não participam do debate travado no campo das políticas educacionais, assim como não têm a produção de conhecimento como uma de suas estratégias de atuação.

Contudo, é preciso lembrar e reconhecer que as ações e propostas sustentadas pelos movimentos de professores e funcionários estão fortemente ancoradas na apreciação crítica da realidade educacional. Os discursos, análises e diagnósticos realizados por essas entidades, por intermédio de seus dirigentes, são desconsiderados pelas autoridades e meios de comunicação, numa estratégia de deslegitimar as propostas dos professores para a educação. Ainda assim, no Brasil, a primeira proposta de Plano Nacional de Educação (PNE) apresentada no congresso após a redemocratização foi elaborada, nos idos da década de 1990, pelas entidades sindicais em colaboração com as entidades acadêmicas. Por aqueles dias, a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), hoje autodenominada Sindicato Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior, desempenhou um importante papel, não apenas na elaboração, mas igualmente em sua divulgação e na pressão sobre os parlamentares.

Dentre as pesquisas sobre sindicalismo docente realizadas nos programas de pós-graduação de diferentes áreas das ciências humanas e sociais, identificamos uma maior incidência dos estudos de entidades ligadas à educação básica.

Nesse aspecto, tanto pela relevância das questões abordadas, quanto pela escassa produção bibliográfica pertinente à constituição da história da educação maranhense, colocou-se na ordem do dia o compromisso com a realização dos estudos envolvendo a trajetória histórica do Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís (SINDEDUCAÇÃO). Suas origens estão vinculadas à existência da Associação de Professores do Ensino Médio do Município de São Luís (APEMM), o que oportunizou realizar um levantamento aprofundado de fontes diversas que contribuiu para remontar a historicidade de sua atuação, num marco temporal que percorre os anos de 1972 a 1992, quando ocorreu o primeiro concurso público da rede municipal nos anos iniciais de vigência democrática.

Com a perspectiva de estabelecer os nexos da conjuntura histórica da entidade analisada, notadamente, o movimento de organização política dos professores da rede pública municipal de São Luís, a pesquisa está dividida em seis (6) seções.

Acredita-se que, ampliando o conhecimento sobre as configurações que assume uma mesma problemática - neste caso, a história da organização política e sindical docente -, reunindo informações e localizando e articulando fontes documentais, torna-se possível construir novos conceitos para compreender e explicar a realidade social que a constitui.

Em linhas gerais, portanto, o estudo trouxe como finalidade mais ampla remontar a história e as proposições políticas educacionais do Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís [SINDEDUCAÇÃO] que se desdobraram entre os anos de 1972 e 1992, nos marcos de uma periodização que abarca três momentos distintos, mas amalgamados e intercalados da história social do país, a saber: a vigência da ditadura civil-militar, a transição democrática e a vigência da democracia no Brasil, com enfoque em três dimensões, assim escalonadas:

a) processos políticos voltados à democratização do Estado brasileiro e de suas instituições;

b) demandas relacionadas à defesa da educação pública, gratuita, de qualidade, de livre acesso e comprometida com a emancipação social dos trabalhadores e dos diversos segmentos sociais historicamente explorados e marginalizados, e a

c) organização e mobilização da categoria profissional na luta por melhores condições de trabalho, profissionalização e valorização do trabalho docente.

Grande parte da história social da educação no Brasil, no que tange à preservação documental e da memória do movimento sindical, encontra-se dispersa entre os militantes ou desapareceram por conta das perseguições impostas pelos regimes de exceção aos militantes dos movimentos sociais, da falta de condições materiais ou da ausência de dependências adequadas e profissionais preparadas para recebê-los, organizá-los e tombá-los, tarefas que recaem sobre os ombros dos dirigentes que, de forma espontânea, reconhecem a importância da preservação da cultura material e da memória histórica das entidades.

Não é por outra razão que temos apregoado que as pesquisas e os estudos acadêmicos podem incidir positivamente sobre a consciência histórica que essas organizações têm sobre si mesmas, estimulando que passem a preservar e valorizar sua memória e estabelecer o intercâmbio de informações e experiências acumuladas. Lutar contra o esquecimento e pela preservação dos vestígios históricos, conhecer e refletir sobre o próprio passado, analisar as circunstâncias que motivaram a configuração das organizações da sociedade civil contribui para o fortalecimento da democracia.

Ao adotarmos a lógica dialética marxista como abordagem voltada à interpretação da realidade educacional o fazemos por considerá-la a mais coerente¹ alternativa teórica para o desvelamento e a interpretação crítica da história da classe trabalhadora no seio da sociedade capitalista. O método materialista, histórico e dialético, que se caracteriza pela busca do entendimento do movimento do pensamento no campo da materialidade processual e contraditória da vida em sociedade, não desconsidera as leis fundamentais que definem as formas organizativas de longa duração e os modos de produção registrados na história da humanidade. Esse instrumento de reflexão teórico-prática pode apoiar a superação da realidade educacional aparente, buscando-se, então, a realidade educacional concreta, pensada, compreendida em seus mais diversos e contraditórios aspectos.

A sociedade capitalista produz, em distintos momentos da história do mundo ocidental, o trabalho precário, isto é, a sujeição do trabalhador a toda sorte de mazelas e carência de direitos básicos como salários equitativos e condições de vida digna. A história registra que, em oposição a esse modelo econômico, inumeráveis lutas de trabalhadores se travaram motivadas pela necessidade de resistir e clamar por melhores condições de vida e pelo direito de terem uma existência digna.

Essas ações estão expressas em movimentos de organização dos trabalhadores, ganha publicidade por meio de ações grevistas ou ocupações de espaços públicos, quando não se materializam em enfrentamentos sangrentos contra a burguesia, o Estado e o seu aparato policial e repressivo. Estudos publicados por Friedrich Engels (2010), nos primeiros anos da década de 1840, preocupados em entender *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, e por Karl Marx, em seu artigo de 1852, sobre *Os artistas* apontam que essas lutas são geradas por reivindicações conexas às necessidades de remuneração como salário-mínimo, redução de jornadas de trabalho, liberdade de imprensa, organização política e sindical, além de denúncias contra a opressão e de outros direitos que poderíamos caracterizar como fundamentais e inalienáveis à condição humana no mundo moderno e contemporâneo.

O resultado, portanto, constitui o processo de intensa proletarização da vida social, uma vez que a classe trabalhadora inclui a totalidade daqueles que vendem a força de trabalho, não

¹ Na década de 1970, as teorias pós-modernas do discurso, da linguagem e da sociologia adentraram fortemente ao campo das ciências humanas e, disseminadas pelos meios de comunicação de massas e pelas tecnologias de comunicação e informação, hegemonizaram o ideário e o pensamento coletivo da sociedade capitalista. Essas concepções foram vinculadas à educação no período dos anos de 1990 e 2000, por meio de políticas educacionais pautadas nas orientações dos organismos internacionais – por exemplo, com a propagação da pedagogia das competências – que estão cada vez mais incorporadas aos currículos, quer seja na educação básica ou superior, influenciando a formação inicial ou continuada de professores.

se restringindo ao trabalho manual direto, mas à totalidade do trabalho socialmente necessário, coletivo e assalariado. (ANTUNES, 2007)

No que se refere aos que fazem parte do mundo do trabalho no campo educacional não há exceção, visto que, na sociedade capitalista, deparamos continuamente com lutas políticas, manifestações sociais, mobilizações sindicais e inúmeras denúncias de adversidades às quais se encontram submetidos os trabalhadores da educação.

Nas pesquisas que realizamos², identificamos os trabalhadores da educação cada vez mais presos às amarras capitalistas que permeiam as políticas educacionais e, por isso mesmo, professores e os demais funcionários aparecem presentes em ações árduas e duros embates, expressos nas ocupações de prédios públicos, tomadas de avenidas e rodovias, acampamentos em praças públicas, movimentos de paralisação, entre outras ações. No entanto, mesmo com algumas conquistas parciais importantes, resultantes dessas intensas lutas, é possível verificar que, nas últimas décadas, se produziu uma grande ofensiva de precarização do trabalho e degradação social desses sujeitos políticos. (ANTUNES, 2018)

Essa situação tem sido motivada pelo avanço de novas políticas públicas calcadas nos interesses privados e norteadas pelos relatórios produzidos por organismos multilaterais que parecem caminhar no sentido de decompor, cada vez mais, o sentido da educação como direito subjetivo inalienável, em detrimento de equipará-la a uma mercadoria, destituindo-a daquilo que ela realmente é: um direito social e humano. (FRIGOTTO, 2002)

Este momento histórico é propício à denúncia da falsa-consciência e da vigência da alienação dos trabalhadores (LUKÁCS, 2012), situação que, além de não conseguir resistir às intermináveis horas de trabalho, também perdem a dimensão de sua importância política e social. Um dos principais malefícios do capitalismo é a transformação dos seres humanos em mercadorias e, sobretudo, em instrumentos geradores de riquezas a serem expropriados pela classe dominante, para maximizar e fragmentar um importante atributo do ser social: o trabalho. (DAL ROSSO *et al.* 2011)

A separação entre o ato de refletir sobre o trabalho e as tarefas de trabalho propriamente ditas promove a segregação entre os homens, estabelecendo aqueles que mandam e os que o obedecem, num processo intrínseco ao modo de produção capitalista denominado alienação. Marx aponta que a estrutura produtiva capitalista não consiste apenas em fabricação de mercadorias, mas essencialmente na produção de mais-valia.

² DANTAS, Vanessa Amorim. **Aspectos históricos e políticos da associação de professores do estado do Maranhão (1976-1989)**. 2016. 241f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo.

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. (MARX, 1984, p. 105)

O homem perde a capacidade de pensar e agir por conta própria. Não consegue, portanto, compreender seu papel e reconhecer o valor de seu trabalho na construção da vida social. A alienação do trabalho torna-se a base fundamental da dominação e da exploração de uma classe sobre a outra na sociedade moderna e contemporânea que o capital engendrou. (BAUER, *et al.* 2015, p. 13)

Ao formular sua crítica à economia política do capitalismo e ao idealismo hegeliano, nos seus *Manuscritos econômico-filosóficos* (2008), Marx desnuda a alienação como resultante do processo econômico e da organização/estruturação social que a produz. Isto é, um sistema que tira do sujeito humano o fruto de sua produção e faz com que se torne estranho a si mesmo e ao lugar onde vive, fazendo com que sua condição humana seja reduzida a mercadoria. O trabalho, sob a égide do modo de produção capitalista, fica desprovido de sua essência humanizada; assim, provoca a alienação e o estranhamento do sujeito, que se “coisifica” e se torna um reles autômato utilizado na afirmação e reprodução do modelo social da classe dominante, ou seja, imerso na lógica do capitalismo o “trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz.” (MARX, 2008, p. 82)

Para sustentar o ideário liberal, muitas mudanças têm sido orquestradas ao longo dos anos na sociedade burguesa, sobretudo aquelas que visam novas formas de produzir e explorar a fim de garantir mais-valia e acúmulo de riquezas, mantendo assim a reprodução ideológica. As teorias ditas pós-modernas passam ao largo do modelo de sociedade em que vivemos, cujo objetivo é o de estabelecer a mais ampla mercantilização das relações sociais, inclusive daquelas que envolvem o acesso à saúde e a educação, outrora consideradas direitos inalienáveis do exercício da cidadania.

De fato, a educação e outras áreas sociais não escapam dessa dinâmica. Seja por meio de sua mercantilização com escolas de caráter privado seja pelo uso da educação pública como instrumento de amoldamento da força de trabalho de baixo custo, expressa no controle dos currículos com a política que impõe a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Reforma do Ensino Médio e o Movimento Escola Sem Partido, ardilosas manifestações políticas e ideológicas de alienação do trabalho docente largamente disseminada no ambiente escolar.

Nesse contexto, a história da educação registra que o professor que havia experimentado o reconhecimento social do seu papel no processo de ensino-aprendizagem juntamente com o aluno, em curto período de tempo viu despencar seu prestígio frente às novas lógicas de mercado inseridas no espaço em que atua profissionalmente. A busca desmedida pela produção da mercadoria, leia-se: o aluno entendido como potencial mão de obra, e sua “formação” de modo aligeirado, mais barato e mais produtivo (e, também, mais submisso) insere o professor num verdadeiro processo de alienação do trabalho.

Sob o argumento de que estaria em busca de um processo de qualidade, medido em números e dados estatísticos, o labor professoral padece de autonomia didática e pedagógica; o docente é compelido a renunciar à preparação livre de suas aulas e adotar o uso de apostilas, com conteúdos e normas prontas construídas por sujeitos externos ao ambiente no qual se dá a educação. Em outras palavras, o professor se torna um mero cumpridor de tarefas, um autômato, um aparelho que tem como função apenas apertar mais um parafuso em uma cadeia cada vez mais desprovida de sentido e compromisso com a formação humana.

Nesse cenário, vê-se a necessidade de superação das visões de rebaixamento do papel desempenhado pelos trabalhadores da educação e, concomitantemente, do seu reconhecimento social. Afinal de contas, por que o debate sobre a valorização da educação e de seus sujeitos sociais foi relegado ao senso comum, particularmente, dos professores da esfera pública?

Argumentamos que a relevância do estudo que realizamos se apresenta exatamente na busca de respostas a questões como essas, pois na medida em que têm motivado e impulsionado pesquisas no campo da educação também nos motivam a procurar compreender as contradições evidenciadas na organização coletiva dos trabalhadores da educação em seus processos associativos e sindicais, de resistência e de reivindicações de cunho econômico e corporativista, mas também do seu papel de sujeito político e coletivo na luta pela superação histórica das dificuldades materiais daqueles que habitam o mundo do trabalho na educação.

Ao se constituir em objeto de estudo acadêmico, a história da organização dos trabalhadores em educação apresenta trabalhos desenvolvidos por pesquisadores de diferentes campos e espaços e que atuam nas mais variadas áreas do conhecimento.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 legalizou a organização dos trabalhadores no exercício do serviço público por meio de sindicatos, o que nos motivou a identificar o Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís (SINDEDUCAÇÃO) como parte integrante das organizações de resistência às consequências maléficas impostas pelo modelo de produção e de sociedade, e difundido ideologicamente,

entre os trabalhadores dos mais distintos segmentos, como crises econômicas presentes em qualquer sociedade, eximindo alternativas para um novo modo de vida.

Marx (2009 p. 258) aponta a relevância social dos estudos científicos, pois por intermédio da produção do conhecimento é possível superar a “elaboração de uma representação caótica do todo” e caminhar para “uma rica totalidade de determinações e relações diversas”, nos incentivando a abarcar as conjunturas cultural, econômica e política, essenciais para contextualizar e criar condições para a compreensão das ações das pessoas na cotidianidade da vida social.

Para nós, torna-se relevante argumentar que a pesquisa em educação, no que tange à história dos trabalhadores em educação, só ganha importância política e social se for compreendida sob enfoque crítico. Essa percepção nos levou a reconhecer em E. P. Thompson um importante interlocutor para o estudo da trajetória do SINDEDUCAÇÃO, a partir dos pressupostos que consideraram seu contexto social de emergência organizativa, seus protagonistas, as experiências de lutas por direitos, condições de vida e trabalho que impactam historicamente a práxis social dos professores estudados.

Nas palavras de Edward P. Thompson (1987), a chamada revolução industrial trouxe para o reino da história uma maior visibilidade da luta pela expressão cultural e política da classe operária, isso porque o modo como se estabelecem as relações sociais dos trabalhadores e os valores que exprimem estão condicionados ao modo de produção do seu tempo histórico. Em *A formação da classe operária inglesa*, Thompson se preocupa em estudar as experiências dos trabalhadores, suas condições de vida e a racionalidade a eles imposta, asseverando que

[...] se determos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas idéias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição. (THOMPSON, 1987, v.1, p. 11-12)

Ao se valer da categoria de totalidade, a análise desse autor acerca do processo de formação da classe operária inglesa nos remete à compreensão de que a classe é uma formação que abrange tanto a esfera cultural quanto a econômica e a política: produzidas sob esse pano de fundo, materializa-se historicamente nas relações humanas e sociais como uma das consequências de experiências comuns, definidas, sobretudo, pelos modos de produção. Não por outro motivo a consciência de classe

[...] é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma *lógica* nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma *lei*. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma. (THOMPSON, 1987, v.1, p. 10)

As análises do autor se fundamentam nos depoimentos dos próprios trabalhadores, identificando que essa classe não é constituída somente pelo viés econômico, porque se baseia na construção histórica das experiências singulares. Quando uma interpretação do passado é realizada, busca-se a diversidade de experiências, tenta-se construir um levantamento de tudo que teve repercussão na conformação histórica, pois só assim os conflitos podem ser compreendidos enquanto processos de transformação da realidade.

Das diversas proposições apontadas por E. P. Thompson elegeu-se a categoria de experiência para os estudos ora empreendidos. O historiador aponta que a classe é constituída por homens e mulheres em suas ações e relações sociais e sua consciência faz parte das experiências na relação histórica de como elas se inter-relacionam (THOMPSON, 1981, p. 115-6), e os protagonistas desta pesquisa são partícipes dessa classe na sua especificidade. A experiência – na qual reside o senso comum – requer uma investigação com possibilidades elucidativas e igualmente com barreiras, ao ilustrar, por exemplo, que o agricultor “conhece” suas estações, o marinheiro “conhece” seus mares, mas ainda mistificados no contexto da monarquia e da cosmologia.

Contudo, os reflexos não se limitam ao âmbito individual e coletivo, antes incidem sobre a cultura como um todo e sobre cada indivíduo em particular. Para analisar essa articulação entre coletividade, alicerçada na configuração de uma larga e densa cultura, e a individualidade, portanto, entre o indivíduo e a vida social, Thompson utiliza criativamente a noção de “determinação”, propiciando análises sobre cultura e “experiência” e suas relações. Esclarece que “a consciência de classe é a forma como as experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais.” (THOMPSON, 1987, p. 10) Na ótica desse autor, a experiência coletiva é determinante para compreensão das mudanças sociais, visto que “exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados.” (THOMPSON, 1981, p. 16)

Em termos metodológicos, a categoria de experiência de Thompson convoca os pesquisadores a tomar o empírico como ponto de partida para a construção do conhecimento. Isso porque, para esse autor, a apreensão do conhecimento histórico se faz com a valorização

da experiência social e concreta das pessoas que nos interessa estudar. É preciso, então, identificar o movimento para além da aparência do acontecimento, reconhecendo que a exterioridade não é descartável nem secundária, contudo, sem aparência não há conhecimento.

Estamos cientes de que as fontes não falam por si mesmas, ou, em outros termos, a experiência pura e simples, sem mediações teóricas, não explicaria plenamente a realidade. O fato é que se a aparência dos fenômenos coincidissem com a sua essência toda ciência seria supérflua e, nesse caso, bastava olhar a experiência. É preciso ainda reconhecer que a aparência, embora seja ponto de partida para o conhecimento, ao passo que revela, oculta; à medida que mostra, esconde. Portanto, não se trata de um espelhamento, mas de rompimento, de ir além da aparência para localizar o movimento essencial, para localizar a dinâmica estrutural.

O ideal metodológico de Marx é de um sujeito fiel ao movimento do objeto. Ao contrário de Durkheim, método não é um conjunto de regras formais para lidar com o objeto: método é a relação que permite a um determinado sujeito apreender as determinações constitutivas da dinâmica do objeto, e é nessa perspectiva que identificamos os caminhos trilhados por Thompson (1981, p. 405-6), quando distingue experiência I como experiência vivida e experiência II como experiência percebida.

Muitos especialistas thompsonianos contemporâneos, quando tratam do termo “experiência” remetem suas reflexões à experiência II, a experiência percebida. Isto é, movem-se na direção do que Marx denominou consciência social. Como resultado, Thompson afirma que a “experiência II” no interior do ser social é corrompida com frequência, resultando de causas materiais que ocorrem de forma independente da consciência ou da intencionalidade. Tal fato, inevitavelmente, dá ou deve dar origem à experiência vivida, à experiência I, mas não penetra como “reflexos” na experiência II.

A noção de experiência implica, fundamentalmente, a consideração dos indivíduos como sujeitos reflexivos que, em seu cotidiano, repõem continuamente o movimento da história.

Os homens e as mulheres retornam como sujeitos, dentro deste termo [experiência] – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses como antagonismos, e em seguida tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p.182)

Thompson ratifica a dialética histórica como processo pelo qual os seres humanos constroem o social como determinação em âmbito cultural:

Toda teoria da cultura deve incluir o conceito da interação dialética entre cultura e algo que não é cultura. Devemos supor que a matéria-prima da ‘experiência de vida’ esteja em um dos polos, e todos os infinitamente complexos sistemas e disciplinas humanos, articulados ou não, formalizados em instituições ou dispersos das maneiras menos formais que ‘manejam’, transmitem ou distorcem esta matéria-prima, estejam no outro polo. É sobre este processo ativo, que é, ao mesmo tempo, o processo mediante o qual os seres humanos fazem sua história, que venho insistindo. (THOMPSON, 1981, p. 398)

Nessa perspectiva dialética, experiência e cultura aparecem profundamente ligadas e constituem o ponto de junção entre estrutura e processo, entre as determinações materiais do ser social e a possibilidade de e a partir da sua consciência agir e intervir humanamente, homens e mulheres atuando e construindo suas vidas em condições determinadas e vivendo essa experiência no âmbito da consciência e do sentimento.

Assim, a conjuntura na qual se manifesta a experiência social reflete o modo como os indivíduos lidam com o sentimento, com regras e valores, atribuições familiares e ações de reciprocidade, mediante formas mais elaboradas na arte ou na religião:

[...] a questão que temos imediatamente à nossa frente não é dos limites da experiência, mas a maneira de alcançá-la, ou produzi-la. A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. Se tivermos de empregar a (difícil) noção de que o ser social determina a consciência social, como iremos supor que isso se dá? Certamente não iremos supor que o “ser” está aqui, como uma materialidade grosseira da qual toda idealidade foi abstraída, e que a “consciência” (como idealidade abstrata) está ali. Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem o pensamento. O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem à experiência modificada: e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. A experiência, ao que se supõe, constitui uma parte da matéria prima oferecida aos processos do discurso científico da demonstração. E mesmo alguns intelectuais atuantes sofreram, eles próprios, experiências. (THOMPSON, 1981, p. 16)

Tendo como base essa compreensão acerca das categorias experiência e cultura, faz-se necessário imergir na literatura do contexto histórico-social constituído ao longo dos anos por diversos pesquisadores, ademais das interpretações que o trato com as fontes primárias poderão propiciar. Dessa forma, ampliam-se as possibilidades de análise e compreensão do movimento que deu origem à organização social dos trabalhadores em educação, descortinando sua

trajetória no associativismo, seu caráter sindical, as lutas empreendidas pelos docentes ludovicenses e como toda essa trajetória histórica reverberou na categoria dos professores e na classe trabalhadora. Espera-se que aspectos que estavam no anonimato apareçam, diminuindo as lacunas existentes nesse contexto histórico e auxiliando na interpretação de ações experimentadas em um determinado cenário, em uma determinada conjuntura que talvez sem a compreensão de determinadas contradições da realidade que almejamos estudar jamais pudessem ser compreendidos.

Nesse percurso, a metodologia da pesquisa que nos orientou na construção deste trabalho foi aquela que estima a coleta sistemática de dados por meio das fontes primárias e a valorização de referências bibliográficas daqueles que estão compromissados com a construção da história dos trabalhadores em educação.

As entrevistas realizadas ajudaram a compreender o período associativista desde suas origens, especialmente a entrevista com o professor José Carlos Bastos Silva, que foi o primeiro presidente da APEMM. As memórias da professora Maria Bernadete dos Santos também foram de enorme valor, pois nos deu elementos significativos para a análise da atuação da entidade na década de 1980 e das relações com o executivo municipal a partir de uma visão da base.

A entrevista com o professor José de Arimatéa Salvador Machado apresenta subsídios, sobretudo, da década de 1990, quando de sua atuação como líder sindical no período de 1993-1996 e das conquistas salariais obtidas. As entrevistas da professora Maria Lindalva Batista e do professor Leonel Torres trazem muitos elementos do período de transição do movimento associativista ao sindical, apontando embates travados pela entidade, bem como outras frentes de atuação da entidade que tinham a finalidade de contribuir para a formação pedagógica da categoria.

Os acervos de jornais que localizamos e consultamos durante a pesquisa nos permitiu traçar um cenário das diversas contradições e peculiaridades do movimento associativista e sindical docente, pois tivemos a possibilidade de relacionar a trajetória política, econômica e social da categoria e, ainda, nos permitiu estabelecer os nexos entre as partes constitutivas dos processos históricos educacionais estudados.

As matérias publicadas nos periódicos *O Imparcial*, *O Estado do Maranhão*, *O Debate* e *Jornal Pequeno* também foram de grande relevância para remontarmos a história das greves realizadas pela categoria nos anos de 1986, 1987, 1989 e 1993. Sabe-se que nesse período associativista houve uma última greve travada pela categoria entre os anos de 1998 e 2000, encetada, sobretudo, pelos professores bolsistas. Essa parcela da categoria também impulsionou a decisão de transformar a associação em sindicato em 2003, além de exercer papel

determinante para que o poder público municipal deliberasse pela realização do segundo concurso público para o magistério, o que somente ocorrerá dez anos após o primeiro, isto é, no ano de 2002.

Os documentos cedidos pelos professores David Moisés Madeira, José de Arimatéa Salvador Machado e Maria Lindalva Batista tiveram grande relevância na medida em que apontavam elementos da atuação dessas lideranças sindicais e das relações estabelecidas com os órgãos do campo educacional, bem como da política e das relações partidárias.

Por meio dessa abordagem, desvendamos os acervos que nos ajudaram a desmontar as visões muitas vezes estereotipadas, calcadas em afirmações viciadas e recorrentes nas interpretações presentes na historiografia maranhense sobre o papel dos professores em sua urdidura.

Carlos Henrique Leite, professor da Universidade Estadual de Londrina, ao tratar da importância e da contribuição dos jornais na produção do conhecimento histórico, sugere alguns questionamentos prévios relevantes quando do uso dessas fontes.

As questões iniciais que se propõem a análise do periódico são fundamentais para o direcionamento da pesquisa. Quem são os seus proprietários? Quando foi produzido? A qual público é direcionado? Quais seus objetivos e intenções? Como se constitui enquanto força ativa no seu período de circulação? Como se constitui enquanto sujeito? Qual sua relação com as conjunturas de seu tempo e campos de atuação? Quais seus aliados e opositores? (LEITE, 2014, p. 825)

As respostas a essas questões podem orientar o procedimento metodológico de análise dos periódicos, pois se entende que a imprensa não é o espelho da realidade, mas uma representação do real, de momentos particulares da realidade (CAPELATO, 1998, p. 24). Ter essa concepção oportuniza compreender a importância de considerar todos os aspectos do periódico utilizado como fonte, nomeadamente: título, data de publicação, periodicidade, projeto gráfico, processo de produção, tiragem, circulação e distribuição, bem como os sujeitos envolvidos na sua constituição (proprietários, diretores, coordenadores e redatores).

O jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível porque permeada pela subjetividade. A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das *idéias* e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A categoria abstrata da imprensa se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social. (CAPELATO, 1988, p. 21)

Com o desenvolvimento da pesquisa foi possível ampliar o acesso aos vestígios documentais, realizar entrevistas e expandir o escopo dos procedimentos metodológicos que nos permitiram a identificação, o registro e, principalmente, a triangulação das informações, estabelecendo um processo crítico e dialético na construção dessa história e das proposições políticas e educacionais do Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís, MA [SINDEDUCAÇÃO] que ocorreram entre os anos de 1972 a 1992.

O presente estudo se encontra organizado da seguinte forma: na Introdução apresentamos os objetivos da pesquisa e elementos de base teórica e metodológica que nortearam o desenvolvimento dos estudos acerca do percurso histórico da organização política dos professores da rede pública municipal de São Luís.

Na seção II – O contexto histórico educacional brasileiro e o movimento dos trabalhadores nos períodos da ditadura civil-militar, transição democrática e redemocratização do país –, procuramos destacar nossa compreensão do contexto histórico educacional brasileiro no período histórico abarcado pela pesquisa, observando ainda o impacto da Lei n.º 5.692/1971 para a educação pública durante a ditadura civil-militar e as mudanças ocorridas no período de transição democrática, momentos iniciais e importantes na consolidação da democracia brasileira e de uma política educacional proposta nos anos que antecederam e vigoraram no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Na seção III – As condições para organização política dos professores da Rede Pública Municipal de São Luís –, destacamos elementos da política educacional maranhense, para analisar seu impacto na educação ludovicense e os mecanismos de aplicação da política educacional utilitarista no Maranhão, os quais se alinhavam à política nacional desenvolvimentista.

A seção IV – O movimento associativista e sindical dos trabalhadores em educação básica no Maranhão –, trouxemos para a discussão entidades importantes que influenciaram e foram influenciadas a partir da organização e atuação política da APEMM, tais como o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão (SINPROESEMMA), Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Rede Particular do Estado do Maranhão (SINTERP/MA), o Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais de Caxias (Sintrap), todos com importante atuação política na atualidade e representação de parte significativa dos trabalhadores em educação do Maranhão.

Nas páginas da seção V – SINDEDUCAÇÃO - Da organização associativista ao caráter sindical: em tempos de ditadura e transição democrática –, enveredamos para a compreensão da gênese da Associação dos Professores do Ensino Médio do Município de São Luís (APEMM), com destaque para os fenômenos sociais das greves, paralisações, passeatas e outros

atos públicos políticos protagonizados pelos professores da Rede Pública Municipal de São Luís, conquistas importantes alçadas a partir das lutas da categoria até o momento em que a entidade deixa o status associativista para assumir o caráter sindical.

Finalizamos apontando as conclusões que alcançamos com base nos fundamentos teóricos que acalentamos e na fortuna documental que produzimos no intuito de contribuir com a historiografia da educação. E agregamos aos elementos pós-textuais parte das fontes documentais e a transcrição das entrevistas realizadas, para fins de contribuir com pesquisas futuras que requeiram fontes como aquelas que localizamos, selecionamos e organizamos para a consecução do presente estudo.

2 O CONTEXTO HISTÓRICO EDUCACIONAL BRASILEIRO E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES NOS PERÍODOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR, TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS

O desenvolvimento da seção se fez com base em conteúdos, análises e interpretações realizadas nos seminários e nas discussões regulares no âmbito do Grupo de Pesquisa em História da Profissão Docente e do Educador Social (Gruphis), sob a coordenação do professor Carlos Bauer.

Na construção dos estudos históricos preocupados com as associações e os sindicatos da área educacional, é muito importante contextualizar os períodos históricos pelos quais as entidades desenvolveram suas ações políticas e produziram sua práxis social.

Essa prática nos permite estabelecer umnexo, uma relação entre a atuação política, social, cultural e corporativa desempenhada pela entidade, nos períodos históricos definidos, e as características expressas nas relações sociais, políticas, econômicas, culturais, educacionais produzidas nesse tempo, do qual as associações e sindicatos tiveram participação importante como sujeitos coletivos desses processos históricos.

2.1 O contexto histórico brasileiro nos anos de ditadura civil-militar e a redemocratização do país

A presente seção tem como objetivo contextualizar o período histórico que percorre os anos de 1972, quando localizamos a gênese do SINDEDUCAÇÃO, a 1992, momento em que houve o primeiro concurso público para professor da rede pública municipal de São Luís (MA), analisando os distintos momentos experimentados pela sociedade brasileira.

Os primórdios da década de 1970 foram marcados por uma intensa e violenta repressão patrocinada pelas instituições do Estado brasileiro, com o intento de desmoralizar e pôr fim às formas de organização sindicais, estudantis e políticas que se opunham e procuravam resistir aos arbítrios do regime ditatorial que havia se instalado em 1964.

A repressão e as atrocidades reinantes materializavam a vigência de uma sociedade submetida ao autoritarismo permanente, caracterizada pela exclusão social, sem condutos legitimados de participação popular e avessa às manifestações da sociedade civil no desenvolvimento dos seus rumos. Não foi por acaso, portanto, que a década de 1970 registrou uma enormidade de prisões arbitrárias, torturas, mortes e toda sorte de pressões contra aqueles que ousaram se opor e resistir aos desígnios ditatoriais.

Personalidades como o Cardeal Dom Paulo de Evaristo Arns, quando a Igreja Católica³ se colocou à disposição para dialogar com os representantes do governo do General Ernesto Geisel (1974-1979), denunciaram publicamente as prisões de professores, líderes operários e a tentativa de silenciar as vozes daqueles que enfrentavam e resistiam ao arbítrio institucionalizado reinante no país.

Com tais exemplos, a partir dos meados da década de 1970 começamos a notar certa distensão e o prenúncio daquilo que se convencionou chamar de abertura política com o governo do general Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979), anunciando a adoção de medidas que faziam parte do rol de reivindicações democráticas, como é o caso do relaxamento da censura imposta à imprensa, do compromisso público de não adotar o ensino estatal pago, do questionamento da rotatividade da mão de obra praticada pelas grandes empresas e da especulação financeira reinante. Para além disso, o compromisso de chamar o congresso para discutir os projetos de lei emanados do executivo, abrindo mão da adoção dos famigerados decretos-lei.

A ditadura sinalizava que começava a enfrentar dificuldades na condução econômica do país e se mostrava incapaz de conter o permanente aumento do custo de vida causado pela incontrolável alta dos preços dos gêneros de primeira necessidade, a disparada inflacionária, a escassez de insumos e matérias primas para o desenvolvimento industrial, desvanecendo paulatinamente a euforia do chamado “milagre econômico brasileiro”. As greves operárias e dos trabalhadores do setor público, os protestos espontâneos e um sem-número de manifestações de lutas populares em defesa de melhores condições de vida começaram a despontar em diferentes localidades do país.

Os governadores continuavam sendo escolhidos indiretamente, embora houvesse o crescente registro de desavenças no interior da Aliança Renovadora Nacional (Arena). Mas, em 1964, por ocasião das eleições legislativas, foi verificado um significativo avanço eleitoral das forças oposicionistas aglutinadas no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), aliás, algo

³ A Igreja Católica como instituição apoiou o golpe de 1964. No entanto, a partir da década de 1970, um movimento intenso ocorreu no interior da igreja a partir de grupos que se posicionavam contra as arbitrariedades do regime militar. À medida que a Igreja manifestava apoio às classes populares, membros da Igreja também se tornaram alvos da repressão dos militares. Aos poucos, setores da Igreja assumiram uma postura crítica ao governo, opondo-se aos arbítrios expressos em tortura e violência repressiva. Essa postura atraiu diferentes grupos e setores da sociedade que também sofriam com a repressão. Autoridades eclesiais tiveram papel de destaque na defesa dos Direitos Humanos. Personagens como Dom Hélder Câmara, bispo de Olinda e Recife e o cardeal arcebispo de São Paulo dom Paulo Evaristo Arns. Este último foi idealizador em 1972, da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, cujas vítimas recorriam em busca de auxílio. Essa comissão realizou um importante trabalho humanitário ao oferecer apoio às vítimas de tortura e prisões políticas, bem como nas denúncias públicas dos desmandos e violações da ditadura civil- militar. (Nota autoral)

que haveria de se suceder nas eleições seguintes, embora o governo tenha feito maioria no Senado e na Câmara de Deputados nas eleições de 1978.

É importante notar que, poucos anos antes, em 1970, as eleições para as assembleias legislativas estaduais e para a Câmara Federal haviam sido realizadas sob forte influência do Ato Institucional n. 5 (AI-5), com a coação e o cerceamento da oposição empregados de forma sistemática. Porém, os resultados objetivos demonstravam que as vozes dos setores descontentes com o regime ditatorial começavam a se expressar e a ter mais destacada visibilidade política e social.

Os poderes atribuídos ao Executivo pelo Ato institucional nº 5 podem ser assim resumidos: 1) poder de fechar o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais; 2) direito de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal, estadual e municipal; 3) direito de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos e reinstituição do 'Estatuto dos Cassados'; 4) direito de demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários das burocracias federal, estadual e municipal; 5) direito de demitir ou remover juízes e suspensão das garantias ao Judiciário de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade; 6) poder de decretar estado de sítio sem qualquer dos impedimentos fixados na Constituição de 1967; 7) direito de confiscar bens, como punição por corrupção; 8) suspensão da garantia de habeas-corpus em todos os casos de crime contra a Segurança Nacional; 9) julgamento de crimes políticos por tribunais militares; 10) direito de legislar por decreto e baixar outros atos institucionais ou complementares; e finalmente 11) proibição de apreciação pelo Judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do Ato Institucional nº 5. (ALVES, 2005, p. 161)

Sem desconsiderar o papel dos agrupamentos políticos que atuavam na clandestinidade ou haviam optado por se constituir como organizações armadas contra a ditadura civil militar, um conjunto cada vez maior de forças políticas atuava no sentido de fazer emergir uma nova ordem democrática, capaz de favorecer a livre manifestação das diferentes formas de se projetar os rumos do país.

Nesse sentido, os críticos do sistema traziam à tona a compreensão de que a plena redemocratização do país somente poderia ocorrer com o questionamento massivo e a superação da submissão do país ao imperialismo norte-americano, incorporando as reivindicações das classes trabalhadoras do campo e da cidade, somando-as às consignas democráticas, como era o caso da extinção dos aparatos repressivos, a anistia política e a revogação dos atos institucionais. Nesse momento da história política, a luta em defesa da convocação de uma assembleia nacional constituinte expressava uma legítima aspiração de amplos setores da população pela retomada do regime democrático no país. Estava em curso a constituição de uma frente ampla, com uma significativa presença de agrupamentos de esquerda, de entidades de caráter sindical e da sociedade civil; personalidades do mundo das

artes e da intelectualidade acadêmica comprometidas com o ideário democrático que se posicionavam, à luz do dia, contra o terror repressivo que se tornara prática política do Estado e que, por isso, exigia a constituição de uma grande articulação de forças para derrotá-la.

O questionamento das tendências ditatoriais e das práticas coercitivas emanadas da cúpula do Estado Maior das Forças Armadas e das frações de classe burguesa que constituíam os governos começava a ganhar força, sinalizando o crescimento da afirmação do ideário democrático e produzindo um sem-número de dissidências no seio da burguesia, da pequena burguesia e dos setores médios da população que haviam apoiado a aventura golpista de 1964.

2.2 Aspectos históricos educacionais do período de ditadura civil-militar (1964-1985)

A compreensão da história das associações e sindicatos dos trabalhadores em educação traz consigo a necessidade de operarmos a análise das principais características econômicas, políticas e sociais que estiveram relacionadas ao momento de fundação, desenvolvimento e consolidação política e social das entidades estudadas. Muitas dessas entidades que procuram representar os trabalhadores da educação tais como professores, funcionários, diretores, supervisores e outros, foram organizadas ao longo do tempo da ditadura civil-militar instaurada no Brasil em 1964.

Esse período controverso e permeado por polêmicas marcou profundamente o conjunto de relações sociais que estão presentes no cotidiano da sociedade brasileira, razão pela qual sua interpretação e análise, nas mais diferentes dimensões da vida nacional, tem se mostrado permanente e fecundo.

Faz-se necessário lembrar ainda que muitas pessoas que se envolveram do ponto de vista do controle tirânico, autoritário e golpista que se fez das instituições do Estado, a partir do golpe, como também muitos daqueles que se empenharam em lutar e participar das atividades da sociedade civil para que houvesse a possibilidade do reestabelecimento da vida democrática brasileira, estão vivos e atuantes no cenário nacional. A todo o momento surgem novos questionamentos relativos a esse momento trágico marcado pelo infortúnio, perseguição, sofrimento, prisões, torturas, mortes, que evidentemente jamais podem ser esquecidos.

Não temos a pretensão, com essa contextualização histórica, de trazer qualquer ponto de vista novo ou inusitado que sirva à compreensão daquele momento controverso da vida do país, razão pela qual a constituição dos parágrafos apresentados nesta seção, com a caracterização dos períodos, tem como principal fonte um conjunto de autores que se dedicaram com esmero e atenção a esse período.

É importante notar, também, que as diversas entidades que procuravam representar os professores que atuavam no ensino público municipal, estadual e federal tiveram uma participação destacada na construção das lutas sociais contra o Estado ditatorial, que vigeu durante mais de vinte anos na vida nacional.

A intervenção de professores será um ponto destacado no delineamento da participação das associações nas lutas sociais que se desenvolveram contra o arbítrio e as limitações às liberdades democráticas, que não obstante foram impostas pelo conjunto da sociedade brasileira. Pode-se afirmar, inclusive, que houve rara ousadia da parte de muitos educadores no que tange o combate do regime ditatorial. Por um lado,

O movimento associativista dos professores públicos de 1º e 2º graus constitui-se num dos grandes protagonistas sociais na luta contra a ditadura militar. Gerado no contexto autoritário e acelerado de modernização do capitalismo brasileiro, durante o chamado ‘milagre econômico’ (1968-1974), o professorado desencadeou um processo de luta por melhores condições de vida e de trabalho que repercutiu tanto no âmbito da escola pública como na transição política entre a ditadura militar e o Estado de direito democrático. [...] os partidos de esquerda que sobreviveram à repressão policial-militar desencadeada após 1968 tiveram grande influência nas decisões que orientaram politicamente o movimento de professores a partir da segunda metade da década de 1970, pois um significativo contingente de professores passou a militar nessas organizações que se opunham à ditadura militar, particularmente, nos grandes centros urbanos brasileiros. As esquerdas constituíram-se nas direções políticas das principais associações estaduais de professores em âmbito nacional. As estratégias adotadas, via de regra, materializavam-se na combinação das lutas específicas, de caráter econômico, com as lutas gerais que propugnavam pelas liberdades democráticas. (FERREIRA JR.2011, p.66)

Por outro lado, em pouco mais de duas décadas de vigência da ditadura civil-militar não se verificou continuidade ou mesmo homogeneidade nas ações das associações que procuravam representar os trabalhadores da educação nesse período preocupante vivido pela sociedade brasileira. Porém, evidentemente, podemos estabelecer um exercício historiográfico e realizar uma divisão em pelo menos três períodos ou etapas em que essas entidades procuraram atuar contra as mãos repressoras do Estado.

Como tem observado o professor Carlos Bauer, em seus textos e orientações, não há qualquer rigidez ou disposição de consagrá-los como marcos temporais definitivos na construção da história da educação brasileira. Longe disso, a afirmação dessas etapas históricas é por nós valorizada no sentido de organizar a pesquisa e verificar como se comportou e se movimentou, no tempo e no espaço, a entidade que estudamos.

De 1964 a 1968, os dias foram marcados pela implantação do regime ditatorial civil-militar contra o governo João Goulart. A efetivação do golpe de Estado, a cassação de políticos da oposição, sindicalistas e lideranças da sociedade civil que se pronunciaram contra a

derrocada do Estado de Direito que então ocorria no país. Pode-se afirmar que, numa sociedade tão marcada pelo autoritarismo e pelas ações golpistas, desde a primeira hora da República, momento das liberdades democráticas, da livre expressão e manifestação da sociedade civil e política puderam vicejar e se desenvolver na sociedade brasileira.

De 1969 a 1976, o país viveu um período de intensa e violenta repressão política e social, com a efetivação das restrições às liberdades democráticas, perseguições, prisões arbitrárias, banimentos, torturas e a implacável perseguição e extermínio dos movimentos de esquerda que estiveram presentes, mormente aqueles que se aglutinaram em torno daquilo que se convencionou chamar de luta armada contra a ditadura. Fato também polêmico, do ponto de vista do seu significado histórico, uma vez que se trata de uma temática recorrente no debate historiográfico educacional, em que uma parte importante daqueles que se envolveram com a luta armada foram recrutados no movimento estudantil, portanto, parte desses estudantes que pegaram em armas para derrotar a ditadura no seu próprio terreno. O terreno militar saiu dos bancos escolares do ensino médio, mas parte expressiva veio do ensino superior, além de docentes que atuavam em universidades públicas, que se envolveram diretamente nesse tipo de ação.

Para aprofundamento dessa problemática, recomendamos os estudos de Jacob Gorender (1987), Daniel Aarão Reis Filho (1990) e Celso Frederico (1987), com um trabalho memorável e de muito significado para historiadores dedicados a essa temática, reunindo documentos e um acervo monumental de reflexões que foram produzidas no seio da própria esquerda, de grupos armados e daqueles que questionavam essa perspectiva, no interior da esquerda, tornando-se com isso um autor fundamental.

A caracterização desse período também é muito bem realizada na tese de doutorado da Maria Helena Moreira Alves (1984), cujo título é Estado e oposição no Brasil, na qual a autora trata daquele momento histórico de forma ampla, com dedicada relevância para importantes reflexões sobre a luta armada que se fez contra a ditadura, aliás, como podemos observar em documentários e filmes, notadamente, Marighella (2019), Lamarca (1994) e Cabra-Cega (2004).

De 1977 a 1985, tivemos o que se convencionou chamar de abertura política lenta, gradual e “segura”, que trouxe o reestabelecimento das eleições diretas para os governos dos estados em 1982, para os prefeitos das capitais em 1985 e o pleito, ainda indireto, no mesmo ano, no âmbito do colégio eleitoral, de um governo civil para ocupar novamente a Presidência da República no Brasil.

Esse é um período bastante significativo para as associações que representavam professores, diretores, supervisores que atuavam no ambiente público, na medida em que é um momento histórico que possibilitou a emergência e a grande visibilidade social e política dos movimentos que essas associações protagonizaram.

Um levantamento seletivo das principais greves em categorias ocupacionais de classe média ocorridas entre 1979 e 1983 revela um total de 54 greves. [...] O movimento de professores primários e universitários foi responsável pela maioria das greves (37%), seguido pelo de médicos e residentes (30%), cabendo aos funcionários públicos 15% do total. (CAMARGO; DINIZ apud FERREIRA JR., 2011, p.50)

O estudo demonstra que foram greves memoráveis, de grande enfrentamento e capacidade de aglutinação, visto a forte adesão de trabalhadores, podendo ser caracterizado como movimento de grande presença social.

Em linhas gerais, é possível afirmar que os golpistas de 1964 instalaram no país um regime de controle férreo da imprensa pela censura; das artes, da literatura e da música, da perseguição aos movimentos sociais e de cerceamento das liberdades democráticas e civis, que vinham se desenvolvendo de forma extremamente interessante e criativa, desde a promulgação da Constituição de 1946.

A professora Heloísa Buarque de Hollanda, referência importante para entender as experiências que então se desenvolviam na sociedade brasileira do período imediatamente anterior ao golpe de 1964, produziu algumas reflexões cruciais sobre esses momentos, a saber:

No Brasil, vivia-se um momento político delicado, mas particularmente estimulante desde a renúncia de Jânio em 61, quando Jango assume a presidência e abre a possibilidade de grandes reformas sociais. Neste quadro e, à luz das rebeliões internacionais, nossos intelectuais, artistas e estudantes de esquerda, deslizam as questões internacionais sobre as minorias e as instituições patriarcais de feição autoritário para um outro território de demandas mais locais e talvez mais urgentes. Tomam consciência da estrutura profunda e dos mecanismos de nossas desigualdades sociais e econômicas, ou seja, descobrem uma outra classe de “nativos”, uma população subjugada, oprimida, neste caso, os de baixa (baixíssima) renda. Engajam-se então no que seria uma “arte popular revolucionária, ou uma forma peculiar de engajamento cultural diretamente relacionada com as formas da militância política. (HOLLANDA, 2008, p.206)

Por sua vez, a ditadura civil-militar procurou estabelecer ações políticas conservadoras no campo da economia nacional. Tinha como principal objetivo estabelecer aproximação com as grandes corporações transnacionais e as grandes empresas nacionais, e maciços investimentos estatais nos chamados setores estratégicos vinculados à produção energética, à infraestrutura terrestre, aeroportuária e de telecomunicações. Essas ações marcaram

profundamente a presença social e política do regime ditatorial civil-militar na sociedade brasileira.

O professor Otávio Ianni (2019), que tem uma produção ímpar de caráter sociológico, político e cultural acerca desse período, fez uma análise longa e profunda no esforço de caracterizar o papel do Estado para as relações econômicas pautadas no modo de produção capitalista, cunhando a expressão “capitalismo de Estado”, mostrando sua profunda implantação na realidade nacional.

Merece destaque, também, a produção sociológica do professor Florestan Fernandes (1966, 1975a, 1975b, 1978, 1986, 1990a, 1990b, 2005, 2014, 2018), que no calor da hora desenvolveu muitas análises que se materializavam em intervenção política e social. O conjunto de sua obra traz uma das mais fecundas análises do significado da ditadura, no que tange à inserção subordinada e dependente do Brasil no concerto geral das nações e dos países das regiões centrais do capitalismo, principalmente o caráter subordinado das relações com os Estados Unidos da América (EUA).

O golpe foi perpetrado contra a perspectiva de João Goulart de estabelecer uma aproximação com os sindicatos e os trabalhadores urbanos, num período de acelerado processo de desenvolvimento industrial e, concomitantemente, dos setores de esquerda que apoiavam as medidas estatizantes anunciadas pelo presidente no famoso comício realizado na Central do Brasil, no Rio de Janeiro (RJ), no dia 13 de março de 1964. Nesse momento, inclusive, cogitou-se que as refinarias de petróleo privadas pudessem ser encampadas pelo governo federal, motivo pelo qual ocorreu a mobilização orgânica de tropas militares dos EUA para a ação golpista, com o apoio de aparatos como navios de guerra, esquadrilha de caças, porta-aviões, armas, munições e todo material bélico que apoiaria, se necessário, a tomada do poder e ficaria a postos em caso de resistência ao regime imposto pelos militares.

Evidentemente, não ocorreu resistência por parte do Governo de João Goulart, certamente para evitar derramamento de sangue num eventual conflito civil generalizado, muito embora tenham ocorrido tentativas de resistência operadas pelos, então, governadores dos estados de Pernambuco, Miguel Arrais, e do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, mas essas ações foram rapidamente debeladas.

René Armand Dreifuss (1981), historiador e cientista político uruguaio, foi um dos pioneiros nos estudos que analisaram o golpe de 1964 e as relações que se estabeleceram entre os golpistas e os EUA, desde a organização e trama ao seu desenvolvimento, até a consolidação da ditadura civil-militar no Brasil. Em seus estudos, vários documentos foram localizados e analisados, com particular atenção às relações que foram se estabelecendo entre as forças da

inteligência civil-militar golpista, a forma como se vislumbrava o desenvolvimento econômico e social do país e a aproximação com os países centrais do capitalismo, algo que aparece também nas análises do professor Florestan Fernandes (1982).

Os generais presidentes foram Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967), Artur da Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979) e João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985). Esses generais levaram adiante um conjunto de medidas arbitrárias, com a edição de pelo menos 17 atos institucionais regulamentados por nada menos que 104 atos complementares, extinguiram os partidos políticos, estabeleceram políticas econômicas de arrocho salarial e queda do poder de compra, além de criar instrumentos de controle e perseguição política - caso do Serviço Nacional de Informações (SNI) e da Lei de Segurança Nacional (LSN) -, fortaleceram o poder executivo em detrimento dos demais poderes e, em nome de uma pretensa doutrina de segurança nacional, impuseram a tortura, as prisões e o extermínio dos opositores do regime militar.

As dificuldades e as perseguições impostas pela ditadura não inibiram a eclosão de lutas nem a organização de movimentos políticos e sociais com intuito de combatê-la e denunciar as arbitrariedades do regime. Movimentos como as ocupações de fábricas realizadas pelos operários dos municípios de Osasco (SP) e Contagem (MG), e a chamada passeata dos Cem mil, organizada pela União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro (RJ), em 1968, foram significativos nesse sentido.

Nesse mesmo ano, o assassinato de Edson Luís de Lima Souto, no Restaurante Calabouço⁴, na atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e em seguida a morte de quatro jovens, também na cidade do Rio, naquilo que ficou conhecida como a “sexta-feira sangrenta”, trouxeram a intensificação dos movimentos populares e a ampliação das forças da sociedade civil contra a ditadura. Vale destacar, ainda, que o ano de 1968 foi bastante marcante, não só pelas ocupações de fábricas, mas pelas grandes manifestações estudantis que aconteceram em vários países de outros continentes.

Nesses episódios, que são largamente estudados na historiografia sobre o período, verifica-se a participação intensa de muitas associações e de algumas das suas lideranças. Muitas das lideranças importantes que operaram no movimento associativista e sindical dos trabalhadores em educação também participaram do movimento estudantil de resistência à

⁴ O Restaurante Central dos Estudantes, conhecido como Calabouço, durante as décadas de 1950 e 1960, era um equipamento estudantil que oferecia comida a baixo custo para estudantes de baixa renda no Rio de Janeiro. (nota autoral)

ditadura civil-militar. Algumas delas, inclusive, terão um papel importante na luta política do país pelo processo de redemocratização, tornando-se vereadores, deputados estaduais e federais, senadores, fazendo-se presentes no cenário da política institucional própria dos regimes democráticos.

No campo da cultura brasileira, teremos um cenário emblemático de resistência com a presença do Teatro de Arena e do Oprimido, liderados, respectivamente, por Gianfrancesco Guarnieri e Augusto Boal; do cinema, da literatura e da imprensa alternativa; e da música popular brasileira (MPB), com compositores e cantores como Geraldo Vandré, Maria Bethânia, Nara Leão, João do Vale, Chico Buarque de Holanda, Caetano Veloso e tantos outros que procuravam encontrar formas ardilosas para manifestarem suas críticas sociais.

No que se refere ao campo econômico, a ditadura jogou na lata do lixo da história as reformas estruturais preconizadas pelo ideário nacional-desenvolvimentista que vinha se desenvolvendo no seio do governo João Goulart. Um reflexo disso foi a política agrária desenvolvida no país, na qual pontuava a perspectiva de uma reforma agrária voltada a promover acesso ao financiamento da produção agrícola para os pequenos e médios produtores: tal política literalmente se desfaz, ocorrendo uma clara opção de desenvolvimento de relações agrárias baseadas no latifúndio, nas grandes empresas agropecuárias de exportação, o que fortaleceu as bases do que conhecemos atualmente como agronegócio.

O golpe também colocou abaixo as reformas educacionais preconizadas pelo governo Goulart, as quais tiveram à frente pessoas como Darcy Ribeiro e Paulo Freire. O governo de então tinha, como parte das reformas de base, a diretiva de ampliação do acesso ao ensino superior em bases públicas. Essa proposta causou grande incomodo para o setor empresarial privatista que atuava (e continua atuando) de modo bastante robusto na sociedade brasileira.

Esse momento da história receberá ainda a alcunha de “milagre brasileiro”, assentada em incentivos tributários; na manipulação do sistema financeiro; nos pesados investimentos no setor de infraestrutura energética com o intuito de atrair os investidores internacionais para o país, com base em empréstimos internacionais e na redução dos custos de produção industrial com arroxos da mão de obra. Como apontam os estudos do professor Octavio Ianni (1973, 1991, 2004, 2019), o Estado era o grande impulsionador das mudanças profundas na organização social, sem qualquer consulta à sociedade do ponto de vista do debate público e sem qualquer participação popular nas decisões que eram tomadas.

Objetivamente, houve uma forte inserção de capital internacional no país com a instalação das grandes corporações mundiais dos mais variados setores. A partir de sua

instalação, as corporações passaram a crescer em forte ritmo, marcando significativamente o cenário econômico-financeiro que se estabeleceu na sociedade brasileira.

A partir de 1967, os focos de guerrilha e luta armada contra a ditadura começaram a implodir pelas mais variadas regiões do país, liderados, entre outros, por Carlos Marighella e Carlos Lamarca, que haviam se afastado das diretrizes políticas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e fundado organizações como a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Nesses enfrentamentos armados contra a ditadura constituíram-se inúmeros agrupamentos que, lançando mão de ações no campo e na cidade, discutiam quais seriam os focos de resistência por meio da luta armada. Tais movimentos receberam inspiração das revoluções chinesa e cubana, onde os focos de ação no campo eram muito valorizados, mas também havia debates no interior desses grupos em que as ações de guerrilha e enfrentamento militar deveriam ter seu epicentro no meio urbano, conforme aponta o professor Celso Frederico (1991) em pesquisas que reúnem um conjunto fecundo de documentos dessas organizações. Eles foram reconhecidos como grupos de vanguarda muito ativos, apesar de pequenos, conforme também apontam os estudos do professor Daniel Aarão Reis Filho (1990), publicados com o provocante título de *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. Nesse contexto, os focos das guerrilhas do Araguaia e do Vale do Ribeira são muito lembrados, mas houve também o sequestro de embaixadores estrangeiros, empresários de multinacionais, assaltos a banco, ataques a quartéis do exército brasileiro e outras ações que figuram na trajetória dessas organizações armadas, cujo objetivo era desmoralizar o aparato ditatorial.

A ditadura respondeu a essas ações com o banimento daqueles que eram considerados como subversivos, um termo, evidentemente, pejorativo, mas recorrente, que foi largamente empregado nos meios de comunicação, em cartazes, transmissões radiofônicas e televisivas, jornais de grande circulação, com a finalidade de caracterizar aqueles que ousavam resistir às arbitrariedades do regime. O regime de exceção escorava-se na concepção de que essas pessoas colocavam em risco a segurança nacional, estimulavam a desobediência e a insubordinação, portanto, deveriam ser coibidas.

A busca de impedir esses movimentos trouxe o uso tresloucado e bárbaro do Destacamento de Operações e Informações (DOI) e do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), que, por desenvolverem ações em conjunto e embora fossem instrumentos distintos, levaram a literatura historiográfica a identificá-los pela sigla DOI-CODI, com o objetivo de perseguir, encarcerar, torturar e banir aqueles que resistiam à ditadura.

Nos diferentes estados da federação, a repressão aparece muito vinculada ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que ocupou um papel tenebroso de

perseguir, torturar e matar presos políticos produzidos pela ditadura. Sem dúvida o uso desse tipo de método sanguinário e bárbaro pode ser considerado crime de lesa-humanidade, e essa é uma questão muito controversa pela forma como se pactuou a transição democrática no Brasil. Diferentemente de outros países, em que a transição não operou esses acordos, a redemocratização brasileira foi de fato tutelada pelas forças militares e civis que haviam se apossado do Estado de forma golpista.

A resistência à ditadura civil-militar se realizou por movimentos sociais e sindicais, com a participação da sociedade civil, por intermédio de organismos como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Juventude Universitária Católica (JUC), as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA).

No Maranhão, o Comitê Brasileiro pela Anistia fora criado em 28 de março de 1979, com a realização de um ato público no Centro de Formação de Líderes da Arquidiocese de São Luís. De acordo com o documento n.º 057/116/AFZ/79 do Serviço Nacional de Informação, sua diretoria era constituída por: Reginaldo Carvalho Telles de Souza – advogado (presidente); Haroldo Saboia – Deputado Estadual do MDB/MA (1º vice-presidente); José Augusto Mochel – médico (2º vice-presidente); Marileide Vasconcelos – médica (1ª secretária); Aldo de Jesus Muniz Leite – Técnico em Artes Cênicas (2º secretário); José de Ribamar Vieira Feitosa – escritor (1º tesoureiro); Luís Pedro de Oliveira e Silva – jornalista (2º tesoureiro).

O avanço do questionamento ao regime ditatorial se fez, ainda, com a presença da chamada imprensa alternativa, da emergência de novas lideranças políticas nascidas e forjadas nas lutas sindicais contra o arrocho salarial, da eclosão de movimentos de grande participação popular, como foi o caso das campanhas “Diretas Já” e da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Esses movimentos vão desaguar, sobretudo, no período de avanço das relações democráticas que registram, na história recente do país, a fundação de organismos políticos e sindicais, como são os casos do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Essas organizações tiveram uma importância fundamental, do ponto de vista da absorção das pessoas que militavam contra a ditadura, especificamente, no campo educacional, de muitos dirigentes de associações e sindicatos com papel decisivo na organização, no desenvolvimento e na consolidação política do Partido dos Trabalhadores.

2.3 O impacto da Lei n.º 5.692/1971 na história da educação no período da ditadura civil-militar

Um dos momentos que trouxe grande transformação ao cotidiano educacional brasileiro, durante a vigência da ditadura civil-militar (1964-1985), foi a decretação da Lei n.º 5.692 de 11 de agosto de 1971. Essa lei trouxe uma profunda e estrutural mudança no ensino de 1º e 2º grau em nosso país, com forte impacto nos movimentos associativistas que foram organizados por diversas categorias, sobretudo entre aqueles que atuavam nas escolas públicas brasileiras.

Merece destaque, nesse sentido, a tese de doutorado *Sindicalismo e Proletarização: a saga dos professores brasileiros*, do professor Amarílio Ferreira Jr. (1998), que desenvolveu uma pesquisa histórica profunda e fortemente documentada, com o uso de fontes orais constituídas de entrevistas com protagonistas que atuavam no ensino público naquele momento. Esse trabalho representa uma das principais referências para a análise das consequências provocadas pela reforma desses níveis de ensino, nomeadamente seus impactos no cotidiano da organização dos professores brasileiros.

A Lei n.º 5.692/1971 foi imposta pela ditadura sem quaisquer preocupações de criar condições efetivas para que professores, estudantes e demais interessados nos rumos da educação brasileira pudessem se manifestar. Formalmente, o projeto foi encaminhado ao Congresso Nacional nos termos da constituição vigente, adulterada em 1969 pelo regime de forma autoritária, e preconizava que aquela casa parlamentar deveria apreciar propostas como essa que alteraria todo o ensino básico do país. Como a ditadura tinha ampla maioria e controle absoluto dos congressistas que atuavam na legenda criada em 1965, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que abrigava aqueles que apoiavam o regime no poder legislativo – Câmara Federal e Senado –, não houve qualquer obstáculo para aprovar e programar a aplicação da lei.

Ocorre que, muito embora essa lei tenha sido facilmente aprovada, a realidade educacional brasileira estava longe de ser modificada pelos seus desígnios. Ao contrário, levou à ampliação e a uma maior e mais ativa participação da comunidade escolarizada, desde alunos, professores, funcionários, diretores e outros personagens interessados nessa problemática, em reação ao cunho autoritário que ela representava. Todavia, a Lei n.º 5.692/1971, trazia a ambição de operar uma mudança profunda nas relações de ensino e aprendizagem daqueles dias. É muito lembrado, em especial quando estamos preocupados com o ensino básico voltado à formação humana e de pessoas críticas, participativas, compromissadas com a edificação e a

consolidação da cidadania, que essa reforma operada pela ditadura trouxe sérios prejuízos ao ordenamento educacional brasileiro de então, com repercussão até os dias da atualidade. Vale lembrar que disciplinas importantes preocupadas com a formação crítica e a participação estudantil foram comprimidas nos currículos escolares, tais como: Geografia, História, Filosofia, Sociologia, por exemplo, oferecendo espaço para Educação Moral e Cívica no 1º Grau, e Organização Social e Política Brasileira (OSPB), no 2º Grau.

É um momento, portanto, muito perturbador e que deve nos motivar a procurar suas repercussões na organização associativista e sindical dos trabalhadores em educação. Nesse sentido, os trabalhos do professor Amarílio Ferreira Jr. (1998, 2006a, 2006b, 2009), que estuda esse período, apontam o impacto que aquela lei trouxe para o cotidiano dos trabalhadores em educação, refletindo negativamente em seus movimentos associativos. Houve um grande esforço para construção de uma organização nacional, notadamente a Confederação dos Professores do Brasil (CPB), que mais tarde foi transformada na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Os funcionários públicos municipais, estaduais e federais não podiam se organizar em sindicatos até a aprovação da Constituição Federal de 1988. Esse documento foi denominado de Constituição Cidadã e pode ser considerado um marco importante na redemocratização brasileira, na transição da ditadura civil-militar instalada em 1964 para um regime democrático, tal qual conhecemos hoje, no qual a organização política e sindical e as manifestações da sociedade civil são feitas à luz do dia no debate democrático. De fato, somente com a promulgação da Constituição esse direito foi facultado aos funcionários públicos; muitas entidades associativas mutualistas que atuavam na área da educação e em outras categorias de trabalhadores dos setores público e privado também operaram essa mudança, transformando-se em sindicatos. Porém, mesmo sem ter uma característica sindical específica e reconhecida do ponto de vista jurídico, político e social, muitas dessas entidades tinham, na prática, uma intervenção com essas características. O termo associação, portanto, muitas vezes camuflou esse tipo de intervenção durante um largo período da nossa história recente, marcando fortemente o ativismo dessas entidades associativistas e mutualistas no tempo histórico anterior à Constituição de 1988; ele dizia respeito à instauração, por intermédio de uma ação golpista, em 31 de março de 1964, de uma ditadura civil-militar em no país.

Convencionou-se chamar de ditadura civil-militar porque entendemos o capital e sua expressão política, a burguesia, como força que atua no sentido de direcionar a história na direção de seus interesses. Os militares são parte importante da burocracia estatal que age nesse sentido, mas não definem o processo. Por isso, a ditadura não é apenas militar. Na sua urdidura

envolveram-se importantes entidades civis, grupos empresariais da alta hierarquia das Forças Armadas, principalmente do Exército Brasileiro, na trama que levou à derrocada do governo constitucional e legitimamente eleito de João Goulart. A partir daquele momento, como já destacado, a sociedade teve que conviver por mais de duas décadas com um regime ditatorial que conduziu as instituições do Estado brasileiro, impondo uma série de restrições e arbitrariedades em todo o país.

Esse é também um período muito controverso, sobretudo porque muitos partícipes daqueles dias ainda estão vivos, têm intervenção política, social e cultural, e a todo instante esse período vem sendo interpretado e reinterpretado, abrindo o debate e a crítica para muitas análises que em determinados aspectos acabam sendo superadas.

Para os estudos de sindicatos e/ou associações de trabalhadores da educação, esse é um período marcante, exatamente porque muitas associações terão o papel de protagonistas desse processo. Com isso, é muito importante que consigamos caracterizar esse momento histórico para compreender o papel que essas entidades tiveram na luta pela retomada das liberdades civis e democráticas, retirando do esquecimento aqueles que participaram dessa resistência e que muitas vezes estiveram nas fileiras das associações e sindicatos.

Pode-se destacar que esse foi um período de intensa repressão àqueles que foram muitas vezes chamados, de forma genérica e pejorativa, de subversivos. Mas, na verdade, tratava-se de pessoas que ousaram enfrentar o regime, que estavam filiavam aos diferentes segmentos sociais e matizes políticas, e que em muitos casos foram drasticamente assassinados. Portanto, não se tratava apenas de uma perseguição de militantes da esquerda vinculados à luta dos trabalhadores, da classe operária, do campesinato, enfim, dos trabalhadores do campo e da cidade, mas incluía diversos segmentos da sociedade civil que foram perseguidos, presos de forma arbitrária e, muitas vezes, mortos após sessões de torturas sofridas, inclusive muitos que atuavam na esfera da educação como professores e estudantes⁵.

Uma das primeiras medidas adotadas pelo regime ditatorial foi exatamente colocar na ilegalidade a União Nacional de Estudantes (UNE), que sempre desempenhou um papel muito ativo na luta social brasileira em defesa da educação pública, gratuita e para todos, campanhas civis de grande importância para a sociedade, além de ter um papel importante na resistência e

⁵ Entre 1970 e 1975, a ditadura civil-militar assassinou 41 alunos e ex-alunos e cinco docentes da Universidade de São Paulo (USP), entre eles os professores Norberto Nehring (FEA), Heleny Guariba (EAD), Iara Iavelberg (IP), Ana Rosa Kucinski (IQ) e Vladimir Herzog (ECA), além de Luiz Carlos Almeida (IF), exilado no Chile e executado em 1973 por uma tropa do general Pinochet. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/index.php/ditadura-militar/3265-entre-1970-e-1975-ditadura-militar-assassinou-41-alunos-e-ex-alunos-e-cinco-docentes-da-usp>

na luta pela redemocratização do país. Contudo, essa organização sofrerá forte repressão, tendo seu prédio emblematicamente incendiado pelos golpistas na noite de 31 de março de 1964.

Esse tempo foi marcado ainda pela edição de 17 de atos institucionais. O AI-5, um dos mais lembrados, tem uma importância marcante na caracterização daquele momento ditatorial, visto que pôs abaixo as liberdades civis e democráticas mais elementares de um estado democrático. Outros atos institucionais foram editados para mostrar ou impor o poderio ditatorial que se desenvolvia no país naqueles dias. Em seu conjunto, os atos institucionais foram responsáveis por coibir a liberdade de expressão e de imprensa, e de certa forma pode-se afirmar que naturalizam a violência, pois, sob sua égide, são constituídos os aparelhos repressivos no interior do Estado brasileiro, como aqueles já mencionados: o Destacamento de Operações e Informações (DOI) e o fatídico Centro de Operações de Defesa Interna (CODI).

Por esses atos institucionais ainda se instalava a censura e demais mecanismos doutrinários preocupados com a segurança nacional, como a Lei de Segurança Nacional (LSN), que partia do pressuposto de que o principal inimigo do Estado era interno, abrindo um flanco de intervenção contra aqueles que resistiam. No estado de São Paulo, em particular, houve uma destacada ação repressiva do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que não só prendeu e impôs torturas, sofrimentos físicos e psíquicos que culminavam com a morte de pessoas que eram chamadas para serem interrogadas de forma truculenta e violenta.

As perseguições se desenvolveram em todos os campos, atingindo a vanguarda do movimento operário, os dirigentes políticos de esquerda, intelectuais, artistas etc., estabelecendo, portanto, um período que, invariavelmente, chama a atenção de pesquisadores de vários campos do conhecimento. Por isso mesmo, existe uma literatura robusta desse tempo histórico, e como é polêmico, visto que envolve personalidades ainda ativas na luta política e no cenário cultural, entendemos ser importante contribuir para uma melhor compreensão desse momento histórico.

O país vivia momentos não só de um terror de perseguição física àqueles categorizados como adversários, mas também momentos em que esses malefícios deixavam uma influência psicológica profunda naqueles que procuravam compreender a direção da política de então ou daqueles que tinham uma consciência do que estava em curso na sociedade brasileira. Essa repressão foi particularmente visível contra a vanguarda do movimento operário, nas perseguições às lideranças dos movimentos sociopolíticos que resultavam em prisão, tortura e morte, como as dos operários Manoel Fiel Filho (1927-1976) e Santo Dias da Silva (1942-1979), bem como estudantes e professores que pagaram alto preço por resistirem ao regime.

Na longa transição democrática que se produziu no Brasil, apareceram com destaque algumas entidades da sociedade civil brasileira, entre elas a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que terá um papel importante nas denúncias contra as arbitrariedades que estavam em curso; a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), entidades cujo papel foi significativo na disseminação de uma visão crítica a amplos estratos da população sobre o que estava acontecendo na sociedade brasileira.

Essas formas de representação da sociedade civil, somando-se às entidades sindicais e associativistas que atuavam no período, terão uma presença decisiva no processo de organização de campanhas de grande repercussão que vão marcar fortemente esse período da transição. Por exemplo, a campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita, que contou com a participação de muitas associações de professores e outros trabalhadores da educação, isso porque muitos brasileiros que resistiram à instauração da ditadura trilharam o caminho do questionamento desse período e acabaram experimentando o gosto amargo do exílio. Vale lembrar que os professores Paulo Freire, Darcy Ribeiro e Maria Odila, entre tantos outros, e inúmeros estudantes, operários, sindicalistas e jornalistas foram exilados.

Outra campanha também muito lembrada foi responsável pela convocação de uma assembleia nacional constituinte, afinal de contas o país vivia sob o arbítrio e seu aparato jurídico estava completamente vinculado a medidas autoritárias e atos institucionais mencionados anteriormente, razão pela qual, para diversos segmentos da sociedade brasileira, tornou-se fundamental a retomada da soberania democrática do país e a organização do Estado em bases democráticas - a convocação de uma assembleia constituinte tinha esses objetivos. As entidades associativas e sindicais tiveram um papel importante nessa campanha.

Outra grande campanha, lançada no final de 1983, na Praça Charles Muller, em São Paulo (SP), foi em defesa das eleições “Diretas Já”, que rapidamente ganhou adesão popular em todo o país, trazendo a participação das entidades associativas e sindicais como instrumento importante de divulgação e militância política pela retomada do direito de escolha direta da presidência da república. Essa participação foi registrada nas convocatórias para os atos de rua, em panfletos e jornais sindicais daquele momento histórico.

2.4 O período de transição democrática, momentos iniciais e importantes na consolidação da democracia brasileira

Conforme destacamos, os estudos sobre as associações e sindicatos dos trabalhadores em educação pressupõe que possamos lançar um olhar crítico e contextualizado sobre as

relações que envolvem aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais e a influência desses processos na urdidura, desenvolvimento e consolidação política e social das entidades e agremiações que registram sua presença na história da educação.

Uma questão importante, nevrálgica e de grande repercussão no conjunto da vida social diz respeito à forma controlada com que as autoridades civis e militares procuraram conduzir o processo da chamada transição democrática brasileira. De fato, os artífices da ditadura procuraram o tempo todo conduzir esse processo. Isso fica mais evidente quando atentamos para aquilo que significou a realização e a organização do colégio eleitoral que elegeu Tancredo Neves (PMDB) e José Sarney (PMDB), respectivamente, para presidente e vice-presidente da República, em 1985⁶, iniciando uma etapa importante desse momento história nacional.

Outro capítulo importante daqueles dias está associado à tentativa de superar os resquícios jurídicos que haviam sido incrementados no período da ditadura, principalmente com a elaboração de uma nova Constituição, que viria a ser promulgada em 05 de outubro de 1988, com a promessa de que os direitos da cidadania que haviam sido roubados e enfraquecidos durante os anos de chumbo seriam resgatados e ampliados para todos os brasileiros.

Do ponto de vista institucional, também é importante lembrar de algumas características gerais dos governos de José Sarney (1985-1990), Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para o seu primeiro mandato, a partir de janeiro de 2003. Evidentemente, não temos a intenção de apresentar estudos aprofundados de qualquer um desses governos, apenas procuramos localizar alguns dos aspectos políticos, econômicos e sociais que influenciaram sobremaneira os movimentos e as ações dos trabalhadores em educação ao longo desses anos.

O processo de redemocratização do país teve, nas eleições diretas para governadores, o seu marco inicial, seguido pelas eleições para as prefeituras das capitais em 1985, o Congresso Constituinte em 1986, a promulgação da Constituição Cidadã em 1988 e a eleição presidencial de 1989. Embora estejamos falando de um período curto e, literalmente, de uma história do presente, ele foi marcado por momentos de muita tensão e conflitos políticos e sociais.

Os acontecimentos que envolveram a impeachment do então presidente Fernando Collor em 1992: denúncias de corrupção, aumento da concentração da renda nacional, inflação sem controle, edição de planos econômicos, dificuldades de expansão das atividades industriais e produtivas do país e, no que diz respeito aos processos educacionais, o aprofundamento das desigualdades e das oportunidades de ensino e aprendizagem reinantes no país. Pode-se afirmar

⁶ A eleição presidencial brasileira de 1985 foi a última realizada de forma indireta, por meio de um colégio eleitoral, sob a égide da Constituição de 1967. (Nota autoral)

que foi produzido um verdadeiro fosso com a separação das classes mais abastadas da sociedade daquelas que não tinham a oportunidade de frequentar os bancos escolares de forma qualitativa e longeva. O aprofundamento das tensões sociais urbanas e rurais levou à intensificação dos movimentos sociais e populares, com o objetivo de pressionar os governos para o atendimento de suas reivindicações, num cenário de criminalização desses movimentos sociais, extermínio de trabalhadores rurais, crescente violência urbana e incapacidade do Estado de solucionar os problemas mais elementares experimentados pela sociedade brasileira.

Por aqueles dias, os planos econômicos foram editados em profusão pelos diversos governos. Merece destaque quando o presidente José Sarney, em fevereiro de 1986, com o intuito de combater a inflação, lançou o Plano Cruzado; em 2 de novembro de 1986, uma segunda medida econômica com o Plano Cruzado II; em seguida, junho de 1987, o Plano Bresser; em janeiro de 1989, o Plano Verão, tendo, ainda, em março de 1990, o Plano Collor e, em 1993, o Plano Real.

Movimentos sociais de grande envergadura, caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), lançaram mão de ações de grande ousadia como a ocupação de terras e prédios públicos, questionando o processo de desenvolvimento desigual e eivado de contradições do capitalismo agrário no Brasil. Nas eleições de 2002, encabeçando uma chapa constituída por um amplo leque de alianças políticas, foi eleito Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, com um programa comprometido com o crescimento econômico, a promoção de políticas sociais e a ampliação da distribuição da renda nacional. Trata-se de um marco importante de consolidação do processo democrático brasileiro.

Esses anos também foram marcados por uma gama impressionante de acontecimentos internacionais que, de forma direta ou mais distanciada, influenciaram os rumos da vida política, econômica e cultural brasileira. Merecem ser lembrados as crises no chamado Leste Europeu, o fim da Guerra Fria, a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o recrudescimento da presença americana no Oriente Médio, trazendo dor e sofrimento para os povos daquela região. Merece destaque, ainda, as ações dos EUA lançando mão de arsenal bélico, envio de tropas militares para domínio e a ocupação militar do Iraque.

A transição democrática e os primeiros anos da consolidação democrática no Brasil são aqui tratados para fins de compreensão contextualizada das relações políticas mais gerais e seus nexos com a história dos professores da rede pública municipal de São Luís (MA).

3 AS CONDIÇÕES PARA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

Durante a ditadura civil-militar perpetrada por meio de um golpe de Estado em 1964 verificam-se mudanças significativas na escola pública, que impactariam a categoria social dos professores por anos a fio. Fundamentada no ideário tecnicista e autoritário, o regime coercitivo aprofundou o papel da escola como aparelho ideológico de Estado, ao incrementar uma série de políticas consubstanciadas em reformas educacionais que alteraram o cenário educacional brasileiro. Como apontam os estudos do professor Amarílio Ferreira Jr. (2009), a situação ulterior da categoria docente foi fruto das reformas educacionais produzidas em 1968 e 1971.

Naquele momento histórico, o conjunto dos professores compunha, aproximadamente, o número de

[...] 1 milhão de membros, a categoria social dos professores públicos de 1º e 2º graus passou então a protagonizar grandes mobilizações de massa em defesa de melhores condições de vida e de trabalho após a primeira das greves operárias do ABC paulista em 1978. (FERREIRA JR., 2009, p. 1)

A expansão da escola pública brasileira, que redundou em ampliação das matrículas e do número de professores, foi orientada pelo objetivo de formar mão de obra para atender às demandas de reprodução do capital e, em correspondência, impor a ideologia que fundamentava o tipo de desenvolvimento defendido pelo regime, num processo muito próprio de sociedades urbano-industriais. Simultaneamente e na mesma proporção em que o acesso à escola pública foi sendo ampliado, evidenciam-se processos de precarização do trabalho docente, que então geram as condições objetivas para a mobilização política dessa categoria em franco crescimento.

Esse processo ocorreu desconsiderando, deliberadamente, questões de qualidade de ensino e considerações sobre a formação humana e cidadã, dado que foi guiado por uma política educacional de viés historicamente dual, pragmático, massificado e economicista destinadas a operar mudanças sociais alinhadas aos interesses da burguesia:

Através da reestruturação do sistema educativo, segundo os princípios da organização das empresas, busca-se maior adequação do modelo da educação ao modelo econômico, para atingir os objetivos deste último. A eliminação ou, pelo menos a diminuição da defasagem, tanto no que se refere ao aspecto quantitativo (atender à demanda) quanto no que se refere à estrutura (pôr-se em consonância com os imperativos do desenvolvimento) tem por fim, portanto, a instrumentalização do processo produtivo da expansão econômica. (ROMANELLI, 2014, p. 232)

A educação recebe uma nova face com a vigência da perspectiva neoliberal, o que leva ao ficar subordinada ao metabolismo do capital. E aprofunda esse processo quando passa a atender às demandas funcionais dos processos de trabalho, ou seja, centrar-se na formação profissional e da formação de recursos humanos adaptáveis à ordem social, entendidas como determinantes do aumento da produtividade do trabalhador, desse modo consignando o projeto de modernização conservadora que havia se colocado em movimento na sociedade brasileira. Com isso, perde o caráter de formação humanística que era valorizado pela escola tradicional, a qual, embora em perspectiva conservadora de formação humana unilateral para o trabalho alienado e em meio à divisão social do trabalho, termina por reificar as relações burguesas.

Essa nova forma de organizar os interesses do capital na educação será gradativamente aprofundada, na medida em que os fundamentos legais e teóricos gerarão adesão a essa compreensão do setor. Respaldados pela Lei nº. 5.540 de 28 de novembro de 1968, que fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, seguida da Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixou o objetivo geral da educação de 1º e 2º graus demonstrando claramente o contrassenso de advogar que o “objetivo geral do ensino é proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.” (BRASIL, 1971)

Essa legislação vai alterar o Ensino Médio, provocando a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus e impactando as decisões em todos os estados e municípios do país. Em São Luís (MA), apesar da disputa política interna entre distintos grupos políticos, no campo educacional veremos uma adesão à política estadual e nacional do ponto de vista organizacional e pedagógico. Por ora, poucos registros estão sistematizados acerca da política educacional maranhense desse período, mas vale identificá-los e ressaltar seus impactos a fim de prover melhor compreensão do contexto em que os professores estarão inseridos no período decisório que antecedeu à fundação da APEMM.

3.1 Alguns indicativos da política educacional maranhense e o seu impacto na educação ludovicense

As informações apresentadas nesta seção têm o objetivo de expor o contexto em que estavam envolvidos os professores que desencadearam o movimento de organização política da APEMM.

No Maranhão, a preocupação em torno de uma perspectiva educacional como instrumento do projeto desenvolvimentista e modernizador do país foram incorporados à política estadual, especialmente com a ascensão de José Sarney ao governo do Estado em 1965, quando foi eleito com o discurso de modernização dos diversos setores a partir de um plano de ação que, em última instância, responderia aos interesses ditatoriais. (RAPÔSO, 1982; PINTO, 1982, COSTA, 1997, 2002, 2006; BARBOSA, 2003; BITTENCOURT, 2019)

Os estudos de Costa (2002) apontam que no limiar dos anos 1960 a política estadual era dominada por outro grupo oligárquico, chefiado pelo senador Victorino Freire. Apoiado pelos coronéis latifundiários e comerciantes utilizava a máquina pública para manter as relações clientelistas. Além disso, reprimia com grande violência manifestações de trabalhadores e praticava fraudes nas eleições, garantindo a eleição de seus correligionários. Para fazer frente ao grupo político hegemônico, ao vitorinismo, do qual José Sarney fazia parte, uma ampla e diversificada aliança política conhecida como Oposições Coligadas foi organizada.

Em linhas gerais, o período marcado por diversos conflitos com destaque para a greve de 1951, conhecida como sendo a Balaiada urbana, quando São Luís ficou totalmente paralisada por uma greve geral nos meses de fevereiro e março, e depois setembro e outubro, com o fechamento do porto da cidade, a longa paralisação ganhou grande repercussão, iniciando o movimento de reação ao vitorinismo. Mais tarde, esse movimento incorporou-se à frente única oposicionista liderada por José Sarney, que com esse grupo de oposições foi eleito ao governo do estado em 1965. No entanto, a vitória das oposições somente foi possível porque contou com o apoio da ditadura civil-militar. Costa (2002) assevera que, no Maranhão, trocava-se seis por meia dúzia, uma vez que a oligarquia vitorinista perdeu forças, dando início à oligarquia Sarney ou sarneísmo (BARBOSA, 2003), que cresceu e se fortaleceu à sombra dos militares no poder.

Essa mudança no cenário político resultou na incorporação do estado ao projeto desenvolvimentista autoritário e repressor da ditadura civil-militar, marcado por uma modernização conservadora que expandiu o capital monopolista na Amazônia, aprofundando as desigualdades sociais e acelerando a concentração fundiária, violência política, grilagem, expulsão de trabalhadores rurais de suas terras, aumento dos conflitos no campo. Por sua vez, o governo de José Sarney (1966-1970) propalava um Maranhão Novo, prometendo prosperidade e modernização que, notadamente para a maioria da população, nunca chegou.

De acordo com dados do IBGE publicados pelo Conselho Nacional de Estatística (s.d.)⁷ sobre o ensino em São Luís, na década de 1950, o município dispunha de 73 unidades escolares de ensino primário fundamental comum que atendiam 9.611 crianças matriculadas. O mesmo documento aponta ainda que “a quota de crianças matriculadas em 1950 atinge 44% em São Luís, contra 21% no Maranhão”, com o parâmetro adotado para a municipalidade de São Luís, sendo o mesmo percentual da rede estadual. O número de professores do ensino primário fundamental comum, no ano de 1955, era de 219 para 6.988 alunos matriculados, sendo 86 professores do estado para atender 3.031 alunos matriculados; 77 professores do município para atender 2.135 alunos matriculados e 56 professores particulares para atender 1.822 alunos (IBGE, s.d. p.27). No mesmo ano, o ensino Secundário e Normal tinha 8 prédios escolares com 154 docentes para acolher 3.571 alunos registrados no ginásial; 4 estabelecimentos escolares com 70 educadores para receber 758 alunos matriculados no colegial; e 2 unidades escolares com 28 professores para 237 alunos matriculados no curso Normal.

Naquele período, funcionavam 5 estabelecimentos de ensino superior, a saber: a Faculdade de Direito de São Luís, a Escola de Enfermagem São Francisco de Assis, a Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís, a Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão, a Escola de Serviço Social e a Faculdade de Ciências Econômicas do Maranhão, esta última aguardando autorização de funcionamento. (IBGE, s.d. p.28)

A população de São Luís, no período, era de 119.785 habitantes (55.132 homens e 64.653 mulheres). Os dados do IBGE de 1950 mostraram que a população estava crescendo e nos últimos nove anos e dez meses havia ocorrido um aumento de 40% da população. Esses dados do recenseamento demonstraram ainda que, no que se refere à instrução pública, no estado do Maranhão apresentava apenas 25% da população acima de 10 anos no nível de instrução geral, sendo que a maior parte estava na capital, que tinha 65% da população de 10 anos ou mais na condição de alfabetizadas. Isso implica afirmar que a situação da baixa escolaridade e do analfabetismo era um problema ainda maior no interior do estado. (IBGE, s.d. p.26)

Nos anos que antecederam a organização da Associação de Professores do Ensino Médio do Município de São Luís (APEMM), é possível identificar, em algumas fontes, o cenário educacional, a falta de acesso à escola para crianças em idade escolar, a evasão, o

⁷ Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/113/col_mono_n95_saoluis.pdf Acesso em: 25 jul. 2022.

analfabetismo, a forte presença de professores caracterizados como leigos e as péssimas condições de vida e trabalho.

No ensino primário, 58,1% das crianças de 7 a 14 anos deixam de ser atendidas. Enquanto nas zonas urbanas e suburbanas a taxa de escolarização é da ordem de 82,1%, nas zonas rurais se reduz a 30,9%...o “déficit” de professores em relação à população infantil ascende a 6.555, número superior ao atualmente existente em função no Estado, com as professoras leigas compondo esse quadro num percentual de 70% agravando-se a situação com a evasão anual verificada no ensino primário. (MARANHÃO, 1966, p.39)

Na mensagem à Assembleia Legislativa enviada pelo Governo Sarney, em 1966, quando iniciava seu mandato de instauração de um projeto conservador e autoritário de “modernização” do Maranhão, a categoria de professores das redes estadual e municipais será ampliada de modo significativo, mas num professorado com alto índice de professores leigos. O texto apresenta dados importantes do cenário educacional maranhense da época destacando que mais da metade da população em idade escolar não tinha acesso à escola, havia déficit de professores e cerca de 70% deles estavam na condição de professores leigos.

Os dados do Censo de 1960 demonstram que a evolução foi muito pequena e apenas 30,2% da população acima de 5 anos de idade no Maranhão estavam alfabetizadas. O Maranhão era o segundo estado com maior índice de analfabetismo (RAPÔSO, 1982). Além disso, a população de 7 a 14 anos tinha acesso reduzido à educação escolar, como é possível observar nos estudos empreendidos por Bonfim (1985) e Rapôso (1982).

Tabela 1 - Atendimento escolar da população de 7 a 14 anos nos anos de 1958, 1959 e 1960 no Maranhão

Ano	População de 7 a 14 anos	População atendida	% de atendimento
1958	415.184	90.714	21,8
1959	427.921	90.104	21,0
1960	584.521	90.979	16,6

Fonte: Anuários Estatísticos – IBGE (apud RAPÔSO, 1982, p. 90)

O problema era mais acentuado se considerarmos que a evasão escolar era altíssima, atingindo 64% entre a 1ª e 2ª séries e 73% entre a 1ª e a 3ª séries (RAPÔSO, 1982, p.90). Esses dados disponíveis no documento intitulado *Pré-diagnóstico da situação econômica e social do Estado do Maranhão para o plano de Governo – 1971/74* implica afirmar que nem mesmo a

média de 19% da população entre 7 e 14 anos era atendida, uma vez que sua permanência também não era garantida.

Nos estudos empreendidos por Pinto (1982), identificaremos dados importantes acerca do quadro do magistério público primário identificado na Mensagem do Governador José de Matos Carvalho à Assembleia Legislativa do Maranhão em maio de 1960.

Tabela 2 – Quadro do magistério público primário

1957		1960	
Diretores de Escola	65	Diretores de Escola	68
Professoras Normalistas	668	Professoras Normalistas	821
Regentes de Ensino	76	Regentes de Ensino	207

Fonte: Governo do Estado do Maranhão – 1960 (apud PINTO, 1982, p.101)

Pelos números é possível observar a morosidade do poder público no que se refere à oferta do ensino. Na Tabela 1, vê-se que a população de 7 a 14 anos em 1960 era de 584.521; desse total, 275.000 deveria ser atendida no ensino primário (PINTO, 1982, p.101). No quadro do magistério público, no mesmo ano, vemos um número pequeno de professores, entre normalistas e regentes, para atender aos 90.979 matriculados naquele período.

Esses dados e documentos também demonstram que as políticas educacionais adotadas no Estado repercutiam inicialmente em São Luís, e somente depois se estendiam para os demais municípios do estado.

A partir de 1964, haverá um aumento expressivo das matrículas em todo o país, culminando no crescimento da categoria de professores; no entanto, quase metade desses trabalhadores, conforme observado anteriormente na Mensagem do Governo Sarney à Assembleia Legislativa em 1966, encontravam-se na condição de leigos. Portanto, antes mesmo das políticas educacionais produzidas pela burguesia e sustentadas pelos diferentes governos nos anos que sucederam o golpe civil-militar, a categoria de professores no Maranhão já apresentava uma maioria de professores leigos.

A Tabela 3 demonstra o crescimento exponencial de matrículas na rede municipal de São Luís, com destaque para o período entre 1964 e 1967, quando a rede aumentará, em pouco tempo, em quase 100%. É certo que o crescimento ocorreria gradativamente todos os anos, sem dúvida pela pressão da classe trabalhadora pelo direito à educação escolar, mas também é fato a influência do projeto político da ditadura que implicava o aumento da escolarização dos

trabalhadores. Serão, portanto, nos primeiros anos entre 1965 e 1967 que veremos os números de matrículas duplicarem.

Tabela 3 - Matrícula geral no ensino primário em São Luís - 1958 a 1967

Anos	Dependência Administrativa		
	Estadual	Municipal	Particular
1958	5.829	1.932	4.878
1959	6.595	1.903	4.120
1960	7.836	1.985	5.185
1961	7.991	1.761	5.812
1962	8.868	1.779	6.411
1963	10.081	2.281	6.221
1964	14.053	2.856	6.880
1965	15.675	3.998	6.968
1966	26.984	5.367	8.367
1967	26.347	6.904	8.062
TOTAL	131.259	30.766	62.904

Fonte: Documento: Ensino no Estado do Maranhão 1958/67 - SUDEMA/Departamento Estadual de Estatística, São Luís, 1969. (apud PINTO, 1982, p.137)

Há uma diferença significativa entre as matrículas do ensino primário e secundário que, notadamente, também apresentará um aumento, mas nada comparado ao primeiro. No plano estadual, o Maranhão apresentará números extraordinários de acesso ao ensino primário, mas ainda bastante distante da demanda.

Tabela 4 - Alunos matriculados no primário no início do ano – 1965/1969

Ano	Total	Estadual	Municipal
1965	139.356	46.667	92.689
1966	201.266	66.913	134.353
1967	248.885	74.236	174.649
1968	271.603	74.730	196.873
1969	307.000	89.000	218.000

Fonte: Mensagem do Governador José Sarney à Assembleia Legislativa do Estado, Maranhão, 1970.

Tabela 5 - Alunos matriculados no secundário no início do ano - 1965/1969

Ano	Total	Estadual	Municipal
1965	4.381	4.381	-
1966	6.139	3.850	2.289
1967	7.221	4.438	2.783
1968	10.167	7.092	3.075
1969	13.022	9.173	3.849

Fonte: Mensagem do Governador José Sarney à Assembléia Legislativa do Estado. Maranhão, 1970.

De fato, haverá um crescimento considerável nas matrículas do período, mas qual foi a estratégia adotada pelo governo Sarney para essa ampliação? Segundo a mensagem enviada pelo governo Sarney à Assembleia Legislativa, em 1967, “quanto ao número de vagas foi obtido graças à utilização de 136 novas unidades escolares e ao pleno rendimento do total de unidades reconstruídas, reequipadas e à introdução de turnos intermediários.” (MARANHÃO, 1967, p. 01). A diretora do Departamento de Educação⁸, Elimar Figueiredo Almeida e Silva, que respondia no período pela Secretaria de Educação e Cultura, em entrevista concedida ao jornal *O Imparcial*, veiculada na edição de 24 de março de 1966, explicou

[...] com a matrícula de 3 mil alunos, está resolvido o problema dos excedentes no Colégio do Estado. Acrescentou que, no Instituto de Educação, o problema foi solucionado com a matrícula de 1.925 alunas, muitas das quais estavam ameaçadas de interromper seus estudos, à falta de vaga. [...] que no setor primário duas mil crianças estavam impossibilitadas de estudar esse ano. Todavia, na forma de recomendação do governo, o problema está praticamente resolvido, com a instalação e funcionamento de novos turnos intermediários na maioria dos grupos escolares da capital e do interior do Estado. (O IMPARCIAL, 24 mar. 1966)

Os turnos intermediários foram implantados acrescentando em 58% o percentual de matrículas do período e funcionavam da seguinte forma:

A adoção dessa proposta viria alterar todo o funcionamento da escola, visto que haveria remanejamento de horário e de pessoal, para fazer frente àquela sistemática. De dois turnos escolares distribuídos de 7:30 às 11:30 horas e de 13:30 às 17:30 horas, com inclusão de tempo para merenda e recreação, passaria a escola atingida por aquela sistemática a funcionar de 7:00 às 10:00 horas (1º turno), de 10:00 às 13:00 horas (2º

⁸ A Secretaria de Educação e Saúde Pública foi criada em 1946 com a reestruturação do aparelho administrativo do estado, integrando o Departamento de Educação: Seção de Controle e Rendimento Escolar, Seção de Canto Orfeônico; Seção de Trabalhos Manuais, Seção de Orientação e Fiscalização de Ensino Primário, Instituto de Educação, Colégio Estadual, Cinema Educativo, Serviço de Educação Física, Serviço Dentário, Instrução Primária e Estação Transmissora P.R.J - 9. A Biblioteca Pública também integra a estrutura dessa Secretaria. (Nota autoral)

turno), de 13:00 às 17:00 horas (3º turno) e de 16:00 às 19:00 horas (4º turno). (PINTO, 1982, p. 135)

Conforme aparece registrado, no documento que versa sobre as políticas governamentais, publicado pela Assessoria de Planejamento da Secretaria de Educação e Cultura em 1967, a adoção dessa proposta foi uma medida de emergência para pelo menos assegurar o acesso à escola a um número maior de educandos. O documento afirma que até mesmo o prazo para matrículas havia sido prorrogado a fim de atender um quantitativo maior de crianças. No documento se destaca que a rede física pouco havia se expandido e, conseqüentemente, as salas das unidades escolares já sofriam de superlotação e os turnos intermediários teriam a função tanto de atender o acréscimo de matrículas quanto de “aproveitamento integral de todos os espaços ociosos existentes nos Grupos Escolares da Capital.” (MARANHÃO, 1967 apud BONFIM, 1985)

Torna-se possível identificar que, na aparência desse processo, a expansão do atendimento às crianças rapidamente será caracterizada como democratização do acesso à escola pública, mas na prática se destacará a contradição, visto que houve um aumento considerável no índice de reprovações. (BONFIM, 1982, p. 137)

Outra consequência dessa política está na intensificação do trabalho docente, visto que o número de professores e a construção de escolas não acompanhou o crescimento de matrículas nos colégios públicos da capital maranhense. Segundo o estudo da professora Núbia Bonfim (1982), um relatório produzido por José Salles de Andrade no final de 1967, para o governo maranhense, apontará que os turnos intermediários, na fase final de avaliação do rendimento escolar, revelaram um aproveitamento baixíssimo, razão pela qual foi determinada a supressão dos ditos turnos intermediários. O problema era profundo e complexo, dado que o mesmo relatório destacava a evasão escolar como um dos elementos determinantes do processo de precarização do ensino, informando que as evasões e repetências já faziam parte dos desafios educacionais posto que “dos 69.384 alunos matriculados no 1º ano em 1960, chegaram aptos para ingressar no curso médio 4.629, o que representa um aproveitamento de 6,7% da matrícula inicial e para os 78.114 alunos matriculados no 1º ano de 1961, houve um rendimento de 6,9%.” (BONFIM, 1982, p. 145-1946)

Nas tabelas a seguir é possível visualizar alguns dados do período de 1967 a 1969, últimos anos do governo Sarney, que vão apontar a repetência como um problema crônico, que pode ser visualizada por dependência administrativa. Esse problema vai aparecer em várias pesquisas e seguramente está relacionado à ausência, em diversas áreas, de políticas para viabilizar o acesso e a permanência dos estudantes maranhenses na escola. Os dados da Tabela

6 apresentam dados relativos ao processo de massificação do ensino público, segundo dependência administrativa, o que possibilita uma visão ampla e ao mesmo tempo específica de cada uma delas.

Tabela 6 – Ensino primário e ensino primário comum – Matrículas no início de ano, segundo a dependência administrativa – 1967/1969

Anos	Maranhão – Matrícula no início do ano						
	Total	Segundo dependência administrativa				Segundo a localização	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Zona urbana e suburbana	Zona rural
1967	285.691	4.803	74.575	171.243	35.070	126.750	158.941
1968	310.367	4.161	74.730	196.873	34.603	135.182	175.185
1969	304.199	3.286	76.035	196.747	28.131	135.417	168.782

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1971, p. 647.

Para atender aos matriculados no Ensino Primário, a rede pública do Maranhão contava, no ano de 1969, com 8.899 professores, sendo 56 atuantes na rede federal, 2.248 na rede estadual, 5.629 na rede municipal e 966 na rede privada (IBGE, 1971, p. 645), distribuídos em 4.623 unidades escolares no mesmo ano, com 3.914 desse quantitativo sob dependência administrativa municipal.

Tabela 7 – Ensino Primário – Ensino primário comum e repetência no início do ano, segundo dependência administrativa e localização – 1967-1969

Anos	Maranhão - Repetentes no início do ano						
	Total	Segundo dependência administrativa				Segundo a localização	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Zona urbana e suburbana	Zona rural
1967	50.194	1.173	8.702	35.532	4.787	15.819	34.375
1968	68.936	1.202	13.127	49.578	5.029	21.789	47.147
1969	69.608	950	11.531	53.365	3.762	21.448	48.160

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1971, p. 653 e 655

Conforme demonstram a Tabela 6, que indica as matrículas dos anos de 1967-1969, e a Tabela 7, com as repetências desse mesmo período, é possível se verificar que, ao final do

governo Sarney, o problema não seria resolvido, pois a repetência apresentava números elevados no Ensino Primário.

No Ensino Médio, de acordo com o Anuário Estatístico do Brasil de 1971, veremos que esses números serão bastante inferiores em relação ao Ensino Primário. É nesse ciclo didático do ensino que, à época, os professores fundadores da APEMM estarão inseridos.

Tabela 8 – Ensino Médio/Ensino Secundário – Corpo docente, segundo o ciclo didático e a dependência administrativa - 1969-1970

Corpo docente (professor/curso)											
Anos	Total geral	1º ciclo					2º ciclo				
		Total	Segundo a dependência administrativa				Total	Segundo a dependência administrativa			
			Público		Particular			Público		Particular	
			Total	Feminino	Total	Feminino		Total	Feminino	Total	Feminino
1969	2.179	1.866	679	464	1.187	689	313	142	64	171	54
1970	2.192	1.941	800	606	1.141	702	251	54	24	197	59

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1971, p. 667

No que se refere ao corpo docente da época, vemos que ao final do governo Sarney havia cerca de 1940 professores atuando no Ensino Médio da rede pública para atender (conforme Tabela 9) a 16.754 matriculados na rede pública.

Tabela 9 – Ensino Médio - Ensino médio em geral, matrículas no fim do ano, segundo o ciclo didático e a dependência administrativa - 1968-1969

Matrícula no início do ano											
Anos	Total geral	1º ciclo					2º ciclo				
		Total	Segundo a dependência administrativa				Total	Segundo a dependência administrativa			
			Público		Particular			Público		Particular	
			Total	Feminino	Total	Feminino		Total	Feminino	Total	Feminino
1969	46.600	38.017	11.789	6.639	26.231	14.354	8.583	2.702	1.448	5.881	3.464
1970	51.125	40.439	13.742	7.296	26.697	14.717	10.686	3.012	1.063	7.674	4.463

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1971, p. 661

Os anos que antecederam a organização política dos professores da rede pública municipal de São Luís apresentam dados ascendentes em todos os aspectos. A educação experimentava, conforme o discurso do governo Sarney, um tempo de progresso, modernização e desenvolvimento. Em grande medida, o discurso governamental insistia que o número de escolas e matrículas apresentava crescimento na rede municipal de São Luís, assim como na rede estadual, tanto no ensino primário quanto no secundário, sendo que no último houve um salto de 3 ginásios em 1965 para 84 no ano de 1970.

Todo esse incremento no ensino secundário maranhense chamou atenção dos técnicos da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development* – USAID) que acompanhavam o convênio MEC/USAID⁹ no Brasil, e destacaram em depoimento que o avanço educacional no Maranhão era vultoso e sem similaridades no restante do país (O IMPARCIAL, 1971, p. 6). É assim que, no último ano de mandato, José Sarney, em mensagem enviada à Assembleia Legislativa, afirmava que o Maranhão foi o estado do Nordeste com maior crescimento naquele momento, e atribuía isso à construção de estradas, o que ele classificava como fundamental para a batalha do desenvolvimento e que seu governo conquistara níveis elevados nos setores da educação e da saúde com formação dos recursos humanos, a fim de romper o problema do atraso e da pobreza no estado (Mensagem do Governador José Sarney à Assembleia Legislativa do Estado. Maranhão, 1970, p. 3).

Sob o lema *Maranhão Novo*, é possível observar uma mudança na operacionalização dos aparelhos de Estado, inclusive com o financiamento de pesquisa e assessoria para planejar e desenvolver o aspecto socioeconômico, exemplificados pela criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e pela Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA)¹⁰, que a partir do I Programa de Gestão Maranhão Novo, deveria

⁹ De acordo com Luiz Antônio Cunha, desde a década de 1950, vários acordos foram assinados entre o Brasil e os EUA, objetivando promover um intercâmbio cultural entre os dois países. Contudo, embora houvesse relevância e significação histórica desses acordos, foram aqueles relativos à assessoria para planejamento do sistema de ensino, assinados em 1965 e 1967, que provocaram discussões acerca da intervenção técnica Brasil-Estados Unidos na educação. Em 23 de junho de 1965 foi firmado um primeiro acordo entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC), representado por Flávio Suplicy de Lacerda, e a United States Agency for International Development (USAID), representada pelo diretor Stuart Van Dyke. Vale destacar que este primeiro acordo, referente ao ensino superior ficou mais de um ano sem divulgação, sendo recebido com fortes críticas e objeções. (Nota autoral)

¹⁰ A Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão - SUDEMA, criada em 1966 como órgão básico do Sistema de Planejamento Estadual, terá o objetivo de planejar, coordenar e controlar a política do desenvolvimento econômico do Maranhão, por meio dos Departamentos de sua Secretaria Executiva. Após diversas alterações, em 1995 será modificada a denominação passando a Secretaria de Estado do Planejamento – SEPLAN, conforme é denominada atualmente. (Nota autoral)

implantar infraestrutura e investimentos sociais que alavancassem o desenvolvimento almejado pelo governo, que se resumia a “[...] Reforma administrativa, visando a moralização e a eficiência da máquina do governo; Energia e Transportes, Educação e Saúde, Fomento Agropecuário e Industrialização.” (Mensagem do Governador José Sarney à Assembléia Legislativa do Estado. Maranhão, 1970, p. 16)

Esse plano exibia doze diretrizes gerais e apresentava como objetivo implantar um sistema educacional diretamente atrelado ao plano econômico, indicando a necessidade de adequação dos recursos humanos conforme a lógica desenvolvimentista, muito próxima da teoria do capital humano¹¹. No plano se afirmava que se deveria “capacitar a mão-de-obra para melhor utilização dos instrumentos de produção [...] e visando o desenvolvimento econômico e a incorporação da população à vida econômica e social, o Estado deveria incentivar a implantação de Indústrias e Serviços que [...] dessem prevalência a utilização da mão de obra.” (MARANHÃO, 1968)

3.2 Os mecanismos para a aplicação da política educacional utilitarista no Maranhão

Ao longo da segunda metade da década de 1960, a educação pública maranhense foi, paulatinamente, aderindo ao viés utilitarista, na medida em que era apresentada como importante campo de formação para a integração e a adaptação das massas ao *modus operandi* do capital, pavimentando, assim, o caminho para a vigência da concepção tecnicista que nortearia a educação em todo país, durante o período da ditadura civil-militar. Para ampliar, aperfeiçoar e aprofundar esse ideário alguns projetos foram viabilizados, tais como: Projeto João de Barro, TV Educativa e Projeto Bandeirante.

O Projeto João de Barro, idealizado em 1967 com o desígnio de alcançar o campesinato maranhense, visava alfabetizar as populações rurais em articulação com suas experiências no campo. Contudo, os fundamentos que nortearam essa política foram inteiramente equivocados, pois concebiam o camponês como sujeito “marginalizado dos recursos culturais e econômicos

¹¹ A teoria do capital humano foi inserida na teoria econômica moderna por Jacob Mincer e disseminada por Schultz e Becker nas décadas de 1950 e 1960. O mote principal da teoria reside na concepção de que o trabalho seria mais do que um fator de produção, consistindo num tipo de capital, notadamente, capital humano. Esse capital só pode ter qualidade se for produtivo. Essa qualidade é adquirida pela quantidade de conhecimento científico-tecnológico que o trabalhador desenvolve durante a vida. O capital humano na condição produtiva não só otimiza o rendimento individual do trabalhador, como seria elemento decisivo para gerar riqueza e, nessa perspectiva, equalização social. (Nota autoral)

existentes [...] incapaz de, por si, inserir-se no processo de desenvolvimento global do Estado.” (MARANHÃO, s.d. p.5)

Tal concepção, ao demonstrar incapacidade e falta de consciência dos trabalhadores rurais, evidenciava o preconceito e a compreensão a-histórica, uma vez que na década de 1950 diversas associações de lavradores protagonizaram uma articulação que teve a reforma agrária como mote, culminando na criação da Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (ATAM) (KREUTZ, 1982). O projeto propunha que as escolas fossem construídas pelos próprios camponeses, sugerindo estrutura de taipa, chão batido e cobertura de palha. Vale ressaltar que até os dias atuais essas escolas, ainda que o projeto não esteja mais em andamento (sua duração ocorreu de 1967-1974) eles continuam existindo nos municípios do Maranhão¹². São instituições sem banheiros, energia elétrica, cadeiras, mesas, lousas, água potável, merenda escolar, enfim, em condições totalmente insalubres e precárias. (GLOBOPLAY, 2021)

Os professores eram lideranças locais que provavelmente eram convidados com a intenção de arrefecer as lutas empreendidas pelos trabalhadores do campo (RIBEIRO, 1983); estes trabalhadores eram classificados como monitores das escolas João de Barro, recebiam treinamento técnico da Secretaria de Educação e pequenos salários para execução dessa atividade (NASCIMENTO, 2021, p. 112)

Em 1971, conforme matéria veiculada n’O Imparcial (1971, p. 10), o projeto apresentava um crescimento exponencial, contando com 2011 escolas fixadas em 78 comunidades e que atenderia à impressionante marca de 180.990 alunos matriculados, mas conforme a mesma matéria o projeto contava com apenas 21 pessoas trabalhando efetivamente em sua execução. O baixíssimo investimento, aos poucos, resultou na redução de matrículas. As comunidades passaram a rejeitar a proposta que, em geral, não cumpria o papel de alfabetização no campo. A proposta acabou sendo substituída pelo MOBREAL e pelo Projeto Minerva, que foram projetos nacionais executados em todo país.

O projeto Minerva fez parte de um programa de ensino a distância que entrou no ar no final da década de 1970, criado e desenvolvido pelo governo ditatorial com a finalidade de resolver os problemas educacionais a partir da implantação de uma cadeia de comunicação formada pela rede das rádios e televisões educativas, utilizando uma metodologia não convencional. Como tudo era determinado pelo governo de transmissão dos programas gravados com propósito de alcançar a população, os horários passaram a ser obrigatórios nos

¹² Algumas das escolas de taipa podem ser visualizadas na matéria veiculada em telejornais “Alunos estudam em escolas de taipa no Vale do Pindaré”, exibida em 17 de novembro de 2021, disponível em <https://globoplay.globo.com/v/10047281/> Acesso em 10 jul. 2022.

canais de rádio e televisão. Os programas tinham o objetivo de preparar estudantes para exames supletivos de capacitação ginásial e madureza ginásial àqueles que não apresentassem os requisitos e condições para frequentar um curso preparatório. O Projeto Minerva foi mantido até a década de 1980, apesar das duras críticas e do alto índice de reprovação, que chegou a aproximadamente 77% dos matriculados.

Após o golpe de 1964, ocorrerá uma retração de projetos de educação popular como os Movimentos de Educação de Base (MEB) e o Movimento da Cultura Popular (MCP), que entre vários objetivos estavam comprometidos com a alfabetização de adultos. Isso porque serão vistos como movimentos de orientação esquerdista que provocaram um esvaziamento político-educacional cujo impacto o regime militar se apressaria em minimizar.

Logo após a retração desses movimentos que utilizavam o método Paulo Freire nos processos de ensino, o MEC procurou identificar movimentos semelhantes de orientação ideológica alinhada aos interesses do regime. Nesse aspecto, interessante informar que, no Recife (PE), a Igreja Presbiteriana irá desenvolver a Cruzada ABC e ganhará notoriedade, não deixando de ser peculiar que missionários norte-americanos que integrarão essa denominação serão responsáveis pelo financiamento recebido da *United States Agency for International Development* (USAID) ao projeto educativo e religioso, que será então disseminado em vários estados do Nordeste.

Contudo, com o tempo ficará evidente, para o MEC e para a USAID, que o projeto não foi capaz de alcançar as demandas, bem como sua esperada função técnica e ideológica (CUNHA, XAVIER, 2009). Nesse contexto de fracasso, o Estado buscará novas alternativas para alfabetização da população. A Lei n.º 5.379, de 15 de dezembro de 1967, criará, no âmbito do MEC, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que terá a meta de alfabetizar 11,4 milhões da população adulta, visando erradicar o analfabetismo no país até 1975. Mas o Mobral só terá início, efetivamente, em 1970, sob o financiamento de recursos oriundos da loteria esportiva e do imposto de renda, além de subsídios estatais e de empresas privadas.

O Mobral foi estruturado a partir de uma administração central e contou com coordenações estaduais e comissões municipais. Essas comissões reuniam servidores de prefeituras, empresários, membros da igreja e associações voluntárias que mobilizavam as comunidades em busca de alfabetizadores e estudantes, conseguindo salas emprestadas para realização das aulas. Os cursos do Mobral ocorriam à noite, em prédios de escolas públicas, igrejas, associações e sindicatos, entre outras entidades, e tinha como objetivo inicial alfabetizar a população de 15 a 35 anos. Mas, a partir de 1974, voltou-se também para os jovens de 9 a 14 anos. Os baixos resultados do Mobral puderam ser identificados com o Censo de 1980, que

revelou o crescimento de 540 mil pessoas, em números absolutos, da população de 15 anos na condição de iletrados.

Era visível para o MEC que os resultados foram inócuos frente ao que tinham como metas, sem contar o problema da evasão e do retorno ao analfabetismo que também ocorriam e apresentavam um percentual de retrocesso elevado no aprendizado. De acordo com dados da Fundação Getúlio Vargas (2009), somente 15% dos matriculados no Mobral eram alfabetizados.

A United Nations Educational, Social and Cultural Organization (UNESCO) — órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) responsável por projetos ligados à educação e à cultura — amparada na avaliação de um número significativo de experiências levadas a efeito em diversos países, recomendava que os programas de alfabetização deveriam ser funcionais, isto é, estar vinculados à vida produtiva dos educandos. (FGV-CPDOC, 2009)

Esses órgãos recomendavam ainda que a duração mínima do período de alfabetização fosse de oito meses e, logo após, oportunizassem aos estudantes o ingresso em programas de continuidade dos estudos. Mas o Mobral tinha, inicialmente, duração de três meses e, posteriormente, eram oferecidos mais cinco meses. No entanto, a possibilidade de continuação do processo educativo foi uma política estabelecida tardiamente e geralmente os cursos oferecidos não abarcavam os grupos recém-alfabetizados.

Em março de 1985, com o início da chamada Nova República, designação que foi empregada ao governo do presidente José Sarney (1985-1990), no que se refere à educação, o *I Plano Nacional de Desenvolvimento* da Nova República realizou uma avaliação diagnóstica da política educacional em curso. O governo, que apontava a educação como um direito social, tinha como principal diretriz o acesso ao ensino básico. A equipe técnica que atuava nesse governo promoveu um rápido debate sobre o futuro do Mobral. Para os professores, em particular aqueles que atuavam no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), os recursos utilizados no programa deveriam ser empregados no ensino regular de primeiro grau, assim como o ensino supletivo deveria ser assumido pelas redes estaduais e municipais, perdendo a perspectiva emergencial com a qual fora criado.

O Decreto n.º 91.980, de 25 de novembro de 1985, extinguiu a Fundação Mobral, sendo criada a Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos, que ficou conhecida como Educar:

Seu objetivo era o de ‘fomentar a execução de programas de alfabetização e de educação básica destinados aos que não tiveram acesso à escola ou que dela foram

excluídos prematuramente'. Atuando de forma indireta e descentralizada mediante convênios com secretarias estaduais e municipais de Educação e com instituições privadas ou comunitárias, o órgão recém-criado alcançou, em 1986, a cifra de 762.784 alunos. Naquela ocasião, a atuação da Fundação Educar foi considerada insuficiente, tendo em vista uma demanda estimada pelo Núcleo de Políticas Públicas da Universidade de Campinas em cerca de 20 milhões de indivíduos excluídos da escola em todo o território nacional. Em março de 1987, a presidência da Educar passou às mãos da pedagoga Lêda Chaves. (FGV-CPDOC, 2009)

Vale ressaltar que toda essa política educacional de cunho nacional terá a participação de professores que atuaram no Maranhão, como Leda Maria Chaves Tajra, que foi Secretária de Educação do Estado do Maranhão quando os professores da rede pública estadual protagonizaram sua primeira greve com adesão de quase 100% da categoria, nos anos de 1985 e 1986 (BAUER; DANTAS, 2018, p.162). Com a posse de Fernando Collor na presidência da República, a Fundação Educar foi extinta, nos termos da Lei nº 8.209, de 12 de abril de 1990.

Outro projeto foi articulado no final da década de 1960 com o objetivo de minimizar a falta de ginásios em aproximadamente 25% dos municípios, chegando, em 1971, a 91 cidades das 130 que existiam no período – tratava-se do Projeto Bandeirante.

De toda maneira, os esforços empreendidos pelo governo militar, de modo geral, apresentavam resultados ínfimos no cenário nacional, conforme é possível identificar na análise de João Calmon (O IMPARCIAL, 8 de jun. 1976, p. 5):

[...] por ter a Constituição por ter dispensado a União de aplicar nunca menos de dez por cento dos impostos arrecadados confiando a lei ordinária em que tais ônus fossem suportados pelos municípios, todo esforço dispensado ao ensino, principalmente o fundamental, nos últimos quatro anos, não melhorou muito o quadro brasileiro, no particular.

Na matéria publicada, o então presidente da Comissão de Educação e Cultura do Senado, João Calmon, destacou a necessidade de ampliar o financiamento da educação, sob o argumento de que os avanços ainda eram pequenos. Como parâmetro para a construção das políticas educacionais, o governo se ancorava em documentos de organismos multilaterais, entre eles a Unesco. Em texto publicado por Melchior (1978, p. 14), é possível dimensionar o desafio educacional posto da época nos dados coletados do Sistema Estatístico da Educação, Cultura e Desporto SEEC/MEC:

Sobre a necessidade que temos em investir mais recursos em educação convém lembrar o que o Presidente da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal vem proclamando por todos os quadrantes do Brasil: Para a Unesco, país subdesenvolvido é aquele em que cada 1.000 alunos que entram no 1º ano primário saem 500 no fim do curso. Em nosso caso, fazendo uma projeção linear até 2.017, verificamos que, a manter-se o mesmo ritmo, lá chegaremos com o seguinte dado: de

cada 1.000 alunos sairão 400 no fim do curso primário. Observe-se que, a manter-se o nível de investimento atual, nem em 2.017 alcançaremos a classificação de subdesenvolvidos em educação.

Em cada grupo de mil crianças que iniciavam o curso primário, apenas 229 conseguiam concluir. Entre inúmeros fatores críticos relativos à política educacional do momento em que a APEMM será constituída, vemos que, embora a preocupação predominante estivesse ligada ao índice de escolarização, isso não bastava, pois havia a necessidade de se pensar a permanência dos estudantes na escola. O autor destacará ainda que 63 de cada 1.000 brasileiros que ingressavam no ensino primário conseguiam terminar o curso superior naquele momento histórico.

O Brasil, em relação a outros países, no que se referia às despesas públicas referentes ao ensino, ocupava a 80ª posição, com apenas 3,3% do Produto Nacional Bruto (PNB) em investimentos. Esse dado fornecido pelo SEEC/MEC em 1970, servirá de parâmetro para demonstrar um decréscimo no investimento em educação evidenciado pelo autor em 1977.

4 O MOVIMENTO ASSOCIATIVISTA E SINDICAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA NO MARANHÃO

A contextualização histórica, política e social do país e do cenário educacional no estado do Maranhão permitirá compreender o lastro que deu início à organização dos trabalhadores em educação da rede pública municipal de São Luís e às experiências coletivas vivenciadas no período abarcado, conforme evidenciado na pesquisa empírica que ora apresentamos.

A experiência não espera discretamente, fora de seus gabinetes, o momento em que o discurso da demonstração convocará a sua presença. A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. (THOMPSON, 1981, p. 17)

Os textos do pesquisador inglês fornecem elementos para o entendimento do sentido histórico das experiências coletivas da classe trabalhadora, suas origens e probabilidades, considerando o passado, presente e futuro. O autor identifica as contradições, as condições objetivas e subjetivas da cotidianidade do período histórico estudado; o contexto social, os costumes dos sujeitos históricos envolvidos em sua relação com o tempo, suas experiências e o impacto de todos esses elementos na cultura, noções valiosas para pensarmos o movimento político dos trabalhadores em educação, suas origens e o conjunto de ações experimentadas pela categoria.

A história tem pontuado as discussões e as práxis sociais do tempo presente, que se faz e se desenvolve na fruição das múltiplas e inesgotáveis formas de influenciar aquilo que poderíamos chamar de instante vivido. É por essa razão que consideramos importante destacar algumas das entidades que representam os trabalhadores em educação no Maranhão, resultado do processo histórico que se expressa amalgamado às lutas desses sujeitos coletivos na contemporaneidade.

Iniciaremos pelo Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Rede Particular do Estado do Maranhão (SINTERP-MA), que é o sindicato mais antigo em atividade e representa os trabalhadores em educação básica e superior que integram a rede de ensino privada nos 217 municípios do Maranhão.

Em seguida apresentaremos o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão (SINPROESEMMA), que é uma das maiores entidades do estado e congrega o maior número de professores da rede pública, representando tanto aqueles que atuam na rede estadual de ensino quanto professores de diversos municípios.

Por último, destacaremos a presença do Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais de Caxias (SINTRAP), que desde as primeiras mobilizações de professores dessa cidade maranhense, registradas pelos jornais em 1983, começou a ser construído e, até a contemporaneidade, vem tendo papel de destaque nas lutas travadas contra o grupo político que faz a gestão da cidade.

4.1 SINTERP-MA

O Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Rede Particular do Estado do Maranhão (SINTERP/MA), de acordo com informações coletadas em sua página virtual, foi fundado em 10 de junho de 1945, e reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 12 de setembro de 1947.

A entidade, atualmente, é filiada à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE)¹³. Em seu Estatuto, atualizado em 22 de setembro de 2017, a entidade se apresenta em seu Artigo 1º como

Art. 1º - O Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Rede Particular do Estado do Maranhão, com sede na Rua da Alegria, nº 56, Centro, São Luís/MA, foro em São Luís, base territorial em todo o Estado do Maranhão, com duração por tempo indeterminado, sendo constituído para fins não lucrativos de estudo, defesa, coordenação, orientação e representação da categoria profissional dos trabalhadores em estabelecimentos de ensino particular em todos os ramos, níveis, graus (educação infantil, ensino médio e superior) e cursos, independente das suas convicções políticas partidárias, religiosas, tendo como princípios básicos a democracia, autonomia e liberdade.

Chama a atenção a ausência do Ensino Fundamental nesse artigo, como parte dos representados pela entidade, embora na prática esse grupo também esteja concluído no conjunto de constituintes, assim como os demais trabalhadores que atuam em outras funções, conforme aponta o Artigo 2º e respectivos parágrafos:

¹³ De acordo com o site, é uma entidade sindical de terceiro grau e reúne 88 sindicatos e 10 federações de professores(as) e técnicos(as)-administrativos(as) do setor privado de ensino, da educação infantil à superior, representando, atualmente, aproximadamente 1 milhão de trabalhadores(as) brasileiros(as). Entre as principais bandeiras políticas da CONTEE está: a defesa da educação como **direito e bem público**, de responsabilidade do Estado; o fortalecimento da **educação pública, democrática** e de **qualidade**; a educação como direito também se dará por meio da **regulamentação do setor privado de ensino**, com a exigência do cumprimento do papel do Estado no controle, regulação, credenciamento e avaliação da educação, com as devidas referências sociais. O **combate à mercantilização e à desnacionalização da educação** e a luta pelo **desenvolvimento** do País, com **distribuição de renda, justiça social e soberania nacional** são prioridades da Confederação. A CONTEE é filiada à Confederação dos Educadores Americanos (CEA), à Sindical de Educação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP-SE), à Federação Internacional de Sindicatos de Educadores (FISE), à Internacional da Educação (IE), filiada à FNDC e ao Dieese. (Nota e grifos autorais)

Art. 2º - O sindicato representará todos os trabalhadores em estabelecimentos de ensino da rede particular, assim como os das entidades educacionais de caráter privado tais como as cooperativas, escolas comunitárias e as escolas mantidas pelo SESI.

§ 1º Dentre as categorias representadas incluem-se os professores, orientadores educacionais e pedagógicos, supervisores educacionais e pedagógicos, administradores escolares, instrutores, auxiliares de administração, auxiliares de disciplina, técnicos e auxiliares de recursos audiovisuais e todos os empregados que não pertençam às categorias diferenciadas.

§ 2º O Sindicato representará também os aposentados nos termos do caput e parágrafo anterior.

Atualmente, o SINTERP-MA, conforme prescrito nos seus registros estatutários, é organizado por uma Diretoria Administrativa Colegiada eleita a cada quatro anos¹⁴, composta de: Diretoria Executiva, delegados representantes junto à federação, pelo Conselho Fiscal e delegados sindicais. A Diretoria Executiva é formada por sete membros efetivos e sete suplentes, distribuídos nos cargos de Presidente; Vice-presidente; Secretário-Geral; Secretário de Finanças; Secretário Administrativo e de Assuntos Jurídicos; Secretário de Imprensa, Assuntos Educacionais, Política Sindical e Assuntos Parlamentares; Secretário de Cultura, Esporte, Lazer Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho. Dois delegados são eleitos como representantes junto à Federação (O Estatuto não esclarece a qual Federação se refere).

No Maranhão não há uma Federação de Sindicatos dos Professores do Estado, conforme já foi mencionado anteriormente: o SINTERP-MA é filiado apenas à CONTEE. Para o Conselho Fiscal são eleitos três membros e seus respectivos suplentes. Já o Conselho de Delegados ou representantes sindicais é eleito a cada dois anos, com igual número de suplentes e, conforme o teor dos assuntos tratados, tem caráter deliberativo, consultivo ou de encaminhamento das propostas aprovadas.

A Diretoria colegiada eleita para o quadriênio 2018-2022 é composta pelos seguintes trabalhadores:

Presidente: Luís Jorge Lobão Borges;

Vice- Presidente: Magno do Socorro Sales;

Secretaria Geral: Dulciane França Pereira;

Secretaria de Finanças: Maurício Rogério Serrão Silva;

Secretaria de Administrativas e de assuntos Jurídicos: José Ribamar Carneiro Santos;

¹⁴ No Art. 36 o Estatuto informa que as eleições para diretoria colegiada ocorrerão a cada 3 anos, mas no Art. 75 do mesmo documento aponta que as eleições devem ocorrer a cada quadriênio. (Nota autoral)

Secretaria de Imprensa, Assuntos Educacionais, Política Sindical e Assuntos Parlamentares: Jose de Ribamar Carvalho Fernandes;
Secretaria de Cultura, Esportes, Laser, Saúde Segurança e Medicina do Trabalho: Luís Rei de França Martins;

Diretoria Executiva – Suplentes: Elayne Sared da Silva Morais; Jaelbe José Sousa de Almeida; Aldo Gomes Carvalho; Luciano Schilieb Bezerra; João Alisson Melo e Silva; João Soares da Fonseca e Saul da Silva Costa Filho;

Conselho Fiscal – Titulares: Antonio de Padua de Oliveira e Silva; Fábio Vale da Silveira; Carlos Henrique Beckman Amaral;

Conselho Fiscal – Suplente: Marcela de Sousa Conceição;
Conselho de Representantes Junto à Federação – Titulares: - Antonio Colombo Américo Lobo Junior; Sarajã Silva Freire Maizette; Paulo César Furtado Almeida;
Conselho de Representantes junto à Federação – Suplentes: Carlos Magno Durans Serra e Dulciane França Pereira. (SINTERP-MA, s.d.)

O SINTERP-MA tem um papel histórico importante na luta em defesa dos trabalhadores em educação de todo estado do Maranhão. Conforme o Censo Escolar de 2019, o Maranhão possui 11.639 escolas, sendo 1.050 delas instituições privadas (CENSO ESCOLAR, 2021), envolvendo aproximadamente 300 instituições comunitárias. De acordo com a matéria publicada no Jornal *O Imparcial* (08/10/2020), a crise econômica causada pela pandemia da Covid-19 provocou a demissão de 3 mil professores no estado, sobretudo da educação infantil.

Essa entidade teve papel destacado nas lutas empreendidas pelos professores na década de 1980 no Maranhão, tanto na rede privada quanto na pública, uma vez que sua direção sindical aparecerá em muitas matérias de jornais impressos do período ao lado dos representantes da Associação de Professores do Estado do Maranhão (APEMA), mais tarde transformada no atual SINPROESEMMA, e da Associação dos Professores do Ensino Municipal de São Luís (APEMM), transmutado no atual SINDEDUCAÇÃO. As matérias apresentavam os debates e as reivindicações da categoria de professores do ensino primário e secundário no período do recorte histórico deste estudo.

4.2 SINPROESEMMA

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão (SINPROESEMMA), com sede em São Luís, é uma entidade civil representativa da categoria de trabalhadores em educação do estado e de vários municípios do estado. Conforme sua página virtual, “é uma entidade autônoma, apartidária, desvinculada do Estado e sem fins lucrativos, com duração indeterminada, que se rege pelo presente Estatuto.”

Fundada em 29 de junho de 1976, em sua fase associativa essa entidade era denominada Associação de Professores do Estado do Maranhão (APEMA), e será decisiva na trajetória de lutas empreendidas pela APEMM, objeto desta pesquisa, conforme veremos na seção seguinte deste estudo.

Sendo sua base territorial o estado do Maranhão, a APEMA agregava trabalhadores em educação básica das redes públicas estadual e municipais e aponta em estatuto seus objetivos precípuos:

- a) Integrar os trabalhadores em Educação da base, na luta em prol dos seus interesses sociais, econômicos, sindicais e de classe;
- b) Desenvolver atividades na busca de soluções para os problemas de categoria, com o fito de melhorar suas condições de vida e trabalho, agindo sempre no interesse mais geral do povo brasileiro;
- c) Promover ampla e ativa solidariedade com as demais categorias de trabalhadores assalariados do campo e da cidade, no sentido de elevar a unidade dos trabalhadores, tanto a nível nacional como internacional;
- d) Prestar apoio aos povos do mundo pelo fim da exploração do homem pelo homem;
- e) Lutar pela conquista de um país soberano, democrático e progressista e contra todo tipo de ingerência de qualquer outro país em assuntos nacionais;
- f) Apoiar todas as iniciativas populares e progressistas que visem conquistar melhores condições de vida para o povo brasileiro.

As finalidades específicas são:

- a) Lutar pelo ensino público, gratuito, laico e unitário em todos os níveis;
- b) Defender a ampliação de verbas públicas exclusivamente no ensino público popular e de boa qualidade;
- c) Lutar pela conquista do Plano Nacional de Carreira Único, com salários condignos e melhores condições de trabalho para toda categoria;
- d) Incentivar o aprimoramento cultural, intelectual e profissional dos trabalhadores da base;
- e) Manter contato e intercâmbio com as entidades congêneres, sindicais ou não, em todos os níveis, desde que não ajam contra este Estatuto;
- f) Promover congressos, seminários, Assembleias e cursos de formação, assim como participar de eventos de interesses dos trabalhadores;
- g) Representar perante autoridades governamentais os interesses coletivos e individuais dos seus associados e da categoria;
- h) Defender em Juízo, os direitos e interesses coletivos e individuais da entidade, dos seus associados e da categoria que representa;
- i) Celebrar contratos, convenções e acordos coletivos de trabalho;

- j) Organizar a categoria em todo o Estado do Maranhão em Delegacias Sindicais e Núcleos Municipais e prestar apoio e assistência aos sindicalizados.
- l) Realizar convênios e parcerias que beneficiem a categoria;
- m) Participar, só ou em associação com entidades similares, de rádios e TVs comunitárias, bem como prestar serviços nessa área para alcançar seus fins.

Cabe destacar que a direção do sindicato, desde 1989, se tornou alvo de disputas mais intensas. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB), desde então, a partir de seus quadros de filiados e militantes e de sua área de influência política, vem elegendo sucessivas chapas. Importa ressaltar as dificuldades da categoria em aprovar em seus fóruns deliberativos e congressuais mecanismos de democratização da vida sindical que favoreçam a inscrição de chapas formadas e a participação de professores dos diferentes grupos e coletivos minoritários nos quadros diretivos da entidade.

A eleição, realizada para o mandato de 2021-2025, legitimou a seguinte composição:

PRESIDENTE

NOME: RAIMUNDO NONATO COSTA OLIVEIRA (SÃO LUÍS)

1º VICE-PRESIDENTE

NOME: HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA (SÃO LUÍS)

2º VICE-PRESIDENTE

NOME: JAILE ANTONIO LOPES DOS SANTOS (BARRA DO CORDA)

SECRETARIA GERAL

NOME: IZABEL CRISTINA ALVES LINS (AÇAILÂNDIA)

1º SECRETÁRIO GERAL

NOME: VALDIELCIO ALVES DE MOURA (LAGO DA PEDRA)

2ª SECRETÁRIA GERAL

NOME: GISELLE ARAUJO LEAL SANTOS (PEDREIRAS)

SECRETARIA DE FINANÇAS

NOME: JOSÉ DOS SANTOS BRUSSIO (SÃO LUIS)

1ª SECRETÁRIA DE FINANÇAS

NOME: EDNA TEIXEIRA MARTINS (ITAPECURU MIRIM)

2º SECRETÁRIO DE FINANÇAS

NOME: RAIMUNDO RODRIGUES DA SILVA (ZÉ DOCA)

SECRETARIA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS

NOME: MARIA EUNICE CAMPOS BRUSSIO (SÃO LUIS)

1ª SECRETÁRIA ADJUNTA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS

NOME: ANTONIA SILVA PINHEIRO (SANTA INÊS)

2ª SECRETÁRIA ADJUNTA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS

NOME: ANERI TAVARES (SÃO LUÍS)

SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO

NOME: JEAN PIERRY LOPES SIQUEIRA (CODÓ)

1º SECRETÁRIO ADJUNTO DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO

NOME: CLÁUDIO JOSÉ BRAGA ROCHA (BARRA DO CORDA)

2º SECRETÁRIO ADJUNTO DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO

NOME: REINALDO SANTOS CRUZ (GODOFREDO VIANA)

SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS

NOME: ACEILTON GONZAGA SOARES (PRESIDENTE DUTRA)

1ª SECRETÁRIA ADJUNTA DE POLÍTICAS SOCIAIS

NOME: DAYSE CLEA ARAUJO SOARES (SÃO LUÍS)

2º SECRETÁRIO ADJUNTA DE POLÍTICAS SOCIAIS

NOME: MICHAEL DA SILVA ALVES (SANTA INÊS)

SECRETARIA DE FORMAÇÃO SINDICAL

NOME: AMARILDO SILVEIRA PEREIRA (PENALVA)

1º SECRETÁRIO ADJUNTO DE FORMAÇÃO SINDICAL**NOME: IVANILDO GALVÃO DE SOUSA (BELA VISTA)****2ª SECRETÁRIA ADJUNTO DE FORMAÇÃO SINDICAL****NOME: LEONILDE SANTOS CHAVES (BARREIRINHAS)****SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS****NOME: JOÃO VIEIRA DE SÁ (SÃO LUÍS)****1ª SECRETÁRIA ADJUNTO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS****NOME: ARLETE SOUSA SALES (ROSÁRIO)****2º SECRETÁRIO ADJUNTO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS****NOME: CARLOS HENRIQUE SOARES CABRAL (IMPERATRIZ)****SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS****NOME: JOSIVALDO CORRÊA SILVA (SÃO LUÍS)****1º SECRETÁRIO ADJUNTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS****NOME: FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA CHAVES (ZÉ DOCA)****2º SECRETÁRIO ADJUNTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS****NOME: BENIGNO LIMA NASCIMENTO (CAXIAS)****SECRETARIA DE CULTURA****NOME: JORI MARY SOUZA DOS SANTOS (SÃO LUÍS)****1ª SECRETÁRIA ADJUNTA DE CULTURA****NOME: ROSE MARIA COSTA PEREIRA (SÃO LUÍS)****2ª SECRETÁRIA ADJUNTO DE CULTURA****NOME: MARY BRAGA MONTEIRO (SÃO LUIS)****SECRETARIA DE SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE DO TRABALHO****NOME: WILAS DE MORAES NASCIMENTO (IMPERATRIZ)****1ª SECRETÁRIA ADJUNTA DE SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE DO TRABALHO****NOME: FRANCISCA DAS CHAGAS FRANÇA (SÃO LUÍS)****2ª SECRETÁRIA ADJUNTO DE SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE DO TRABALHO****NOME: AMÉLIA DE SOUSA LEITÃO (TIMON)****SECRETARIA DA MULHER TRABALHADORA****NOME: RITA DE CÁSSIA NUNES PEREIRA (SÃO LUIS)****1ª SECRETÁRIA ADJUNTA DA MULHER TRABALHADORA****NOME: LEONÍZIA NETA RODRIGUES (PINHEIRO)****2ª SECRETÁRIA ADJUNTA DA MULHER TRABALHADORA****NOME: MARILENE SILVA GAIOSO DO NASCIMENTO (BACABAL)****SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER****NOME: EUGES SILVA DE LIMA (SÃO LUÍS)****1º SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESPORTE E LAZER****NOME: FRANCISCO BENTO PEREIRA (IMPERATRIZ)****2º SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESPORTE E LAZER****NOME: CARLOS ALBERTO GOMES ARRAES (PERITORÓ)****SECRETARIA DOS APOSENTADOS (AS)****NOME: FRANCISCA EDINA LIMA CASTRO (SÃO LUÍS)****1ª SECRETÁRIA ADJUNTA DOS APOSENTADOS (AS)****NOME: MARIA RAIMUNDA RIBEIRO BAYMA (SÃO LUÍS)****2ª SECRETÁRIA ADJUNTA DOS APOSENTADOS (AS)****NOME: DALVANIRA DOS SANTOS OLIVEIRA NUNES (SÃO LUÍS)****SECRETARIA DE REPRESENTAÇÃO DE NÚCLEOS MUNICIPAIS****NOME: JANICE DA SILVA NERY (SÃO LUÍS)****1º SECRETÁRIO ADJUNTO DE REPRESENTAÇÃO DE NÚCLEOS MUNICIPAIS****NOME: SÉRGIO DE ASSIS LOPES (SÃO BENTO)****2º SECRETÁRIO ADJUNTO DE REPRESENTAÇÃO DE NÚCLEOS MUNICIPAIS****NOME: DIVALDO SOUSA DOMINGUES (IMPERATRIZ)****SECRETARIA DOS SERVIDORES TÉCNICOS E DE APOIO****NOME: MARIA MILITANA MARTINS (SÃO LUÍS)**

1ª SECRETÁRIA ADJUNTA DOS SERVIDORES TÉCNICOS E DE APOIO**NOME:** RAIMUNDA REGINA FERREIRA NOGUEIRA (SÃO LUÍS)**2ª SECRETÁRIA ADJUNTO DOS SERVIDORES TÉCNICOS E DE APOIO****NOME:** ANA DA GRAÇA MOURA DE ALMEIDA (SÃO LUÍS)**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO****NOME:** FÁBIO ORLAN MELO DA SILVA (SÃO LUÍS)**1º SECRETÁRIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO****NOME:** MÁRCIO TEIXEIRA RÊGO (BALSAS)**2º SECRETÁRIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO****NOME:** BETHOVEN JARDIM DUTRA (VITRÓRIA DO MEARIM)**Conselho Fiscal:****CONSELHO FISCAL****NOME:** ELIENE RIBEIRO OLIVEIRA (SÃO LUIS)**CONSELHO FISCAL****NOME:** GILDENÊ SOUZA DE CARVALHO (SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO)**CONSELHO FISCAL****NOME:** ILDENI SILVA DOS SANTOS CARNEIRO (SÃO LUIS)**CONSELHO FISCAL****NOME:** VALDIVAN MARTINS PESSOA (BELA VISTA)**CONSELHO FISCAL****NOME:** CRISTIANE ARAUJO DINIZ DA SILVA (SÃO JOSE DE RIBAMAR)**SUPLENTE****NOME:** FLÁVIA MARIA LEITÃO DINIZ (PAÇO DO LUMIAR)**SUPLENTE****NOME:** LENIR MACEDO DE MORAES (TIMON)**SUPLENTE****NOME:** ROSILENE SILVA MORAES (PAÇO DO LUMIAR)

Além dessa diretoria extensa, a chapa possui 51 suplentes, representantes de cada um dos núcleos da entidade sindical, representando diversas cidades do estado do Maranhão, estado composto por 217 municípios.

A burocratização reinante no universo sindical tem impedido que a base das categorias construa mecanismos de representação plurais e organizados de forma proporcional ao seu peso político e influência no seio do movimento sindical docente, algo que, em grande medida, pode ser identificado na direção do SINPROESEMMA, a qual, há mais de 20 anos, é representada praticamente pelos mesmos integrantes, apenas alternando entre si os cargos de presidente, secretários e tesoureiros da entidade.

4.3 O SINTRAP – CAXIAS (MA)

O Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais de Caxias (SINTRAP) tem se destacado por seu caráter combativo e organicidade, desempenhando um papel significativo na defesa dos direitos das categorias de trabalhadores municipais da cidade de Caxias (MA).

Fundado em 17 de fevereiro de 1989, um dos seus princípios está no trabalho dedicado à formação política e pedagógica dos associados, com o objetivo de promover uma inserção consciente dos trabalhadores nas lides sociopolíticas do SINTRAP. Entre as temáticas

discutidas nos fóruns formativos da categoria figura a análise das políticas educacionais que têm sido adotadas, seja em âmbito nacional seja na esfera municipal, e as consequências dos seus propósitos.

Essa prática de organização política que assume um caráter educativo pode explicar a adesão de um contingente expressivo de professores e outros profissionais aos objetivos de centrais sindicais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e, posteriormente, a Central Sindical Popular (Conlutas).

O resultado são vínculos fundamentais para que as mudanças ocorram nas carreiras dos trabalhadores, bem como nas práticas de organização sindical e política, e na formação profissional, que ainda se faz de forma insuficiente no âmbito dos cursos de licenciatura e bacharelado do ensino superior, cursos estes que, hoje, estão fortemente influenciados pelos intelectuais orgânicos do neoliberalismo e do ultraconservadorismo, embora pareça existir uma contradição entre essas vertentes.

A direção do Sintrap, atualmente, é colegiada, não existindo, portanto, uma diretoria executiva. De acordo com a diretora Maria de Nazaré Mota, os membros possuem uma relação horizontal e todos têm o mesmo poder de decisão.

Diretoria da gestão 2022/2025

Secretaria de Assuntos Jurídico

Silvana Maria de Oliveira Moura

Rosângela Nogueira

Administração e Finanças

Ana Maria Lima

Suiany Freitas

Maria Ducarmo Avelino

Secretaria de Comunicação e Cultura

Maria José dos Santos

Auricelia Rodrigues.

Secretaria de Formação Política

Maria de Jesus Santana

Maria de Nazaré Mota

Em 2017, o Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” – GT Maranhão (HISTEDBR-MA) publicou um livro na expectativa de contribuir com a historiografia da educação maranhense. Nele, apresentavam-se os resultados preliminares de pesquisas específicas referentes à organização de coletivos políticos de professores empenhados na tarefa da defesa da educação pública, laica, democrática e de qualidade social.

Os textos intentam dar visibilidade para essas organizações, pois elas têm sido relegadas na historiografia da educação do Maranhão, dando ênfase para a história do Sindicato dos Servidores Públicos Federais (SINDSEP), Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão (APRUMA), Associação de Professores do Estado do Maranhão (APEMA), Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Maranhão (MOSEP), Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais de Caxias (SINTRAP), Associação de Saúde da Periferia do Maranhão (ASP) e Centro de Estudos Político-Pedagógicos (CEPP), notadamente organizações preocupadas com a educação pública maranhense.

Além das entidades destacadas, a página da CUT-MA informa a existência de 99 entidades de organização da classe trabalhadora do Maranhão, entre elas 11 com a finalidade de representação de professores e trabalhadores em educação e 26 entidades que aglutinam todos os servidores municipais. As demais filiadas representam trabalhadores rurais, comércio, construção, indústria de papel e celulose, transporte, ferroviários, policiais e saúde.

Nome da entidade	Ramo de atividade	Cidade
SINDICATO DOS PROFESSORES E DEMAIS SERVIDORES DO MUNICÍPIO (SINPROFE)	SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL	Aldeias Altas
SINDICATO DOS PROFESSORES E SERVIDORES DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO (SIMPROSEMB)	SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL	Bacuri
SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS DE BERNARDO DO MEARIM (SIPROMBEM)	SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL	Bernardo do Mearim
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO	SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL	Buriticupu
SINDICATO DOS PROFESSORES E DEMAIS SERVIDORES DO MUNICÍPIO (SINPROSEMC)	SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL	Caxias
SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO E NAS ESCOLAS DA REDE PRIVADA	SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL	Chapadinha
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL (SINPSEMA)	SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL	Mata Roma
SINDICATO DOS TRABALHADORES DE EDUCAÇÃO DO 3º GRAU (SINTEMA)	EDUCAÇÃO	São Luís
SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL (SINTUEMA)	EDUCAÇÃO	São Luís
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTO DE ENSINO NA REDE PARTICULAR (SINTERP)	EDUCAÇÃO	São Luís
SINDICATO DOS PROFESSORES E SERVIDORES PÚBLICOS (SINPROSPUT)	SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL	Tutóia

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir dados disponíveis na página virtual da CUT-MA

O cenário de organizações políticas dos trabalhadores em educação no Maranhão confirma o que Thompson (1984, p.34) aponta acerca das origens das categorias. Para o historiador, elas são históricas, emergem das relações sociais produzidas e representam as situações reais no campo do pensamento.

As relações sociais produzem e são produzidas pelas experiências. A experiência é dotada de sentido histórico, capaz de produzir no campo do pensamento a síntese dos elementos que permeiam a materialidade da vida, os quais nos remetem à dialética da objetividade e subjetividade do individual e do coletivo, do universal e do particular. É, portanto, uma categoria que permite a compreensão da totalidade social sem perder de vista o particular e singular nas trajetórias de produção da vida social. Pela experiência, os homens se tornam sujeitos e tratam essa experiência em sua consciência e cultura, não numa relação mecânica de introjeção. As experiências não têm apenas caráter acumulativo, elas são fundamentalmente qualitativas, e possibilitam

[...] mudanças no ser social que dão origem à experiência modificada. Essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. (THOMPSON, 1981, p.16)

As experiências dos trabalhadores em educação do Maranhão permitiram vivenciar situações cotidianas que os impeliram a um novo patamar: a organização coletiva. Nesse processo de luta os trabalhadores forjaram e foram forjados por suas entidades de representação. Desconsiderar as lutas sociais experimentadas pela categoria de professores pode reduzir a história da educação brasileira à história dos dominadores.

5 APEMM – DAS ORIGENS ÀS LUTAS EMPREENDIDAS NOS PERÍODOS DE DITADURA MILITAR, TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E NOS PRIMEIROS ANOS APÓS A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A revisão da literatura, a fortuna documental coletada e a análise que empreendemos possibilitaram a compreensão de alguns aspectos das lutas protagonizadas pela categoria de professores da rede pública municipal de São Luís (MA), pois permitiram destacar os elementos dos embates cotidianos, sem resvalar em concepções fragmentárias, mas vendo-as como partes constituintes da totalidade histórica e social.

Thompson (1981, p. 58) assevera que “qualquer momento histórico é ao mesmo tempo resultado de processos anteriores e um índice na direção de seu fluxo futuro.” Eis o motivo pelo qual consideramos relevante remontar a trajetória histórica dessa importante entidade de representação dos professores da rede pública municipal de São Luís, observando suas proposições políticas e educacionais, especialmente neste momento em que completa cinquenta anos de experiências em defesa da categoria e de uma educação pública de qualidade para os filhos da classe trabalhadora.

No trabalho de localização das fontes primárias, para a construção do presente estudo, visitamos um prédio anexo do SINDEDUCAÇÃO no qual se encontra depositada parte considerável dos documentos da entidade, literalmente apinhados e com enormes dificuldades para serem consultados. Um trabalho de catalogação está sendo planejado pela gestão atual da entidade com o objetivo de preservar seu patrimônio histórico e memorialístico.

Ao obtermos autorização para acessar os documentos, identificamos uma parte significativa de atas de assembleias realizadas nas décadas de 1990, 2000 e 2010, algumas fotos, recortes de jornais, recibos de pagamentos antigos, panfletos, jornais informativos, entre outros. No entanto, constatamos que boa parte da documentação do período associativo não foi encontrada. Recorremos, então, ao Cartório Cantuária de Azevedo, onde solicitamos uma certidão que nos desse a relação de todos os registros realizados pela entidade naquele estabelecimento até os dias atuais.

Por esse documento, identificamos que seria possível ter acesso apenas às atas fundacionais da Associação (ANEXO I, p. XC) e algumas atas da década de 1990, deixando uma grande lacuna entre os anos de 1972 e 1990. Desse modo, a fim de atingir a finalidade de remontar a trajetória histórica da Associação de Professores do Ensino Médio Municipal de São

Luís (APEMM), recorremos ao uso de jornais impressos e ainda não digitalizados, disponíveis na hemeroteca da Biblioteca Pública Benedito Leite.¹⁵

Vale lembrar que privilegiamos, na construção dessas páginas, o compromisso ético e político com a preservação da memória daqueles que fizeram parte da construção da entidade e que, com todas as contradições que são próprias da sociedade capitalista, exerceram um papel fundamental na vida material dos professores da rede municipal de São Luís.

5.1 Os primeiros passos da Associação de Professores do Ensino Médio Municipal de São Luís (APEMM) no contexto da ditadura civil-militar no Maranhão

Na década de 1960, São Luís sentia o impacto das políticas educacionais que vinham sendo gestadas em âmbito nacional, sobretudo aquelas operadas após o golpe civil-militar de 1964. Durante o governo de José Sarney, a Secretaria de Educação, sob o comando de José Maria Cabral Marques (1967-1970), ampliará o número de matriculados significativamente, ao adotar o Projeto João de Barro (1967), proposto com o objetivo de criação de escolas primárias nas zonas rurais, especialmente no interior do estado; o Projeto TV Educativa (1969), cuja finalidade foi a difusão do ensino médio em São Luís e nos municípios com maior população, além da profissionalização de jovens e adultos (KREUTZ, 1982; PINTO, 1982), e o Projeto Bandeirante (1968), destinado à criação e oferta do ginásio (primeiro ciclo do Ensino Médio), voltado para os municípios do interior do Maranhão¹⁶ e também para a capital. Note-se que serão esses professores do Ensino Médio, responsáveis pela docência nos cursos Normal e Científico, os envolvidos na organização e fundação da APEMM (SILVA, 2022, APÊNDICE A, p. I).

Em 1966, por meio da Lei n. 1.713, foi criado o Colégio Municipal Luís Viana¹⁷, que mais tarde seria reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação (CEE)¹⁸ pela Resolução n.º 52/68 (MENDES, 2020, p. 95). O prédio localizado no bairro Alemanha, na capital maranhense, foi uma obra do governador Newton Bello (1961-1966), com a finalidade de criar a Escola de

¹⁵ Biblioteca Pública Benedito Leite está localizada na Praça do Pantheon, no Centro Histórico de São Luís. É a maior e mais antiga biblioteca pública do Maranhão e a 11ª maior do Brasil, com um acervo de cerca de 140 mil obras nacionais e estrangeiras.

¹⁶ Paralelamente, no Ensino Superior a Fundação Universidade do Maranhão (federal) era inaugurada e o funcionamento das Faculdades de Engenharia, Administração e Pedagogia, que exigiam qualificação dos técnicos de nível superior na esfera estadual (O IMPARCIAL, 1968, p. 8).

¹⁷ O nome do colégio foi uma homenagem ao médico e professor Luís Viana.

¹⁸ O Conselho Estadual de Educação do Maranhão (CEE) foi criado pela Lei n.º 2.235, de 28 de dezembro de 1962. (Nota autoral)

Artes Industriais, mas o projeto não avançou, culminando na doação do prédio ao poder municipal.

Nas lembranças de José Carlos Bastos Silva, primeiro presidente¹⁹ da APEMM, em entrevista que nos foi concedida²⁰, os professores do Ensino Médio do Colégio Municipal Luís Viana, também atuantes no Ensino Normal e Científico, estavam descontentes com os baixíssimos salários e passaram a debater o valor da hora-aula em reuniões periódicas.

Eu sempre fui muito sensível às questões sociais e a área de educação e saúde são muito sensíveis, e o povo mais humilde precisa desse serviço, e de qualidade e acessível a todos. Então foi às áreas de atuação da minha vida: saúde e educação. E nessa vivência eu vi o nível de salário... na realidade o município pagava, até na época, equiparado ao estado, mas era baixo demais esse salário. Então, nós começamos essa luta, a partir de uma lei que saiu fixando o salário-mínimo de hora-aula, que era a forma de pagamento - de hora-aula para os professores do ensino público federal. Então estabeleceu um parâmetro que, comparado na época, eu acho que representava umas 3x ou mais, o salário que a gente percebia, e aí nós nos organizamos para ver se a gente conseguia que o município encampasse e passasse a vigorar em São Luís, na rede municipal, esse valor de hora-aula. E essa foi a motivação imediata que fez surgir a Associação dos Professores do Ensino Médio Municipal, com essa base de reivindicação - melhoria salarial e das condições de trabalho, que é a tradicional luta de todas as classes trabalhadoras. E a gente terminou fundando essa entidade e conseguindo no mesmo ano quase simultaneamente essa reivindicação. (SILVA, 2022, APÊNDICE A, p. II)

Entre as mudanças operadas no sistema educacional daquele período, teremos a vigência de legislações e diretrizes específicas para remuneração do magistério. Em 1970, temos o Decreto n.º 66.259 de fevereiro de 1970, que irá dispor sobre condições para uso da parcela correspondente à educação nas quotas do Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Territórios e do Fundo de Participação dos Municípios, e logo no Artigo 1º aponta orientações para a remuneração do magistério primário oficial. Em outubro do mesmo ano, o Decreto 67.322, que dispôs sobre a “fixação de limite mínimo para a retribuição de professores do ensino médio oficial, a ser observado pelos Estados, Municípios das Capitais, como condição

¹⁹ De acordo com o memorial de ex-presidentes do Sindeducação, identificado nos arquivos da entidades, os presidentes foram: José Carlos Bastos Silva – 1972-1974; Raimundo Nonato Lima – 1974-1976 – *in memorian*; Ivaldo Torrão – 1976-1978 - *in memorian*; Pedro Alexandre de Oliveira - 1978-1980 - *in memorian*; Marilene Mendes Ferraz (1980-1982); Carlos Alberto Figueiredo (1982-1984); Hildebrando Rodrigues da Cruz (1984-1986); Sergio Henrique Ribeiro (1987-1989); David Moisés Madeira (1989-1993); José Arimatéa Salvador Machado (1993-1996); Clovis de Souza Carvalho (1996/1999); Maria Lindalva Batista (1999-2012); Elisabeth Ribeiro Castelo Branco (2012-2020); Regina Sheila Bordalo Martins (2020-2024). No entanto, só conseguimos confirmar pelos jornais e outros documentos a primeira direção da entidade e as lideranças que vieram a partir de 1985. Nesses documentos Hildebrando Rodrigues da Cruz aparece eleito em 1989, mas pediu afastamento antes do término do mandato, assumindo o vice-presidente Professor David Moisés Madeira (APEMM, ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, 28/01/1991). (Nota autoral)

²⁰ Entrevistas disponíveis na íntegra nos apêndices desta pesquisa. (Nota autoral)

para a utilização da parcela destinada à Educação, nas quotas dos respectivos Fundos de Participação” e dava outras providências.

Em seguida, a Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, que reformará o ensino de 1º e 2º graus, destacará aspectos ligados à carreira, à remuneração e ao financiamento da educação, como no Artigo 36, que determinará para cada sistema de ensino a estruturação da carreira de magistério de 1º e 2º graus por meio de estatuto, o Artigo 39, que fixava a remuneração dos professores e especialistas de ensino de 1º e 2º graus, tendo em vista a maior qualificação em cursos e estágios de formação, aperfeiçoamento ou especialização, sem distinção de graus escolares em que atuassem, entre outros aspectos.

Nos diálogos entre a categoria de professores do Colégio Municipal Luís Viana, as discussões em torno do ajuste salarial ganharam densidade e espaço no cotidiano escolar. Diversos municípios e estados iniciaram o processo de regulamentação das disposições específicas da Lei n.º 5.692/1971, a fim de organizar os próprios sistemas. Para aqueles professores, a única opção naquele momento, com vistas a melhorar as condições de vida e trabalho, era a organização de uma associação que pudesse representá-los junto aos patrões no município de São Luís.

No entanto, a preocupação acerca da fundação de uma associação em pleno regime ditatorial deixava o grupo bastante apreensivo, conforme destacou em suas memórias o professor José Carlos Bastos Silva:

Na época, pouca gente tinha coragem de criar, e eles exigiam... colocaram nessa época, que tinha que ser primeiro a associação profissional para depois se si comportasse, lá na visão deles, poder se transformar em sindicato, depois de uns anos..., mas era assim, um pré-requisito para ser sindicato. Isso só caiu depois, com a redemocratização, que a gente cria direto o sindicato. Na época era exigência... todos tinham que passar pela associação profissional. (SILVA, 2022, APÊNDICE A, p. I)

O golpe de Estado de 1964 idealizado pela burguesia brasileira, em sintonia com o alto Comanda das Forças Armadas e apoio norte-americano, e executado na noite de 31 de março. Entre outras, teve a função de desmobilizar as organizações populares que lutavam por melhores condições de vida e de trabalho, mas não foi um impeditivo suficiente para que os professores do ensino médio do Colégio Municipal Luís Viana deliberassem pela fundação da APEMM.

A APMEP surgiu no momento de luta política intraoligárquica no estado do Maranhão. O Ato Institucional nº 3 (AI 3/1966) produziu o instrumento jurídico que permitia a interferência direta do governo estadual na direção administrativa da capital. Junta-se a isso, a concepção de cooptação e de nomeação a cargos públicos.

Os alvos poderiam ser lideranças políticas de vários tipos. Em 1971, assume a prefeitura de São Luís, por indicação do seu cunhado e governador, Haroldo O. Lisboa Tavares. Este prefeito não se destacou por ações no campo educacional, mas de investimentos na infraestrutura urbana. (SILVA, 2013, p.155)

Ao longo de sua trajetória, a entidade teve sua denominação alterada por três vezes: de Associação dos Professores do Ensino Médio Municipal de São Luís (APEMM), em 1972, para Associação dos Professores e Especialistas em Educação do Ensino Municipal de São Luís (APEEM), em 1994. Em seguida, mudou para Associação dos Profissionais do Magistério do Ensino Público do Município de São Luís (APMEP), no ano de 2002, até sua transformação para Sindicato dos Profissionais do Magistério do Ensino Público de São Luís (SINDEDUCAÇÃO) em dezembro de 2003.

A pesquisa de Robson Silva (2013) aponta que a APEMM (denominada pelo autor de APMEP, embora essa mudança só tenha ocorrido em 2002) surgirá num momento de forte disputa política entre grupos oligárquicos liderados por Victorino Freire e José Sarney. O prefeito nomeado Haroldo Tavares²¹ (ARENA), integrante do governo Sarney em 1966, tentou impedir a fundação da entidade em 1972, por meio da Secretária de Educação da época, a professora Rosa Mochel²², mas não obteve êxito em seus inconfessáveis objetivos, conforme lembra o professor José Carlos Bastos Silva (2022, APÊNDICE A, p. II):

A secretária de educação era a professora Rosa Mochel, e nessa fase de organização, e com revolução no meio reprimindo as organização, eu fui chamado no gabinete dela, ela me pediu que era pra ver se a gente... já tava programado a assembleia de fundação da associação com essa pauta de reivindicação, de fazer valer no município a hora-aula mínima que o governo federal passou a pagar aos professores, que no caso aqui do Maranhão era a Escola Técnica Federal, era a única que existia como instituição de ensino federal. O prefeito era Haroldo Tavares, nomeado, e a professora me pediu - secretária de educação, que procurasse evitar que a assembleia aprovasse a criação, que depois disso... que Haroldo Tavares tinha falado com ela, que não era o momento... e o certo é que eu mantive a minha posição, disse para ela que quem decidia era a classe, era a maioria da assembleia; a assembleia não seria cancelada e que o meu voto pessoal seria pela fundação, a criação da instituição, mas quem decidiria era os professores; jamais cancelaria... e a nossa luta, nossa pauta de luta era aquela; então que ela levasse o recado ao prefeito, e não seria modificado. E, realmente se criou a associação, e simultaneamente, praticamente simultâneo, o prefeito nos surpreendeu e baixou uma norma, um decreto, uma lei municipal estabelecendo e fazendo com que o município de São Luís passasse a ter o melhor pagamento de hora-aula por muito tempo... era o município de São Luís que pagava; eu não sei hoje como está isso, mas o salário do município era o maior, passou a ser maior do que o do estado.

²¹ Haroldo Tavares foi nomeado prefeito de São Luís em 15 de março de 1971 e permaneceu no cargo até 15 de março de 1975. (Nota autoral)

²² A professora Rosa Mochel Martins (1919-1985) também foi cofundadora de várias entidades, professora normalista, professora particular de Língua Portuguesa, geógrafa, historiadora e engenheira agrônoma. (Nota autoral)

Apesar da recusa do professor José Carlos Bastos Silva ao pedido da professora Rosa Mochel, mais tarde eles se tornaram amigos. Para ele, a professora Rosa teve papel importante na concessão do reajuste pleiteado pela categoria, visto seu histórico de lutas em diversas frentes diretamente ligadas às questões sociais:

A professora Rosa Mochel, ela sempre foi uma lutadora por causas sociais também, daí vinha nossa identificação. Embora a gente não se conhecesse pessoalmente, mas eu acompanhava, ela na sua área desenvolvendo o trabalho e eu desenvolvendo na minha área também, e coincidiu da gente se encontrar na educação municipal. E daí que quando eu não atendi o pedido dela, como secretária da educação, que apenas estava cumprindo uma missão delegada pelo prefeito que era dissuadir os professores da fundação, eu tinha quase certeza que no fundo ela não apoiava aquela decisão do prefeito, pela história dela... e realmente a prova é essa, que não afetou, e eu tenho certeza que ela foi decisiva nisso, foi simultâneo... criamos a associação e ele surpreendeu com assinatura do decreto passando a vigorar o mesmo o valor hora-aula do governo federal no município de São Luís e foi a luta da entidade, organizada naquele momento, sem ela não existiria isso, certo?! A organização é fundamental em tudo - a história da “união faz a força” é antiga, mas faz a força. (SILVA, 2022, APÊNDICE A, p. III)

A Associação dos Professores do Ensino Médio Municipal de São Luís (APEMM) foi finalmente fundada em 15 de agosto de 1972 (APEMM, 1972). Naquele momento, a rede municipal tinha cerca de 17 mil alunos, sendo 12 mil matriculados no 1º grau e 3 mil no 2º grau; havia aproximadamente mil matrículas no Curso Normal, além de 2 mil que estudavam pelo sistema de TV em convênio com o Centro Educacional do Maranhão (CEMA), segundo dados da professora Rosa Mochel concedidos em entrevista ao periódico O Imparcial, em 15 de maio de 1972.

Na mesma entrevista, quando questionada sobre a situação dos professores, Rosa Mochel informou: “encontramos a hora-aula a 3 cruzeiros. Hoje, os professores estão ganhando 6 cruzeiros e 20 centavos por aula. Esse aumento foi dado pelo Prefeito ainda no ano passado.” Nesse momento, os professores percebiam os mesmos valores independentemente do nível que atuavam.

A política educacional estava focada na ampliação do número de salas de aula, construção de escolas e grupos escolares. A rede seguia um *currículum*, mas a secretária de Educação não dá detalhes. Acrescentou na entrevista que naquele ano a implantação da primeira turma do 4º Ano Adicional, na época chamada de 4º Ano Pedagógico, estava em curso, público esse atendido pelos professores fundadores da APEMM (O IMPARCIAL, 15 mai. 1972, p.1).

De acordo com a ata de fundação da entidade, cujo registro foi encontrado no Cartório Cantuária de Azevedo, no mesmo dia da fundação ocorreu a escolha da primeira Diretoria

Executiva e do Conselho Fiscal. Na ordem do dia estavam a leitura, apreciação e aprovação do anteprojeto de estatuto da associação, a eleição da primeira diretoria executiva e conselho fiscal da associação, e a definição de data para posse da diretoria e do conselho.

Durante a leitura do estatuto alguns professores fizeram sugestões de alteração que foram consideradas e votadas pela categoria. Entre os nomes destacados, está o professor Paulo Rego Serejo, que teve papel importante na luta política sindical dos professores da educação básica no Maranhão, uma presença marcante nas mobilizações de organização e de fundação da APEMM/SINDEDUCAÇÃO (1972) e da APEMA/SINPROESEMMA (1976), com reconhecida participação nas atividades das entidades. O professor Serejo faleceu aos 76 anos, em agosto de 2021, em decorrência de complicações cardíacas da Covid-19; a inscrição do seu nome jamais poderia ser esquecida na construção do trabalho histórico educacional que realizamos.

Logo após a aprovação do Estatuto, conforme previa o Artigo 40, a primeira diretoria executiva e conselho fiscal seriam eleitos por aclamação e mandato de 1 ano, ficando definido eleições em setembro do ano seguinte. A escolha dos nomes para diretoria e conselho, segundo professor José Carlos Bastos Silva, foi realizada de forma democrática. Para ele, seu nome para presidente foi apontado por ser um jovem de 25 anos, novo na rede, que fora nomeado, em 1968, por indicação da vereadora Maria Genovefa de Aguiar Moraes, conhecida como Genú Moraes Correia²³. Mas o fato de fazer parte de uma família de políticos – seu irmão era prefeito do município maranhense de Pio XII –, deve ter influenciado a categoria a apoiar seu nome para compor no cargo de primeiro presidente da entidade.

Assim, a primeira diretoria e conselho fiscal, eleitos por aclamação, foi constituída da seguinte forma:

Diretoria Executiva:

Presidente – José Carlos Bastos Silva

Vice-presidente – Raimundo Nonato Lima

1ª Secretária – Maria do Carmo Lima Pinto Clarice Barros Rocha

2º Secretário – Clarice Barros Rocha

1º Tesoureiro – Joel Ramos da Silva

2º Tesoureiro - Pedro Alexandre de Oliveira

²³ Genú Moraes Correia foi jornalista e eleita vereadora da capital mais votada na década de 1960. Filha de políticos piauienses, veio pra São Luís na década de 1940, foi a primeira presidente do Sindicato dos Jornalistas do Maranhão. De acordo com seu filho Jozias Benedicto, ela participou de embates contra a ditadura no Maranhão e teve destaque na defesa dos direitos humanos. (Nota autoral)

Conselho Fiscal:

Kleber Carvalho da Silva – titular

Paulo Rego Serejo – titular

José de Ribamar Teixeira – titular

Vlanir Lessa Lima – titular

Germana Maria de Oliveira – titular

Francisco das Chagas Val – suplente

Alaíde Belfort – suplente

Iolinda de Oliveira Pontes – suplente

Maria da Conceição Saraiva Leal – suplente

Liduina da Conceição Castelo Branco – suplente

De acordo com a pesquisa produzida pelo professor José dos Santos Brussio (2015) sobre memória e identidade do Sindicato de Trabalhadores em Educação das Redes Pública Estadual e Municipais do Maranhão (SINPROESEMMA), em seus primeiros anos a APEMM foi caracterizada da seguinte forma:

No serviço público a primeira instituição a organizar os professores foi a Associação de Professores da Rede Pública Municipal de São Luís (APEM), com abrangência apenas na cidade de São Luís. Foi fundada em 15 de agosto de 1972 sob o signo de associação beneficente e recreativa do que propriamente política ou sindical. Mas era a única forma possível na época para organizar os trabalhadores da educação pública dentro de um cenário tenebroso e arbitrário de instabilidade econômico viabilizado pelo regime autoritário do momento. Nesse aspecto a Associação que nasce sob o signo recreativo e beneficente, não podia, por exemplo, organizar os professores com o intuito de decretar greve ou pressionar o governo por benefícios. Assim, a associação além do caráter beneficente também tinha caráter formador, pois em parceria com a Prefeitura de São Luís/MA, fazia as capacitações, formação dos professores e especialistas.

Segundo a entrevista do professor José Carlos Bastos Silva (APÊNDICE A, p. III), a entidade trouxe benefícios para categoria desde a sua fundação. Para a posse da diretoria e conselho fiscal, ocorrida no dia 02 de setembro de 1972, a entidade convidou o prefeito Haroldo Tavares e a secretária de educação, professora Rosa Mochel, que “surpreenderam com a assinatura do decreto” (APÊNDICE A, p. III) que reajustou os salários dos professores do ensino médio, tais quais os valores percebidos pelos professores da Escola Técnica Federal do Maranhão, estes últimos regidos pelo Decreto nº. 67.322 de 2 outubro de 1970. A movimentação da categoria pela organização da entidade foi, portanto, determinante para que o reajuste que reivindicavam fosse conquistado.

A fundação da APEMM trouxe, literalmente e quase que simultaneamente, duas grandes vitórias para a categoria: a primeira, a capacidade de aglutinação e o esforço para a concretização da construção orgânica da entidade associativista, e, logo em seguida, o decreto que reajustou os salários dos professores do ensino médio ao patamar daquele percebido pelos professores da Escola Técnica Federal do Maranhão²⁴.

5.2 O Primeiro Estatuto da Associação dos Professores do Ensino Médio Municipal de São Luís (APEMM)

Na procura de compreensão dos passos iniciais e organizativos da luta política de professores públicos da rede municipal de São Luís, encontramos o registro do primeiro Estatuto da Associação dos Professores do Ensino Médio Municipal de São Luís (APEMM), registrado junto com a ata de fundação e que oportunizou a eleição da diretoria executiva e do conselho fiscal da entidade. O documento, que se tornou público pela intervenção do professor Joel Ramos da Silva, foi elaborado por uma comissão na forma de anteprojeto e apresentado no dia 15 de agosto de 1972, mesmo dia em que ocorreu a oficialização da APEMM.

Acreditamos ser importante a análise do primeiro estatuto para uma compreensão mais ampla da organização política e dos parâmetros que regiam a atuação concreta dos professores no cotidiano da educação pública da rede municipal de São Luís. Composto de 5 Capítulos e 45 artigos, o documento inicia com uma breve apresentação da entidade e de sua base social e territorial, compreendida, conforme o artigo 1º, “por todos os professores do ensino médio oficial do município da capital do Estado do Maranhão.” Conforme entrevistas realizadas para esta pesquisa e matérias encontradas nos jornais, embora os professores tivessem suas intenções bem definidas de fundar uma organização que almejasse representar e lutar pelos direitos da categoria, pelo estatuto se depreende que a entidade se caracteriza como “beneficente constituída pelos professores, sem distinção de sexo, nacionalidade, idade, cor ou religião”, um subterfúgio muito utilizado para driblar os órgãos repressivos estatais e semelhante à maioria das associações de professores de educação básica fundadas nesse período histórico.

No primeiro capítulo – *Disposições Preliminares. Da Denominação, objetivos e organização*, a APEMM é discriminada como “alheia a qualquer competição político-partidária”, apresentando as seguintes finalidades:

²⁴ A Escola Técnica Federal de São Luís passou a se chamar Escola Técnica Federal do Maranhão no ano de 1965, por meio da Portaria nº 239/65 e seguindo a disposição da Lei nº 4.795, de 20 de agosto do mesmo ano. Em 2008 foi incorporada ao Instituto Federal do Maranhão – IFMA. (Nota autoral)

- I – Promover a união dos professores do ensino médio oficial do município de São Luís
- II – Amparar e defender as justas aspirações de classe ou de qualquer de seus sócios em particular nos setores cultural ético e econômico
- III – Proteger e prestigiar os sócios quando necessário em público ou particular na imprensa e/ou nos tribunais
- IV – Representar a classe perante as autoridades públicas pleiteando providências oportunas e convenientes ao seu prestígio interesse bem como a educação
- V – Prestar assistência material aos associados que dela necessitam, bem como as suas famílias nos casos previstos neste estatuto, desde que os cofres da entidade o permitam.
- VI – Proporcionar meios de elevar a cultura cívica, moral, intelectual e profissional de seus associados bem como promover todas as formas de intercâmbio com entidades que colimem idênticos objetivos
- VII – Promover outros empreendimentos no interesse dos seus sócios. (APEMM, 1972, n.p.)

Pelas finalidades da entidade expressas em seu estatuto, é possível observar intenções mutualistas, características corporativistas de defesa dos direitos da categoria e também a preocupação com a educação, conforme item IV.

Para atingir os seus objetivos, a APEMM contaria com assembleia geral, diretoria executiva e conselho fiscal, ademais de outros órgãos auxiliares denominados departamentos e comissões, de acordo com as necessidades. Conforme parágrafo primeiro do artigo 3º, os departamentos seriam: a) jurídico, b) cultural, publicidade e relações públicas, c) recreativo, d) médico. As comissões eram: a) assistência e sindicância e b) eleitoral, com vistas à criação de novas comissões, caso a diretoria observasse tal necessidade.

Cada departamento e comissão teria um diretor, e a escolha não ficava a cargo da assembleia, mas dos diretores. Os diretores dos departamentos e das comissões tinham, ainda, a liberdade para escolher entre os filiados aqueles que poderiam colaborar nesses espaços. De acordo com os artigos 6º, parágrafo único, e art. 38º, tanto diretores quanto colaboradores não perceberiam vencimentos ou gratificações dos cofres da entidade. Um importante elemento se considerarmos os processos de burocratização instaurados na estrutura sindical dos dias atuais.

No capítulo II – *Dos sócios, seus direitos e seus deveres* –, o quadro social da APEMM deveria ser composto de professores pertencentes ao ensino médio oficial do município de São Luís, incluindo aqueles que estivessem “em caráter transitório substituindo eventualmente outros professores considerados efetivos.” A entidade seria composta de três tipos de sócios - efetivos, honorários e beneméritos.

Parágrafo único – São considerados professores do ensino médio

- a) os professores da 5ª a 8ª séries do 1º grau (antigo ginásio)
- b) os professores da 1ª a 4ª séries do segundo grau (antigo colegial)

II – Sócios honorários, pessoas estranhas ao quadro social propostas pela diretoria executiva, sujeitas a aprovação da assembleia geral como retribuição a relevantes serviços prestados a entidade

III – Sócios beneméritos – pessoas ilustres que tenham praticado atos que beneficiaram direta ou indiretamente os educadores. (APEMM, 1972, n.p.)

Entre os direitos dos sócios efetivos constava a possibilidade de se candidatar a qualquer cargo da administração desde que tivessem um mínimo de três anos em efetivo exercício no ensino médio oficial da capital, comprovados pela comissão de assistência e sindicância. Já os sócios honorários e beneméritos gozavam apenas dos direitos de frequentar a sede e participar das recreações por ela promovidas.

No que concerne aos deveres dos sócios, estes deveriam respeitar e fazer respeitar o estatuto, bem como as resoluções da assembleia geral e da diretoria executiva; incentivar a solidariedade entre os sócios evitando os motivos de dissensões e discriminações que pudessem de qualquer forma prejudicar a paz e o bem moral da APEMM; promover o registro da família para fim de auxílio e recreação; exercer, quando solicitado, com dedicação e interesse os cargos que lhes fossem atribuídos; pagar uma mensalidade que haveria de ser descontada preferencialmente na folha de pagamento, fixada em assembleia.

Embora não apareça nas primeiras atas, o valor fixado inicialmente foi de 0,5% (meio por cento) do valor do salário percebido pelo professor, sendo alterado de acordo com a Ata da Assembleia Geral realizada no dia 22 de dezembro de 1993 para 1% (um por cento). Em entrevista do professor José de Arimatéa Salvador Machado (APÊNDICE C, p. XLII) informou que essas porcentagens foram precisadas nos seguintes termos: “era 0,5% (meio por cento), nós transformamos par 1% (um por cento), na época, logo na primeira assembleia que nós fizemos, como ponto de pauta tinha a extensão do mandato para 3 anos (três anos) e a contribuição de 0,5 (meio) para 1% (um por cento).”

O estatuto definiu também que os professores, chamados sócios efetivos, que se afastassem ou viessem a ser afastados em definitivo da rede do ensino médio oficial, deveriam ser excluídos do quadro social da entidade.

No terceiro capítulo, que trata da administração da APEMM, a assembleia geral, o conselho fiscal e a diretoria executiva serão apontados como as instâncias fundamentais para a gestão. Esses órgãos deveriam ser autônomos e harmônicos entre si, sendo a assembleia geral caracterizada como um “órgão soberano dentro das leis do país”, o que poderia retirar da associação uma atuação mais combativa, como de fato ocorreu, uma vez que só identificamos manifestações mais contumazes como paralisações e greves na década de 1980, tal qual será demonstrado posteriormente.

Ficou definido também um artigo determinando que todo mês de agosto deveria ser realizada uma assembleia geral ordinária para apresentação de um relatório que demonstrasse as atividades realizadas pela diretoria executiva. Quando necessárias assembleias extraordinárias, elas seriam convocadas para deliberar, obedecendo ao quórum de 75% dos filiados presentes em primeira convocação, ou com qualquer número em segunda convocação, duas horas depois. Votos por procuração foram vetados no primeiro estatuto, e ficou definido que a presidência das assembleias deveria ser realizada “pelo presidente da entidade ou qualquer outro sócio que a mesma clamar se achar conveniente.” Além disso, seria possível aos filiados interpor os seguintes encaminhamentos estatutários:

Art. 18º - É lícito aos sócios requererem a diretoria executiva fundamentando motivos a convocação da assembleia geral extraordinária desde que a representação contenha um quinto de assinaturas dos sócios devidamente reconhecidas.

Art. 19º - As assembleias gerais extraordinárias só poderão deliberar exclusivamente a respeito dos assuntos para os quais tenham sido convocadas. (APEMM, 1972, n.p.)

As assembleias, portanto, ainda que por uma questão de ordem, apresentavam limitações expressas nos artigos acima mencionados como a exigência de um quinto de assinaturas para sua convocação e deliberação exclusiva dos assuntos para os quais havia sido chamada.

A diretoria executiva da APEMM deveria ser eleita nos termos do estatuto, para um mandato de dois anos. Sua composição seria assim formada: presidente, vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, 1º tesoureiro e 2º tesoureiro. Essa direção conjunta deveria escolher e nomear diretores dos órgãos auxiliares, acompanhar os serviços fiscais em geral, aprovar regulamentos internos dos diversos órgãos administrativos auxiliares, contratar e dispensar funcionários, apresentar relatório anual da gestão, elaborar proposta orçamentária de trabalho e prestação de contas para aprovação do conselho fiscal.

A diretoria teria de se reunir mensalmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente quando convocada pelo presidente ou conselho fiscal. O membro da diretoria que anualmente faltasse três vezes consecutivas às reuniões ou seis vezes intercaladas perderia o mandato, “não podendo ainda candidatar-se à diretoria executiva no período imediato. Para sua substituição seria convocado pela diretoria um professor associado que, ao assumir o cargo, deveria concluir o período da gestão. Algumas atribuições deveriam fazer parte do cotidiano da direção. Ao presidente caberia:

Art. 24º -

I – Representar a APEMM em juízo ou fora dele

- II – Marcar dia e horário das reuniões ordinárias da diretoria e convocar reuniões extraordinárias quando necessárias, assim como presidir as mesmas
- III – Presidir as assembleias gerais ordinárias e extraordinárias, respeitando o art. 17 parágrafo segundo deste estatuto
- IV – Autorizar as despesas de expediente visando documentos que acarretem ônus para associação
- V – Assinar balancetes e balanço e cheques juntamente com o tesoureiro em exercício
- VI – Traçar normas para elaboração do orçamento anual e plano de trabalho encaminhado para aprovação do conselho fiscal, até o dia trinta (30) de outubro
- VII – Marcar horário de trabalho período de férias, vencimentos e aplicar sanções aos funcionários estranhos ao quadro social. (APEMM, 1972, n.p.)

No que se refere ao vice-presidente, caberia substituir o presidente em seus impedimentos; auxiliar o presidente em suas atribuições. Ao 1º secretário competiria “receber, classificar, encaminhar, organizar e responder correspondências oficiais com visto do presidente; substituir o vice-presidente e suas faltas ou impedimentos e secretariar as reuniões da diretoria”. Competiria ao 2º secretário “substituir o primeiro secretário em suas faltas ou impedimentos; auxiliar o primeiro secretário em suas atribuições; lavrar as atas das reuniões da diretoria e das assembleias gerais”. O 1º tesoureiro teria a função de controlar as despesas da entidade; receber valores destinados à associação; assinar cheques conjuntamente com o presidente; efetuar pagamentos mediante anuência do presidente. Enquanto o 2º tesoureiro teria que organizar juntamente com o primeiro tesoureiro, os balancetes mensais, balanços anuais e manter atualizada a escrituração e o arquivo financeiro da APEMM; auxiliar e substituir o 1º tesoureiro nas suas faltas ou impedimentos; e elaborar a discriminação dos bens pertencentes a associação.

Ao conselho fiscal, composto de 10 membros, sendo cinco titulares e cinco suplentes, eleitos conforme o estatuto em eleição simultânea e independente da diretoria, teria um mandato de dois anos. Deveriam se reunir semestralmente para dar parecer e aprovação à proposta orçamentária e à prestação de contas da diretoria, respectivamente, cabendo ainda eleger dentre os seus membros, em sua primeira reunião, um presidente e um secretário; aprovar ou rejeitar a proposta orçamentária anual da diretoria executiva; emitir parecer e aprovar as contas da diretoria; examinar livros, registros e toda a escrituração da entidade; convocar a diretoria quando necessitassem de esclarecimentos, e aos membros da suplência caberia substituir qualquer membro titular em suas faltas ou impedimentos, com direito a voz e voto no conselho, desde que estivessem substituindo um membro titular.

No que se refere às eleições e posse, a diretoria executiva designaria trinta dias antes das eleições uma comissão eleitoral encarregada de organizar o pleito. Conforme o estatuto, a comissão eleitoral seria composta de “cinco membros entre sócios em pleno gozo de seus direitos.”

Art. 35º - As eleições da diretoria executiva e conselho fiscal serão realizadas no mês de setembro, em dia marcado por edital e se fará por escrutínio secreto nos estabelecimentos de ensino médio oficial do Município de São Luís, a partir das oito (8) horas prorrogando-se até às vinte (20) horas.

Parágrafo único – os trabalhos de apuração terão início imediatamente após o encerramento da votação por três escrutinadores nomeados pelo diretor da comissão eleitoral.

Art. 36º A Comissão eleitoral receberá dentro de dez dias antes do pleito, as inscrições dos candidatos a diretoria executiva e conselho fiscal que os interessados farão pessoalmente ou por procuração.

Art. 37º Em sessão solene marcada para o Dia do Professor subsequente as eleições, os eleitos serão diplomados e tomarão posse de seus cargos.

Parágrafo Único – ao tomarem posse os eleitos farão o seguinte juramento: “nós membros da Diretoria e Conselho Fiscal, prometemos perante a Deus, aos Professores e as Autoridades aqui presentes que respeitaremos as leis, tudo faremos para o engajamento da Associação dos Professores do Ensino Médio Municipal de São Luís”. (APEMM, 1972, n.p.)

Vale ressaltar que até os dias atuais quem escolhe a comissão eleitoral para fiscalização dos pleitos é o presidente da entidade, o que retira em grande medida o caráter democrático e a idoneidade dos certames. Tal prática tem sido alvo de crítica dos professores há muitos anos, no entanto, nenhuma modificação nesse sentido foi realizada.

No último capítulo, que trata “Das Disposições Gerais e Transitórias” podemos destacar o ponto que trata da base social da APEMM, voltada apenas para os professores do ensino médio municipal de São Luís. De acordo com o documento, a entidade trabalharia “à medida do possível de pleno acordo com as autoridades responsáveis pelo ensino mui especialmente ao do ensino médio municipal.” Porém, dadas as necessidades dos professores do ensino primário cada vez mais evidenciados, inclusive pelos periódicos de grande circulação, a APEMM terminou por encampar essas lutas, vindo a ser chamada mais tarde, pela base e pela imprensa, de Associação dos Professores do Ensino Municipal (APEM), agregando todos os professores da rede pública do município de São Luís (O IMPARCIAL, 21 jun. 1985, p. 7), ainda que nos documentos essa alteração não tenha ocorrido imediatamente.

O documento definiu também que para aquele primeiro momento a primeira diretoria executiva e conselho fiscal seriam eleitos por aclamação, conforme já mencionado, para o exercício de mandato de um ano, “ficando obrigados a executar a primeira eleição em setembro de 1973.” Todos os ex-presidentes que viessem a se desligar da rede municipal seriam considerados sócios honorários. Chama a atenção o Art. 42º: “Toda a restrição ilegal e arbitrária que vier sofrer a diretoria da APEMM, no desempenho de suas reais atribuições, por qualquer que seja autoridade, será extensiva [...] a todos os sócios efetivos e arcará com todas as consequências.” A responsabilização de toda categoria para quaisquer sanções ou ataques

sofridos pela diretoria no exercício da representatividade, incluindo ainda as obrigações contraídas em nome da associação.

O dispositivo interno da entidade terminou apontando que, em caso de sua dissolução, os bens adquiridos ou recebidos gratuitamente deveriam ser doados a uma instituição semelhante, a critério da assembleia geral. E os casos omissos seriam resolvidos também pela assembleia geral.

Temos, portanto, um estatuto de características típicas do período em que foi organizado. Muito embora os professores intencionassem realizar um trabalho democrático, há na estrutura do seu regimento um ordenamento hierarquizado cuja decisão final em geral ficava a cargo do presidente, não da assembleia geral. O que demonstra certo distanciamento dos valores que vinham sendo construídos e defendidos pelo que se convencionou chamar de “novo sindicalismo” naquele momento histórico, que defendia a democracia sindical, a independência e a autonomia das entidades, a ética política, a transparência da gestão, o dinamismo dos dirigentes sindicais, a criatividade em inovações organizativas, a participação da categoria, entre outros elementos. (GALETTI, 2013, p. 280)

Alguns desses valores passariam a ser perseguidos nos anos seguintes, especialmente no que se refere à transparência da gestão, visto que a assembleia de prestação de contas vai representando uma preocupação e um compromisso, conforme certidão concedida pelo Cartório Cantuária de Azevedo (2022) com resumo do teor de atas registradas.

Percebe-se ainda que, o primeiro estatuto não contemplou em momento algum os professores e sua inserção nas atividades da entidade, talvez porque a categoria ainda estivesse em formação, com número reduzido de professores, e também porque fosse amplamente constituída por jovens naquele período. Embora a entidade tenha a finalidade de representar a categoria de professores do ensino médio da rede municipal, ou seja, uma parcela da classe trabalhadora ludovicense, o estatuto não aparenta um anseio da categoria em ultrapassar os interesses e necessidades imediatas.

Nas entrevistas com o professor José Carlos Bastos Silva, primeiro presidente da APEMM, o professor José de Arimatéa Salvador Machado - professor da rede desde 1976 e presidente da entidade no período de 1993-1996 -, embora ambos tenham encampado laboriosas lutas e expressem profundo respeito pela APEMM, não há menção de construção de uma sociedade organizada em perspectiva socialista. Não foi identificada no documento norteador a consciência da necessidade de um departamento de formação política, embora possamos intuir que atividades dessa natureza constituam tarefa primordial e se registrem com frequência no universo sindical docente.

Também não há menção de um departamento específico para questões pedagógicas e educacionais. Os registros estatutários das organizações associativas e sindicais dos trabalhadores em educação, em geral, não indicam essa preocupação por parte das entidades, todavia, como veremos a seguir, essas questões costumam perpassar as atividades cotidianas e o exercício político que diuturnamente produzem com sua intervenção na vida social.

5.3 Os reflexos da crise econômica nas lutas empreendidas pelos professores no Maranhão



Figura 1

Fonte: O Imparcial, 24 out. 1985, p.14

Os sinais de esgotamento da política econômica adotada pelo regime ditatorial foram evidenciados pela alta da cesta básica e outros gêneros de primeira necessidade. Esses elementos foram decisivos para a insatisfação da sociedade, viabilizando o surgimento de associações e sindicatos, além das diversas mobilizações entre as distintas categorias de trabalhadores.

Entre os professores, não foi diferente. Na rede municipal, a luta prosseguia para todos os níveis, em especial para aqueles que atuavam no ensino primário. Submetidos a péssimas condições de trabalho e salários achatados, ainda tinham que atravessar momentos de muita dificuldade com os rotineiros atrasos no pagamento dos salários.

Na greve do período de Gardenia, nós estávamos com 2 meses de salários atrasados, deixados pelo Mauro Fecury. Atrasava demais... embora ele fosse um prefeito que nos ajudava final de ano, ele fazia no Nhozinho Santos, colocava cesta básica para os funcionários, porque não era esse número que é hoje, né?! Era bem menor. Ele fazia ali no Nhozinho Santos, fazia no Parque do Bom Menino também, ele levava pra nós, aí chegava de helicóptero, pra gente era uma novidade aquilo ali que ele fazia, e a gente achava bom. Outro prefeito também que foi muito bom na época com a

educação, foi Tadeu Palácio – eu não posso deixar de citar o nome dele. Ele foi assim um... (sic) muito bom... a gente ia fazer um curso, ele dava vale alimentação, vale-transporte que tinha na época para o professor – eu, as vezes até vendia o meu (risos), mas foi um tempo muito bom com Tadeu.

Mas a gente passou muita dificuldade nessa época. Eu me lembro bem que eu tinha minha mãe, que ela trabalhava e ela que me ajudava, porque a gente ficava realmente sem receber dinheiro, as vezes passava de três meses. Teve um prefeito que entrou interinamente, ele foi apontado pelo tio dele... porque nós tivemos um governador chamado Nunes Freire, e ele colocou na prefeitura, que ele era um ditador, ele colocou o sobrinho dele, que era Lerenó Nunes – um péssimo prefeito, péssimo prefeito. Ele não tinha nenhuma responsabilidade conosco de nos pagar certinho. Nós ficávamos de três meses sem receber dinheiro, e quando recebia – um mês só. Foi uma época muito difícil.

[...] Porque tinha a ditadura naquela época, e com a ditadura era tudo muito complicado, né?! Porque a gente não tinha direito à fala que hoje nós temos, que podemos falar do presidente, falar de um político, e naquela época a gente tinha que ter mais cuidado, mas quando a democracia chegou, já na época de Tancredo, aí a coisa mudou, graças a Deus. (SANTOS, 2022, APÊNDICE B, p. XXIX)

Nas memórias da professora Maria Bernadete dos Santos (APÊNDICE B, p. XX) é possível observar que ela recorre a momentos distintos, mas entrelaçados, de sua trajetória para apontar as dificuldades sofridas ao longo do seu percurso profissional e os momentos em que ora foram acentuados ora pareciam minimizados. A greve à qual se reporta no início do excerto ocorreu no ano de 1985, quando a prefeita Gardênia Gonçalves assumiu a prefeitura depois de eleita por sufrágio universal e cujo primeiro ato foi a demissão de aproximadamente 15 mil trabalhadores da administração pública municipal, provocando uma greve geral histórica, que abordaremos posteriormente.

Outro momento apontado pela professora remete ao ano de 1979, quando o prefeito interino Lerenó Nunes, parente e indicado do governador Osvaldo da Costa Nunes Freire, esteve à frente da prefeitura de São Luís, tendo sido classificado como um gestor público sem compromisso com a categoria de professores e a educação. Lembra ainda do prefeito Tadeu Palácio (PDT), que ocupou o cargo entre os anos de 2002-2009, período marcado por conquistas de direitos importantes como a reformulação do Estatuto do Magistério, nos marcos da Lei n.º 4.749 de 03 de janeiro de 2007, e o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimento dos Profissionais do Magistério do Sistema de Ensino Público da Prefeitura de São Luís (PCCV), nos termos da Lei n.º 4.931 de 07 de abril de 2008, até hoje vigentes. Esses direitos, sem dúvida alguma, são frutos da luta coletiva e incansável dos professores iniciada na década de 1970, com grandes mobilizações nos anos 1980, 1990 e até os dias atuais.

No início da década de 1980, há o registro jornalístico da visita do maranhense natural de Imperatriz (MA), professor Gumercindo de Sousa Milhomem Neto, então presidente da Associação de Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP). Pelo teor da matéria, ao conhecer estabelecimentos de ensino Milhomem Neto considerou a situação do

setor educacional das mais graves, acrescentando que o cenário “não é diferente do resto do País, onde sequer as leis são cumpridas.” A publicação segue descrevendo a visita do dirigente sindical paulista às escolas privadas e públicas da rede municipal de São Luís:

O presidente da Associação de Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo visitou algumas escolas da rede oficial, e outras da rede particular. Ao “Jornal de Hoje”, ele citou a visita de uma escola da Secretaria de Educação do Município, no bairro do Coroado. ‘Ali, eu vi uma sala com 80 alunos e duas professoras dando aula, ao mesmo tempo. Só que uma professora ensinava um grupo de 40 alunos e outra o restante. Cada turma estava de costas para outra’. Sobre a escola particular que visitou, Gumercindo disse que viu uma turma de 15 alunos, sendo cuidada por duas professoras.

Ao responder uma pergunta, o professor Gumercindo faz outra pergunta ao repórter: ‘A que interesse serve uma escola desvinculada da realidade?’ E ele mesmo apresenta a resposta:

‘A meu ver, serve para duas coisas. A primeira diz respeito a não proporcionar conhecimento que aponte a solução dos problemas. A segunda é no referente a servir para matar uma possível rebeldia existente dentro da população escolar contra a situação vigente’. É essa a razão porque a escola é repressiva. O objetivo é inculcar na cabeça do estudante a idéia de que não são as próprias pessoas quem resolvem os seus problemas, mas que alguém algum dia virá resolver os seus problemas. E isso feito para criar uma apatia diante dos problemas e fazer com que as pessoas não se sintam responsáveis pela solução dos problemas que vivem. (O IMPARCIAL, 11 nov. 1981, p. 3)

A entrevista destacava ainda que no Maranhão o governo não dava prioridade ao ensino, uma vez que o foco estava em grandes projetos como era o caso do Projeto Carajás²⁵: “E tanto isso fica mais claro quando se afirma que aqui um professor primário percebe, mensalmente, menos que o salário-mínimo vigente, uma vez que o atual salário-mínimo é maior que Cr\$ 9.000,00 e as professoras em questão estão percebendo Cr\$ 7.850,00”, informava a matéria.

Como consequência da grave situação, o professor Gumercindo acrescentou durante a entrevista, amargamente, que “a nossa escola, hoje, institucionaliza a mentira.” Para ele, a escola deveria ser o espaço especializado na resolução dos problemas, mas diante da falta de

²⁵ Projeto Carajás objetiva extração mineral, a produção agrícola, a transformação mineral e de produção energética, assim como se envolve a infraestruturas logísticas e de comunicação em grande região do meio-norte brasileiro. Foi concebido inicialmente como programa de governo na ditadura militar, que mais tarde veio a se tornar programa de Estado sob argumento de produtor de divisas na promoção de superavit primário e pagamento da dívida externa do país. Mas é na verdade um projeto econômico de caráter privado voltado unicamente para a exportação, com forte concentração de renda e formação de latifúndios. Estende-se por 900 mil km², cortada pelas bacias dos rios Xingu, Tocantins e Araguaia, agregam terras do Pará, Tocantins e Maranhão. A atividade centrada na Província Mineral Carajás, foi inicialmente gerenciada pela empresa estatal brasileira Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), durante o governo de João Baptista de Oliveira Figueiredo, quando Eliezer Batista da Silva foi presidente da Companhia. Mesmo após a privatização da CVRD a atividade mineral está concessionada principalmente à Vale.

interesse do governo passava a se inserir “dentro de uma comunidade cheia de problemas, originados de questões de difícil solução.”

Outra característica acerca desse período diz respeito ao processo de privatização da educação pública expresso na oferta de bolsas de estudo disponibilizadas pela Secretaria de Educação do Estado aos alunos do 1º e 2º graus dos “colégios registrados e pertencentes à rede particular de ensino.” (O IMPARCIAL, 25 fev. 1976, p. 7) A matéria não conseguiu informar o número de bolsas, mas anunciava que já ultrapassava mil inscritos e uma extensa fila de espera a fim de pleitear uma das bolsas.

Outro meio adotado nesse processo de privatização da educação foi o Programa de Crédito Educativo do governo federal, cujo objetivo consistia no “financiamento da formação em nível universitário ou técnico de estudante carentes de recursos.” O Programa oferecia duas modalidades de financiamento: pagamento de anuidades e custeio das despesas de manutenção do estudante. Para a segunda opção, o estudante poderia requerer até doze salários-mínimos anuais. O estudante poderia pleitear as duas modalidades de empréstimo simultaneamente. Para amortização da dívida teria um período equivalente àquele relativo ao tempo do uso, a contar do término da carência de um ano (O IMPARCIAL, 28 jan. 1976, p 5), independentemente de estar empregado ou não, como se apenas a formação fosse garantia de uma vaga de trabalho.

No que se refere à política de formação adotada pela rede municipal, comprovamos a realização de cursos ofertados aos professores da rede pública municipal em 1976, quando foi realizado o Seminário de Atualização Educacional do Município, que contou com a participação de 120 trabalhadores. A atividade ocorreu na Biblioteca Benedito Leite, sob a coordenação da Assessoria Técnico-Pedagógica e de Planejamento da Secretaria de Educação do Município, e teve como objetivos “reconhecer as vantagens da Lei n.º 5.692/71; analisar as normas contidas no Regimento; distinguir os critérios de avaliação, promoção e recuperação; reconhecer a importância do ensino de excepcionais; e identificar a Educação Religiosa como parte integrante do Ensino de 1º grau.” (O IMPARCIAL, 7 mar. 1976, p.7)

Pelas entrevistas realizadas, identificamos que os professores contratados pelo regime da CLT, mesmo sendo indicação política, deviam obedecer ao pré-requisito mínimo do Curso Normal ou ser estudante de Curso Superior para ingressar na rede municipal como professor, conforme aponta a professora Maria Bernadete dos Santos:

[...] todos os professores da rede municipal eram professores formados, tinham que ter o Ensino Normal. Não tinha professores leigos, os professores leigos devem ter sido numa época bem antes de ingressar no município, porque as pessoas que achavam que sabiam escrever, eles acham que eles tinham o domínio de ser professores, como ainda acontece. Pessoas que botam uma escolinha no fundo do

quintal porque sabem ler e escrever, então ele acha que ele tem o domínio do conhecimento pra passar para o aluno. Mas na nossa época, não tinha nenhum professor leigo, na escola que eu trabalhei nenhum professor... nunca foi aceito no município professor leigo porque eles pediam nosso diploma. Então não tinha professor leigo na época, não. (SANTOS, 2022, APÊNDICE B, p. XXXI)

Diferentemente da rede estadual, na qual, por esses dias, havia um número predominante de professores leigos, na rede municipal havia uma preocupação com relação à formação mínima dos professores para fins de ingresso, mesmo com a contratação ocorrendo por meio de indicação política.

É nesse período que a Associação de Professores do Estado do Maranhão (APEMA)²⁶ seria fundada e passaria a realizar diversas atividades conjuntas com a APEMM e o SINTERP-MA na luta em defesa dos professores das redes pública e privada de todo o estado, como também travará lutas políticas contra essas entidades, especialmente no final da década de 1980, na de 1990 e no início dos anos 2000. As entidades organizadas surgem das demandas imediatas e urgentes expressas no cotidiano do professorado, ainda que a movimentação coletiva da década de 1970, no Maranhão, possa aparentar a característica de ausência de greves ou paralisações, o mesmo não ocorrerá na década de 1980.

²⁶ Mais informações relativas às origens da Associação de Professores do Estado do Maranhão – APEMA, estão disponíveis em: DANTAS, Vanessa Amorim. Aspectos históricos e políticos da associação de professores do estado do Maranhão (1976-1989). 2016. 241f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo. (Nora autoral)

BRUSSIO, José dos Santos. A Memória e a Identidade do Sindicato de Trabalhadores em Educação das Redes Pública Estadual e Municipais do Maranhão-Sinproesemma, São Luís, Maranhão-Brasil. 2015. 173f. Tese – Ciências Sociais - Universidade Fernando Pessoa, Portugal.



Figura 2

Fonte: O Imparcial, 14 set. 1985, p.16

Há registro nos jornais, por exemplo, de professores do ensino de 1º e 2º graus que sofreram assédio e foram até demitidos por denunciar a pressão recebida das secretarias de educação para aprovar alunos, em especial os das primeiras séries, objetivando alimentar as estatísticas e passar informação falsa do êxito da administração pública. Tendo como fonte informativa a nota publicada em O Imparcial, os que denunciavam o fato estavam sofrendo retaliações, na forma de punições e até demissões.

Essa denúncia foi feita ontem, na câmara pelo presidente da Comissão de Educação, deputado Álvaro Valle, em razão do grande número de queixas a ele apresentadas por professores e diretores que se sentem desrespeitados por autoridades locais.

‘Além de estarem recebendo baixos salários, oprimidos por uma burocracia cada vez maior, obrigados a cumprir ordens de técnicos sem experiência de sala de aula, os diretores e professores ainda vêm sendo alvo de injustiça, sobretudo nos grandes centros urbanos’, disse Álvaro Valle.

Assinalando que as punições injustas geram insegurança em todo sistema educacional, com evidentes prejuízos pedagógicos e conclamando os verdadeiros educadores a se recusar a cumprir ordens que prejudiquemos alunos e comprometem a sua formação. Valle manifestou sua solidariedade ao magistério de 1º e 2º Graus. (O IMPARCIAL, 15 out. 1976)

Esse tipo violência, oriundo de uma cultura opressora e de cunho autoritária e coronelista, era muito presente no cotidiano social, o que impedia, inclusive, uma articulação da classe trabalhadora no sentido de se organizar contra as mazelas impostas pela sociedade capitalista.

O problema generalizado no campo educacional chegou a ser admitido pelo presidente General João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao afirmar que “o professor ganha muito mal, e que os salários que recebem não dá para o sustento de sua família”, assegurando que “essa injustiça será corrigida, pois sem os professores nenhum país será grande.” (O IMPARCIAL, 12 nov. 1978, p. 3)

Apesar das palavras do último presidente militar, nos meses seguintes e durante toda década de 1980 os jornais e as memórias dos professores do período exibem um cenário bem diferente. No mês de outubro de 1981, identificamos, por exemplo, os professores das redes municipal e estadual com seus vencimentos em atraso, simultaneamente. Nada mais jocoso, visto ocorrer justamente no mês em que se comemora o Dia dos Professores. Em face do problema, a categoria se uniu para a realização do I Seminário Estadual de Professores, que segundo o periódico foi marcado por debates e protestos (O IMPARCIAL, 15 out 1981, p. 7). Entre diversos pontos discutidos no evento, de acordo com a matéria, chama atenção a consciência entre a categoria da política educacional implementada à época. Ao estender o debate para além da pauta salarial, fizeram a análise da Lei nº 5.692/71, destacando que

A Lei Passarinho, de n. 5.692/71, que o ex-ministro da Educação, Jarbas Passarinho, num discurso na CPI da Câmara, declarou a falência da mesma, reconhecendo que ela não está mais atendendo às necessidades da Educação Nacional e que tornou obrigatório o Ensino Profissionalizante, é um dos temas em discussão no Seminário. Segundo o presidente da Associação de Professores do Estado do Maranhão (APEMA), professor Antônio Anacleto Ferreira, A Lei Passarinho ‘objetiva apenas preparar uma mão de obra barata a serviço do sistema de opressão e enfraquecimento das classes de elite do sistema capitalista. Em consequência disso veio o barateamento dos salários e empobrecimento cultural e econômico das classes trabalhadoras brasileiras’ em relação a problemática que toma conta da classe, em todos os Estados. (O IMPARCIAL, 15 out 1981, p. 7)

Professores à frente da entidade de representação da categoria demonstravam ter clareza do contexto educacional naquele momento. Pelo excerto, estava claro que até os militares no poder reconheciam que os reflexos da Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º Graus²⁷ não produziram os resultados esperados.

Na mesma publicação, outras atividades aconteceram naquele momento com objetivos análogos, como o Seminário que ocorreu no Liceu Maranhense e discutiu a importância do professor no processo político nacional. O debate realizado no SENAC, promovido pela

²⁷ A política instituiu a junção do 2º ciclo do Ensino Médio (denominação vigente). Os ensinos secundário, normal, técnico industrial, técnico comercial e o ensino agrotécnico foram fundidos. Todas as escolas deveriam oferecer apenas cursos profissionais – chamados de profissionalizantes –, objetivando formar técnicos e auxiliares técnicos para as mais diversas atividades econômicas. O caráter propedêutico foi sumariamente excluído. (Nota autoral)

APEMM e o Sindicato dos Professores de São Luís, tratou da situação atual do professor maranhense.

Ensino Falido

Por ser uma das profissões mais antigas do País e trabalhar paralelo à comunicação de massa, o professor Antonio Anacleto Ferreira disse que o Magistério não é um sacerdócio, ‘mas um trabalho como outro qualquer, com direito a obrigações. Tem um salário achatado, está sem liberdade de cátedra (direito de expressão dentro da sala de aula), e tem a ‘cabeça-feita’ pelo regime frustrante e elitizante de 17 anos de repressão’.

Adiantou ele que um dos maiores problemas da classe é a transformação da sociedade brasileira em consequência do sistema de um ensino falido, uma “escola apodrecida” e um modelo econômico inadequado à realidade educacional do País, que reflete na vida do aluno, professor e da própria escola. Diz ainda o presidente da APEMA, que é filiada à Confederação dos Professores do Brasil – CPB – que “a robotização do aluno, a criação de gerações frustradas, e o enfraquecimento da sociedade num todo – dos quais os professores são todos contra – são os principais fatores que estão levando o ensino brasileiro à falência, além da verba de 12 por cento que a Educação tem direito, e, no entanto, são empregados apenas 4 por cento, que além de pouco, são ainda desviados para outros projetos. Contudo, a maioria reclama [...] os atrasos, que, assim como os baixos salários, muito influem na aprendizagem e produção dos professores. (O IMPARCIAL, 15 out. 1981, p. 7)

O professor Antônio Anacleto Ferreira era uma referência para toda categoria e a APEMA, naquele momento, era filiada à Confederação de Professores do Brasil (CPB). Há registros da vinda de representantes da entidade nacional a São Luís, como Teresa Noronha de Carvalho, em 03 maio de 1977 (O IMPARCIAL, 29 abr. 1977), a fim de difundir e incentivar o debate sobre as condições de vida e trabalho da categoria, sendo sem dúvida decisiva para que professores compreendessem o contexto e se manifestassem acerca do momento político educacional.

Nos jornais chamava a atenção as matérias publicadas sobre o dia dos professores. Em geral, davam enfoque à grave situação da categoria e descreviam o cenário das condições de trabalho, do desrespeito à legislação em vigor, dos baixos salários, da luta pela aposentadoria aos 25 anos de trabalho.

O QUE DIZEM

O professor e vereador Hélcio Silva disse que os Colégios do Maranhão não dispõem de um padrão fixo de salário, são mal remunerados e a maioria dos Colégios (públicos e particulares), contrariam a Resolução 100 do Conselho Estadual de Educação, além da lei federal 5.692, que estabelece as normas jurídicas, funcionais, pedagógicas de ensino brasileiro. Enquanto a Resolução 100 estabelece as normas para o funcionamento das escolas particulares, que não têm bebedouros, mais de um sanitário, área de esporte, salas pedagógicas.

Aqui existem até Colégios que funcionam em porão e, a inspeção escolar, que é responsável pela fiscalização nas escolas do Estado, não dispõem de estrutura para isso. Existem apenas 16 inspetores, onde somente 8 exercem a profissão, ficando os outros 8 em serviço de burocracia. A inspeção escolar do estado não conta com nenhum veículo para sua tarefa diária. E, por conta disso, hoje mesmo fiquei sabendo

que o Colégio Silva Martins não possui bebedouros e o Freitas Figueiredo, também. (O IMPARCIAL, 15 out. 1980, p. 7)

Além dessas reivindicações externadas pelo vereador, a categoria reivindicava ainda o Estatuto do Magistério, que na rede municipal, só foi aprovado no final do ano de 1985, e a reformulação do Estatuto do Magistério da rede pública estadual, porque de acordo com a então presidente da entidade, Iani Leão, “o secretário de Educação “que é professor”, tem se mostrado amigo da classe e, o que é mais importante, tem procurado ouvir as bases.” De fato, foi na gestão de Antonio Carlos Beckman como secretário de Educação em 1980 que ocorreu a reformulação do Estatuto do Magistério, em vigor desde 14 de novembro de 1974, nos termos da Lei 3.578. Contudo, apenas uma parte muito pequena da categoria estava enquadrada, o que mobilizou os professores a exigir a reformulação do mesmo.

A Lei 4.270 de 16 de dezembro de 1980 substituiu a anterior e dispôs sobre Estatuto do Magistério de 1º e 2º graus do estado do Maranhão, com sua publicação no Diário Oficial em 23 de dezembro de 1980; um ano depois, no entanto, a legislação ainda não havia sido efetivada e novamente não atenderia ao conjunto da categoria, visto que só seriam incorporados os professores nomeados e eram excluídos os professores contratados (O IMPARCIAL, 20 nov. 1981, p.7). Os periódicos mostram que diversas mobilizações e greves foram realizadas durante toda a década de 1980.

Isso implica reconhecer que, de um ponto de vista mais amplo, as organizações associativistas pleiteadas pelos professores, embora com forte caráter mutualista, conforme se expressa em diversos estudos (MIRANDA, 2011, DINIZ, 2012, 2017; PAIVA, 2016, 2020; BANDEIRA, 2017, 2021; GABRIEL, 2022; ALVES, 2022; VICENTE, 2019, BAUER, et al. 2015), independentemente do período de organização sempre encontraram em suas condições materiais os elementos decisivos e imperativos para se perceberem sujeitos coletivos e sociais, posicionando-se na função de representantes das categorias que compõem a classe trabalhadora.

Em Caxias (MA), cerca de mil professores da rede estadual de ensino que reivindicavam pagamento salarial, entraram em greve no mês de março de 1983, após a realização de uma assembleia conduzida pelo núcleo da APEMA. Vale destacar que o movimento ganhou ainda mais força quando os professores das escolas particulares e de municípios vizinhos aderiram à paralisação de todas as atividades (O IMPARCIAL, 18 mar. 1983, p.7). Sidney Rocha, presidente do Núcleo da APEMA em Caxias, teve parte da sua intervenção registrada:

Como agentes transformadores da sociedade, os professores, segundo o professor Sidney Rocha, não estão sujeitos em hipótese alguma, a viver sem salários. ‘Acima de qualquer lei – disse ele – está o direito humano e, assim sendo não há lei humana

nem divina que obrigue se trabalhar sem salários. O professor de Caxias está passando fome e miséria e não se pode trabalhar com fome' desabafou. (OIMPARCIAL, 8 mar. 1983, p. 7)

O movimento associativista e sindical, entre outras organizações de trabalhadores, dentro das limitações impostas pelo regime militar, buscavam resistir às mazelas produzidas pelos baixos salários em todos os níveis.

A Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESM), por meio da sua entidade de representação, a Associação dos Professores da Federação das Escolas Superiores do Maranhão (APROFESM), decretou três dias de paralisação, iniciados em 15 de dezembro de 1981. Considerava a Associação que as emendas propostas ao decreto que regulamentaria a lei aprovada pela Assembleia Legislativa transformando a FESM em Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) não foram contempladas, entre elas a reivindicação de reposição salarial de 165,1%.

A movimentação da categoria fez com que o chefe da Casa Civil do Governo de João Castelo (ARENA) acatasse 95% das reivindicações apresentadas pela entidade, segundo matéria publicada em O Imparcial (15 dez. 1981, p. 7). Pouco tempo depois iniciam um novo movimento grevista em face dos atrasos no pagamento dos salários, que até aquele momento acumulavam dois meses – novembro e dezembro. (O IMPARCIAL, 07 jan. 1983, p. 1)

No mesmo trajeto caminhavam os professores da UFMA, que integraram uma greve nacional deflagrada em agosto de 1985, promovida pelos professores das universidades de regime fundacionais, por meio da sua entidade de representação, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES)²⁸ (O IMPARCIAL, 24 ago. 1985). O movimento na UFMA ganhou viva adesão dos estudantes e funcionários (O IMPARCIAL, 30 ago. 1985, p. 3). A Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) estava, naquele momento, organizando uma campanha nacional e orientou a Associação dos Servidores da Universidade Federal do Maranhão (ASSUMA) a aderir à paralisação dos professores, assim ampliando o movimento para uma greve geral que suspendeu todas as atividades da universidade. (O IMPARCIAL, 30 ago. 1985, p. 3; O IMPARCIAL, 05 set. 1985, p. 1)

A CUT apoiará a luta dos grevistas, inclusive com notas publicadas nos jornais:

²⁸ A ANDES foi fundada em 19 de fevereiro de 1981, em Campinas (SP), como Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, em 26 de novembro de 1988, tornou-se Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN). (Nota autoral)

Basta de exploração. Basta de autoritarismo. Reforma Agrária já; Constituinte independente do congresso; jornada de 40 horas semanais; reajustes trimestrais; salários desemprego. Todas estas bandeiras levantadas pelos trabalhadores no momento, receberam o apoio em uma nota oficial da Central Única dos Trabalhadores no Maranhão, lançada esta semana.

A diretoria da CTU-MA considerou “justos e legítimos” os movimentos grevistas desencadeados em São Luís e no interior do estado pelos bancários, professores e servidores da UFMA, e do CEMA/INTEC/TVE. “Denotam o elevado nível de organização destas categorias na luta por melhores condições de trabalho, de salário e de vida’.” (O IMPARCIAL, 19 set. 1985, p.2)

Fundada em 1983, a CUT representava o setor mais combativo e classista do movimento sindical brasileiro e maranhense. Na nota, dispôs-se a lutar pela conquista de seus interesses imediatos e históricos, ombreada aos trabalhadores. De acordo com a publicação, bancários, UFMA e CEMA estavam em greve naquele período.

Os professores da rede privada também aparecem em diversas matérias que deram ênfase às lutas da categoria. O Sindicato dos Professores de São Luís e a Associação Profissional dos Estabelecimentos de Ensino do Estado do Maranhão tiveram muitos embates, visto a discordância dos empresários com as reivindicações de piso salarial, definição de data-base, carteira de trabalho assinada, depósito de contribuição previdenciária (O IMPARCIAL, 04 jun. 1985, p. 3). A Delegacia Regional do Trabalho (DRT) geralmente era chamada para mediação das negociações e nas matérias publicadas na década de 1980 vemos a forte atuação da professora Florilena Graça Aranha – presidente da entidade por dois mandatos (1983-1989) –, que segundo Silva (2008) será decisiva na ruptura com o modelo sindical expresso na entidade até aquele momento, para uma organização mais autônoma e combativa representada por Aranha. Suas intervenções ultrapassavam os limites da categoria de professores privados, com duras críticas ao então governador Luís Rocha²⁹ (PDS) pelo não cumprimento do Estatuto do Magistério. (O IMPARCIAL, 16 jun. 1985, p. 2)

Os professores da rede pública estadual, mesmo com a Lei n.º 4.270, de 16 de dezembro de 1980, que dispunha sobre o Estatuto do Magistério de 1º e 2º graus do estado do Maranhão, continuavam a sofrer fortemente, uma vez que o governo alegava que as formas de contratação impediam que fossem enquadrados ao dispositivo legal. Por outro lado, aqueles que gozavam do direito não recebiam as progressões horizontal e vertical e outros direitos previstos na legislação. (O IMPARCIAL, 12 de abril de 1985)

²⁹ Luís Alves Coelho Rocha, mais conhecido como Luís Rocha, foi político e exerceu o mandato de governador do Maranhão pelo PSD. Pai do Senador Roberto Rocha (PTB) e do ex-prefeito de Balsas, Rochinha Filho (PSB), região explorada pelo agronegócio no Maranhão. (Nota autoral)

A APEMA recebia diariamente cartas, telegramas, recados e até representantes da categoria que moravam e trabalhavam no interior do estado, com reclamações e a exigência de que a entidade se posicionasse como organismo de classe contra o atraso de pagamento dos salários:

Por outro lado incoerente e descabido, pensar em melhoria de ensino apenas inaugurando prédios escolares. Dar escola ao povo não é simplesmente inaugurando prédios. Educação far-se-á, e bem até debaixo de uma árvore, desde que se tenha professores conscientizados e bem pagos. Paguemos, senão bem pelo menos sofrivelmente, o nosso professor e tenhamos a certeza de se estar oferecendo boa educação ao povo. Pois se é certo que o aluno não aprende com fome, pior ensinará o professor sem dinheiro nem para comprar seu pão de cada dia. (O IMPARCIAL, 26 out. 1983, p. 7)

A aplicação das políticas iniciadas no governo Sarney, em 1965, ainda estava em curso, com a construção de prédios escolares e a ampliação de vagas, mas o custo estava sendo pago pela categoria de professores, que rotineiramente perdiam o crédito no comércio local. Placas eram instaladas nas portas dos estabelecimentos informando “venda suspensa para funcionários públicos”, conforme ressaltou uma professora aposentada durante uma atividade do SINDEDUCAÇÃO, em conversa informal. Tal visão foi ratificada em matéria sobre a paralisação de professores na cidade de Grajaú, no interior do estado: “já nos falta tudo em casa e inclusive perdemos o crédito no comércio.” (O IMPARCIAL, 16 abr. 1983, p. 8) Em 1984, cerca de 800 professores contratados que atuavam no 2º grau paralisaram as atividades por conta dos vencimentos atrasados há 4 meses. (O IMPARCIAL, 21 jun. 1984, p. 8)

Outras mobilizações dos professores foram identificadas nos periódicos: adesão ao movimento do Dia Nacional de Luta dos Professores Brasileiros realizado em 11 de abril de 1985, participação nos congressos da CPB, reuniões com gestores públicos, publicação de manifestos, solicitações de novas reformulações do Estatuto do Magistério, propostas de reajuste salarial e greves de massa com forte adesão da categoria, que passou a utilizar mais amiúde esse instrumento de luta, inicialmente de forma isolada em algumas cidades como Caxias (1983) e Grajaú (1983), e na segunda metade da década de 1980, com a primeira grande greve iniciada no final de 1985 e retomada em 1986, com adesão perto de 100% da categoria (O IMPARCIAL, 24 nov. 1985, p.2). Sem dúvida, os seminários realizados pela APEMA em diversas cidades do interior como Bacabal, Imperatriz, Caxias, Timom, São Mateus e Chapadinha foram decisivos para a forte adesão ao movimento paredista. (O IMPARCIAL, 27 out. 1983, p.2)

Segundo matéria publicada em O Imparcial, na cidade de Imperatriz (MA), distante 736,5 km de São Luís, a categoria de professores reuniu as redes públicas estadual, municipal e privada para a grande mobilização “cantando “quem sabe faz a hora não espera acontecer”, de Geraldo Vandré, música símbolo das manifestações reivindicatórias das classes de trabalhadores brasileiros no momento, paralisando o trânsito e aguçando curiosidade de milhares de pessoas.”

Foi assim que centenas de professores das redes estadual, municipal e particular da cidade, comandados pela Associação dos Professores do Estado do Maranhão - APEMA e Associação Profissional dos Professores de Imperatriz - APPI, manifestaram-se contra a atual situação que caracteriza mais de dois mil educadores de 1, 2 e 3 graus que trabalham nas escolas imperatrizenses das zonas rural e urbana. De há muito anunciada por dirigentes de APEMA e APPI, a manifestação dos cátedros locais foi iniciada por volta de oito horas da manhã na praça Brasil, onde a categoria realizou um ato público onde proliferaram discursos inflamados. Uma hora depois aproximadamente 500 professores presentes perfilaram-se em passeata através das avenidas Getúlio Vargas, Dorgival Pinheiro e Coronel Manoel Bandeira. O tráfego dessas artérias centrais da cidade foi momentaneamente paralisado com a passeata. Não houve nenhum incidente ou qualquer tipo de representação a paralisação reivindicatória. Ao longo do trajeto constante da passeata dos professores cantavam e gritavam palavras de ordem. E vários alunos e pais acompanharam o movimento em solidariedade aos mestres. (O IMPARCIAL, 16 out. 1985, p. 7)

A manifestação articulada pelos professores imperatrizenses se encerrou na praça Castelo Branco, onde à época estava sediada a Secretaria de Educação. O presidente da APPI, Valber Guimarães, chegou a entregar ao titular da pasta de Educação do município, profa. Angélica Fiquene, cópia de documento contendo as principais reivindicações dos professores locais. O principal item do manifesto se referia ao estabelecimento de piso salarial de três salários-mínimos para a categoria.



Figura 3

Fonte: O Imparcial, 07 nov. 1985, p.2

Na matéria, a foto de uma das maiores mobilizações de professores, senão a maior registrada na história de lutas da rede pública estadual, com participação de 10 mil docentes. A categoria lutava pelo piso de três salários-mínimos e “ao chegarem nas proximidades da Rua de Nazaré os professores grevistas foram recebidos por um forte aparato policial.” (O IMPARCIAL, 07 nov. 1985, p. 2) Durante esse tempo os professores se sentaram no chão e, ocupando as ruas, cantavam e bradavam “BARRIGA VAZIA NÃO DÁ SABEDORIA”, sem recuar (O IMPARCIAL, 12 nov. 1985, p. 7). Somente três horas depois, uma comissão formada por quatro professores foi autorizada a ultrapassar a barreira dos militares e se dirigir ao Palácio dos Leões para apresentar, uma vez mais, as reivindicações da categoria que se encontrava paralisada há 12 dias, com adesão de cem por cento na capital e cinquenta por cento no interior (O IMPARCIAL, 09 nov. 1985, p. 7). O movimento foi suspenso após mediações com o governo e a filha do então presidente José Sarney, Roseana Sarney, mas foi retomado nos primeiros dias letivos de 1986. (O IMPARCIAL, 24 nov. 1985, p.2; JORNAL PEQUENO, 18 fev. 1986, n.p.)

Além da luta encampada pelos professores, outras categorias cujas bases mantinham vínculo empregatício com o Estado também se mobilizaram por meio de suas entidades de representação. Há registro de que 22 entidades conseguiram reunir trabalhadores, a fim de debater um documento produzido pelo Sindicato dos Economistas do Estado do Maranhão, e que foi entregue ao governador Luís Rocha (PDS): “O Arrocho Salarial e os Servidores Públicos”.

REAJUSTE COMPATÍVEL COM A INFLAÇÃO

As entidades sindicais estão reivindicando um reajuste de 250 por cento para os funcionários públicos, que vivem comprimidos pelos baixos salários e a constante e permanente desvalorização da moeda. O documento elaborado pelos economistas, revela que os técnicos de nível médio que em 1980 ganhavam Cr\$ quatro mil cruzeiros, caso os reajustes fossem no mesmo nível da inflação deveriam que perceber hoje cerca de Cr\$ 529 mil, entretanto graças a política econômica do Governo ganham apenas Cr\$ 178 mil. Já um técnico de nível superior, estatutário, nível A, percebendo em 1980 Cr\$ 9.240,00 hoje recebe Cr\$ 215.542,00. Deveria, entretanto, estar recebendo, se o reajuste fosse no mesmo nível que o da inflação, Cr\$ 762.529,00. Um técnico de nível superior padrão 10 que recebia em 1980 Cr\$ 10.080,00 e que hoje percebe Cr\$ 195.812,00, deveria estar percebendo Cr\$ 831.741,00 (O IMPARCIAL, 9 de fev. 1985, p. 2).

Uma comissão de oito sindicatos e associações foi formada para coordenar as atividades. Integraram a comissão a Associação dos Funcionários Públicos, o Sindicato dos Médicos, a Associação dos Advogados, o Sindicato dos Professores, a Associação dos

Enfermeiros, o Sindicato dos Economistas, a Associação Profissional das Assistentes Sociais e o Sindicato dos Engenheiros. (O IMPARCIAL, 9 de fev. 1985, p. 2)

Nenhum desses reajustes, de acordo com a visão do Sindicato dos Economistas, foi realizado, uma vez que todos foram abaixo da inflação. A perda salarial, ainda de acordo com o periódico, “foi na prática mais de 80 por cento.” Outro ponto da pauta de reivindicações era a reclassificação dos funcionários, garantida pelo Decreto 7.247 de 08 de agosto de 1979. (O IMPARCIAL, 23 fev. de 1985, p.2)

O movimento dos trabalhadores oficiais do Estado refletia o nível de insatisfação no seio das categorias, dado que o custo de vida subiu e os salários permaneceram achatados. Isso fez com que as reivindicações contemplassem todo o funcionalismo público da rede estadual. Na noite do dia 26 de março de 1985, a Assembleia legislativa, numa sessão tumultuada pelas manifestações nas galerias lotadas de servidores públicos e que durou mais de oito horas, aprovou um reajuste salarial para os servidores, apesar de que o índice não tenha sido o exigido pelo movimento dos trabalhadores. (O IMPARCIAL, 27 mar. 1985, p. 1)

5.4 A luta dos professores horistas da rede pública municipal de São Luís na gestão de Mauro Fecury (1983-1986)

[...] nós estávamos com 2 meses de salários atrasados deixados pelo Mauro Fecury. Atrasava demais... embora ele fosse um prefeito que nos ajudava final de ano, ele fazia no Nhozinho Santos, colocava cesta básica para os funcionários, porque não era esse número que é hoje, né?! Era bem menor. Ele fazia ali no Nhozinho Santos, fazia no Parque do Bom Menino também, ele levava pra nós, aí chegava de helicóptero, pra gente era uma novidade aquilo ali que ele fazia, e a gente achava bom. (SANTOS, 2022, APÊNDICE B, p. XXIX)

Nas memórias da professora Maria Bernadete dos Santos é possível apreender o tipo de estratégias políticas adotadas pelo prefeito Mauro Fecury³⁰ (PDS), para arrefecer as lutas empreendidas pelos professores da rede pública municipal de São Luís.

Conforme as reminiscências do professor José de Arimatéa Salvador Machado (APÊNDICE C, p. XXXIX), todos os professores recebiam por hora-aula (somente a partir da aprovação do Estatuto do Magistério, em dezembro de 1985, eles começaram a ter salários fixos de acordo com o nível), o que constituía o salário mensal, o qual, além de muito baixo, costumeiramente era pago com atraso. Uma paralisação foi realizada e cerca de 900 professores

³⁰ Mauro de Alencar Fecury foi prefeito de São Luís pelo nos períodos de 1979-1980 e 1983-1986. Foi eleito ainda deputado estadual diversas vezes e deputado federal (eleito em 1994 e 1998) e foi suplente de Roseana Sarney no Senado (2002). Esteve em várias legendas: ARENA (1966-1979), PDS (1980-1986), PFL (1986-1992), PTB (1992-1994), PFL (1994-2007), DEM (2007-2018), PSD (2018-presente). (Nota autoral)

da rede municipal interromperam as aulas: “nenhuma unidade escolar do município de São Luís funcionou”, tendo em vista o movimento reivindicatório organizado pela APEMM e APEMA. (JORNAL PEQUENO, 22 ago. 1985, n.p.)

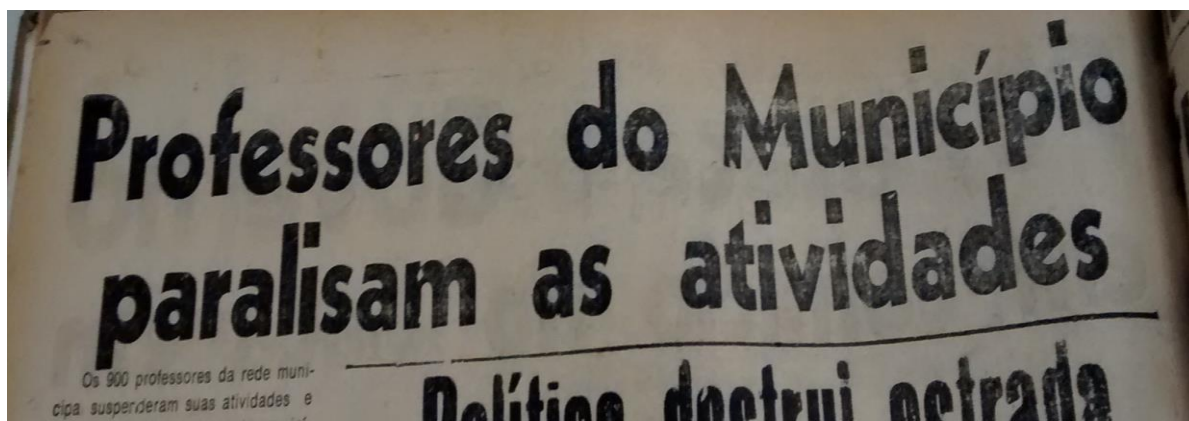


Figura 4

Fonte: Jornal Pequeno, 22 ago. 1985, n.p.

Na pauta, o pagamento imediato da diferença salarial dos meses de maio, junho e julho, enquanto o Prefeito Mauro Fecury propunha o pagamento dessa diferença no mês de setembro, já que, segundo ele, a folha de agosto estava fechada, o que dificultaria o pagamento imediato.

A diferença reside na Taxa de 3,5 por cento que até maior incidia sobre o salário-mínimo de 166.562 cruzeiros e a partir de primeiro de maio passou a incidir sobre o novo salário-mínimo de 533.438 cruzeiros passando a hora aula de 5.729 para 11.671 cruzeiros.

A Presidente da APEMA, Professora Lucimar Goes de Sousa, afirmou que os professores só voltarão as salas de aula quando o Prefeito Mauro Fecury pagar a diferença dos meses de maio, junho e julho. (JORNAL PEQUENO, 22 ago. 1985, n.p.)

Havia uma expectativa de reajuste no mês de maio de 1985, o que não ocorreu. Uma comissão de professores do município foi formada para uma reunião agendada pela APEMM com o prefeito Mauro Fecury (PDS), o qual alegou que a folha de pagamento era muito elevada, motivo pelo qual o reajuste previsto havia sido suspenso.



Figura 5

Fonte: O Imparcial, 24 ago. 1985, p.1

Como destacado anteriormente, a APEMM sempre contou com o apoio da APEMA. Em alguns momentos veremos a APEMA protagonizando interlocuções com os governantes municipais. Na fotografia acima, os professores em passeata caminhavam em direção à sede da prefeitura municipal, durante a gestão de Mauro Fecury. A saída negociada entre a prefeitura, a APEMM e APEMA foi a convocação da categoria para realização de um cadastro, a fim de atualizar o banco de dados da prefeitura para que os vencimentos finalmente fossem pagos.

A APEMM e APEMA aparecem juntas reivindicando os pagamentos de vencimentos e reajustes da categoria e se unem à Secretaria de Administração solicitando, pelos jornais, que os professores comparecessem à Secretaria Municipal de Ensino para fazer o cadastro e tivessem o direito ao reajuste da hora-aula, que segundo o periódico estavam previstos nos Decretos 67.322/70 (federal) e 1.572/71 (municipal), num processo moroso que se arrastou por meses. (O IMPARCIAL, 27 de junho de 1985, p.7)

O prefeito Mauro Fecury prometeu pagar o reajuste dos professores horistas do município correspondente aos meses de maio, junho e julho até o dia 15 de setembro, assim como garantiu que o mês de agosto será pago no próximo dia dez do mesmo mês, já reajustado. A informação foi dada em reunião realizada com a presidente da Associação dos Professores do Maranhão, Luzimar Goes de Sousa, que juntamente com dezenas de professores foram em passeata até o Palácio La Ravardière exigirem o cumprimento da lei que rege 3,5 por cento do salário-mínimo vigente por hora-aula. (O IMPARCIAL, 24 ago. 1985, p. 3)

A fim de pressionar o prefeito, a categoria realizou pelo menos duas grandes mobilizações, com aproximadamente 900 professores, até que se definisse um prazo para implantação do reajuste esperado pela categoria. A primeira, no dia 16 de agosto, com forte repercussão nos jornais, e outra, em 23 de agosto de 1985, quando o prazo foi determinado pelo prefeito Mauro Fecury.

A PASSEATA

Gritando slogans “o professor unido jamais será vencido” os professores horistas do município carregando faixas e cartazes com dizeres sobre os baixos salários que recebem atravessaram a praça João Lisboa, entraram na rua Joaquim Távora e se dirigiram à Prefeitura. Lotaram a anti-sala que dá acesso ao gabinete do prefeito, ouviram a proposta de Fecury e retornaram à sede da APEMA para optarem pela não radicalização do movimento que abrange novecentos professores. (O IMPARCIAL, 24 ago. 1985, p. 3)

Representantes da categoria foram recebidos e a proposta apresentada em assembleia realizada na sede da APEMA foi aceita pelos presentes, mas com a ressalva de que, em caso de descumprimento do prazo para o pagamento do reajuste, a categoria decretaria greve por tempo indeterminado. Num clima bastante exaltado, vários professores defenderam a proposta de paralisação imediata, mas Lucimá Góes de Sousa, presidente da APEMA, pelo registro do periódico, pediu prudência e “um voto de confiança ao prefeito, pois Fecury garantiu que está chegando muita verba [...], mas que a solicitação do pagamento da diferença só será possível dentro do prazo pedido.” Essa postura da professora Lucimá Góes até hoje é lembrada pelos professores do período e bastante criticada.

Naquele momento, a pauta nacional dos professores consistia em “mais verbas para educação, piso salarial de três mínimos, reajuste trimestral, Estatuto Nacional do Magistério, eleições diretas para diretores e delegados de ensino, Constituinte livre, democrática e soberana.” (O IMPARCIAL, 17 abr. 1985, p. 2) A Câmara dos Deputados, após muita pressão do movimento nacional, aprovou o projeto que regulamentava a aplicação da Emenda Constitucional 24, do Senador João Calmon, segundo a qual a União, bem como os estados e municípios, aplicariam, respectivamente, 13% e 25% de suas receitas em educação.

Outros aspectos destacados na pauta de reivindicações da categoria foram a criação de um Estatuto do Magistério e a denúncia da intensificação da jornada de trabalho, pois “estes, reclamaram, ainda, da pesada carga horária a que estão submetidos.” (O IMPARCIAL, 17 ago. 1985, p.1)

A campanha eleitoral para prefeitura de São Luís estava iniciando. Conforme O Imparcial (1º set. 1985, p.3), a categoria chegou a se reunir com candidatos como Haroldo Freitas Pires de Sabóia³¹ (PMDB), Gardênia Ribeiro Gonçalves³² (PDS) – eleita prefeita de São Luís – e Jackson Kepler Lago (PDT), forte liderança política de viés progressista. Os encontros ocorreram na sede da APEMA.

Com a participação do médico Jackson Lago, candidato a Prefeito de São Luís pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), dezenas de professores estiveram reunidos durante a manhã de ontem na Sede da ASPEMA, na rua Henrique Leal. Os professores aproveitaram a oportunidade para comemorar a vitória da luta desenvolvida pela entidade que culminou com o reajuste salarial de 3,5 por cento por hora aula, em atraso desde o mês de março. [...] segundo a Presidente da Associação dos Professores do Maranhão, é fundamentalmente discutir questões relativas à educação acima de tudo conscientizar a categoria com relação às propostas apresentadas pelos candidatos à prefeitura de São Luís. Destes encontros já participaram 2 pleiteantes à prefeitura de São Luís: Haroldo Sabóia e Gardênia Gonçalves. A ideia dos encontros conforme Lucimar, surgiu a partir de carta aberta divulgada pela ASPEMA convocando todos os candidatos a prefeito de São Luís, no sentido que eles, juntamente com representantes da classe dos professores coloquem suas propostas para o que deve ser feito em termos de Educação no município. Ela explicou que a Associação não tem partido político e que dentre outras finalidades, os encontros primam por esclarecer ao professor qual o melhor candidato o que o levará a definição de seu voto.

Ao se dirigir aos presentes, Jackson reconheceu a péssima qualidade de ensino nos colégios públicos nos últimos vinte anos. Estudar em uma escola pública há vinte anos atras na opinião dele era motivo de “status” para alguns estudantes. A má qualidade, segundo Jackson, foi favorecida, dentre outros fatores pela desvalorização do profissional do magistério uma vez que a partir de então a classe vem sofrendo achatamento salarial. “Não estamos aqui para fazer promessas e sim para firmarmos compromissos com a classe dos professores”, disse o médico. (O IMPARCIAL, 1º set. 1985, p.3)

Apesar de a matéria nomear a entidade como ASPEMA, a sigla correta era APEMA (Associação de Professores do Estado do Maranhão). Conforme os jornais levantados apontam, as APEMM e APEMA atuaram juntas em muitos momentos das lutas encampadas pelos professores da rede pública municipal, talvez porque uma parte significativa atuava nas duas redes. O debate com os candidatos foi uma alternativa encontrada pelas entidades para que os professores conhecessem melhor as propostas para a educação de São Luís. Posteriormente, veremos que a prefeita eleita Gardênia Gonçalves iniciará o mandato com uma grande greve geral.

³¹ Haroldo Freitas Pires de Saboia, é jornalista, advogado, servidor público e político brasileiro, atualmente filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Iniciou na política pelo movimento estudantil. Foi deputado federal pelo Maranhão, integrou a Assembleia Nacional Constituinte. Já atuou no PCdoB (1967-1978), MDB (1978-1979), PMDB (1980-1990), PDT (1990-1991), PT (1991-2003), PPS (2003-2007), PDT (2007-2011), PSOL (2011-presente). (Nota autoral)

³² Gardênia Ribeiro Gonçalves foi a primeira mulher eleita prefeita de São Luís, pelo Partido Democrático Social (PDS). Atuou de 1º de janeiro de 1986 a 1º de janeiro de 1989. Era casada com João Castelo, ex-governador do Maranhão (1979-1982). (Nota autoral)

5.5 A movimentação política para a aprovação do primeiro Estatuto do Magistério de São Luís, MA (1985)

A galeria da Câmara estava lotada de professores portando cartazes e gritando palavras de ordem que pediam a imediata aprovação do projeto, enquanto os vereadores permaneciam no plenário a espera da retirada dos professores, uma vez que a sessão já tinha sido encerrada e nada mais poderia ser feito. (O IMPARCIAL, 28 nov. 1985, p.2)

A pressão dos professores era cada vez mais intensa pela valorização do magistério, não só nas cidades do Maranhão, mas em todo o país, fez com que a aprovação do Estatuto do Magistério na rede pública se tornasse uma demanda imediata que visava organizar e estruturar o plano de cargos e carreira e, conseqüentemente, melhorar as condições de vida e trabalho dos professores. Apesar da Lei 5.692/1971 conter essa exigência, São Luís não possuía esse dispositivo, sendo regida apenas por decretos do início da década 1970.

A secretária de educação da rede estadual maranhense, Leda Tajra, emitiu uma nota informando que todos os municípios do Maranhão teriam que elaborar, até dezembro daquele ano, seus estatutos do magistério, caso contrário não receberiam os recursos federais para aplicar na Educação.

A obrigatoriedade do Estatuto a nível municipal foi uma decisão do Presidente José Sarney, que já assinou decreto nesse sentido.

A informação foi prestada pela Secretária de Educação Lêda Tajra, que determinou os assessores da Secretaria de Educação no sentido de orientar os prefeitos e secretários municipais de educação a elaborarem o Estatuto do Magistério, que trará melhorias aos professores municipais. (O IMPARCIAL, 24 out. 1985, p.14)

A Secretaria de Educação iniciou um trabalho no sentido de orientar e acompanhar os municípios para que, dentro do prazo estabelecido, todos conseguissem elaborar o documento. Pelo registro publicado n'O Imparcial identificamos que APEMM e APEMA, por divergências políticas, encontraram muitas dificuldades na construção da proposta de estatuto do magistério da rede municipal. Uma das matérias afirmou que,

Pela segunda vez em menos de uma semana, as duas entidades representativas dos professores não se entendem e promovem acalorada discussão nas dependências da Câmara Municipal de São Luís. Ontem, depois dos discursos de alguns vereadores defendendo a aprovação do Estatuto do Magistério dos professores municipais, e encerrada a sessão naquela casa, foi proposta pelos vereadores uma reunião entre APEMA e APEM, para que chegassem a um entendimento com relação a um item do projeto que desde quinta-feira passada vem causando descontentamento de um grupo de professores da APEM. (O IMPARCIAL, 27 nov. 1985, p.2)

O jornal informa ainda que os vereadores, objetivando facilitar o trabalho da Casa, chegaram a se retirar do plenário para que as entidades discutissem e apresentassem suas conclusões na reunião com a Comissão de Educação e Saúde da Câmara. O encaminhamento de sugestões apresentadas em comum acordo entre APEMM e APEMA dariam subsídio às emendas que seriam apresentadas pela Comissão em plenário na sessão de votação do projeto.

Vale lembrar que, nesse momento, a APEMM, por meio de seus diretores e da imprensa, não mais se apresentava como entidade de representação apenas de professores do ensino médio municipal de São Luís, mas como Associação de Professores do Município de São Luís (APEM), abarcando toda a categoria. Do ponto de vista burocrático, essa mudança de nomenclatura só ocorreu efetivamente em 1994, na gestão do professor José de Arimatéa Salvador Machado (1993-1996). De todo modo, é possível observar uma apreensão da APEMM com os professores não habilitados:

Logo no início da reunião quando o plenário foi tomado por membros das entidades notava-se a divisão entre APEM e APEMA. A APEM alega que os professores não habilitados foram prejudicados no artigo 84 do Estatuto, quando omite o enquadramento dos não especialistas em Educação. Eles se consideram marginalizados.

Por outro lado, a diretoria da APEMA afirma que os não habilitados não podem se equiparar com os habilitados e acrescenta que o projeto deixa uma abertura para que não habilitados se enquadrem mediante curso de complementação. (O IMPARCIAL, 27 nov. 1985, p.2)

A matéria aponta que antes dessa reunião se iniciar as discussões em torno do projeto já se mostravam novamente acaloradas. A movimentação no plenário da Câmara também provocou tumulto entre os professores, que, no entanto, se mantiveram presentes acompanhando os trabalhos durante todas as sessões em que o projeto entrou em pauta. Pelos jornais, contabilizamos cinco sessões até sua aprovação. Os representantes da APEMM convocaram uma reunião à parte, sem a presença da APEMA. Pela leitura do editorial de O Imparcial é possível dimensionar o fulgor reinante naquele ambiente de discussões políticas erigido pelos professores maranhenses:

BRIGA DE FOICE

Por causa dos Estatutos do Magistério em exame na Câmara Municipal a APEMA (professores da rede estadual) e a APEM (rede municipal) entraram em choque. O que a APEMA conseguiu junto ao governo do Estado está forçando na área do Município. As duas entidades estão em discordâncias e ontem concentradas na Câmara Municipal pressionaram os vereadores a aprovarem a “toque de caixa” os referidos Estatutos. Causa para a presidenta da Casa sugeriu aos seus pares um exame mais acurado da questão. Ela teme que a Prefeita fique sem as mínimas condições de fazer face as despesas do galopeamento que resultará. Apenas como exemplo as professoras normalistas passariam a receber três salários-mínimos Cr\$ 1.800 mil e as possuídas

de nível superior Cr\$ 3.600 (seis salários) e mais as vantagens com cursos, mestrados e publicações. (O IMPARCIAL, 27 nov. 1985, p.3)

Embora o editorial faça destaque no plural: “Estatutos do Magistério”, o que estava em debate naquela ocasião era tão-somente o estatuto da rede municipal. A categoria de professores do estado, que havia realizado seu primeiro grande movimento paredista no primeiro semestre daquele ano, também reivindicava a reformulação do seu estatuto³³ e a defesa do piso de três salários-mínimos, que a despeito de a matéria afirmar o contrário não foi conquistada naquele momento.

A discussão em torno do projeto referente aos vencimentos da categoria era também um debate nacional que lutava pela fixação do piso salarial em três salários-mínimos, o que constituía uma aspiração dos professores em todo o país:

No dia 11 de abril a CPB realizou a sua primeira jornada nacional de mobilização. As demandas centrais levantadas articulavam reivindicações econômicas imediatas, questões relativas à gestão escolar e bandeiras políticas, sintetizadas nas seguintes exigências: mais verbas para a educação, piso salarial de 3 (três) salários-mínimos, reajuste trimestral de salários, Estatuto Nacional do Magistério, eleições diretas para diretores de escolas e delegados de ensino e convocação de uma Constituinte livre, democrática e soberana. (CPB, 1985 apud PEREIRA FILHO, 2019, p. 111)

No Maranhão, há vários registros de participação dos representantes da APEMA nos congressos da Confederação de Professores do Brasil (CPB)³⁴ (O IMPARCIAL, 9 jan. 1982, p.7), cujas reivindicações abarcavam o piso de três salários-mínimos. No debate ludovicense acerca do Estatuto do Magistério, pairava a esperança de que com a aprovação desse documento finalmente se alcançaria o piso reivindicado nacionalmente.

Um dos pontos polêmicos remetia ao artigo 84 da primeira versão, que no projeto enviado à Câmara pelo prefeito aparecia no artigo 85 e asseverava que “os atuais professores especialistas em Educação do Magistério Municipal que, antes da vigência desta Lei, possuíam vínculo empregatício, serão enquadrados no Estatuto do Magistério independente do concurso de provas ou de provas e títulos.” Ao acessarmos a Lei n.º 2.728/85, notamos que o artigo mencionado integra o Título VII – Das Disposições Gerais e Transitórias, Capítulo I – Das

³³ Na rede Estadual o primeiro Estatuto do Magistério foi aprovado pela Lei n. 3.484 de 6 de dezembro de 1973; sofreu alteração na redação com a Lei n. 3.578 de 14 de novembro de 1974. O Estatuto é reformulado em 1980 pela Lei n. 4.270, de 16 de dezembro de 1980. A Lei n. 4.738, de 14 de outubro de 1986, alterou novamente o Estatuto do Magistério. Em 15 de agosto de 1994, sob a Lei n. 6110, o Estatuto do Magistério de 1º e 2º Graus do Estado do Maranhão é aprovado. E atualmente, vigora a Lei n. 9.860, de 1º de julho de 2013. (Nota autoral)

³⁴ Confederação de Professores do Brasil (CPB), atualmente Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Na matéria citada os professores se preparavam para participar do XV Congresso Nacional da CPB realizado em Goiânia no período de 18 a 21 jan. 1982. (Nota autoral)

Disposições Gerais. No texto aprovado identificamos o “Art. 85 – Os incentivos financeiros estabelecidos nesta Lei serão extensivos aos docentes não enquadrados no Estatuto do Magistério” (SÃO LUÍS, 1985), objetivamente querendo dizer que os não habilitados, mesmo que fossem trabalhadores da educação municipal, não receberiam o benefício do enquadramento, embora deveriam perceber o vencimento aprovado pela lei.

Para os representantes da APEMA, o referido artigo amparava os chamados “não habilitados” que trabalhavam no magistério. Esse pensamento não era compartilhado pelos membros da APEMM, que alegavam prejuízos aos professores não habilitados se o artigo não fosse alterado. No entendimento desses representantes, a aprovação deixaria os “não habilitados marginalizados.” (O IMPARCIAL, 28 nov. 1985, p.2) A APEMM chegou a propor que um parecer do Conselho Estadual de Educação, que apoiava os professores não habilitados, embasasse uma possível emenda. A APEMA, por outro lado, argumentava que a Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, dava abertura para os professores não habilitados, e que se aprovada a proposta dos membros da APEMM o Estatuto deixaria de ser um instrumento legal do magistério:

A reunião que estava programada para ontem de manhã entre vereadores, membros da Associação dos Professores do Estado do Maranhão (APEMA) e Associação de Professores do Município (APEM), não chegou a se realizar devido a desavença entre as duas entidades.

Na sessão de terça-feira da Câmara Municipal os professores foram alertados para a possibilidade do projeto não ser aprovado este ano, visto que foi enviado pelo prefeito àquela casa às vésperas do recesso dos vereadores, ou seja, no dia 14, e deveria ter sido enviado com pelo menos 20 dias de antecedência. Alguns vereadores preveem que no caso do projeto não ser levado ao plenário até a próxima semana dificilmente será votado ainda este ano.

Ontem, após a terceira reunião com membros das duas associações de professores, vereadores, APEM e APEMA chegaram à conclusão que novas reuniões não dariam em nada, pois as entidades não chegaram a um consenso e os interesses são distintos. Foi decidido então que as sugestões de emendas seriam feitas por APEM e APEMA, ficando a cargo da Comissão de Educação e Saúde da Câmara, julgar a procedência e a viabilidade das gestões para posteriormente apresentar as emendas em plenário para votação. (O IMPARCIAL, 28 nov. 1985, p.3)

A falta de um denominador comum entre as entidades acerca daqueles sem habilitação se tornou um gargalo. Ainda assim, os professores pressionavam com vigílias em frente à Câmara Municipal e exigiam a votação em caráter de urgência, receosos de que o impasse adiasse a aprovação para o ano seguinte (O IMPARCIAL, 28 nov. 1985, p.3). Nessa matéria temos, ainda, a professora Marilene Ferraz, ex-presidente da APEMM (1980-1982), denunciando a existência de um grupo interessado na não aprovação do projeto. Com essa compreensão, o vereador Murilo Freitas, irmão do professor e ex-presidente da APEMM,

Carlos Alberto Figueiredo (1982-1984), se posicionou a favor dos encaminhamentos dessa entidade.

O vereador Murilo Freitas que não escondeu seu apoio aos membros da APEM, perdeu a calma e garantiu à professora Maria Pavão que se ela apresentasse sugestão à emenda que beneficia os professores não habilitados, ele emendaria o projeto e disse que enquanto ele for vereador as pessoas interessadas em prejudicar os professores não habilitados não atingirão o seu objetivo. (O IMPARCIAL, 28 nov. 1985, p.3)

Esse mesmo parlamentar foi responsável pela suspensão definitiva, por meio de um Projeto de Lei apresentado em outubro de 1983, das taxas escolares que até 1984 eram cobradas nas escolas públicas da rede municipal de São Luís (JORNAL PEQUENO, 06 jan. 1984, n.p.). Na contramão do vereador Murilo Freitas e da defesa da APEMM, a APEMA defendia que esses professores não podiam ser igualados aos demais porque não tinham o curso de especialização, mas eles podiam entrar para o Estatuto à medida que fizessem o curso de complementação (O IMPARCIAL, 28 nov. 1985, p.2). Esse vereador, no dia da votação apresentou as emendas, mas a moratória foi rejeitada pelo plenário, enquanto as emendas enviadas pela APEMA foram aprovadas em sua totalidade. (O IMPARCIAL, 30 nov. 1985, p.2)

Outro artigo também gerou controvérsia, uma vez que no original constava o seguinte texto: Art. 91 - Os servidores que não possuem habilitação legal para enquadramento em qualquer nível instituído neste Estatuto serão agrupados na parte suplementar do quadro geral, extinto a vagar. Uma professora da APEMA propôs atenção a esse item, visto que ele poderia, segundo ela, ir de encontro ao artigo 15, aprovado anteriormente, o qual determinava os quadros permanentes e suplementares onde estavam dispostos os professores habilitados e não habilitados, respectivamente.

A Comissão de Educação apresentou uma emenda que acrescentava ao artigo o texto “desde que no prazo de cinco anos não tenha adquirido habilitação legal.” Estabeleceu-se a discussão no plenário e uma nova emenda foi apresentada pelo vereador Hércio Silva, que também era professor, depois de mais uma suspensão da sessão. A primeira emenda foi posta em votação e logo aprovada, ficando sem efeito a apresentada pelo vereador Hércio Silva, que recebera o apoio dos professores. (O IMPARCIAL, 30 nov. 1985, p.2)

O Projeto de Lei n.º 45/85, que dispunha sobre o Estatuto do Magistério dos professores municipais, foi aprovado na Câmara de Vereadores em sessão extraordinária. De acordo com o Jornal O Imparcial, foi uma das sessões mais longas já realizadas pela casa, com mais de 9 horas de duração (id.ib.). Isso porque foi interrompida diversas vezes a pedido dos próprios

vereadores a fim de estudar emendas ou questões de ordem no sentido de aperfeiçoar os trabalhos.

A Comissão de Educação da Câmara Municipal, responsável pela apresentação das emendas ao projeto, foi composta pelos seguintes vereadores: Juarez Damasceno (presidente), Costa Ferreira e Marcelo Bezerra. As comissões de Justiça, Orçamento e Finanças, Educação e Saúde, encarregadas de apreciar o projeto, emitiram pareceres favoráveis à aprovação do Estatuto. As articulações em torno do apoio dos vereadores eram feitas pelos próprios professores que se encontravam no plenário. Em diversos momentos chegaram a ser chamados pelos vereadores com o objetivo de esclarecer pontos do projeto que não eram compreendidos pelo plenário.



Figura 6

Fonte: O Imparcial, 30 nov. 1985, p.1

O documento possuía 98 artigos e foi votado por partes. Apesar de não ter sofrido alterações de conteúdo, 12 artigos foram emendados e a maioria deles foram aprovados por unanimidade (O IMPARCIAL, 30 nov. 1985, p.2). No Estatuto, os professores ficaram divididos em duas categorias: complementar, referidas aos habilitados, e suplementar, que incluía os professores não habilitados. Um ponto favorável foi a possibilidade de ascensão no quadro funcional.

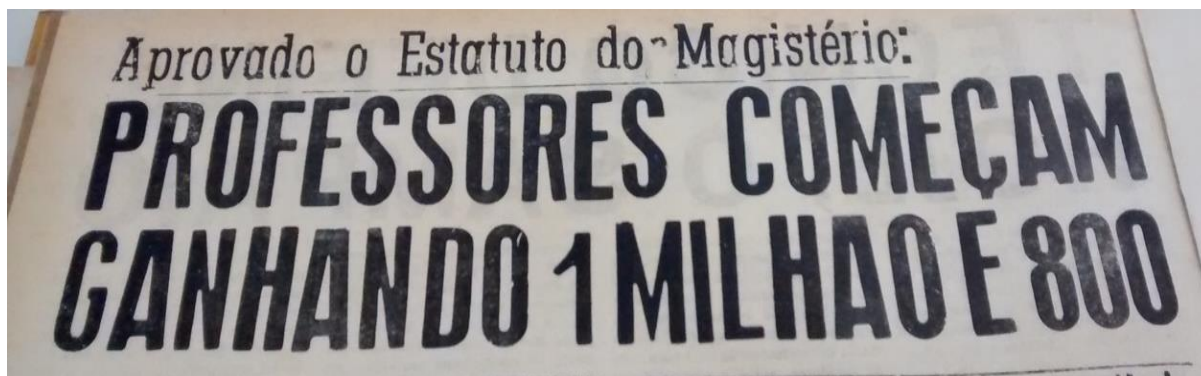


Figura 7

Fonte: Jornal Pequeno, 30 nov. 1985, n.p.

Após a votação e aprovação do documento, os professores que acompanhavam a sessão se reuniram para discutir os caminhos de uma nova luta, aquela que seria empreendida pela implantação do Estatuto. Apesar de o Jornal Pequeno trazer como matéria de capa o que seria o novo salário dos professores, destacando a aprovação do Estatuto, os registros mostram que a gestão iniciada no ano seguinte por Gardênia Gonçalves não implantou a Lei 2.728 de 30 de dezembro de 1985, que dispunha sobre o Estatuto do Magistério de São Luís e dava outras providências. Ao contrário, ela iniciou o mandato demitindo aproximadamente 14.500 funcionários, entre eles professores, conforme veremos posteriormente.

5.6 Criação da Comissão de Aplicação do Estatuto do Magistério (COAPEM)

A aprovação do Estatuto trouxe à categoria de professores um instrumento importante que foi a criação da Comissão de Aplicação do Estatuto do Magistério (COAPEM), presente no Título VII – Das Disposições Gerais e Transitórias, Capítulo I – Das Disposições Gerais, da Lei n.º 2.728/85.

Art. 75 – Fica criada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura uma comissão de aplicação do Estatuto do Magistério (COAPEM), para implantar, dirimir dúvidas e propor medidas relativas à aplicação dos dispositivos constantes do presente Estatuto, integrada por 06 (seis) servidores, dos quais 02 (dois) especialistas em educação, 02 (dois) professores, designados mediante ato do Prefeito de São Luís e 02 membros indicados pela Entidade representativa. (SÃO LUÍS, 1985, n.p.)

Na atualização do Estatuto do Magistério ocorrida em 2007, o art. 83 da Lei n.º 4.749 de 03 de janeiro de 2007, altera a composição e as atribuições da Coapem, que passou a ser definida somente pelo Secretário Municipal de Educação:

O mandato dos membros da Coapem é de 4 (quatro) anos, podendo ser prorrogados por igual período a critério do Secretário de Educação. Cabe ao Secretário indicar o presidente e este os demais membros que integrarão a comissão. Ressalta-se que o Secretário pode alterar a qualquer tempo os demais membros da Coapem em virtude de: a) pedido do membro; b) final de mandato; c) licença com prazo superior a 90 (noventa) dias; d) aposentadoria. (BARROS, 2021, p. 2021, p.30)

A Coapem ficou constituída por presidente, vice-presidente e três membros, somando atualmente cinco participantes. E segundo a Portaria 189, de 06 de julho de 2018, ela tem o objetivo de “assessorar o Secretário Municipal de Educação em todas as fases de implementação dos dispostos das Leis e Atos pertinentes a Carreira dos Profissionais do Magistério do Sistema de Ensino Público da Prefeitura de São Luís.” E, ainda,

A Coapem tem as seguinte atribuições: a) assessorar o Secretário Municipal de educação; b) colaborar com todos os setores da Secretaria Municipal de educação, quando se tratar de matéria pertinente ao magistério; c) acompanhar a implantação dos dispositivos das leis pertinentes à Carreira dos Profissionais do Magistério; d) solucionar dúvidas e propor medidas relativas à aplicação dos dispositivos das legislações relacionadas ao Magistério do ensino Público da Prefeitura de São Luís; e) examinar e emitir parecer sobre consulta de cunho vinculado à carreira dos profissionais do magistério; f) viabilizar o processo de avaliação de desempenho profissional e demais atividades; g) viabilizar a concessão dos benefícios previstos nas leis que dispões sobre a carreira dos profissionais do magistério. (SÃO LUÍS, 2018 *apud* BARROS, 2021, p. 30)

Fruto das lutas empreendidas em 1985 pela aprovação do primeiro Estatuto, a criação dessa Comissão de Aplicação do Estatuto do Magistério é responsável pelas informações precisas acerca dos direitos estatutários de cada professor da rede pública municipal a serem implantados. É, portanto, a Coapem que acompanha e encaminha à Prefeitura de São Luís a relação dos professores para o cumprimento desses direitos, bem como da legislação que rege os trabalhadores, visto que com a intensificação do trabalho docente muitos não conseguem sequer fazer tal acompanhamento.

A Comissão de Apoio ao Estatuto do Magistério – Coapem, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, está informando que é igual o tratamento dispensado tanto aos professores estatutários quanto aos não estatutários. Quanto ao ingresso no Quadro de Magistério, a Coapem comunica que o professor requisitante tem de gozar de estabilidade, além de ter a necessária habilitação profissional. A Coapem avisa que no primeiro trimestre de cada semestre os professores do Quadro de Magistério podem solicitar suas progressões horizontal e vertical, respectivamente. A Coapem está advertindo aos professores, para que confirmem os seus vencimentos, mensalmente, a fim de evitar que percebam vencimentos abaixo do que determina a sua classificação, como foram constatados alguns casos. (O IMPARCIAL, 28 mai. 1989, p.7)

A carreira dos trabalhadores da educação pública do Município de São Luís é, portanto, fruto da luta contínua pela valorização da categoria, quer nas questões salariais quer nas condições de trabalho. Desde 1985, com a aprovação do primeiro Estatuto, essa valorização está atrelada a critérios de habilitação, titulação e progressão funcional cuja avaliação implica a participação em cursos de formação continuada (SÃO LUÍS, 1986).

Desde o primeiro Estatuto do Magistério, a principal forma de incremento da carreira ocorre por progressão funcional horizontal e vertical. A primeira se refere à passagem de uma referência a outra no mesmo padrão de vencimento, a cada interstício de três anos de efetivo exercício no cargo e de aprovação na avaliação de desempenho; a segunda corresponde à ascensão do nível médio para o superior, após a obtenção do título de Licenciatura Plena. Além disso, a categoria obteve o direito de ter um adicional sobre o vencimento-base por critérios de titulação: após a obtenção de títulos em nível de pós-graduação *lato sensu*, 10%; de mestrado, 20%; de doutorado, 30%, e pós-doutorado, 40%, tendo ainda o direito à gratificação para aqueles profissionais que atuam em escolas consideradas de difícil acesso³⁵. (SÃO LUÍS, 2008 apud BARROS, 2021, p.33)

5.7 A repercussão social das greves de professores na rede pública municipal de São Luís no período de redemocratização e primeiros anos da promulgação da Constituição Federal

Na sua seminal obra *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-80*, de 1988, Sader valoriza a manifestação de sujeitos coletivos invisíveis, trazendo para o campo acadêmico questões do campo sindical e o papel das greves eclodidas na década de 1970, ganhando intensidade a partir da década de 1980. Inicia-se, assim, um momento atípico de fortes embates e tensões cujas contradições foram expostas nos campos político, econômico, social e até mesmo individual na urdidura da história brasileira contemporânea.

Os economistas liberais, quando se reportam aos anos de 1980, caracterizam esse período como década perdida. No entanto, se tomarmos os movimentos sociais como marco reflexivo, considerando toda sua movimentação histórica, teríamos condições de apontá-la como um período áureo:

³⁵ De acordo com Barros (2021), são consideradas escolas de difícil acesso aquelas com no mínimo 8 km de distância da sede do município. (Nota autoral)

Em 1978 foram deflagradas 118 greves, e dez anos depois elas passaram a somar 2188. O número anual de grevistas aumentou sessenta vezes e, entre esses mesmos anos, o número de jornadas não trabalhadas (o indicador síntese de greves) pulou de 1,8 milhões para 132 milhões. (NORONHA, 1991, p.95)

Um período de greves marcantes na história do país teve início em 1978 com os confrontos protagonizados pelos metalúrgicos do ABC. O resultado dessa movimentação culminou na capacidade crescente de aglutinação das diversas categorias de trabalhadores que até então nunca haviam participado de tais confrontos. O acúmulo dessas paralisações nacionais levou, inclusive, o Congresso Nacional à aprovação de uma regulamentação das greves de trabalhadores³⁶ em 22 de junho 1989. (O IMPARCIAL, 23 jun. 1989, capa)

Dar visibilidade e preservar as memórias relativas às greves de professores da rede pública municipal de São Luís, no período em que sua organização política tinha caráter associativista, tem um significado político e histórico importante tanto para a própria categoria quanto para a historiografia da educação maranhense. Especialmente por representar um momento complexo do cotidiano dos professores, quando as condições objetivas emergiram à atmosfera supostamente harmônica das escolas e alteraram profundamente a rotina; não foi por outra razão que os docentes tiveram de ganhar as ruas para expor as condições de trabalho, os baixos salários, as manobras de descumprimento da legislação que regia as carreiras e demais reivindicações que constituíam sua pauta de lutas.

Muito embora as greves de professores nos diversos estados da federação também tenham se iniciado ainda na década de 1970, como no caso dos professores da rede pública estadual de São Paulo, que protagonizaram dois importantes movimentos paredistas em 1978 e 1979, no Maranhão esse fenômeno aparecerá com grandes e intensas mobilizações somente na década de 1980, especialmente com a abertura política e os anos de redemocratização.

Essa intensa e ativa participação política, reivindicativa e social de participação dos professores ocorreram em várias cidades maranhenses, em especial na capital. Durante esse período, foram registrados pelo menos 10 movimentos grevistas e algumas outras mobilizações de grande porte, fazendo com que os professores da rede pública municipal de São Luís se transformassem em protagonistas da cena social e dos processos políticos citadinos.

³⁶ O Congresso Nacional aprovou por 244 Sim, 82 Não e 4 abstenções o substitutivo do senador Ronan Tito regulamentando as greves de trabalhadores. As sessões em que houve tentativas de votação foram marcadas por obstruções por parte do Partido dos Trabalhadores – PT e Partido Democrático Trabalhista – PDT. Isso porque o projeto colocava como serviços essenciais compensações bancárias, telecomunicações e transporte coletivo. Foram apresentadas quase cem emendas, mas nenhuma foi aprovada por conta da urgência dada à votação e aprovação do dispositivo. PT e PDT ainda tentaram um acordo de lideranças para diminuir as funções da Justiça do Trabalho no julgamento da procedência ou não das greves, bem como reduzir o número de setores classificados como essenciais. (Nota autoral)

A presença pública dos professores de São Luís nos movimentos paredistas, registrada nesse período, não se produziu isoladamente: ela se desenvolveu num quadro de vigorosa mobilização dos funcionários públicos municipais em defesa de suas reivindicações, articulados com os movimentos grevistas colocados em marcha por bancários, funcionários dos correios e trabalhadores da Universidade do Maranhão (UFMA), com o apoio dos estudantes desta universidade.

O que é importante destacar nesta questão que envolve a participação docente no conjunto das ações do funcionalismo público municipal de São Luís? Que estamos diante das origens organizativas do SINDEDUCAÇÃO, que haveria de canalizar e conduzir o conjunto do magistério da Rede Municipal de São Luís (MA) pelos anos vindouros.

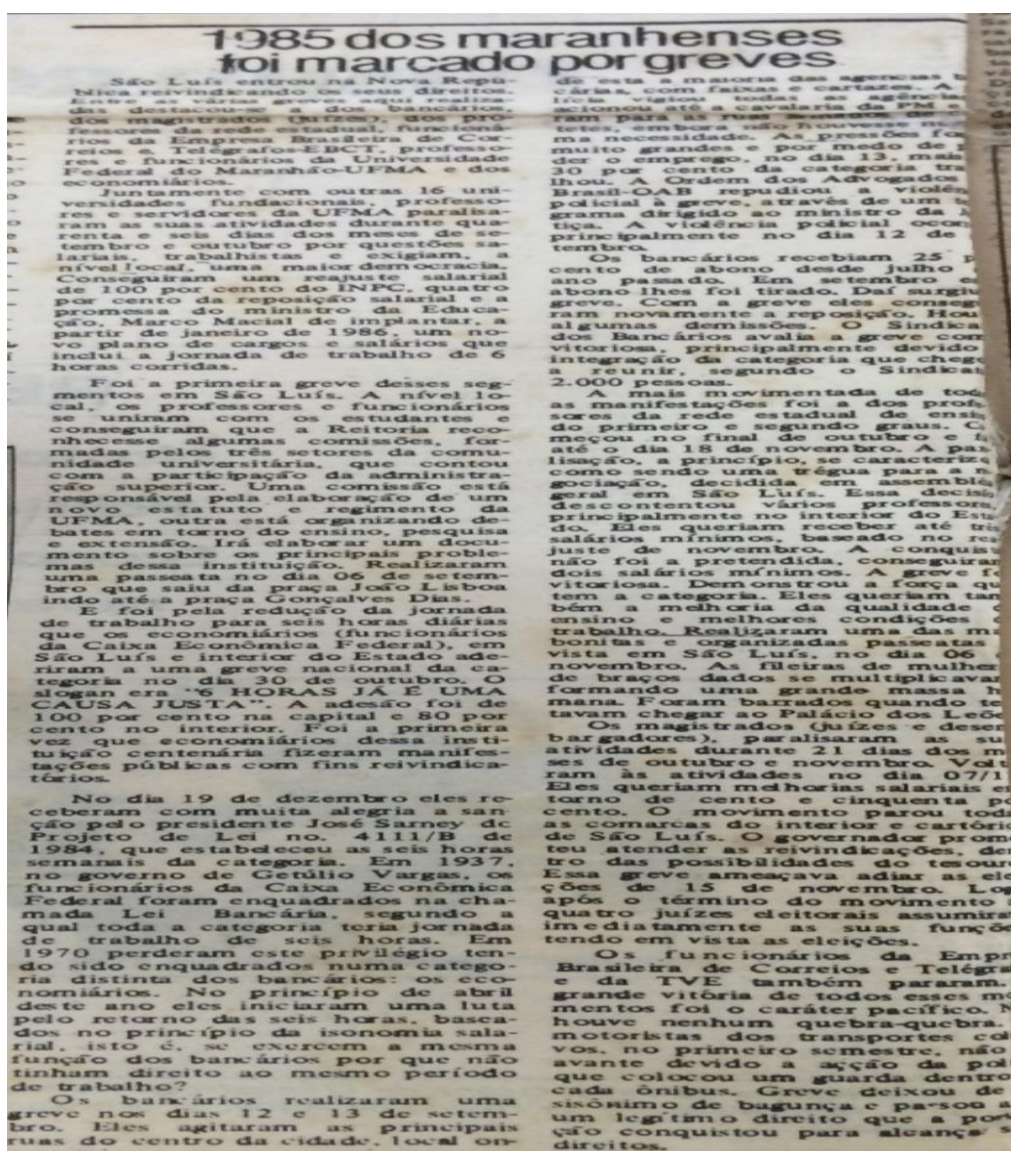


Figura 8

Fonte: O Imparcial, 01 jan. 1986, p. 2

5.7.1 As manifestações contra as demissões de 14.500 trabalhadores da rede pública municipal de São Luís

Ao levantarmos os movimentos grevistas protagonizados pela categoria de professores da Rede Pública Municipal de São Luís, identificamos que movimentos desse caráter ocorreram, efetivamente, no período de redemocratização do país, em especial na segunda metade da década de 1980, com registros de mobilizações ocorridas em 1986, 1987, 1989 e 1993.

Nos primeiros dias de 1986, primeira semana da gestão de Gardênia Ribeiro Gonçalves (PDS), eleita prefeita com o apoio do ex-governador João Castelo (ARENA), seu cônjuge, os professores da Rede Pública Municipal de São Luís integraram protestos motivados pela demissão de 14.500 funcionários públicos, dado que muitos professores estavam entre os demitidos:

Por volta das 14h00, o número de servidores já chegava a mais de duas mil pessoas. Muitos que ali se encontravam estavam apenas com o café da manhã e até aquela hora não havia se quer ingerido qualquer alimento. A servidora Paula Diniz, residente da Vila Palmeira, bradava em alto som que “o ódio que sinto dessa mulher me faz até perder a fome”. Já a senhora **Antônia Frazão dias, que foi demitida da Secretaria de Educação do município, afirmou que Gardênia era uma carrasca**. Ela não passa de uma flor maldita”, acentuou. Na ocasião, muitos indagavam sobre a presença ali do vice-prefeito Jair Zinho da Silva, que sempre defendeu a candidata do PDS, como amiga dos pobres. (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 07 jan. 1986, p.2, grifos nossos)

O periódico O Estado do Maranhão (07 jan. 1986, p.2) narra que cerca de 10.000 servidores municipais demitidos por decreto da prefeita Gardênia Ribeiro Gonçalves (PDS) manifestaram protesto durante o dia inteiro de 06 de janeiro, em frente à sede da Prefeitura Municipal. Sob os gritos de ordem “queremos de volta os nossos empregos, abaixo a traição” e empunhando cartazes e faixas, o povo manifestou o seu desagrado chamando continuamente a prefeita de bruxa e Ana Jansen³⁷.

Os servidores homens, mas principalmente as mulheres, que em grande parte formaram o eleitorado de Gardênia Ribeiro Gonçalves (PDS), não retrocederam. À frente da prefeitura os jornais afirmavam que esses trabalhadores “sitiaram todo o prédio evitando a saída da prefeita. Em represália, os manifestantes chegaram a cortar a corrente elétrica, para que a prefeita não

³⁷ Ana Joaquina Jansen Pereira foi uma empresária e política brasileira que se tornou uma personagem controversa na história do Maranhão. Por sua crueldade com seus escravos, criou-se uma lenda sobre seu espírito vagar pelas ruas de São Luís, conduzindo uma carruagem fantasmagórica. (Nota autoral)

pudesse sequer desfrutar do conforto do ar-condicionado.” (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 07 jan. 1986, p.2)

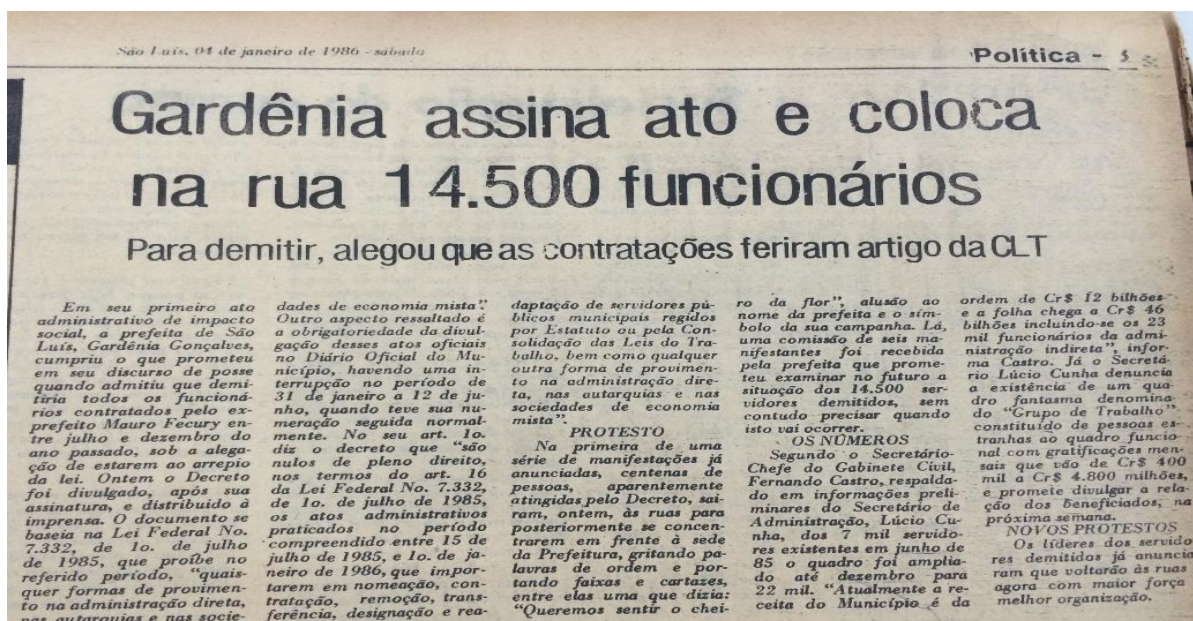


Figura 9

Fonte: O Imparcial, 04 Jan .1986, p.5

Nas palavras da professora Bernadete dos Santos (2022), a participação organizada do magistério na luta contra as demissões dos funcionários públicos de São Luís (MA) envolvia ainda outros pontos centrais para a categoria:

A nossa reivindicação, que eu lembro, era o nosso direito ao Fundo de Garantia que a prefeitura não recolhia, não recolhia; a implantação do Estatuto do Magistério; a gente brigava por condições melhores para as escolas porque essa questão de escolas depredadas naquela época, também era assim; a gente recebia dinheiro no Banco do Estado e era Estado e Município, tudo junto, era uma bagunça, era uma loucura. Além disso teve muitos professores demitidos nessa leva. Eu não fazia parte desse grupo porque era mais antiga, mas teve muita gente demitida. Então a gente queria ver os nossos direitos todos respeitados, né?! (SANTOS, 2022, APÊNDICE B, p. XXV)

Mesmo aprovado o primeiro Estatuto do Magistério em 1985, os professores sabiam que a sua implantação não seria fácil. Os direitos referentes ao antigo regime de trabalho também faziam parte da luta da categoria, como o recebimento do FGTS, por exemplo. Nas memórias da professora Bernadete é possível ainda observar a luta histórica dos professores da rede municipal de São Luís por melhores condições de trabalho e respeito à categoria. Na entrevista que realizamos com essa professora (vide APÊNDICE B, p. XX), ela relata que fez parte de uma comissão de professores formada para conversar com a prefeita, que ao

demonstrar-se pretensamente consternada com os professores debaixo do sol quente na porta da prefeitura, tirava dinheiro da bolsa e oferecia aos docentes que integravam o comitê de negociações, a fim de que pudessem fazer um lanche:

Debaixo de um sol escaldante, com fome e sede, os servidores não escondiam o seu rancor contra a prefeita. E alguns mais exaltados chegaram a atirar pedras contra portas e janelas, sem, contudo, causar vítimas.

Das sacadas das janelas da prefeitura, dezenas de funcionários demonstravam apoio ao povo. Enquanto isso, vários seguranças da prefeitura impediam qualquer acesso ao prédio, chegando a exhibir acintosamente, revólveres, como forma de ameaçar os manifestantes. (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 07 jan. 1986, p.2)

As transformações que estavam em curso no país se materializavam na cidade de São Luís (MA), por intermédio de práticas políticas e sociais que se multiplicavam pela urbe, confrontando as práticas clientelistas, autoritárias e policialescas de outrora ainda se faziam presentes. As estruturas de participação política se renovavam criando condições para que os movimentos reivindicativos pudessem se expressar a céu aberto e levantar o seu clamor publicamente pelas ruas da cidade. Mas, ao mesmo tempo, os poderes constituídos continuavam propriedade das elites locais, com a maioria da população e, por conseguinte, dos trabalhadores que atuavam nos serviços públicos, alijados dos processos de decisão econômica e política que afetavam diretamente os seus mais elementares direitos laborais.



Figura 10

Fonte: O Imparcial, 05 jan. 1986, p.1

A decisão da prefeitura de operar uma verdadeira devassa, com a demissão de 14.500 funcionários, alegando que os mesmos não cumpriam as exigências legais para o desempenho de suas funções e de que a municipalidade não era capaz de arrecadar os recursos necessários para arcar com os pagamentos dos salários, provocou a eclosão do levante da massa trabalhadora e o aumento das pressões para que os empregos fossem mantidos e as suas reivindicações básicas fossem atendidas:

A manifestação dos servidores despertou a atenção de todos que passavam pela avenida Dom Pedro segundo, dificultando inclusive, a passagem de veículos. Às 16 horas mais de 5 mil pessoas - que se encontravam concentrados na praça Deodoro se dirigiram à prefeitura de São Luís e engrossaram o coro de protestos.

O deputado Jaime Neiva de Santana, candidato derrotado nas eleições de 15 de novembro, foi demoradamente aplaudido quando apareceu para mostrar solidariedade aos servidores. O mesmo acontecendo com políticos do PMDB que criticaram a decisão da Prefeita, que eles consideraram desumano.

A vigília em frente à prefeitura permanecerá, segundo decisão dos servidores, até que a prefeita Gardênia Ribeiro Gonçalves revogue o decreto o decreto que demitiu mais de 14.000 funcionários municipais.

— O que desejamos é apenas justiça social para que este povo sofredor que necessita realmente, deste emprego — disse Gilberto Miranda presidente da Associação dos servidores. (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 07 jan. 1986, p.2)

O poder público municipal respondeu ao clamor popular com a negativa de atendimento às reivindicações, imposição de restrições à participação dos trabalhadores nas decisões sobre os rumos políticos da prefeitura e a revitalização das estruturas policiais de controle social, com o claro intuito de conter as manifestações que tomavam conta de São Luís e sob o argumento de que se estava enfrentando vândalos e desordeiros.



Figura 11

Fonte: O Imparcial, 07 jan. 1986, p.2

O governador Luís Rocha (PDS) ofereceu ajuda, mas a prefeita recusou ao perceber, nas suas palavras, que “aquilo não era uma oferta de ajuda, pelo contrário, era uma oferta para me criar mais dificuldades. Então, respondi o telegrama, dizendo que agradecia, mas que não havia a mínima condição de revogar o meu ato.” (MOREIRA NETO, 2019, p.111) A prefeita conclui o telegrama sugerindo que o governo contratasse os demitidos.



so forte

orma impetuosa, com sa-
as mulheres estão mos-
chistas que a pecha de
á não pode mais perma-
O vestibular da Univer-
do Maranhão, que co-
há, conta com mais mu-
do os cursos superiores
Nas duas últimas elei-
ais as mulheres novai-
ais do que o sexo mas-
duas coisas: ou exis-
is mulheres do que ho-
stão mais assíduas nas
diversos níveis de en-
rar que Gardênia Gon-
lito bem aproveitar es-
maloria feminina e
to eleitoral, ocorrendo
a capital do Ceará. Na
deve ocorrer uma fre-
res disputando cargos
ca ocorreu.



o a Justiça

e a Justiça se man-
andado de Segu-
advogado do PDS,
redo Martins, con-
ex-prefeito Mauro
Gardênia Gonçalves
s. Ela temia que
orasse a ter uma
mais organização
naior vigor na luta
cargos.
to das demissões,
elas foram feitas
l, surge a figura
tocha, não como
tamente compara-
Castelo, mas como
os humildes ser-
deixados irre-

na que quase todas as no-
meações feitas por Cas-

terente da época do seu
Governo. O que é, para
ele, corrupção hoje, não

por terra, já que os es-
colhidos são pessoas man-
jadas", finalizou.

Demitidos voltarão à carga com força total

"A partir de amanhã re-
nunciaremos a mobilização de
todos os companheiros
atingidos pela intempesti-
va medida da Prefeita
Gardênia Gonçalves, que
estimulada pelo seu marido
o senador João Castelo e
pelo vice-governador João
Rodolfo, se enche de uma
fúria incontida para punir
um contingente de pes-
sas pobres e que vlam nes-
se mísero emprego uma al-
ternativa de sobrevivên-
cia", diz Gilberto Silva
um dos líderes do movi-
mento.

Segundo ele, serão feitas
várias reuniões com o asses-
soriamento jurídico de de-
zenas de advogados que já
se ofereceram para defen-
der os servidores demiti-
dos. "Aproveitaremos to-

das as possibilidades le-
gais, mas simultaneamente
iremos às ruas para denun-
ciar e protestar contra esse
ato de violência e revan-
chismo executado contra
pessoas humildes, contra-
riando tudo aquilo que foi
dito nos comícios e na cam-
panha da candidata do
PDS. O pior é que dos de-
mitidos, milhares votaram
nela cometendo um equí-
voco que se transforma em
arrependimento".

O APOIO POPULAR
Um dos objetivos do mo-
vimento a ser encetado es-
ta semana é tentar conse-
guir o apoio de significativa
parcela da população.
"Agiremos com equilíbrio,
mas também com determi-
nação, para que possamos
contar com o apoio da

opinião pública que, tenho
certeza, está do nosso lado.
Também convocaremos os
nossos familiares igualmen-
te prejudicados, porque ca-
da pai de família desem-
pregado é a certeza da fome
em seu lar, fato que
não deve ter sensibilizado
em momento algum a pre-
feita "humana e amiga
das propagandas e dos co-
mícios", desabafa.

Ele informa, por fim,
que a Associação que vai
congregar os 15 mil demit-
tidos e os que tiveram seus
processos de admisão in-
terrompidos estará legal-
mente organizada ainda es-
ta semana. "Queremos le-
gitimar a nossa luta e ter
uma entidade à frente do
movimento que represente
nossos anseios".

Devassa vai prosseguir na prefeitura de S. Luís

Com o firme propósito
de levantar toda a situação
em que se encontram os
órgãos públicos municipais
principalmente na área
contábil, a prefeita Gar-
dênia Gonçalves, determi-
nou ontem, o máximo de
rigor na apuração de irre-
gularidades em ação con-
junta do seu Secretariado,
que durante todo o dia de
ontem esteve reunido nes-
se sentido. A administra-
ção direta já tem um qua-
dro conhecido, mas os
principais problemas pato-
cem estar na administra-
ção indireta que engloba
importantes empresas au-
tárquicas municipais. "Ve-
mos limpar toda a sujeira
existente e restabelecer a
imagem de probidade e res-
ponsabilidade que deve
nortear a administração pú-
blica", afirma Lúcio Cun-
ha, Secretário da Admi-
nistração e um dos mais
empenhados nessa tarefa.
Também se movimentam no
mesmo rumo o Auditor, o
Secretário da Fazenda e o
Procurador-Geral.

IRREGULARIDADES

Para o Secretário Chefe
do Gabinete Civil, Fernan-
do Castro, "as irregulari-
dades já detectadas dão uma
idéia precisa de como se
desenvolveu a administra-
ção Mauro Pecury: um
mar de lama em todos os
setores". Já Lúcio Cunha
se mostra diligente em le-
vantar o número de pes-
soas — algumas ilustres
que receberam gratifica-
ções especiais através de
várias secretarias e empre-
sas municipais para a pre-
stação de serviços não jus-
ificados". Essas pessoas
constituam um chamado
"Grupo de Trabalho", nes-
mo não tendo a maioria
qualquer vínculo emprega-
tício a qualquer título com
o Município. No Gabinete
do Prefeito eram 140 asses-
sores especiais desse tipo
que consumiam Cr\$ 52 mi-
lhões, na Secretaria da Ad-
ministração 180 para uma
folha extra de Cr\$ 510 mi-
lhões, para não citar todos
os outros órgãos. Es os be-
neficiados serão conhecidos

nas próximas horas", in-
forma Cunha.

SUPERLOTAÇÃO

Justificando o recente
decreto de nulidade das no-
meações feitas no período
compreendido entre 15 de
julho do ano passado e 1º
de janeiro deste ano, quan-
do o "decretão" foi assina-
do, Fernando Castro reve-
la o seu espanto com a "su-
perlotação" de todos os ó-
rgãos. Só na Sec. de Ad-
ministração a lotação exis-
tente ora os 988 funcioná-
rios, quando a mesma não
possui 400 cadastros. No
meu gabinete estavam lo-
tados 400 funcionários e na
Auditoria 150 para 34 salas
apenas. Como se vê, é um
quadro bastante curioso e
despropositado que exigia
uma medida saneadora,
muito embora sabemos que
é sempre muito desagada-
vel suprimir as oportuni-
dades de trabalho, princi-
palmente de segmentos me-
nos favorecidos. Mas o que
fazer diante de tamanha
anomalia?", interroga Cas-
tro.

te desse entendimento,
para disputar a eleição
de governador em no-
vembro, com todas as
possibilidades de vitó-
ria.

Na última vez em que
esteve em Brasília, con-
versando com o presi-
dente José Sarney, Luiz
Rocha apresentou ac-
chefe da Nação um
quadro geral da política
do Estado, acompanh-
do da lista de vários
nomes que estão postos
como possíveis candi-
datos a governador, in-
cluindo políticos do
PFL, PDS, PMDB e do
PDT. Os resultados
concretos dessas conver-
sas não foram revela-
dos mas o governador
garante que vai procu-
rar entendimento com
todas as lideranças po-
líticas, ao mesmo tem-
po em que buscará o
apoio das bases parti-
dárias na hora da de-
finição do nome que
sairá candidato.

Luiz Rocha repetiu,
repetiu, por diversas ve-
zes, que não vai disputa-
r cargo algum em no-
vembro, ficando, em
consequência, no seu
posto de governador até
o último dia do manda-
to. Essa atitude vai
complicar ainda mais
a vida do PDS, espe-
cialmente de seu líder
maior no Estado, o se-
nador João Castelo, que
já teve o nome lançado
candidato a governador
este ano. O partido não
tem conseguido conter a
progressiva evasão de
seus quadros. O sena-
dor Alexandre Costa
está com o presidente
José Sarney, e vários
deputados federais, que
ficaram com Castelo até
as eleições de novem-
bro, já defendem hoje a
proposta de entendi-
mento "pelo Maranhão",
como por exemplo, o de-
putado Edison Lobão, o
mais votado em 1982.

A eleição de Gardênia
na Capital fortaleceu a
figura de seu marido
João Castelo, mas não
contribuiu em nada na
manutenção dos quadros
do PDS a nível das ban-
cadas parlamentares. E-
se não pintar um enten-
dimento entre Castelo e

tar a chapa
nome do
Ciência e Te-
rato Archa
deixar esse
disputar um
Assembléia.
Se o grupo
sair vitória-
pouco prov-
turalmente
PMDB e se
to a govern-
velmente d
ça com o
desejo de
mes desse
O PDT,
que detém
Cafeteira,
mão de t
candidato,
representa
figuras m
ticas da
ranhense
damente
Se ficar
o PDT v
PMDB e
fácil pa
as eleições
já que o
contra-se
nome de
toral para
eleição de
restando-l
Cid Carva
prio Rena
não está
uma nova
toral.
O PFL,
eleição de
Capital, é
Partido r
meiro po
o Govern
com uma
fátia do
cluindo
president
ca. Em
pele cr
vem ocor
timos m
ção que
eleições.
ria esma
líticos q
PDS for
custas
poder g
fora des
ameaçad
em nove
do Part
na Cap
mais em
torado e
ca deu
no, daí
Rebelde
OS D
do di

Figura 12

Fonte: O Imparcial, 05 de jan. 1986, p.2

Com essa decisão, o movimento não teve outra opção senão ganhar as ruas e tomar as principais avenidas rumo à sede da prefeitura, onde ficaram concentrados no dia 06 de janeiro por mais de 9 horas, sem avançar na negociação pela anulação das demissões.

A reivindicação era simples: estabilidade no emprego que o decreto assinado a primeiro de janeiro pela prefeita Gardênia anulando todas as nomeações feitas a partir de primeiro de julho de 1985 colocou chão abaixo. A pressa de corrigir a ilegalidade praticada pelo ex-prefeito Mauro Fecury não encontrou respaldo no meio da comunidade e os advogados afirmam que o ato da prefeita Gardênia Gonçalves também era ilegal. (O IMPARCIAL, 07 jan. 1986, p. 2)

Na mesma matéria, podemos avaliar que o tumulto aumentou quando seguranças revidaram e sacaram armas de fogo para intimidar algumas lideranças. O movimento rompeu um dos portões e ocupou o pátio interno, mas três manifestantes foram feridos ao serem atingidos por pedras. A concentração formada pelos trabalhadores em frente à prefeitura perdurou após o episódio que deixou três trabalhadores feridos, e as mobilizações se intensificaram no dia 8 de janeiro de 1986, quando cresceram as manifestações com a presença de milhares de trabalhadores demitidos.

Os registros de jornais impressos apontam que por volta do meio-dia um incêndio se iniciou na sede da prefeitura construída em 1689, exatamente na seção em que funcionava a Secretaria de Fazenda do Município (O IMPARCIAL, 09 jan. 1986, p.3; JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 09 jan. 1986, p.2; JORNAL PEQUENO, 9 jan. 1986, n.p.).

Após o término de uma reunião entre a prefeita Gardênia Ribeiro Gonçalves (PDS) e quinze vereadores (PMDB, PDT, PTB e PFL), quando ela se negou a aceitar a proposta do governador Luís Rocha (PDS), na saída os vereadores informaram o resultado do encontro. Alguns manifestantes iniciaram então uma nova onda de protestos violentos, com arremesso de pedras arrancadas do calçamento em direção ao prédio da prefeitura. O vereador Manoel Ribeiro (PDS), presidente da Câmara Municipal, permaneceu com os manifestantes e foi acusado de ser o motivador dos protestos (MOREIRA NETO, 2019, p.111). Na edição de O Imparcial do dia 09 de janeiro, várias matérias foram publicadas sobre atos do dia anterior. Nelas é possível observar ainda que alguns mais exaltados reviraram um veículo da Secretaria de Saúde e atearam fogo, provocando seguidas explosões:

Nesse momento duas moças e um rapaz foram vistos incendiando a cortina de uma das janelas da lateral direita do prédio e empurrando-a para dentro em chamas. Em cinco minutos o fogo já tomava conta de várias dependências da Secretaria da Fazenda, cobrindo toda a Avenida Pedro II com uma densa nuvem de fumaça preta. Uma Brasília estacionada minutos antes pelo seu proprietário, [...] foi revirada por mais de 20 pessoas, mas não conseguiram incendiá-lo. Nesse momento começou a

chegar vários policiais militares. [...] A chuva de pedras continuava, enquanto estouravam as primeiras bombas de gás lacrimogênio. As chamas apareciam pelas portas e janelas, enquanto os manifestantes em meio a uma gritaria infernal, saqueavam as dependências da Secretaria da Fazenda, atirando na rua máquinas de escrever e maços de papéis e documentos encontrados nas gavetas dos armários. Até portas foram arrancadas. O busto do francês Daniel de La Touche, fundador da Cidade de São Luís, foi arrancado de seu pedestal [...]. Os bombeiros chegaram a tempo de conter o incêndio em oito minutos, mesmo tratando de uma construção antiga, com o primeiro andar todo sustentado por madeira. (O IMPARCIAL, 09 jan. 1986, p.3)

A revolta dos trabalhadores se deu também porque a votação que elegeu Gardênia Ribeiro Gonçalves (PDS) foi direta e que ela havia contado com o voto popular da maioria que naquele momento se manifestava reivindicando o direito ao trabalho que lhes daria condições de viver com o mínimo de dignidade.

Muito embora o padre da Catedral da Sé tenha negado à imprensa o apoio da igreja às manifestações dos trabalhadores, no exato momento dos protestos os sinos da igreja começaram a soar, impondo ânimo àqueles que há dias vinham sofrendo a humilhação imposta pela prefeita e lutado debaixo de sol quente no aguardo de uma solução para o seu pleito.

Sinos da Catedral tocam na hora do terror geral

Ao meio-dia e meia quando a manifestação dos servidores públicos demitidos pela prefeita Gardênia Gonçalves, alcançava seu ponto máximo do dia, quando as chamas do fogo invadiam as instalações da Prefeitura Municipal de São Luís, os sinos da Igreja da Sé soaram como que em apoio ao movimento.

Com o badalar dos sinos da Sé ao movimento parecia estar sendo adicionado um condimento muito forte que deixava os manifestantes mais fortes e corajosos para a luta, não temendo nem mesmo as tentativas de intimidação de alguns policiais nem a própria segurança de Gardênia Gonçalves. Mas o badalar dos sinos da Catedral, naquele exato momento se realmente aconteceu, declarou o padre Sidney de Oliveira, foi pura coincidência, pois não temos nada a ver com a manifestação. (O IMPARCIAL, 09 jan. 1986, p.3)

Em alguns excertos jornalísticos os manifestantes aparecem afirmando que “confiaram na candidata Gardênia, mas que a prefeita está sendo a maior decepção para os servidores do município.” Havia o sentimento de traição, especialmente porque quando João Castelo (ARENA), seu cônjuge, foi governador, assinou 50 mil nomeações, o que deu estabilidade a esses servidores, entre eles muitos professores (O IMPARCIAL, 28 mai. 1982, p. 5; O IMPARCIAL, 07 jan. 1986, p.2) que foram enquadrados no Estatuto do Magistério reformulado durante sua gestão (MARANHÃO, 1980). Os funcionários da prefeitura acreditavam que com Gardênia Ribeiro Gonçalves o mesmo ocorreria.

89 anos **O IMPARCIAL** Fazenda marca hora e local do concurso (página 10)

Ano LIX - Nº 16.445 São Luís, (MA); 09 de janeiro de 1986 - quinta-feira - Hoje - 3 Cadernos - 18 Páginas Capital - Cr\$ 1.500 - Interior e Estados - Cr\$ 2.000

POVO TOCA FOGO NA PREFEITURA



Um dia de terror na Ilha Rebelde

Fotos de R. Pinheiro e Tony Duarte

HOJE

.....2, 6 e 7
3
4
5
8
9 e 10
11
12
13



Revolta, fo
 tiros, pãni
 e destruiçã
 páginas 2

Vestibular
 P
 Menor soter
 Reforma Aa

Figura 13

Fonte: O Imparcial, 09 jan. 1986, p.1

Muito embora a imprensa escrita tenha atribuído o incêndio aos manifestantes, taxados de vândalos, no dia seguinte a prefeita Gardênia Ribeiro Gonçalves, ao falar com a imprensa, destacou que todo o incêndio foi direcionado para atingir pontos considerados por ela vitais, “onde estão os arquivos dos atos praticados na administração passada.” (O IMPARCIAL, 09 jan. 1986, p.3) Há, portanto, indícios de que o incêndio foi arquitetado para que documentos que comprovavam improbidades da administração pública na gestão anterior fossem destruídos. Na conversa com o jornalista maranhense José Raimundo Rodrigues, que está produzindo um documentário sobre esse episódio da história ludovicense e fez a cobertura da luta realizada por esses trabalhadores, ele nos disse acreditar que os verdadeiros delinquentes tenham se valido das manifestações para cometer o ato criminoso e culpar o movimento dos trabalhadores.

Na ocasião, a prefeita Gardênia lamentou a demora para a chegada da polícia e a incapacidade dos órgãos de segurança de não detectar os “coquetéis molotovs, galões de gasolina e chumaços de algodão ensopado, que ela diz terem sido usados no incêndio.” (O IMPARCIAL, 09 jan. 1986, p.3) A existência desses artefatos, segundo a prefeita, demonstrava que foi um incêndio criminoso e, embora os trabalhadores mais exaltados tenham depredado a vidraçaria da sede da prefeitura, o incêndio não partiu da manifestação dos trabalhadores. (MOREIRA NETO, 2019, p.110)

O movimento recebeu apoio e solidariedade pública de várias entidades. A Comissão Diretora Provisória do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) expediu nota à imprensa na qual se manifestou solidária as demissões: “Damos todo apoio às justas reivindicações dos servidores no sentido de voltarem ao trabalho sem prejuízo de sua remuneração”, afirmava o comunicado. Para o partido a responsabilidade do incêndio era da prefeita de São Luís:

‘A intransigência da prefeita da capital foi a principal causa da radicalização popular ocorrida nesta quarta-feira e a manutenção de seu posicionamento pode acarretar maiores descontentamentos’ [...] Para justificar esse ponto de vista, dizem os comunistas que ‘a proposta formulada pelo governo do estado pode abrir caminho para a solução do impasse criado à medida em que garante recursos para a continuidade do pagamento aos funcionários demitidos’. (O IMPARCIAL, 09 jan. 1986, p.3)

Os trabalhadores demitidos, conforme registros dos jornais da época (O IMPARCIAL 10 jan. 1986, p.21; IMPARCIAL, 12 jan. 1986, p. 3; O IMPARCIAL, 14 jan. 1986, p.21), recorreram à justiça do trabalho. As reuniões para organização dos trabalhadores demitidos passaram a ocorrer no auditório da Federação dos Trabalhadores da Indústria do Maranhão. (FETIEMA)

O delegado do trabalho, Paulo Marinho, afirmou que pelo menos dois aspectos deveriam ser observados. Um deles relacionado ao contrato no regime de CLT, que não permitia a dispensa do empregado por decreto, sendo necessária a rescisão do contrato. O decreto, além de não apresentar número, era ilegal, visto que a prefeita teria que reincidir o contrato de todos os funcionários e pagar todos os direitos como aviso prévio, salário retido, 13º salário proporcional e FGTS. O segundo aspecto lembrado referia-se ao que regia o Direito Administrativo, que no que tange ao sucessor deviria acatar os atos do sucedido, “por que os funcionários não têm nada a ver com a ilegalidade praticada por Mauro Fecury.” O delegado destacou também que não houve demissão e que as carteiras de trabalho não haviam recebido baixa, orientando que os funcionários não abandonassem seus locais de trabalho. (O IMPARCIAL, 07 jan. 1986, p.2)

Conforme veremos na próxima seção, muitos professores que trabalhavam dois turnos perderam pelo menos um dos períodos de trabalho e aqueles que foram demitidos chegaram a entrar na justiça, a fim de reverter o processo. A APEMA se posicionou firmemente contra o decreto da prefeita Gardênia Ribeiro Gonçalves (PDS) que demitiu milhares de funcionários.

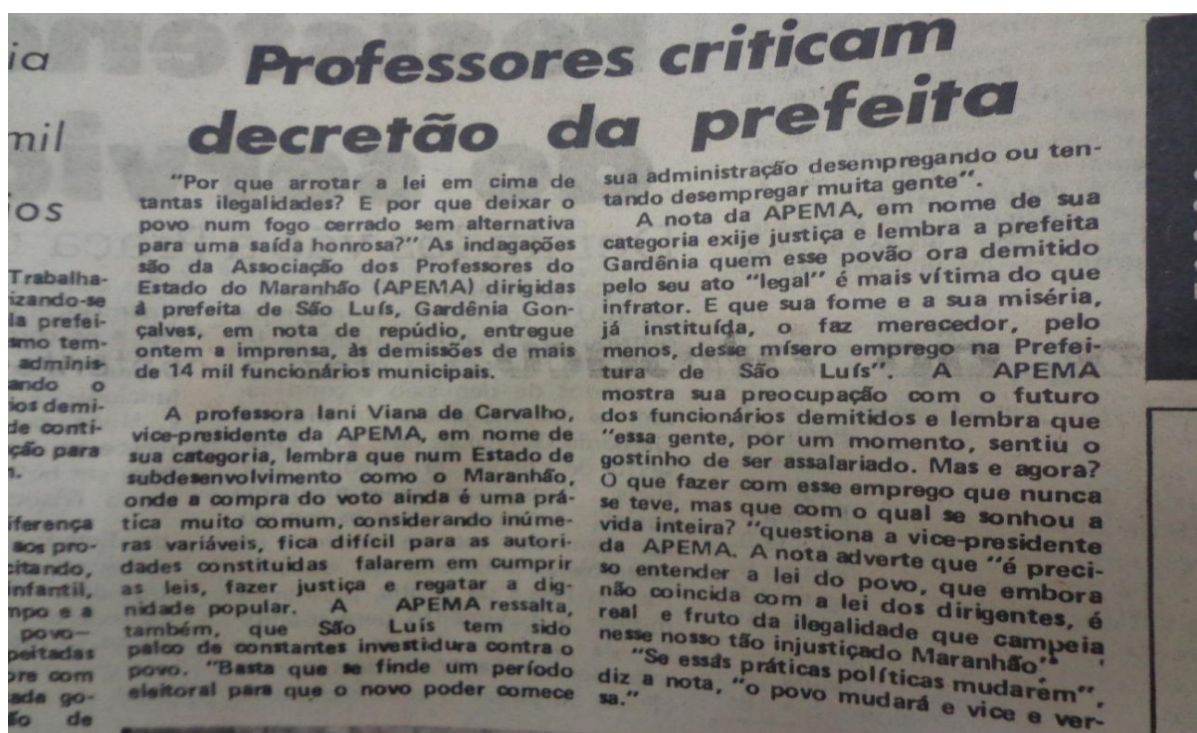


Figura 14

Fonte: Jornal do Estado do Maranhão, 12 jan. 1986, p.2

Posteriormente, ocorreram denúncias de que os postos de trabalho dos servidores demitidos seriam ocupados por nomeados indicados politicamente pela gestão pública, com indicações de vereadores e da própria prefeita.



Figura 15

Fonte: O Imparcial, 09 jan. 1986, p.1

Sem dúvida alguma, esse foi um dos maiores atos de protesto realizados no período de redemocratização do país contra a administração pública municipal de São Luís.

Ao conversarmos com alguns professores da base que já estão aposentados, mas participam ativamente das atividades sindicais propostas pela secretaria de aposentados, encontramos na voz da professora Maria Marcelina Costa a informação de que a mesma fez parte do grupo de trabalhadores demitidos, mas conseguiu se manter na escola em um turno de trabalho, embora muitos professores não tivessem a mesma sorte, perdendo de fato seus postos de trabalho e toda renda familiar.

5.7.2 A greve de professores da rede pública municipal de São Luís em 1986 e as lutas empreendidas pela APEMM para implantação do primeiro Estatuto do Magistério

Os primeiros dias da gestão da prefeita Gardênia Ribeiro Gonçalves (PDS), conforme observamos, foram extremamente tumultuados: os salários do mês de dezembro de 1985, ainda não haviam sido pagos; havia a ameaça de uma greve dos servidores com salários atrasados (O IMPARCIAL, 16 jan. 1986, p. 3) e mantinha-se a intransigência com a decisão de demitir os 14.500 funcionários contratados da rede municipal, o que resultou em protestos que perduraram mesmo após o episódio do incêndio na sede da prefeitura.

Os problemas da administração pública ficaram cada vez mais evidentes na medida em que denúncias ganhavam as páginas dos jornais. Em edição do Jornal Pequeno (11 mar. 1986, n.p.), na matéria intitulada “Fecury embolsou 650 milhões” conta-se que essa verba foi enviada pelo Ministério da Educação para o município de São Luís e deveria ser utilizada com equipamento para as escolas. Contudo, o recurso sacado no dia 30 de dezembro de 1985 desapareceu dos cofres públicos.

A denúncia foi do vereador Hécio Silva que assumiu a pasta da Secretaria de Educação na gestão de Gardênia Ribeiro Gonçalves (PDS). Pela mesma matéria o secretário chega a “classificar o ex-prefeito de corrupto e que mereceria por sua desonestidade estar preso por desvio de recursos da Educação.” Além dessa denúncia, o secretário destacou que não havia na rede municipal, naquele momento, em nenhuma das escolas, uma despensa para armazenar a merenda escolar, motivo pelo qual os alimentos eram depositados em locais insalubres e ficavam expostos a animais e insetos, pondo em risco a saúde das crianças e de todos que os manipulavam.

Ontem, Hécio Silva recebeu a visita de um fiscal da Coordenação da Merenda Escolar, que se mostrou surpreso com o improvisado depósito de alimento, levando Hécio a dizer: - Estranho muito a fiscalização agora. Ela deveria ter vindo na administração Fecury e constatado o desvio da Merenda e os locais inadequados onde eram guardadas. Todo esse alimento não será distribuído, porque antes de todo zelo pela saúde das crianças.

Finalmente Hécio acentua: “fiscalização de órgãos federais só está acontecendo agora na Administração de Gardênia Gonçalves. Na de Mauro Fecury ela nunca se fez presente e se fez foi para fechar os olhos para corrupção e o descaso”. (JORNAL PEQUENO, 11 mar. 1986, n.p.)

Nesse contexto de abandono e precarização da educação pública municipal a APEMM, por meio de seu presidente, logo após os protestos realizados pelos trabalhadores demitidos, buscará o diálogo com o vereador e Secretário de Educação Hécio Silva. Na época, o presidente da APEMM era o professor Carlos Alberto Figueiredo. Pela matéria intitulada “APEM e

Secretário não entram em acordo” (O IMPARCIAL, 15 fev. 1986, p.2), vemos que a pauta da categoria era extensa e Hécio Silva, apesar de ser professor, divergia do representante dos professores municipais rebatendo diversos pontos reivindicados pela categoria, tanto em termos da nova política da administração municipal para educação quanto no caso específico do Estatuto do Magistério.

É importante destacar uma contradição exposta nesse debate. O professor e vereador Hécio Silva, empossado Secretário de Educação em 1986, foi o mesmo vereador que apresentou as emendas propostas pela APEMA quando da aprovação do Estatuto do Magistério de São Luís, em novembro de 1985. Esse parlamentar foi um dos que aprovou por unanimidade a legislação que deveria atender o magistério da capital maranhense. O professor Carlos Alberto Figueiredo denunciava que Hécio Silva havia cometido “vários atos de vandalismo”. Pelo periódico O Imparcial, o representante sindical denuncia o arbítrio da gestão na diminuição da carga horária dos professores, a redução de seus salários, a demissão em massa de todos os diretores de disciplina e coordenadores de área:

Hécio contrapõe afirmando que não houve diminuição da carga horária. “Tinha gente até com 470 horas/aula recebendo pelo município, e pessoas que nunca pisaram em sala de aula e receberam a quantia correspondente a carga horária. Isso eu não vou permitir. Hécio acha que ninguém foi demitido pois na verdade os cargos de diretores de disciplinas e coordenadores nunca existiram: “isso foi invenção da administração anterior. Tinha colégio como Luís Viana onde havia turmas com 20 diretores de disciplinas”. (O IMPARCIAL, 15 fev. 1986, p.2)

Hécio Silva e Carlos Alberto trocavam acusações sem, no entanto, questionarem a política administrativa implantada por Gardênia Ribeiro Gonçalves (PDS) que resultou nas demissões e medidas austeras adotadas.

Outro problema se referia à efetivação do Estatuto do Magistério. Hécio afirmava ter montado uma comissão para rediscutir a Lei n.º 2.726, assinada em 30 de dezembro de 1985 e publicada no Diário Oficial em 03 de janeiro de 1986. Os nomes dos membros dessa comissão não foram divulgados imediatamente pelo secretário de educação. A APEMM, no primeiro momento, parece ter sido impedida de fazer parte da tal comissão, pois segundo o secretário Hécio Silva a entidade não havia indicado um nome em tempo hábil para ser membro. De acordo com a matéria de O Imparcial (15 fev. 1986, p.2),

Os dois primeiros candidatos apresentados pela APEM para integrar a comissão não foram aceitos por Hécio por não terem apresentado o seu registro no Ministério da Educação. Depois Carlos Alberto mandou outros candidatos para a comissão que também não foram aceitos porque fizeram as suas inscrições fora do prazo.

Tem-se a impressão de que os representantes da APEMM não eram bem-vindos e, por isso, não houve abertura, razão pela qual foram impedidos de integrar a comissão. Tal motivação também pode ter ocorrido porque a APEMM vinha denunciando as intenções da prefeita de São Luís de realizar mudanças no estatuto aprovado, “o que irá prejudicar a categoria dos professores, principalmente a professora primária que há anos vive no ostracismo e somente agora conseguiram, com o Estatuto, o piso salarial de três salários-mínimos.” (O IMPARCIAL, 15 fev. 1986, p.2)

Apesar disso, na matéria de O Imparcial publicada no mês de outubro, há indícios de que APEMM e APEMA tenham integrado a comissão que trabalhou por oito meses:

Uma composta por membros da Associação de Professores das Escolas do Município - APEM, Associação dos Professores do Estado do Maranhão – APEMA, a Secretaria de Educação e Administração do Município trabalharam durante oito meses para organizar a proposta de estatuto. Na semana passada os currículos de todos os professores foi entregue pela comissão a prefeita Gardênia Gonçalves totalmente preparados e atualizados. Com esse trabalho fica agora faltando apenas a palavra da prefeita sobre o assunto. (O IMPARCIAL, 8 out. 1986, p.7)

Ainda que a comissão tenha realizado uma série de encontros e estudos acerca da viabilidade da aplicação do Estatuto, as tentativas de negociação sempre eram frustradas. Hécio Silva chegou a receber a categoria no plenário da Câmara de Vereadores, tendo sempre como pauta a implantação do Estatuto do Magistério. Um prazo foi dado pelos professores para o mês de agosto. Caso a reivindicação não fosse atendida, uma greve seria decretada (JORNAL PEQUENO, 10 jun. 1986, n.p.). Os professores chegaram a entregar um documento para a prefeita com o relato de toda a trajetória percorrida pela categoria no sentido de ter um estatuto que atendesse aos interesses básicos da categoria. No documento foram apontadas ainda as diversas reuniões com a própria prefeita realizadas desde o início da sua gestão objetivando a implantação da Lei:

Na segunda-feira foi realizada uma concentração em frente à Prefeitura quando os professores entregaram um documento relatando todo o processo desde a luta da categoria em torno do Estatuto que já foi aprovado na Câmara Municipal e sancionado pelo ex-prefeito de São Luís Mauro Fecury, restando apenas a sua implantação que está dependendo de um levantamento a ser feito por uma comissão da Secretaria de Educação do Município.

Este levantamento dará subsídios a administração municipal para decidir sobre a implantação do estatuto, que determina o pagamento de três salários-mínimos para professores primários, quatro salários para professores com licenciatura curta e seis salários para professores com licenciatura plena.

O movimento dos professores para a implantação imediata e integral do Estatuto se deve a alguns comentários de que a Prefeitura estaria estudando a redução dos salários, contrariando o Estatuto, o que eles não aceitam em hipótese nenhuma.

A prefeita em reunião mantida com os professores na segunda-feira pediu um prazo até o mês de setembro para implantar o Estatuto. Agora os professores que pretendem ver o problema solucionado o mais rápido possível, vão responder se aceitará ou não. (O IMPARCIAL, 30 jun. 1986, p.2)

A prefeitura alegava a necessidade de atender às propostas da categoria, uma vez que estava encontrando dificuldades decorrentes da gestão anterior para implantar o estatuto. Vale destacar que Gardênia Gonçalves fazia parte do mesmo partido de Mauro Fecury, o Partido Democrático Social (PDS). Apesar das alegações da prefeita, os professores se mantiveram firmes na posição contrária a qualquer mudança que viesse a ocorrer com relação ao piso salarial, um direito adquirido do qual a categoria não abria mão.

- Aceitamos tudo, menos a diminuição do nosso piso salarial afirmou Maria do Carmo Dias, professora municipal que informa ainda que se o Estatuto não for implantado a partir do mês de agosto há grandes probabilidades dos professores da rede municipal iniciarem o segundo semestre em greve. (O IMPARCIAL, 24 jun. 1986, p.2)

De um lado, parte da categoria pressionava a APEMM para que uma medida mais combativa e enérgica fosse tomada e, de outro, não aceitavam qualquer proposta que representasse retrocesso no que já havia sido aprovado. Um panfleto passou a circular entre a categoria com o objetivo de denunciar e alertar os professores da Rede Municipal sobre um possível interesse da direção da APEMA em negociar com a Prefeitura de São Luís em nome dos professores municipais, e que essa entidade estaria disposta a aceitar uma proposta rebaixada:

Por outro lado, a presidente da APEMA, Lucimá Góes disse que a entidade a qual está à frente continua firme na defesa dos interessados professores como sempre esteve. Informou também que apenas foi procurada por um grupo de professores sócios da APEMA e também lotados no Município que solicitaram ajuda na resolução dos problemas relacionados a implantação do estatuto do magistério municipal. ‘A entidade se comprometeu com os professores independente de qualquer outro fator’ disse Lucimá. Para ela, a APEMA sempre estará ao lado e lutando a favor dos membros maranhenses independente de qualquer outra coisa. (O IMPARCIAL, 04 out. 1986, p.7)

Versando sobre esses mesmos episódios, o Jornal Pequeno registrou suas páginas que a informação de que estava

[...] circulando entre os professores da rede municipal de ensino um panfleto elaborado por alguns professores descontentes com o comportamento da Associação de Professores do Estado do Maranhão – APEMA, ultimamente. No panfleto, os professores descontentes dizem que ‘nós precisamos ter cuidado, pois a diretoria que fazer acordo com a Prefeitura para que não recebamos o piso salarial’.

A principal reivindicação dos professores é o cumprimento do Estatuto do Magistério, que já foi vetado, aprovado e publicado no Diário Oficial. A prefeita Gardênia Gonçalves, no entanto, pretende um novo acordo com a categoria e promete um piso salarial de dois mínimos, com que alguns professores não concordam, pois o magistério reza que são três mínimos o piso.

Na verdade, o panfleto é uma dura acusação contra a diretoria da APEMA, que, na concepção dos descontentes, curvou-se quando o momento ainda era de luta, pois nem mesmo o piso para as professoras da rede estadual foi assegurado, além de haver ficado de fora o professorado aposentado. (JORNAL PEQUENO, 10 out. 1986, n.p.)

Pela matéria e a publicação do panfleto, o debate político travado entre APEMM e APEMA quando dá aprovação do Estatuto ainda paralisava a categoria. As dissidências políticas e a disputa pela base de professores da rede pública municipal ficavam cada vez mais manifestas nos jornais. Em matéria publicada na imprensa escrita, a APEMA inicia a construção do movimento grevista com um grupo de professores da categoria (O IMPARCIAL, 04 out. 1986, p.7). O grupo de professores que procurou o apoio da APEMA era liderados por Marilene Ferraz, ex-presidente da APEMM (1980-1982). Tudo indica que a professora não estava satisfeita com as decisões da diretoria da APEMM, e como também era associada à APEMA solicitou, juntamente com outros professores, uma intervenção mais forte em busca da implantação do estatuto na Rede Municipal.

Vale lembrar que a APEMA, no primeiro semestre daquele ano, esteve à frente de uma das maiores greves de professores da Rede Estadual que teve duração de quase três meses. Os professores da rede particular também fizeram uma greve naquele mesmo semestre. “O fato ocorreu também como consequência das recentes vitórias conquistadas pelos professores das redes particular e estadual que tiveram de fazer greve para ter as suas reivindicações traduzidas em ganhos.” (O IMPARCIAL, 04 out. 1986, p.7) O professorado municipal ludovicense, se inspirava nas lutas empreendidas nas redes estadual e privada: “desde março deste ano, os mestres do município lutam para ter implantado o seu estatuto. A sua luta se iniciou antes mesmo do movimento dos professores do estado e os da rede particular que já tiveram a maioria de suas reivindicações conquistadas.” (O IMPARCIAL, 10 out. 1986, p.2) A greve era inevitável, e pela matéria APEMM e APEMA continuavam sem se entender:

Professores do município vão entrar em greve

Professores da rede municipal de ensino de se reuniram hoje às 16 horas com a diretoria da Associação dos Professores do Estado do Maranhão – APEMA, quando vão tratar de detalhes a respeito do apoio que essa entidade vai dar a luta que se iniciará na semana que vem com o objetivo de acelerar a implantação do estatuto do magistério. A presidente da APEMA, **Lucimar Goes informou que no momento a Associação dos Professores do Município está afastada do processo reivindicatório.** A reunião será na sede da APEMA à rua Henrique leal.

O estatuto municipal já deveria ter sido implantado em março o que não ocorreu. Com isso os professores deram um prazo de dois meses a prefeitura. Paralelamente

ocorreram várias reuniões entre os professores e representantes das secretarias de educação e administração do município que continuaram acontecendo até o mês de setembro, sem que nada tenha saído de concreto. As autoridades responsáveis pela causa ainda não se pronunciaram sobre o assunto, o que está forçando os professores municipais a se mobilizarem para pressionar a prefeitura. (O IMPARCIAL, 04 out. 1986, p.7, grifos nossos)

Contudo, na mesma semana outra matéria publicada em O Imparcial (09 out. 1986, p.2), mostrará que a APEMM realizará uma assembleia em frente à sede da prefeitura de São Luís no dia 08 de outubro de 1986. A matéria intitulada “Escolas do município param”, afirma que

[...] os professores da rede municipal de ensino entraram em greve ontem à tarde em assembleia Geral realizada em frente à Prefeitura Municipal, logo após tomarem conhecimento que não poderiam ser recebidos pela prefeita Gardênia Ribeiro Gonçalves pelo fato dela se encontrar em Brasília em companhia de seu esposo Senador João Castelo. (O IMPARCIAL, 9 out. 1986, p.2)

Os registros jornalísticos asseguram que mais de 200 professores responsáveis pela educação de aproximadamente 10.000 alunos participaram do movimento. (O IMPARCIAL, 10 out. 1986, p.2)



Figura 16

Fonte: O Imparcial, 09 out. 1986, p.2

O presidente da APEMM, Carlos Alberto Figueiredo, também informou, em entrevista concedida a O Imparcial (09 out. 1986, p.2), que a categoria estava com uma reunião marcada para 16 horas do dia 8 de outubro com a prefeita, mas ela não havia comparecido. De acordo com a chefe de gabinete, a prefeita estava em Brasília acompanhando o marido, Senador João Castelo.

A partir de hoje a diretoria da APEM, estará se reunindo na Câmara Municipal. Os professores querem a imediata implantação do estatuto do magistério, “em todo o seu conteúdo” conforme declaração de Carlos Figueiredo. Todo trabalho realizado, desde março, por uma comissão composta por membros da APEM, APEMA e Secretaria de Educação e Administração do Município já está concluído. Foi entregue a Gardênia na semana passada. (O IMPARCIAL, 9 de outubro de 1986, p.2)

À comissão constituída por representantes da APEMM, APEMA e Secretaria de Educação e Administração coube um estudo baseado nos currículos de cada professor do município. O objetivo da comissão era avaliar o impacto na folha de pagamento do magistério com a adoção do Estatuto do Magistério. Esse levantamento foi disponibilizado à prefeita.



Figura 17

Fonte: O Imparcial, 10 out. 1986, p.2

As negociações entre a diretoria da APEMM e a prefeita Gardênia Gonçalves (PDS) não avançavam. Carlos Alberto Figueiredo recebeu uma proposta da prefeitura com uma projeção salarial reduzida à metade. “A prefeita apresentou uma outra proposta que em termos financeiros é ridícula”, disse o presidente da entidade (O IMPARCIAL, 10 out. 1986, p.2). Os

professores apresentaram a proposta de 3 mil cruzados para os estatutários, 5 mil para Licenciatura Curta e 6 mil para Licenciatura Plena. Gardênia Gonçalves (PDS) se recusou a atender essa proposta. De acordo com entrevista concedida por Carlos Alberto Figueiredo, a prefeitura também não iria dar os adicionais que o plano do Estatuto regia. A prefeita alegava que os custos com a educação chegavam a quase 14 milhões, de modo que não poderia atender às reivindicações salariais feitas pelos professores, que na verdade constavam no Estatuto aprovado pela Câmara de Vereadores e pelo poder executivo municipal.

Com isso, a greve dos educadores continuou e o comando de greve permaneceu reunido em caráter permanente na Câmara Municipal. Passeatas foram realizadas pelos professores da rede municipal de ensino como parte da campanha de mobilização da categoria pela implantação do Estatuto do Magistério nos dias 14 e 15 de outubro. Piquetes nas escolas também integraram as estratégias de adesão ao movimento, conforme informava O Imparcial de 13 de outubro de 1986. Em outro periódico, publicava-se a nota conjunta das associações:

NOTA

As Associações APEM e APEMA em luta pela implantação do Estatuto do Magistério Municipal, informa ao povo maranhense que em Assembleia Geral de 10 do corrente mês, os professores da Rede Municipal de Ensino, decidiram pela paralisação de suas atividades, tendo em vista, o não cumprimento da Lei. 2.728 de 30 dez. 1985, que beneficia o Magistério Municipal.

Informa ainda que sairão em passeata hoje, quarta-feira, às 16 horas, e solicitam o apoio e a solidariedade dos estudantes, professores, Entidades de Classes, Sindicatos e do povo em geral.

São Luís, 14 de outubro de 1986

Lucimá Goes – Pres. APEMA

Carlos Alberto Figueiredo – Pres. APEM

(JORNAL PEQUENO, 14 out. 1986, n.p. Grifos nossos)

No dia seguinte, 15 de outubro, Dia do Professor, segundo dia consecutivo de passeata, havia entre os professores manifestantes a expectativa de que a data pudesse produzir algum significado e comover a prefeita a anunciar a implantação do Estatuto, mas a frustração permaneceu.



Figura 18

Fonte: O Estado do Maranhão, 16 out. 1986, p.2

Uma comissão de professores, tendo à frente os presidentes da APEMM e APEMA, não foi bem-sucedida no contato com a prefeita, considerando que o pleito não foi atendido. Na ocasião, Gardênia Gonçalves chegou a indicar que estava disposta a buscar uma solução que atendesse à categoria. Porém, Carlos Alberto Figueiredo afirmou, categoricamente, que não aceitariam uma proposta que apresentasse prejuízos à categoria (O ESTADO DO MARANHÃO, 16 out. 1986, p.2). A greve já durava uma semana e uma nova assembleia foi organizada com o objetivo de discutir uma contraproposta da categoria para a prefeitura:

Na nova proposta só foram reduzidos os incentivos, que na proposta anterior era de 20, 30, 60 e 80 por cento, foi reduzido para 20 por cento para todos os professores. As outras reivindicações continuam as mesmas, um piso de três salários-mínimos, subindo gradativamente para 5 mil - licenciatura curta e 6 mil para licenciatura plena. (O IMPARCIAL, 17 out. 1986, p.2)

Segundo Carlos Alberto Figueiredo, presidente da APEMM à época, identificada nos jornais como Associação de Professores do Ensino Municipal, a comissão conjunta de negociação da APEMM e APEMA percebia uma resistência do Secretário da Fazenda do município, Antônio Fernandes, de atender às reivindicações. Ele reafirmava continuamente a

importância de os professores permanecerem na luta enquanto não houvesse uma ação concreta da prefeitura.



Figura 19

Fonte: O Imparcial, 20 out. 1986, p.7

Enquanto uma decisão não era tomada, uma ação conjunta foi realizada pela APEMM, APEMA e Sindicato dos Professores Particulares. Objetivando fortalecer o movimento, elas convocaram todos os professores a paralisarem suas atividades enquanto o projeto não fosse aprovado pela autoridade municipal (O IMPARCIAL, 20 out. 1986, p.7). Muitos dos professores da rede municipal também trabalhavam na rede particular e estadual.

Agora, quase duas semanas depois do início da greve, o movimento continua forte já paralisou cem por cento das escolas da rede municipal de ensino. Segundo informou a presidente da Associação dos Professores do Estado do Maranhão até a próxima quarta-feira, caso não tenha sido dada nenhuma resposta aos professores, a categoria voltará a discutir as estratégias que fortaleçam ainda mais a luta dos professores. Garantiu a professora Lucimar Goes que por enquanto a categoria não vai apresentar nem discutir nenhuma proposta que não saia da base. Segundo ela, o secretário da Fazenda, mediador da questão, está adotando um posicionamento radical que poderá dificultar a negociação com a Prefeita. (O IMPARCIAL, 20 out. 1986, p.7)

Com a nova proposta dos professores, os custos eram sensivelmente reduzidos, segundo a presidente da APEMA Lucimá Góes. Mas ela afirmava que apesar das modificações a proposta dos professores enviada à prefeitura mantinha os salários conforme determinava o

Estatuto do Magistério, apenas reduzindo os incentivos para 20 por cento a todos os professores indistintamente. (O IMPARCIAL, 20 out. 1986, p.7)

No dia 23 de outubro de 1986, a greve de 15 dias terminou. A proposta apresentada pela categoria à prefeita foi imediatamente modificada e levada à categoria para ser discutida pelos professores, que a aceitaram por unanimidade. Na nova sugestão, os salários seriam vinculados ao salário-mínimo, não ficando atrelados ao governo municipal:

A proposta aprovada foi a seguinte: dois e meio para professores do primário mais 25 por cento de incentivo de 1ª a 4ª série, e 20 por cento de 5ª a 8ª série, e 20 por cento para a zona rural. Os professores não habilitados ficaram ao nível 1 mais os incentivos e os de curso superior no nível três mais 20 por cento de incentivo. Cada nível possui três referências de uma referência para outra é acrescida 5 por cento e de uma classe para outra será acrescido de 10 por cento. O professor que alcançar 24 anos no magistério, será acrescentado um salário-mínimo. O menor salário hoje inicial do magistério do município é de 2,5 salários-mínimos acrescidos de 20 por cento. (O IMPARCIAL, 24 out. 1986, p.2)

De acordo com a mesma matéria, APEM e APEMA ficaram satisfeitas com o resultado da assembleia, que nas palavras de Carlos Alberto Figueiredo “não foi o ideal, mas foi uma grande vitória.” Por ofício, os professores encaminharam a proposta à prefeita de São Luís, a fim de que o anteprojeto fosse remetido à Câmara de Vereadores para ser aprovado o quanto antes. Pela mesma publicação, APEM e APEMA fariam um trabalho no sentido de sensibilizar os vereadores e mostrar a eles a relevância da aprovação imediata da proposta:

Enfim, a greve acabou, foram dias de lutas, reivindicações e de espera. Agora os professores poderão voltar as escolas e os alunos poderão estudar. A vitória foi mais do que merecida e os professores poderão dizer que venceram mais uma batalha. (O IMPARCIAL, 24 out. 1986 p.2)

5.7.3 O processo de redemocratização do país e a greve de professores da rede municipal de São Luís em 1987

O ano de 1987 também foi marcado por processos contraditórios. Ao mesmo tempo em que a educação pública municipal se fortalecia com a implantação do Estatuto do Magistério e do Conselho Municipal de Educação, movimentos de greve também foram organizados pela categoria dos professores municipais, sob a liderança da APEMM enquanto sujeito coletivo.

O contexto educacional na capital ludovicense era de paralisações das atividades logo nos primeiros meses do ano. UEMA e UFMA estavam em greve com possibilidades de adesão dos funcionários. Os proprietários de colégios de 1º e 2º graus da rede particular de ensino fecharam as portas a fim de chamar atenção do governo federal, que havia reajustado as

mensalidades em 35%, o que, segundo os padrões, não correspondia às necessidades de manutenção das escolas. Eles chegaram a ficar concentrados no auditório do colégio Marista.

Na UEMA, os professores reclamavam dos baixos salários que vinham recebendo, e por essa causa lutavam pela incorporação das vantagens concedidas no governo anterior e retiradas naquele ano. Por sua vez, a Associação dos Pais ou Responsáveis de Alunos do Estado do Maranhão (APRAMA) permanecia vigilante no cumprimento da Portaria 04/87 do Ministério da Educação, que estabelecia o limite na cobrança das prestações escolares.

Um “Dia Estadual de Luta em Defesa da Educação Maranhense” chegou a ser organizado com participação de diversas entidades da sociedade civil e partidos políticos. Na realização do ato, em frente à Biblioteca Benedito Leite, chama a atenção a pauta de reivindicação dos manifestantes: “Ensino gratuito e de boa qualidade do 1º grau à universidade”, enquanto os proprietários de colégios particulares, que também integravam a organização do movimento, reivindicavam o reajuste das mensalidades ao governo federal, mantendo seus estabelecimentos de ensino fechados.



Figura 20

Fonte: O Imparcial, 24 abr. 1987, p.1

Em São José de Ribamar (MA), cidade da região metropolitana de São Luís, também há registro de mobilizações dos professores das redes municipal e particular, com o agravante de que não possuíam entidade de representação da categoria até aquele momento, mas receberam o apoio do Sindicato de Professores de São Luís, representante sindical dos professores da rede particular de ensino.

O piso salarial equivalente a um salário-mínimo para os professores municipais, com a implantação imediata do Estatuto do Magistério, em obediência ao Decreto n. 91.781 de 15 de outubro de 1985, não estava sendo cumprido pelas prefeituras municipais. A denúncia foi de Florilena Aranha, presidente do Sindicato dos Professores de São Luís. O Estatuto do Magistério de São José de Ribamar deveria entrar em vigor naquele ano, mas não seguia as determinações do ato administrativo, sobretudo na questão salarial, motivo pelo qual os professores decidiram se mobilizar. (O ESTADO DO MARANHÃO, 19 jan. 1987, p.2; O IMPARCIAL, 02 mai. 1987, p.2)

Na rede estadual, os professores organizados pela APEMA também lutavam por reajuste na tabela salarial, isso porque muitos deles naquele momento ainda recebiam menos de um salário-mínimo. O instrumento da greve começava a ser cogitado pela categoria (JORNAL DE HOJE, 10 fev. 1987, p.1-3; O IMPARCIAL, 23 abr. 1987, p.5), uma vez que o Estatuto do Magistério, reformulado após a greve de 1986, sofreu diversas modificações pela Assembleia Legislativa, segundo o periódico, atendendo ao pedido do governador Eptácio Cafeteira (PMDB). Passeatas foram organizadas no sentido de pressionar o governador a incorporar aos vencimentos o reajuste de 100% concedido em caráter de “gratificação especial”. (O IMPARCIAL, 13 mai. 1987, p.5)

Os ecos da política salarial adotada por Cafeteira em 1987 permanecem reverberando na rede estadual do Maranhão até os dias atuais. Por conta dessa política, sobre o percentual de tempo de serviço, assim como as titulações, há incidência apenas do valor relativo ao vencimento, visto que a outra parte do salário é classificada como gratificação, não servindo, portanto, de base para o cálculo desses percentuais.

Segundo O Imparcial de 21 de maio de 1.987, mais da metade da população maranhense era analfabeta. Havia denúncias de que alunos estavam assistindo aula no chão por falta de carteiras (JORNAL PEQUENO, 23 set. 1987, n.p.). Os desafios educacionais se aprofundavam cada vez mais frente às políticas desenvolvimentistas implementadas às custas da exploração do trabalho docente. Os baixos salários e os atrasos frequentes constituem prova material de que, no final das contas, os financiamentos da educação eram custeados pela força de trabalho não remunerada ou mal paga dos professores.

5.7.3.1 A implantação do Estatuto do Magistério da Rede Pública Municipal de São Luís

O Decreto Federal n. 91.781, de 15 de outubro de 1985, passou a vigorar condicionando os recursos de origem federal para a educação dos municípios, no cumprimento do referido ato administrativo:

Art. 1º [...] § 4º A habilitação dos municípios para a obtenção dos recursos de que trata o parágrafo anterior fica condicionada, entre outros requisitos, à aprovação, por lei, Estatuto do Magistério Municipal.

§ 5º A medida estabelecida no § 4º deste artigo deverá entrar em vigor até 31 de dezembro de 1986. (BRASIL, 1985)

Para fins de efeito imediato, seguindo o ato administrativo, os municípios deveriam aprovar em lei o Estatuto do Magistério, garantindo pelo menos 1 salário-mínimo aos professores, dado que, de acordo com o Secretário Geral do Ministério da Educação e Cultura, Aloísio Sotero, 41% dos professores das redes municipais no país recebiam menos de um salário-mínimo por mês. (O ESTADO DO MARANHÃO, 31 dez. 1986, p.2)

Em São Luís o Estatuto, como observado, foi aprovado pela Lei n.º 2.728/85, sofreu alterações com a Lei n.º 2.760/86, na chegada de Gardênia Ribeiro Gonçalves ao exercício do mandato de prefeita. Mesmo com a pressão da categoria, a implantação do Estatuto não ocorreu em 1986, conforme expectativa dos professores. Uma nova tabela salarial foi negociada e somente em 1987 os jornais registraram a implantação prevista nas referidas leis. O decreto de enquadramento, segundo o periódico Jornal de Hoje, de 11 de janeiro de 1987, foi assinado com efeito retroativo a 1º de janeiro. Os docentes e os especialistas em educação seriam enquadrados de acordo com o que estabeleciam as citadas leis e a Portaria n.º. 1 de 7 de janeiro de 1987.

De acordo com o Art. 86, § 1º da Lei n. 2.728, de 30 de dezembro de 1985, o Estatuto do Magistério municipal de São Luís era opcional.

Capítulo II

Das disposições transitórias

Art. 85 os atuais professores especialistas em educação do magistério municipal, que antes da vigência desta Lei, possuíam vínculo empregatício, serão enquadrados no estatuto do magistério independente do concurso de provas e títulos.

§ 1º - **O enquadramento de que fala o caput deste artigo será feito após a opção do profissional do magistério e depois da regularização da sua situação funcional**, de acordo com o regime jurídico a que estiver subordinado.

§ 2º - quando a habilitação profissional permitir o enquadramento como docente e como especialista, a escolha será facultado ao servidor. (SÃO LUÍS, 1985, grifos nossos)

Naquele momento, a Secretaria de Educação tinha um quadro de aproximadamente 2.772 professores. Aqueles que solicitassem o enquadramento receberiam os vencimentos de acordo com a Portaria n. 1 de 07 de janeiro de 1987, expedida pelo então Secretário Municipal de Educação João de Souza Guimarães. Os professores que tinham cargas-horárias acima de 90 horas-aula teriam redução a esse patamar; os que percebiam abaixo ou igual a 90 h/a permaneceram com o vencimento que já recebiam; aqueles que tinham curso superior, mas que não eram habilitados para o magistério, passaram a perceber o vencimento base do nível 3 (três), que correspondia a 3,5 salários vigentes, recebendo incentivos, mas sem direito a progressão horizontal e vertical, até que se habilitassem para atuar no magistério; docentes não habilitados e com formação de 2º grau ficaram com vencimento inicial da classe A, que correspondia a 2,5 salários; aqueles que ministravam aulas do pré-escolar à 4ª série passaram a receber 25% de incentivo normal de regência de classe, que até então era 20%, bem como todos os professores que lecionavam na zona rural também tiveram acrescidos 25%. (JORNAL DE HOJE, 11 jan. 1987, p. 2)

5.7.3.2 A implantação do Conselho Municipal de Educação de São Luís (CME-SL)

Concomitantemente a esse processo de implantação do Estatuto do Magistério, ocorreu a implantação do Conselho Municipal de Educação (CME). Isso porque, segundo Marly Smith Frazão, diretora da Divisão de Inspeção Escolar da Secretaria Municipal de Educação daquele período, o CME foi criado em 10 de janeiro de 1966, conforme a Lei n.º 1.647, mas foi relegado ao segundo plano pelas administrações municipais, com o “esquecimento” de 21 anos da lei que o criou. A professora Frazão ratifica essa situação ao afirmar que “nenhum prefeito desde essa época atendeu a reivindicação da classe no sentido da sua implantação.” E ainda durante “este tempo foram elaborados três documentos pela comissão técnica e somente agora teve prosseguimento.” No depoimento, Frazão acrescenta que a implantação do CME “deixou a categoria bastante entusiasmada.” (JORNAL DE HOJE, 11 fev. 1987, p. 2)

O CME poderia ser um espaço para construção de uma educação pública democrática, gratuita e laica. A democratização da educação pública era uma bandeira histórica de luta da APEMM, conforme é possível observar nas entrevistas realizadas para esta pesquisa (SILVA, 2022; TORRES, 2022; BATISTA, 2022, MACHADO, 2022, SANTOS, 2022). A implantação do CME era uma necessidade imediata, porquanto havia muitos problemas pendentes na educação municipal que precisavam ser resolvidos, relativos à emissão de pareceres sobre questões de natureza pedagógica, análise e encaminhamentos para solução de problemas no

âmbito educacional municipal, autorização e funcionamento das unidades de educação básica, que estavam funcionando de forma irregular, além de temas relativos ao currículo sem a necessidade de aguardar pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), que se encontrava sobrecarregado com as demandas de todo o estado.

O Conselho Municipal de Educação foi composto com 7 titulares: Adma Pereira de Moraes Rego, Edenir Ferreira do Amaral, Maria Carminda Arruda Guimarães, Maria José Duailibe Cassas Gomes, Marly Smith Frazão, Paula Francinete da Silva e Souza e Pompéa Suzart dos Santos. Tinha como suplentes Edenir Cutrim e Waldelina Pestana Moreira Alves. (JORNAL DE HOJE, 12 fev. 1987, p. 2)

Segundo a matéria sobre a solenidade de implantação do Conselho Municipal de Educação no periódico Jornal de Hoje de 11 de fevereiro de 1987, por se tratar de implantação cabia à prefeita Gardênia Ribeiro Gonçalves (PDS) indicar o primeiro presidente e o vice-presidente, que teriam 2 anos de gestão, depois a escolha se processaria pela indicação de uma lista tríplice submetida ao secretário municipal.

A rede municipal, segundo a mesma matéria, possuía 109 escolas subordinadas à Secretaria de Educação, sendo 98 da Rede Municipal e 11 frutos de convênios. A maior parte dessas instituições estava funcionando sem autorização do Conselho, uma vez que o Conselho Estadual de Educação do Maranhão não estava conseguindo dar resposta a uma série de demandas.

5.7.3.3 A greve de 1987

No início do segundo semestre de 1987, a APEMM iniciou a organização de um movimento grevista (O IMPARCIAL, 1º ago. 1987, p.1). A assembleia que decidiu pela paralisação ocorreu no auditório da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Maranhão (FETIEMA), palco de milhares de concentrações das categorias e frações da classe trabalhadora maranhense em grande parte de sua história no século XX.

Após as férias de julho, a assembleia marcada para primeiro de agosto deflagrou greve geral com início previsto para o dia 3 daquele mês. A principal reivindicação dos professores era a concessão do reajuste dos salários que deveria ocorrer em maio. Esse também foi o motivo das mobilizações realizadas pela categoria em 1985, na gestão de Mauro Fecury (PDS).

O presidente da APEMM, Carlos Alberto Figueiredo, em reportagem de capa d'O Imparcial, comentou que “não se tratava de uma greve” e asseverou que “simplesmente os professores decidiram não recomeçar o período letivo previsto para iniciar amanhã. Só

retornaremos às aulas depois que nos for garantido o nosso direito.” (O IMPARCIAL, 2 ago. 1987, p.5) O dirigente sindical explicou ainda que

[...] a greve foi programada em represália ao não pagamento da diferença do mês de maio e junho, com base no mínimo de Cz\$ 1.969,92 que os professores têm direito [...] a prefeita Gardênia Gonçalves já foi comunicada sobre a paralisação dos professores, que ameaçam não reiniciar o período letivo, previsto pra começar na próxima segunda-feira. Os professores afirmam que não se trata de simples ameaça, tudo o que querem é o pagamento da diferença salarial a que têm direito. Se o movimento se concretizar, a partir de segunda-feira, 2.500 professores estarão parando toda a rede municipal de ensino de São Luís. (O IMPARCIAL, 1º ago. 1987, p.5)

A decisão tomada por unanimidade pela categoria ocorreu porque a prefeita ignorou ofício da APEMM enviado no dia 15 de julho daquele ano, salientando o não recebimento do reajuste no período previsto, bem como reafirmando à autoridade municipal a insatisfação dos professores municipais com a postura da prefeitura. No mesmo documento, a APEMM adiantou a posição da Associação de não recomeçar o período letivo do segundo semestre caso o salário não fosse corrigido. Os pedidos da APEMM foram sumariamente desconsiderados, levando o magistério ludovicense à decisão da paralisação por tempo indeterminado (O IMPARCIAL, 2 ago. 1987, p.5):

No mês de maio os professores tiveram seus salários calculados sobre Cz\$ 1.500, quando o salário-mínimo já estava valendo do Cz\$ 1.641,60. Eles reclamaram e pediram providências, porém, em junho o fato voltou a se repetir e agora eles vão receber seus vencimentos novamente calculados sobre Cz\$ 1.500 quando o salário-mínimo já subiu para Cz\$ 1.969,92. (O IMPARCIAL, 2 ago. 1987, p.5)

Mesmo com as tentativas de negociação, a categoria deliberou pela manutenção do movimento. Isso porque a comissão que se reuniu com a prefeita levou a proposta para a Assembleia Geral, a fim de discutir e votar, mas na verdade se tratava, sobretudo, de um pedido de tempo para que a prefeita pudesse se reunir com os secretários e avaliar o pagamento da diferença salarial referente aos vencimentos de maio e junho daquele ano. Ela ainda se comprometeu a pagar o mês de julho integralmente, ou seja, calculado sobre o salário-mínimo atualizado, que era de Cz\$ 1.969,92 cruzados.

Os professores resolveram aguardar a decisão da prefeita quanto à data do pagamento, mas solicitaram brevidade e sugeriram que a diferença fosse paga no lançamento do mês de julho, que estava previsto somente para o início de setembro: “O término da greve está nas mãos da prefeita, tudo depende dela. Os professores estão dispostos e unidos e só voltam a

trabalhar depois que for regularizada situação salarial”, disse Carlos Alberto Figueiredo para O Imparcial de 4 de agosto de 1987:

Gardênia e secretariado

Ontem a prefeita Gardênia Gonçalves reuniu seu secretariado para estudar a viabilidade do pagamento da diferença salarial dos professores. Na reunião que teve com o Comando de Greve, a prefeita explicou que atualmente a folha de pagamento referente à Educação do município é quase que a metade de toda a folha da administração direta, ou seja, o equivalente a 21 milhões de cruzados. Gardênia fez questão de frisar que isto reflete a importância da Educação, que é tratada como um dos pontos básicos da sua administração, mas que considera injustiça pagar os professores e reajustar os seus salários e não fazer o mesmo com outras categorias municipais, que estão na mesma situação. Ela citou que os outros pontos básicos que estavam merecendo também a sua atenção foram os serviços de limpeza da cidade, no caso a Coliseu e o Socorrão, para quem foram dirigidas verbas para reformas.

A categoria exigia que uma data fosse fixada para o pagamento das diferenças salariais. A greve avançava quando o então Secretário de Educação do município, José Guimarães Ramos, compareceu à assembleia da categoria com a proposta da chefe do executivo municipal sugerindo que a diferença do mês de maio fosse paga junto com os vencimentos de julho, mas que só seria efetuado no mês de setembro, e a diferença de junho somente em outubro. A proposta da prefeita, levada à Assembleia pelo Secretário de Educação, foi imediatamente descartada pelos professores, que exigiam o pagamento dos atrasados em parcela única e que fosse feito antes do pagamento de julho:

Carlos Alberto Figueiredo, presidente da Associação dos Professores, explica o porquê da posição da categoria:

- Os professores decidiram por unanimidade, em uma assembleia expressiva, que não vão esperar mais do que já esperaram até agora. “Nós já estamos com os nossos salários defasados e só recebemos nossos vencimentos atrasados. Só retornaremos às salas de aulas e o pagamento da diferença for imediato”, disse. (O IMPARCIAL, 5 ago. 1987, p.5)

A rede pública municipal tinha 28 mil alunos, sendo responsável por 39 escolas, 15 unidades integradas, 42 jardins de infância e 21 supletivos, além de manter, aproximadamente, 100 convênios com instituições particulares. As unidades com maior número de alunos eram: Luís Viana, Alberto Pinheiro, Miguel Lins, Mário Andreazza e Professor Sá Valle (O ESTADO DO MARANHÃO, 07 ago. 1987, p.1). A greve durou cinco dias e finalizou com a proposta da prefeitura de pagar a diferença dos salários de maio e junho em três parcelas, sempre no dia 18 de cada mês, liquidando o débito. A categoria em assembleia aceitou a proposta e retornou às escolas. (O ESTADO DO MARANHÃO, 07 ago. 1987, p.1)

Em 23 de setembro de 1987, o Jornal Pequeno publicou matéria dando conta de que os professores dos colégios municipais Luís Viana e Miguel Lins paralisaram as atividades por conta do atraso no pagamento referente ao mês de agosto. De acordo com a publicação, a prefeitura havia acertado com a APEMM que pagaria os salários do mês anterior sempre no dia 18 de cada mês. Passados quatro dias do prazo, os professores dessas escolas decidiram paralisar as atividades, mesmo sem o pleno apoio da APEMM:

O presidente da APEM - Associação dos Professores do Ensino Municipal - Carlos Alberto Figueiredo, informou que após inúmeros entendimentos junto aos órgãos da prefeitura de São Luís, ficou solucionado o problema do pagamento do professor municipal. Havia um acordo entre a prefeita Gardênia Gonçalves e a APEM, em começar o pagamento a partir do dia 18 de cada mês, o que ainda não aconteceu, deixando a classe bastante aborrecida. 'Desta forma alguns professores deixaram de executar as suas obrigações. Aproveitando a situação alguns professores pertencentes algumas chapas eleitorais que irão concorrer às eleições da APEM no próximo pleito, passaram a balburdiar com falsos anúncios para ganharem a preferência dos professores e com intuito de prejudicar também a chapa "liberdade" encabeçada por mim, mas o tiro saiu pela culatra, e o problema do pagamento já tem solução, o qual começa amanhã' — diz Carlos Alberto. (JORNAL PEQUENO, 24 set. 1987, s/p)

Pelo excerto se pode verificar que, além dos problemas com a administração pública, naquele momento a APEMM vivenciava um período eleitoral de disputa na sua direção. Tudo indica que o professor Carlos Alberto Figueiredo tinha intenção de continuar à frente da entidade, mas a movimentação de paralisação dos professores dos colégios Luís Viana e Miguel Lins sem a participação e mediação de sua entidade de representação, a APEMM, pode denotar uma insatisfação da categoria, assim como poderia realmente constituir uma ação política interna à categoria com vistas à eleição para direção da associação.

Em 1988, veremos que a APEMM, então presidida pelo professor Sérgio Ribeiro, realizou muitas mobilizações da categoria expressas em assembleias, reuniões com entidades sindicais, protestos em frente à sede da prefeitura, sobretudo no mês de março, quando além da questão salarial os professores reivindicaram também melhores condições de trabalho, considerando a situação degradante das escolas. (O ESTADO DO MARANHÃO, 1º mar. 1988, p.5)



Figura 21

Fonte: O Estado do Maranhão, 01 mar. 1988, p.5

Na matéria vemos a situação precária do Colégio Miguel Lins, contudo, nela é mencionado que toda a cidade de São Luís se encontrava em situação de completo abandono, como praças destruídas, lixo por toda cidade, hospitais em greve. Nessa situação, em assembleia realizada 03 de março daquele ano a categoria decidiu decretar estado de greve, já que além dos problemas na estrutura física das escolas, os salários estavam atrasados desde janeiro. Na mesma matéria o professor Sérgio Ribeiro chega a destacar o compromisso firmado com os professores pela prefeita Gardênia Gonçalves (PDS) de efetuar o pagamento até o dia 18 de cada mês, o que não ocorria.

A maioria dos colégios reduziu as aulas e os professores dispensaram os alunos, a fim de formar filas nas portas dos bancos, dada a promessa da prefeitura de pagamento do mês de janeiro no dia 4 de março, o que não ocorreu. O professor Sérgio Ribeiro ainda afirmou que o salário era pago sistematicamente com pelo menos um mês de atraso. E mais: segundo o presidente da APEMM, “os professores não tinham direito ao quinquênio, uma injustiça com pessoas que trabalham na profissão há mais de 20 anos.” (O ESTADO DO MARANHÃO, 1º

mar. 1988, p.5) Abaixo, um excerto que vale apenas destacar retirado da matéria “Professores ameaçam decretar greve”:

É difícil manter uma escola. Principalmente para uma prefeitura brasileira, oprimida por uma política tributária injusta. No caso do Colégio de 1º Grau, Miguel Lins, situado no bairro da Alemanha, o que conta é a dedicação, principalmente, dos professores. Ontem, enquanto a maioria dos membros desta categoria correu para as filas em busca do primeiro salário de 1988, os professores do Miguel Lins davam aula. Os professores deste colégio têm fama de não participar de paralisações e outros movimentos reivindicatórios. A diretora Marinalva Damasceno Evangelista se orgulha de seus professores ‘eles gostam do colégio, não se envolvem em greve’, garante. Todas as dez turmas matutinas do Miguel Lins funcionaram ontem. Marinalva Evangelista afirma que durante esses dois anos em que está à frente desta escola, os professores cumprem os seus deveres com dedicação.

Contudo, só a dedicação dos professores não é suficiente. Faltam pelo menos 100 carteiras para acomodar os mais de 2.100 alunos do Miguel Lins, que se encontra cheio de capim e desprovido de segurança. Os fundos do colégio, onde poderia ser construída uma área cimentada para a prática da educação física, como sugere a professora Marinalva, está cheia de mato.

A situação se agrava nas salas, onde os alunos assistem aula em carteiras danificadas e embaixo de goteiras. As turmas são grandes. São cerca de 50 alunos por sala no Miguel Lins, a maioria carente, mas com direito a merenda escolar, que Marinalva afirma ser de boa qualidade e regular.

O mato aparece também nas áreas abertas internas do Miguel Lins. A Coliseu foi na semana passada na escola e chegou a capinar uma área, mas deixou o serviço pela metade. Algumas partes do colégio estão sendo utilizadas como depósito de carteiras velhas que foram utilizadas desde a fundação do estabelecimento, há quatro anos.

Todos os funcionários do Miguel Lins reclamam a falta de segurança. Os marginais se concentram em frente à escola, onde roubam relógios de professores e tentam vender maconha para os alunos, segundo Marinalva Evangelista.

Ela sugere a construção de um muro em frente à escola para evitar a entrada de marginais. ‘Este muro proporcionaria mais segurança’, diz.

Além das goteiras, as chuvas estão agravando mais outro problema do Miguel Lins, algumas paredes estão caindo ameaçando assim a segurança dos alunos e professores. Portas e janelas já ruíram. O medo agora é de que o telhado caia nas cabeças das pessoas, principalmente, das crianças quando estiverem assistindo aula. (O ESTADO DO MARANHÃO, 1º mar. 1988, p.5)

Para a gestora do Colégio Miguel Lins, o fato de os professores não se envolverem nas greves e paralisações era uma demonstração do compromisso e dedicação que tinham para com o alunado, quando na verdade a luta da categoria por melhores condições de trabalho e salário é o que realmente pode reverberar objetivamente em qualidade no chão da escola. No dia em que a categoria decidiu reduzir o tempo de aula na expectativa de receber o primeiro salário de 1988, os professores que atuavam no Miguel Lins permaneceram na escola, mesmo diante da situação caótica descrita na matéria e reproduzida no excerto, expressa na falta de carteira, mobiliário danificado, goteiras, infiltrações e a falta de capina nas áreas externas e interna da escola.

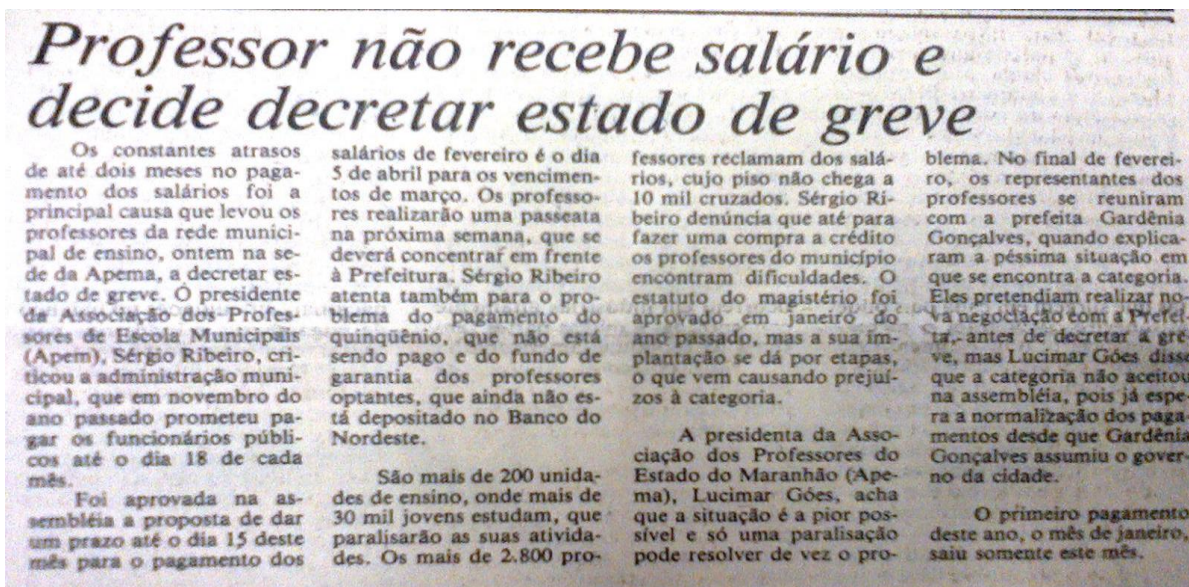


Figura 22

Fonte: O Estado do Maranhão, 05 mar. 1988, p. 4

Os dois meses de atraso dos salários e o total desrespeito no cumprimento dos direitos ofereceu à categoria elementos obrigatórios para decidir pelo estado de greve (O ESTADO DO MARANHÃO, 5 mar. 1988, p.4). O Estatuto do Magistério Municipal, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pela atual administração, não vinha sendo cumprido. O professor Sérgio Ribeiro destacava como exemplo o incentivo de classe, uma garantia estatutária que deveria ser pago aos professores que estivessem atuando em sala de aula. (O ESTADO DO MARANHÃO, 1º mar. 1988, p.5)

Paralelamente a esse processo de lutas permeado de contradições, a Constituinte discutirá o anteprojeto do título “Educação, Cultura e Desporto”, estabelecendo plano de cargos e carreira e piso salarial para o magistério público, aumentando os percentuais de financiamento para a educação e, conseqüentemente, o acesso ao ensino como direito público subjetivo. (MARTINS, 2018, p.824)

A Confederação de Professores do Brasil (CPB) esteve envolvida nas discussões em torno da construção das políticas educacionais, impulsionando o Fórum Nacional em Defesa da Educação Básica (1987), que cumpriria função determinante nos debates prévios à Assembleia Nacional Constituinte no objetivo de superar desafios como os que se observavam na realidade ludovicense. (PEREIRA FILHO; BAUER, 2017, p.11)

No mês de dezembro vemos novamente os servidores municipais concentrados em frente ao Palácio La Ravardière, sede da prefeitura de São Luís, reivindicando da prefeita Gardênia Gonçalves (PDS) o pagamento dos salários do mês de novembro e o 13º, benefício

que a Câmara Municipal já havia aprovado, conforme denunciou o presidente da APEMM, professor Sérgio Ribeiro, ao Jornal O Estado do Maranhão de 14 de dezembro de 1988. A APEMM recorreu ao Governador do Estado, Epiácio Cafeteira (PMDB):

‘Na concentração de ontem nós conseguimos algumas informações com o chefe de gabinete, a prefeita disse que o estado ainda não passou o Fundo de Participação do Município tentando justificar-se’, disse Sérgio Ribeiro. Ele adiantou que o governador do estado, Epiácio Cafeteira, assegurou o repasse do FPM há muito tempo. “Nós tivemos um contato rápido com o governador, na praça Dom Pedro II, e ele prometeu ajudar os servidores, dentro do possível”, assinalou o presidente da Apem.

O chefe do gabinete da prefeitura garantiu, ontem para os mais de 300 servidores, que se concentraram em frente a prefeitura, que hoje Gardênia Gonçalves vai dar uma posição final sobre o assunto. Para Sérgio Ribeiro, a prefeita deve propor apenas o pagamento de um abono como falou Ely Gomes. Mas essa proposta será recusada pelos funcionários municipais, segundo o presidente da Apem. Os servidores da saúde, entre outros, confessaram que não vão abrir mão dos seus direitos.

Sérgio Ribeiro salientou, ainda, que a prefeita, num rápido contato com servidores, durante a comemoração do dia do Marinheiro na Capitania dos Portos, contestou movimento reivindicatório e se posicionou contrária ao pagamento: ‘ela disse que não tem o dever de pagar 13º salário, porque não há lei determinando isso. Mas, a própria Câmara Municipal aprovou um decreto, sancionado no governo Gardênia’, alertou o presidente da APEM.

Enquanto os professores do município de São Luís se mantinham na luta para receber os salários atrasados, crescia o movimento de solidariedade e apoio. A presidente da APEMA, professora Lucimá Góes, por meio de nota destacou que a entidade estava disposta a contribuir com a luta:

‘Os professores do estado estão solidários com os companheiros do Município e com a Apem (Associação dos Professores das Escolas Municipais), pois o pior que acontece não só a falta de pagamento, mas também os irrisórios salários’, assinalou Lucimá Góes. Ela lamentou que a prefeita Gardênia Gonçalves ainda não tenha assumido um compromisso concreto com os servidores. ‘Ela deveria, o mais rápido possível, atender aos empregados do município, que vão passar um Natal desesperador’, completou.

Sérgio Ribeiro, presidente da Apem disse que o apoio da Apema e do governador do Estado, Epiácio Cafeteira, serão indispensáveis para garantia dos direitos dos trabalhadores. ‘Nós vamos pedir apoio de todos, nós só não podemos ficar de braços cruzado’, salientou Sérgio Ribeiro.

O chefe do de gabinete da prefeitura, Ely Gomes, confessou, ontem, que as perspectivas são ruins, pelo menos até o momento: ‘A prefeitura não dispõe de recurso algum e a prefeita Gardênia Gonçalves está tentando conseguir dinheiro para honrar com seus compromissos’, frisou Ely Gomes.

Ontem os servidores municipais outra vez estiveram em frente ao prédio da sede do Poder Executivo Municipal reivindicando soluções, mas a manifestação não deu resultado algum. (O ESTADO DO MARANHÃO, 14 dez. 1988, p.5)

Os servidores há mais de 15 dias faziam vigília na sede da prefeitura com um número crescente de funcionários à porta do Palácio La Ravardière, um carro de bombeiros também

ficou posicionado no local. Havia receio da prefeita de que o prédio voltasse a ser depredado como ocorrera no início da sua gestão, em 1986.



Figura 23

Fonte: O Estado do Maranhão, 22 dez. 1988, p. 5

De acordo com a edição de O Estado do Maranhão de 30 de dezembro de 1988, o salário do mês de novembro começou a ser pago no dia 29 de dezembro, por meio de uma ordem do Banco Central que, excepcionalmente, por determinação do então Presidente da República José Sarney, autorizou o Banco Mercantil de Crédito a conceder um empréstimo à prefeitura de São Luís, segundo o periódico, no valor de Cz\$ 470 milhões de cruzados.



Figura 24

Fonte: O Estado do Maranhão, 30 dez. 1988, p. 5

Os registros mostram que a prefeita Gardênia Gonçalves (PDS) determinou ao Secretário da Fazenda, Antônio Fernando de Carvalho, a liberação imediata da folha de pagamento de novembro. Uma hora depois, as agências bancárias já estavam pagando os contracheques. De acordo com O Estado do Maranhão eram “16.000 funcionários públicos, que receberam com reajuste médio de 300% concedido pela Câmara Municipal.” Esses trabalhadores do serviço público aparecem nos jornais como “barnabés municipais”. Os meses de dezembro e 13º salário não foram pagos. A prefeita condicionou o pagamento à boa vontade do governador Epitácio Cafeteira (PMDB) de antecipar as receitas do Fundo de Participação dos Municípios e o ICM dos meses de janeiro e fevereiro. (O Estado do Maranhão, 30 dez. 1988, p. 5)

Na mesma matéria, o secretário Antônio Fernando de Carvalho afirmou que a Secretaria Estadual de Fazenda devia, ainda, Cz\$ 300 milhões à prefeitura, oriundos da diferença de ICM

entre os meses de julho a novembro, cujos repasses não foram feitos no mês de dezembro, conforme esperado.

As disputas entre os grupos políticos de Epitácio Cafeteira e João Castelo, este último representado por Gardênia Gonçalves, impactavam diretamente a vida material dos trabalhadores da rede pública municipal de São Luís - os professores não eram exceção.

5.7.3.4 A greve de 1989 e os entraves internos da organização política da categoria de professores ludovicenses

O ano de 1989, também, foi marcado por lutas protagonizadas pela categoria dos professores da rede pública municipal. Pelos jornais é possível notar seu engajamento às pautas mais amplas, chegando a participar da Greve Geral chamada pelas Centrais Sindicais no dia 14 e 15 de março de 1989, participação no XII Congresso Nacional da Confederação de Professores do Brasil (CPB) que ocorreu em Campinas no mês de janeiro, presença no Dia Nacional de Luta dos Trabalhadores em Educação, convocado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (O ESTADO DO MARANHÃO, 14 mar. 1989, p.2; O ESTADO DO MARANHÃO, 24 mar. 1989, p.2).

A APEMM aparecerá, ainda, em reuniões, assembleias envolvendo lideranças sindicais e demais servidoras para definição de pauta de mobilização dos servidores municipais que vão deliberar pela luta contra a aprovação do Projeto de Lei (PL), proposto pela Prefeitura Municipal que pretendia alterar a Lei n.º 2.924, de 25 de novembro de 1988, e que atingia diretamente os professores, uma vez que modificava o Estatuto do Magistério, desvinculando os vencimentos dos professores do Piso Nacional de Salários e congelava-os com base nos vencimentos de dezembro daquele ano.

Paralisação

Agora, os servidores vão exigir os salários em atraso, ao mesmo tempo que suspenderão suas atividades até a regularização dos vencimentos. Da mesma forma, eles lutarão pela manutenção da vinculação salarial com Piso Nacional de Salários (PNS), assim como a melhoria de vida em geral dos servidores públicos.

Os representantes da Apema, Apem (Associação dos Professores de Escolas Municipais), Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Município de São Luís, Associação dos Servidores do D. M. E.R. e Associação Beneficente do Funcionalismo Público Municipal de São Luís, entre outras entidades consideram uma vitória a última reunião com a comissão de negociação da prefeitura, quando o ex-deputado Mauro Bezerra se mostrou mais compreensivo. (ESTADO DO MARANHÃO, 18 fev. 1989, p.2)

Nesse período, a APEMA realizará a transição do seu caráter associativista para sindical, (O ESTADO DO MARANHÃO, 25 jan. 1989, p.2; O ESTADO DO MARANHÃO

27 jan. 1989, p.2). Em uma publicação de O Estado do Maranhão nos primeiros dias de 1989, a APEMA prestará solidariedade aos servidores municipais, em especial aos professores municipais ameaçados de demissão, segundo a matéria, pelo Prefeito Jackson Kepler Lago (PDT):

Na assembleia, as lideranças da APEMA, em nome dos mais de 80 mil professores do Estado, vão propor o apoio aos servidores municipais ameaçados de demissão pelo prefeito Jackson Lago, principalmente aos professores associados à Associação dos Professores de Escolas Municipais (APEM). 'Nós remos de lutar juntos para que as autoridades tomem posições mais coerentes com as causas dos trabalhadores e da Educação', frisou Lucimá Góes, presidente da APEMA. (O ESTADO DO MARANHÃO, 25 jan. 1989, p.2)

Parte da categoria de professores do município ainda não tinha estabilidade no serviço público. E pelo conteúdo das informações do excerto jornalístico que localizamos, assim como ocorreram demissões de diversos professores no início da gestão de Gardênia Gonçalves (PDS) em 1986, a categoria se via novamente ameaçada por toda sorte de desagravo. O prefeito recém-empossado, por outro lado, tinha um discurso progressista, tentava imprimir um caráter democrático nas suas decisões e chamou os servidores para "debater a política salarial do município", episódio inédito na história do serviço público municipal ludovicense.



Figura 25

Fonte: O Estado do Maranhão, 18 fev. 1989, p. 2

Na pauta, salários atrasados e vantagens previstas, por exemplo, que estavam no Estatuto do Magistério, mas não eram garantidas, mesmo constando em lei. Havia em curso ainda um projeto de lei proposto para alterar a Lei n.º 2.924 de 25 de novembro de 1988. Para além disso, a Constituição Federal aprovada em 1988 proibia tal vinculação.

‘Não haverá, sob nenhuma hipótese, redução salarial. O que a administração municipal está propondo é que evidente a inviabilização do pagamento dos funcionários municipais e fazendo valer o artigo 7º, do item IV, da Constituição que proíbe a vinculação do salário-mínimo para qualquer fim’. (O ESTADO DO MARANHÃO, 18 de fevereiro de 1989, p. 2)

Com os salários de todo o funcionalismo público municipal atrasado, a gestão de Jackson Kepler Lago (PDT) tinha a intenção de modificar a política salarial e de reforçar a desvalorização do nível superior no magistério, com proposta salarial inferior para essa categoria em relação a outras profissões de nível superior.

Na próxima terça-feira, 18, todos os professores do município de São Luís irão realizar uma concentração pública em frente ao prédio da Câmara Municipal dos Vereadores. O ato visa protestar contra o envio do projeto de lei do executivo municipal que ‘prejudica seriamente os trabalhadores’, segundo os interessados.

A professora Marilene Ferraz, secretária geral do Sinproesemma, explicou que os professores de São Luís foram prejudicados com a desvinculação do salário-mínimo, conforme o artigo 4º do projeto-de-lei do executivo, que diz: “o vencimento base, para fins de Estatuto, é o piso equivalente a 2,5 salários-mínimos de referência”.

- Lamentavelmente, somos prejudicados porque, além de tudo, o SMR está congelado e ameaça de ser extinto. isso pode deixar os nossos salários congelados, disse Marilene Ferraz.

Para ela, o prefeito Jackson Lago não deu um tratamento adequado ao pessoal do magistério ao manter o índice salarial de 5 pisos aos funcionários do quadro de outras atividades de nível superior, por exemplo.

Lucimá Góes fez um alerta: ‘salário-mínimo só existe em forma de decreto; a lei diz que existe um salário-mínimo, mas que o Congresso Nacional ainda não o definiu’, salientou. portanto, a professora criticou o projeto de lei do Jackson Lago, achando-o inconstitucional. (O ESTADO DO MARANHÃO, 14 mar. 1989, p.5)

Os professores, insatisfeitos com a administração pública municipal e os constantes atrasos de seus já baixos salários, exigiram o cumprimento do Estatuto do Magistério, que estabelecia o pagamento de 2,5 a 4,5 salários-mínimos para professores (chegou a ser cumprida durante três meses na administração municipal passada); a implantação de incentivos sobre o salário real da categoria; 150% de aumento para os funcionários da educação (vigias, merendeiras, serventes, merendeiras), com base no salário de julho, mas com reajuste mensal de acordo com o IPC. Ainda fazia parte das reivindicações a garantia do adicional de 1/3 do salário durante as férias, já assegurado pela Constituição Federal, implantação de quinquênios

e incentivos e regularização do FGTS. (O ESTADO DO MARANHÃO, 13 out. 1989, p.1 e p.5)

Os professores da rede de ensino municipal podem decretar a greve na próxima semana caso o prefeito Jackson Lago não se pronuncie, em tempo hábil, sobre as reivindicações da categoria quanto ao cumprimento do estatuto do magistério. Na próxima terça-feira, os professores farão assembleia Geral, quando deverão formalizar legalmente a paralisação de suas atividades. “Já esperamos demais por uma resposta do senhor Jackson Lago”, declarou Lucimá Góes, presidente do Sindicato de Professores Públicos de 1º e 2º Graus (Sinproesemma). Em 19 de agosto a entidade encaminhou o documento de reivindicações salariais e outros benefícios, mas até o momento não houve uma resposta do poder executivo. Decorridos 30 dias, entendimentos foram mantidos com a Secretária de Educação do Município, Tereza Pflueger, mas não houve uma decisão concreta. (O ESTADO DO MARANHÃO, 13 out. 1989, p.5)

Pelos noticiários impressos ficamos sabendo que o Sindicato dos Professores Públicos, Especialistas em Educação Pública e Servidores Públicos Municipais e Estaduais da Educação (SINPROESEMMA) atuou como representante do magistério público ludovicense nas mesas de negociação com o Prefeito Jackson Kepler Lago (PDT) e a Secretária de Educação Tereza Pflueger. Isso ocorreu, segundo as memórias de alguns professores da base social do SINDEDUCAÇÃO que haviam sido participantes dessa greve, porque a APEMA já demonstrava interesse em representar toda a categoria de professores das redes estadual e municipais do estado.

O volume de demandas era incontável, ultrapassando a capacidade de representação dessa entidade, porquanto o professor José de Arimatéa Salvador Machado, em entrevista, destacou que:

[...] chegou um momento que a professora Lucimá Góes queria até encampar a APEMM para a APEMA, e nós resistimos valentemente e não permitimos que fosse feito dessa maneira, porque a gente sabia que o Estado também não tinha ressonância de ganhos assim porque era muito atrelada politicamente, e nós tivemos uma independência política apesar de eu ser político partidário. (MACHADO, 2022, APÊNDICE C, p. XLVII-XLVIII)

O fato se pôde confirmar quando a APEMM, ao pleitear a carta sindical em 2003, enfrentou dificuldades para isso, em razão de ação impetrada pelo SINPROESEMMA para impedir a concessão ao SINDEDUCAÇÃO, conforme as memórias do professor Leonel Torres:

[...] o Sinproesemma não nos dava abertura para estar chegando junto, todo novato era considerado assim estranho, já no Sineducção, na época era APEMM, a gente não teve essa espécie de barrismo, pelo contrário, abriram os braços para os recém-ingressos. [...] em 2003 eu mais próximo da direção, mais próximo de todo mundo, fazendo amizades e participando dos eventos da categoria a gente conseguiu

convencer a Direção da APEMM de que era bom a gente transformar a APEMM em sindicato, não foi fácil, houve uma pequena rejeição por parte da diretoria, porque a APEMM era uma associação e, se tratando de associação na justiça, ela só defende os filiados e ela tem sua limitação. O sindicato é mais amplo, quando ele entra com ação coletiva, independente de estar na ação, a categoria todinha é contemplada, pelo menos aqueles que estão. Na associação apenas, tão somente os filiados. Então, sabendo disso, a gente fez essa fala e convenceu, inclusive, eu fiz parte da elaboração do estatuto, apesar do estatuto já estar um pouco caduco, mas era o que tínhamos na época. em dezembro de 2003, a gente transformou a APEMM em sindicato, no caso o Sindeducação – Sindicato dos Profissionais do Magistério Público Municipal de São Luís, enfim é isso e logo que, transformamos, que homologamos, que registramos o nosso Estatuto lá no Cantuária de Azevedo. A Direção do Sinproesemma que sempre fez a oposição e atualmente continua, porque existe atualmente um grupo muito grande lá que nos faz a oposição e desde 2001, [...] **e quando eles souberam que a gente estava se transformando em sindicato eles entraram com ação em Brasília e aqui, simultaneamente, para que nós não homologássemos e para que o sindicato não fosse reconhecido.** O que eles alegaram na época era que, a base territorial de São Luís já tinha um sindicato que fazia a defesa da categoria, no caso o Sinproesemma. Não sei se você sabe, o Sinproesemma é do município e do estado, então inclusive lugares do município do Maranhão que não tem sindicato, eles têm um setor lá deles e, assim eles fizeram, **só que eles perderam lá em Brasília e perderam aqui e, assim, nós registramos no Cantuária de Azevedo.** (TORRES, 2022, APÊNDICE D, p. LVI, grifos nossos)

A greve de 1989 deu indícios da luta que viria pela frente para o reconhecimento e a transformação do caráter associativista ao sindical, isto é, de APEMM a SINDEDUCAÇÃO. Além disso, em conversa com o professor Sérgio Ribeiro, então presidente da APEMM (1987/1989), a entidade estava finalizando o processo eleitoral que ocorria a cada dois anos, sempre no mês de outubro. Naquele momento, o professor Hildebrando Rodrigues da Luz se tornaria presidente, tendo o professor David Moisés Madeira como vice-presidente da entidade. Antes do fim da gestão, Hildebrando pedirá afastamento e David assumirá a liderança, sendo reeleito para o mandato de 1991/1993. (APEMM, ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA DIRETORIA, 28/01/1991)

Muito embora os jornais não mencionem a participação da APEMM, pelo portfólio pessoal do professor David Moisés Madeira, que gentilmente cedeu a esta pesquisadora documentos, matérias de jornais, ofícios da Câmara Municipal e requerimentos, entre outras fontes, é possível identificar a participação da APEMM na greve deflagrada em outubro de 1989, quando documentos e anotações retomam esse momento histórico e a presença da entidade pleiteando itens da pauta de reivindicações.

Nesse momento também haverá uma discussão entre os professores que faziam parte da base social da associação, visto que um imóvel localizado no bairro da Cohab (atual sede do SINDEDUCAÇÃO) foi vendido pelo então presidente, prof. Sérgio Ribeiro, segundo o qual houve anuência da assembleia. Mas parte da categoria não concordou com a venda, motivo pelo qual o prof. David Moisés Madeira impetrou ação judicial para reaver o patrimônio.

Respectivamente, as reuniões e as assembleias extraordinárias realizadas com o intuito de incentivar a organização da greve começaram a figurar nas páginas dos jornais, antes mesmo da sua deflagração, trazendo informações e estratégias sindicais utilizadas para conquistar a adesão de professores ao movimento, bem como sobre o seu desenvolvimento e término, conforme essa sequência cronológica de matérias jornalísticas abaixo registradas:

“Professores dão ultimato a Jackson” (O ESTADO DO MARANHÃO, 13 out. 1989, p.1);

“Professores podem parar rede municipal” (O ESTADO DO MARANHÃO, 13 out. 1989, p.5);

“Professores decidem hoje se vão parar” (O ESTADO DO MARANHÃO, 13 out. 1989, p.1);

“Professores também podem parar” (O ESTADO DO MARANHÃO, 17 out. 1989, p.5);

“Greve de Professores adiada” (O ESTADO DO MARANHÃO, 18 out. 1989, p.2);

“Professores irão fazer piquetes a partir de amanhã” (O ESTADO DO MARANHÃO, 29 out. 1989, p.2);

“Professor avalia proposta e decide se encerra greve” (O ESTADO DO MARANHÃO, 23 nov. 1989, p.5).

A Secretária de Educação do município, Tereza Pflueger, ao ser inquirida pela imprensa sobre o movimento grevista dos professores informava que o mesmo não era do seu conhecimento: “Ao que se sabe, as propostas dos professores ainda estão sendo minuciosamente estudadas dentro das possibilidades financeiras da Prefeitura Municipal.” (O ESTADO DO MARANHÃO, 13 out. 1989, p.5)

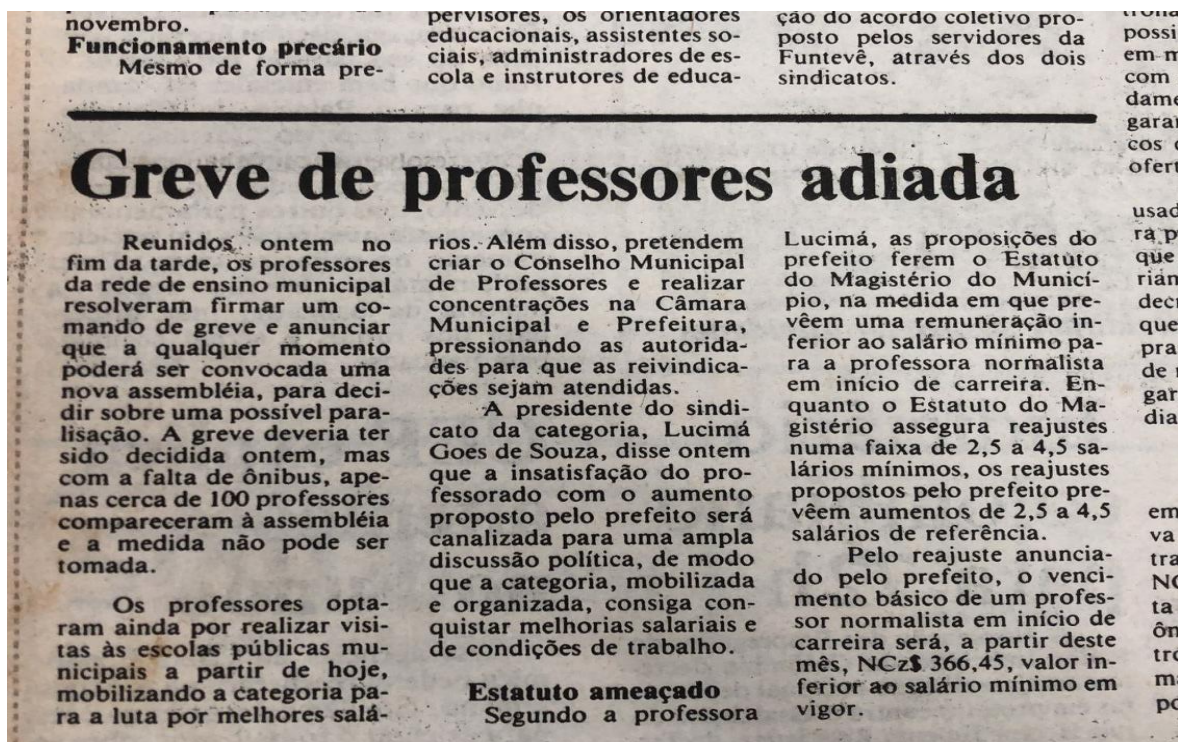


Figura 26

Fonte: O Estado do Maranhão, 18 out. 1989, p. 2

Na assembleia realizada na tarde do dia 17 de outubro era esperado que o movimento grevista fosse deflagrado, mas uma greve de ônibus impediu o deslocamento da maioria dos professores. Apesar disso, um comando de greve foi definido com o objetivo de chamar uma nova assembleia para decidir sobre a paralisação. (O ESTADO DO MARANHÃO, 18 out. 1989, p.5)

Conforme entrevista concedida pela professora Lucimá Góes, as proposições do prefeito não correspondiam às expectativas do professorado e, “o que é mais grave, fere frontalmente o estatuto do magistério”, na medida em que previa uma remuneração inferior ao salário-mínimo para a professora normalista em início de carreira. Enquanto o Estatuto do Magistério assegurava reajustes numa faixa de 2,5 a 4,5 salários-mínimos, os reajustes propostos pelo prefeito previam aumentos de 2,5 a 4,5 salários de referência.

‘O que a gente não aceita é que a prefeitura se proponha a pagar um salário inferior ao mínimo. Isto é um desrespeito do Prefeito com a educação; é um despreço com o trabalho dos profissionais do ensino e uma clara demonstração de insensibilidade política em relação a uma das questões cruciais deste país, que é a educação’, salientou Lucimá Góes. (O ESTADO DO MARANHÃO, 17 out. 1989, p. 5)

Lucimá Góes aproveitou a entrevista ao jornal para criticar a postura autoritária do prefeito, uma vez que ele defendia em seus discursos princípios de base ideológica socialista,

mas segundo a dirigente sindical “não senta à mesa para discutir com os professores.” Conforme apareceram publicados em diferentes matérias nos jornais da grande imprensa, as propostas não foram apresentadas formalmente ao sindicato, que tomou conhecimento delas pelos jornais diários:

Pelo que o prefeito anunciou através da imprensa vencimento básico de um professor normalista em início de carreira será, a partir deste mês, NCz\$ 366,45, valor inferior, portanto, ao salário-mínimo em vigor. Além disso [...] o prefeito propõe reajuste mensal, mas não estabelece os parâmetros pelos quais este reajuste que irá se pautar. (O ESTADO DO MARANHÃO, 17 out. 1989, p. 5)

Uma tabela indicando o confronto entre os valores dos salários assegurados pelo Estatuto do Magistério do município e os valores dos salários que o prefeito, a partir daquele mês, pretendia pagar foi publicada na mesma ocasião.

TABELA - Salário proposto pela gestão de Jackson Kepler Lago (PDT) para a categoria de professores

Nível	Salário assegurado pelo estatuto	Salário proposto pela prefeitura
I	NCz\$ 954,33	NCz\$ 366,45
II	NCz\$ 1.145,19	NCz\$ 439,74
III	NCz\$ 1.336,06	NCz\$ 513,03
IV	NCz\$ 1.717,76	NCz\$ 659,61

Fonte: O Estado do Maranhão, 17 out. 1989, p. 5

Os professores encetaram piquetes nas escolas apresentando a tabela e o desmonte da política salarial do magistério municipal, mobilizando a categoria para lutar por melhores salários. Também fizeram concentração na porta da Câmara Municipal e prefeitura, pressionando as autoridades para que as reivindicações fossem atendidas. (O ESTADO DO MARANHÃO, 29 out. 1989, p. 2)

A greve foi deflagrada no dia 25 de outubro e em apenas seis dias atingiu 100% de adesão, paralisando 3.200 professores, 103 escolas e 28.262 estudantes. Havia uma expectativa de que a paralisação pudesse se estender a todo o funcionalismo público municipal: “Com a greve, mais de 95% das escolas estão fechadas, portanto, outros servidores devem nos fortalecer, aderindo à greve, apostou a presidente do Sinproesemma, professora Lucimá Góes.” (O ESTADO DO MARANHÃO, 29 out. 1989, p. 2)

Após 11 dias de paralisação, foi aberto um canal de negociação com a prefeitura. A secretária de educação Tereza Pflueger recebeu autorização para negociar, mas as propostas não atendiam às necessidades da categoria. Após 34 dias de paralisação, a greve chegou ao fim. Os representantes sindicais se reuniram com a secretária de educação e, entre conquistas, foi assegurada a criação de uma comissão paritária para fixação de data e percentual de aumento real, além do abono das faltas do período da greve:

Acordo

No acordo, ficou mantido o Estatuto do Magistério na sua íntegra, até que se tenha a sentença da ação jurídica pleiteada para cumprimento das leis que integram o próprio Estatuto.

Uma outra conquista dos professores foi o pagamento dos salários de novembro a janeiro de 1990 como procedimento transitório. O governo vai pagar entre 2,5 e 4,5 salários de referência, calculados pela última BTN do mês a ser pago, acrescidos da inflação do período. (O ESTADO DO MARANHÃO, 29 nov. 1989, p.2)

Com a negociação, o menor salário ficou em torno de NCz\$ 790,67. Os ganhos dos professores seriam melhorados após estudos de aumento percentual do incentivo de classe. Com o incentivo ficou acertado que os professores de escolas conveniadas (e todos com exercício em sala de aula) deveriam ser beneficiados.

Mais tarde, de acordo com alguns rascunhos que preparavam uma intervenção que o professor David Moisés Madeira faria na Câmara Municipal, em 15 de outubro de 1991, identificamos o relato da greve de 1989. A partir desse movimento paredista, segundo o documento, um acordo foi firmado na justiça para que o município repassasse a inflação do mês aos professores, o que minimizou o impacto da política econômica. Contudo, ele acrescenta que poderia “aparentemente parecer que eram privilegiados e estavam assegurados”, mas “apesar de nos ser repassada a inflação do mês, a impressão que se tem é de um momento delicado.” (Verso do Ofício n.º 1848/91 da Câmara Municipal de São Luís – Arquivo pessoal do professor David Moisés Madeira)

O problema crônico dos salários, a defasagem aprofundada e as perdas salariais acumuladas pesavam, ampliando as necessidades básicas do professorado. Daí que em 1992, a categoria voltou a se movimentar em assembleia com vistas a encontrar solução para o problema. O jornal O Debate, de 19 de agosto de 1992, em sua página 8, na matéria intitulada “Perda Salarial – Professores estão insatisfeitos”, começava a indicar a possibilidade de greve, especialmente pela forma como a secretária de educação Maria Tereza Soares Pflueger se manifestava em relação aos salários dos professores.

Naquele momento, segundo a matéria, o salário de uma professora de nível 1, que dava aulas da 1ª a 4ª série, era de Cr\$ 231.680,23, com um adicional de 65% referente à ajuda de custo, chegando a Cr\$ 382.272,37, considerado pela secretária um bom salário, se comparado com o salário dos professores da rede estadual. A matéria informava ainda que a rede abarcava, naquele momento, 2.500 professores lotados em escolas municipais e de apoio, e atendia 56.500 alunos entre zonas urbana e rural.

Ela declarou que até o momento não recebeu nenhum documento contendo qualquer reivindicação por parte da categoria. Só tomou conhecimento através da imprensa. Segundo ela não há motivos para uma possível greve, ‘pois os professores têm todas as condições que um profissional precisa. E tudo aquilo que reza no Estatuto do Magistério está sendo cumprido por parte da Secretaria de Educação’. (O DEBATE, 19 ago. 1992, p. 8)

Na mesma publicação, o professor Madeira discordou da lógica adotada pela secretária para afirmar que o salário do professor do município era maior que aquele pago pela rede estadual e, por isso, deveria ser considerado bom: “não podemos nos preocupar com a casa do vizinho.” E asseverou que a reivindicação se tratava das perdas salariais que vinham ocorrendo desde o mês de maio daquele ano (O DEBATE, 1992, p. 8). Pela publicação, é possível identificar um aumento significativo do alunado em relação a 1989 e a diminuição do quadro do magistério, o que supõe salas superlotadas.

5.8 Os primeiros anos de democratização e o primeiro concurso público para professores da rede pública municipal de São Luís

Da parte da APEMM e APEMA havia a preocupação com a habilitação dos professores. Embora tenhamos identificado nas entrevistas que a presença de professores leigos na rede municipal fosse menor e mesmo reconhecendo que tivessem algum tipo de formação, não possuíam a habilitação em licenciatura curta ou plena para o exercício do magistério. Na rede estadual, por sua vez, conforme já destacado, a presença de professores leigos era bastante acentuada.

Antes mesmo da aprovação do Estatuto da rede municipal em 1985, APEMM e APEMA, em conjunto, iniciaram diálogo com a reitoria da Universidade Federal do Maranhão a fim de que os professores das redes municipais e estadual que estivessem em situação considerada irregular pudessem “ser submetidos a um vestibular especial e posteriormente ingressar em um dos cursos da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.” (O IMPARCIAL, 12 out. 1985, p.2) Na época, o reitor era José Maria Cabral Marques (Secretário de Educação

no governo de José Sarney) e a reunião com membros da Associação rendeu um panorama da situação educacional. O periódico confirma que o reitor garantiu viabilizar condições para que a UFMA habilitasse os professores. Um documento foi redigido pela categoria informando os cursos de interesse. A fim de se preparar para o vestibular, um curso preparatório foi realizado no auditório da APEMA. Professores das redes públicas municipal e estadual, além de professores da rede privada puderam participar. (O ESTADO DO MARANHÃO, 08 ago. 1986, p.5)

De acordo com a professora Maria Lindalva Batista, que durante muitos anos foi diretora escolar da rede pública municipal que e viria a integrar algumas direções na década de 1990 até se tornar presidente da APEMM em 1999, além de a UFMA ter viabilizado o acesso de professores do município e da rede estadual para os cursos de Licenciatura Plena, a reitoria também fechou convênios com a APEMM que deram aos professores graduados a possibilidade de realizar cursos de pós-graduação *lato sensu* e se especializar. (BATISTA, 2022, APÊNDICE E, p. LXXVI)

Entre os documentos preservados pelo professor David Moisés Madeira - portarias, ofícios, requerimentos da Câmara Municipal de São Luís, certificados pessoais e recortes de jornais -, identificamos a movimentação da APEMM em torno da realização do primeiro concurso público para ingresso na carreira do magistério da rede municipal de São Luís, previsto para ocorrer em 04 de maio de 1992. Segundo informações concedidas pela professora Malila da Graça Roxo Abreu³⁸, esse foi o primeiro concurso da rede pública municipal para professores, impulsionado pelo governo do Estado que, no ano anterior, havia realizado o seu primeiro concurso para área.

Chamou a atenção a suspensão do certame. No dia 15 de maio de 1992, o jornal O Estado do Maranhão publicou matéria informando a presença dos professores e a forte agitação na Câmara Municipal no dia anterior: “nas galerias estavam dezenas de professores da rede municipal, à frente o presidente da APEM, David Moisés Madeira, que empunhavam cartazes pedindo aos vereadores que impedissem a realização do concurso da maneira como previsto pelo edital.” Com mais de 10 mil inscritos, o certame era bastante aguardado, mas alguns aspectos eram questionáveis, motivo pelo qual a APEMM impetrou mandado de segurança. De acordo com os periódicos, a existência de vícios na elaboração do edital foi o motivo que levou a entidade a tomar essa decisão.

³⁸ A professora Malila da Graça Roxo Abreu ingressou na rede pública municipal em setembro de 1992, por meio do primeiro concurso público para o magistério de São Luís e, atualmente, coordena o Núcleo de Currículo da Secretaria Municipal de Educação de São Luís (SEMED). (Nota autoral)

O advogado da APEMM na época era justamente o professor José Carlos Bastos Silva, primeiro presidente da entidade em 1972, que acabara de se formar em Direito. Na ação argumentaram o impedimento da inscrição para professores habilitados em licenciatura de curta duração e equívocos no critério de desempate que feria as legislações em vigor, entre outros elementos.

A concessão da liminar atendeu a mandado de segurança impetrado pela Associação dos Professores do Ensino Municipal (APEM), entidade que representa os professores da rede municipal de ensino, através de seu advogado José Carlos Bastos Silva. Ao justificar o pedido de liminar, a associação argumentou a existência de vícios na elaboração do edital que feriam os direitos dos associados. O primeiro ponto se refere à negação aos professores habilitados em licenciaturas de curta duração para o magistério da 5ª à 8ª séries. ‘Isto fere frontalmente, além dos Estatutos do Magistério, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1º e 2º graus em seu Art. 30’, explica o presidente da entidade, David Madeira. O edital também estaria atropelando o Estatuto do Funcionário Público Municipal, no que se refere aos critérios de desempate. O estatuto determina que, em caso de empate, seja dada preferências aos professores já pertencentes ao serviço público municipal, enquanto o edital estabelece o critério de maiores pontos em gramática. (O DEBATE, 05 mai. 1992, p. 9)

Outro ponto considerado grave pela entidade, pois contrariava o Estatuto do Magistério em vigor na época (Lei n.º 2.728, de 30 de dezembro de 1985) que se referia à oferta de 824 vagas do certame sem a regularização de 124 professores admitidos em anos anteriores. A entidade vinha empreendendo esforços para resolver o enquadramento desses professores, posto que eram funcionários ingressos em outros cargos ou funções que, posteriormente, se habilitaram para o magistério, passando à função de professores.

O periódico O Debate de 05 de maio de 1992 chegou a destacar o caso da professora Alda Rejane da Costa, admitida em março de 1966 como oficial de administração, a qual, formada em 1972, passou a exercer a função do magistério, e da professora Benedita das Mercês Leitão, admitida como assistente de administração em março de 1978, que iniciou o exercício da função do magistério em novembro de 1982, depois de ter se habilitada para o cargo:

Essa transferência que o presidente da APEM defende foi considerada pelo secretário Waldair Costa como sendo inconstitucional, já que depois da promulgação da Constituição Federal, em 88, o ingresso ao serviço público somente pode ser feito por concurso público. A polêmica, no entanto, gira em torno da questão: a transferência é ou não uma admissão? Já que todos são funcionários com estabilidade, portanto, admitidos legalmente, seria apenas transferência mesmo. (O ESTADO DO MARANHÃO, 15 mai. 1992, p. 2)

De acordo com o Estatuto do Magistério vigente, nomeadamente no capítulo II da Lei que o instituiu e que tratava das disposições transitórias, a legislação oportunizava aos profissionais a escolha do cargo, conforme é possível observar no documento oficial:

Art. 86 – os atuais professores e especialistas da educação do Magistério Municipal que, antes da vigência da lei possuíam vínculo empregatício, serão enquadrados no Estatuto do Magistério independente de concurso de provas e títulos.

§ 1º - o enquadramento de que fala o caput deste artigo será feito após a opção do profissional do magistério e depois da regularização de sua situação funcional, de acordo com o regime jurídico a que estiver subordinado.

§ 2º - Quando a habilitação profissional permitir o enquadramento como docente e como especialista, a escolha será facultada ao servidor. (SÃO LUÍS, 1985, n.p.)

Ocorre que a prefeitura comandada pelo prefeito Jackson Kepler Lago³⁹ (PDT) iniciava o processo de provimento de cargos públicos por meio de concurso público, conforme a Constituição Federal (CF) promulgada em 5 de outubro de 1988. Essa iniciativa integrava o conjunto de reivindicações da APEMM, contudo, os critérios adotados feriam o direito de professores que ingressaram no município em outras funções e que, até aquele momento, não haviam conseguido regularizar a situação funcional, impactando inclusive nas suas aposentadorias. Além disso, a determinação de vagas apenas para profissionais com licenciatura plena impedia os professores habilitados em licenciatura curta de participar do certame; o pleito da APEMM era que os professores fossem enquadrados, embora tivessem ingressado na rede em outras funções, e fosse garantido o direito de concorrer a todos que quisessem e tivessem algum tipo de habilitação.

Os candidatos sem vínculo com o município inscritos no certame reclamaram a suspensão do concurso. Pela matéria publicada em O Estado do Maranhão de 15 de maio de 1992 é possível observar que o secretário de municipal de administração, Waldair José da Costa, ao justificar a suspensão do certame passou a responsabilidade para a APEMM, culpando a entidade por ter “impetrado um Mandado de Segurança contra a realização do concurso.” O professor David Moisés Madeira chegou a retificar a fala do secretário e ratificar o interesse da APEMM com a seguinte afirmação: “não somos contrários à realização do concurso, mas não é justo que professores, alguns se aposentando, fiquem ameaçados a retornar a funções de vigilantes ou serventes, contrariando o estatuto.” (O DEBATE, 05 mai. 1992.) Na matéria o professor chegou a informar que o pedido de liminar só foi solicitado depois de esgotadas todas as possibilidades de diálogo e negociação com a secretaria.

³⁹ Jackson Kepler Lago, filiado ao PDT, foi governador do estado do Maranhão de 2007 a 2009, quando teve seu mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral, a pedido de sua opositora Roseana Sarney. Antes disso, foi prefeito de São Luís por três ocasiões: de 1989 a 1992, de 1997 a 2000 e de 2001 a 2002 (este último interrompido por ocasião de sua renúncia para candidatar-se ao governo do estado do Maranhão nas eleições de 2002). (Nota autoral)

Na plenária da Câmara Municipal, os vereadores estavam divididos. Nas palavras do professor Madeira - com quem conversamos algumas vezes por telefone, a fim de sanar dúvidas que surgiram no percurso do estudo -, alguns vereadores alegavam inconstitucionalidade, mas havia posicionamento favorável ao pleito dos professores, sob o argumento de que muitos entraram no serviço público como porteiros e vigias e depois de passarem por uma formação, sendo convidados a atuar na sala de aula, e muito embora estivessem no exercício do magistério, continuavam recebendo salário referente ao cargo que exerciam quando do ingresso no município.

Nas recordações da professora Lindalva Batista, ex-presidente da APEMM/SINDEDUCAÇÃO, a maior parte dos professores que lutaram na justiça com o sindicato conquistaram o direito pela transposição do cargo:

Muitos conseguiram. Era o chamado desvio de função. Mas ainda têm professores que estão na justiça aguardando sair a sentença para poder receber... na verdade soube que já saiu a sentença. Essa é uma causa antiga. Teve várias situações... tinha aqueles professores leigos que trabalhavam, eles eram porteiros, eram vigias, mas se tornaram professor. Por exemplo, eles entraram na rede como administrativo, mas eles passavam a trabalhar como professor. Como a rede tinha uma carência muito grande a própria direção da escola fazia um levantamento dentro da própria escola daquelas pessoas que já tinham habilitação para o magistério que poderia ensinar em sala de aula, aí a diretora colocava com autorização da Semed. O que aconteceu? Muitos casos desse tipo, eles já estavam trabalhando nessa situação, aí veio o concurso, veio o concurso de 1992, e aí eles não puderam se inscrever porque mesmo trabalhando em sala de aula com o diploma que eles tinham... aí conseguimos entrar na justiça, não me lembro quem era o advogado, não sei se já era o Antônio Carlos, e a gente conseguiu suspender o concurso. E muitos deles, até hoje, têm deles que ainda estão na justiça ainda que já ganhou e estão aguardando o dinheiro do precatório, o dinheiro da diferença que tem, e já até se aposentaram e tão aguardando o pagamento dessa diferença. (BATISTA, 2022, APÊNDICE E, p. LXXXV)

A professora Maria Lindalva Batista integrou a direção presidida pelo professor José de Arimatéa Machado (1993-1996) como primeira secretária e se tornou presidente em 1999, permanecendo no cargo até 2012. Ela esteve à frente do processo de transição da APEMM para SINDEDUCAÇÃO. Portanto, conhecia bem a realidade da categoria e os problemas enfrentados naqueles tempos abstrusos.

5.9 As mudanças operacionalizadas na década de 1990 na APEMM/APEEM

Durante a presença na direção sindical do professor José de Arimatéa Salvador Machado, mudanças significativas do ponto de vista organizacional foram produzidas. O Estatuto da entidade foi alterado modificando a contribuição dos associados de 0,5 para 1% do salário (APEMM, ATA DE ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA, 22/11/1993); a fim de

aglutinar mais professores do ponto de vista burocrático, assim como ampliar sua base social, ocorreu a inclusão dos especialistas em educação e a denominação da entidade passou a Associação dos Professores e Especialistas em Educação do Ensino Municipal de São Luís (APEEM). A sede da entidade no bairro da Cohab foi retomada e novas instalações foram implantadas (APEMM, ATA DE ASSEMBLEIA ORDINÁRIA, 30/09/1994). Até então, a entidade se alocava em prédios alugados no centro da cidade de São Luís.

Arimatéia me procurou, se eu não queria participar da chapa dele, entramos pra associação e eu fui ser a primeira secretária da APEMM, e nessa época nós ganhamos de lapada. Foi uma eleição muito bonita, nós ganhamos muito, bastante voto. A diferença muito grande de voto na época, e aí a gente alugou um prédio, lá no Mercado Central, lá que foi alugado pra ser nossa sede social, da associação do ensino médio. Aí passei a ser a secretária e a Márcia Regina era minha segunda secretária, Arimatéia era o presidente, o vice-presidente dele eu não me lembro. Nós fizemos uma boa administração, e quando a gente chegou nesse prédio aqui, que hoje tá o Sindeducação, isso aqui era uma casinha daquelas de Cohab, ela estava abandonada, e quem resgatou na época fomos nós, na minha administração, eu como secretária e Arimatéia como presidente. Chegamos aqui e estava aquela confusão ainda que a sede tinha sido vendida, a casa não era mais da APEMM, era de uma senhora que era professora, que comprou a casa. Sei que entramos na justiça e resgatamos ela. (BATISTA, 2022, APÊNDICE E, p. LXXVII-LXXVIII)

A pesquisa do professor Robson Câmara (2013, p. 156) acerca do sindicalismo docente no Maranhão indica que a casa da Cohab, patrimônio da APEMM, foi doação de um prefeito, mas não fica explicitado qual o político responsável pela concessão, e não conseguimos confirmar essa informação com as fontes de que dispúnhamos.

Conforme as entrevistas concedidas pelos professores José de Arimatéia Salvador Machado (APÊNDICE C, 2022, p. XXXIX) e Maria Lindalva Batista (APÊNDICE E, 2022, p. LXXVI), a casa foi alienada na gestão do professor Sérgio Ribeiro, mas a negociação foi revertida depois dos esforços da gestão de David Moisés Madeira e José de Arimatéia Salvador Machado. Segundo o ex-presidente, José de Arimatéia Salvador Machado, naquele momento a associação tinha 2.200 associados, mas a contribuição era muito pequena e chegava a R\$ 6.000 BRL.

O que mais nós necessitávamos era da nossa sede social, que nós já tínhamos uma casa lá na Cohab, hoje em dia o terreno onde está edificado a sede da associação, lá o professor David... essa gestão anterior, do professor Sérgio, houve uma doação desse patrimônio sem anuência da assembleia geral, na verdade ele cedeu e a pessoa se apossou, e ele não fez nenhuma gestão no sentido. Então nós... o professor David começou esse processo e nós terminamos resgatando; depois funcionava salão de beleza, nós pedimos para as pessoas, saiu amigavelmente. E nós demolimos tudo e em 3 anos de gestão nós edificamos aquele prédio, deixamos ele todo instrumentalizado, um gabinete dentário, um pagamento de um carro em andamento, telefone celular que tinha sido lançado, todo aquela parte estrutural, administrativa,

ficou tudo em funcionamento [...]. E nós decidimos, tudo o que entrou no financeiro um repasse nominal que a prefeitura fazia, não é?! das arrecadações, das contribuições dos associados, decidimos guardar para começar a fazer a entidade. Então nós passamos esses 3 anos a pão e água porque nem cafezinho a gente fazia para investir tudo na conclusão da sede. (MACHADO, 2022, APÊNDICE C, p. XL)

Os esforços empreendidos naquele momento foram decisivos, visto que atualmente esse é o prédio que sedia a entidade, e continuou passando por reformas e modificações que deram à categoria a necessária e importante estrutura que possui.

Sobre a formação política dos professores, apesar de não identificarmos uma preocupação voltada especificamente para esse fim, os documentos cedidos pelos professores Maria Lindalva Batista, David Moisés Madeira e José de Arimatéa Salvador Machado demonstram forte preocupação com a formação pedagógica dos professores. Os convites de formatura das turmas composta de professores da rede que tiveram a oportunidade de fazer cursos de licenciatura plena por meio dos convênios firmados pela APEMM na UEMA, UFMA e outras instituições, demonstram essa inquietação. A entidade teve papel determinante na formação de parte do professorado não habilitado, conforme as memórias da professora Maria Bernadete dos Santos. (APÊNDICE B, p. XX)

Ao analisar o documento *Nossa história* (2012), que se referia à trajetória histórica da APEMM, Silva (2013, p. 158) destaca a “finalidade de representar a categoria dos profissionais do magistério do ensino público municipal, constituída também para fins de estudos, capacitação e formação dos professores e especialistas.” Segundo essa pesquisa, o documento indicava ainda que a instituição nasceu sem fins lucrativos e tinha o “intuito de colaborar com os poderes públicos e demais entidades classistas, no sentido de solidariedade social e subordinação aos interesses nacionais, com prazo de duração indeterminado.”

A grande força motriz do processo de organização política dos professores da rede pública municipal de São Luís, sem dúvida, se deu em torno das questões objetivas. O impacto dessas lutas, no entanto, pode ser lembrado na atualidade na medida em que avanços do ponto de vista da política salarial foram conquistados pela categoria. É claro que as conquistas não se deram apenas pelas lutas travadas em nível local. Essas lutas na verdade compõem um conjunto amplo de ações dos trabalhadores em educação em todo o país que culminou com o reconhecimento, na Constituição Federal de 1988 da temática da educação, gerando a aprovação de Lei de Diretrizes e Bases em 1996, a fixação de diretrizes para o Plano de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em 1997, a Lei do Piso Nacional em 2008, a aprovação do Estatuto do Magistério e o Plano de

Cargos e Carreira em São Luís aprovados, respectivamente, em 2007 e 2008, fruto dos intensos embates entre a categoria e o poder municipal. (TORRES, 2022, APÊNDICE D, p. LVI)

5.10 As lutas empreendidas pelos professores bolsistas na década de 1990 e o aprofundamento da precarização do trabalho docente na rede pública municipal de São Luís

Os professores empreenderam uma série de lutas a fim de manter os acordos firmados, a partir da greve de 1989, na primeira gestão de Jackson Kepler Lago (PDT). O Estatuto do Magistério aprovado em 1985 estava *sub judice*, o que garantiu à categoria uma concordata que indexava a inflação mensal ao salário, mas essa condição do Estatuto do Magistério se arrastou por anos. As atas da APEMM retomam esse debate em alguns momentos e a prefeita Conceição Andrade⁴⁰ (PSB), durante toda sua gestão (1993/1996), descumprirá o acordo entre APEMM e Prefeitura. (APEMM, ATA DE ASSEMBLEIA ORDINÁRIA, 19/05/1995)

No final do primeiro semestre, assembleias da categoria de professores do município começaram a ser chamadas pela APEMM objetivando a organização da luta por melhores salários. Eles estavam dispostos a entrar em greve por tempo indeterminado:

Eles realizaram ontem, no início da noite, uma assembleia geral, no auditório da Fetiema, para discutir o problema e decidiram realizar uma grande manifestação em frente à prefeitura, depois do pagamento dos salários de maio. A paralisação por tempo indeterminado será discutida numa segunda assembleia que ainda será marcada.

O presidente da Associação dos Professores do Ensino Municipal, David Madeira afirma que os professores mantinham um acordo com a prefeitura que vinha vigorando nos 3 anos da administração Jackson Lago e não foi cumprido, no mês passado, pela prefeita Conceição Andrade.

Pelo acordo a Prefeitura repassa para o salário dos professores um índice próximo da inflação mensal. Desta forma, os salários dos docentes do município ganhavam reajustes entre 25 e 30 por cento todo mês.

Os salários de maio, pagos este mês, vieram com um reajuste que não chega a 10 por cento, o que desagradou os professores. Segundo David Madeira, a Secretaria Municipal de Educação inventou uma fórmula na qual o reajuste tem como base a inflação de janeiro, mais 100 por cento em cima do mesmo índice inflacionário e um abono de Cr\$ 801 mil.

Com a nova fórmula de reajuste aplicado em maio, a prefeitura quebra um acordo firmado na última greve dos professores do município, sem fornecer qualquer

⁴⁰ Conceição de Maria Carvalho de Andrade, advogada, foi prefeita de São Luís (1993-1997). Conceição começou a carreira política no início dos anos 80 pelo Partido Democrático Social (PDS). Em 1986, foi eleita deputada estadual pelo PMDB. Em 1987, é convidada pelo então presidente do PSB, José Paulo Bisol, a filiar-se ao partido e aceitou. Em 1990, foi candidata ao governo do Maranhão pela coligação "Frente de Oposição Popular", que reunia PSB, PT, PDT, PCdoB, PCB, ficando em terceiro lugar. No segundo turno, declarou apoio a João Castelo contra Edison Lobão. (Nota autoral)

explicação, segundo David Moisés Madeira. (O ESTADO DO MARANHÃO, 04 jun. 1993, p. 11)

Segundo a publicação mencionada acima, o município tinha 2.700 professores e aproximadamente 46.000 alunos matriculados em 150 escolas. Esses profissionais realizaram uma paralisação de advertência no dia 14 de junho. A categoria tinha como principal reivindicação o reajuste mensal da inflação dos salários da categoria e a implantação definitiva do Estatuto do Magistério. Outra exigência era a garantia de materiais pedagógicos que não estavam chegando às escolas. Uma denúncia da APEMM revelará que havia escolas em que os alunos estavam fazendo cota para a compra de giz. (O ESTADO DO MARNHÃO, 15 jun. 1993, p.9)



Figura 27

Fonte: O Estado do Maranhão, 15 jun. 1993, p. 9

A média salarial dos professores, naquele momento, era de Cr\$ 3.343 mil, pouco mais que um salário-mínimo, quando a Lei Orgânica do Município determinava que o piso dos professores devesse ser entre 2,5 e 5 salários-mínimos. A prefeita Conceição Andrade (PSB)

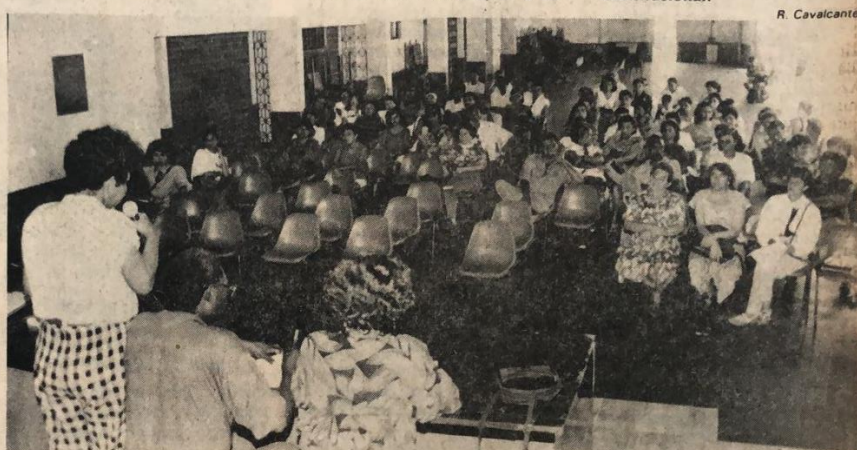
alegava não poder pagar os salários com as reposições mensais por falta de recursos. Chegou a solicitar à categoria um prazo de cinco dias para uma resposta final antes que decidissem pela greve. (O ESTADO DO MARANHÃO, 18 jun. 1993, p.11)



Professores adiam decisão sobre greve

Os professores da rede municipal de ensino resolveram adiar para o próximo dia 8 a decisão sobre a paralisação ou não da categoria, quando será realizada uma nova assembleia geral conjunta com o Sindicato dos Professores da Rede Estadual de Ensino. Além disso, os professores resolveram intensificar as mobilizações junto à categoria, com a distribuição de panfletos e reuniões por unidades de ensino. A decisão foi tomada ontem pela manhã em assembleia no prédio da Fetiema.

A categoria fez avaliação dos contatos mantidos com a prefeita Conceição Andrade. Na última terça-feira, a prefeita ratificou as dificuldades em atender as principais reivindicações da classe e pediu aos professores que aguardassem até que a prefeitura supere problemas de ordem financeira. Os professores ponderaram, pois "se a prefeitura está in-



Os professores do município, em assembleia, decidem adiar greve até o dia 7

viável, a educação também está". Os professores alegam que em nenhum momento a prefeita apresentou qualquer contraproposta.

Negociações

Há um mês os professores iniciaram as negociações com a

prefeitura. A categoria reivindica, prioritariamente, que seja mantido o reajuste salarial de acordo com a inflação. Em maio a prefeita, por medida de contenção de gastos, resolveu suspender o benefício dos servidores da rede de ensino alegando a redução do

Fundo de Participação do Município. Outra reivindicação dos professores, conforme o presidente da Apem, David Moisés Matias, é o cumprimento em sua totalidade do Estatuto do Magistério, aprovado em 1985 pela Câmara de Vereadores.

Figura 28

Fonte: O Estado do Maranhão, 24 jun. 1993, p. 9

A greve foi deflagrada no dia 10 de agosto. Nesse momento, os garís da Coliseu também estavam em greve reivindicando 40,45% de aumento. A fim de esclarecer a sociedade e mobilizar os companheiros, panfletos foram distribuídos pelos professores grevistas.

A prefeita Conceição Andrade não apresentou nenhuma contraproposta à pauta de reivindicações da categoria. Os salários estavam congelados há 150 dias e a defasagem era de 125%. Os docentes exigiam o retorno da correção salarial com base no índice integral de inflação ou a implantação definitiva do Estatuto do Magistério (O ESTADO DO MARANHÃO. 21 ago. 1993, p.1):

Na administração anterior foi firmado um acordo pelo qual o contracheque dos professores deveria ser corrigido mensalmente viva de acordo com a inflação. hoje o salário mais alto do magistério municipal o de nível 4, em processo de aposentadoria, é de apenas Cr\$ 10.197,81. O de iniciante, Nível 1 está em Cr\$ 3.348,21.

David Madeira informou que, em função da defasagem, muitos professores receberão o mês de julho com valor inferior ao salário-mínimo atual. "além de congelado o salário pago está inteiramente defasado", lamenta o presidente. mesmo assim, David diz que a prefeita pede compreensão e sacrifício aos professores." mas como fazer sacrifício com fome?" questiona. Além da justa correção dos salários, os grevistas

reivindicam também o cumprimento do Estatuto do Magistério, que institui piso salarial de 3 a 6 salários-mínimos para a categoria.

À medida que o movimento ganhava adesão, no decorrer da greve a pauta de reivindicações foi ampliada incorporando à luta a eleição direta para diretores de escola, definição de uma política salarial justa para os chamados administradores escolares, comissão paritária com participação das entidades representativas da classe no Conselho Municipal de Educação e ampliação dos especialistas da rede.

Referindo-se ao piso salarial do professor, a secretária Tereza Pflueger informou que o artigo do Estatuto do Magistério que vinculava o salário do professor ao salário-mínimo estava *sub judice*, “porque o entendimento da categoria é do direito que eles têm e o entendimento da prefeitura é que a partir da Constituição não pode haver vinculação ao salário-mínimo.” (O ESTADO DO MARANHÃO, 10 ago. 1993, p.9)

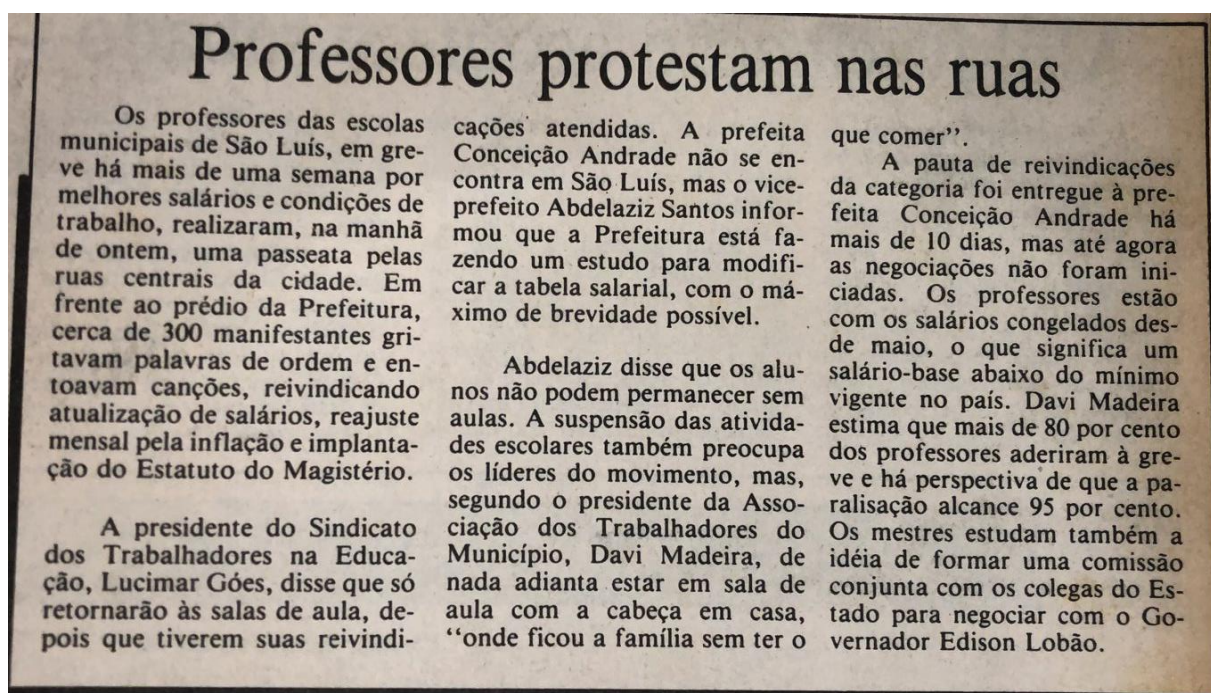


Figura 29

Fonte: O Estado do Maranhão, 19 ago. 1993, p. 9

A passeata culminou com a concentração da categoria em frente à Câmara Municipal de vereadores e chamou atenção do governo e da população. No dia 9 de setembro, os professores fecharam acordo com a prefeitura e retornaram às atividades após quase um mês em greve. O acordo firmado com a categoria garantia o repasse da inflação para o salário de

forma parcelada até janeiro de 1994, quando seria definido o repasse mensal definitivo. (O ESTADO DO MARANHÃO, 10 set. 1993, p.9)

Partindo das reminiscências da gestão do professor José de Arimatéa Salvador Machado (1993-1996), a categoria entrará em alguns momentos em estado de greve, contudo, no que se refere às questões salariais, ela será atendida por “força da lei”:

Nós chegamos, a prefeita Conceição Andrade não nos recebia, e nós chegamos a formar o Fórum Municipal em Defesa dos Funcionários Municipais, foi como ela resolveu... porque nós tiramos o indicativo de greve geral. Aí ela nos recebeu, nos ouviu, mas nunca nos atendeu em absolutamente nada, nada. O que ela fez por força de lei, que foi só esse reajuste, o restante ela não fez absolutamente nada [...]
Enfrentei diversas lutas contra a prefeita... todo mundo falava - que na época da Conceição Andrade eu fui candidato a vereador - e a APEMM seria o quintal da prefeitura, e a história mostrou que não, nós verdadeiramente buscamos os direitos da categoria - foi inédito no Brasil, uma reposição salarial de 64,86, isso nós nos sentamos no primeiro momento, eles resistiram muito, mas resolveram pagar de 3 vezes. Vamos dizer que se hoje o professor ganhasse R\$ 10.000 BRL, você tirando 64 sobriaria R\$ 3.600 BRL, hoje seria o salário do professor nessa proporção para R\$ 10.000 BRL. Então foi muito significante, valorizou muito o profissional com relação aos seus proventos. (MACHADO, 2022, APÊNDICE C, p. XLII)

A filiação do professor José de Arimatéa Salvador Machado ao PDT fez a categoria desconfiar de sua atuação na liderança da associação, visto que Conceição Andrade tinha vinculações com o grupo político de Jackson Kepler Lago, mas a prefeita acabou rompendo com as lideranças pedetistas.

A crise econômica e a pressão popular pela ampliação de vagas no ensino público levou a gestão de Conceição Andrade à criação da modalidade de professores bolsistas na Rede Pública Municipal de São Luís. Eram professores sem direitos estatutários – uma vez que não eram concursados e não tinham direitos celetistas –, pois não havia contratos e/ou assinatura da carteira de trabalho:

Eles não foram nomeados, foram demitidos. Perderam vínculos. Entraram como bolsistas, muitos tiveram sorte de entrar em concurso, mas muitos não tiveram. [...] Não tinha direito, não tinha vínculo nenhum. Não descontava a previdência, quem ganhou foi o município, quem perdeu foi o estado. Como não arrecadavam o INSS, não tinha contribuição pra somar e muitos foram pra justiça e ganharam, e o município teve que recolher. Foi uma forma mais de tentar amenizar a forma do município que na época a demanda era muito grande de aluno e não tinha professor na rede e deram vaga de bolsista. (BATISTA, 2022, APÊNDICE E, p. LXXXIV)

A condição desses trabalhadores era de extrema precarização, visto que além da falta de segurança trabalhista recebiam bolsas muito abaixo do valor percebido por contratados e estatutários.

Foi informado aos presentes que entre bolsistas e contratados têm quase 1.200 e os mesmos ganham 100 (cem reais) com a intenção de serem contratados, mas até agora não foram, sabe-se que desde 1992 foi votado na Câmara de Vereadores o concurso público para professores e até agora nunca saiu um edital, a intenção é manipular os bolsistas a fim de eleger alguns candidatos políticos da Secretaria, sabe-se que a zona rural é formada por professores bolsistas nas escolas e que o Estatuto da APEEM não dá direito a estes professores, mas alguns critérios para os mesmos companheiros como o plano de saúde AMIL e UNIDENTE, falou ainda sobre a provável renovação dos contratos dos bolsistas devido o regime CLT, porque se alguém sair a prefeitura terá que pagar todos os encargos, colocando em votação a liberação dos benefícios, tendo sido a votação favorável. (APEEM, ATA DE ASSEMBLEIA ORDINÁRIA, 16/02/1996)

A APEEM demonstrava sua preocupação com a condição dos professores bolsistas e, embora o Estatuto da entidade não os abarcasse na sua base social, nessa assembleia entrará em pauta a possibilidade de esses trabalhadores terem acesso a alguns benefícios gozados pela categoria como assistência médica. Pelo excerto do documento veremos que o número de professores bolsistas era grande e pairava na categoria a esperança de serem contratados e terem seus direitos trabalhistas assegurados por vias clientelistas, ou seja, em troca de apoio político partidário aos representantes da Secretaria de Educação. Na prática, os professores foram submetidos à intensificação de modos intoleráveis de relação - a exploração econômica e a opressão política.

Em 1997, toda a categoria iniciará o ano com os salários em atraso. O registro de uma assembleia ordinária realizada em 28 de fevereiro desse ano apontou que os últimos dias da gestão de Conceição Andrade (PSB) deixou o funcionalismo sem os vencimentos de novembro, dezembro e 13º salário. Os funcionários da saúde, entre outros, iniciaram uma greve e parte da categoria da Educação, pelos registros, também pressionavam a APEEM por uma postura mais combativa (APEEM, ATA DE ASSEMBLEIA ORDINÁRIA, 28/02/1997). No mesmo documento, há indícios de que os professores bolsistas estavam ameaçados de ser dispensados da função docente. Jackson Lago (PDT) fora eleito novamente como prefeito e um de seus representantes conversou com a direção da APEEM (o presidente da entidade era Clovis de Souza Carvalho), afirmando que como em 1989 a prefeitura “olharia com carinho” para os professores. Enquanto os professores estatutários e celetistas recebiam em torno de R\$ 315 ao mês, os professores bolsistas recebiam apenas R\$ 100. (APEEM, ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO GRUPO DO MAGISTÉRIO, 10/07/1998)

A década de 1990 foi marcada ainda por aprovações da categoria em assembleia do estado de greve. Há registro da greve de 1993 e menção a uma paralisação dos professores bolsistas ocorrida no final da década de 1990, que reivindicavam sua regularização trabalhista.

Durante encontros com representantes da prefeitura a APEEM passou a pautar uma solução para os bolsistas. Esses representantes, por outro lado, afirmavam que isso só poderia ocorrer por meio de concurso público. O fato é que os professores bolsistas seriam decisivos na transformação da associação em sindicato, impulsionando por meio de suas lutas o segundo concurso público na educação, o que ocorrerá em 2002:

Naquele tempo o prefeito era o Dr. Jackson Lago, em 2002 e, já não havia concurso na rede Municipal há dez anos. O que havia, havia bolsistas, e esses bolsistas eram quem administrava didaticamente falando quase toda a rede municipal de São Luís. Com o advento do Concurso, que foi inclusive imposto pelo Ministério Público, porque há uma lei que diz que quando tem dez anos sem concursos e alguma entidade prova que há carência, o Ministério Público aciona a justiça e obriga o ente federativo, no caso a Prefeitura, no caso em 2002, a realizar o concurso, que foi o que aconteceu e a gente passou nos dois concursos e, logo que me filiei e veio o desconto no contracheque eu me aproximei da direção, na época era a professora Maria Lindalva Batista, na antiga APEMM. (TORRES, 2022, APÊNDICE D, p. LVI)

Com o objetivo de ampliar sua base social, abarcando funcionários e professores bolsistas, a APEEM mudará novamente a denominação para Associação dos Profissionais do Magistério do Ensino Público Municipal de São Luís (APMEP), alteração ocorrida em 15 de fevereiro de 2002 por aprovação em assembleia extraordinária (APEEM, ATA DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA, 15/02/2002). Após muitas disputas políticas travadas com o SINPROESEMMA, que se posicionará contra a transformação da entidade em sindicato, inclusive contratando assessoria jurídica para impedir o recebimento da carta sindical (TORRES, 2022), foi aprovada em assembleia do dia 29 de agosto de 2003 a transformação para Sindicato dos Profissionais do Magistério do Ensino Público Municipal de São Luís (SINDEDUCAÇÃO/SL), com o reconhecimento do Ministério do Trabalho da almejada carta sindical de 10 de outubro de 2005. (ANEXO II, p. XCII)

6. CONCLUSÃO

Ao ampliarmos o conhecimento acerca das configurações de uma mesma problemática, notadamente a história da organização política dos trabalhadores em educação, que em nosso caso tenta preencher uma lacuna histórica em São Luís (MA), o estudo procurou compreender a realidade social que se constituiu no processo orgânico e dialético de proposições políticas educacionais do Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís [SINDEDUCAÇÃO]. Abordamos seus desdobramentos entre os anos de 1972 e 1992, nos marcos de uma periodização que abarcou três momentos, a saber: a vigência da ditadura civil-militar, a transição democrática e a vigência da democracia no Brasil, com ênfase na atuação expressa nos processos políticos voltados à democratização do Estado brasileiro e suas instituições; nas demandas relacionadas à defesa da educação pública, gratuita, de qualidade, de livre acesso e comprometida com a emancipação social dos trabalhadores e dos diversos segmentos sociais historicamente explorados e marginalizados; e a organização e mobilização da categoria profissional na luta por melhores condições de trabalho, profissionalização e valorização do trabalho docente.

Ao desenvolvermos essa pesquisa, um dos questionamentos rotineiros com os quais nos deparamos se refere à vinculação desse objeto à educação. Acreditamos que o presente estudo fornece elementos para dirimir tal questionamento ao demonstrar que o sindicalismo tem uma contribuição basilar, não apenas para a organização da classe trabalhadora por suas reivindicações e lutas imediatas, mas, no caso dos sindicatos de representação dos trabalhadores da educação, essas entidades apresentam contribuições fundamentais no sentido de construir concepções pedagógicas, influenciar e propor caminhos para as políticas educacionais, a organização e a estruturação do país, como no episódio da Constituinte que mostra participação dessas entidades com reivindicações em defesa da autonomia e democratização desde os espaços escolares até instituições máximas do país.

Considerando que pesquisas como esta que ora apresentamos incidem positivamente sobre a consciência histórica dessas organizações e apresenta papel fundamental na preservação e valorização da sua memória e experiência acumuladas, outro elemento a ser ponderado refere-se às condições para uma formação omnilateral. Pensar a trajetória histórica dessas entidades, as experiências da categoria, entendendo-as como decisivas para as lutas subsequentes - e isso inclui a definição de políticas educacionais de toda ordem - permite a construção de uma nova compreensão. Uma compreensão que aprecia os processos históricos sem a qual não é possível

formação crítica capaz de instrumentalizar o sujeito para a leitura mais profunda dos processos operados em sua realidade social.

As experiências vividas pela APEMM, enquanto sujeito coletivo, podem demonstrar, num primeiro momento, uma visão economicista e corporativa estreita, mas é possível afirmar e esclarecer que as reflexões produzidas sobre as condições objetivas e subjetivas em que a categoria se encontrava levou a entidade a construir perspectivas mais críticas em relação às questões pedagógicas e políticas educacionais estabelecidas, especialmente ao perceber sua crescente proletarização e a degradação de suas condições de trabalho.

Esses elementos conjugados apontam para o amadurecimento da organização coletiva dos trabalhadores em educação, desde a decisão de construir uma associação de representação da categoria, a aprovação do primeiro estatuto do magistério no final de 1985, as diversas mobilizações e movimentos paredistas que reivindicavam o pagamento de salários atrasados e a valorização profissional, assim como as lutas pela realização do primeiro concurso público em 1992.

As lutas não cessaram mais tarde, dado que o processo de proletarização desses trabalhadores foi intensificado, mormente com a contratação dos chamados professores bolsistas. Esses trabalhadores chegaram a construir uma greve em 1998 e foram decisivos para as mudanças ocorridas na política educacional do município de São Luís naquele momento. Isso porque foram essas lutas travadas que abriram caminho para a realização do segundo concurso público de professores da rede municipal no ano de 2002. Além disso, contribuíram decisivamente para as mudanças operadas no interior da associação que culminaram com a adesão da categoria pelo *status* sindical.

Durante a década de 1980, o movimento docente se consolidou como força política no cenário brasileiro: a categoria de professores ludovicenses foi parte desse conjunto de mobilizações que impactou fortemente as políticas educacionais nos anos subsequentes e reverberaram na contemporaneidade.

O movimento docente em São Luís (MA) não iniciou no período de 1970 e 1980, como foi possível verificar a partir dos dados relativos à fundação do Sinterp-MA em 1945 e dos estudos de Robson Silva (2013). Porém, um conjunto de determinações garantiu que ele se constituísse em força política no cenário da luta de classes. Determinações como a ampliação de matrículas no processo de expansão da escola pública e dessa força de trabalho, conforme dados levantados na segunda seção deste estudo, além das condições de vida e trabalho e das próprias experiências organizativas.

Embora o direito à sindicalização dos servidores públicos seja uma conquista da Constituição de 1988, foi possível verificar que a atuação da APEEM, em perspectiva sindical, atuou na defesa de todos aqueles que exerciam o trabalho docente, fossem eles professores leigos ou com algum tipo de formação.

No período compreendido entre 1972 e 1992 não identificamos tentativas de aparelhamento da APEEM, uma vez que havia rotatividade nas direções a cada dois anos e havia diferentes grupos de professores. No entanto, os conjuntos de fontes arroladas para a realização da pesquisa mostram que a burocratização alcançou o SINDEDUCAÇÃO pela presença do grupo político que assumiu a direção em 1999, e apesar das cisões e rupturas no seu interior, esteve à frente da entidade por 21 anos.

O passado e o presente, mecânica e formalmente separados, não podem dar as respostas que precisamos para compreender os percalços e adversidades que se materializam na concretude da vida social. Na verdade, precisam estar articulados, ligados pelo fio condutor dos processos históricos e da consciência histórica que nos movimentam e nos impulsionam em direção a um mundo justo e socialmente melhor.

Os problemas que, atualmente, se apresentam no movimento sindical docente não podem se converter em argumentos fatalistas que levem à resignação ou desistência da luta em defesa da relevância da educação pública, gratuita e laica para a população brasileira. Antes, infundem coragem para reafirmar os valores que fundamentaram os princípios de solidariedade humana e que fazem parte da natureza do movimento sindical, buscando sempre justiça social, liberdade, tolerância e emancipação do ser social. E tais valores devem configurar a ação dos docentes, se se querem comprometidos com a edificação de uma sociedade radicalmente democrática e capaz de operar a distribuição da riqueza socialmente produzida.

No que diz respeito ao estudo que realizamos, entre as contradições expressas temos um cenário de crescimento significativo da participação dos professores nas greves e demais mobilizações chamadas pela entidade. Isso também foi observado quando o SINDEDUCAÇÃO recebeu a carta sindical, mas o processo de burocratização da entidade sustentou a incapacidade de sua vanguarda de compreender a importância de avançar na democracia sindical, defendendo e incrementando mecanismos efetivos de ampliação da participação da base nos fóruns decisórios do sindicato e de propostas para efetivação do critério da proporcionalidade na composição da direção da entidade.

Há que se considerar que, naquele momento, a entidade tinha uma arrecadação em torno de 16 mil reais e que, atualmente, esse valor gira em torno de 150 mil reais, representando a segunda maior entidade de representação de professores da educação básica no Maranhão. São

mais de 4.300 filiados, o que representa mais de 60% da categoria compondo a base da entidade, e o número de filiações tem aumentado com o resultado do último pleito eleitoral, cuja chapa vencedora foi constituída, em grande medida, por membros de coletivos de oposição sindical na busca de construção da unidade. Logo, a mais ampla democratização de todas as instâncias sindicais seria um importante e objetivo fator no avanço e na consolidação de uma política de unidade classista da categoria docente ludovicense.

Ao contrário disso, no entanto, políticas sem base classista, divisões na base, personalismo, disputas partidárias no interior do movimento e concorrências intersindicais, que não sempre são capazes de produzir pontos programáticos de intervenção unitária, representam os principais problemas na trajetória organizativa do SINDEDUCAÇÃO. Apesar das muitas tentativas, não houve uma unificação das oposições. Espera-se que a chapa eleita em 2020, formada por diversos coletivos, consiga estabelecer objetivos comuns mediados por práticas pedagógicas e políticas, de modo a fortalecer a entidade e garantir a formação política dos professores da rede pública de São Luís.

Uma reflexão importante suscitada pelo estudo que realizamos diz respeito às possibilidades de intervenção dos profissionais da educação da cidade de São Luís (MA) no âmbito da institucionalidade, trazendo à tona os seus limites, suas distintas características e seu inconformismo com as tímidas reformas que se operam nos marcos da ação governamental. Acompanhar a trajetória histórica, seus esforços organizativos e a ascensão das lutas do Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís [SINDEDUCAÇÃO] nos permite entender as formas pelas quais as classes dominantes projetam o papel da educação, subordinando-o aos seus próprios interesses. Na atual etapa do capitalismo nos países periféricos, esses interesses se expressam na sua vinculação às políticas econômicas ditas neoliberais, com o fim de propor a educação como mero instrumento de reprodução dos seus interesses.

Não estamos dizendo que as experiências históricas do SINDEDUCAÇÃO magnetizam e traduzem a afirmação de um projeto educacional de ruptura com a ordem estabelecida; o que afirmamos é que ela traz a possibilidade de se pensar e de se gestar caminhos emancipatórios e constituintes de uma educação compromissada com a formação integral da pessoa humana, passando pela sua capacitação para a intervenção política no âmbito da localidade na qual atua e na sua disposição de articulação mais ampla e nacional de sua intervenção social.

O conjunto de informações que reunimos incide sobre o papel das entidades sindicais docentes na tomada de consciência do caráter necessário de uma educação pública, gratuita e laica para o conjunto da população brasileira, mantendo a luta para preservá-la como um direito

inalienável da pessoa humana e instrumentalização para o pleno exercício da cidadania, objetivos que nos interessa alcançar nessa quadra da história do Brasil.

Como vimos, ao longo do período estudado, a história educacional dos professores de São Luís (MA) se deu amalgamada à realidade social e política brasileira, influenciada pela ação truculenta de governos ditatoriais, com dificuldades de relacionamento com as autoridades que assumiram as instituições do Estado no período da transição democrática e da retomada da democracia no país.

Ao documentarmos e analisarmos a história e as proposições políticas e educacionais do Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís (MA) [SINDEDUCAÇÃO], entre os anos de 1972 a 1992, tivemos a oportunidade de localizar algumas formas de resistência e de valorização do trabalho docente, de uma parte, e as inúmeras e ardilosas tentativas de enfraquecer seus movimentos e desacreditar suas reivindicações junto à população, de outra. Expusemos os limites e as possibilidades de sua atuação, os processos de cooptação ou burocratização de suas lideranças, a criminalização de suas ações e movimentos, num tempo histórico crivado pelo discurso privatizante e de desvalorização dos trabalhadores dos serviços públicos.

A experiência social dos professores da Rede Municipal de São Luís (MA) guarda elementos de significativa singularidade, mas também se mostra emblemática para a compreensão da realidade histórica educacional brasileira, quer seja pelas formas que encontraram para resistir aos avanços do *tsunami* neoliberal quer seja pela capacidade de fazerem eclodir protestos e manifestações públicas contra a devastação política, econômica e social que o ideário neoliberal havia imposto ao país, em especial aos trabalhadores.

Estamos cientes de que as transformações do capitalismo não se operam de forma harmoniosa no conjunto de países que se vinculam a esse modo de produção, pois o que ele produz, continuamente, é uma espécie de desenvolvimento desigual na realidade socioeconômica das nações que estão presas na órbita mundial desse modo de produção.

Com o Brasil não é diferente, o que nos exigiu construir uma abordagem orientada pelo materialismo histórico e dialético e estabelecer um recorte cronológico que nos permitisse estabelecer as relações entre os temas específicos e as questões gerais, entre as problemáticas da continuidade e da descontinuidade histórica do SINDEDUCAÇÃO, com suas particularidades, no entanto, entrelaçadas com as problemáticas mais gerais da história social e, por conseguinte, educacional brasileira.

A trajetória do SINDEDUCAÇÃO representa um momento importante da história da educação, pois suas experiências e ações exigiram a necessidade de se forjarem e se

consolidarem mecanismos de diálogo entre aqueles que almejavam alcançar as garantias para o exercício da profissão docente e procuraram estabelecer os mecanismos de diálogo com as autoridades governamentais, relacionando-as com as questões mais gerais em curso na sociedade brasileira.

Fica perceptível que existem inúmeras contradições na trajetória do SINDEDUCAÇÃO. Ocorre que as consequências e o alcance de suas ações propiciaram o estabelecimento de uma cultura de valorização da educação pública ludovicense que nos pareceu importante de ser destacada no bojo dessa história inconclusa do tempo presente, mas sempre comprometida com a sentido das transformações sociais.

Não podemos esquecer, no entanto, que essa capacidade de resistência se deu num momento histórico em que prevalecia o projeto político e econômico do neoliberalismo, com nefastas consequências sociais, a adesão entusiástica ao discurso privatizante e a apologia de que as entidades representativas da classe trabalhadora eram anacrônicas e não tinham mais razão de existir, pois a antítese entre o capital e o trabalho havia se dissolvido na história.

A busca pela compreensão crítica e contextualizada da trajetória histórica do SINDEDUCAÇÃO nos aproxima da premissa *thompsoniana* de que a constituição e a formação das classes sociais se materializam como resultado de experiências coletivas, que por sua vez estão articuladas aos elementos de identidade e capacidade de contraposição organizada àqueles que se opõem aos seus interesses mais elementares.

Considerar a importância histórica das experiências que foram produzidas coletivamente pelos professores de São Luís (MA), levando em conta o testemunho dos porta-vozes da categoria, seus juízos e ideais, suas ações e manifestações, a capacidade de aglutinar diversos setores sociais em defesa da educação pública municipal compõe um grande desafio historiográfico educacional.

A forma pela qual o Estado burguês se constituiu no Brasil, lançando mão de mecanismos institucionalizados de coerção na vida social, evitando ao máximo o ingresso das camadas populares em suas instâncias, quando não impossibilitando as mais necessárias concessões materiais aos representantes da classe trabalhadora, sinaliza a importância de valorizarmos os esforços organizativos políticos e sindicais que vicejam no solo histórico da sociedade brasileira. E os esforços realizados pelos profissionais do magistério da Rede Municipal de São Luís (MA) entre os anos de 1972 e 1992, por intermédio do SINDEDUCAÇÃO, materializam os mecanismos encontrados pela sociedade civil brasileira, particularmente daqueles setores que representam as classes sociais ou as frações de classes

subalternizadas, para participarem da democratização das instituições e induzirem os poderes de Estado a estarem abertos ao atendimento de suas reivindicações.

Sabemos que esses processos não são capazes de superar as contradições estruturais que estão postas no seio da sociedade capitalista; entretanto, no âmbito dos movimentos sociais e populares, associativos e sindicais dos trabalhadores, encontramos as formas de participação massiva de resistência aos seus desígnios. O desconhecimento do passado compromete as ações necessárias no presente. O sindicato, por meio da nova diretoria, tem um compromisso com essa trajetória histórica, com a categoria e com o conjunto da classe trabalhadora na direção de uma luta mais ampla contra o capital.

A despeito das ofensivas do sistema capitalista ao movimento sindical e das táticas de fragmentação dos sindicatos para atenuar a sua força, eles permanecem sendo imperiosos na defesa do estabelecimento de condições dignas de vida e de trabalho, assumindo responsabilidades na afirmação da liberdade e da democracia e, no caso do sindicalismo docente, defendendo as reivindicações corporativas dos professores e, sobretudo, lutando em defesa da educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada como um inalienável direito da cidadania brasileira.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. A. (2009) **Partido Comunista Brasileiro (PCB)**. In A. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - FGV CPDOC. Recuperado de <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>

ADUSP. **Entre 1970 e 1975, Ditadura Militar assassinou 41 alunos e ex-alunos e cinco docentes da USP**. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/index.php/ditadura-militar/3265-entre-1970-e-1975-ditadura-militar-assassinou-41-alunos-e-ex-alunos-e-cinco-docentes-da-usp> Acesso em 06 de jun. 2022.

ALVES, Fernanda Batista. **História da Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp)**. Democratização do ensino superior e da sociedade em tempos de ditadura civil-militar no Brasil (1976-1980). 2022. 380f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: (1964-1985)**. 2ª. ed. Bauru: Edusc, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**, 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. São Luís. **Ata da reunião extraordinária da diretoria realizada no dia 28 de janeiro de 1991**.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. São Luís. **Ata da assembleia geral extraordinária com professores da Rede Municipal de Ensino realizada no dia 06 de janeiro de 1992**.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. São Luís. **Ata da assembleia geral extraordinária com professores da Rede Municipal de Ensino de São Luís realizada no dia 03 de junho de 1993**.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. São Luís. **Ata da 1ª reunião da assembleia geral ordinária realizada dia 27 de maio de 1994**.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES E ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO DO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. **Ata da 3ª reunião de assembleia geral ordinária realizada dia 19 de maio de 1995**.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES E ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO DO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. São Luís. **Ata da 5ª assembleia geral ordinária realizada no dia 16 de fevereiro de 1996.**

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES E ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO DO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. São Luís. **Ata da primeira assembleia geral ordinária realizada dia 28 de fevereiro de 1997.**

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES E ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO DO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. São Luís. **Ata da 2ª reunião extraordinária do grupo do magistério realizada dia 10 de julho de 1998.**

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES E ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO DO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. São Luís. **Ata da 5ª assembleia geral ordinária realizada dia 28 de junho de 1999.**

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES E ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO DO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. São Luís. **Ata da assembleia geral extraordinária realizada dia 29 de agosto de 2002.**

ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO ENSINO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS. São Luís. **Ata da assembleia geral extraordinária realizada dia 29 de agosto de 2003.**

ARAÚJO, Jersan. Hoje, o dia é dos professores. **Jornal de Hoje**, São Luís, 15 out. 1981. P. 3

BARBOSA, Zulene. **Maranhão, Brasil: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo.** Tese de doutorado. São Paulo, 2001, PUC/SP.

BARBOSA, Zulene. **As “temporalidades” da política no Maranhão.** Disponível em http://www.pucsp.br/neils/downloads/v9_artigo_zulene.pdf. São Paulo, 2003. Acesso: 16 jun. 2022.

BAUER, C; DANTAS, V. A.; MIGUEL, M. M. B; PAIVA, L. R. B; DINIZ, C. **Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil.** Jundiaí: Paco, 2015. 424 p. v. 2.

BAUER, C.; DANTAS, V. A. Um instante da presença política e sindical dos professores maranhenses na história social da educação brasileira (1985-1986). **Revista Educação & Formação**, Fortaleza, v. 3, n. 7, p. 162-181, jan./abr. 2018. ISSN: 2448-3583. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/177> Acesso em: 11 ago. 2022.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e educação popular.** São Paulo: Ática, 1982.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos.** São Paulo: Pioneira, 1974.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Cultura do povo e educação popular. **Rev. Fac. Educ.**, São Paulo, v.5 n.1-2: p.77-92, 1979. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33249> Acesso em 25 mai. 2022.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Paulo Freire**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

BITTENCOURT, Drielle Souza. **A trajetória política de José Sarney (1950-1970)**. FAPEMA – São Luís, 2019. 70 f.

BONFIM, Maria Núbia Barbosa. **Do velho ao novo: política e educação no Maranhão**. São Luís – MA: UFMA, 1985.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 1971, 12 ago. 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 07 abr. 2022.

BRASIL. Decreto nº 67.322, de 2 de outubro de 1970. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, v. 8, p. 8523, 2 out. 1970.

BRASIL. Decreto nº 91.781, de 15 de outubro de 1985. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 out. 1985, pág. nº 15075.

BOSCHI, Renato Raul. **A arte da associação: política de base e democracia no Brasil**. São Paulo: Vértice, 1987, 200p.

BRUSSIO, José dos Santos. **A memória e a identidade do Sindicato de Trabalhadores em Educação das Redes Pública Estadual e Municipais do Maranhão** – Sinproesemma, São Luís – Maranhão - Brasil. 2015. 173f. Tese – Ciências Sociais - Universidade Fernando Pessoa, Portugal. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/5478/1/TD_Jos%C3%A9%20Brussio.PDF Acesso em 19 set. 2022.

CALDEIRA, José Ribamar. As eleições de 1974 no Maranhão. **Rev. Bras. de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, UFMG, 1976.

COSTA, Wagner Cabral da. **Do "Maranhão Novo" ao "Novo Tempo": trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão**. São Luís, UFMA, 1997.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney**. EDUFMA, São Luís, 2006.

COSTA, Wagner Cabral da. Novo Tempo / Maranhão Novo: Quais os tempos da Oligarquia? In. SOUSA, Moisés Matias Ferreira de (org.). **Os outros segredos do Maranhão**. São Luís: Editora Estação Gráfica, 2002. p. 13-24.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. VISÃO MUNDIAL BRASIL. **A voz dos alunos**. 2021a. Disponível em: <https://composic.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/2021/07/15/ooNMDk4aHI.pdf> Acesso em 24 mai. 2022.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Levanta Dados Estudantes**. Observatório da Alimentação Escolar (ÓAÊ). 2021b. Disponível em: https://alimentacaoescolar.org.br/media/acervo/documentos/LEVANTA_DADOS_ESTUDANTE_VF.pdf Acesso em 24 mai. 2022.

CUNHA, L.A. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.

CUNHA, L.A. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e mercado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 795-817, out. 2004.

CUNHA, L. A. **Acordo MEC-USAID**. In. FGV-CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordo-mec-usaid> Acesso em: 6 ago. 2022.

CUNHA, L. A. XAVIER, L. **Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)**. In. FGV-CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-brasileiro-de-alfabetizacao-mobral> Acesso em: 6 ago. 2022.

EVANGELISTA, O. SHIROMA, E. O caráter histórico da pesquisa em educação. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 4, p. 1-14, 2019 Disponible en: <https://revistas2.uepg.br/index.php/retepe/article/view/14567> Acesso em 05 jan. 2022.

DANTAS, Vanessa Amorim. **Aspectos históricos e políticos da associação de professores do estado do Maranhão (1976-1989)**. 2016. 241f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

ENGELS, Friedrich. MARX, Karl. **Manifesto comunista**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010. 388p

FERREIRA Jr., A. Movimento de professores e organizações de esquerda na ditadura militar. In.: Associativismo e sindicalismo docente no Brasil. **Seminário para discussão de pesquisas e constituição de rede de pesquisadores**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://redeaste.irice-conicet.gov.ar/sites/default/files/Ferreira%20Jr.pdf>

FERREIRA Jr., A. **Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros**. São Paulo: USP, 1998, 302 p. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 1998.

FERREIRA Jr., A.; BITTAR, M. **Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)**. São Paulo: Terras do Sonhar, Ed. Pulsar, 2006a. 108 p.

FERREIRA Jr., A.; BITTAR, M. A ditadura militar e a proletarização dos professores. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006b.

- FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**, São Paulo: Dominus/USP, 1966.
- FERNANDES, F. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Alfa-Omega, 1975a.
- FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1975b.
- FERNANDES, F. O dilema educacional brasileiro. In: PEREIRA, L.; FORACCHI, M.M. **Educação e sociedade**, 9. ed. São Paulo: Nacional, 1978.
- FERNANDES, F. **A ditadura em questão**. São Paulo, T. A. Queiroz, 1982. 164p.
- FERNANDES, F. **Nova República?** 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1986.
- FERNANDES, F. **A transição prolongada: o período pós-constitucional**. São Paulo: Cortez, 1990a.
- FERNANDES, F. **Educação e constituição**. In: Aconteceu especial. São Paulo: CEDI, 1990b.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.
- FERNANDES, F. **Florestan Fernandes da constituinte: leituras para reforma política**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.
- FERNANDES, F. **O que é revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Editora URFJ, 2010.
- FREDERICO, C. (Org.). A esquerda e o movimento operário. Vol. I. **A resistência à ditadura (1964-1971)**. 1. ed. São Paulo: Novos Rumos, 1987.
- FREDERICO, C. **A esquerda e o movimento operário: 1964-1984**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991. v. 3.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Produtividade da escola improdutiva**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**, 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- FUNDAÇÃO IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil – 1971**. Rio de Janeiro. V.32. p. 1-832. 1971.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **São Luís – Maranhão**. Diretoria de Documentação e Divulgação do Conselho Nacional de Estatística, p.27 Disponível em

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/113/col_mono_n95_saoluis.pdf Acesso em: 25 jul. 2022.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GABRIEL, André Luís. **História da gênese do Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro (SINPRO-Rio) em tempos de modernização conservadora do capitalismo no Brasil (1871-1931)**. 2022. 319f.

GALETTI, Luíz Carlos. Análise do Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores em educação Básica da Rede Oficial do Estado de Segipe (SINTESE). **Anais – IV Seminário da Rede Aste**. Niterói. Universidade Federal Fluminense, 18-20 de abril de 2013, p. 279-292

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. São Paulo: Ática, 1987.

HIRO, Cássio Hideo Diniz. **História e consciência de classe na educação brasileira lutas e desafios políticos dos trabalhadores em educação de Minas Gerais (1979 - 1983)**. 2012. 237 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2012.

HIRO, Cássio Hideo Diniz. **Da invisibilidade à conquista do espaço social: história concisa das lutas políticas e sindicais dos trabalhadores em educação da Universidade de São Paulo (1978-1988)**. 2017. 160 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo.

HOLLANDA, Heloísa Buarque. Descobertas, sonhos e desastres nos anos 60. **Revista Praia Vermelha**, v.18 n.2 p.205-212 jul./dez. 2008.

IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. [2 ed., Expressão Popular, 2019]. 356 p.

IANNI, O. **A formação do Estado populista na América Latina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1975] 1991.

IANNI, O. **O imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

IANNI, O. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, [1984] 2004.

KLEIN, Madalena. Movimentos Surdos e os discursos sobre surdez, educação e trabalho: a construção do surdo trabalhador. In: **24ª Reunião anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), 2001**, Caxambu (MG). Anais da 24ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), 2001, p. 135-135.

KREUTZ, Arno. **O projeto João de Barro e o poder político no Maranhão**. Dissertação (Mestrado em Educação) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1982.

NETTO, J. P. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014, p. 342.

MACHADO, José de Arimatéa Salvador. **Entrevista**. 1h e 08m. [16 de ago. de 2022]. Entrevistadores: AMORIM, Vanessa; BAUER, Carlos. Maranhão, 2022. 1 arquivo mp3 (1h e 08m). [Transcrita no Apêndice III desta tese]

MARANHÃO. **Projeto João de Barro**. Secretaria de Estado de Educação. [s.d.]

MARANHÃO. **I Programa de Governo do Estado do Maranhão**. Administração José Sarney. SUDEMA. São Luís, 1968.

MARANHÃO, Lei n.º 4.270 de 16 de dezembro de 1980. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**. São Luís – MA, 23 de dezembro de 1980 – ANO LXXIII N° 245.

MARANHÃO, Lei n.º 3.484 de 6 de dezembro de 1973. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**. São Luís – MA, 31 de dezembro de 1973. p.12-15.

MARTINS, Paulo de Sena. Constituinte, financiamento e direito à educação: a voz dos protagonistas. **Educação & Sociedade** [online]. 2018, v. 39, n. 145 [Acessado 4 novembro 2022], pp. 823-845. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302018193871>>. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302018193871>.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. 2ª reimpressão. São Paulo: Boitempo. 2008.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Expressão Popular, São Paulo, 2009.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2011.

MENDES, R. C. M. **O ensino de história do Maranhão na educação básica: a abordagem da oligarquia sarneísta em sala de aula na escola municipal “UEB Luís Viana”**. São Luís, 2020. Disponível em: <http://nupehic.net.br/wp-content/uploads/2020/11/Dissertacao-VERSAO-FINAL-Raissa-Caroline-Macau-Mendes.pdf> Acesso em 15 ago. 2022.

MELCHIOR, José Carlos de Araújo. A aplicação de recursos financeiros em educação. **Cad. de Pesquisa**. São Paulo, n. 25, p. 5-15, jun. 1978. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741978000200001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 ago. 2022.

MIRANDA, Kênia Aparecida. **As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT**. 2011. 400 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

MONTAGNIER, Luc. Perigos e consciência. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 jan. 2000. Caderno Mais, n. 416, p. 8-9.

MORAES, Carin Sanches de. **História concisa do Sindicato dos Professores do ABC (1984-1990)**. 2019. 304f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo.

MOREIRA NETO, Euclides. **Gardênia: flor de lapela**. São Luís: EDUFMA, 2019.

NASCIMENTO, E. S. A porta da Amazônia é aqui! Desenvolvimento e Educação no Governo de José Sarney no Maranhão (1966-1970). **Revista Escritas do Tempo** – v. 3, n. 7, jan-abr/2021 – p. -123.

O QUE É ISSO, COMPANHEIRO? Direção: Bruno Barreto. Produção: L. C. Barreto e Filmes Equador. Brasil: Columbia Pictures do Brasil, 1997. 1 DVD (113 min).

OLIVEIRA, Maria Crisneilândia Bandeira de. **História, embates políticos, sindicais e organizativos dos professores das instituições do ensino privado de Osasco e região (SINPROSASCO) (1985-1992)**. 2017. 200 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo.

OLIVEIRA, Maria Crisneilândia Bandeira de. **Presença do SEDIN na história da educação infantil na cidade de São Paulo (2004-2012)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Nove de Julho – UNINOVE, São Paulo, 2021.

PAIVA, Luís Roberto Beserra de. **Sindicalismo e associativismo docente universitário na América Latina** - história e embates políticos na contemporaneidade (1990-2010). 2016. 337f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo.

PAIVA, Luís Roberto Beserra de. **História do sindicalismo docente universitário nos países andinos (Bolívia e Peru)** – gênese e trajetória: (1990-2016). 2020. 381 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo.

PEREIRA FILHO, S. C.; BAUER, C. **História concisa da Confederação dos Professores do Brasil (CPB)** Gênese e percalços de sua consolidação política e social (1983-1991). 2017. Disponível em: https://www.easyplanners.net/alas2017/opc/tl/9259_pereira_filho_sebastiao.pdf Acesso em 05 nov. 2022.

PEREIRA FILHO, S. C. **Da Confederação de Professores do Brasil (CPB) à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE): história da organização político-sindical dos trabalhadores em educação brasileiros (1983 a 1991)**. 2019. 246 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo.

PICANÇO, Iraci Silva. **Alguns elementos para a discussão sobre o professor leigo no ensino brasileiro**. Em Aberto, Brasília, ano 5, n. 32, out./dez. 1986. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000607.pdf> Acesso em 10 jun. 2022.

PINTO, Maria Nubia Bonfim. **Do velho ao novo: política e educação no Maranhão**. Dissertação (Mestrado em Educação) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982.

POCHMANN, M. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008, 240 p.

POCHMANN, M. **Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012. 123p.

RAPÔSO, Maria da Conceição Brenha. **Movimento de educação de base: discurso e prática (1961-1967)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense Editora/CNPQ, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

RIBEIRO, Claudete de Jesus. **História de uma escola para o povo: projeto João-de-Barro: Maranhão 1967-74**. Dissertação (Mestrado em Educação) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1983.

ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Bernadete dos Santos. Entrevista. 1h e 21m. [19 de jul. de 2022]. Entrevistadores: AMORIM, Vanessa; BAUER, Carlos. **Maranhão**, 2022. 1 arquivo mp3 (1h e 21m). [Transcrita no Apêndice II desta tese]

SAVIANI, Dermeval. **A lei da educação: LDB: trajetórias, limites e perspectivas**. – 13 ed. rev. atual. e ampl. - Campinas, SP: Autores Associados, 2016. – (Coleção Educação Contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. – 4 ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2013. – (Coleção Memória da Educação).

SAVIANI, D. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **EccoS**, São Paulo, v.10, n. especial, p.147-167, 2008.

SÃO LUÍS. Lei n.º 2.728, de 30 de dezembro de 1985. **Diário Oficial do Município de São Luís**, São Luís, MA, 03 de janeiro de 1986. Publicação de terceiros, p. 1-12.

SÃO LUÍS. **Lei n.º 4.749, de 03 de janeiro de 2007**. Estatuto do Magistério Público Municipal de São Luís. São Luís, MA, Disponível em: <https://camara-municipal-de-sao-luis.jusbrasil.com.br/legislacao/572080/lei-4749-07> . Acesso em: 25 out. 2022.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação de São Luís. **Portaria n.º 189, de 6 de julho de 2018**. Compõe a Comissão de Aplicação do Estatuto do Magistério - Coapem. São Luís, MA.

SÃO LUÍS. **Decreto n.º 36.043, de 5 dezembro de 2008**. Dispõe sobre a regulamentação da progressão funcional dos profissionais do magistério da prefeitura municipal de São Luís na forma da Lei n.º 4.931/08. Decreto. São Luís, MA, 08 dez. 2008. Disponível em: <https://sindeducacao.org/wp-content/uploads/2020/02/QUADRO-DE-INVESTIMENTO-NA-QUALIFICA%c3%87%c3%83O-PROFISSIONAL.pdf> . Acesso em: 25 out. 2022.

SÃO LUÍS. **Lei nº 4.931, de 7 de abril de 2008**. Dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e vencimento dos profissionais do magistério do Sistema de Ensino Público da Prefeitura de São Luís e dá outras providências. Lei: legislação municipal. São Luís, MA. Disponível em: <https://sindeducacao.org/wp-content/uploads/2016/08/estatuto-do-magistrio.pdf> . Acesso em: 25 out. 2022.

SÃO LUÍS (MA). Cartório de registro de títulos e documentos, registro civil de pessoas jurídicas Cantuária de Azevedo. **Registro civil em nome do Sindicato dos Profissionais do Magistério do Ensino Público Municipal de São Luís – MA – SINDEDUCAÇÃO/SL**, originariamente denominada Associação dos Professores do Ensino Médio Municipal de São Luís – APEMM. Registro no Livro A-08, sob o n.º 1.715 de 16/10/1972.

SINTERP-MA. **Diretoria**. http://www.sinterpma.org.br/site/?page_id=908 Acesso em: 06 jun. 2022.

SILVA, José de Ribamar Pereira da. **Sindicato dos professores de São Luís (SINPRO): ruptura com o peleguismo e inserção no “Novo Sindicalismo” (1974-1982)**. Monografia de Graduação. UFMA. 2008.

SILVA, Robson Santos Camara. **O sindicalismo docente da educação básica no Maranhão: da associação à emergência do sindicato**. 2013. 257 f. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SILVA, José Carlos Bastos. Entrevista. 1h e 33m. [16 de ago. de 2022]. Entrevistadores: AMORIM, Vanessa; BAUER, Carlos. **Maranhão**, 2022. 1 arquivo mp3 (1h e 33m). [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice I desta tese]

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. 250p.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Vol. I, 1987a.

TORRES, Leonel. Entrevista. 1h e 24m. [22 de jul. de 2022]. Entrevistadores: AMORIM, Vanessa; BAUER, Carlos. **Maranhão**, 2022. 1 arquivo mp3 (1h e 24m). [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice IV desta tese]

VICENTE, Héliida Balardini Lança. **História do Sindicato dos Professores de São Paulo (SINPRO-SP) em tempos de conflitos sociais e expansão do ensino privado (1975-1985)**. 2019. 769 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo.

Periódicos consultados

ALUNOS assistem aulas no chão. **Jornal Pequeno**, São Luís, n.p., 23 set. 1987.

AUMENTO dos professores aceitos. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 3, 18 jan. 1985.

APEMA ameaça greve geral a partir de 17. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 07 fev. 1986.

APEMA diz que 70% aderiram a greve em todo o Estado. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 28 fev. 1986.

APEMA quer manter docentes parados. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 20 fev. 1986.

ACORDO põe fim à greve dos docentes municipais. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 07 ago. 1987.

APEMA forma comissão. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 10 fev. 1987.

APEMA denuncia cursos livres. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 15 fev. 1987.

APEMA apóia luta de professor que tá sem receber. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 17 dez. 1988.

CURSO oferecido aos professores. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 4 jan. 1985.

CEMA protesta contra ato de ex-governador. Servidores do CEMA também fazem greve. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 7, 14 set. 1985.

CONDENÁVEL violência. **Jornal O Imparcial**, São Luís, p. 4, 9 jan. 1986.

COLÉGIOS podem ficar sem aula. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 30 jan. 1986.

COLÉGIOS continuam paralisados. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 26 fev. 1986.

COLÉGIOS pressionam para manter preços. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, 7 mar. 1987.

DECRETO do Governo desagrada professores. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 7, 17 out. 1985.

DEMITIDOS da prefeitura vão à justiça. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 7 jan. 1986.

DEMITIDOS são prosseguir movimento contra Gardênia. **Jornal O Imparcial**, São Luís, p. 2, 12 jan. 1986.

DEMITIDOS vão recorrer à Justiça. **Jornal O Imparcial**, São Luís, p. 3, 12 jan. 1986.

DEMITIDOS recorrem à Justiça para reconquistar emprego. **Jornal O Imparcial**, São Luís, p. 21, 14 jan. 1986.

DOCENTES ameaçam paralisação geral. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 5, 14 fev. 1986.

DOCENTES em greve programam passeata greve. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 21 fev. 1986.

DOCENTES em greve continuam em greve. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 14 mar. 1986.

DOCENTES confiam na vitória do movimento. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 15 mar. 1986.

DOCENTES mobilizam para discutir greve. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 5, 6 abr. 1986.

EDITAL feriu direitos dos mestres. **Jornal O Debate**. São Luís, p. 9, 5 mai. 1992.

ESTATUTO é aprovado com duas alterações. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 3, 1 dez. 1986.

EDUCAÇÃO concede abono para mais de mil professores **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 5, 10 jul. 1987.

EDUCAÇÃO: Servidor que sindicato. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 5, 29 dez. 1988.

FOGO vai render agora nos corredores de uma delegacia. **Jornal O Imparcial**, São Luís, p. 14, 10 jan. 1986.

GREVE da CEMA e INTEC/TVE. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 7, 11 set. 1985.

GREVE do CEMA/ TVE já atinge 17 municípios. Servidores do CEMA também fazem greve. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 7, 18 set. 1985.

GREVE do INTEC/ TVE pode acabar, hoje. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 7, 4 out. 1985.

GARDÊNIA assina ato e coloca na rua 14.500 funcionários. **Jornal O Imparcial**, São Luís, p. 5, 4 jan. 1986.

GARDÊNIA conta toda destruição. **Jornal O Imparcial**, São Luís, p. 3, 9 jan. 1986.

GOVERNO do Estado do Maranhão, Secretaria de Comunicação Social. **Jornal O Imparcial**, São Luís, p. 3, 9 jan. 1986.

GOVERNO considera ilegal a greve dos professores. **Jornal Pequeno**, São Luís, n.p., 18 fev. 1986.

GOVERNADOR Luiz Rocha manda abrir inquérito. **Jornal O Imparcial**, São Luís, p. 4, 9 jan. 1986.

GREVE de docentes pode terminar hoje. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 25 fev. 1986.

GREVE prejudicam alunos. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 11 mar. 1986.

GARDÊNIA visita coronel preso e revela dúvida no inquérito. **Jornal O Imparcial**, São Luís, p. 2, 12 jan. 1986.

GOVERNO dialoga com os professores. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 25 mar. 1986. p.3

GOVERNO dos docentes não será suspensa. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 04 abr. 1986.

GREVE nas escolas tem adesão de 50%. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 30 out. 1987.

GREVE dos professores adiada. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 18 out. 1989.

GREVES abalam administração municipal. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, 10 ago. 1993.

GREVE dos professores é mantida. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 8, 11 ago. 1993.

GREVE dos professores podem acabar hoje. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 12, 31 ago. 1993.

GREVE escolar vai continuar no município. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, 21 ago. 1993.

GOVERNO avisa que reprimirá piquete. **Jornal O Estado O Maranhão**, São Luís, p. 5, 19 mar. 1989.

INDEFINIDA a greve dos professores. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, 6 ago. 1987.

MOBRAL abre novas vagas: professores. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 10, 14 mar. 1985.

MESTRES exigem novo piso. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 18 dez. 1985.

MESTRES confirmam pleito. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 25 out. 1986.

MAGISTÉRIO está sem piso. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 19 fev. 1987.

MAGISTÉRIO entrega proposta ao governo. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 5, 16 fev. 1987.

MESTRES treinam para vestibular. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 5, 8 ago. 1986.

MARANHÃO pioneiro em Educação Básica. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 5, 30 set. 1987.

NUM dia de cão, demitidos destroem Prefeitura com fogo. **Jornal O Imparcial**, São Luís, p. 3, 9 jan. 1986.

NO Dia do Professor, a frustração da classe. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 16 out. 1986.

O PATRIMÔNIO QUASE DESTRUÍDO PELO DONO. **Jornal O Imparcial**, São Luís, p. 2, 9 jan. 1986.

PROFESSORES do município paralisam as atividades. **Jornal Pequeno**, São Luís, n.p., 22 ago. 1985.

PROFESSORES ganham reajustes salariais. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 3, 10 jan. 1985.

PROFESSORES debaterão sobre Piso Salarial. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 14 fev. 1985.

PROFESSORES querem piso. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 10, 19 mar. 1985.

PROFESSORES debatem novo acordo salarial. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 7, 13 abr. 1985.

PROFESSORES se queixam do preço da hora – aula. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 7, 04 jun. 1985.

PROFESSORES lutam pela sobrevivência. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 7, 15 out. 1985.

PROFESSORES terão suas reivindicações atendidas. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 7, 20 out. 1985.

PROFESSORES fazem ato público, hoje, na praça Deodoro. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 7, 29 out. 1985.

PROFESSORES decretam nova greve. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 7, 30 out. 1985.

PROFESSORES vão suspender greve hoje. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 7, 8 nov. 1985.

PROFESSORES vão aos Leões para negociar. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 7, 8 nov. 1985.

PROFESSORES voltam ao trabalho. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 7, 17 nov. 1985.

PROFESSORES debatem lei do Estatuto. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 7, 24 nov. 1985.

PROFESSORES estão sendo demitidos. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 08 dez. 1985.

PROFISSÕES sem amor: 14 mil na rua. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 4 jan. 1986.

POVO toca fogo na Prefeitura. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 9 jan. 1986.

PREFEITURA volta após incêndio. **Jornal O Imparcial**, São Luís, p. 3, 10 jan. 1986.

PROFESSORES criticam decretão da Prefeita. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 12 jan. 1986.

PROFESSORES suspendem atividades. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 18 fev. 1986.

PROGRAMAÇÃO e Passeata. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 19 fev. 1986.

PROFESSORES fazem protesto. **Jornal do Estado O Maranhão**, São Luís, p. 2, 22 fev. 1986.

PROFESSORES vão manter greve por melhores salários. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 11 mar. 1986.

PROFESSORES sensibilizam os presidentes. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 19 mar. 1986.

PROFESSORES param greve. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 5, 12 abr. 1986.

PROFESSORES exigem hoje de Gardênia a adoção do Estatuto. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 15 out. 1986.

PROFESSORES reivindicam piso salarial de 5 salários. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 6, 15 fev. 1987.

PROFESSORES de São Luís ameaçam parar colégios. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 15 out. 1987.

PROFESSOR entra em greve para clamar os 40%. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 5, 29 out. 1987.

PROFESSORES ameaçam decretar greve. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 5, 1 mar. 1987.

PROFESSORES não voltam às escolas. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 2 ago. 1987.

PROFESSORES municipais decidem entrar em greve. **Jornal O Imparcial**, São Luís, p. 2, 2 ago. 1987.

PREFEITA solicita prazo para pagar professores. **Jornal O Imparcial**, São Luís, p. 2, 4 ago. 1987.

PROFESSORES municipais decidem manter a greve. **Jornal O Imparcial**, São Luís, p. 5, 4 ago. 1987.

PROFESSORES param amanhã nas escolas da rede municipal. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 4, 2 ago. 1987.

PROFESSORES analisam proposta de Gardênia. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 5, 4 ago. 1987.

PROFESSOR recusa fim de greve. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, 4 ago. 1987.

PROFESSORES dão ultimato a Jackson. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, 13 out. 1989.

PROFESSORES podem parar rede de ensino municipal. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 5, 13 out. 1989.

PROFESSORES decidem hoje se vão parar. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, 17 out. 1989.

PROFESSORES também podem parar. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 5, 17 out. 1989.

PROFESSOR avalia proposta e decide em encerrar a greve. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 5, 23 nov. 1989.

PROFESSOR só decide greve segunda. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 5, 24 nov. 1989.

PROFESSORES irão fazer piquetes a partir de amanhã. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 29 nov. 1989.

PROFESSORES municipais voltam às salas de aula. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 29 nov. 1989.

PREFEITURA reclassifica seus mestres. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 03 jun. 1993.

PROFESSORES do município ameaçam greve. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p.11, 04 jun. 1993.

PROFESSORES do município param amanhã. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 9, 13 jun. 1993.

PROFESSORES fazem ameaça de greve. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 9, 15 jun. 1993.

PROFESSORES discutem resposta da prefeita sobre reivindicações. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 11, 18 jun. 1993.

PROFESSORES adiam decisão sobre a greve. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 9, 24 jun. 1993.

PROFESSORES querem verba para a educação. **Jornal O Imparcial**, São Luís, p. 2, 07 jul. 1993.

PROFESSORES ameaçam paralisação. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 7, 03 ago. 1993.

PROFESSORES do município entram em greve por tempo indeterminado. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 9, 10 ago. 1993.

PROFESSORES do município vão à justiça. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 10, 17 ago. 1993.

PROFESSORES protestam nas ruas. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 9, 19 ago. 1993.

PROFESSORES voltam a debater salário. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 11, 21 ago. 1993.

PROFESSORES do município não aceitam proposta. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 9, 27 ago. 1993.

PROFESSORES fecham acordo com a Prefeitura e retornam às aulas. **O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 8, 10 set. 1993.

PROFESSORES decidem hoje se paralisam ensino municipal. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 5, 1 mar. 1987.

PROFESSORES não recebem salário e decidem decretar estado de Greve. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 4, 1 mar. 1987.

PROFESSORE cria sindicato em lugar de APEMA. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 27 jan. 1989.

PROFESSORES têm assembléia hoje. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 5, 25 jan. 1989.

PROFESSOR: alvo da greve. **Jornal O Estado O Maranhão**, São Luís, p. 5, 14 mar. 1989.

REAJUSTE no salário. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 5, 09 jan. 1985.

SINDICATO já inscreve professores. **Jornal O Estado do Maranhão**, 06 fev. 1985, p.2

SEEVIDORES do CEMA também fazem greve. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 7, 13 set. 1985.

SERVIDORES da TVE/Cema já mobilizam 42 bases. Servidores do CEMA também fazem greve. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 7, 26 set. 1985.

SERENA e eficiente ação dos bombeiros. **Jornal O Imparcial**, São Luís, p. 2, 9 jan. 1986.

SECRETARIA responde amanhã a professores. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 23 fev. 1986.

SAIU enquadramento dos professores da rede municipal. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 1 fev. 1987.

SERVIDOR que fizer greve será demitido. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 5, 3 maio 1988.

SEDUC promove curso para professor leigo. **Jornal do Estado O Maranhão**, São Luís, p. 5, 20 dez. 1988.

SERVIDOR pode ter estabilidade. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 5, 25 dez. 1988.

TERMINA a greve no Intec/ TVE. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 7, 05 out. 1985.

TRIBUTAÇÃO sem memória. **Jornal O Imparcial**, São Luís, p. 3, 10 jan. 1986.

TVE debate transposição. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 21 jan. 1986.

VIOLÊNCIA sobrou para manifestantes. **Jornal O Imparcial**, São Luís, p. 2, 09 jan. 1986.

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM JOSÉ CARLOS BASTOS SILVA

SILVA, José Carlos Bastos. Entrevista. 1h e 33m. [16 de ago. de 2022]. Entrevistadores: AMORIM, Vanessa; BAUER, Carlos. Maranhão, 2022. 1 arquivo mp3 (1h e 33m).

Pré-entrevista

As associações eram perseguidas, acompanhadas, então pouca gente tinha coragem de criar. E eles exigiram... colocaram nessa época que tinha que ser primeiro associação profissional pra depois, se si comportassem direito - lá na visão deles - poder se transformar em sindicato, depois de uns anos..., não me lembro, mas era um pré-requisito para ser sindicato, e isso só caiu depois com redemocratização que eles derrubaram isso e a gente cria direto o sindicato. Mas na época era exigência. Todos tinham que passar pela fase de associação profissional.

O professor David, ele foi presidente... ele procurou resgatar... porque isso é importante, a gente preservar a história, as memórias das instituições, né?! Isso serve para dar continuidade... um povo sem memória não é nada... e ele foi um dos que procurou resgatar, sempre colaborou. Depois dele tem a professora Lindalva também... assim mais forte em pedir colaboração, eles sabem que eu gosto de educação e conheço, e dou a maior força mesmo.

O senhor poderia se apresentar, contar um pouco da sua história de vida até quando se tornou professor?

Eu sou José Carlos Bastos Silva, eu ingressei na área de educação quando eu era acadêmico de medicina no início do curso para custear minhas despesas, eu ingressei no magistério municipal de educação no Colégio Luís Viana no Ensino Médio - Ensino Científico na época, e criei gosto, e passei a encampar a luta pela educação, e é o que faço até hoje. Depois fiz cursos de magistério a nível de ensino médio, depois superior, especialização e ajudei a criar Associação dos Pais de Alunos do Maranhão também, e criei e fui o primeiro presidente da Cooperativa Educacional de São Luís, que até hoje mantém a Escola COEDUC.

Nasci em Arari – MA, e aí fui morar em Bacabal com minha família até chegar à época do ensino superior, aí fiquei aqui e não saí mais. Quando fui aprovado para o curso de medicina fui trabalhar como professor para poder me manter em São Luís e ajudar meus pais a me manter em São Luís.

Como foi a criação da APEMM? O que motivou vocês a fundar a APEMM?

Eu sempre fui muito sensível às questões sociais e a área de educação e saúde são muito sensíveis, e o povo mais humilde precisa desse serviço, e de qualidade e acessível a todos. Então foi às áreas de atuação da minha vida: saúde e educação. E nessa vivência eu vi o nível de salário... na realidade o município pagava, até na época, equiparado ao estado, mas era baixo demais esse salário. Então, nós começamos essa luta, a partir de uma lei que saiu fixando o salário-mínimo de hora-aula, que era a forma de pagamento - de hora-aula para os professores do ensino público federal. Então estabeleceu um parâmetro que, comparado na época, eu acho que representava umas 3x ou mais, o salário que a gente percebia, e aí nós nos organizamos para ver se a gente conseguia que o município encampasse e passasse a vigorar em São Luís, na rede municipal, esse valor de hora-aula. E essa foi a motivação imediata que fez surgir a Associação dos Professores do Ensino Médio Municipal, com essa base de reivindicação - melhoria salarial e das condições de trabalho, que é a tradicional luta de todas as classes trabalhadoras. E a gente terminou é fundando essa entidade e conseguindo no mesmo ano quase simultaneamente essa reivindicação. A secretária de educação era a professora Rosa Mochel, e nessa fase de organização, e com revolução no meio reprimindo as organização, eu fui chamado no gabinete dela, ela me pediu que era pra ver se a gente... já tava programado a assembleia de fundação da associação com essa pauta de reivindicação, de fazer valer no município a hora-aula mínima que o governo federal passou a pagar aos professores, que no caso aqui do Maranhão era a Escola Técnica Federal, era a única que existia como instituição de ensino federal. O prefeito era Haroldo Tavares, nomeado, e a professora me pediu - secretária de educação, que procurasse evitar que a assembleia aprovasse a criação, que depois disso... que Haroldo Tavares tinha falado com ela, que não era o momento... e o certo é que eu mantive a minha posição, disse para ela que quem decidia era a classe, era a maioria da assembleia; a assembleia não seria cancelada e que o meu voto pessoal seria pela fundação, a criação da instituição, mas quem decidiria era os professores; jamais cancelaria... e a nossa luta, nossa pauta de luta era aquela; então que ela levasse o recado ao prefeito, e não seria modificado. E, realmente se criou a associação, e simultaneamente, praticamente simultâneo, o prefeito nos surpreendeu e baixou uma norma, um decreto, uma lei municipal estabelecendo e fazendo com que o município de São Luís passasse a ter o melhor pagamento de hora-aula por muito tempo... era o município de São Luís que pagava; eu não sei hoje como está isso, mas o salário do município era o maior, passou a ser maior do que o do estado.

Sobre os professores que fizeram parte desse movimento para organizar a entidade, eles eram todos do Colégio Luís Viana ou tinha professores de outras escolas, de outros bairros que também fizeram parte da luta?

Não, o município de São Luís, nessa época, tinha a Escola Normal e tinha o Luís Viana, certo? O Científico... tinha curso Normal e tinha o curso Científico. Então esses professores desses cursos – Científico e Normal foram que criaram a instituição, certo? Por isso “Ensino Médio” ... muitos deles ensinavam nos dois, eu só ensinei no Científico, mas muitos ensinavam no curso Normal e Científico, mas todos do Luís Viana. Não demorou muito tempo, dentro de pouco tempo, os professores que ensinavam no antigo primário e ginásio (1º grau) né? passaram a ter interesse em fazer parte da associação e foram incorporados, então deixou de ser Associação dos Professores do Ensino Médio Municipal e passou a ser simplesmente Associação dos Professores do Ensino Municipal.

Como era sua relação com a Professora Rosa Mochel? O senhor já a conhecia de outros espaços ou conheceu a partir da organização da associação?

A professora Rosa Mochel, ela sempre foi uma lutadora por causas sociais também, daí vinha nossa identificação. Embora a gente não se conhecesse pessoalmente, mas eu acompanhava, ela na sua área desenvolvendo o trabalho e eu desenvolvendo na minha área também. E coincidiu da gente se encontrar na educação municipal. E daí que quando eu não atendi o pedido dela, como secretária da educação, que apenas estava cumprindo uma missão delegada pelo prefeito que era dissuadir os professores da fundação, eu tinha quase certeza que no fundo ela não apoiava aquela decisão do prefeito, pela história dela... e realmente a prova é essa, que não afetou, e eu tenho certeza que ela foi decisiva nisso, foi simultâneo... criamos a associação e ele surpreendeu com assinatura do decreto passando a vigorar o mesmo o valor hora-aula do governo federal no município de São Luís e foi a luta da entidade, organizada naquele momento, sem ela não existiria isso, certo?! A organização é fundamental em tudo - a história da “união faz a força” é antiga, mas faz a força. E faz tanta força, tanto pro bem quanto pro mal porque vocês sabem que existe certas coletividades que não lutam pelo bem da sociedade como um todo.

Então o Governo Federal adotou um pagamento mínimo de uma hora-aula no ensino público federal, certo? Porque hora-aula só ganhava quem ensinava do Ginásio pra frente, e no caso eles tinham o Ensino Médio aqui – a Escola Técnica e foi estabelecido isso. E nós então descobrimos esse decreto e passou a ser nossa bandeira de luta que também o município

estabelecesse um salário-mínimo de hora-aula semelhante ao do Governo Federal, e daí o município sempre pagou melhor que o Estado.

O senhor consegue lembrar quantos professores aproximadamente faziam parte do grupo que fundou a associação?

Eu não lembro... mas sei o comparecimento foi total de professores fizeram parte... porque na época, como em todos os tempos, tem a turma que fica com medo, mas é exceção... procuraram dificultar alguma coisinha, mas não conseguiram, certo?! então eu acho que foi praticamente unanime, teve alguma exceção pontual, mas não merece... não ficou nem registrado porque não me lembro... mas sei que teve isso... produto da época que havia repressão à fundação de qualquer organização social.

Como o senhor caracterizaria a origem social desses professores que fundaram a associação juntamente com o senhor?

Com certeza eram professores de classe média pra baixa... porque eu me lembro que meus colegas que fizeram parte da luta da fundação, todos eram pessoas que viviam do seu salário, eram assalariados, a condição de vida deles, a sobrevivência era o salário de professor, era a maior fonte de renda, de manutenção... isso diz tudo sobre a origem deles, certo.

Houve necessidade de alguma paralisação ou a legislação para professores federais e a organização e fundação da entidade foi suficiente para que vocês conquistassem o reajuste exigido?

Foi a postura de quem tava liderando o movimento que tiveram firmeza de propósito, de idoneidade, e grandeza né?! e grandeza né? na colocação, porque estavam buscando o que legitimamente tinham direito, que era no mínimo um salário digno para garantir a sobrevivência. E contamos com essa... que eu faço questão de registrar - a professora Rosa Mochel. Quem estava na frente eram pessoas que tinha sensibilidade social e com certeza ela interferiu, e a gente foi agraciado, foi logo... foi criado e... não sei nem se foi na posse que ela foi chamada e que surpreendeu e Haroldo compareceu – o prefeito, e na hora não sei (sic) fizeram essa surpresa lá. Aí mostra isso, que as pessoas né?! nas lutas que tá tratando, dependendo da situação... naquela época surgiu esse termo, não é?! Naquela época da “revolução”, que eu me lembro, podia até antes já existir, não sei, o que eu tenho conhecimento do “pelego”, aquele que vai pra frente da instituição pra tirar proveito próprio e servir aos poderosos lá que tão, ou seja, ele passa a ser na prática um representante dos poderosos contra

a classe, e não da classe junto, aquela que tem o poder... então é uma distorção grande... então nessa época a pelegagem era a regra. Então você manter essa linha de firmeza, tem que ter história, conduta, certo? Isso que... é claro, se a professora Rosa não fosse uma pessoa com compromisso social também, com certeza Haroldo não tinha assinado, mas ela fez a missão dela. Então eu quero fazer... porque isso na vida tu deve tá aí testemunhando... as vezes há injustiças com os dirigentes, e a gente tem que ter habilidade para saber, que nessa hora é que a gente sabe quem é pelego e quem não é, certo?! Então eu tava... é... então essa conversa aqui foi que fez eu me lembrar que ela entrou no detalhe lá para me dissuadir, certo?! de não levar a proposta pra frente da assembleia de fundar a associação. Ela começou: - olha, Zé Carlos, eu sei que tu estás te formando em medicina... porque o ano que eu me formei foi em 1972, certo?! Eu entrei em 1968, eu acho no município... e aí ela disse: eu sei que tu... que a gente... eu era muito empenhado como professor, e isso me fez criar gosto... eu nunca tratei o magistério como um segundo plano, como um bico, eu procurava cumprir minha obrigação como professor no maior empenho possível, então às vezes eu deixava o meu curso de medicina, as minhas provas na medicina, pra me preparar da melhor forma possível pra corresponder às expectativas e ter respeitabilidade, certo?! Então fiz isso muitas vezes. E nessas coisas, a gente... eu era de luta... aquela Festa da Juçara ali no Maracanã foi ela que criou/fundou professora Rosa Mochel, certo?! Nós estávamos lá na fundação ajudando ela. Mas já tinha associação, logo... quase emendada uma coisa na outra, essa festa lá... então ela chamou e falou: olha, Zé Carlos, vai lá que eu tô organizando... então ela sempre foi de luta social. Então ela foi e tratou o assunto comigo dessa forma: - olha eu sei que tu tá te formando em medicina, não vai continuar sendo professor do município, então eu te garanto que eu te passo para o quadro médico do município pra tu passar a ser médico do departamento de educação física – que tinha, que a gente fazia os exames biométricos. Todo ano era obrigatório, não sei se ainda é... então ela me garantiu isso... queria que fizesse isso lá, aí a minha resposta foi essa que eu disse pra ela, que eu já retratei... a assembleia está marcada para acontecer, quem decide é a maioria, se depender de mim, meu voto pessoal vai ser aprovado, e pronto, despedimos. Ela passou a me admirar foi a partir daí porque ela tinha compromisso social, e viu a maneira... aí a gente fez amizade, ela morreu a gente era amigo. Essa fundação lá, foi à custa disso, passamos a ser parceiro nessa luta... tá entendendo?! Então muitas vezes a pessoa é chamado para uma coisa, mas a pessoa não está sendo pelego, agora têm muitos que finge uma coisa, e esses é que são os perigosos, e na verdade ele está sendo pelego, tirando proveito. E é o que mais na época se via, e hoje ainda se vê, a postura é uma quando está lutando pra conseguir um cargo e a gente pensa que é pela nossa luta e na hora ele tá fazendo uma missão que já está lá encaminhada para poder tomar conta para poder

tirar as benesses de cargo pra parente, pra si mesmo, para outra coisa, e aí arrebentar... é um dos grandes motivos das instituições não terem tanto êxito nos seus propósitos, é essa... pelegagem que já existia e que ainda hoje existe... e aí... então essa maturidade que eu tive com ela, ensinou pra mim na vida... que eu como médico, eu criei o sindicato dos médicos também, entendeste?! eu sempre fui de luta social, então... a Associação Profissional dos Médicos do Maranhão. Então, a custa disso, que as vezes a gente... as pessoas que a gente admira... e ela Maranhão então EAA custa disso quer dizer que a gente as pessoas que a gente admira o vamos dizer e ela cumpriu o que ela me disse... quer dizer, eu saí do quadro de magistério e passei para ser médico do município... ela cumpriu... quer dizer, eu tenho certeza, naquele dia que eu conquistei, se eu tivesse feito, eu também tenho certeza, ela não ia conseguir, porque ela estava realizando para... que é uma pessoa do bem, às vezes tem pessoa que tá no cargo de confiança lá, os prefeitos chama os dele, mas estava torcendo para ela aceitar... ter compromisso como ela tinha... não podia falar... então é importante... então essa identificação é que fez nossa amizade... e, tá aí a Festa da Juçara, ela morreu, mas a gente amigo.

Essas conversas terminam saindo a resposta que depois tu puxas e outras coisas... porque uma das coisas que tu destaca, é essa vivência minha com a professora Rosa Mochel, era importantíssima na minha vida toda, serve como exemplo a ser seguido, de maturidade, de saber que ela era altamente correta, ética, e as vezes as pessoas misturam uma coisa com outra, e a gente tem que saber discernir. A posição que a gente tá, as vezes obriga você a tomar certa decisão que no fundo você não queria, mas é aquele negócio... o lugar onde você está, mas nem por isso você está fazendo coisa errada. Tá entendendo? É não misturar uma coisa com outra. Então é isso, que é pra tu levar pra tua vida... e que é pra tu registrar, não prejudicou nada, pelo contrário, eu senti que mudou a maneira do nosso relacionamento e ela era um exemplo, madura na vida, e tudo... e tenho certeza de que aquele meu gesto que não fazia pelegagem, mesmo precisando, ela deve ter admirado mais ainda... “- é um homem que eu devo confiar, é gente boa”. Tudo ela me chamava... tô dizendo, eu tô lá na ata de fundação da Festa da Juçara, a APEMM tá lá.

Além da questão salarial vocês tinham outras reivindicações?

Era a condição de trabalho, não é? Que a gente... a precariedade da educação, não é?! em termos de materiais, de condições, não é? do dia a dia, sempre foi precária e continua sendo...

As salas de aula eram superlotadas ou não, como era?

Na nossa época não tinha essa superlotação... no município... no Ensino Médio... era aquela história, o Liceu era... quase todo mundo de elite aqui estudava no Liceu, que depois é que passou a avacalhar e as escolas privadas tomaram de conta... mas aí o Luís Viana surgiu, né? o Ensino Médio municipal concorrendo lá... e ele tinha conceito, a qualidade do ensino do Luís Viana, certo? A respeitabilidade... era um empenho muito bom o ensino lá. Então era luta da melhoria das condições físicas, tá entendendo? De material para professor, tu entendeste? Pra gente poder fazer atividades mais diversificadas pros alunos, essas coisas de qualidade do ensino, certo? De condições de trabalho pra melhorar a qualidade do ensino.

Existiu alguma influência de outras entidades para que vocês se organizassem por meio da associação?

Não, não, nenhuma. Foi auto-organização, certo? Essa vontade de... o encontro da vontade de pagamento da hora-aula, do salário, que a maioria dos professores sobrevivia do salário, e ganhava como professor do ensino municipal, e era muito baixo... e aí é que vem a história quando nós descobrimos esse decreto, não é? Então pensamos: vamos organizar que nós vamos conseguir e a gente realmente teve isso, conseguiu. Então eu terminei o curso meu em 1972, então a associação foi criada e o meu vice-presidente foi que terminou o mandato, professor Pedro Alexandre... ou melhor, Raimundo Nonato, Pedro Alexandre, eu acho que fez parte da diretoria, mas Pastor Nonato era vice... Mas Pedro Alexandre era de frente com Professor Paulo Serejo, todo mundo que chegava... eles eram muito atuantes, Paulo merecia ser entrevistado, ele mora lá na Cohab, perto da sede do sindicato. Pedro era o mais velho de nós, talvez já tenha falecido.

(Entrevista interrompida para informar o professor José Carlos do falecimento do Professor Paulo Rego Serejo - 76 anos, ocorrido em 10 ago. de 2021, vítima da Covid-19. O professor Paulo Rego Serejo foi fundador da Associação de Professores do Ensino Médio Municipal de São Luís e da Associação de Professores de Estado do Maranhão)

Como foi a escolha do seu nome para presidente?

Evidentemente a gente fez várias reuniões antes de oficializar a fundação no dia 15 de agosto de 1972... eu acho que o problema da “revolução”, da repressão que havia né?! esse... deve ter ajudado um pouco eu ter sido escolhido porque a gente era o mais novo deles, não só na idade como na rede municipal, certo?! E aí... não sei o termo melhor, mas a temeridade do jovem, certo?! ... porque é muito importante – eu passo isso para os meus filhos, a gente ter a

tranquilidade dentro da gente, dos propósitos que a gente traz, que é nobre, então dá uma coragem extrema pra gente, e a gente não recua diante das incompreensões, do que for lá, a gente ... aquilo serve como um estímulo. Se você não tem bons propósitos, que o seu íntimo aqui diz – pra isso é que tem a consciência, pra acusar quando o sujeito é safado, que quando ela não acusa o sujeito é um safado ainda, ruim é quando nem tem essa, é que já virou mesmo um outro tipo de gente. Então eu passo pra meus filhos isso... Então eu acho, mas... por isso que eu devo ter sido escolhido, porque existia o medo de revolução, de repressão, tinha qualquer coisa estavam chamando, botando o nome da gente na lista suja do DOPs... mas a gente tinha a tranquilidade que tava lutando, então não me afetava não, nunca foi um impeditivo... até depois de médico a Polícia Federal foi me buscar, no interior, não com relação a associação, mas... eu sou homem de lutas sociais, então eu como médico, não vou ser médico pra tá servindo, agradando e bajulando, e aí o prefeito... o prefeito de Pio XII na época, em 1972 era um irmão meu, e eu não fui pra lá pra ser médico em Pio XII porque eu não queria recém-formado me envolver em política, nem que não queira, era irmão, não dou pra isso. Então fui para outro município, no caso Brejo... o médico de lá era médico do meu irmão, contemporâneo, se formou no Rio de Janeiro – a Faculdade de Medicina era recente aqui, ele já era mais antigo, então, através desse conhecimento, médico do meu irmão... eu conheci o prefeito. Então eu preferi ir para lá, médico, eu recebi o convite do prefeito, recém-eleito, era de oposição, me chamou... fui lá umas 2x em Brejo quando tava me formando, estagiar com esse colega do meu irmão, e aí a gente fez amizade com esse cara que chegou a ser eleito prefeito. Aí ele me convidou, eu deixei Pio XII para lá, porque não queria tá me envolvendo nessa... porque, nem que não quisesse, lá meu irmão, não podia fazer... e aí, dentro de pouco tempo, primeiro semestre logo, porque eu acho que me formei em 1972-73, tava lá pronto, a gente já... eu mais o prefeito já não tava... Por quê? Porque com outros estava acostumado com esse negócio de gente... (sic) e aí o pobre, o humilde vai para fila de madrugada pegar uma vaga para ser atendido, ter consulta, e o que tem condição, abastardo, protegido levava o bilhete e aí o meu colega tava... ele tava acostumado com o meu colega lá que já era acostumado a atender, e aí fez a mesma coisa comigo. Aí dentro de pouco tempo – foi rápido isso, eu disse para ele... aliás, eu não disse para ele... aconteceu foi os caras fuxicando de mim para ele – os cabos eleitorais dele lá... que iam lá pra ... então eu chegava e orientava as atendentes: - a pessoa vai ser atendida... mas não pegou ficha, certo?! Vai ser atendido... porque quem não pegou ficha, só na outra madrugada, tudo de novo. Mas com o bilhete do prefeito, a pessoa não precisava tá de madrugada pra ser atendido... e aí eu dizia pra elas, para as atendentes que eu ia atender, mas ela não podia passar na frente do pessoal da fila que tinham chegado de madrugada. Porque o

dono da fila é a pessoa que conquistou a vaga, chegou de madrugada. Então eu não tinha esse poder de chegar e botar outra pessoa na frente. Já ele, já estava sendo o privilegiado de ser atendido sem a ficha, mas botar na frente eu não botava. Então todos que vinham pra mim... em pouco tempo tava lá o rompimento, não dizendo pra mim o motivo, e só mudando de gente... e depois chegou pra mim essa conversa que ele falou... (sic) disseram que eu não atendia, e eu disse: - atendia sim. Aí veio essa história da ficha, e eu disse: - isso é outra coisa, taí, solução dada. Tu vai lá, acompanha teu cabo eleitoral e bota ele na frente de quem tá na fila, porque a fila não é minha. Acho que é uma injustiça grande e um grande benefício que tu tá fazendo pra esse povo que não vem pra fila de madrugada, porque nunca devolvi hum de bilhete. Agora botar na frente, tu vai. Tá resolvido! Nós não vamos ficar inimigo por causa disso. Aí pronto, ele passou a não pagar o salário que eu recebia pra me puxar no cabresto... do município, porque a gente recebia do município e do estado... e eu sou esse cabeça dura, essa fibra... eu falei: - tá pensando que eu vou me render por causa do salário? Eu sempre fui lutador por questões de direitos, então eu sabia dos meus direitos... no final quando fui embora, eu não fui pra morar lá, fui pra somar, passar uma temporada... minha esposa era médica, foi fazer o estágio dela, pós-graduação, e eu fui manter a família... então já tava programado em dois anos, no máximo, voltar pra capital. Eu disse: - quando eu for embora vou buscar o dinheiro, porque eu tô todo dia trabalhando, nunca fui dispensado, nunca ninguém viu eu deixar de cumprir meu dever, vou buscar e fui, recebi o meu dinheiro. Aí por causa disso, ele foi e me denunciou na Polícia Federal inventando coisa lá de agitador, de subversivo. Aí nessa época, bastava uma coisa para nego tá perseguindo... tá entendendo? Aí pronto. Mas quando a gente age com correção, o delegado foi lá, acabamos ficando amigo depois... na conversa que teve, na audiência lá, ele viu... foi mesmo pra cumprir a obrigação dele, mas viu que eu tava correto.

Então eu acho que essa situação fez eu ser escolhido lá, tá entendendo? Não só porque eu tava na frente, na luta e chamando quando saiu lá o decreto, e a “gente tem chance”, “se organizar a gente pode conseguir isso”, “sem união não se consegue”, essas coisas... e, aí pronto. Mas eu acho que o que levou... porque eu recém-admitido no município, professor novato, jovem, tinha outros pra ir pra frente da entidade dirigir. Teve gente antiga que não foi pra frente porque eu tenho certeza de que iria pelo caminho da pelegagem, tentou atrapalhar, e tudo... e quis concorrer, mas não conseguiu êxito, porque a ação, a atitude, precisa de gente que, não é? Nessa hora a gente precisa ter coragem, ser desprendido... então eu acho que foi mais nessa linha, porque a época da repressão né? precisava ser desse jeito.

Para se tornar professor da rede municipal precisava ter alguma formação?

Não, na época era assim, indicação. Quem me colocou no município foi a vereadora Genú Moraes, Genú Moraes Correia. Era esposa do cara da Moraes, de gente aí da Moraes... isso era o de menos. Ela era vereadora, ela era política, você pode procurar aí que você encontra – Genú Moraes Correia. Ela foi vereadora, era amiga do prefeito Cafeteira, então ela tinha influência, então através dela é que eu ingressei para ensinar no Ensino Médio. Ela fez um bilhete lá pro diretor, eu sei que eu apresentei o bilhete e estava contratado. Não exigiam nada além de ser acadêmico. Porque até hoje eu acho que... não, mas hoje já tem professor demais, mas na época era pouco então se tivesse na universidade podia assim ensinar a título precário, certo? Então eu entrei na universidade para preencher esse requisito. Aí depois é que eu fiz curso de professor eu encarnei na Educação, passou a ser a minha luta principal, mais até do que da Medicina.

Com relação ao prédio da sede da Associação localizado na Cohab, ele foi uma doação do prefeito Haroldo Tavares?

Não foi na minha gestão. Eu não terminei a gestão, ela será assumida pelo vice-presidente. Provavelmente pode ter sido doação dele, porque foi rápido que essa história do Haroldo... a professora Rosa, ela ajudava mesmo para fortalecer... aí tem que pesquisar lá. Mas eu não tava porque eu tinha me afastado pra exercer a medicina. Ficou o Nonato e a equipe lá...

Como o senhor vê a questão da educação pública? Naquela época vocês tinham a defesa da educação pública na pauta de lutas?

Era o mote: gratuita e de boa qualidade. E continua devendo ser mote de luta: Educação Pública, gratuita e de boa qualidade em todos os níveis, certo? Porque através da educação é que a gente equaliza a sociedade. Não existe outro meio melhor e mais justo. Saúde e educação sempre foram meus motivos. Então são duas áreas que pra mim, é incompatível o exercício privado delas. É um absurdo que dentro da saúde e da educação haja essa viabilidade de privatização. Porque o lucro é incompatível com a qualidade do serviço prestado. Quanto mais qualidade, maior é o custo para se manter o serviço. E quanto maior o custo, menor é o lucro. Então, empresário nenhum vai entrar numa área se ele não... vai se doar? Que é função do Estado... ele vai para tirar proveito, enriquecer melhor, e mais rápido, numa área que é sensível, que ninguém pode prescindir de educação e de saúde. Então é isso que eu vejo. O ensino poderia tá muito melhor e a saúde... por exemplo, de imediato, de imediato a gente melhoraria muito a saúde e a educação se fizesse uma coisa que não precisa a gente, a gente proibir num estado

liberal, democrático, não é?! Socialista, de ser explorado esses ramos pela iniciativa privada, a gente precisava e precisa é preservar o que é público, nessas áreas principalmente. Então como é que eu vou botar para dirigir uma instituição pública, um colégio, uma Secretaria de Educação, quem é dono de instituição privada? Que vive pra... é o mesmo que eu estar dizendo “flui os recursos públicos para o privado” certo?! Acho que chego ao ponto em que... se eu entrasse na política, e passou a época, os professores, que nós de todos os níveis, desde o comecinho lá, nós somos espelho, o professor é muito mais importante pelo exemplo que ele dá do que pelas transmissões de conhecimento, que o cara analfabeto vai buscar em qualquer parte e termina suprimindo, e nós temos muitos exemplos disso. Pela sua conduta, pelo exemplo que você dá para os seus alunos. Então esse tipo de pessoa, devia ter uma alta triagem para quem a ingressa, para ingressar, isso sim, que devia ser (sic), tanto na medicina como na... porque no serviço público em geral, mas nessas áreas, mais rigoroso. E não permitir, ser proibido que a pessoa exerça simultaneamente o público com o privado. E eu sei, porque eu vivenciei nas duas situações e estou falando, e sei que não mudou, fez foi piorar. Quer dizer o sujeito assume o privado e o público, e drena do público para o privado, tá entendendo a fonte de lucro, quando ele mesmo tira para ele próprio, que ele passa drenar alunos para aulas particulares. São coisas incompatíveis, e na medicina, a mesma coisa. Então hoje, tu vê o cara tá falando lá “privatizar”, não é? e a saúde que está privatizada, pior do que na minha época, hoje, a custa disso, entregam para dirigir, gente da iniciativa privada que drena o recurso, colocam simultaneamente para exercer e faz é drenar os pacientes... porque só em tu ser atendido mal na instituição pública, tu já quer ir para a privada, “que é melhor” pagar o que tu não pode de plano de saúde, para escapar do serviço público de péssima qualidade. Assim mesmo a educação, então é grave essa... Então, ninguém partiu pra encarar, isso que eu estou falando pra vocês é novidade... esse seria o remédio para certas coisas. Mas que é real isso, é real... há incompatibilidade. Então o ensino hoje está pior do que era naquele tempo, o acesso e a saúde nem se fala.

Eu fui num congresso de médicos no país, eu era do Conselho de Medicina aqui, meu irmão também, presidente, e eu da Comissão de Ética, e nós ficamos conhecidos lá. Lá era época de “revolução” também do SUS que foi criado na época da revolução, que a fundamentação é intocável, que é uma saúde pública, para garantir acesso universal, de qualidade... então é esse princípio é irretocável; então na época tinha, vamos dizer, comparado com a iniciativa privada tinha poucos entes privados de saúde, hospital, clínica, comparado com o público que tinha mais. Mas esse que o público tinha era irrisória diante da abrangência que o SUS fez de universalizar o atendimento, e a necessidade da população carente. Então para atender bem, o que é que fizeram? Parte da verba destinada a saúde passou a ir pra iniciativa privada, para ela

complementar aquela necessidade que era real, mas era pra ser temporária... das poucas unidades de saúde, da capacidade das unidades de saúde pública de atender. Então para o povo não ficar desamparado, é uma coisa que não se pode... é uma coisa boa, a gente paga para o privado fazer complementarmente, mas enquanto nós estamos aqui fazendo, suprimindo, ampliando a capacidade para amanhã não precisar. Certo?! Vai pra lá quem pode pagar. E os que não pode estão aqui sendo atendidos no público. Então (sic) na época que nós fomos para esse congresso, veio minha decepção com a classe médica, porque eu era presidente do Sindicato dos Médicos aqui, e aí nós ficamos nesse congresso, só eu e meu irmão, defendendo que era pra sair um documento lá, do Conselho de Medicina, Conselho Federal né?! dos médicos do Brasil, sendo contra drenagem de recurso público para iniciativa privada, porque a gente via... nós defendemos isso. Que no lugar que era complemento, amanhã quem ia ser completo era o público, porque passava a sair muito mais verba para a iniciativa privada do que para o público. Ia se inverter... ou cortava ali... então nós como médicos, que tinha compromisso com o povo, em assistência, não podia ter outra posição, e só teve eu e ele defendendo essa ideia. Aí eu vi que tinha indignidade com certas situações. Tá entendendo?! E é real hoje isso. Hoje o público recebe esse tantinho de verba comparado com o privado. (sic) E na educação a mesma coisa, você vai buscar na história, procure quem foi os secretários de educação e de saúde dos municípios aqui.

Para o senhor, a associação tinha algum tipo de responsabilidade com a formação política dos professores?

Tu agora tocou num assunto que eu... na escola que a gente criou junto com os pais de alunos... você não pode cobrar... e eu já ti disse isso, e é verdade... O professor, antes de tudo é um exemplo, então ele tem que ser um cara que antes de tudo dê formação pelo exemplo que ele faz, na sua conduta, isso vale mais do que qualquer coisa. Então se ele não tem formação, entendimento, que tipo de educador que ele vai ser para a pessoa, para vida? Não tem, ele não foi preparado. Então a reforma dos conteúdos programáticos curriculares, é fundamental, e eu não vejo ninguém questionar. Por exemplo, me diga se essa formação política, consciência política, de cidadania nós não estaríamos numa escola... vamos... toda escola devia, mas na pública... então se o professor ficasse lá ensinando cidadania para os alunos e a escola praticando cidadania... porque se eu falo em tratamento de lixo, em higiene, e os banheiros da escola são os piores possíveis, não tem coleta seletiva, que tipo de escola é essa? E é o que se vê, que não pode. É coerente? Não é. Então se tem que refletir na prática do ensino as coisas concretas que elevam o padrão de vida das pessoas... (sic) ficam ensinando o que... não é

necessário? É. Mas não é o mais importante. Conteúdo de Geografia, de Português, é necessário, mas não é mais importante do que isso. E isso devia ser uma composição que unisse a escola como um todo. A coisa mais triste, que revolta uma pessoa, chegar e ver os banheiros quebrados, destruídos, sala de aula destruída de 3 a 4 quatro anos tem que construir de novo, reconstruir. Que se a pessoa tiver consciência que isso... é claro que o professor só pode fazer isso se ele foi preparado como um cidadão. Como é que eu vou esperar dele? De uma escola? Que se um aluno vai lá... que tudo de origem da escola pública de pessoas humildes... “rapaz, a escola que nós tamo destruindo aqui, o dinheiro que vai ser pra reconstruí-la, significa que podia tá construindo mais escolas pra pessoas que não estão tendo acesso, aqueles companheiros humildes, pobres, que estão sendo sacrificados e não tem porque a escola não chegou lá ainda, e nós estamos é reconstruindo essa que tu destróis”. Recurso nosso que sai do bolso de todo mundo... teus pais pagam pelos impostos. Então essa consciência fará com que fará... esses conteúdos programáticos não estão condizentes com isso, consciência política de cidadania, útil, pra pessoa na prática ver que há coerência, a escola prega e faz. E não é tão difícil isso, basta querer. Então os currículos deveriam ser reformados nesse sentido, que ajude a prática.

Todos têm esse papel, as escolas as associações. Se a escola fizesse, não precisaria ter entidades pra fazer porque seria natural da escola. Mas quanto mais pessoas, melhor, e hoje não existe na escola e surgir um monte de gente de acordo com suas ideologias que leva pra um lado ou leva para o outro. E esse debate privado e público, é histórico e não vai acabar nunca. Agora é a história, quem é do público não pode defender privado. E é incoerente o privado no público. Então separa, tira daí, não traz pra cá. É isso, já falei... se nas leis a gente proibisse, tenho certeza de que não estaria como está. Mas nunca é tarde, vocês que estão jovens podem levantar essas bandeiras. Eu me arrependi muito de não ter entrado na política pra levar essas bandeiras. O tempo ensina a gente... eu ficava ofendido quando as pessoas me encontravam na fila de banco, nas ruas “professor, se você for candidato pode contar comigo”, de ver essas bandeiras aí... principalmente nas lutas de pais de alunos, contra cobrança exorbitante de mensalidade, e aí foi onde mais eu encontrei gente naturalmente... a aí eu me sentia ofendido e pensava “a pessoa pensa que eu quero entrar em política onde só gente safada é que entra”, e que ainda existe essas mentalidades hoje. E é verdade isso, a maioria é safado, entra para tirar proveito, entra pra se servir e não servir, mas é a custas das pessoas de bem que não entram pra servir, aí abre o espaço... então esse equívoco... que eu na maturidade que já vim ter essa consciência, mas serve pra meus filhos, mas as pessoas de bem têm que entrar.

Depois da Medicina eu me formei em Direito, no final da Medicina, quando eu me aposentei em Medicina eu me formei em Direito. Eu não servir no privado, sempre servi no público. Aí eu terminei e fui defender na área do Direito.

O exemplo da participação política... Eu me sentia ofendido quando o povo queria... eu me senti ofendido... “ tá achando que eu sou vagabundo”, mas é a experiência que dá consciência. Então se você não tem vontade de entrar, entre, bote um filho... porque gente de bem tem que tá lá pra fazer frente aos canalhas que não podem fazer lei que preste. Eu só fui acordar pra isso quando eu fiz Direito, quando eu já tava me aposentando na Medicina... essa luta toda, eu só fui acordar quando eu fiz o Direito. Porque no curso a gente aprende rápido que quem faz a regra são as casas legislativas e é pra obedecer, todos, do presidente, juiz todos... ora se eu boto canalha pra arregramento do país, que tipo de país eu vou ter? Então as pessoas de bem tem que entrar na política.

O senhor cita várias entidades que teve sua participação na fundação. O senhor poderia citá-las e apontar o período em que elas foram organizadas?

A APEMM foi a segunda entidade. A gente criou uma Associação de Assistência à Saúde em Pio XII. Meu irmão era prefeito, aí eu coordenei ainda como acadêmico, saí de lá, deixei criada essa instituição lá que até hoje ainda funciona – Associação de Saúde e Bem-estar de Pio XII, porque lá não tinha nada de saúde, e agente fez essa instituição... e foi isso que eu disse... botei uma colega minha que se formou comigo, eu mandei pra lá. E fui pra Brejo pra correr de lá, que o prefeito... eu não quis ser do meu irmão e fui ser do cara lá (risos). E é isso, pra servir sempre com essa sensibilidade social, tu entendeste? Pra servir as pessoas mais humildes. Foi fundada... tem que ter sido em... tu já ouviu falar no Funrural? O Funrural dava assistência, financiava a assistência de saúde para os interiores, pessoas da área da agricultura, e aí que eu criei pra gente poder ter acesso, e eu acho que nessa época, eu penso... porque meu irmão foi eleito prefeito lá em 1965, eu acho... eu acho que ele foi eleito em 1965... eu acho que foi por essa época que a gente criou... agora que eu me lembro, 1972 meu irmão não era mais prefeito, mas tinha deixado de ser que ele foi de 1965 a 1970, e o outro foi em 1972 ou 1974, mas ele elegeu, então ele tinha influência na verdade, mas, então eu corri com medo da política lá, dele fazer... mas a vaga lá, foi mais em função dessa instituição que eu era presidente dela, comandeí, certo? E fundei, e o dinheiro que o Funrural pagava era mais que o município complementava. Então era pra atender essas pessoas de áreas mais humildes, tá entendendo? Sempre foram nessa linha de atuação.

Na parte sindical, a APEMM foi a primeira, depois foi a de Medicina, certo?

Aí depois que a gente veio a criar essa associação dos pais de alunos, que era a época da exploração aí, envenenada que eles tinham tomado conta do Conselho Estadual de Educação, era época de revolução também, década de 1980, já tava no final, mas era época de revolução, a gente criou a associação em 1987, mas a briga vinha de antes porque eles tomaram de conta do Conselho estadual de educação – a iniciativa privada. E aí como é que o sujeito toma conta de um Conselho de Educação, e por causa de política da época, eles foram e atribuíram ao Conselho o poder pra disciplinar valor da mensalidade. Quer dizer, pra dar respaldo, tá entendendo? Eles tomaram conta e passaram esse encargo – “agora quem decide não é mais órgão de fiscalização, é o próprio Conselho”. Aí todo dia eles inventavam uma taxa de ... quer dizer... não podiam se organizar na vida, os pais. Não tinha escola pública, que era essa luta... hoje tá universalizado o ensino básico, né? a qualidade é outros quinhentos, mas naquele tempo não tinha nem número. Então, ia-se pro setor privado obrigado. A pessoa mesmo sem poder... aí que veio a luta dos pais. A gente lutava pra ver se acabava, e realmente nós acabamos com essa história da educação conta duas etapas... acho que a do país, mas a nossa aqui com certeza: antes da associação e depois. Porque nós acabamos com essa história do Conselho; não tinha vaga, quem botava o representante dos pais lá eram os donos de escola... estão se acabou com isso, mas tudo fruto dessa luta.

Aí depois nós criamos a cooperativa dos pais de alunos, em função dessa luta... o que aconteceu? Eles foram, os que criaram a associação dos pais, que lutaram, perturbaram eles, nos atrapalhos deles lá no Conselho que nós representávamos, a ação e, ter voz, e tudo, e... passeata e o diacho e... na rua, em cima de colégio, aí a gente né... os caras na rua, olha eu voto no senhor, que eu me sentia ofendido (risos). E eles foram e botaram os alunos pra fora... duzentos e tantos alunos pra fora das escolas onde tinha alunos que os pais faziam parte da associação de pais de alunos, não renovaram a matrícula, e não tinha escola pública, como é que eu ia ocupar a vaga de pessoa que estava em situação de vida pior que a minha? Até tinha chance, mas tinha gente mais necessitado, não era justo isso. Aí o poder público dominante, dando aval pra uma expulsão coletiva, não fizeram nada, só defenderam o direito dos filhos não serem humilhados porque não podia assistir aula, era tirado de sala, humilhado na hora de fazer prova, porque tava devendo... um absurdo! Então eu disse: - nós vamos criar uma escola dos pais de alunos. E foi assim que surgiu a Escola da COEDUC, pra atender esses duzentos e tantos alunos dos pais que foram expulsos. E não tem mal que não traga um bem, porque eles mudaram de postura quando a escola dos pais surgiu porque viram que tinha uma outra que hoje acolhia. Então não eram todos do mesmo naipe. E se descobriu também o valor do custo, que ficavam enganando, e a gente tinha o custo real.

A gente teve vários embates com o sindicato das escolas privadas, tu não sabes, porque tu é jovem... Nós tivemos embates com eles depois da criação da COEDUC, quando nós éramos só a associação dos pais, a gente trabalhava sinérgico com o Sindicato dos Professores do Ensino Particular, porque ambos tinham que lutar contra o Conselho e o Sindicato dos donos de escolas que queriam explorar os pais e os professores. Cobram mais dos pais e pagam mínimo pro professor. Então tinham que os dois tá junto, que essa que é a regra, certo? Arrancavam o máximo dos pais e pagavam o mínimo pro professor. E o aluno que se rebenta. Que professor mal pago, profissional mal remunerado, como é que pode se sentir bem e preparado formando cidadãos?

Nós entramos em choque quando criou a COEDUC porque vem a história... nós passamos a ser proprietários, porque nós optamos por ser cooperativa, quer dizer, tudo isso a gente discutiu na criação. Porque a cooperativa não visa lucro, e nós não criamos a cooperativa pra substituir a escola pública e muito menos pra concorrer com a iniciativa privada, porque defendo o ensino público, a bandeira é a mesma - público, gratuita, faz parte ... isso não muda, nós fomos obrigados porque nossos filhos tinham que estudar. E aí o Sindicato entra na história, porque ao invés de continuar associado com a gente, porque eles tinham acesso à planilha, eles fizeram ao contrário – como lá era democrático, de acesso, eles passaram a ser macho atuante contra a cooperativa, todo dia tinha uma organização, uma luta, uma reivindicação... que isso é outro exemplo que vai ensinar a gente na vida. Nós só fomos ter um pouco de paz quando eu tive que tomar essa decisão contrariando lá todo mundo, romper... fazer como qualquer dono de escola, “pra fora”, porque não reúne... fui obrigado. Só fomos ter paz assim... todo dia estava lá na escola, greve dentro da escola, fazendo reunião, quando a gente jamais iria fazer coisa contra a classe, essa foi nossa pauta de luta a vida toda. Agora nem sempre se pode fazer o que a gente tem vontade na quantidade que..., mas lá, nós fizemos questão de tá equiparado com os melhores colégios que visavam o lucro, que a gente não tinha lucro... não, não viam isso. Queriam mostrar que eram machos. Que os pobres dos professores, quem é que não quer tá lutando pra ganhar melhor? É uma idiotice um trabalhador não querer tá ganhando mais, mas eles não conheciam a história da COEDUC também. Então eram pra chegar e... deixa essa COEDUC... tivemos que agir igualzinho... daqui pra frente se for... não entra aqui mais. Pronto acabou. Hoje atende 900 crianças lá no Parque Timbiras, através do município, porque nós nunca... quando universalizou nós fizemos logo o convênio com o poder público pra que lá fosse público, nunca tivemos lucro, nunca quisemos isso. Presta serviço através do ensino público. Sempre funcionou com o Estado ou o Município.

Foi duro ter que partir pra fazer isso... marca a gente, e dá maturidade. Porque é importante você pregar as coisas de vivência melhor do que qualquer outro, que é o que eu disse que uma obrigação que o professor tem... é uma classe que deveria ser diferenciada em tudo, inclusive nessas exigências pra exercer, porque a gente é isento. E esse exemplo, porque depois que eu fiz curso de professor, teoricamente a gente é orientado nesse sentido de formação maior dos alunos, mas antes de ter nada disso, que eu me lembrava assim quando era da responsabilidade que eu tinha perante meus alunos lá no ensino médio fazendo curso, eu sacrificava minhas provas na faculdade lá, as vezes pra não sacrificar aqui, eu via isso, eu sempre via isso, exemplo. Então se eu não cumpro meu dever como professor, qual é o exemplo que eu tô dando pro meu aluno? O senso de justiça de não tratar um aluno de um jeito e o outro de outro, a aluna... ser equânime na correção de prova – o peso foi esse aqui, eu tenho que dá... entendeu? Essas nuances assim que foi natural de mim, esse sentido... natural assim... entre aspas porque no Ginásio eu tive professor lá em Bacabal no Colégio Alemão, o diretor da escola era um puxador de saco, então ele diferenciava quem era da elite e quem era humilde como eu e os outros, era outro tratamento. A mesma coisa pra ele era graça quando era um outro, quando era a gente era uma desgraça. E uma freira, não, era uma freira justa. Igual – o que era pra um era pra todos. Eu segui esse exemplo de vida para o rumo da freira... “assim eu vou me comportar” porque é duro demais a gente sentir injustiça quando não é tratado com igualdade. Então foi aí que eu aprendi, e assim eu fiz quando fui professor e faço na vida toda. Tenho esse cuidado de... esses das filas lá, tudo é produto disso... quando eu vi um professor meu... o cara nem termina de contar direito a história da doença dele, o cara já tá com a receita... tudo mudou, é uma coisa triste isso, não dá atenção, onde já se viu isso?! A gente é que sabe quando a paciente é uma parenta da gente, o que é que representa a atenção de um médico, explicando... então é isso que eu defendo: “Ensinar pelo exemplo”.

O senhor gostaria de deixar registrado mais alguma mensagem?

Como contribuição de uma pessoa mais idosa, mais vivida, e que lutou sempre por questões sociais e organizações da sociedade pra melhorar a vida que não adianta poucos ter muito e muitos ter tão pouco. Poderia a sociedade ser mais equânime, mais igualitária, menos desigual que é o possível, igual não se consegue, mas menos desigual. É preciso lutar por esse sentido. Então, por exemplo, como contribuição, mais vale tu registrar pra tua vida esses exemplos que eu te dei de justiça social, do que a maneira que eu contribuí para... em termos de organização para essas lutas, mas que não se restringiu a essas lutas, então esses exemplos que você transfira para seus alunos, seus filhos, onde puder, que isso ajuda muito a sociedade.



UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGÉ

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado José Carlos Bastos Silva,

Gostaríamos de convidá-lo para participar voluntariamente da pesquisa “**HISTÓRIA E PROPOSIÇÕES POLÍTICAS E EDUCACIONAIS DO SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA REDE MUNICIPAL DE SÃO LUÍS – MA [SINDEDUCAÇÃO] - (1972 - 2003)**”. Este estudo tem como objetivo remontar e analisar a trajetória histórica e as transformações ocorridas ao longo da referida periodização em relação às origens da organização política dos professores da rede pública municipal de São Luís até sua adesão para o caráter sindical em 2003. Os resultados desta investigação poderão contribuir para o aprofundamento de estudos e iniciativas destinados à valorização e o desenvolvimento educacional no Brasil, o aprofundamento da história da educação maranhense e a valorização das memórias e da história como elementos constituintes fundamentais para a sua construção.

A coleta de dados dessa investigação consiste na realização de entrevistas considerando questões relacionadas ao objetivo desta investigação com personagens que participaram ativamente na construção da Associação de Professores do Ensino Médio Municipal de São Luís (APEMM) fundada em agosto de 1972, que em 1994 teve sua denominação alterada para Associação dos Professores e Especialistas em Educação do Ensino Municipal de São Luís (APEEM), que em 2002 sofreu nova alteração tornando-se Associação dos Profissionais do Magistério do Ensino Público do Município de São Luís (APMEP), até sua modificação em dezembro de 2003 para SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO ENINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO LUÍS-MA – SINDEDUCAÇÃO-SL. Também é resguardada ao entrevistado a garantia de receber esclarecimentos sobre a metodologia desta pesquisa, antes e durante o seu curso.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, para ter ciência do estudo “**HISTÓRIA E PROPOSIÇÕES POLÍTICAS E EDUCACIONAIS DO SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA REDE MUNICIPAL DE SÃO LUÍS – MA [SINDEDUCAÇÃO] - (1972 - 2003)**”, bem como uso dos resultados desta investigação, que poderão contribuir para estudos futuros.

Ressalto que ficou claro para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos necessários no percurso do estudo. Após o término da pesquisa, as gravações permitidas serão devolvidas aos entrevistados que tiverem interesse em recebê-las.

Concordo voluntariamente em participar desta pesquisa, tendo clareza de que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o percurso, sem penalidades se for esse o meu desejo, como também autorizo a divulgação pública do meu nome próprio no corpo do trabalho e em suas referências.


Figura 30: Termo de consentimento livre e esclarecido

Esta pesquisa não resultará em nenhuma despesa financeira aos participantes, assim como também não haverá nenhuma compensação financeira pela sua participação. Informamos que este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi elaborado em duas vias. Se forem necessários maiores esclarecimentos, me coloco à disposição dos entrevistados deste estudo por meio do telefone: +55 11 46613649 ou +55 11 98981379611 e-mails: carlosbauer@uni9.pro.br ou vanessappge@uni9.edu.br

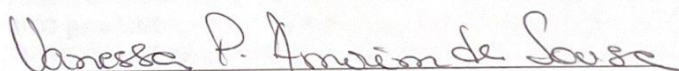
Carlos Bauer e Vanessa Amorim, responsáveis por esta pesquisa.

**HISTÓRIA E PROPOSIÇÕES POLÍTICAS E EDUCACIONAIS DO
SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA REDE
MUNICIPAL DE SÃO LUÍS – MA [SINDEDUCAÇÃO] - (1972 - 2003)**

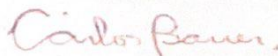
ASSINATURA DOS PARTICIPANTES



José Carlos Bastos Silva, entrevistado



Vanessa Amorim, responsável pela pesquisa



Carlos Bauer, responsável pela pesquisa

Figura 31: Termo de consentimento livre e esclarecido (verso)

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM MARIA BERNADETE DOS SANTOS

SANTOS, Bernadete dos Santos. Entrevista. 1h e 21m. [19 de jul. de 2022]. Entrevistadores: AMORIM, Vanessa; BAUER, Carlos. Maranhão, 2022. 1 arquivo mp3 (1h e 21m).

Professora a senhora poderia se apresentar, falar um pouco da sua formação e como foi seu ingresso no magistério da Rede Pública Municipal de São Luís?

Meu nome é Maria Bernadete dos Santos dos Santos, vou fazer um relato contando um pouco da minha história de vida até chegar ao exercício do magistério. Eu nasci no Maracanã (zona rural de São Luís), por ironia do destino, nasci em uma escola onde minha tia trabalhava como professora... Por ter dificuldade de transporte do Maracanã até São Luís, e na época só existia a maternidade Benedito Leite, eu acabei nascendo nessa escola. E por ironia do destino acabei vindo a ser professora no futuro.

Eu estudei nessa escola onde minha tia começou, depois migramos de lá para o Caratatiua, que foi um bairro que nós moramos por muitos anos, e eu fui estudar na escola São Vicente de Paula, depois eu fui para a escola Ribeiro do Amaral, depois para o Duque de Caxias, depois pro CEMA na Avenida Kennedy, e por final fui para o Luís Viana, onde fui mudando meu pensamento... porque eu queria fazer enfermagem, mas depois eu resolvi fazer magistério... porque eu queria fazer enfermagem, mas quando eu via sangue eu desmaiava, então minha mãe me aconselhou “minha filha pobre tem que fazer... ou é saúde, mas pelo que vejo você não dá pra esse lado, vai mesmo pra educação.” Então eu resolvi estudar, estudei no Ronald Carvalho, onde eu me formei, né?! E eu comecei a trabalhar com meus 18 anos. Já tinha nessa época meus dois filhos, que era o Eduardo e o Raimundo, aí comecei.

Na época quem me levou para a Rede Municipal, que nós não fazíamos concurso, a gente tinha que ter uma formação de normalista, professora normalista, e eu ingressei... era na época de Ivar Saldanha quando eu entrei na Rede Municipal de Ensino... para mim era tudo diferente porque eu não tinha nenhum tipo de experiência, mas eu conquistei as experiências com as professoras que eu conhecia, que era a professora Nonata e a professora Remédios que eram pessoas antigas no Estado e que deram uma contribuição muito grande na minha vida profissional. E daí eu fui começando a crescer e elas foram me incentivando a fazer o quarto ano adicional porque naquela época só o ensino... o (curso) Normal, não dava garantia de ganhar um salário melhor, aí eu fiz lá no colégio de Carlos Nina, na rua do Sol... aí depois elas ficaram me incentivando “Bernadete, presta vestibular”, aí eu disse que não ia prestar vestibular porque

eu já tenho filho, eu não tenho mais tempo pra isso, mas acabei ouvindo o que elas me disseram, mas, não fui logo... a priori... minha prima me incentivava muito, já é até falecida, a Benedilma. Mas, depois com a exigência do governo eu acabei prestando vestibular, aqui no sindicato eles fizeram um convenio com a UEMA (Universidade Estadual do Maranhão) na época da professora Lindalva (presidente da entidade sindical na época) que foi de grande importância para nossa vida enquanto profissionais. Aí fizemos, porque era um vestibular para docentes e nós fizemos, e eu passei em décimo nono lugar para fazer o curso de Letras, fiquei emocionadíssima no dia, fiquei tão nervosa que eu achava que meu nome não estava lá, e a professora Alzira disse “teu nome está aí que eu já vi, você foi aprovada”. E eu fui fazer o curso superior, encontrei muitas dificuldades lá porque a gente vai com uma outra visão de faculdade, acha que é uma coisinha qualquer e não é, eu tive dificuldades demais, mas eu pedia sempre pra Deus “Deus me capacita pra que eu consiga entender as coisas porque pra mim não tá nada claro”. Eu acho que também pela euforia de ter ingressado numa faculdade, mas graças a Deus eu consegui fazer a minha graduação, quando eu concluí a graduação eu fiz logo uma pós, na UEMA também. Tive muitas oportunidades lá, e fui ser professora da Universidade Estadual do Maranhão, trabalhei como professora de Literatura Infante-Juvenil, foi uma oportunidade que a professora Camila, que era na época coordenadora do curso de Letras, me deu essa oportunidade juntamente com a professora Iva, e eu jamais vou esquecer, mas nessa minha história toda eu tenho um relato a fazer que não foi fácil a minha vida... quando eu casei, eu casei muito jovem, casei com 16 anos e eu pescava muito caranguejo lá no Piranhenga no Parque dos Nobres, pescava muito caranguejo ali pela fome, pela dificuldade. Eu não queria incomodar minha família porque eu casei nova e sempre minha mãe me alertava, mas eu achei que se eu fizesse isso eu não ia preocupar minha mãe e foram anos e anos assim, comendo caranguejo sem arroz, sem farinha, sem nada, só na água e no sal. Nesse período em que pescava caranguejo ainda não tinha ingressado, ainda estava estudando, nessa época estudava no Professor Ronald da Silva Carvalho (nome da escola), lá onde eu fiz o magistério, porque na época eu fiz o magistério e logo após a gente fazia o quarto adicional, não é?! Essa escola de Carlos Cunha acho que foi uma das pioneiras, era como se estivéssemos fazendo um curso que viesse fortalecer o ensino Normal. Para mim foi maravilhoso essa época, era três vezes na semana (segunda, quarta e sextas) que nós íamos para lá. Minhas professoras foram Vanda Cunha (professora de Filosofia), Isabel Cristina Cunha (professora de Português), essas que foram minhas professoras, minhas mestras, que eu não me esqueço. Foi um tempo muito difícil, mas isso não me intimidou para que eu desse continuidade nos meus objetivos. Hoje graças a Deus estou bem, estou aposentada, eu ganho um salariozinho melhor... – não é o ideal, mas é o

que dá para eu sobreviver – criei filhos, tive meu primeiro filho com 17 anos, hoje ele está com 46 (anos), aí tive o segundo filho que hoje está com 44 (anos). Já estou nos bisnetos, graças a Deus, só com essa minha função de professora. Na época eu já tinha eles dois quando ingressei na Rede Municipal.

Como foi teu ingresso na rede pública municipal?

Naquela época nós não éramos nomeadas, nós éramos contratadas, o regime era regime CLT, depois foi que nós mudamos de CLT para estatutária, aí nós nos sentimos mais fortalecidos, além de eu correr um sério risco, porque na época um prefeito assumiu e disse que todos os professores que entraram de determinada data até tal data, ele ia tirar todos, mas graças a Deus foi uma data bem calculada que não me atingiu, graças a Deus, e eu permaneci no trabalho, aí foram longos 32 anos.

Minha mãe era muito amiga de Lia Varella, muito amiga de Lia Varella, ela fazia crochê pra ela e quando eu me formei, uma amiga da minha mãe que é a mãe da professora Marilda, dizia “Dedé, por que tu não consegue uma vaga pra Bernadete, Lia vem sempre por aqui, tu aproveita e conversa com Lia”, aí um dia minha mãe estava lá fazendo um crochê e Lia chegou, começou a conversar com minha mãe e minha falou pra ela que tinha uma filha que era normalista, que era um motivo de grande satisfação, né?! Até porque a minha mãe não tinha domínio assim... só pra área do lar, mas pra dominar estudo, ela dizia que não tinha cabeça, que eu achava aquilo muito errado essa postura da minha mãe. E aí Lia Varella conseguiu esse emprego pra mim, né?! Comecei a trabalhar, fiquei muito feliz na época... nossa! Pra mim foi uma grande felicidade... a primeira coisa que eu comprei pra mim quando eu recebi meu primeiro dinheiro foi um relógio Oriente lá na Casa Garrido (risos), eu fiquei muito feliz, muito feliz mesmo... nossa! Na época meu salário era um milhão e trezentos mil cruzeiros, pensa o que era isso?! Era um dinheiro assim... que vinha pra realizar os meus sonhos, muitos sonhos meus, dos meus filhos... aí comecei a vestir meus filhos melhor, né?! A gente deixou de usar brisa, a gente usava muita roupa doada de outros. Porque as pessoas me achavam muito carente, mas eu nunca me fiz de jogada, e eu sempre aceitei com humildade... até hoje eu continuo sendo essa pessoa humilde, se alguém me oferecer uma coisa eu aceito, não tenho preconceito com nada, adoro! Muitas pessoas da Rede me ajudaram... tinha uma professora da Rede Municipal – Conceição Sabino, ela me ajudou demais... a professora Haid que foi uma pessoa que estava comigo na faculdade, as vezes quando via que eu não tinha dinheiro pra comer na época, ela me ajudava... ela comprava uma marmita... e as vezes eu saía eu ia pra Rua Grande pra ficar sonhando, eu dizia: - um dia eu vou ter isso, um dia eu vou ter isso... quando eu voltava, com fome ela dizia, Bete tem um negócio ali pra ti, e eu ia comer debaixo da escada, porque quando nós prestamos

nosso vestibular, nós ficamos lá no Seleção, nós já nos últimos anos, já pra concluir, nós ficamos lá. Aí eu ia pra debaixo da escada pra ninguém ver que eu estava comendo aquela comida que a minha colega me deu, porque muitas vezes eu ficava assim... com vergonha né?! Mas ela foi assim uma pessoa que nós temos amizade até hoje, e eu não esqueço isso que essa professora fez por mim... ela foi maravilhosa e de uma descrição muito grande, né?! Ela me ajudou demais, hoje eu sou muito grata a ela.

Como foi sua chegada na Associação dos Professores do Ensino Médio Municipal de São Luís – APEMM?

Eu ingressei na rede em 1978, quando eu cheguei no sindicato, ainda era associação, as meninas da escola onde eu trabalhava, que era lá no Nielza Lima Matos, elas disseram: - Bernadete vai participar da nossa associação. Nós estamos precisando de pessoas pra participar porque têm poucos professores, então vai lá pra participar. Aí me ensinaram que... na época era APEMA. Ficava lá no prédio do Liceu Maranhense, uma sala... subia... porque lá é assim, tipo um palácio as escadas. Ficava numa sala assim... aí eu fui lá na época, eu me lembro que era a professora Divanilda Holanda e o Professor Anacleto – eles eram noivos, e eram presidentes. Era uma junção do estado e município na época. Depois mudou, aí teve a separação, o nosso... o Sindeducação ficou como APEMM, aí depois que foi pra Sindeducação, que já foi quando a professora Lindalva entrou, ingressou, que aí teve muita luta dela pra gente transformar essa associação no sindicato, que ficaria muito mais consistente, muito mais forte. E a credibilidade ia ser maior diante do governo. E aí nós viemos, nós quando começamos aqui, eu ajudei muito a professora Lindalva pedindo voto pra ela porque eu já a conhecia... antes dela tinha o professor David Moisés que era muito meu amigo, eu ajudava muito ele lá na associação. Aí depois eu conheci a professora Lindava, fiquei também ajudando ela os anos que eu pude, que deu para ajudar; é tão tal que quando ela saiu do sindicato eu pedi pra sair também. Eu não quis mais continuar como associada, depois que eu retornei, porque as pessoas começaram a dizer: - Beth volta, volta, deixa de bobagem, volta você é necessária lá também, você é professora, precisa voltar. Aí eu voltei, retornei uns dois anos depois dessa última gestão que saiu, eu retornei.

Quais os movimentos existiam naquele tempo. Vocês chegaram a fazer greves, paralisações? Você participou de algum desses movimentos?

Nós fizemos greve. A greve pesada mesmo foi na época da Gardenia. Eu acredito que aquela foi a primeira greve de professores do município de São Luís. Foi uma greve, eu acho que de todas as greves que teve no município, durante todos esses anos que eu faço parte da prefeitura, eu nunca vi uma greve daquela época, se comparar com as de hoje e nós conseguimos nossas conquistas, foi uma greve mesmo, pesada. Era a cavalaria lá pelas... ali naquela praça ali,

próximo à prefeitura... mas eu não consigo me lembrar como foi que atearam fogo lá. Porque na parte debaixo funcionava ali, a Secretaria de Fazenda né?! e ali tinha muitos documentos, na época foram perdidos muitos documentos, aí ficou pra história, né?

Na época, era dona Gardênia... quem era presidente da República, na época, era Sarney, e ela dizia que Sarney mesmo sendo compadre dela, ele não ajudava de forma nenhuma, então ela não tinha recurso, muita das vezes, eu lembro bem que quando teve uma comissão pra subir até o gabinete dela, eu fui uma das que foi escolhida por minhas colegas – hoje quase não apareço mais no cenário né, mas eu subi com as minhas amigas - eu queria procurar essa foto pra eu trazer para você ver, mas na história eu não vi... mas foi tirada essa foto minha na época eu estava com um vestido rosa, grávida da minha filha - da Jaqueline. E nós subimos para o gabinete dela, ela tirava o dinheiro dela da bolsa – abria a bolsa e dava pra gente comprar um lanche, porque ela ficava com pena da gente ver todo aquele sofrimento. Aí a gente ali no meio, cavalaria e tanta coisa... aí atearam fogo lá. Mas pra mim essa foi a primeira greve que aconteceu no município. nessa greve que ele está se mencionando aí que foi a greve que teve é este incêndio Essa da época de Gardênia, pra mim foi uma greve forte. Os professores estavam envolvidos nessa greve, era os professores em massa. As pessoas não se intimidavam, as pessoas iam para cima realmente lutando, porque foi onde criamos o Estatuto do Magistério, nós tínhamos direitos, e nós queríamos fazer com esses direitos fossem reconhecidos, porque afinal de contas nós não éramos mais contratados CLT, nós já éramos estatutários. Então a gente tinha outros direitos, que era o Fundo de Garantia, a prefeitura não repassava, a gente não recebia, então tudo... quando nós mudamos de CLT para estatutário, então o ano que nós entramos até aqui, nós tínhamos direitos e esses direitos não foram respeitados. Então daí começaram as greves pedindo justiça. Alguns professores tiveram direito de receberem e outros não, foi o meu caso, eu não recebi, não recebi. Porque eu tava grávida, eu pari e não deu tempo de receber na época, e quem estava lá... aí nós ficávamos na greve, era assim, nós ficávamos tanto na porta da prefeitura quanto lá na administração, que hoje é conhecido como SEMAD. Nós ficávamos ali naquela área que hoje é a câmara municipal, nós ocupávamos aquela área ali e entrávamos mesmo dentro do espaço. Foi uma época da nossa vida que... nossa foi muito pesada! E essas greves que têm mais aqui pra frente eu vejo que os professores, eles se sentem muito ameaçados porque eles têm medo de perder o emprego, eu compreendo né a situação deles, que eles estão começando agora, talvez eles não conheçam um pouco da nossa história para hoje eles estarem onde eles estão, teve toda uma caminhada nossa né? Porque nós estávamos lá brigando para que hoje eles tenham uma qualidade melhor, que eles cheguem já ganhando um salário melhor, eles chegam ganhando, mas eles não sabem como foi que eles

chegaram a ganhar isso. Não foi fácil, nós fazíamos cursos e mais cursos aí ia aumentando os pontinhos. Se eu entrava - era de 1 a 3 anos, eu fazia tantos cursos e alcançava mais uns pontos, aumentava um pouquinho o dinheiro. E assim, sucessivamente, e ia acontecendo assim... a gente ia melhorando, melhorando, e só melhorou mais depois desse convênio que a professora Lindalva, junto com a professora Socorro Raposo fizeram com a UEMA, e melhorou. Todo mundo queria estudar, todo mundo queria se formar porque viu que se não procurasse fazer um curso superior, ele ia ficar por fora de tudo, ele ia ficar no ensino médio, ele não ia ascender profissionalmente, ele ia ficar só ganhando aquilo ali, então foi a correria todo mundo queria fazer, e muitas colegas na época não podiam porque tinha filho pequeno, outras colegas ficaram com medo de enfrentar a faculdade. Eu tinha medo, eu tinha os meus fantasmas, mas eu enfrentei... quando eu fiz a minha pós-graduação já foi totalmente diferente, que aí, como eu falei para você, quando eu fiz a pós, que a professora Camila pediu que eu levasse um objeto de estudo que tivesse marcado muito a minha vida, eu não tive outra coisa para levar a não ser a cambadinha de caranguejo, me sentei na frente e fui fazer uma narrativa de tudo aquilo que eu vivi com o caranguejo. Então eu tenho assim, quando eu olho o carrinho que a gente ficou doida (momento de emoção e lágrimas) ... eu gosto demais de caranguejo porque foi onde eu me vi alimentada, foi com esse crustáceo, foi muito assim... meu Deus do céu! Foi uma história aonde eu ia, levava a caixa de papelão, levava aquelas latas de querosene - hoje não se vê mais né?! Levava e ia tirando o caranguejo - que minha função era quebrar o galho de manga e colocar no buraco, aí o caranguejo saía, aí meus cunhados pequeninhos vinha botando... a gente levava, cheio de lama, chegava lavava, aí deixava um pouco com a minha sogra, e o resto levava pra minha casa aí ia lavar e comer, o que morria jogava fora, o que estava vivo ia cozinhando e isso foram longos e longos anos fazendo isso, mas eu não contava pra minha mãe.

Qual era a pauta de vocês nessa greve em que a prefeitura foi incendiada?

A nossa reivindicação, que eu lembro, era o nosso direito ao Fundo de Garantia que a prefeitura não recolhia, não recolhia; a implantação do Estatuto do Magistério; a gente brigava por condições melhores para as escolas porque essa questão de escolas depredadas naquela época, também era assim; a gente recebia dinheiro no Banco do Estado e era Estado e Município, tudo junto, era uma bagunça, era uma loucura. Além disso teve muitos professores demitidos nessa leva. Eu não fazia parte desse grupo porque era mais antiga, mas teve muita gente demitida. Então a gente queria ver os nossos direitos todos respeitados, né?! Foi uma época difícil também, mas nós conquistamos. Na época quem era o secretário da administração, era o prof. Lúcio Cunha. Professor Lúcio Cunha, ele era uma pessoa difícil, muito difícil. Ele foi Secretário

de Administração, ele que mexia com o financeiro da Prefeitura na época da Gardênia. O professor Lúcio Cunha com ordem dela fez essa transposição... porque nós éramos celetista e passamos a estatutário. Nós não tínhamos na época estabilidade, que nós não tínhamos na época... um milhão e quinhentos mil cruzeiros era o salário porque o município sempre pagou melhor do que o Estado, não sei por que, mas sempre pagou bem melhor. Aí depois foi mudando com as pessoas estudando prestando vestibular, foi melhorando. E a gente queria que esse nosso estatuto não ficasse só no papel, que realmente de fato ele acontecesse. Como hoje nós temos direito a uma gratificação da Classe D, que estava lá no nosso estatuto. Lá dizia que quando nós completássemos 24 anos e mais 1 dia nós tínhamos direito a receber um salário-mínimo que hoje tá dando esse maior rebuliço porque essa administração que entrou agora não está aceitando, não é?! Era o salário-mínimo da época, mas só que aquela época já ficou lá atrás. O salário-mínimo hoje é R\$ 1.210 BRL, então essas questões, é que não são respeitadas e que a gente tem um prefeito que ele não houve professor, ele não dá oportunidade, ele não quer saber da história, mas eu vi várias eu vi por várias vezes ele aqui em cima, junto conosco, nos prometendo tantas coisas e hoje pra mim é uma decepção porque eu votei nele, eu tenho até vergonha de dizer que eu votei, não é pra todo mundo que eu digo, eu votei nele porque eu acreditava porque eu vi ele aqui falando “você vão ser valorizados, nós vamos ter mais dinheiro para a educação, nós vamos pagar vocês melhor” e agora a gente recebe só punhalada isso é muito triste, muito triste mesmo.

Na greve de 1985, a prefeita Gardênia exonerou aproximadamente 15 mil servidores que haviam sido contratados no final da administração do Prefeito Mauro Fecury. Você lembra de greve geral? Houve mesmo um incentivo do vereador Manoel Ribeiro para que os servidores se revoltassem e atessem fogo na prefeitura?

Eu lembro de Manoel Ribeiro, mas não lembro do episódio. Eu tava nessa greve, só que eu estava grávida, e foi uma correria, eu era muito envolvida, tudo eu participava, mas essa parte, porque já se passaram muitos anos, a gente... algumas coisas, a gente fica com alguns flashes. Eu lembro do fogo, incendiou tudo ali, foi assim uma coisa horrível, mas sempre tinha a cavalaria ali naquela área, tem algumas fotos por aí, tinha a cavalaria que era para expulsar o povo de lá, né?! Porque a greve não se tornou só de professores, mas generalizou né?! Porque... teve um levantamento de professores que iam sair, na época iam sair porque... eu não sai na época porque eu entrei na data certa. Aí não tinha como eles me mexerem, mas quem não entrou, realmente foram exonerados. Alguns colegas minhas depois retornaram para o município de novo porque foram recontratadas por outros prefeitos que entraram. Naquela época não tinha concurso, diziam “entrou pela janela”. Se você entrava na graça, na simpatia

de um vereador, ele levava o seu nome e já te ligavam “ó vem que tem um trabalho pra você em tal lugar. Você vai pra tal secretaria, chegando lá você não fala nada, seu nome já está constando na lista”. Isso aconteceu comigo, quando eu cheguei na Secretaria de Educação do Município que ficava ali naquele Orfanato Santa Luzia, o meu nome já estava lá, e a funcionária perguntou: - “quem te mandou? Aí eu disse: - meu nome está na lista? É só isso? Não tenho nada para lhe dizer por que era um sigilo, porque se disse pra você e você para outro, todo mundo ia querer, e não podia ser assim, só quem caia na graça do povo lá. Era assim, a gente entrava era assim, pela janela... foi um momento bom.

De todas as greves, nesses 32 anos que eu tenho de rede, pra mim não tem nenhuma greve feita na atualidade comparada àquela daquela época. Nenhuma se compara. Não porque atearam fogo, não é essa a questão. Mas porque ao longo do tempo o sindicato foi perdendo espaço, o povo foi deixando de acreditar no sindicato, né! Eu não sei por que... devido a muitas promessas que não foram cumpridas, aí o sindicato vai perdendo a força. Quando nós éramos convocadas pra qualquer situação, que a professora Lindalva nos chamava, nós estávamos lá, presente. Nós não temíamos nada, e podíamos temer, até porque essa era uma época que todo mundo era contratado, mas todo mundo atendia o chamamento dela e fortalecia porque era muita gente. Hoje não, você faz... eu vi agora, recente a reunião que fizeram pra decidir uma situação nossa, hoje a reunião... se a gente vai ganhar o Fundef ou não, teve a reunião lá no Abeville, não deu cem professores... assim, é decepcionante. Naquela época era tanta gente, esse auditório era pra estar lotado, olha como tá o auditório, vazio, quase ninguém. Aí eu não sei por que o povo foi ficando assim, foi relaxando mais o sindicato. O sindicato foi perdendo a força, mas o sindicato nos representa sim. Tem que mudar algumas coisas, do meu ponto de vista, porque algumas coisas têm que ser mudada... ouvir mais nós que somos professores antigos, não que a gente esteja querendo entrar no espaço que elas conquistaram com o voto, que o voto é soberano né?! Mas acho que elas deviam ouvir nossas experiências, a gente contar as coisas, como que a gente fazia naquela época, por que que as coisas que a gente fazia naquela época dava certo, né?!

Tudo bem que teve uma greve aí da gestão anterior, passada, que o pessoal se acorrentou, eu não fui a favor, eu não participei, porque eu acho que a gente conquista as coisas, não é com a violência, e nós não conquistamos nada nessa greve, né?! muito pelo contrário, isso aí enfraqueceu muito o sindicato nessa época; se acorrentaram, tomaram prefeitura, invadiram Secretaria, não é assim que a gente resolve as coisas. Resolve é com o povo na rua falando, reivindicando mostrando que é direito, sem violência nenhuma, porque isso aí só chama a atenção para alguém que quer se promover com isso e os professores se ferram.

Como você caracteriza as diretorias da associação naquele período da década 1980?

Assim, eu não consigo dizer para você uma pessoa específica. Quando nós éramos chamados, “vai acontecer um movimento por isso, isso, e isso” nós íamos pra lá... sempre eram formadas comissões para que entrassem à prefeitura para conversar na época com a dona Gardênia, e nós entrávamos uma comissão, ficava o restante embaixo. A gente entrava para levar para ela nossa exposição de motivos, porque estavam fazendo aquilo, e ela tentava de alguma forma resolver. Mas como eu acabei de dizer, ela se sentia enfraquecida porque Sarney não ajudou na época, muito ela pediu, ela “ele é meu compadre, mas ele não ajuda, vamos compreender, eu não posso, eu tenho lutado junto com o Castelo”, ela sempre assim, recebia a gente muito bem, ela nunca ficou lá... a gente era ali no meio, e lembro bem da sala, tem assim um... (sic) dentro tem assim, uma Bandeira de um lado e do outro, acho que a Bandeira do Brasil, do Maranhão, e a Bandeira do município. Ah, era bom naquela época, ela recebeu, ela tirava o dinheirinho, “Ó pra ti comprar um lanchinho pra ti, porque tá aí o tempo todinho gritando aí, vai comprar um lanche”, a gente ia todo mundo ali pra Lusitana que tinha na rua de Nazaré, ali que a gente lanchava com o dinheiro que dona Gardênia nos passava.

Vocês tiveram diálogos com outros prefeitos além da Gardênia Gonçalves?

Tivemos diálogo também muito bom com o Jackson Lago, ele foi um excelente prefeito quando ele foi nas primeiras vezes, mas depois ele já voltou totalmente diferente, né?! Porque aí nós tivemos... ele colocou o professor Moacir Feitosa, né?! Como secretário de educação, nas primeiras gestões ele foi assim, um secretário atuante, nós tínhamos muitos cursos - hoje eu não vejo a prefeitura oferecer mais nada para professor. Tinha a Casa do Professor I, a Casa do Professor II, todo mundo queria ali tá aprendendo alguma coisa para levar para a sala de aula, mas eles colocavam tudo lá na teoria, na prática a gente não tinha material, não tinha nada, tinha que comprar do nosso dinheiro, aí as coisas foram piorando, aí quer dizer a gente vai desacreditando, você vai para lá porque a prefeitura quer te reciclar, quer te dar uma melhoria pra sala de aula pra você desempenhar o seu trabalho, aí não tem um lápis de cera, não tem uma cartolina, não tem nada... porque em outro tempo, a gente tinha tudo isso. Eu me lembro que Benedito Buzar, ele foi secretário de educação do município, ele ia pra sala de aula nos acompanhar, como que a gente estava trabalhando, ele tirou os birôs da sala, e nós, como trabalhávamos com a educação infantil, nós sentávamos no mesmo nível da criança, para a criança não sentir que a gente era maior do que ela, sentava com as crianças comia com as crianças, tudo ali... ele ficava direto, porque nessa época foi implantado no município a primeira escola que teve o Projeto Casulo, foi na escola que eu trabalhava, que era um projeto da LBA que era a Legião Brasileira de Assistência, e ele levou esse projeto, tinha alimentação para as

crianças de qualidade, era leite Ninho, era só coisas boas para as crianças, mas ele acompanhava. Eu admirava muito ele... quando ele chegava todo mundo ficava desesperado, agoniado porque dizia “vixe ele vai demitir a gente se não tiver trabalhando” a gente não sentava, era todo o tempo de pé. Ele ficava de sete e meia da manhã até a hora da saída, todo dia quase ele batia o ponto lá na escola - que eu trabalhei lá no Nielza Lima De Matos, foi a primeira escola que eu trabalhei no município. Eu acho que o prefeito era Mauro Fecury.

Como era a questão dos pagamentos dos salários? Vocês recebiam numa data prevista?

Atrasava os salários. Na greve do período de Gardênia, nós estávamos com 2 meses de salários atrasados, deixados pelo Mauro Fecury. Atrasava demais... embora ele fosse um prefeito que nos ajudava final de ano, ele fazia no Nhozinho Santos, colocava cesta básica para os funcionários, porque não era esse número que é hoje, né?! Era bem menor. Ele fazia ali no Nhozinho Santos, fazia no Parque do Bom Menino também, ele levava pra nós, aí chegava de helicóptero, pra gente era uma novidade aquilo ali que ele fazia, e a gente achava bom. Outro prefeito também, que foi muito bom na época com a educação, foi Tadeu Palácio – eu não posso deixar de citar o nome dele. Ele foi assim um... (sic) muito bom... a gente ia fazer um curso, ele dava vale alimentação, vale-transporte que tinha na época para o professor – eu, as vezes até vendia o meu (risos), mas foi um tempo muito bom com Tadeu.

Mas a gente passou muita dificuldade nessa época. Eu me lembro bem que eu tinha minha mãe, que ela trabalhava e ela que me ajudava, porque a gente ficava realmente sem receber dinheiro, as vezes passava de três meses. Teve um prefeito que entrou interinamente, ele foi apontado pelo tio dele... porque nós tivemos um governador chamado Nunes Freire, e ele colocou na prefeitura, que ele era um ditador, ele colocou o sobrinho dele, que era Lereno Nunes – um péssimo prefeito, péssimo prefeito. Ele não tinha nenhuma responsabilidade conosco de nos pagar certinho. Nós ficávamos de três meses sem receber dinheiro, e quando recebia – um mês só. Foi uma época muito difícil.

Eu lembro também que nessa época veio o presidente também que era ditador, que era o Figueiredo, ele esteve aqui em São Luís, ele passou até na escola que eu trabalhava, passou... formatura que eles fazem, né?! ele passou lá na avenida, nós tivemos que ir com todos os alunos para avenida ali na São Marçal. Nós fomos levar os alunos todos uniformizados, que fomos avisados na escola que todo aluno tinha que ir uniformizado, que ele ia passar lá em “invista tropa”, sei lá como é que chama, e aí nós, nós ficamos lá. Porque tinha a ditadura naquela época, e com a ditadura era tudo muito complicado, né?! Porque a gente não tinha direito à fala que hoje nós temos, que podemos falar do presidente, falar de um político, e naquela época a gente

tinha que ter mais cuidado, mas quando a democracia chegou, já na época de Tancredo, aí a coisa mudou, graças a Deus.

Em algum momento da tua trajetória, houve compreensão de que o sindicato deveria cumprir um papel efetivo de formação política dos professores com a realização de cursos e a elaboração de materiais didáticos?

Tinha essa preocupação porque nós fazíamos também muito cursos. Nós fazíamos lá numa escola chamada ADAP. Você sabe onde é o ADAP? Hoje é ali na... acho que é Senador João Pedro, ali onde era a Lusitana no Canto da Fabril - que chama. Bem em frente, uma escola – ADAP, nós fazíamos muitos cursos lá, muitos cursos. E em melhorar o trabalho dos professores, a prefeitura na época, sempre trazia professores de fora, professores daqui da Ilha, que eram voltados para a educação infantil, para o ensino fundamental, fazia muitos cursos... Luís Viana... então eles tinham essa preocupação da gente levar coisas novas para a sala de aula, não ficar só no “beabá-bebé” não... a gente tinha formações boas, sempre tivemos. Era esses cursos que nós fazíamos que nos dava direito a ir crescendo devagarzinho, a gente não ia logo pulando, mas a gente... 3 pontinhos, fazia um curso tinha que ter mais 120 horas, aí 1 ponto, 2, 3 e assim que era antigamente.

E a formação política dos professores para ser organizar politicamente, para construir consciência de classe, reconhecer trabalhador, se organizar politicamente nas greves?

Essa organização que você tá perguntando, eu já vejo agora, mais pra cá. Naquela época assim, eu não tenho tanta recordação. Agora eu vejo mais os professores se organizando, querem saber, querem participar mais um pouco. Embora a gente veja que caiu muito, caiu muito o sindicato, porque eu tô aqui no sindicato desde... eu entrei na prefeitura em 1978. Muitas coisas mudaram... as vezes eu vinha, as vezes não porque eu morava longe, no João Paulo e pra Cohab era muito difícil transporte, era aqueles ônibus ainda “casas populares” que vinha pra cá, então era muito difícil, mas quando eu podia, eu vinha sim pra cá. Hoje a gente vê que a maioria dos professores, eles têm medo assim, esse pessoal que entraram agora de concursos mais novos, eu vejo que eles têm uma certa resistência a ficar em sala de aula, a não participar, porque tem medo de perder o emprego, porque tenho certeza, são ameaçados por diretoras, e naquela época a gente não tinha medo de ameaça, a diretora dizia: - eu não posso ir, mas vocês podem ir, vocês podem ir. Então mesmo ela não participando porque ela tinha um cargo de confiança, mas ela não nos proibia de ir... porque as faltas, todas elas eram negociadas, a diretora fazia o papel dela, mas a negociação era feita no sindicato. A professora Lindalva quando chamava, ela ia pra resolver a situação, então as faltas eram todas abonadas. E hoje o pessoal morre de medo porque é muita pressão em cima do professor agora, muita pressão.

Na rede estadual, 70% dos professores eram leigos, segundo uma mensagem de José Sarney, enviada à Assembleia Legislativa. E no município de São Luís, existiam professores leigos ou tinha algum critério para se tornar professor da rede municipal?

Não, todos os professores da rede municipal eram professores formados, tinham que ter o Ensino Normal. Não tinha professores leigos, os professores leigos devem ter sido numa época bem antes de ingressar no município, porque as pessoas que achavam que sabiam escrever, eles acham que eles tinham o domínio de ser professores, como ainda acontece. Pessoas que botam uma escolinha no fundo do quintal porque sabem ler e escrever, então ele acha que ele tem o domínio do conhecimento pra passar para o aluno. Mas na nossa época, não tinha nenhum professor leigo, na escola que eu trabalhei nenhum professor... nunca foi aceito no município professor leigo porque eles pediam nosso diploma. Então não tinha professor leigo na época, não.

No mês de agosto de 1987 houve uma greve geral que foi chamada pela CUT e pela CGT, em São Luís ocorreu essa paralisação. Você tem alguma lembrança sobre a participação dos professores nessa greve geral?

Eu não lembro... eu lembro de uma paralisação nacional que tinha há uns anos atrás que toda data 16 nós paralisávamos. Toda rede municipal, estadual, no Brasil inteiro. Era uma vez por mês pressionando o governo. Eram alguns benefícios que nós tínhamos que não chegava até nós que eram feitas essas paralisações no sentido de pressionar o governo a dar aquilo que era direito. Inclusive eu acho que até esse Fundef, hoje que houve uma ... houve um motivo que eles não repassaram esse dinheiro pra nós e que agora que tá com muita luta que nós vamos receber. Dizem que nós vamos receber agora. Acredito que era isso, porque tinha que ter esse repasse, que era exatamente para a valorização do professor, e eles não faziam esse repasse de jeito nenhum. Eu não sei o que houve que eles não faziam o repasse, teve algum problema do governo federal que não repassava. Então agora é que eles querem repassar porque eles não viam esse dinheiro como uma ajuda pra melhorar a situação do professor. Eles viam esse dinheiro como se o professor ter um enriquecimento ilícito, que eles achavam. Inclusive até acompanhei Bolsonaro dizendo que os professores queriam enriquecer de forma ilícita. Acho que ele não sabia que os professores tiveram essa perda que não foi feito esse repasse e hoje que a gente vai receber 15 ou 16 anos depois.

Agora uma pergunta para o documentário dos 50 anos do Sindeducação. Durante todo esse tempo o que mais te marcou?

O que mais me marcou foi o incêndio da prefeitura. Eu acho que um grupo de pessoas revoltas iniciaram o incêndio, porque a situação naquela época São Luís estava passando... o município

de São Luís estava passando e alguns daquelas pessoas revoltadas porque estavam prestes a perder seu emprego, um deles deve ter atado fogo. Porque a gente não sabe, quando a gente viu já estava queimando, não sei se era aquele coquetel molotov, botaram alguma coisa jogaram, não é?! que foi rápido, a gente viu, já estava, já estava pegando fogo. Aí veio bombeiros para lá para apagar o incêndio. Foi horrível nessa época, isso aí me marcou muito. Eu estava grávida na época e a prefeita estava lá em cima no gabinete, não é?! poderia ter tido algo muito pior... mas, naquela época foram conquistadas muitas coisas, através daí... que eu vi que as conquistas foram... foram vendo que as pessoas estavam revoltadas e que poderiam fazer coisas piores. Aí foi vindo os nossos direitos devagarzinho, foram chegando.

Você vê uma diferença entre os períodos associativista e sindical?

Melhorou muito, demais! Daquela época para hoje, hoje eu vejo mais organizada a entidade, a gente vem num espaço onde a gente pode ser recebido melhor, né?! Naquela época não era tanto assim, como hoje é. Apesar que o professor Pedro Alexandre, eu lembro bem dele, ele era uma pessoa assim, muito preocupado com os professores, ele era um defensor, ele foi presidente, não só ele teve a professora Marilene Ferraz, teve o professor David Moisés, teve o professor Arimatéa Machado, teve o professor Sérgio - também foi presidente daqui. Nessa época nós não ficávamos aqui mais, foi alugado um prédio acima do Armazém Abreu na Rua Grande, lá que ficava o sindicato. De lá ele foi lá para... já não era mais Sérgio, era o professor David Moisés - ele alugou uma casa bem de canto - em frente o Santa Teresa, e lá que nós ficávamos. De lá nós fomos lá para o Mercado Central, e de lá começaram a organizar aqui a estrutura, aí foi melhorando e nós viemos pra cá. Hoje tá esse espaço aí lindo, maravilhoso. Esse espaço existia, mas não com essa estrutura que tem hoje. Era aquela casa da Cohab antiga. Nesse momento a casa já era do sindicato, mas não funcionava aqui por causa da estrutura, era uma casinha daqueles modelinhos antigos de casas populares, aí depois foi melhorando porque foi chegando um presidente, foi começando a construir, aí foi melhorando, foi dando continuidade, como agora essa nova gestão, a outra que saiu não concluiu, essa aqui tá concluindo. Assim, cada um que foi passando foi melhorando mais aqui o espaço.

Você acredita que a luta política nacional dos professores na época lutando por uma aposentadoria de 25 anos, que era uma pauta nacional, influenciou o movimento associativista dos professores?

Não, não... não via assim, essa discussão a nível local.

Havia uma defesa da escola pública por parte da associação, da categoria, essa bandeira fazia parte da pauta?

Eu me lembro sempre os professores brigando mais porque questões salariais. Alguns defendiam que tinha que ter uma escola melhor que não tinha material, mas a questão, o foco mesmo... me lembro bem que tinha uma diretora que me falava, dona Mariana, “você só falam em dinheiro, vocês só falam em dinheiro” pois é... nessa época era difícil, era muito difícil, era muito complicado porque um professor quer uma coisa, outro quer o salário e tinha que ter tudo junto, um conjunto – material, ter tudo para a pessoa trabalhar com os alunos, às vezes a gente tinha que tirar do nosso bolso para comprar, não é?! Mas eu não via muito... alguns defendiam e outros não, outros se preocupavam mais era com o salário “esse salário não aumenta, esse salário não aumenta”. A questão de salário, o povo na época falava muito em salário, às vezes quando a gente reunia na hora do lanche era para falar sobre o salário. Eu não me lembro que as pessoas defendiam com a mesma intensidade outras questões. Só se foi um momento que eu não estou lembrando, mas eu via muito falar no salário.

Você percebe algum tipo de burocratização na associação nas décadas de 1970 de 1980. As direções se aproveitavam da estrutura da entidade em benefício próprio?

Eu via, as pessoas queiram se manter dentro da instituição sem querer oportunizar a outras pessoas para mostrar o trabalho também, é tão tal que a professora Lindalva, não estou falando mal dela aqui, mas ficou aqui dentro 20 anos, quer dizer tirou a oportunidade de outras pessoas, né?! De assumirem, de mostrarem um trabalho, de vir com outro pensamento, né?! Embora ela ajudou muito, porque ela conseguiu com o que nós, professores que não tinham formação nenhuma superior, que nós tivéssemos - ela tem muitos pontos positivos, o único negativo que eu achei foi isso, que ficou muito tempo aqui, foram 20 anos só não ficou mais porque não cabia mais, não tinha mais como ficar, então ela apresentou a professora que saiu que foi a professora Elizabeth, que foi uma decepção para nós, não é?! Porque chegou humilde, chegou uma pessoa pé no chão, mas depois o poder subiu a cabeça e já não tinha mais pelo professor o olhar de igual para igual, já se sentia assim... inclusive eu nunca tive oportunidade de conversar com ela porque ela nunca me deu nenhuma brecha de falar. O dia que ela chamou o meu nome foi um dia que eu vim que ela me pediu, que ela ia colocar combustível no meu carro para eu conseguir professores para votar nela e eu simplesmente disse que não. Eu votei nessa gestão que está aqui agora, que eu tenho uma professora que trabalhou comigo lá no Bogéa, e me pediu, por isso que eu voltei nesse pessoal que estão agora aqui. Eu não tenho nada que dizer deles até agora está tudo bem, embora eu vejo que eles estão perdendo muito credibilidade junto

aos professores por algumas questões, mas... eles tão perdendo assim, porque às vezes tem coisas que acontecem que eles sabem, eles se privam de nos dizer, aí alguém vai lá e descobre, como outro dia eu descobri uma situação da nossa Classe D que iam tirar e que ia voltar a ser o salário da época. Eles já sabiam, aí eu descobri por que eu também tenho minhas fontes, e aí eu descobri e vim aqui no grupo, que nós temos um grupo, e eu disse: - gente, eu sinto muito de falar para vocês, eu não gostaria de dar essa triste notícia, mas nós vamos perder a nossa Classe D, nós vamos... nós, 300 professores que foram beneficiados com um salário-mínimo em dezembro, então nós 300, que veio uma liminar da juíza, só nós que fomos prejudicados. Aí minhas fontes me disseram e eu coloquei aqui no grupo. Aí eu não sei se deixou eles insatisfeitos ou não, mas eu disse por que eu achava que todo mundo deveria saber. Eu não vou saber de uma coisa e vou me privar de contar... a gente não tem um grupo? fala logo no grupo, por que fica aquela expectativa. A Classe D quando o nosso Estatuto foi preparado veio uma cláusula que dizia que o professor quando completasse 24 anos e mais 1 dia, ele ia ser beneficiado com um salário-mínimo, mas isso não existe mais. No novo estatuto isso caiu, mas vocês tinham direito adquirido por conta do estatuto que nós éramos regidos naquela época. O que aconteceu? Quando a gente completou esse tempo que no meu caso eu completei no dia 16/08/2002 - eles eram para ter nos pago... concluiu ali, chegou a data, está na lei, então vamos pagar, por que tem uma lei, tinha uma lei. Eles não pagaram. Então foram outros professores (sic)... então foi se arrastando muito tempo e passou por aquilo. Lindalva contratou vários advogados para resolver, nenhum dava conta. Aí veio uma advogada chamada... oh, senhor, esqueci agora o nome... Fátima Boatem, ela começou com o processo, entrou com a petição, fez tudo bonitinho, só que por um desentendimento dela burocrático aqui com eles, não sei o que foi, ela foi no fórum e disse que todos os professores tinham desistido do processo. Não deu mais continuidade, aí quando eu soube, eu fui sozinha porque eu sempre fui danada, eu fui sozinha lá na primeira Vara da Fazenda Pública saber, e ele disse: Ah, já está arquivado. Aí depois foi que Lindalva trouxe... revendo trouxe outros advogados, que eram já bem velhinhos – Doutor Assis e outro que ajudava ele nos processos. Ele desistiu, só que algumas professoras seguiram com ele, e nós ficamos à margem. Foi quando surge Antônio Carlos. Em 2005, ele refez todo esse processo, fez todo o trabalho de novo que agora que nós estamos recebendo. Desde quando? Desde 2002, nós estamos em 2022, né?! Então, nesse processo da Classe D é uma luta que já é antiga, é uma luta antiga e que é do Estatuto anterior. E o prefeito que entrou agora, ele não quer reconhecer... se é um salário, então hoje o salário não é mais R\$ 200 BRL, o salário, eles acham que tem que pagar um salário da época, como se o salário... alguém ficou com o salário congelado em R\$ 200 BRL lá em 2002? Não. O salário, ele vem crescendo

gradativamente, então essa correção que a gente tem que fazer, porque eles não querem fazer essa correção, eles acham que a gente tem que ficar ganhando aquele dinheiro daquela época. Eu não sei como vai ser feita essa correção porque esse processo correu de forma coletiva, ou seja, o sindicato deu entrada no coletivo para o CNPJ com tudo, com toda a documentação do sindicato, e depois ele foi chamando gradativamente os professores pra trazer os documentos, foram dando entrada, aí tem um processo individual, que tá pedindo a diferença desses anos, a correção e tudo. Só que o prefeito que entrou agora, não sei por que, tem uma nova gestora lá no IPAM, que ela foi mexer em coisas que não deveria, foi mexer história e acabou nos prejudicando. Só que o meu processo, o coletivo, já está no IPAM pra eles me pagarem um salário. Além da nossa remuneração tem que pagar o valor de um salário-mínimo. Eu continuo recebendo, só que caiu para um salário da época que eu completei os 24. E tem professores que tá entrando depois que nós fomos contemplados, que nós entramos por essa liminar da juíza, as pessoas estão entrando e estão ganhando os R\$ R\$ 1.210 BRL, a cisma deles foi com os 300 professores, não sei por quê. A juíza Auriana que deu esse direito pra nós. Aí ele (o prefeito Eduardo Braide) não quer compreender, ele acha que tá errado alguma coisa, e foi ler... aí outro dia nós fomos lá, e o pessoal tava dizendo que o sindicato falou que a gente tinha que receber era o dinheiro da época, aí fica aquele tipo de conversinha, que a gente não tem certeza, né?! Alguém disse que tinha até um vídeo gravado, cadê o vídeo, mostra aí? Mas não mostraram, só ficaram na fala. Então, enquanto não provarem a gente não tem como saber se é verdade. Aí nós estamos prejudicados. A advogada me ligou e disse: oh, D. Bernadete, seu processo já está no IPAM, já é para eles lhe pagarem o salário, agora só que a nossa briga vai ser, pelo menos que não seja salário-mínimo, mas que ele venha corrigindo esses anos o salário. O salário aumentou, só que eles querem fazer assim, eles querem aumentar o nosso, digamos, saiu 10% agora para nós de aumento, aí ele aumenta 10% do salário, é assim que ele quer fazer. Porque para nós que, nunca na história do município nós tivemos um aumento diferenciado, nunca na história. Se o aumento é de 34% era para todo mundo para toda a categoria, mas ele não, ele acha que quem tem curso superior não merece e quem tem ensino médio merece porque ganha pouco. Eu nunca vi uma pessoa ter uma visão dessa. Tudo bem que todas nós trabalhamos, não é?! As professoras têm um nível médio, nós que temos o ensino superior, formação superior, temos direito. Mas ele não vê isso, quer dizer ele desvaloriza, equipara o salário praticamente, elas vão até passar de nós, e nós vamos ficar como? Eu aposentei com paridade, com todos os meus proventos integrais, tudo na data certinha, era para eu me aposentar em 2002, eu não me aposentei porque eu tinha um tempo de serviço e não tinha idade. Na época eu me lembro que eu fui numa advogada muito amiga minha que estava na administração, eu disse que eu não

queria mais trabalhar na rede municipal, que eu ia dar entrada num processo pedindo uma licença sem vencimento, ela disse que ela não ia fazer isso “eu não vou fazer isso, vai procurar estudar, eu não vou fazer isso”, aí eu prestei vestibular passei e fui estudar, hoje eu agradeço muito a ela, entendeu?! Aí depois quando surgiu a jornada ampliada, naquela época surgiu a jornada ampliada, eu já estava querendo vender minhas férias-prêmio que era o último período, que eu tinha de 6 meses, quando eu soube eu fui na secretaria pedir para eles arquivarem, e fui correr atrás dessa jornada ampliada. Eu tinha 24 horas, aí passei a... ganhei mais 16 horas fiquei 40 horas. Foi uma luta minha incansável, eu ia todos os dias para a Secretaria pedir para dona Edna me dar essa oportunidade e ela dizendo que não, que não, que não tinha mais, que ela não tinha mais como arrumar, no outro dia eu estava lá do mesmo jeito, para os “nãos” dela, mas não é porque uma pessoa me diz não hoje que amanhã ela não pode me dizer sim. Sabe quando que ela veio me dizer sim? Quando eu já estava 21 dias de caminhada para lá - que nesse dia eu não levei documento, não levei nada porque eu já estava esgotada, aí quando eu chego “Oh, d. Edna por favor, me arrume essa vaga, eu me casei gastei tanto dinheiro com esse casamento, isso foi em 2008, aí eu disse, eu casei eu preciso desse dinheiro pra me ajudar, eu não faço nada de tarde, me arruma, aí ela disse assim: - Iolanda, arruma aí pra Bernadete, cadê teu documento? Eu não trouxe... eu vou pedir ali pra Iracema, e ela: - não, vai buscar em casa então, eu vou te esperar aqui até 17 horas. Aí foi uma correria de lá da Secretaria na Rua Sete de Setembro até na Cidade Olímpica pegar esse documento, voltar. Eu de moto táxi com meu neto que andava comigo na época, e aí meu Deus, graças a Deus eu consegui. Ela disse: - tu quer trabalhar, qual é a tua formação? eu disse é Inglês/Português, aí ela, quer trabalhar com qual das duas? Eu prefiro língua inglesa, aí eu fui trabalhar numa escola perto da minha casa - Nascimento de Moraes. Um tempo bom, meu Deus, aí quando eu já estava trabalhando direitinho ganhando meu dinheiro mataram o meu filho. Minha tristeza! Eu comecei a perder o brilho dos olhos, uma professora começou a perceber, eu estava com depressão, mas eu não me via com depressão. Eu trabalhava, dava o meu sangue, mas quando os alunos começavam a gritar me dava uma agonia, mas eu me controlava, não é? Aí fui tratar no Farina. Fiquei com depressão uns 3 anos, foi quando eu comecei a pensar que ainda tinha outros filhos que precisavam de mim, mas o sofrimento foi grande, eu tomava remédio para dormir, Amitril e Diazepan, não dormia de jeito nenhum, não tinha o que fizesse eu dormir. Mas aí eu comecei assim a conversar com Deus pedindo para Deus, “Senhor, eu não nasci com isso e eu não quero continuar com isso, me ajuda a sair disso”, aí comecei a frequentar a igreja da Conceição, eu estou na igreja da Conceição há 14 anos direto sem sair de lá. Eu não deixo de ir um domingo. No domingo para mim o horário preferido é de manhã. Eu saio da minha casa às 5:30 da manhã, aí eu vou

assisto a missa, volto para casa e passa um dia assim, naquela paz sabe?! Ouvir aquela pregação, meu Deus! Eu venho de lá maravilhada, feliz.



UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Maria Bernardete dos Santos dos Santos

Gostaríamos de convidá-lo para participar voluntariamente da pesquisa “**HISTÓRIA E PROPOSIÇÕES POLÍTICAS E EDUCACIONAIS DO SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA REDE MUNICIPAL DE SÃO LUÍS – MA [SINDEDUCAÇÃO] - (1972 - 2003)**”. Este estudo tem como objetivo remontar e analisar a trajetória histórica e as transformações ocorridas ao longo da referida periodização em relação às origens da organização política dos professores da rede pública municipal de São Luís até sua adesão para o caráter sindical em 2003. Os resultados desta investigação poderão contribuir para o aprofundamento de estudos e iniciativas destinados à valorização e o desenvolvimento educacional no Brasil, o aprofundamento da história da educação maranhense e a valorização das memórias e da história como elementos constituintes fundamentais para a sua construção.

A coleta de dados dessa investigação consiste na realização de entrevistas considerando questões relacionadas ao objetivo desta investigação com personagens que participaram ativamente na construção da Associação de Professores do Ensino Médio Municipal de São Luís (APEMM) fundada em agosto de 1972, que em 1994 teve sua denominação alterada para Associação dos Professores e Especialistas em Educação do Ensino Municipal de São Luís (APEEM), que em 2002 sofreu nova alteração tornando-se Associação dos Profissionais do Magistério do Ensino Público do Município de São Luís (APMEP), até sua modificação em dezembro de 2003 para SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO ENINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO LUÍS-MA – SINDEDUCAÇÃO-SL. Também é resguardada ao entrevistado a garantia de receber esclarecimentos sobre a metodologia desta pesquisa, antes e durante o seu curso.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, para ter ciência do estudo “**HISTÓRIA E PROPOSIÇÕES POLÍTICAS E EDUCACIONAIS DO SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA REDE MUNICIPAL DE SÃO LUÍS – MA [SINDEDUCAÇÃO] - (1972 - 2003)**”, bem como uso dos resultados desta investigação, que poderão contribuir para estudos futuros.

Ressalto que ficou claro para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos necessários no percurso do estudo. Após o término da pesquisa, as gravações permitidas serão devolvidas aos entrevistados que tiverem interesse em recebê-las.

Concordo voluntariamente em participar desta pesquisa, tendo clareza de que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o percurso, sem penalidades se for esse o meu desejo, como também autorizo a *divulgação pública do meu nome próprio no corpo do trabalho e em suas referências.*

Figura 32: Termo de consentimento livre e esclarecido

Esta pesquisa não resultará em nenhuma despesa financeira aos participantes, assim como também não haverá nenhuma compensação financeira pela sua participação. Informamos que este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi elaborado em duas vias. Se forem necessários maiores esclarecimentos, me coloco à disposição dos entrevistados deste estudo por meio do telefone: +55 11 46613649 ou +55 11 98981379611 e-mails: carlosbauer@uni9.pro.br ou vanessappge@uni9.edu.br

Carlos Bauer e Vanessa Amorim, responsáveis por esta pesquisa.

HISTÓRIA E PROPOSIÇÕES POLÍTICAS E EDUCACIONAIS DO SINDICATO DOS
PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA REDE MUNICIPAL DE SÃO LUÍS - MA
[SINDEDUCAÇÃO] - (1972 - 2003)

ASSINATURA DOS PARTICIPANTES

Maria Bernardete dos Santos dos Santos

Entrevistado (a)

Vanessa P. Araújo de Sousa

Vanessa Amorim, responsável pela pesquisa

Carlos Bauer

Carlos Bauer, responsável pela pesquisa

Figura 33: Termo de consentimento livre e esclarecido (verso)

APÊNDICE C – ENTREVISTA COM JOSÉ DE ARIMATÉA SALVADOR MACHADO

MACHADO, José de Arimatéa Salvador. Entrevista. 1h e 08m. [16 de ago. de 2022]. Entrevistadores: AMORIM, Vanessa; BAUER, Carlos. Maranhão, 2022. 1 arquivo mp3 (1h e 08m).

Você poderia se apresentar brevemente destacando como foi sua chegada à rede pública municipal de São Luís?

Meu nome é José de Arimatéa Salvador Machado, sou professor licenciado pela Escola Superior de Educação Física do Pará, pós-graduado no Rio de Janeiro em Didática do Ensino Superior e com Mestrado em Educação em Assunção-Paraguai. Eu entrei ainda em 1976, agosto de 1976, contratado pela Prefeitura Municipal de São Luís, na época então, nós não tínhamos universidade, não tínhamos profissionais qualificados, e eles contratavam os ex-atletas, como eu era ex-atleta de Ginástica Olímpica, professora Graça Heluy que na época era a gestora do Departamento de Educação Física do município me chamou e me contratou. Ela era professora de educação física e naquele momento era gestora do Departamento de Educação Física da Secretaria de Educação do município, era um cargo comissionado. Logo eu fui licenciado para ir para Belém fazer a licenciatura curta, inicialmente. Logo em seguida, como as escolas do PREMEN (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino) que era as escolas Gonçalves Dias, Coelho Neto, Bacelar Portela que seriam escolas técnicas não estavam prontas ainda, eu resolvi logo fazer o vestibular para a licenciatura plena, assim o fiz, terminando também com especialização em Técnico em Desporto na habilitação de handebol e atletismo, para em seguida voltar pra São Luís, não é?! Então voltei, me reintegrei ao município, fui contratado pelo Estado na Lei do Cão, que foi na época do Governador João Castelo, dois contratos, e vim de Belém, que eu ensinava lá no Santa Maria - no Santo Antônio, vim contratado do Santa Teresa que é o mesmo grupo. E assim nós começamos o nosso trabalho.

Então o professor David Madeira que foi também nosso colega de faculdade, e então presidente da APEMM, nos convidou... se tínhamos interesse de ir. Como no momento eu já estava em andamento um projeto político, eu tinha sido candidato a vereador, seria um momento oportuno. Eu prestei esse serviço para classe, não é?! Embora a gente tivesse assim... nós estivéssemos em cargo comissionado na gestão da Prefeita Conceição Andrade, eu pedi exoneração para poder concorrer, assim o fiz e Deus nos abençoou. Nós chegamos lá na presidência que tinha um mandato de 2 anos. Mas 2 anos para você fazer um trabalho para a classe e as categorias profissionais dentro da classe, se tornava muito curto. Fizemos uma eleição... uma eleição não, fizemos uma assembleia com esse propósito e elastecemos para 3 anos de mandato. Muito bem!

Então daí, nós sentamos para fazer um planejamento da nossa gestão. O que mais nós necessitávamos era da nossa sede social, que nós já tínhamos uma casa lá na Cohab, hoje em dia o terreno onde está edificado a sede da associação, lá o professor David, essa gestão anterior, do professor Sérgio, houve uma doação desse patrimônio sem anuência da assembleia geral, na verdade ele cedeu e a pessoa se apossou, e ele não fez nenhuma gestão no sentido. Então nós... o professor David começou esse processo e nós terminamos resgatando; depois funcionava salão de beleza, nós pedimos para pessoas, saiu amigavelmente. E nós demolimos tudo e em 3 anos de gestão nós edificamos aquele prédio, deixamos ele todo instrumentalizado, um gabinete dentário, um pagamento de um carro em andamento, telefone celular que tinha sido lançado, todo aquela parte estrutural, administrativa, ficou tudo em funcionamento. Então nós acreditamos que o nosso trabalho seria o nosso cabo eleitoral. E nós fizemos uma festa uma semana antes, com a presença do Dr. Jackson, muitos vereadores da Câmara e mais ou menos 1.500 professores. Então foi um trabalho muito árduo porque nossa arrecadação era de R\$ 6.000 BRL, não é?! Já tem... já tinha havido a conversão para o Plano Real, então era isso aí, era R\$ 6.000 BRL era a nossa arrecadação. Nós tínhamos 2.200 associados, mas a contribuição muito pequena que dava esses R\$ 6.000 BRL. E nós decidimos tudo o que entrou na... como o financeiro dá um repasse nominal que a prefeitura fazia, não é?! das arrecadações, das contribuições dos associados, decidimos guardar para começar a fazer a entidade. Então nós passamos esses 3 anos a pão e água porque... nem cafezinho a gente fazia para investir tudo na conclusão da sede. E nós fizemos... a única coisa que nós fazíamos, era o Dia dos Professores que nós fazíamos um evento, mais ou menos uma consignação comprávamos os prêmios aquelas coisas todas, aí o sempre foi muito bom, muito bem-organizado, muitos presentes que a gente comprava, a gente não dava presentes caros, mas a gente deu muitos presentes menores para contemplar o maior número de professores que saiu satisfeito. Muito bem, então nós entendemos que... fizemos essa inauguração e chamamos a categoria, mais ou menos uns mil e quinhentos professores lá... e os 3 pisos né? foram os 3 pisos que nós fizemos, e acreditando nisso. Porém houve uma ingerência política do então, na época, secretário da SMTT - que era Secretaria de Trânsito na época, o Pádua Nazareno que a tia dele, a professora... vou já me lembrar o nome dela aqui. Ela era Diretora do Departamento de Educação quer dizer, com o trânsito nas escolas todas. E naquela época o professor votava para quem fosse apanhado em casa ou no colégio para votar e Pádua Nazareno disponibilizou 5 ônibus para o Professor Clóvis candidato adversário nosso com fins político, não é?! então a professora montou no carro quando ela chegou 3 horas da tarde com os ônibus lotado de pessoas vindo da zona rural, aquela coisa toda, aí “seja feito o que Deus quiser”, nós perdemos a eleição por 21 votos eu construí

todo aquele patrimônio para os professores e não tive o privilégio de sentar uma só vez na cadeira de presidente. Então aquilo me trouxe assim, uma decepção muito grande com a minha categoria. Só professores que fossem efetivamente associados podiam votar. E os ônibus lotados eram de professores que eram associações que eram associados. eu estava tentando me reeleger para continuar o projeto, o trabalho... porque nós tínhamos dois terrenos aqui no Calhau, dois lotes bons, próximo daquele riacho, e nós íamos fazer a sede social lá. Esse era o projeto posterior a nossa gestão foram vendidos, creio que com a anuência da assembleia, porque eu me abstive todo esse tempo, nunca mais voltei lá e foi vendido. Aí não sei a direção do que foi feito com o recurso, para onde foi, se compraram mais alguma coisa. Então a gente continua associado, eu e minha esposa, nós somos associados professores aposentados, mas não tive mais... me convidaram várias vezes pra voltar, mas a decepção com a classe foi tão grande... formadores de opiniões, formadores de cidadão e não têm a consciência crítica e política, então para mim foi o pingô d'água para eu me sair da política classista, entendeu?!

Enfrentei diversas lutas contra a prefeita... todo mundo falava - que na época da Conceição Andrade eu fui candidato a vereador - e a APEMM seria o quintal da prefeitura, e a história mostrou que não, nós verdadeiramente buscamos os direitos da categoria - foi inédito no Brasil, uma reposição salarial de 64,86, isso nós nos sentamos no primeiro momento, eles resistiram muito, mas resolveram pagar de 3 vezes. Vamos dizer que se hoje o professor ganhasse R\$ 10.000 BRL, você tirando 64 sobraria R\$ 3.600 BRL, hoje seria o salário do professor nessa proporção para R\$ 10.000 BRL. Então foi muito significativo, valorizou muito o profissional com relação aos seus proventos. E mesmo assim, nós não tivemos o olhar da nossa categoria para a nossa gestão, né?! Talvez uma falta de consciência profissional e com a entidade que é para defender os seus direitos, entendeu?! Mas não foi feito dessa forma.

Nós colocamos a prefeita 2 vezes no banco dos réus porque quando estava ocorrendo a transição das moedas de URV para Cruzeiros ou foi de Cruzeiro para URV, nós peticionamos para que ela pagasse porque o Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, as prefeituras já tinham pago, então já tinha uma jurisprudência nesse sentido. E baseado nisso a justiça nos deu a liminar. Como ela já havia... a prefeita Conceição Andrade, distribuído os contracheques, foi na Semana Santa, foi feito o efetivo pagamento na moeda antiga, implicou numa desobediência da justiça, numa ordem judicial, e ela teve que ir para a porta de desembarcadores que irresponsavelmente, Jamil Gideon - salvo engano, ele fez a suspensão da liminar e deu vigência, porque ela só passa a vigor legalmente depois de publicada no Diário Oficial, mas ele fez isso alegando que era uma autoridade, que ia ficar exposta, mas nós temos os nossos direitos, e a gente esperava que a justiça reconhecesse isso. Infelizmente, na maioria das vezes a nossa justiça, ela é parcial, ela

deveria ser imparcial, mas muitas vezes, a maioria das vezes não acontece. A exemplo disso nós estamos vendo aí no cenário nacional a ingerência dos poderes independentes, porém harmônicos, uma ingerência absurda e prejudicando o cidadão. A guerra política deles lá em cima têm prejudicado só nós cidadãos, não é?! Então o professor Clóvis fez a sua gestão, foi uma gestão - é uma crítica aqui, mas... não sei por que... com toda aquela... sem dívidas, sem nada, só para fazer a gestão dos recursos que entraram, mas uma gestão apagada, não teve absolutamente nada de novidade, não teve um ganho de salário, não teve ampliação da sede, não teve absolutamente nada, e depois disso, voltou a professora Lindalva que foi nossa secretária na época, aí nós trabalhamos, elegemos a professora Lindalva que ficou 2 gestões, aí foi quando ela transformou a APEMM em sindicato, né?! A associação em sindicato, e que fez a gestão dela lá. Eu também não interferi, não fui... eu só ia lá no período da votação, às vezes. Fiquei muito decepcionado e hoje eu não tenho mais essa tristeza porque sou um servo do Senhor, e limpei meu coração com relação a isso. Então a gente tem visto aí ao longo do tempo, o sofrimento da categoria com o nosso salário achatado, cada vez mais a gente se aproximando do salário-mínimo e infelizmente não tem... nós não temos representantes, nem políticos, nem classistas e entidades similares que se somem conosco. Na época nós conseguimos... nós tínhamos um apoio muito grande do Sindicato dos Funcionários Públicos, de todos os sindicatos.

Nós chegamos, a prefeita Conceição Andrade não nos recebia, e nós chegamos a formar o Fórum Municipal em Defesa dos Funcionários Municipais, foi como ela resolveu... porque nós tiramos o indicativo de greve geral. Aí ela nos recebeu, nos ouviu, mas nunca nos atendeu em absolutamente nada, nada. O que ela fez por força de lei, que foi só esse reajuste, o restante ela não fez absolutamente nada. E aí, a nossa categoria vem... nossa classe de professores, não é?! com as diversas categorias, que é professores de A, B ou C, não é? disciplina, vem se arrastando ao longo do tempo, eu vejo a professora Lindalva teve uma luta grande, poucos resultados, mas teve uma luta grande, foi quem eu mais vi trabalhando em prol da categoria. Mas eu creio que... não sei nem quando a entidade hoje recebe de receita nominal, de transferência nominal, não sei o que é feito... Era 0,5% (meio por cento), nós transformamos para 1% (um por cento), na época, logo na primeira assembleia que nós fizemos, como ponto de pauta tinha a extensão do mandato para 3 anos (três anos) e a contribuição de 0,5 (meio) para 1% (um por cento). Para a senhora ter uma ideia, nós tivemos um... fizemos uma mobilização para essa...

o descaso do professor com a entidade... o professor só se manifesta quando mete a mão no bolso dele, e o descaso, de 2.200 professores nós tivemos 29 professores na assembleia. Mas aí esperou o primeiro momento, no segundo momento teria que ser com a maioria, os 50% + 1

dos votos dos presentes, e assim foi feito. Mas graças a Deus nós terminamos e eu creio que com o recurso desse, com o patrimônio estabelecido que tem a APEMM era pra avançar muito. Já éramos pra ter uma sede social totalmente preparada para receber os professores, os familiares... Não sei... Isso cabe a cada um deles, mas sobretudo, sobretudo, para a categoria, porque a categoria, ela por natureza, como assembleia, ela é um fiscal. Qualquer professor pode se dirigir e pedir para ver a contabilidade, para ver os projetos, qualquer ação da entidade, mas infelizmente a gente não vê isso, entendeu?! E... soube que foi criado também, um fórum dos professores aposentados sem direito a voto, já era para o professor aposentado, se ele tem direito como associado, por que não tem direito a voz? Ele tem voz e não tem voto. Se minha voz não tiver ressonância, tem que depender dos outros para poder decidir. Quando deveria ter... tudo isso era plano nosso, dar essa voz para os aposentados, mas estamos seguindo aí, até... eu espero que gestores trabalhem para dias melhores, sejam incansáveis, eu sei que a luta é muito grande. A gente vê o poder executivo gastando dinheiro em... recursos em empreendimentos que não dão retorno para a sociedade, nem para a cidade, mas para atender demandas de coadjuvantes políticos, como empresários e outros e não valorizam os profissionais. Agora mesmo nós vimos aí o presidente sancionou a lei do piso salarial, do Estatuto do Nacional dos Servidores da Enfermagem e agora vem um ministro, um ministro, só com o voto dele e suspende tudo. Isso é um verdadeiro absurdo! Que país democrático é esse que nós estamos vivendo? Nós vivemos uma ditadura que não está mais mascarada, entendeu?! E não é do Executivo é da justiça, do Poder Judiciário. E isso está causando uma instabilidade muito grande, na verdade eu creio que eles querem é provocar um fato para caracterizar o governo como ditador, como oportunista, atropelador dos processos, o governo tem procurado esse entendimento o tempo todo. É o que a gente vê na mídia, entendeu?! e não se tem conseguido, mas ele tem com sabedoria conseguido administrar essa coisa aí, vai aqui, vai ali, porque quando uma atitude dessa é pública e de interesse comum, é colocado aí, a gente sabe que tem um reflexo político e que no meu entendimento ele deu... o ministro lá, Barroso, deu um tiro no pé, porque ele fortaleceu a administração nacional do presidente Bolsonaro, porque ele teve boa fé e reconheceu uma necessidade do piso da categoria. Mas sabemos que o nosso salário-mínimo que foi instituído por Getúlio Vargas em 1945, ele era pra atender uma família de 5 pessoas com todas as suas áreas de necessidade, educação, saúde, moradia, transporte e nada disso hoje o nosso salário cobre. Se você pegar um item desse, talvez transporte, mas as outras áreas você não tem. Nós temos um sistema de saúde ineficaz. Nosso plano de saúde, do cidadão brasileiro, é o SUS. Em outros países da América do Norte, América Central, da Europa, tudo isso é supervalorizado, não tem plano de saúde lá porque o serviço público de saúde é eficiente, é eficaz, e aqui no

nosso país é sucateado. Como Educação, todos os países que elegeram a Educação como o carro chefe do seu governo foram para o patamar de primeiro mundo. Nós vimos aqui a Argentina, nossa vizinha aqui, nossos irmãos da América do Sul, na época tava no fundo do poço, chegou no fundo do poço e fizeram um replanejamento, colocaram a educação como carro chefe do desenvolvimento na Argentina, e ela foi... chegou um patamar de ser considerada a Paris da América do Sul. Hoje vive o caos novamente, tudo por causa de administrações, sobretudo política, entendeu?! Porque a ingerência política termina desvirtuando os fins, aí a gente lamenta muito essa situação, mas eu espero que o nosso... a nossa entidade representativa caminhe a passos largos para fazer uma reparação muito grande dentro da classe, das categorias. É preciso que faça isso, é preciso sensibilizar a Câmara Municipal, o Prefeito de São Luís, somar forças porque eu creio que a entidade sozinha, ela vai ser só uma entidade representativa, mas se ela tiver a capacidade de agregar força, como nós fizemos na época, fizemos o Fórum Municipal de Defesa dos Servidores Públicos Municipal, ela vai conseguir ganhos reais para os trabalhadores. É mais ou menos isso em linhas gerais... se você tiver mais alguma dúvida.

No período em que o senhor esteve a frente da entidade (1993-1996) ocorreu alguma greve?

Tivemos estado de greve. “Os professores do município entram em estado de greve”, eu tenho até a... foi um mecanismo de pressão que nós fizemos com a prefeitura para que ela nos concedesse a reposição de 64.86%. Essa reposição eram perdas acumuladas ao longo do tempo. A prefeita repôs em três pagamentos. Exigíamos o cumprimento do Estatuto de 1986. O Estatuto previa 10 salários-mínimos de base. Então isso foi tirado, essa vantagem. Era pra nós recebermos 10 salários-mínimos estatutariamente, nós nunca recebemos. Então foi removido, através do estatuto foi tirado...

Na Gardênia fez a efetivação dos professores, porque todos na época eram contratados, ela efetivou, foi em 1985, se não me engano.

O senhor lembra da impugnação do primeiro concurso em 1992? Saberá dar mais informações sobre os 124 professores que naquele momento ainda lutavam pra se efetivar?

Talvez na época eles não tivessem se habilitado. Você sabe que na justiça prazo é fundamental. Eles devem ter perdido o prazo pra se habilitar. Eu me lembro que foi uma luta terrível. Tinha um secretário de administração que era muito difícil, ele queria bater nos professores, era uma coisa louca, tô tentando lembrar aqui o nome dele... entendeu?! Então foi uma relação muito

difícil pra nós professores. Ele era uma pessoa conhecida, mas muito ignorante e criou muitas dificuldades para nossa categoria. Então para a regularização disso, nós tivemos que enfrentar filas, dias e mais dias. Imagina quem perdeu o prazo, esses mesmo não tiveram. Eu era professor da universidade, então lá, nós tivemos alguns colegas que perderam o prazo da mudança de regime. Hoje eles ganham pelo regime antigo em detrimento do regime novo com uma diferença gigantesca de salário. É como se ele ganhasse um salário-mínimo e os professores atuais ganhassem 10 salários-mínimos. Entendeu?!

Pelos jornais, nessa época, a rede tinha 2.500 professores para atender escolas do município e aparece o termo “escolas de apoio”. O que seriam essas escolas?

Essas eram as escolas comunitárias. Na época, escola comunitária, ela veio não tanto para suprir uma necessidade de vagas para o município, mas com um viés político. Já tinha essa finalidade aí. Mas também tinha um déficit de vagas muito grande na prefeitura. Salvo engano, eram 158 escolas que nós tínhamos na administração, hoje parece que é são 200 e poucas. Aí ao longo do tempo a prefeitura foi absorvendo essas crianças do sistema paralelo para poder (sic).

O senhor chegou a conhecer os ex-presidentes da APEMM, poderia caracterizar a gestão deles?

Tive um relacionamento muito sadio, muito salutar com todos os ex-presidentes, transitava com todos e sem nenhum problema. Porque eles reconheceram o nosso trabalho como se fosse um desejo deles também, e não tiveram como fazer, fazê-lo, entendeu?! Então eles se contemplavam na nossa administração. Todos eles, todos os anos que nós fizemos o Dia dos Professores, antes a gente tinha a preocupação de reunir todos os ex-presidentes. Salvo-enganho uma vez que nós fomos lá no Sindeducação, tinha uma Galeria dos Ex-presidentes, colocaram uma foto que pegaram de imprensa, alguma coisa assim, porque eu não dei a foto, porque até então a professora Lindalva que tinha sido minha secretária, não tinha colocado a placa dizendo ser a nossa gestão que edificou aquela casa... então eu, como um protesto, não fui lá pra meu nome não entrar na Galeria dos Ex-presidentes. Entendeu?! Aí eles pegaram uma foto de imprensa. A professora Lindalva fazia parte da nossa gestão, ela era secretária, mas foi sob a minha direção.

O professor José Carlos Bastos era um mediador, um conciliador da categoria, mas com poucos recursos de mobilização. A entidade vivia em locais alugados. Na minha gestão a gente ainda tava aqui na avenida Magalhães de Almeida, lá embaixo, era alugado. Aí nós só mudamos verdadeiramente lá para a sede, nos últimos dias que nós fizemos as transferências, arrumamos

tudo pra festa lá, só. E ele também tinha poucos recursos, poucos associados contribuía na época, teve muitas dificuldades, mas era um homem esclarecido, comprometido com a categoria. Foi um bom profissional, apesar de ter outras habilitações profissionais como médico e advogado, mas foi um bom professor.

O Professor Raimundo Nonato Lima, também foi uma pessoa boa pra categoria, mas eu quero lhe dizer o seguinte: na gestão do professor David pra cá foi que começou a categoria se manifestar, dando uma satisfação pra sociedade, que ela existe, que ela tem direitos estabelecidos e que não são cumpridos.

O Carlos Alberto Figueiredo eu conheci, era advogado, professor, não sei se ainda é vivo, mas eu o conheci e foi uma gestão apagada. Esses mais anteriores não tinham a... por exemplo, nós só conseguimos fazer, como eu lhe disse anteriormente, avançar nesse processo, a partir do momento em que nós aumentamos a contribuição, porque o que era arrecadado era ínfimo, não atendia nem as necessidades administrativas da categoria, imagina pra fazer investimento. Então foi a partir daí que nós começamos a dar uma cara nova para a entidade.

O Professor Hidelbrando tinha um certo atrelamento político, e com as limitações financeiras que não permitiam avançar muito.

Se você me perguntar: - Arimatéa, seis mil reais era muito diferente? Não. A gente tinha meio por cento, aumentou meio por cento. Então era três mil reais. Então dava pra fazer alguma coisa, porém não foi feito nada disso, de investimento. Quando nós chegamos, nós encontramos um gabinete dentário, que foi na gestão do professor David, estava em pleno funcionamento, nós mantivemos esse atendimento pra categoria, em suma era isso.

A gestão do professor Sérgio foi uma gestão muito desastrosa para a categoria. Infelizmente eu tenho que dizer isso. Eu o conheço, mas ele... fez inclusive oposição pra gente ferrenha, porque ele ainda tinha um certo grupo dentro da categoria, mas não prosperou porque os professores começaram a abrir os seus olhos e ver quem estava ali verdadeiramente para defender os interesses da categoria. E ele era muito personalista com o grupo dele lá, e acabou. Todos os benefícios eram do grupo dele, festinhas, almoço, tudo era só com aquele grupinho. E nós não permitimos que isso acontecesse na nossa gestão nem por um dia dos três anos de gestão que nós fizemos lá.

Quem doou a casa da Cohab onde funciona a sede da entidade?

A casa, que era uma casa de conjunto, eu não sei se foi Mauro Fecury, eu não sei quem foi o prefeito. Quando eu cheguei, ela já existia, David Madeira também ela já existia. Foi na gestão do professor Sérgio, que foi quem antecedeu a David Madeira que a casa saiu do patrimônio da

entidade. Aí David entrou na justiça e começou a resgatar e no término do mandato dele, nós terminamos o processo e edificamos tudo lá. Aliás depois que nós saímos de lá, a gente só vê reformas e mais reformas num prédio que foi 100% (cem por cento) planejado, 100% (cem por cento) acabado, com segurança, com tudo, com plantas, com a execução de engenheiros, com a colocação de concretos pela Rede Mix, tudo habilitado. O prédio que fizemos foi solo e mais dois pisos. Eu não sei se no piso superior já subiram pra ter alguma utilidade porque eu nunca mais fui lá. Se nós tivéssemos renovado o nosso mandato, a casa do lado já estava em entendimento para fazermos ali, fazer uma piscina, fazer uma área de lazer, já estava tudo apalavrado. Dona Mocinha, uma senhora que vivia há três casas da associação, não sei se ela ainda é viva, ela foi uma das pessoas que nos ajudou muito, guardava materiais pra gente, ajudou muito, D. Mocinha. Se for possível, citá-la como uma colaboradora da APEMM, da entidade. Na época ela já tinha uma certa idade, não sei se ainda é viva.

Não chegou a ter uma greve, mas entramos em estado de greve. Foi um mecanismo de pressão que a categoria fez, que a classe fez através da imprensa... porque na época eu tinha saído candidato a vereador em 1992, e o meu nome estava muito presente, e eu era o único representante classista que pertenceu ao PDT. Então ainda na... a prefeita Conceição Andrade rompeu com o Doutor Jackson Lago, entendeu?! Ficou como traidora e por extensão a entidade, ela viu como adversário, porque eu era o gestor e era do PDT, entendeu?! Por isso que nós esbarramos na justiça, para poder garantir os direitos dos professores, dos diretores e dos professores. Mas graças a Deus foi tudo bem... terminamos bem tristes, não é?! pelo episódio.

Então o judiciário vai determinar a reposição das perdas na sua gestão?

Não chegou a ir as bases da justiça, foi um entendimento da entidade com a administração. Foram dois mandatos outros que nós impetramos contra a administração para garantir direitos, mas o pagamento da reposição a prefeita Conceição Andrade fez a partir do entendimento. Ela reconheceu que a categoria tinha direito e no primeiro momento da administração dela ela balançou porque acho que nunca tinha enfrentado uma greve dessa natureza e a imprensa deu a maior cobertura, se eu tivesse na praia, eles iam me entrevistar lá na praia, entendeu?! Então, eu como presidente era uma referência que até os casos da APEMA - na época, eles iam levar para a gente pensando que era a mesma entidade, se confundia. Chegou um momento que a professora Lucimá Goes queria até encampar a APEMM para a APEMA, e nós resistimos valentemente e não permitimos que fosse feito dessa maneira, porque a gente sabia que o Estado também não tinha ressonância de ganhos assim porque era muito atrelada politicamente, e nós tivemos uma independência política apesar de eu ser político partidário.

Eles tentaram fazer isso conosco, nos chamaram pra reuniões lá, e nós colocamos o pé na parede que não faríamos de jeito nenhum. Salvo engano, até o professor David já foi tentado por isso na sua gestão. Aí ele veio se arrastando, se arrastando, mas aí nós não cedemos, não abrimos mão pra isso não. Porque senão hoje nós seríamos apenas um departamento dentro do Sinproesemma.

O senhor tem recordação da greve de 1986 quando a prefeitura foi incendiada?

Aquilo do incêndio não foram os servidores, foi gente da gestão dela. Aquilo foi uma queima de arquivo por muitas improbidades administrativas que estava lá. Então foi tudo acabado ali. E os professores, a greve geral terminou levando o título de incendiadores da prefeitura, mas não foi. E salvo engano, foi esse secretário de administração quem colocou fogo lá.

Esse secretário era da gestão do prefeito M. Fecury ou da prefeita G. Gonçalves?

Ele era da Gardênia. Ele era Secretário de Administração – Lúcio?? Eu não lembro o sobrenome dele. O incêndio tinha relação com a administração da Gardênia. Foi feito tudo na gestão dela, e já estava em andamento há algum tempo. Quer dizer: se você entra numa gestão que você percebe que a gestão anterior tinha problemas de ordem administrativa em todas as áreas, você faria o quê? Faria um registro disso tudo, colocaria a parte, guardava esses documentos todos e não foi feito, ficou lá dentro, numa sala lá, tudo jogado. E quem fez, sabia onde era... por que só nos documentos ali que foram queimados? Por que não foi incendiada a prefeitura toda? É muito suspeito. Foi um incêndio criminoso para apagar fatos de improbidade.

Como era a questão salarial? Vocês recebiam mensalmente?

Na gestão da Dona Gardênia Gonçalves nós tivemos muita dificuldade em pagamento. E foi feita muita falcatura porque, por exemplo, ela descentralizava o pagamento do banco para ser pago em espécie, nas diversas unidades de ensino do município, e ali muita gente pegou contracheque, mas não conseguiu receber dinheiro porque o dinheiro foi desviado, depois foi desenrolado isso aí tudo, mas teve muita falha nessa gestão, muita falha. A gente recebia em postos de pagamento, posteriormente passou para o BEM (Banco do Estado do Maranhão). O salário atrasava, um mês, dois meses, não era coisa muito grande, mas atrasava.

Naquela época a transferência nominal lá da prefeitura era muito pequena, e você sabe que a educação e a saúde têm percentuais garantidos em lei, né?! Inclusive na Constituição Federal ela segura 25% para Educação de tudo que é arrecadado e 15% para a Saúde, aí vão só no orçamento...

Nós tivemos uma grande assembleia na... era a professora Maria Eugênia que era Secretária Municipal, a professora adjunta dela, vou já me lembrar o nome dela aqui, e foi feito no início do ano lá no Lítero, ela reuniu mais ou menos uns mil e quinhentos professores, a prefeita Conceição Andrade, reuniu esses professores pra distribuir agendas e falar do planejamento d administração municipal. Lá estavam presentes vários vereadores, muitos vereadores lá. E eu não fui enquanto presidente da entidade dos professores, convidado. Mas fui como professor. Aí quando eu cheguei lá,

A adjunta: Oh, meu filho, tudo bem? Tudo bem?

Eu digo: - não, não tá bem não.

Ela: - Oh, meu presidente...

Eu: - não, aqui não está o presidente aqui está o professor Arimatéa Machado.

Ela: - O que foi que aconteceu?

Eu: - nós não fomos convidados como entidade para participar dessa reunião aqui.

Ela: - Pelo amor de Deus. Vou falar com Maria Eugênia, que ela que ficou responsável pelas autoridades.

Maria Eugênia: - Oh, meu irmão, me perdoa porque eu falhei, e tal... mas você vai ter voz e vez lá em cima, vai sentar na mesa lá.

Aí, nós sentamos à mesa e eu já tinha todas as nossas reivindicações da categoria elencadas e para infelicidade deles, eles me chamaram primeiro pra falar (risos). Aí eu falei das dificuldades dos professores: Reposição salarial, insalubridade, cumprimento de plano de cargo e carreira em toda sua plenitude. Mas o mote principal era a reposição salarial. Então eu falei das dificuldades dos professores, porque nós tínhamos muitos professores afastados o exercício por adquirirem doença ao longo do percurso profissional, e que não tinha insalubridade. Nós queríamos uma reposição salarial de 42,17%, aí Conceição Andrade se levantou do lugar dela e veio e perguntou: - Professor Arimatéa onde foi que o senhor achou esses números. Eu: - Não achei, prefeita, eles estão escritos no DIEESE. Eles é quem fazem a estatística de déficit salarial. Ela: - não, mas não é possível. Aí foram pro andamento da reunião quando ela foi falar, que ela tocou no assunto, oferecendo 17% pra categoria, aí explodiu. Eles não conseguiram mais fazer a reunião, os professores começaram a reclamar... Tentaram entregar logo as agendas, os professores foram pra cima, não tiveram mais controle de distribuição. Aí, um saía com 10 outro com 5. Acabou a reunião, e por consequência disso, todas as outras vezes, eu como presidente fui convidado pra participar, porém eu não tinha voz e nem voto, nada; mas eu ia, todas as vezes que a entidade era convocada eu estava presente.

Aí foi assim, uma gestão de muitas lutas e cada presidente teve seu momento, mas nenhum teve tanto investimento para garantir dias melhores para a categoria, para a classe dos professores, como nós fizemos. Até hoje, essas últimas gestões aí nós temos visto, da professora Lindalva... foi uma Lindalva depois veio outra Lindalva, não é?! Duas Lindalvas, salvo engano. E então elas tentaram, mas a Lindalva, que era minha secretária na época, não tantos ganhos assim porque ela tinha um certo atrelamento político, entendeu? E essa clareza todo gestor da entidade tem que ter. Ele não pode estar ligado a político, a nenhuma tendência política, mas ele deve manter a política da categoria bastante dependente disso, sob pena de não avançar nas lutas. As vezes são cargos são interesses próprios, cargo comissionado pra um filho, pra uma filha, pra um parente, pra não sei quem da diretoria, se contempla ali e o restante da categoria fica vendo o navio passar. Infelizmente isso aconteceu muito, não sei se ainda acontece. Quero crer que não, mas se tá acontecendo é lamentável.

Com relação a que da Educação, da política educacional, a entidade se manifestava também em defesa da educação pública? Como essas manifestações eram expressas?

Nós entendemos que todo cidadão... aí têm as esferas, têm os entes, ele tem, independente dos entes, ele tem que ter uma educação de qualidade, porque essa educação vai ser o norteador da vida dele. E nós fizemos vários e vários... nós, a entidade, proporcionamos vários treinamentos. Quando até a própria administração não fazia isso, ela já veio fazer isso no período da professora Tereza Pflueger pra cá, que nós tivemos a oportunidade de participar fora da entidade, já como gestor, como político. Mas a professora Tereza Pflueger deu uma nova cara para a educação no município, ela era professora da universidade, e a professora Conceição Raposo também deu um suporte técnico, era nossa colega na universidade. E teve essa preocupação tanto da entidade, da APEMM, quanto da parceria, no momento em que ainda não era a minha gestão, porque a minha gestão não tem nada a ver ainda com a gestão da professora Tereza Pflueger. Então antes, nós fizemos todos esses fóruns de reciclagem, de capacitação para a categoria, nas diversas categorias dentro da classe, professores de Educação Física, de Línguas, de Matemática... nós buscamos fazer muitos fóruns desses, entendeu?! E a gente conseguia porque eram fóruns com uma representação pequena ainda na época, então participavam quase todos os professores. Hoje pra você fazer um fórum dessa envergadura, você tem que ter ambientes grandes propícios pra que isso aconteça. Então foram muitas capacitações, e nós lutamos para que houvesse uma qualificação porque nós tínhamos muitos professores, que eles chamavam professores leigos, não tinham habilitação superior, e nós lutamos para que a categoria buscasse essa qualificação. Até porque muitos dos professores que

ficaram aqui na Classe A do Estatuto do Magistério foi porque não tinham habilitação. Posteriormente foram se estimulando porque viram o ganho real que tinha dentro do Estatuto do Magistério, a partir da nossa... daquele ganho de 84,66%, e se acharam merecedor, mas a condição *sine qua non* deles merecerem era se qualificarem e 99% da categoria buscou e se adequou pra isso.

O senhor acha que a entidade de alguma forma contribuiu para o processo de redemocratização do país?

Com certeza, com certeza. Porque hoje o sindicato dos professores do município, o SINDEUCAÇÃO, é visto como um fórum permanente de defesa dos professores e da cidadania. Então eu creio que um reflexo talvez... nós somos um pingo d'água num mar de entidades que tem a Federação, mas eu tenho certeza absoluta que algumas conquistas, por exemplo, essa reposição salarial foi inédita no país, foi uma referência no país todinho, só no diálogo. A partir desse ganho Conceição Andrade já nos viu como adversários políticos porque foi quando houve o rompimento dela com Dr. Jackson Lago. Então a partir daí ela passou a nos ver como adversários políticos, não nos via como classistas, como representante classista.

Professor, no começo da nossa conversa o senhor citou a PREMEN, o que seria a PREMEN?

O PREMEN foi o primeiro programa. Foi o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio – PREMEN. Ele foi instituído porque a carência era muito grande de professores no Nordeste e tinha professores leigos, não tinham professores habilitados, então foi pego, dos nove estados que compõem o Nordeste, tinham 6 estados participando dessa capacitação, dessa habilitação, que foi a nível de licenciatura curta, em Belém do Pará, nas diversas disciplinas, até agrária era disciplina.

Leonir é o nome da professora secretária adjunta que eu falei, e não lembrei o nome, Leoni, ela na época, ela era da universidade e veio via universidade dar essa capacitação. Veio uma equipe de Belém pra cá pra fazer o vestibular, foi feito o vestibular e os professores selecionados foram pra Belém fazer a licenciatura curta. Eu fiz a licenciatura plena lá porque na época as escolas que nós íamos trabalhar não estavam prontas, então eu aproveitei o ensejo e fiquei lá.

Essa questão da licenciatura curta aparece no debate, lá no primeiro concurso do município em 1992, quando houve o primeiro concurso. A APEMM vai solicitar a suspensão do concurso porque o edital não contemplara a formação em licenciatura curta, somente licenciatura plena. Os jornais não mostram, vocês conseguiram reverter para que o edital abarcasse os professores com licenciatura curta?

No Estatuto de promulgação em 1985, pela prefeita Gardênia Gonçalves, ela já previa essas classes. Então foi negligência da administração não reconhecer isso que era a lei, entendeu, era lei. Então foi daí que houve a mobilização pra que até os professores leigos entrassem lá na categoria “A” e tinha 5 anos para que eles se habilitassem, estava tudo isso previsto dentro do Estatuto. Então automaticamente com o recurso que foi impetrado pelo prof. José Carlos Bastos, a categoria foi contemplada amplamente. O edital foi reformulado e aceitou a licenciatura curta.

O que mais lhe marcou com toda essa experiência na luta sindical?

Foi a nossa não reeleição, nossa reeleição por conta, talvez da falta de consciência dos professores. Ademais faz parte do processo, entendeu? As lutas, as buscas por dias melhores, ampliação do suporte físico da categoria como foi feito, edificado o prédio, deixamos com carro em andamento, carro, celulares, gabinete dentário funcionando tudo. Então a minha maior decepção para a categoria foi a falta de reconhecimento do nosso trabalho.

Por outro lado, vimos crescer a participação dos professores nas assembleias quando nós fazíamos, sempre eram numerosas, então houve uma consciência nesse sentido de participar, porque sempre nesses pontos de pauta estava a questão salarial, aí o professor se movia, creio que mais por conta disso aí.

Como o senhor caracteriza a base social dos professores naquele período?

Pobres. O professor passou dessa categoria de baixa renda para média, a partir do crescimento dos salários por conta dessas lutas todas que nós envidamos. Eu tenho alguns apontamentos, eu tenho portfólio com alguns recortes das lutas da nossa gestão. Então tudo que era publicado eu ia arquivando, vou procurar pra ver se pode te ajudar também.

Nos jornais identificamos uma luta empreendida pelos professores do município classificados como horistas em 1985. Havia algum tipo de distinção nos salários ou todos recebiam por hora-aula?

Pelo que eu me lembro nós tínhamos todos salário hora-aula. Salvo engano tinha uma diferença entre quem era do primário, secundário, ou era o quarto ano. Mas isso tudo foi organizado quando foi feito o Estatuto do Magistério em 1985, ele estabilizou todo mundo por categoria, por classe, por nível, e a partir daí as pessoas que não tinham ainda a qualificação devida, ganharam cinco anos pra se qualificar, para tentar alojar todo mundo no Estatuto do Magistério. Aqueles que conseguiram entraram para o estatuto, aqueles que não conseguiram foram excluídos. E os professores normalistas também tiveram esse prazo que era para se atualizarem e mudarem de nível para o nível superior no Estatuto do Magistério.



UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) José de Animateã Salvador Machado

Gostaríamos de convidá-lo para participar voluntariamente da pesquisa “**HISTÓRIA E PROPOSIÇÕES POLÍTICAS E EDUCACIONAIS DO SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA REDE MUNICIPAL DE SÃO LUÍS – MA [SINDEDUCAÇÃO] - (1972 - 2003)**”. Este estudo tem como objetivo remontar e analisar a trajetória histórica e as transformações ocorridas ao longo da referida periodização em relação às origens da organização política dos professores da rede pública municipal de São Luís até sua adesão para o caráter sindical em 2003. Os resultados desta investigação poderão contribuir para o aprofundamento de estudos e iniciativas destinados à valorização e o desenvolvimento educacional no Brasil, o aprofundamento da história da educação maranhense e a valorização das memórias e da história como elementos constituintes fundamentais para a sua construção.

A coleta de dados dessa investigação consiste na realização de entrevistas considerando questões relacionadas ao objetivo desta investigação com personagens que participaram ativamente na construção da Associação de Professores do Ensino Médio Municipal de São Luís (APEMM) fundada em agosto de 1972, que em 1994 teve sua denominação alterada para Associação dos Professores e Especialistas em Educação do Ensino Municipal de São Luís (APEEM), que em 2002 sofreu nova alteração tornando-se Associação dos Profissionais do Magistério do Ensino Público do Município de São Luís (APMEP), até sua modificação em dezembro de 2003 para SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO ENINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO LUÍS-MA – SINDEDUCAÇÃO-SL. Também é resguardada ao entrevistado a garantia de receber esclarecimentos sobre a metodologia desta pesquisa, antes e durante o seu curso.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, para ter ciência do estudo “**HISTÓRIA E PROPOSIÇÕES POLÍTICAS E EDUCACIONAIS DO SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA REDE MUNICIPAL DE SÃO LUÍS – MA [SINDEDUCAÇÃO] - (1972 - 2003)**”, bem como uso dos resultados desta investigação, que poderão contribuir para estudos futuros.

Ressalto que ficou claro para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos necessários no percurso do estudo. Após o término da pesquisa, as gravações permitidas serão devolvidas aos entrevistados que tiverem interesse em recebê-las.

Concordo voluntariamente em participar desta pesquisa, tendo clareza de que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o percurso, sem penalidades se for esse o meu desejo, como também autorizo a divulgação pública do meu nome próprio no corpo do trabalho e em suas referências.

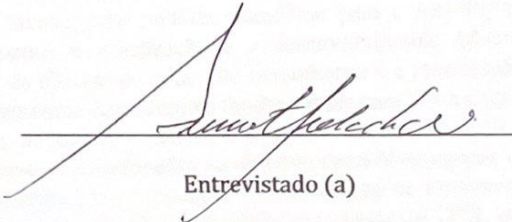
Figura 34: Termo de consentimento livre e esclarecido

Esta pesquisa não resultará em nenhuma despesa financeira aos participantes, assim como também não haverá nenhuma compensação financeira pela sua participação. Informamos que este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi elaborado em duas vias. Se forem necessários maiores esclarecimentos, me coloco à disposição dos entrevistados deste estudo por meio do telefone: +55 11 46613649 ou +55 11 98981379611 e-mails: carlosbauer@uni9.pro.br ou vanessappge@uni9.edu.br

Carlos Bauer e Vanessa Amorim, responsáveis por esta pesquisa.

HISTÓRIA E PROPOSIÇÕES POLÍTICAS E EDUCACIONAIS DO SINDICATO DOS
PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA REDE MUNICIPAL DE SÃO LUÍS - MA
[SINDEDUCAÇÃO] - (1972 - 2003)

ASSINATURA DOS PARTICIPANTES



Entrevistado (a)

Vanessa Amorim, responsável pela pesquisa



Carlos Bauer, responsável pela pesquisa

Figura 35: Termo de consentimento livre e esclarecido (verso)

APÊNDICE D – ENTREVISTA COM LEONEL TORRES

TORRES, Leonel. Entrevista. 1h e 24m. [22 de jul. de 2022]. Entrevistadores: AMORIM, Vanessa; BAUER, Carlos. Maranhão, 2022. 1 arquivo mp3 (1h e 24m).

Professor, gostaria que o senhor falasse um pouco sobre sua formação, seu nome completo e como foi para o senhor chegar na Rede Municipal de São Luís?

Inicialmente, uma boa tarde e agradecer pela oportunidade da entrevista. Eu sempre fui um militante social desde o tempo de ensino médio, fiz parte do CA (Centro Acadêmico) do ensino médio em Caxias - MA, do Diocesano e na Universidade em 1991 não foi diferente. Fui diretor do CA de Educação Física por duas gestões, fui representante dos estudantes da UFMA no COSUN, que é o Conselho Universitário daquela Universidade no ano de 1993, por dois anos e em 1998 eu fui um dos diretores do DCE da UFMA, que muito me orgulha, ao lado de muitos companheiros e companheiras e quando passei no concurso em 2002, no Estado e no Município no mesmo ano, logo que eu assumi no dia 05 de agosto daquele ano, e quando deu com dois meses mais ou menos, eu já estava filiado ao Sindeducação e ao mesmo tempo ao Sinproesemma que representa a nossa categoria do Estado. No entanto, o Sinproesemma não nos dava abertura para estar chegando junto, todo novato era considerado assim estranho, já no Sindeducação, na época era APEMM, a gente não teve essa espécie de barrismo, pelo contrário, abriram os braços para os recém-ingressos. Naquele tempo o prefeito era o Dr. Jackson Lago, em 2002 e, já não havia concurso na rede Municipal há dez anos. O que havia, havia bolsistas, e esses bolsistas eram quem administrava didaticamente falando quase toda a rede municipal de São Luís. Com o advento do Concurso, que foi inclusive imposto pelo Ministério Público, porque há uma lei que diz que quando tem dez anos sem concursos e alguma entidade prova que há carência, o Ministério Público aciona a justiça e obriga o ente federativo, no caso a Prefeitura, no caso em 2002, a realizar o concurso, que foi o que aconteceu e a gente passou nos dois concursos e, logo que me filiei e veio o desconto no contracheque eu me aproximei da direção, na época era a professora Maria Lindalva Batista, na antiga APEMM. Fomos nos aproximando e participando das assembleias, participando dos movimentos. Logo um ano e meio depois os nossos vencimentos muito lá embaixo, na época também nós tínhamos 75% de incentivo de sala de aula e nós nos aproximamos, se não me engano, me desculpe aí algumas datas, mas já em 2003 eu mais próximo da direção, mais próximo de todo mundo, fazendo amizades e participando dos eventos da categoria a gente conseguiu convencer a Direção da APEMM de que era bom a gente transformar a APEMM em sindicato, não foi fácil, houve uma pequena rejeição por parte da diretoria, porque a APEMM era uma associação e, se tratando de associação na justiça, ela só defende os filiados e ela tem sua limitação. O sindicato é mais

amplo, quando ele entra com ação coletiva, independente de estar na ação, a categoria todinha é contemplada, pelo menos aqueles que estão. Na associação apenas, tão somente os filiados. Então, sabendo disso, a gente fez essa fala e convenceu, inclusive, eu fiz parte da elaboração do estatuto, apesar do estatuto já estar um pouco caduco, mas era o que tínhamos na época. E assim, com muita vontade, com muito vigor, com toda a militância de universidade a gente veio com vontade para fazer a defesa dos interesses da categoria e dos seus direitos e buscar mais direitos e então transformamos, inclusive já li aqui e está correto em dezembro de 2003, a gente transformou a APEMM em sindicato, no caso o Sindeducação – Sindicato dos Profissionais do Magistério Público Municipal de São Luís, enfim é isso e logo que, transformamos, que homologamos, que registramos o nosso Estatuto lá no Cantuária de Azevedo. A Direção do Sinproesemma que sempre fez a oposição e atualmente continua, porque existe atualmente um grupo muito grande lá que nos faz a oposição e desde 2001 eu ainda estava só em perspectiva de fazer concurso e quando eles souberam que a gente estava se transformando em sindicato eles entraram com ação em Brasília e aqui simultaneamente para que nós não homologássemos e para que o sindicato não fosse reconhecido. O que eles alegaram na época era que, a base territorial de São Luís já tinha um sindicato que fazia a defesa da categoria, no caso o Sinproesemma. Não sei se você sabe, o Sinproesemma é do município e do estado, então inclusive lugares do município do Maranhão que não tem sindicato, eles têm um setor lá deles e, assim eles fizeram, só que eles perderam lá em Brasília e perderam aqui e, assim, nós registramos no Cantuária de Azevedo. O que acontece, ao fazer isso foi sugerido um mandato tampão de dois anos e aí eu coloquei como vice-presidente e assim o grupo que estava aqui aceitou e a gente passou dois anos em um chamado mandato tampão desse presidente, e dois anos depois realizamos a eleição dentro do parâmetro de nosso estatuto e é o estatuto que reza até hoje aí, e continua o estatuto porque são quatro anos o mandato, aí eu me coloquei de novo dentro do grupo como vice-presidente e não fui aceito pela nossa militância, pelas nossas intervenções, pelas nossas reportagens, inclusive a Mirante fez a cobertura disso e na época já não era prefeito da cidade Jackson Lago. Dr. Jackson Lago saiu candidato a governo do Estado ao qual não venceu e teve que entregar dois anos de mandato para o vice que era Tadeu Palácio, então Tadeu Palácio ficou dois anos e se candidatou em 2006 e ficou por mais quatro anos, então esse período que eu estou falando é o período do Tadeu Palácio e nós participamos nesse momento de vários momentos e várias questões, gostaria de lembrar a vocês porque a gente também participou da revisão do nosso plano de carreira e vencimentos, nosso PCCV, eu fiz parte da Comissão ao qual em 2007 foi aprovado no dia 29 de dezembro, passem vocês, 29 de dezembro daquele ano todo mundo pensando na virada do ano e Tadeu Palácio chamou uma

reunião extraordinária da câmara e aprovou com o intuito de tirar algumas questões que já estavam pacificadas .

A Prefeitura de São Luís para a revisão desse Estatuto, eu não sei se estou pulando alguma coisa, é porque uma conversa puxa a outra e para a revisão do nosso Estatuto, a gente sugeriu o nome do nosso vice-presidente na época da nossa CNTE , que é a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação no Brasil, Milton Canuto, e eu fui várias vezes à Brasília, fui umas três vezes à Brasília em nome da categoria e fiz amizade com Canuto e ele entende muito disso, ele é economista e é especialista, tem especialização na área de administração e, assim, a gente trouxe o nome dele como sugestão, o Secretário de Educação na época era Raimundo Moacir Mendes Feitosa e em um dia em uma reunião conosco, com a direção do Sindicato e eu também, desculpa a redundância, ele perguntou assim, “se vocês quiserem colocar um nome para a gente discutir, a gente vai abrir as portas da prefeitura toda a documentação, economicamente falando do que é possível”, aí eu levantei a mão e disse nós temos, que é quem a gente sugeriu para a direção aqui na época trazer Milton Canuto e a gente trouxe, aí a prefeitura não pagou nada para ele, a gente não aceitou, então quem pagou foi o sindicato, a única coisa que a prefeitura pagou e a gente aceitou foi a estadia dele aqui. Os dias que ele passou no hotel foram pagos pela prefeitura, mas de forma voluntária, até pra ele não sofrer pressão, o cara está me pagando, então quem tinha que pagar era a categoria e Milton Canuto passou um bom tempo aqui, debruçou em cima e pediu pra toda a questão de arrecadação da prefeitura, o camarada é muito bom Milton Canuto, defendo ele até hoje e, aí, nós conseguimos aprovar mesmo que capengamente, porque foram tiradas algumas questões que foram pacificadas já em reuniões com Milton Canuto e Abapuru, porque o Secretario na época Moacir Feitosa ele contratou uma empresa de São Paulo para fazer entre outras coisa isso aí, a gente conseguiu ir para cima e conquistar muitas coisas importantes, como por exemplo, o que eu defendo no estado, muita gente é contrário mas eu defendo e até hoje eu acho que a categoria está agradecendo a gente e eu defendia e aconteceu a incorporação da GAM, que é nossa gratificação de sala de aula, porque que a gente entende que tem que incorporar, porque dependendo do prefeito se ele quiser tirar ele tira, aí a exemplo disso foi a Roseana, que tirou a nossa de 130% para 104% e hoje está em 122,5 %, quer dizer; oscila conforme o prefeito ou governo, incorporando ou não, entendeu? O que a gente queria que não aconteceu dentro de nosso plano de carreira e vencimentos, foi a questão também do difícil acesso, a gente queria que o difícil acesso não fosse gratificação, entendeu, porque a palavra gratificação quando você se aposenta é tirado e eu não acho justo, a pessoa passa digamos passa vinte anos na zona rural, aí de repente ganhando 5%, a gente não queria 5%, no primeiro mês a gente fez a defesa de

10% e terminamos ficando com 5% que está até hoje. É porque a pessoa passa vinte anos e se aposenta na zona rural e depois quando se aposenta não incorpora, então a gente queria outro nome que eu não lembro agora, assessorado pelo Canuto, porque com esse outro nome ficaria incorporado para sempre, inclusive quando aposentado, mas não passou.

A outra questão de conquista nossa que a gente agradece até hoje, não sei se vocês sabem, mas antes nosso era anuênio e nosso anuênio antes era quinquênio. O que é isso, você passa cinco anos ganhando tantos por cento e eles só aumenta mais cinco depois de cinco anos, então não é justo isso, então a gente entendia que tinha que ser anuênio, cada ano 1% e não esperar cinco anos para você ter 5%, no primeiro um, no terceiro três e assim sucessivamente, então não congela, então a gente conseguiu transformar o quinquênio em anuênio. No Estado, por exemplo, até agora continua anuênio, não sei por que aquela direção faz isso conosco, maltrata muita gente. Então é isso de conquista no município por esse período como eu de vice-presidente por seis anos.

Então professor, a gente já sabe que houve uma tentativa de criar um sindicato único que o senhor destaca na sua fala, por parte do Sinproesemma. O Sinproesemma queria representar os professores do Município de São Luís?

Isso. Por conta da APEMM, eles não se importavam porque era uma associação, quando a gente disse sindicato, por que não sei se vocês sabem, o Ministério do Trabalho em Brasília tem uma secretaria, chamada Secretaria Sindical e é lá que a gente recebe a chamada carta sindical, aquela carta sindical, ela vem uma numeração e essa numeração a gente remete para a prefeitura e ela tem a autoridade a partir da carta sindical expedida para determinado sindicato, no caso o nosso, como aconteceu dá o poder para a prefeitura descontar o percentual devido, no caso nosso é 1%, e antes da APEMM era 2,5% e aí passou para 1% porque a gente disse assim, olha gente vai se filiar mais gente e assim foi as pessoas vão se filiar a 1% tranquilo. Tem sindicato que é 1,5%, tem sindicato que é 2%, depende de cada votação em assembleia, mas aqui como nós temos mais ou menos sete mil e poucos professores, se todos se filiassem seria uma arrecadação razoável para um sindicato se manter e gostaria de deixar registrado, eu faço a defesa intransigente de um sindicato independente, classista, não aparelhado por nenhum partido, não concordo com isso eu sou terminantemente contra e não aparelhado a prefeito ou a secretário a ou b, entendeu, porque há uma razão muito simples e para mim racional.

O sindicato, ele é mantido por quem? Ele é mantido pelo percentual que é descontado de cada trabalhadora e de cada trabalhador, portanto nós não devemos nada a ninguém, então não podemos ficar refém do patronato ou refém a um partido a ou b. Isso não significa dizer, gostaria de esclarecer está aqui gravado de que a ou b, professor ou professora, qualquer que seja não

possa se filiar a um partido, eu pelo menos sou filiado a um partido entendeu, mas não concordo atrelamento a um partido de forma nenhuma, as decisões têm que ser tomadas soberanamente, em que as decisões sejam discutidas e avaliadas, votadas e consignadas em ata pela categoria, a categoria tem que ser respeitada, em nosso Artigo 4 de nosso estatuto, tem dizendo “as assembleias gerais são soberanas”, está lá muito bonito, todo estatuto tem que ter isso, então se nossas assembleias gerais são soberanas, a gente não pode entender, compreender, é incompreensível, inadmissível que outra força de fora, estranha, venha determinar os rumos de uma categoria de um sindicato, portanto a categoria é soberana sobre isso.

Um sindicato único não seria importante para a categoria de professores no Estado do Maranhão?

Não, por duas razões. Poderia ser só uma, mas no caso específico do Maranhão, eu também sou professor do estado e sofro muito com isso, pra você ter uma ideia, tem um grupo dentro do Sinproesemma que tomou poder em 2001, e nós estamos em 2022 e as mesmas pessoas estão lá, trocando apenas de cargos, então quando não é presidente é vice, quando não é, é secretário geral, você fica fazendo rodízio, isso se torna vicioso e se torna muito ruim para a categoria, porque os interesses da categoria ficam em segundo plano. A outra questão é que no Maranhão nós temos 217 municípios e uma direção de um Sinproesemma que tem 108 diretores não tem pé, perna, força para abranger uma categoria e todos os municípios, tanto o município que se considerar capaz, a categoria que se considerar na sua autonomia e poder criar um sindicato mais próximo, mais coeso, mais junto, para defender os interesses municipais que estão ali no dia a dia, muito melhor, muito melhor, então foi nessa direção e compreensão que a gente convenceu a diretora a se transformar em sindicato, porque o Sinproesemma não consegue abarcar os 217 municípios, por mais que queira não tem, é uma questão lógica e visível que está aí, a exemplo disso foi quando a gente fundou o Sindeducação. O que aconteceu ao fundar o Sindeducação, nós ampliamos a limitação anterior que era da ASPEEN, trouxemos mais filiados, falamos mais próximos, fazemos maiores assembleias e assembleias constantes, várias vezes, essa última aí sobre os precatórios, entendeu, e é muito melhor, porque quem está no município é que sabe.

Agora, imagina você, nós temos uma sede do Sinproesemma aqui em São Luís, lá no Centro Histórico, como é que eles vão estar sabendo o que está acontecendo lá em Marajá do Sena, que é um dos municípios mais pobres do Maranhão, lá em Caxias, lá em Codó, lá em Timbira, é muita coisa, em Santo Amaro, em Barreirinhas etc., então foi a partir desse entendimento, inclusive eu gostaria de dizer para você nessa entrevista que, a partir desse entendimento agora recentemente São José de Ribamar transformou o núcleo do Sinproesemma, os professores

foram pra cima, foram os recém egressos que entraram no último concurso de São José do Ribamar e criaram um sindicato, por entender que é melhor aquele que está bem próximo ali das questões, do Prefeito, do Secretário de Municipal e quem deu muita vontade para outros sindicatos foi a partir no nosso, porque o nosso, eu não gosto dessa frase porque ela é muito ruim, mas quer queira quer não São Luís é a capital do estado, então os holofotes estão voltados para cá, se acontece coisa boa com a categoria qualquer que seja aqui os municípios tomam como exemplo, então aconteceu da gente encorajar muitos outros municípios e, o último agora foi São José de Ribamar.

Uma observação, o Sindeducação também encorajou os professores do Município da Raposa e já estão querendo, se movimentando para um sindicato, então assim, a importância do Sindeducação como você está colocando, de dá esse gancho para outros municípios menores terem essa capacidade de fundar seu próprio sindicato, sendo que, o Sinproesemma como tu estás citando aí não consegue abranger todos os trabalhadores, por mais que queira, o Maranhão é muito grande e ele não consegue estar em todos os municípios e, essa questão dos próprios municípios construir seus próprios sindicatos e o Sindeducação fazer parte dessa história é muito importante.

Exatamente professora Adriana, está de parabéns, obrigado pela colaboração. É isso, o que mais temos aí?

Em 2003 tem uma Assembleia que vai discutir a entrada do Sindicato, que já era sindicato pra CUT e para CNTE, inclusive tem representante da CUT que vem conversar com os professores, pedir tentando convencer a categoria a filiar-se a CUT e a CNTE. Os professores aprovam a entrada da entidade a CNTE, mas são contra a entrada para a CUT. Tu estavas presente nesse momento? Saberias dizer o porquê que os professores optaram por não se filiar à Central dos Trabalhadores?

Uma assembleia muito bonita, eu estava presente e quem veio representando a Central Única dos Trabalhadores a qual eu era simpatizante, hoje já não sou mais, por ela ter desviado da sua real função, o Marcos Vandaí, meu amigo, filósofo, professor, gente boa. Por que que não passou e, também, a gente compreendeu, porque naquele dia se não me falhe a memória só tinha dois representantes de entidades de centrais e, a gente tem mais entidades. Hoje temos a CUT, tem a CTB, hoje nós temos a CGT, hoje nós temos a CSP Conlutas, hoje nós temos várias outras Centrais Sindicais. O que que a categoria, alguém fez a defesa, não sei se foi eu, não lembro, mas é que não é, não cabia colocar em votação por conta do desfalque da falta de convite às outras centrais, inclusive a própria CUT entendeu isso, compreendeu, inclusive deve

estar registrado em ata de que em outro momento se faria com mais representantes e que a categoria tivesse também mais opções e assim foi feito.

A CNTE fez a defesa de forma intransigente de que ser filiada a CNTE, de que o argumento que era contra a filiação do Sindeducação recente filiado ao CNTE, de que convenceu a categoria e que não me convenceu, é de que a CNTE estava muito tendenciosa para o governo, apesar de ser de esquerda, de representar, de ser a 5ª maior Central Sindical do mundo, me parece ser a 5ª se não me falhe a memória, a 2ª da América Latina, porque já estava muito atrelado ao governo, no caso na época ao PT. O PT tinha assumido o poder em janeiro de 2003, o Lula ganhou as eleições em 2002 do FHC. Então, eu fiz uma fala e minha fala convenceu a categoria. Muitos sindicatos já eram filiados à CNTE e muitos estava se desfiliando descontente, só que nós recém-criados, bebês, ainda não tínhamos experimentado da fonte, então era bom que experimentássemos, ou seja, que nós nos filiássemos à CNTE, inclusive a CNTE tem muito material que nos encaminharam de forma gratuita e se nós ficássemos descontentes nada nos impediria de chamarmos assembleia pra se desfiliar, então a partir disso foi colocado em votação e nossa fala foi vencedora, no sentido de que os outros sindicatos que estavam se filiando já estavam há dez anos, quinze anos filiados à CNTE e nós não estávamos a nem um dia filiado, portanto era bom que a gente se filiasse primeiro, provasse, fosse na fonte, experimentasse, depois poderia chamar outra assembleia e se fosse o caso se desfiliasse, então até hoje somos filiados à CNTE e recentemente ao DIEESE e eu sempre fui na defesa de nos filiar ao DIEESE, foi isso que aconteceu naquele dia, naquela assembleia. Pra fechar a questão depois disso, ficou aberta a filiar-se a CNTE e não a não a nenhuma outra Central Sindical enquanto não houvesse uma outra assembleia com um maior número de representantes de entidades outras, mas depois disso até hoje não aconteceu, então até hoje o Sindeducação não é filiado a nenhuma, nós nos aproximamos de alguma, como a CSP Conlutas esteve conosco nos últimos oito ou dez anos, muito próximos, mas tem muitas entidades sindicais aí e eu sou a favor que se filiem a uma a, b ou c, mas que a categoria decida isso em uma assembleia geral específica para aquilo.

Nós tínhamos um estatuto, mas não tão interessante. E aí? Eu já até destaquei algumas questões. Uma outra questão que eu fiz a defesa e descobrir é porque de forma sorrateira a prefeitura pagava 1/3 de 30 horas das nossas férias, veja só, as nossas férias são de 45 dias, então não tem cabimento você ter 45 dias de férias e na hora de pagar, pagar 1/3 de 30 e não de 45 e, isso eu descobri na mesma hora que me sentei na comissão representando a categoria. Nós fomos pra cima, convencemos na época o Secretário Moacir Feitosa de que havia um erro, é tão tal que agora depois de muitos anos nós entramos na justiça com uma ação coletiva e os professores

estão recebendo esse $1/3$ de 15. $1/3$ de 15 é quanto? 5, 3 vezes 5 = 15. Então, 15 dias trabalhados atualizados. Então eu sei quanto eu vou receber até os centavos, para não sair meu nome da lista, eu estou na 9ª lista e ele está pagando progressivamente, que são mais ou menos quatro mil professores.

Por quê? Porque em 2007 na discussão, Moacir Feitosa disse assim em uma reunião: percebo, vejo, observo, tem um erro. Para não emperrar a gente crava no estatuto que vai ser $1/3$ de 45. Porque o que eu estava pedindo representando a categoria era que, ele reconhecesse imediatamente e já pagasse o que para trás estava errado. Ai, ele disse ao professor Canuto, não tem condição. Não tenho rubrica para isso. Vamos fazer o seguinte, vamos nos preparar com um estatuto melhorado, vamos pagar $1/3$ de 45 a partir de agora para a frente e para trás vocês entrem na justiça, com certeza vocês vão ganhar. Aí eu olhei para Canuto, olhei para Lindalva, nos reunimos e acatamos, entendeu? Claro que a gente trouxe para a categoria depois, a gente não estava ali para assinar nada e eu também não concordo com isso, esse negócio de assinar sem trazer para a categoria. A categoria aceitou, acatou e então é o que estamos recebendo agora, os devidos para trás. Então a partir daquele advento da aprovação do nosso estatuto, começou-se a pagar $1/3$ de 45 dias, e eu dei como exemplo o estado, como é que o estado paga $1/3$ de 45 e a prefeitura paga $1/3$ de 30? É questão matemática, aí aconteceu, aí eu não gosto quando o professor ou professora diz assim, “em janeiro é nosso recesso”, não tem recesso, nós temos férias, gozadas 30 dias no mês de julho e depois 15 dias no fim de dezembro e mais duas semanas em janeiro, nós temos férias, então é por conta disso que o professor vai repetindo recesso, então se tem recesso de 15 então férias são só 30, então vamos pagar $1/3$ de 30. E assim aconteceu, eu acho que esse foi um dos grandes ganhos e o outro foi transformar o quinquênio em anuênio, porque cada ano o professor pega 1% e não tem que esperar 5 anos para cair 5%. O estado continua infelizmente 5%. Outra questão que eu considere importante é que tentaram colocar 30 horas para o professor, a gente entende que 30 horas é ruim para o professor e professora, porque 30 horas se você aceita dá certinho de você trabalhar de segunda à sexta, eles querem o professor e a professora sem nenhum dia de descanso, é inadmissível isso. Eu não sei como esses gestores e gestoras pensam assim, em se tratando especialmente as mulheres, porque tem toda uma forma orgânica diferenciada em relação ao homem e não ter um descanso devido para a mulher, entendeu, e não é um preconceito não, é um respeito às mulheres, mães, jornadas duplas, triplas, e ficar em pé de segunda à sexta, aí chega as varizes etc, então a gente não aceitou, como perspectiva e está acontecendo, ficaram as 20 horas semanais, 24 e 40, quando houvessem novos concursos passariam a ter 40, na época não tinha 40 horas, era só essas duas, então a gente considerou essa sim, porque a correlação de forças

foram crescendo, porque a medida que nos transformamos a APEMM em sindicato, nós fomos transformando e teve mais visibilidade, entendeu, também com novos chegando, na época eu era novo, não somente eu tinha mais pessoas novas chegando e fomos nos filiando e aumentou o número de filiados. Pra você ter uma ideia, quando eu era vice-presidente daqui, 2003, 2004 e 2005, o sindicato arrecadava 16 mil reais por mês, 16 mil já com essa sede e tudo mais. Quando nós transformamos em sindicato foi para 33 mil reais, dobrou, porque aumentou rapidamente o número de filiados por conta dos recém egressos. A maioria das pessoas, isso antes de 2002, que eram da rede, eram bolsistas, quando filiadas as pessoas ficam empoderadas de serem filiadas ao Sindeducação e assim cresceu e à medida que foi abrindo concurso as pessoas foram se filiando, hoje o sindicato arrecada mais de 100 mil. O sindicato hoje arrecada quase um milhão e trezentos mil por ano. Então aqui quando começou era assim, comprava um lápis e tinha que prestar contas, não que não preste contas agora, não estou dizendo isso, pelo amor de Deus, mas que era muito limitado os valores. Então foi ganhando credibilidade, apareceu na mídia, enfrentamentos, fizemos greves bonitas, ocupamos uma vez, parece que foi em 2008 ou 2009, nós ocupamos a Câmara Municipal, ocupação é conosco mesmo viu, ocupação é conosco. Então é isso. E isso, é bom demais. O sindicato mostrou essa visibilidade, fomos à Brasília, fizemos parte dos Congressos da CNTE, eu fui a três Congressos da CNTE em Brasília, inclusive participei do último agora que foi on-line, muito bom e, com isso, vai dando visibilidade ao Sindicato e credibilidade a categoria e começa a perceber o sindicato. É isso. Eu acho que no nosso plano de carreira e vencimentos são essas questões das férias, do anuênio e não ao quinquênio, a questão das horas, nós conseguimos também cravar o respeito da nossa Lei do Piso, Art. 2º parágrafo 4º que diz que, 1/3 da carga horária tem que ser para a jornada extraclasse, lá ele não diz que tem que ser na escola, mas também não diz onde tem que ser, é por isso que a gente diz que se é possível ser o planejamento em casa, que seja em casa. Porque a Lei 11.738/2008 ela deixa em aberto, então nós interpretamos do nosso lado e, eles lá interpretam do deles, porque não diz que tem que ser em escola, diz que tem que ser no máximo 2/3 em sala de aula, o restante reservado para planejamento, contato com aluno, com pais de alunos, conversas e tudo mais. Então é isso que a gente se agarra, porque a Lei do Piso ela é muito falha, inclusive tem uma falha grande, ela não tem nenhum artigo que puna aquele gestor que não a cumpra. Tinha que ter um artigo dizendo que caso não se cumpra o gestor vai ser punido e não tem, deixa-se em aberto, por isso tem muitos gestores que interpretam a Lei do Piso ao seu bel prazer. A exemplo disso é nosso atual gestor. Então são essas questões aí e não podemos abrir mão disso nunca.

Com relação a formação política dos professores naquele momento da associação, existia já uma preocupação com isso e depois com a transformação para o sindicato, como vocês pensavam a formação política dos professores ou essa formação estava mais voltada para a questão didática, pedagógica, cursos que ofereciam aos professores que dessem metodologias? Por exemplo lá na APEMA, os professores quando saem daqui do Maranhão para Curitiba para um evento de professores, de educadores, eles ainda não estavam organizados, eles saem daqui para um congresso em educação achando que vão discutir metodologias e quando chegam lá eles se deparam com um congresso político discutindo plano de carreira, discutindo aposentadoria de 25 anos para professores em 1975 e no caso daqui da APMEP, existia essa preocupação com a formação política ou ainda não fazia parte da discussão da direção e estava mais voltado para essas questões pedagógicas e corporativas? Naquele momento, como vocês pensavam essa formação de professores nesse sentido mais político?

Então, como eu falei a gente veio de uma militância. Eu sou católico e a igreja católica tem uma área que na época a gente se aproximou bastante e infelizmente hoje estão mais afastados, que é a parte de politização que a igreja católica fazia através das CEBs, que eram os Conselhos de Entidades de Base, eu sou um fruto disso desde Caxias e a nossa militância estudantil, os Congressos da UNE, eu fui a dois Congressos da UNE e isso a gente trouxe para cá. Quando a gente chegou aqui em 2002, a gente tinha uma direção antiga que já vinha com mais de 10 anos se arrastando na mesma, o pessoal também só revezando e um caráter político assistencialista, meramente assistencialista, ajudar a ter festa em final de ano, três meses antes já se ocupava com essa festa de final de ano, distribuir presentes, viagens de aposentados e aposentadas, contratar ônibus para ir para outros estados, para Lençóis Maranhense. Esse era o caráter, meramente assistencialista e uma associação de resultados, chamado de sindicalismo de resultados e nós não defendemos esse sindicalismo de resultados, nós defendemos um sindicalismo que esclareça, que critique, que abra a mente da categoria e eu gosto de parafrasear o Lenin que ele diz, “O sindicato ele cumpra sua missão”, a direção sindical ela cumpre sua missão quando ela consegue politicamente abrir os olhos, a mente da categoria e a categoria perceba seu inimigo e nosso inimigo é o patrão, nossos interesses eles são completamente contraditórios, antagônicos aos interesses do patrão, no caso aqui específico a prefeitura. Enquanto nós queremos os melhores salários e com dignidade, eles não querem conceder salário, eles querem achatam nossos salários. A política é de achatamento, então a gente combate esses sindicatos de resultados, sindicatos por exemplo que, fecha acordo só direção com patrão. Quando temo uma assembleia que diz que a direção tem que ir para uma reunião com a

prefeitura, não está dando direito, não está dando carta branca e não está dando papel para a direção assinar em nome da categoria. Ouviu lá, nós fazemos nossa contraproposta, nós chegamos a um denominador minimamente comum, mas a gente retorna e chama uma assembleia e falamos, é isso que a prefeitura está apresentando vocês aprovam, aí a categoria tem que aprovar, porque a categoria é quem nos sustenta. Isso aqui tudinho é a categoria que faz, é o dinheiro, é o 1% da categoria, entendeu e se hoje temos dois carros é graças a categoria. Então a categoria tem que rever e tem que dizer sim ou não, então era o que tinha no momento, uma associação de resultados e extremamente também assistencialista, então era isso, não que eu seja contra, mas sindicato não pode ser só isso, se quiser você pode ir em uma empresa tal e ter um desconto de 10%, 15% não é só isso, entendeu, então o sindicato tem que está abrindo a mente da categoria, para que a categoria perceba quem é o inimigo, então eu acho inadmissível as vezes votarmos em um prefeito que sempre foi contra a categoria.

Então o senhor está destacando alguns elementos de continuidade e distintos entre o associativismo e o sindicalismo, demonstrando que há um elemento no período do associativismo que vai reverberar no período do início do sindicato, que é o assistencialismo. Isso não vai continuar depois, esse caráter?

Não porque como eu disse, o que ocorre, o que ajudou muito foi o concurso. Esse concurso ele deu ânimo, uma injeção nova, chegando muita gente com vontade, muita gente nova e que já tinha o histórico de militância, no meu caso eu contei minha história, mas tem muitos outros colegas, por exemplo, nossa atual presidente Sheila Bordalo, é uma militante, independente de estar aqui ela está militando, essa questão acontece e, outra coisa, nós quando descobrimos a CNTE, a direção do Sindicato foi por três vezes à Brasília e quando a gente volta de um congresso da CNTE, a gente volta outra pessoa. Eu te confesso três dias de discussão em nível nacional e internacional, porque a CNTE é filiada ao instituto internacional de educação, e enfim, a gente volta muito mais com vontade da luta, especificamente no livro daquele tempo em que eu fui vice-presidente, muito embora eu tenha tentado ter uma semana de leitura, da história do movimento sindical, eu já fiz isso muito no momento da minha militância, então a gente trouxe isso como experiência, outros professores fizeram também e trouxeram, as vezes alguém chega aqui e depois desaparece, tem gente que compreende, eu não compreendo, desde o dia em que entrei aqui nesse sindicato eu sempre estou em defesa intransigente da categoria, claro eu faço isso em todas as assembleias que me dão oportunidade de falar, se me dão três minutos eu falo três minutos, se me dão dois minutos eu falo dois minutos, se me dão cinco minutos eu falo cinco minutos em defesa intransigente da categoria, e isso a categoria todo mundo sabe disso, mas infelizmente tem uns que chegam e passam um ano, dois anos e

desaparecem, tem vários colegas, não vou citar nomes por questão de respeito, é isso infelizmente. Se eu sou filiado a um sindicato eu tenho que fazer a visita, eu tenho que cobrar, tenho que perguntar e está junto seja a direção que for, inclusive eu faço isso no Sinproesemma que é uma direção que eu faço a oposição, e eu gostaria de dizer que eu faço parte do Estado do COTEMACS (verificar eu não entendi essa sigla), ao qual o Sindeducação apoia, e que o COTEMACS dessa atual direção também apoiou e o COTEMACS é uma reunião do coletivo e também eu faço parte do MOPE, Movimento de Oposição dos Professores em Educação de São Luís, nosso MOPE foi que a gente começou a se candidatar em 2008, se candidatou de novo em 2012, ao qual nós ganhamos a eleição de 2012 mas perdemos no tapetão, na justiça, assumimos aqui em uma quinta-feira e quando foi na segunda o juiz mandou a gente sair, passamos dois dias na Direção, mas a gente sabe que nós ganhamos aquela eleição, a gente sabe e em 2016 nós perdemos com uma manobra muito bem arquitetada por parte da assessoria jurídica e eu não vou citar nomes também, mas que estava naquele tempo ali sabe e da presidenta da época também, porque criou da noite para o dia um tal de regimento interno, regimento da eleição ao qual colocou o fim e os empecilhos, um deles era o das urnas itinerantes e terminou que saíram daqui as onze horas do dia e os professores ligando cadê a urna que nós queremos votar e quando chegava lá já tinham ido embora, então foi proposital, mas a gente sabia que cedo ou tarde a oposição daqui do Município de São Luís a gente ganharia as eleições e foi o que aconteceu agora nas últimas eleições.

Só retomando a questão da formação política dos professores. O que tinha eram professores que já vinham com uma militância, com uma formação mais crítica, ingressaram na rede e começaram a integrar a base, mas formação política não?

Que eu tenha conhecimento não, porque estou em todos os grupos do *WhatsApp* desde a educação física até a especialização e não vi isso. A atual direção tem o compromisso com isso, de chamar as pessoas interessadas para participarem da formação. A qual eu participei muito, sabe onde? No sítio do Pirapora, da Igreja Católica, espaço berço de formação. Na época era filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), a Igreja cedia para quem solicitasse. Localizado na subida do Pirapora, perto do Santo Antônio.

E a problemática da defesa da qualidade do ensino, ela estava posta para o movimento sindical?

Sim, sempre esteve. A qualidade da educação pública.

Mesmo em um momento associativista e sindical também?

Eu não posso falar, porque cheguei aqui em 2002.

Mas o senhor chegou em um período que ainda era associação.

Eu consegui convencer esse pessoal em menos de nove meses, não foi fácil. Porque aqui existia muito a questão familiar, eu não quero citar nomes por respeito. Mas as pessoas que me antecederam, que se sentaram aqui nessa cadeira na qual você está me entrevistando, os filhos trabalhavam aqui. Então, existiria a questão familiar que marido e mulher tinham a decisão de diretoria aqui e quando iam para casa conversavam entre si, quando chegavam no outro dia diziam que não era assim. Eu perguntava o porquê, eles falavam que tinham conversado em casa e mudaram de decisão. E a gente entende que sindicato não é lugar disso, assim eu tinha que convencer marido e mulher, mãe e filho, era complicado. A gente agradece a oportunidade de falar, pra dizer isso, porque eu sem modéstia nenhuma vim pra esse sindicato com vontade, se hoje mudanças aconteceram foi por conta da nossa persistência. Fui criticado pelos meus pais né, eles falavam que eu tava do lado de alguém da direitona que almoçava com o prefeito. Eu disse sim pra gente conhecer o inimigo, a gente tem que se encostar um pouquinho né. Eu não gosto daquela frase do Sarney, mas às vezes ela serve, não é nem de Sarney é de Maquiavel, mas ele repete né “É melhor ter um inimigo próximo do que um amigo distante”. Às vezes é isso, a gente tem que se aproximar de um suposto inimigo pra gente conhecer as suas falhas, suas fraquezas. Eu me lembro que eu fui convidado para um espaço privado da presidente daqui, fui convidado pra almoçar e tal, quando chego lá o Deputado Federal que até hoje é Deputado se sentou do meu lado, Cléber Verde meu pai do céu. As pessoas às vezes não tem noção disso, eu não faria isso, convidar Cléber Verde que sempre fez defesa e votou contra os interesses dos trabalhadores desse país, então ele é uma pessoa não grata para ir pro espaço de uma pessoa. Mas como era um espaço privado da pessoa, meu pai do céu, eu pensei, vou ter que almoçar do lado de Cléber Verde. Mas tudo bem né, a gente respeita.

No período da associação, o senhor lembra de algum movimento grevista?

Não me lembro, eu inclusive ouvi a fala da entrevistada que me antecedeu e a pessoa confessou aqui que não gosta de greve. A grande parcela da direção era desse jeito, na fase associativista, no final da associação pra início de sindicato. Não foi fácil, os dois anos de mandatos tampão não foi fácil da galera me engolir. Nessa perspectiva de sindicato diferenciado, entendeu? Não foi fácil de jeito nenhum, não tinham vontade de se associar a uma central sindical, a CNTE, muito embora utilizassem o material do CNTE. É incrível isso né? No DIEESE eu fiz assim pra se filiar ao nosso departamento intersindical, da questão econômica é um dos melhores que existem no país, acesso a noventa sindicatos grandes. Mas ainda bem que hoje estamos bem mais independentes, consolidados e filiados a CNTE e ao DIEESE. Porque a gente precisa de

orientação, de ferramenta, pois o pessoal/ a burguesia, como dizia Bob Marley, não dorme um minuto pra fazer maldade. Por que a gente tem que dormir pra fazer o bem?

Professor, tu consegue ver algum marco importante no período associativista?

Repito, eu não quero ser injusto. No período que eu cheguei aqui não, sempre dizem que a sede não existia e essas questões de querer mostrar a sede/ o prédio no centro da cidade. No ponto de vista político e de intervenções eu não me lembro.

E na fase sindical?

É isso né, pra tu ter uma ideia a gente fez uma greve em 2007 ou foi em 2008, a gente colocou três mil professores na rua. Pra mim aquela foi a maior greve, a gente conseguiu fechar de uma forma bonita. A APEMM nunca imaginou de iniciar uma passeata a concentração sendo na igreja do São Francisco pra gente atravessar a ponte. Eu que dei a ideia, e eles falaram “Ah, vamos interditar a ponte” e eu sim vamos ter que impactar. A partir daí se tem dois lados de uma semana, alguém vai dar ideia da concentração iniciar lá porque o impacto é grande, a gente fecha a cidade.

Então, essa questão de força de enfrentamento, se você botar três mil professores na rua, aquilo foi muito bonito. Inclusive, o diretor geral da polícia que eu não me lembro mais o nome dele, ele me ameaçou no dia, porque eles queriam que saíssemos de um lado da avenida. Eu disse que tava tudo tomado, ele falou “Ah baixinho, tu tá é teimando comigo, eu vou é te prender”, foi quando ele olhou pra trás e viu três mil professores e viu que seria complicado. Ele poderia até fazer, mas isso seria muito complicado. Eu acho que a correlação de força foi crescendo, na última greve a gente tá resgatando isso. Fazer uma assembleia geral na Maria Aragão com quase dois mil professores né. O sindicato deve tá bem confiante e sendo confiado pela categoria. Essa questão do resgate da categoria. Agora o marco do nosso movimento, eu gostaria de ficar registrado foi nossos vinte e dois dias de ocupação da prefeitura. Eu fico muito orgulhoso de ser o primeiro a entrar, eu tava nervoso? Tava e muito, mas fui encorajado pela categoria. Nós driblamos a imprensa e driblamos a prefeitura, primeiro nós marcamos uma assembleia geral lá na Praça da Bíblia, que nós sairíamos dali em carreta para um determinado lugar. Todo mundo perguntava, e a gente dizia pra confiar. Chegamos na prefeitura de surpresa, eu, Mircharlan, Joseilton, Rose e Esther, nós fomos na frente para entrar na prefeitura e deixar a porta aberta. Olha só nós entramos, aí ficamos na porta e quando o pessoal chegou de supetão conseguimos colocar 200 pessoas dentro da prefeitura e só saímos de lá vinte e dois dias depois. Nesse meu tempo aqui isso foi um marco mais impactante e importante que eu tenho orgulho. A foto acorrentado de mãos para cima no jornal. Então, Elizabeth chegou e disse que tinha um mandado pra gente de reintegração de posse, aí eu tava do lado de Elizabeth e Rose tava assim,

aí ela falou “E aí qual é a orientação jurídica?” Olha, a orientação é que vocês saíam mas a decisão é coletiva de vocês. Eu já tinha dito pra Elizabeth comprar as correntes, eu disse e aí Elizabeth a gente se acorrenta? E ela eu tenho coragem. Eu perguntei e tu Rose? E ela “Bora botar os cadeados” e ela meteu os cadeados, aí eu vesti também ao lado dela. Os que puderam se acorrentar se acorrentaram também, e eles ameaçando entrar com gás lacrimogêneo se tivessem entrado teriam matado gente. Tinha muita gente idosa, a mim talvez não porque eu sou ex-militar e a gente treina muito no quartel. Mas muita gente não entende, quando afeta os olhos não pode passar a mão no rosto, é só deitar com a cara no chão porque o gás sobe. E quando a gente abriu aquela porta que eu peguei o microfone e disse pelo amor de Deus que não permitissem que invadissem por cima do teto porque estávamos algemados, aí eu menti né que nós jogamos a chave dentro do sanitário e demos a descarga. Portanto, não tínhamos como abrir as correntes. O Giovan nem sabe disse, eu lembro que ele chorou copiosamente, muito bonito. Eu tenho o cadeado na minha casa até hoje, pra me lembrar. Nossa decisão foi acertada, porque éramos pra passar dez dias, estava esmagando a categoria e olha que eu era um militante e não aguentava mais. Os camaradas da trincheira não estavam mais aguentando, imagine quem não era acostumado tá entendendo? Muita gente chorou e foi na hora que a mirante tirou a foto, deste tamanho estampado no jornal.

Foi impactante, quando eu lembro dos dois promotores chorando pra gente sair, “Saíam e não façam isso”. Não é à toa que a maioria de direita da prefeitura de São Luís, no dia seguinte se torna nosso inimigo. Infelizmente, o Holanda teve a gente como inimigos. Mas não somos inimigos, nós defendemos nossos direitos e a educação pública de qualidade social. Eles não entendem isso, o Braide é um exemplo disso agora. Não queres falar com a direção do sindicato, eu lamento muito, o camarada que me atendeu várias vezes na qualidade de deputado estadual. Defendendo o interesse da qualidade dos professores do estado, eu fui lá mesmo entendendo que ele é de direita. Quando ele assumisse, eu já imaginava, mas não que ele não ia querer falar conosco. Que ele ia querer falar com cada professor com relação ao nosso direito de precatório, que significa dívidas. Que ele tem para conosco dos dez anos, desde 2007. Eu sou professor, agora não tô dando aula, mas tenho duas salas uma com cinquenta e outra com cinquenta e um alunos, é quase impossível dar uma boa aula na sala que o professor não pode nem se mexer, entendeu? Ele não percebe que lutamos por educação de qualidade, isso seria bom pra ele na qualidade de gestor. Mas eles não entendem isso e se você ver na história do Brasil, isso eu vi um professor que eu admiro muito, Paulo Ghiraldelli Júnior, filósofo aposentada da USP, ele sessenta e três anos ele disse que toda história que ele já leu não tem nenhum que assume o poder e tem como prioridade a educação pública. Infelizmente, a Dilma deixou de conceder

muita coisa boa pra gente. O próprio Lula deixou muita coisa boa, inclusive para as universidades públicas, muito embora tenha feito muito, mas às vezes no trato de conceder um melhor salário, você ver os TSE que eram contra de conceder o nosso precatório, que a gente vai receber agora a primeira parcela porque diziam que os professores iriam ficar ricos. Logo no dia seguinte não iriam mais querer ser professor. O dinheiro é nosso, ao reconhecimento do nosso supremo tribunal federal manda pagar através do nosso precatório e o TSE diz que isso acontecesse os professores iriam ficar ricos, não entendo isso.

Leonel, com relação ao movimento nacional docente você acha que ele influenciava de alguma maneira o movimento aqui dos professores em São Luís?

Sim, e muito. Eu te digo que essas três viagens que a gente fez a CNTE, quando a gente voltou de lá voltou revigorado no sentido da luta, que era preciso melhorar entendeu? Não é à toa, vou precisar repetir o Canhoto era vice-presidente e veio pra cá passar um mês pra ajudar a elaborar o nosso PCCV e o nosso estatuto. Ele nos ajudou muito, não adianta querer abrir pra revisar agora nosso estatuto que já tá passando mais de dez anos após ser revisado e melhorado, adaptado, ter novas leis quando vai lá pra câmara municipal e a câmara é toda contra nós.

A correlação de força não é favorável, na minha opinião não se faz agora, entendeu? Porque além da gente não avançar direito, se vacilar a gente vai perder. Tá acontecendo isso em nível nacional, a pancada do congresso nacional tá passando o rolo compressor, tirando direitos. Porque a correlação de força não é favorável ao trabalhador. Então, finalizando (aniversário do meu filho, não esqueça) a política nacional através da CNTE o que pesa é a crítica, essa aproximação com a CNTE nos ajudou e muito. Esse pessoal não sabia nem o que era a CNTE, pergunta pra algum professor se ele sabe o que é CNTE, tem professor que ainda não sabe que é uma Confederação Nacional que nos representa nacionalmente a qual nós somos filiados. Imagine em 2002 pra trás, não sabiam. Viam o cartaz da CNTE e ficavam maravilhados, porque eles mandam cartazes da política nacional. Tem gente que não entende que a nossa FUNDEB hoje é permanente, porque antes era só de dez em dez anos. Eu gostaria registrar uma coisa que eu participei que foi muito bom, que aconteceu municipal, estadual e nacional, o congresso que elaborou as diretrizes de artigos e tal, que eu participei também. Tanto municipal quanto estadual, representando o Sinproesemma, o CONAE no dia pra ir pra Brasília a nível nacional meu nome não passou. Mas a gente participou de formação de manhã, de tarde e de noite. Pra elaborar, elaborar aqueles artigos, a meta dezessete que até hoje não foi alcançada e eu acho que não sei se você tem acesso a esse documento, eu tenho ele lá em casa depois eu posso te passar pra você dar uma lida. Participei de todos, tanto estadual quanto municipal de forma

bastante né, isso é muito bom, você traz experiência, quando faz uma fala em assembleia geral você já está respaldado.

Você não pode ser um Bolsonaro da vida que só abre a boca pra falar bobagem né. Nem um ex-juiz Moro da vida, que em uma conversa com o Bial, o Bial faz uma pergunta pra ele ao vivo qual era o último livro que ele tinha lido e ele não lembrava. Moral da história, nunca leu um livro e quem não lê um livro não tem como fazer uma fala, acho que Moro não tem duzentas palavras de vocabulário. Eu tinha um professor que disse que se vocês não tem nada pra ler, vão ler um jornal e se tiverem preguiça pelo menos ficam vendo os classificados. Se não vão para os gibis, mas leiam. É isso.

Quais as tendências políticas e sindicais atuavam na educação pública municipal de São Luís, nesse período que tu tá presente?

Existia aqui uma política muito voltada pra dentro, familiar, eu queria uma política sindical de resultado.

Em que momento isso vai ser rompido?

Com a entrada da gente como vice-presidente eu vi isso, porque eu sempre defendia, depois amplia com as intervenções. Vários colegas de tendências diferenciadas e aqui é uma tendência mais de resultado, um sindicalismo que quer de fechar acordo só entre a direção e o patrão, só que a gente não concorda com isso, então era muito isso.

E a problemática da burocratização sindical, como você vê isso?

Pois é, eu repito aqui eu defendo o MOPE e várias outras tendências. Hoje existem vários movimentos articulados e organizados e que tem entendimento que o sindicato é pra categoria. É tão tal que nossa fala sempre foi essa, nós queremos ganhar a direção do sindicato pra devolver o sindicato pra categoria. A categoria é que tem que dar o norte não o contrário. As assembleias são soberanas e se são soberanas ela que tem que dizer o rumo da categoria. Se a categoria perceber que tá indo pro pântano, volta um pouquinho, se reúne de novo e não vamos por aí vamos por aqui. Claro que a direção ajuda a dirigir, mas ela não pode ser dominante. É isso que nós defendemos, um sindicato autônomo, independente, classista e que defenda intransigentemente os interesses da categoria. Não pode abrir mão em defesa ou em defesa do interesse de um grupo, nós do sindicato não concordamos e se soubermos nós vamos denunciar. Porque o objetivo da direção do sindicato ou do dirigente, seja ele um militante ou não é de denúncia. Eu sempre disse isso, se você tem convicção que a verdade tá ali contigo, denuncie. Porque a denúncia é uma forma de fazer justiça.

Nesse teu período na militância aqui no sindicato, tu tem ideia de quantas greves tu participou da rede municipal?

Desde 2002 a 2022, aconteceram dois anos não teve greve, mas todos os anos tiveram greve. Não sei te dizer quais os anos que não aconteceram greve, mas eu quero dizer que eu participei de todos. Só informava a direção da minha escola, que a categoria decidiu por greve e eu só volto quando a categoria retornar.

E as reivindicações, sempre a questão salarial?

Sim, as principais: condições dignas de trabalho, material adequado, limite máximo de alunos por sala, estrutura das escolas melhoradas e naturalmente, como dizia Cristóvão Buarque, o professor tem que estar bem de três coisas, de mente, de bolso e do coração. A questão salarial também é um direito nosso e ah! Gostaria de te lembrar, a outra questão que temos e entendemos, apesar da direção da época ser contra nós conseguimos conciliar no nosso plano no PCCV, foi nossa data bate. Importantíssima, nossa data base era primeiro de maio, com o advento em 2008 da Lei 2068, a Lei do Piso diz que o professor tem que ser reajustado no mês de janeiro, então conseguimos convencer baseado na lei para primeiro de janeiro. Infelizmente, a direção daqui não fazia isso. É pra entregar pro prefeito logo no começo de dezembro.

Foi uma conquista nossa, o dinheiro da FUNDEB, ele cai a cada dez dias. Cai dia dez na prefeitura, cai dia vinte e dia 30 daquele mês, então não tem por que esperar maio. Então isso é muito importante também, o custo de vida tá muito difícil, a inflação tá galopante, a gasolina se baixar mais um pouquinho é porque o Lula aumentou na pesquisa. Basicamente era isso, a outra questão é de manter os direitos tributários nossos, como as progressões que acontecem anualmente, as titulações e as promoções também sejam pagam de preferência no mesmo ano. A exemplo do Governo Federal, se você der entrada na sua proteção em fevereiro, no mês seguinte cai no seu contracheque. É que tem se esperar um ano, eu acho um absurdo isso. Ainda tem que pagar retroativo, então outra questão importante que tá na pauta são os pagamentos dos direitos estatutários: progressão, titulação e promoção. Então é isso, e continuar pagando o difícil acesso, porque as vezes eles demoram a pagar. Que também é outra pauta importantíssima da pauta salarial, são basicamente essas daí.



UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado Professor Leonel Torres,

Gostaríamos de convidá-lo para participar voluntariamente da pesquisa “**HISTÓRIA E PROPOSIÇÕES POLÍTICAS E EDUCACIONAIS DO SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA REDE MUNICIPAL DE SÃO LUÍS – MA [SINDEDUCAÇÃO] - (1972 - 2003)**”. Este estudo tem como objetivo remontar e analisar a trajetória histórica e as transformações ocorridas ao longo da referida periodização em relação às origens da organização política dos professores da rede pública municipal de São Luís até sua adesão para o caráter sindical em 2003. Os resultados desta investigação poderão contribuir para o aprofundamento de estudos e iniciativas destinados à valorização e o desenvolvimento educacional no Brasil, o aprofundamento da história da educação maranhense e a valorização das memórias e da história como elementos constituintes fundamentais para a sua construção.

A coleta de dados dessa investigação consiste na realização de entrevistas considerando questões relacionadas ao objetivo desta investigação com personagens que participaram ativamente na construção da Associação de Professores do Ensino Médio Municipal de São Luís (APEMM) fundada em agosto de 1972, que em 1994 teve sua denominação alterada para Associação dos Professores e Especialistas em Educação do Ensino Municipal de São Luís (APEEM), que em 2002 sofreu nova alteração tornando-se Associação dos Profissionais do Magistério do Ensino Público do Município de São Luís (APMEP), até sua modificação em dezembro de 2003 para SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO ENINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO LUÍS-MA – SINDEDUCAÇÃO-SL. Também é resguardada ao entrevistado a garantia de receber esclarecimentos sobre a metodologia desta pesquisa, antes e durante o seu curso.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, para ter ciência do estudo “**HISTÓRIA E PROPOSIÇÕES POLÍTICAS E EDUCACIONAIS DO SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA REDE MUNICIPAL DE SÃO LUÍS – MA [SINDEDUCAÇÃO] - (1972 - 2003)**”, bem como uso dos resultados desta investigação, que poderão contribuir para estudos futuros.

Ressalto que ficou claro para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos necessários no percurso do estudo. Após o término da pesquisa, as gravações permitidas serão devolvidas aos entrevistados que tiverem interesse em recebê-las.

Concordo voluntariamente em participar desta pesquisa, tendo clareza de que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o percurso, sem penalidades se for esse o meu desejo, como também autorizo a divulgação pública do meu nome próprio no corpo do trabalho e em suas referências.

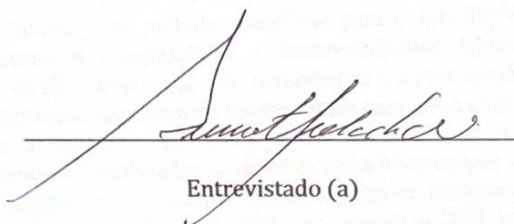
Figura 36: Termo de consentimento livre e esclarecido

Esta pesquisa não resultará em nenhuma despesa financeira aos participantes, assim como também não haverá nenhuma compensação financeira pela sua participação. Informamos que este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi elaborado em duas vias. Se forem necessários maiores esclarecimentos, me coloco à disposição dos entrevistados deste estudo por meio do telefone: +55 11 46613649 ou +55 11 98981379611 e-mails: carlosbauer@uni9.pro.br ou vanessappge@uni9.edu.br

Carlos Bauer e Vanessa Amorim, responsáveis por esta pesquisa.

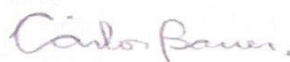
HISTÓRIA E PROPOSIÇÕES POLÍTICAS E EDUCACIONAIS DO SINDICATO DOS
PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA REDE MUNICIPAL DE SÃO LUÍS - MA
[SINDEDUCAÇÃO] - (1972 - 2003)

ASSINATURA DOS PARTICIPANTES



Entrevistado (a)

Vanessa Amorim, responsável pela pesquisa



Carlos Bauer, responsável pela pesquisa

APÊNDICE E - ENTREVISTA COM MARIA LINDALVA BATISTA

BATISTA, Maria Lindalva. Entrevista. 1h e 10m. [26 de jul. de 2022]. Entrevistadores: AMORIM, Vanessa; BAUER, Carlos. Maranhão, 2022. 1 arquivo mp3 (1h e 10m).

Professora, eu gostaria que a senhora iniciasse falando um pouco da sua formação, como foi para a senhora se tornar professora até o momento em que a senhora chega na entidade, na associação. A senhora pode contar um breve relato de como foi esse percurso até a senhora chegar na entidade?

Meu nome é Maria Lindalva Batista, sou professora de nível médio, me formei no Colégio Municipal Luís Viana, certo? Tive também o outro segundo grau que eu fiz no colégio Liceu Maranhense, na época podia ter dois graus, aí eu estudei no Liceu e estudei no Luiz Viana. No Luiz Viana, quando me formei em professora, eu terminei em 1978, logo assim que eu me formei, eu tinha um irmão que era político no município de Icatu, Maranhão, a terra onde praticamente eu me criei até os 7 anos, mas eu nasci na cidade de Axixá, Maranhão. Sou de lá, Axixá. E aí quando o meu irmão era prefeito, né? E era muito amigo do prefeito daqui de São Luís, que era Ivar Saldanha. Logo assim que eu me formei, que eu terminei o segundo grau, eu fiz logo o vestibular, e, logo na primeira etapa, eu passei, na Universidade Federal do Maranhão. Eu me formei pela Universidade Federal do Maranhão, fiz o curso de pedagogia, na época nós tínhamos aquelas habilitações, que podia escolher magistério, inspeção escolar, administração escolar... podia escolher duas habilitações, eu escolhi magistério e escolhi administração escolar. Quando terminei meu curso, já estava formada, nesse tempo o prefeito era Ivar Saldanha, ele era até de Rosário, mas era prefeito aqui de São Luís, acho que foi um prefeito bem atuante aqui em São Luís, e meu irmão tinha uma ligação, que ele era prefeito de Icatu, e eu assumi logo uma direção de escola. Nem fui ser professora, eu fui ser logo diretora de escola da Unidade Integrada Alberico Silva, ela funcionava na época na Pedro II, no sindicato dos estivadores. Lá funcionou essa escola, até hoje ela ainda existe. E depois, fiquei um tempão como diretora de escola. Na época, eu como diretora de escola, o secretário da educação era o professor Benedito Buzar, e na época ele elogiava muito os trabalhos dos diretores. Ele visitava as escolas, era o tipo de secretário que amanhecia o dia visitando as escolas. Ele não ficava na secretaria, ele visitava as escolas. Então, toda vez que ele ia na Alberico Silva ele me encontrava lá e, por último, ele fez uma grande festa em homenagem aos diretores e eu fui escolhida como a diretora número um, a melhor diretora da época. Porque eu fazia muitas atividades na escola, fazia muita festa... sempre gostei, inclusive, Marcelina foi minha professora na época lá no

Bandeira Tribuzzi, porque o Alberico Silva passou a ser Bandeira Tribuzzi e nós fomos funcionar lá naquela academia na rua Afonso Pena, nunca teve prédio, a escola foi ter prédio há pouco tempo que era onde ficava a escola Conceição de Maria. Quando eles me tiraram do Bandeira Tribuzzi, foi porque tocaram fogo no Luís Viana, que era uma escola de ensino médio e passou a ser uma escola ginásial, antigo ginásio. Deixou de ser ensino médio para ser só até a oitava série. E daí tinha um professor que tomava conta dessa escola que foi exonerado, foi exonerado na época pelo Mauro Fecury, e ele mandou tocar fogo na escola porque foi exonerado, professor Edson e ele é vivo até hoje. Ele mandou tocar fogo na escola e nas documentações. E aí o quê que fez o secretário da educação? Como fui apontada a melhor diretora do município, eles me nomearam para o Luiz Viana, para fazer o acervo da escola. Consegui resgatar muita coisa ainda da escola e melhorei a escola 100%, deixei ela no ponto mesmo de funcionar. E os alunos do Bandeira Tribuzzi fizeram uma grande greve, uma passeata, fizeram tanta greve na época para eu voltar de novo para o Bandeira Tribuzzi, tá certo? E aí, quando eu terminei, praticamente quando eu estava já nessa época de diretora de escola, não cheguei nem a ser professora, estava só como diretora. Aí surgiu a APEMM, me associei, porque eu podia me associar no Sindicato, não sei se até hoje ainda pode, se as meninas ainda conseguem fazer alguma associação, porque quem era diretor de escola, professor, até os administrativos também eram associados daqui da APEMM, por quê? Porque a maioria dos professores da rede municipal a gente não tinha ainda essa quantidade que tem hoje formado. Então, muitos professores da época eram administrativos, e como eles tinham o curso normal, a gente aproveitava pra ser professor do município. Levava o currículo, e lá a gente aproveitava pra ser professor da rede municipal. Tanto que até hoje, ainda tem ação judicial de professores esperando passar do nível administrativo para professor. Muita gente já ganhou muita ação nessa situação que foi, porque não tinha professor e muitos deles eram administrativos, mas tinha o curso normal e passaram a ser professor da rede municipal e ganharam na justiça. Resultado que muita gente se associou, nós tínhamos uma associação com bastante professores, além dos professores de nível médio que tinha já o curso normal, tinha aqueles que continuam como administrativo, que nunca passaram para ser professor, mas ainda são filiados aqui no Sindeducação. Então, a gente, os professores, Arimatéa, o Clóvis, antes do professor Bastos, antes do Davi, eles tinham uma simpatia muito grande pra eu ser presidente daqui da associação, e eles me procuraram. Arimatéa me procurou, se eu não queria participar da chapa dele, entramos pra associação e eu fui ser a primeira secretária da APEMM, e nessa época nós ganhamos de lapada. Foi uma eleição muito bonita, nós ganhamos muito, bastante voto. A diferença muito grande de voto na época, e aí a gente alugou um prédio, lá no Mercado Central,

lá que foi alugado pra ser nossa sede social, da associação do ensino médio. Aí passei a ser a secretária e a Márcia Regina era minha segunda secretária, Arimatéa era o presidente, o vice-presidente dele eu não me lembro. Nós fizemos uma boa administração, e quando a gente chegou nesse prédio aqui, que hoje tá o Sindeducação, isso aqui era uma casinha daquelas de Cohab, ela estava abandonada, e quem resgatou na época fomos nós, na minha administração, eu como secretária e Arimatéa como presidente. Chegamos aqui e estava aquela confusão ainda que a sede tinha sido vendida, a casa não era mais da APEMM, era de uma senhora que era professora, que comprou a casa. Sei que entramos na justiça e resgatamos ela. Quando a resgatamos, acabou o mandato de Arimatéa e aí ele me indicou para ser presidente, ganhei a eleição e entrei no ramo sindicalista. Comecei a lutar e a sede foi praticamente construída na minha época, nós transformamos de Associação do Ensino Médio para Associação dos Professores do ensino médio municipal de São Luís.

Então, ela deixou de ser Associação dos Professores do Ensino Médio Municipal de São Luís, para se tornar Associação de Professores e Especialistas em Educação do Ensino Municipal de São Luís e muda novamente, tornando-se Associação Dos Profissionais do Magistério do Ensino Público do Município de São Luís. Então a senhora propôs essa mudança para abarcar todo mundo que trabalhava na escola?

Foi exatamente. Nessa época que a APEMM foi crescendo, tínhamos um público bom, muito associado, vários convênios. Depois fizemos um termo aditivo pra poder mudar de associação pro Sindicato dos Profissionais do Magistério do Ensino Público Municipal de São Luís. Essa foi uma luta árdua, pois não tínhamos abertura a nível nacional. Era o Sinproesemma que tomava conta das nossas ações. A maioria dos professores se associavam aqui e no Sinproesemma porque eles eram mais poderosos a nível nacional. Fui em Brasília, fui ao Ministério do Trabalho, fiz uma pesquisa e fui informada que poderia transformar Associação em Sindicato. Todos os municípios do Brasil podem ter seu Sindicato. E foi aí que a gente lutou pela mudança.

Uma questão que a senhora coloca, é a construção de uma entidade a nível municipal. Em nenhum momento a senhora quis unificar com o Estado? Porque, por exemplo, sabemos que os trabalhadores organizados coletivamente e em maior número têm mais força do que de forma fragmentada.

Quando a gente chegou a fazer a transformação da Associação para o Sindicato, foi justamente por isso, a gente tinha mais força a nível nacional. As demandas judiciais não ganhávamos

praticamente nada porque não tínhamos a força necessária que o sindicato tem. Tivemos orientação de sindicatos de todo o Brasil, como São Paulo, Brasília, Sergipe... viajei por aí tudo pra saber que tínhamos condição de se tornar um sindicato. A única coisa que a gente não conseguiu, foi abranger todo mundo, todo o funcionalismo, como o Sinproesemma fez. Porque hoje o nosso sindicato só tem filiado mesmo os professores e os especialistas em educação, o quê que ainda pode entrar aqui ainda? São os diretores de escola.

Isso por quê? Por conta da carta que vocês receberam?

Foi, foi por causa da carta sindical.

Mas essa carta sindical não podia ser alterada mais?

Ela podia, pra gente poder fazer essa alteração, a gente teve um grande empecilho aí, que foi o nosso estatuto, porque o nosso estatuto quando foi aprovado, ele pede dois terços para a categoria e a gente nunca conseguia esses dois terços para ampliar. Porque só nossa ampliação só de professor já é forte, imagina se fosse ampliado pra funcionário administrativo. E a gente ainda conseguiu colocar muitos diretores de escola, mas a maioria eram cargos comissionados, não tinha vínculo empregatício, e na proporção que eles saíam do sistema, eles perdiam a sua filiação. E aí quando a gente pensava que eles estavam no sistema, a cada troca de prefeito, de secretário de educação, eles trocavam a maioria de diretores de escola que a maioria era cargo comissionado eles perdiam a sua filiação no sindicato. Então, com esse trabalho que tínhamos aqui de filiados, convênios hospitalares, como o município não tinha hospital, tinha muita procura. Além de farmácia, supermercado, o Sesc. Muito convênio pra poder atender a demanda e aumentava a nossa arrecadação. Depois que conseguimos tudo isso, o sindicato fez convênio com a Universidade Estadual do Maranhão, aprovamos o nosso estatuto, os professores tiveram uma grande vitória, porque o nosso estatuto previa que o professor de nível médio podia passar para o superior, então isso foi uma marca muito grande.

O convênio que o sindicato firmou com a UEMA, possibilitou que os professores da rede de nível médio ou normalistas, se fizessem o curso superior e a partir dessa formação eles conseguiram subir na carreira de forma vertical?

Exatamente! Até hoje acho que ainda tem progressão vertical pra ser assinada. Também uma das coisas que tivemos foi um grande ganho da classe D. Nessa época fizemos um levantamento, tínhamos uma advogada antes do Antônio Carlos que era Dra. Fátima, que começou a fazer as ações individuais, em grupos pequenos. Na época, o estatuto tinha esse

ganho, quando você chegava aos 24 anos você tinha direito a um salário-mínimo, sei que até hoje tá essa confusão aí, que esse prefeito não quer pagar.

A senhora lembra do período associativo, porque durante o período associativo eu vi muitas movimentações de paralisações... eu vou começar lá pela década de 1980, talvez a senhora não estivesse na entidade, mas a senhora já via movimentação dos professores, porque havia atraso dos salários... Então, nos jornais que li na Biblioteca Benedito Leite, para compreender a conjuntura política, eu vejo que o prefeito Mauro Fecury, nos últimos meses de mandato, deixa de pagar os professores, e quando a Gardênia assume ela vai exonerar quase 15mil servidores, muitos deles professores. Nesse período a senhora já estava na entidade ou na escola como diretora? A senhora acompanhou toda essa movimentação? E os professores da sua escola fizeram greve?

Estava na escola como diretora. E fizemos, desde a época da associação já fazíamos greves. O Arimatéa, Clóvis, desde Sérgio... o que não conseguimos foi coletar nada de David. Só quando tomei posso ele trouxe algumas fotos pra eu recordar da época dele. Não sei nem onde mora hoje. Mas já tínhamos essa luta.

E a senhora tem noção de quando foi esse primeiro movimento dos professores, de ir pra luta, pra rua? Eu encontrei esse movimento de 1986, mas fui observar no jornal do O Imparcial no ano de 1985, tem uma outra paralisação no mês de agosto, por exemplo.

Nesse portfólio que eu trouxe têm muitas paralisações. Tem muita coisa de jornais. Eu tinha um arquivo imenso de fotos de jornal.

Então, de modo geral, a senhora lembra das lutas, mas não consegue nesse momento lembrar quando começou as mobilizações, né?

Não, mas acho que tenho um portfólio da APEMM desde quando começou.

Como a senhora já destacou o estatuto, como uma proposta mais tarde aprovada. O COAPEM é uma proposição de vocês para a secretaria?

Foi, ela foi criada desde a época que eu estava na associação.

Por que vocês fizeram essa proposta?

Pra trabalhar exatamente a questão do professor, ou seja, a carreira do professor dentro da COAPEM, lá que era estudo a progressão vertical e horizontal.

Mas isso acontecia por que esses direitos não eram garantidos, eram perdidos? O que acontecia que vocês tiveram que propor a COAPEM?

Foi exatamente por isso, garantir a vida do professor, porque a gente não tinha nada, não progredia. Vamos dizer que só o tempo de serviço que era contado, não tinha progressão horizontal, vertical, ou seja, aqueles anos que a gente ganhava era 1%, 2% e nem isso era garantido. Porque teve que ser aprovado o estatuto do magistério e o estatuto do servidor.

Eu observei que lá na década de 80, no período de Gardênia, foi aprovado um estatuto magistério, pelos jornais a gente observa. Primeiro eles começam dizendo que tá demorando muito para aprovar o estatuto e que os professores estão reclamando, estão se movimentando, estão se mobilizando até que chega um momento que o jornal diz “finalmente o estatuto foi aprovado pela câmara dos vereadores” e aí eu fiquei me perguntando, então esse estatuto vai ser aprovado mas os professores não vão ter essa facilidade de acompanhar a própria carreira, vão se esquecer que poderiam ter progredido em algum momento, a luta mesmo do dia a dia mesmo faz com que a gente acabe mesmo se esquecendo.

Foi justamente uma iniciativa nossa, na época da associação, na APEMM. Começamos a criar comissão de aplicação de estatuto do magistério e nessa comissão que foi direcionada pra lá, teve na época um grande movimento e teve festa, teve nomeação.

Quem forma comissão? Como ela é formada?

Ela é formada por professores, especialistas e administrativos.

Quem indica?

No caso, cada representante que indica. Tínhamos duas professoras da base que indica aqui. Sindicato, a Semed, a administração que é a Semad.

Quem define quem é o presidente do COAPEM?

Depois que forma a comissão a gente elege. Elege o presidente a partir de uma portaria. Não sei se ainda continua sendo assim, porque tu sabe que com a mudança de governo, né? Eles devem ter mudado o sistema, antes era indicado pela gente lá na hora, era igual o conselho municipal, quem elege são os conselheiros após todo mundo tomar posse. Assim que era feito na COAPEM, hoje não sei mais como tá sendo feito.

Professora, quais foram as principais dificuldades para receber a carta sindical? Como foi esse processo?

Eu tenho uma fita que conta tudo. Eles travaram a gente, primeira coisa que a gente aprovou aqui nesse prédio a transformação do sindicato que foi muito bonito a nossa assembleia, aí logo em seguida, quem era na época era Aldair, que era o presidente do Sinproessemma. Ele foi quem entrou com a ação judicial contra a gente aí nós travar, brigar na justiça.

Professor Aldair, qual era a relação dele com o Luís Alfredo Ribeiro Silva?

Ele não tinha nenhuma ligação.

Não? Porque eu vi no jornal de oposição, e o professor Luís Alfredo aparece também contra, não sei se eu estou certa. Parece também que ele tá defendendo que permaneça associação.

Esse não é o Luís Alfredo que faleceu, ele é outro. E realmente ele foi contra a gente. Ele não era do nosso lado e ele era um professor da base pra impedir que a associação se transformasse no sindicato. Só sei que essa briga foi tão grande que nós fomos parar a nível nacional, lá em Brasília. E todas as ações a gente ganhava.

E de tudo que a senhora viveu nesse período, tanto da senhora ser ativista, a senhora também pode retomar o período sindical, quais foram os embates políticos que mais foram marcantes na sua trajetória que lhe deixou no momento mais emocionalmente ligada a aquele período, que a senhora não esqueceu, um marco?

Foi a mudança da Associação pro Sindicato e a aprovação do estatuto. Foi lindo. Deu 3 mil professores na aprovação, foi o que marcou foi essa e a aprovação. Valeu a pena, né?

E a senhora sabe qual era o argumento deles pra impedir a transformação da associação pro sindicato?

Eles argumentavam que não podia ter mais de um sindicato de base no estado, e ele quebrou a cara, porque existe! Tanto que hoje no Maranhão tem vários sindicatos, inclusive eu já fiz vários, aprovei vários sindicatos, depois do nosso aprovado. Ribamar, Bom Jardim, Santa Inês, Arari, Zé Doca... são muitos municípios que a gente já conseguiu organizar.

Todos esses municípios já têm sindicato?

A maioria deles.

Porque a gente vai observar uma assembleia onde vai ser aprovado a filiação da entidade ao SMTE e a vai ser reprovado a filiação a CUT. Mas eu vou observar que alguns documentos, a força sindical presente em algumas assembleias com participação, intervenções...

Deixa eu te dizer, a UGT e força sindical foram os que mais deram apoio pra gente na época da transformação, foi quando eles invadiram aqui e a força sindical tentou...

Tentaram ocupar a sede?

Exatamente, e a força sindical e a UGT foram as que mais ajudaram, deu maior empenho pra eles, porque a CUT era do lado do Sinproesemma, era contra a gente.

Então por isso em alguns documentos nós vamos identificar a senhora juntamente com a direção vão abrir um processo administrativo, vamos dizer assim, um processo disciplinar contra os professores que faziam parte desse grupo, é isso?

Exato, por conta dessa ocupação. Porque como eles não aceitavam de jeito nenhum.

Eu observei a presença do professor Moacir Feitosa na condição de secretário de educação, em alguns momentos de liberação da categoria, tem uma ata de 14 de setembro de 2005, outra de 26 de maio de 2006, inclusive tem uma professora que reclama no final e é registrado a presença dele aqui, né? E aí como que ocorria esse fato? Ele era requisitado pelo sindicato? Ele vinha por iniciativa própria?

Por iniciativa própria, fazíamos as reuniões com ele e várias vezes ele tentou vir aqui pensando que seria bem aceito pela categoria, pelo contrário, ele não foi bem-sucedido aqui, a presença dele, entendeu? Não tinha nenhum convite. Foi o único secretário que teve peito pra vir aqui na assembleia.

E era mesa de negociação, os professores estavam ameaçando uma greve em 2002 então fiquei na dúvida achando que ele queria impedir a greve...

Ele também se achava sindicalista, por fazer parte do sindicato da UFMA, ele sempre foi meio metido, cara de pau.

Nesse período de 2005, ele aparece também em alguns movimentos a gente vai ver a categoria em estado de greve, então poderia também ser um motivo para ele aparecer já que sua categoria estava ameaçada?

Era mais ou menos isso.

Essa questão dos professores bolsistas, na década de 1990 a gente vai observar os bolsistas na rede. Como foi essa mobilização da entidade para superar o problema? O que vai acontecer com esses bolsistas? Vão ser demitidos? Porque nesse período já existia concurso público

Eles não foram nomeados, foram demitidos. Perderam vínculos. Entraram como bolsistas, muitos tiveram sorte de entrar em concurso, mas muitos não tiveram.

Por que professor bolsista? Pra não ter direitos?

Não tinha direito, não tinha vínculo nenhum. Não descontava a previdência, quem ganhou foi o município, quem perdeu foi o estado. Como não arrecadavam o INSS, não tinha contribuição pra somar e muitos foram pra justiça e ganharam, e o município teve que recolher. Foi uma forma mais de tentar amenizar a forma do município que na época a demanda era muito grande de aluno e não tinha professor na rede e deram vaga de bolsista.

Professora, o que lhe mobilizou a vir pra associação? Fazer parte da entidade? A senhora se aposentou?

Não, eu só vim me aposentar, depois que saí daqui. Eu ainda estava no sindicato e o professor Moacir era rígido, seguia o estatuto, só podia ser liberado duas pessoas da entidade. Aí era liberado eu e a primeira tesoureira e mais ninguém era liberado. Tanto que fui me aposentar, quem não tinha esse tempo em sala de aula, não somava, depois da aprovação do nosso estatuto foi que a gente conseguiu levar essa grande herança. Mas o tempo que fiquei aqui me prejudicou, porque tinha que ter os 25 anos da sala de aula. Quando saí daqui que fui me aposentar, ele me colocou na sala de aula.

Como a senhora foi pro conselho?

O conselho foi aqui pelo sindicato.

Foi por indicação?

Foi, daqui do sindicato, quando veio o documento de lá, eu tinha direito a duas vagas, veio da assembleia. Hoje eu tô no conselho não pelo sindicato, tô pela câmara.

Com relação a problemática da defesa da qualidade do ensino, porque a gente tem um estigma muito forte que as entidades da categoria, só luta por salário, e a questão da qualidade do ensino?

No caso, tínhamos uma marca muito grande em relação a isso. Muita capacitação, Sindicato fazia muito seminário. A associação desde sempre tentou mudar a qualidade de ensino, de educação. A capacitação de professores, curso de formação, começou por aí. Não se pensava só em movimento sindical não, pensava em outras coisas melhores para o ensino municipal. A nossa rede de ensino cresceu muito, deu um pulo muito grande.

E nesse contexto todo, a senhora acha que é possível dimensionar a importância do processo de regulamentação do trabalho do docente? Quais eram as principais reivindicações da categoria?

Além da melhoria salarial, a gente também queria melhoria na formação, como por exemplo na pós, no mestrado, doutorado. Sempre a gente lutou pra realmente conseguir essa melhoria pros professores. Não era só a nível superior, a gente sempre lutou pra que conseguisse isso através dos convênios, pelo federal do Maranhão, pela estadual.

Sobre a transposição de cargos, muitos professores tiveram dificuldade para serem enquadrados no Estatuto porque ingressaram na rede em outras funções. Como ocorreu isso?

Muitos conseguiram. Era o chamado desvio de função. Mas ainda têm professores que estão na justiça aguardando sair a sentença para poder receber... na verdade soube que já saiu a sentença. Essa é uma causa antiga. Teve várias situações... tinha aqueles professores leigos que trabalhavam, eles eram porteiros, eram vigias, mas se tornaram professor. Por exemplo, eles entraram na rede como administrativo, mas eles passavam a trabalhar como professor. Como a rede tinha uma carência muito grande a própria direção da escola fazia um levantamento dentro da própria escola daquelas pessoas que já tinham habilitação para o magistério que poderia ensinar em sala de aula, aí a diretora colocava com autorização da Semed. O que aconteceu? Muitos casos desse tipo, eles já estavam trabalhando nessa situação, aí veio o concurso, veio o

concurso de 1992, e aí eles não puderam se inscrever porque mesmo trabalhando em sala de aula com o diploma que eles tinham... aí conseguimos entrar na justiça, não me lembro quem era o advogado, não sei se já era o Antônio Carlos, e a gente conseguiu suspender o concurso. E muitos deles, até hoje, têm deles que ainda estão na justiça ainda que já ganhou e estão aguardando o dinheiro do precatório, o dinheiro da diferença que tem, e já até se aposentaram e tão aguardando o pagamento dessa diferença.

Professora, qual sua concepção de sindicato? Qual o papel da associação do sindicato na sua concepção?

Olha, eu acho que hoje nós ficamos sendo reconhecidos como o maior sindicato a nível nacional, foi um marco muito grande pro Brasil. Quando chegaram em Brasília, Ave Maria, todo mundo falava que o nosso era o mais forte, porque a gente saía na mídia. Então, a minha concepção quanto sindicato, não tem outra coisa melhor não, desde que a gente eu acho que Sheila tá indo muito bem, tá dando continuidade ao trabalho da gente. Pra mim era um orgulho muito grande quando chegava nos estados e estava na época das greves e mostrava os movimentos, era muito elogiada, muito bom! A gente tem que realmente primar pra que não venha cair.

Acho entidade sempre participou desses eventos nacionais?

Sempre, ligada!

Mesmo nos movimentos ativistas a senhora via essa tentativa de ligar o movimento local as pautas nacionais? Como por exemplo a aposentadoria de 25 anos?

Foi uma luta muito grande, acho que Leonel deve ter falado, né? Que a gente participou muito lá em Brasília e a gente sempre ia, o sindicato sempre participou. A gente lutou muito e eu era politicamente entrosada, a nível de política nacional então isso ajudou muito a gente a conseguir essas benfeitorias com o sindicato pra hoje a gente convergir tem um nome.

No período que a senhora esteve à frente do sindicato, 19 anos, quantas greves a senhora participou?

Teve bastante greve. Não teve um mandato de prefeito que a gente não fez greve. Jackson Lago deixou uma marca muito positiva com a gente. Moacir era o mais ruim, foi secretário dele na época. Deu 19 anos pra mim, foi? Foi nada!

Professora, em relação a problemática da burocratização sindical. Como a senhora vê essa questão?

Faz parte, né? Esse trabalho todinho que tu tá me perguntando aí sempre faz parte. Acho que a gente nunca consegue ficar num cargo como presidente sem ter essas problemáticas que são casos que realmente acontece no dia a dia.

E por que a senhora acha que isso acontece?

É questão política sindical, a guerra é muito grande, é muito cobiçado, principalmente quando a gente tá no auge fazendo o trabalho que tá se destacando a nível nacional, tem gente de olho naquilo ali e tenta impedir, nas eleições.

O quê que eu vou perceber, a cada pleito eleitoral, uma mudança de diretor, mesmo que a senhora assume a gestão, vai ficar muito mais tempo como presidente da entidade, anteriormente a gente não vai ver isso vai ver o revezamento, por isso que tô me perguntando como a senhora vê isso. Toda liderança sindical vai ter sua forma de trabalhar. Então a senhora acha que é comum? E será que é bom pra luta dos trabalhadores?

É comum, mas em parte não é bom pros trabalhadores, quem vai sentir são eles. Essa luta sindical quem trava é a oposição, isso acontece a nível nacional

A senhora acha que, por exemplo, permanecesse na presidência, para os trabalhadores seria tranquilo? Não teria nenhum entrave?

Muitos já pediram pra eu voltar, mas acho que minha contribuição já passou. Eu acho que o que fiz marcou muito.



UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGÉ

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Professora Maria Lindalva Batista ,

Gostaríamos de convidá-lo para participar voluntariamente da pesquisa **“HISTÓRIA E PROPOSIÇÕES POLÍTICAS E EDUCACIONAIS DO SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA REDE MUNICIPAL DE SÃO LUÍS – MA [SINDEDUCAÇÃO] - (1972 - 2003)”**. Este estudo tem como objetivo remontar e analisar a trajetória histórica e as transformações ocorridas ao longo da referida periodização em relação às origens da organização política dos professores da rede pública municipal de São Luís até sua adesão para o caráter sindical em 2003. Os resultados desta investigação poderão contribuir para o aprofundamento de estudos e iniciativas destinados à valorização e o desenvolvimento educacional no Brasil, o aprofundamento da história da educação maranhense e a valorização das memórias e da história como elementos constituintes fundamentais para a sua construção.

A coleta de dados dessa investigação consiste na realização de entrevistas considerando questões relacionadas ao objetivo desta investigação com personagens que participaram ativamente na construção da Associação de Professores do Ensino Médio Municipal de São Luís (APEMM) fundada em agosto de 1972, que em 1994 teve sua denominação alterada para Associação dos Professores e Especialistas em Educação do Ensino Municipal de São Luís (APEEM), que em 2002 sofreu nova alteração tornando-se Associação dos Profissionais do Magistério do Ensino Público do Município de São Luís (APMEP), até sua modificação em dezembro de 2003 para **SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO ENINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO LUÍS-MA – SINDEDUCAÇÃO-SL**. Também é resguardada ao entrevistado a garantia de receber esclarecimentos sobre a metodologia desta pesquisa, antes e durante o seu curso.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, para ter ciência do estudo **“HISTÓRIA E PROPOSIÇÕES POLÍTICAS E EDUCACIONAIS DO SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA REDE MUNICIPAL DE SÃO LUÍS – MA [SINDEDUCAÇÃO] - (1972 - 2003)”**, bem como uso dos resultados desta investigação, que poderão contribuir para estudos futuros.

Ressalto que ficou claro para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos necessários no percurso do estudo. Após o término da pesquisa, as gravações permitidas serão devolvidas aos entrevistados que tiverem interesse em recebê-las.

Concordo voluntariamente em participar desta pesquisa, tendo clareza de que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o percurso, sem penalidades se for esse o meu desejo, como também autorizo a divulgação pública do meu nome próprio no corpo do trabalho e em suas referências.

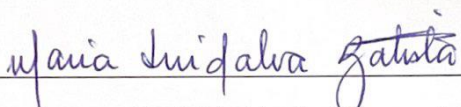
Figura 38: Termo de consentimento livre e esclarecido

Esta pesquisa não resultará em nenhuma despesa financeira aos participantes, assim como também não haverá nenhuma compensação financeira pela sua participação. Informamos que este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi elaborado em duas vias. Se forem necessários maiores esclarecimentos, me coloco à disposição dos entrevistados deste estudo por meio do telefone: +55 11 46613649 ou +55 11 98981379611 e-mails: carlosbauer@uni9.pro.br ou vanessappge@uni9.edu.br

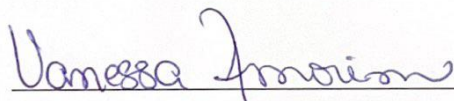
Carlos Bauer e Vanessa Amorim, responsáveis por esta pesquisa.

HISTÓRIA E PROPOSIÇÕES POLÍTICAS E EDUCACIONAIS DO SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA REDE MUNICIPAL DE SÃO LUÍS – MA [SINDEDUCAÇÃO] - (1972 - 2003)

ASSINATURA DOS PARTICIPANTES



Maria Lindalva Batista, entrevistado



Vanessa Amorim, responsável pela pesquisa



Carlos Bauer, responsável pela pesquisa

Figura 39: Termo de consentimento livre e esclarecido (verso)

ANEXO I – Ata de Fundação APEMM



Dr. José Tadeu Cantuária de Azevedo
Oficial de Registro
 José Tadeu Cantuária de Azevedo Filho
 Glenda Medeiros de Araújo Saldanha
Substitutos

Certidão

Certifico, por solicitação da própria parte interessada, que revendo nos arquivos de **REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS**, no Livro A nº08, verifiquei constar o registro do teor seguinte: **ATA DE FUNDAÇÃO E ELEIÇÃO DA PRIMEIRA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO MUNICIPAL DE SÃO LUÍS – A.P.E.M.M.**, Associação dos Professores de Ensino Médio Municipal de São Luís - A P.E.M.M, cópia autêntica. Ata da Fundação e eleição da primeira diretoria executiva e conselho fiscal da Associação dos Professores do Ensino Médio Municipal de São Luís (APEMM) nas folhas três, quatro e cinco, do livro de ata das reuniões de assembleia geral da Associação dos Professores do Ensino Médio Municipal (APEMM), consta que: Aos quinze dias do mês de agosto de mil novecentos e setenta e dois, realizou-se a primeira reunião dos Professores do Ensino Médio Municipal, para tratar dos assuntos contidos na seguinte ordem do dia: 1 – Leitura, apreciação e aprovação do anteprojeto dos estatutos da associação. 2 - Eleição da primeira diretoria executiva e conselho fiscal da associação. 3 - Marcar data para o diploma da diretoria e conselho. verificada a presença do número legal de professores, o Sr. Prof. José Carlos Bastos Silva, presidente da Comissão de elaboração dos estatutos da associação, as 8 horas declarou abertos os trabalhos, mandado ler a ata da reunião anterior, a qual foi apreciada e aprovada. A seguir expediente o prof. Joel Ramos da Silva - secretário da comissão, apresentou a primeira parte da Ordem do dia procedendo a leitura do anteprojeto dos estatutos, por capítulos que iam sendo apreciados e aprovados pelos professores. Alguns artigos sofreram reformas no contexto por sugestões dos Professores: Paulo Rego Sérgio, Miguel Arcângelo Bernardes Filho, Kleber Carvalho da Silva. José de Ribamar Teixeira e alguns outros. Estas sugestões de reforma foram aprovadas mediante votação dos estatutos, foi considerada oficialmente fundada a Associação dos Professores do Ensino Médio Municipal de São Luís - APEMM. A segunda parte foi apresentada pelo Prof. José Carlos Bastos Silva que, baseando-se no art. 40 dos estatutos aprovados, sugeriu que fossem aclamados, aproveitando a oportunidade, a primeira diretoria executiva e conselho fiscal, por sugestão do Prof. Clóvis Santos, que foi aprovada por unanimidade, a primeira diretoria executiva ficou

assim constituída: Prof. José Carlos Bastos Silva - Presidente, Prof. Raimundo Nonato Lima - Vice-presidente, Profa. Maria do Carmo Pinto Lima – 1ª Secretária, Profa. Clarice Barros Rocha – 2ª secretária, Prof. Joel Ramos da Silva - 1º- Tesoureiro, Prof. Pedro Alexandre de Oliveira - 2º Tesoureiro e votado conselho fiscal que ficou constituído por dez membros: Cinco Titulares: Prof. Kleber Carvalho da Silva, Prof. Paulo Rego Serejo, Prof. José de Ribamar Teixeira, Profa. Vlanir Lessa Lima, Profa. Germana Maria de Oliveira. Cinco Suplentes: Prof. Francisco das Chagas Val. Profa. Alaíde Belfort, Profa. Iolinda de Oliveira Pontes, Profa. Maria da Conceição Saraiva Leal, Profa. Liduina Maria da Conceição Castelo Branco. A terceira parte foi apresentada pelos professores, Joel Ramos da Silva e Raimundo Nonato Lima, ficou deliberado que a data para a posse dos membros da diretoria executiva e do conselho fiscal seria aos dois dias do mês de setembro do ano em curso. Como ninguém mais desejasse fazer o uso da palavra e não havendo outro assunto a tratar foi encerrada a reunião da qual lavrei a presente ata que lida e aprovada foi assinada por mim e pelo Sr. Presidente. Clarice Ramos Rocha - Segunda Secretária, Presidente - José Carlos Bastos Silva. Reconheço as firmas de Clarice Barros Rocha e José Carlos Bastos Silva. Maranhão, 4 de outubro de 1972. Em test. da verdade estava o sinal público de Dr. Tito Antônio de Sousa Soares. Tabela. **ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO MUNICIPAL DE SÃO LUÍS - (APEMM).**

Capítulo I - Disposições Preliminares. Da Denominação, objetivos e organização.

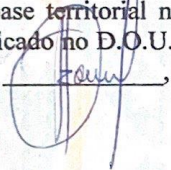
Art.1º- A Associação dos Professores do Ensino Médio Municipal de São Luís (APEMM), fundada em 15 de agosto de 1972, é uma entidade civil beneficente, com sede em São Luís – Ma, constituída por todos os professores do ensino médio oficial do município da capital do Estado do Maranhão, sem distinção de sexo, nacionalidade, idade, cor ou religião e reger-se-á pelo presente estatuto. Parágrafo Único - Será de tempo ilimitado a duração da APEMM. **Art.2º-** A APEMM, alheia a qualquer competição político-partidária tem por fim: I - Promover a união dos professores do ensino médio oficial do Município de São Luís, II - Amparar e defender as justas aspirações de classe ou de qualquer de seus sócios em particular nos setores cultural ético e econômico, III - Proteger e prestigiar os sócios quando necessário em público ou particular na imprensa e/ou nos tribunais, IV – Representar



ANEXO II – CARTA SINDICAL

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

CERTIDÃO

*****O SECRETÁRIO DE RELAÇÕES DO TRABALHO, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria 343/00, **CERTIFICA** para fins de direito que, consta no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais – CNES, o *registro sindical*, referente ao processo de nº 46000.001590/2004-21, do "*Sindicato dos Profissionais do Magistério do Ensino Público Municipal de São Luís - SINDEDUCAÇÃO/SL*", MA, representante da categoria *Profissionais do Magistério do Ensino Público Municipal*, com abrangência *municipal* e base territorial no município de *São Luís - MA*, concedido por despacho publicado no D.O.U. em 25.07.05, seção I, p. 77. Eu, **Zilmara David de Alencar**, , Coordenadora-Geral de Registro Sindical, a conferi.

Brasília, 10 de outubro de 2005.

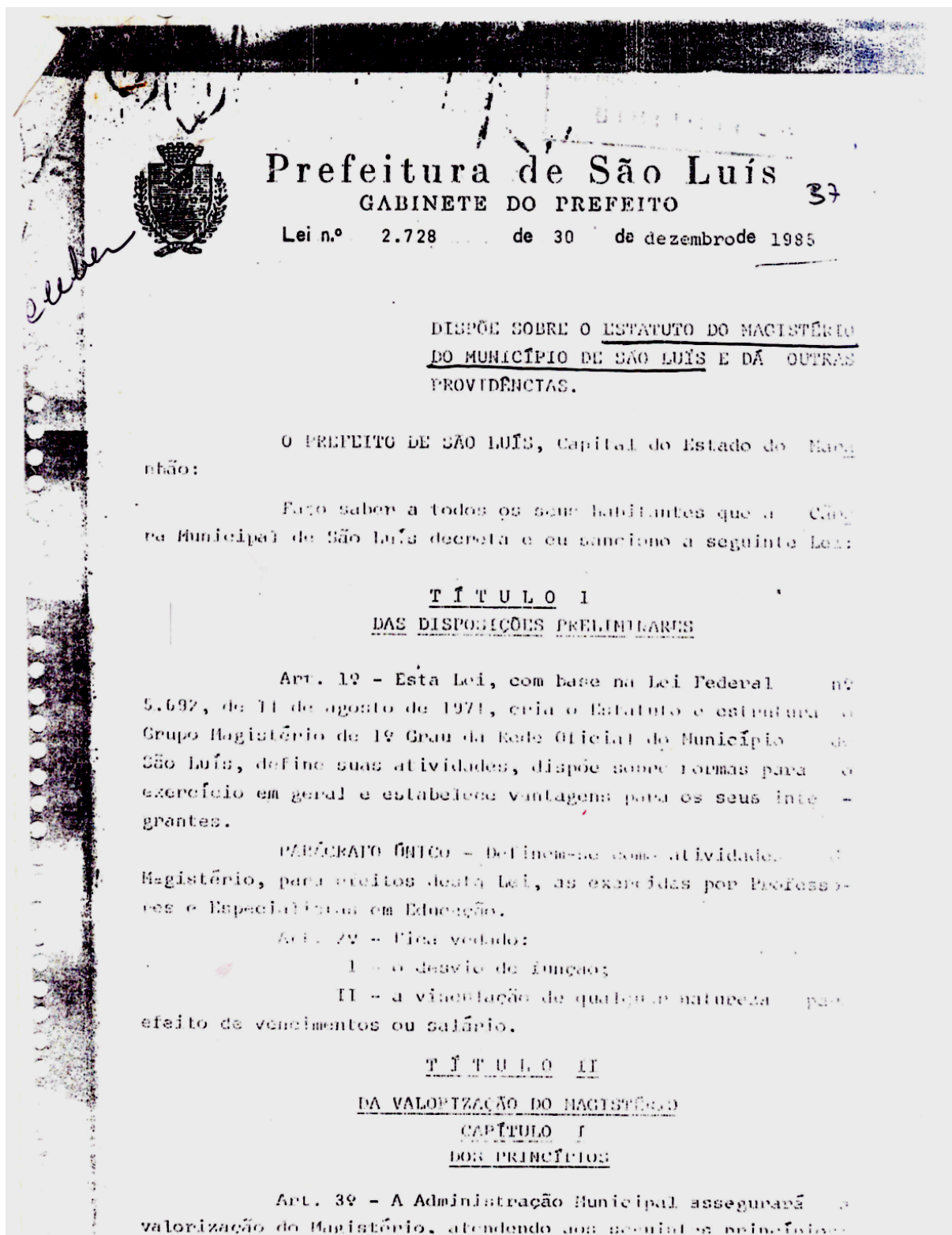
A entidade está com suas informações atualizadas junto ao Cadastro Nacional de Entidades Sindicais – CNES/MTE, válidas até 30 de outubro de 2008.


OSVALDO MARTINES BARGAS
Secretário de Relações do Trabalho

CER 376 DJ

Figura 41: Carta sindical do Sindeducação

ANEXO III - LEI 2.728/85 - Primeiro Estatuto do Magistério de 1985



Prefeitura de São Luís

GABINETE DO PREFEITO

Lei nº 2.728 de 30 de dezembro de 1985.

fl. 02..

- II - não discriminação entre Professores que lecionem atividades, áreas de estudo ou disciplinas;
- III - igual oportunidade para aperfeiçoamento e atualização de Professores e Especialistas em Educação, sem prejuízo dos vencimentos para estes profissionais, quando compatível com o desempenho das atividades próprias do cargo;
- IV - estímulo ao desenvolvimento;
- V - remuneração condigna e pontual;
- VI - possibilidade de acesso funcional;
- VII - incentivo à livre organização da categoria juntamente com a comunidade, como valorização do magistério participativo.

CAPÍTULO II

DO APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

Art. 49 - O profissional do Magistério deverá aperfeiçoar-se através de cursos ou estágios de especialização, aperfeiçoamento e atualização, para os quais seja designado, fora ou dentro do Estado.

Art. 59 - A Secretaria Municipal de Educação e Cultura será o órgão responsável pelo aperfeiçoamento do pessoal do Magistério, estabelecendo uma programação de treinamento adequada, articulando-se sempre com a Secretaria Municipal de Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para a realização de treinamento previsto neste artigo, poderão ser celebrados convênios com entidades educacionais ou outras instituições.

Art. 69 - Poderão ser aceitos cursos e/ou estágios oferecidos por entidades nacionais não previstos na programação de treinamento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, desde que correspondam aos objetivos estabelecidos nesta programação.

Art. 79 - O candidato para ser designado para curso ou estágio, conforme prevê o Art. 49 desta Lei, deverá contar mais de 02 (dois) anos de efetivo exercício no cargo.



Prefeitura de São Luís
GABINETE DO PREFEITO

Lei n.º 2.728 de 30 de dezembro de 1985
 fl.03.

Art. 89 - A seleção dos candidatos a cursos ou estágios é de competência da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, observando-se os seguintes critérios:

I - que haja afinidade entre os objetivos do curso ou estágio e as atividades exercidas no Magistério pelo candidato;

II - quando o número de vagas for limitado, que seja dada prioridade ao candidato com maior tempo de serviço no Magistério Municipal, prevalecendo, em caso de empate, o maior tempo de serviço público;

III - que o candidato, no momento de ser submetido à seleção, não esteja afastado por licença de qualquer natureza ou à disposição de outros órgãos da administração pública, exceto por licença de gestante.

Art. 99 - Compete ao Prefeito, por indicação do Secretário de Educação, autorizar o afastamento do profissional de magistério para participação em determinado curso ou estágio, bem como prorrogar o respectivo prazo, quando necessário, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 10 - Através da assinatura prévia de termo de compromisso, o profissional de magistério, afastado para curso ou estágio, comprometer-se-á a permanecer no desempenho de suas funções na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, durante o período mínimo de 02 (dois) anos, a contar da conclusão do referido curso ou estágio.

TÍTULO III

DO GRUPO DO MAGISTÉRIO

CAPÍTULO I

CONCEITO E ESTRUTURAÇÃO

Art. 11 - Como Grupo Magistério, define-se o conjunto de categorias funcionais integradas de cargos de Professores e Especialistas em Educação.



Prefeitura de São Luís

GABINETE DO PREFEITO

Lei n.º 2.728 de 30 de dezembro 1985

f1.04.

Art. 12 - Para efeito desta Lei considera-se:

I - cargo - o conjunto de atribuições e responsabilidades permanentes, cometidas a funcionários do Magistério, o qual, mediante Lei, seja criado com denominação própria, número certo e vencimento a ser pago pelo Município.

II - categoria funcional - o conjunto de atividades desdobráveis em classes e identificadas pela natureza e pelo grau de conhecimentos exigíveis para o seu desempenho;

III - classe - o conjunto de cargos, da mesma natureza, atribuições e responsabilidades iguais;

IV - referência - a representação salarial simbolizada pelos algarismos romanos I, II, III, em que se subdivide cada classe;

V - progressão vertical - a elevação do docente ou especialista em Educação à classe imediatamente superior à aquela a que pertença, dentro da mesma categoria funcional, por tempo de serviço, e de uma categoria para outra por habilitação;

VI - progressão horizontal - a movimentação do pessoal do magistério dentro da mesma classe.

Art. 13 - A carreira do pessoal do Magistério desenvolve-se mediante progressão vertical e horizontal.

PARÁGRAFO ÚNICO - A progressão vertical dar-se-á por habilitação e tempo de serviço na carreira do Magistério Oficial do Município, e a horizontal, por efetivo exercício na função, avaliação do curriculum vitae ou tempo de serviço no Magistério.

Art. 14 - Poderá haver contratação de Professor e Especialista em Educação no Quadro Temporário pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, na forma da Legislação Trabalhista, vedada a renovação do contrato, a fim de suprir a falta de docentes ou Especialistas em Educação que se afastarem do exercício dos respectivos cargos ou para atenderem a necessidades emergenciais do ensino.

CAPÍTULO II



Prefeitura de São Luís

GABINETE DO PREFEITO

Lei n.º 2.728 de 30 de dezembro 1985
fl. 05.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Magistério Público Municipal compreende um Quadro Geral dividido em duas partes:

Parte I - permanente - constituída de cargos de provimento efetivo, de acordo com a formação mínima para o exercício do Magistério.

Parte II - suplementar - constituída de cargos de provimento efetivo cujos ocupantes não atendem aos requisitos para enquadramento na parte permanente.

CAPÍTULO III
DAS ATIVIDADES DO MAGISTÉRIO
SEÇÃO I
DO PROFESSOR E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 16 - Professor é o integrante do Grupo Magistério que, no desempenho de suas funções, visa proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

Art. 17 - As funções docentes serão exercidas, nas diversas séries do ensino de 1º grau, por professores que apresentem a seguinte habilitação específica:

I - de 2º grau, obtida em três séries, para lecionar até a 4ª série do ensino de 1º Grau;

II - de 2º grau, acrescida de um ano letivo de estudos adicionais, ou de 2º grau, obtida em quatro séries, para lecionar até a 6ª série do ensino de 1º Grau;

III - de grau superior, ao nível de graduação, apresentada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração para lecionar até a oitava série do ensino de 1º Grau;

IV - de grau superior, obtida em curso de graduação correspondente a licenciatura plena, ou outros cursos superiores mais formação pedagógica, para lecionar em todo ensino de 1º e 2º Graus;

V - de 2º grau, obtida em curso de curta du

Prefeitura de São Luís

GABINETE DO PREFEITO

Lei n.º 2.728 de 30 de Dezembro de 1985.

f1.06.

Art. 18 - As atribuições do Professor são estabelecidas nesta Lei e no Regimento das Unidades Escolares de Ensino de 1º Grau da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

SEÇÃO II

DOS ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 19 - Especialistas em Educação são os integrantes do Grupo Magistério com habilitação específica de grau superior, obtida em curso de graduação, de duração curta, plena ou pós-graduação.

Art. 20 - São considerados Especialistas em Educação, além de outros que venham a ser admitidos:

- I - o Administrador Escolar;
- II - o Inspetor Escolar;
- III - o Supervisor Escolar;
- IV - o Orientador Educacional.

Art. 21 - O Administrador Escolar é o especialista em Educação licenciado em curso de Pedagogia de duração plena ou curta, com especialização em administração escolar.

§ 1º - As atividades do Administrador Escolar, desvinculadas de cargo efetivo, são exclusivamente as inerentes ao exercício de função gratificada ou cargo em comissão correspondente ao ensino de 1º e 2º graus.

§ 2º - Ao Administrador Escolar, no exercício da função de direção, compete planejar, acompanhar e controlar as atividades técnicas, administrativas e pedagógicas da unidade escolar.

§ 3º - Ao Administrador Escolar, no exercício de vice-direção, compete auxiliar o Diretor no desempenho dos encargos próprios da direção na unidade escolar e substituí-lo em suas faltas e impedimentos.

Art. 22 - O Inspetor Escolar é o especialista em Inspeção Escolar, com habilitação obtida em curso superior de



Prefeitura de São Luís

GABINETE DO PREFEITO

Lei n.º 2.728 de 30 de Dezembro de 1985

fl. 07.

denar, organizar, controlar, fiscalizar e fazer executar as atividades relativas à inspeção das Unidades Escolares integrantes do Sistema de Ensino, bem como proceder às medidas necessárias ao pleno e satisfatório funcionamento da Sistemática educacional, segundo as normas e preceitos legais.

Art. 24 - Supervisor Escolar é o especialista em educação com habilitação em supervisão Escolar, obtida em curso superior de graduação, com duração curta ou plena e de pós-graduação.

Art. 25 - Compete ao Supervisor Escolar planejar, orientar e avaliar as atividades técnico-pedagógicas do professor da Rede Oficial de Educação do Município, visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Art. 26 - Orientador Educacional é o especialista em educação com habilitação em Orientação Educacional obtida em curso superior de graduação com duração plena ou pós-graduação.

Art. 27 - Compete ao Orientador Educacional:

I - acompanhar todo o processo de ensino na comunidade escolar, visando ao ajustamento e integração do aluno;

II - acompanhar o desenvolvimento da personalidade do educando, proporcionando-lhe condições de avaliação de suas potencialidades e limitações de sua vocação profissional, através da percepção dos fatos e da realidade que o envolvem, possibilitando-lhe ajustamento e integração no meio social.

TÍTULO IV

DO EXERCÍCIO EM GERAL

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 28 - O exercício é a prática pelo profissional do magistério de atos inerentes ao cargo de que é titular.



Prefeitura de São Luís

GABINETE DO PREFEITO

Lei n.º 2.728 de 30 de dezembro de 1985.

Fl .08.

Art. 30 - Observada a ordem de classificação em curso, é assegurado ao candidato o direito de escolha da unidade escolar ou administrativa onde exercerá seu cargo, desde que haja vaga.

CAPÍTULO II

DO INGRESSO E DO CONCURSO

Art. 31 - O ingresso no Grupo Magistério far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, em que será verificada a qualificação exigida para o desempenho das atividades correspondentes à categoria funcional.

Art. 32 - Compete ao Secretário Municipal de Educação e Cultura a iniciativa de concurso para ingresso no Grupo Magistério, observada a regulamentação específica.

PARÁGRAFO ÚNICO - A regulamentação dos concursos, regido pelo disposto no Estatuto dos Funcionários, deverá conter normas comuns aos candidatos do Grupo Magistério, e será baixada pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 33 - O ingresso no Grupo Magistério dar-se-á sempre na classe A de cada categoria funcional.

Art. 34 - A inscrição em concurso, do servidor público da administração direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, far-se-á independente de limite de idade.

Art. 35 - Para pessoas estranhas ao serviço público, o limite máximo de idade para inscrição em concurso será de 50 (cinquenta) anos.

Art. 36 - O prazo de validade do concurso será de 02 (dois) anos, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado, uma vez, mediante proposta do Secretário de Educação.

CAPÍTULO III

DOS REQUISITOS PARA INGRESSO



Prefeitura de São Luís

GABINETE DO PREFEITO

Lei n.º 2.728 de 30 de Dezembro de 1985
fl. 09.

- I - ser brasileiro;
- II - ter completado 18 (dezoito) anos de idade;
- III - estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - apresentar condições de saúde física e mental para o exercício do cargo, comprovadas por inspeção médica;
- V - ter-se habilitado previamente;
- VI - possuir as condições especiais previstas nesta Lei ou em regulamento que venha a existir para determinados cargos.

CAPÍTULO IV DO GRUPO MAGISTÉRIO

Art. 38 - O Grupo Magistério compreende Categorias Funcionais constituídas de cargos de provimento efetivo, aos quais são inerentes as atribuições relacionadas com o ensino de 1º Grau, com a execução de atividades técnico-pedagógicas, bem como as relativas à administração, supervisão, planejamento, orientação educacional e inspeção escolar.

Art. 39 - O Grupo Magistério é constituído pelas seguintes Categorias Funcionais:

- I - Categorias Funcionais do Subgrupo Docente:
 - A - Professor Nível 1;
 - B - Professor Nível 2;
 - C - Professor Nível 3;
 - D - Professor Nível 4.
- II - Categorias Funcionais do Subgrupo Especialistas em Educação:
 - A - Administrador Escolar Nível 3;
 - B - Inspetor Escolar Nível 3;
 - C - Supervisor Escolar Nível 3;
 - D - Administrador Escolar Nível 4;
 - E - Inspetor Escolar Nível 4;
 - F - Supervisor Escolar Nível 4.



Prefeitura de São Luís

GABINETE DO PREFEITO

Lei n.º 2.728 de 30 de Dezembro de 1985

fl. 10.

§ 1º - As Categorias Funcionais do Subgrupo Docente compreendem as tarefas de preparação e ministração de aulas em disciplinas, áreas de estudos ou atividades, avaliação e acompanhamento de aproveitamento dos alunos do ensino de 1º grau e no ensino pré-escolar.

§ 2º - As Categorias Funcionais do Subgrupo Especialistas em Educação abrangem atribuições de planejamento, administração, supervisão, orientação e inspeção escolar.

Art. 40 - As Categorias Funcionais do Grupo Magistério são constituídas de Classes, em número de 04 (quatro), identificadas por letras a partir de A, que constitui a classe inicial de cada categoria funcional.

TÍTULO V DOS DIREITOS E DAS VANTAGENS

CAPÍTULO I DA PROGRESSÃO VERTICAL

Art. 41 - Para efeito de progressão vertical serão obedecidos os seguintes critérios:

I - Professor Nível 1

Classe A - professor com formação de 2º grau e habilitação para o magistério, com carga horária mínima definida na legislação específica;

Classe B - professor com habilitação exigida para o provimento na Classe A e mais 08 (oito) anos de serviço na carreira do Magistério Oficial;

Classe C - professor com habilitação específica exigida para o provimento na Classe A e mais 14 (quatorze) anos de serviço na carreira do Magistério Oficial;

Figura 42: Estatuto do Magistério do Município de São Luís 1985.

ANEXO IV - Informativo APEEM 2003

M 9976-6447

Informativo APEEM Associação dos Profissionais do Magistério do Ensino Público de São Luís

EDUCAÇÃO VALORIZADA COM A VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR

ANO I Nº 1 - SÃO LUÍS - MARANHÃO - BRASIL JAN/FEV/MAR/2003

Ao assumir a presidência da Associação, levei comigo vários ideais, que graças a Deus estamos conseguindo realizar juntamente com nossos diretores, companheiros de todas as horas com os mesmos ideais dos nossos. Contando sempre com o carinho, compreensão e apoio dos companheiros associados, abraçados nos mesmos ideais de conquista. Conquista esta que começa na luta de sermos reconhecidos e respeitados perante a sociedade e órgãos públicos. Luta esta por melhores salários, melhores condições de trabalho e melhores condições sociais. Uma parte da batalha foi vencida, outras estão a nossa espera e, com certeza, também venceremos. A meus companheiros de diretoria e meus companheiros associados, podem esperar de mim exclusividade na luta pelo bem da categoria. Porque sendo nós uma família, e unida, teremos que vencer sempre todos os obstáculos que encontrarmos pela frente, pelo bem da categoria. Não importando se esta luta dure dias, meses ou anos. Mas sempre tendo a convicção e a certeza de que realizaremos nossos ideais e conquistas. Por isto peço a todos que nos unamos cada vez mais, para que nossa voz seja ouvida e respeitada. Obrigada a todos.



Maria Lindalva Batista

O início da formação

A formação é fundamental. Infelizmente - esse é um paradoxo que ocorre em todos os lugares - as pessoas acreditam que ensinar criança é simples, que qualquer um pode fazer. Aham que o difícil é formar adultos, que são eles que precisam de mais atenção. É justamente ao contrário! A educação dos primeiros anos deve ser a mais completa! É aí que devem estar os melhores profissionais, os mais experientes, os mais bem formados. Se essa educação inicial da criança é boa, todo o processo de aprendizagem torna-se mais fácil. Tudo que somos, bom ou mau jornalista, bom ou mau político, bom ou mau escritor, deve-se em grande parte aos professores primários que tivemos. Muito pouco se pode fazer se eles não realizaram bem sua tarefa. Para se trabalhar nos anos iniciais da educação, o mais importante é ser otimista, e isso em qualquer nível de ensino. Costumamos dizer que os pessimistas só servem para ser bons domadores, nunca bons professores. É preciso acreditar - e não duvidar nunca - que o ser humano é perfeito, que ele tem uma capacidade ilimitada de aprender, nascida com ele. Ao mestre, cabe fomentar esse desejo de saber e mostrar que podemos sempre ser melhores à medida que adquirimos mais conhecimento. Devemos ter humanidade, capacidade de respeitar e uma alegria cidadã contagiante. É preciso compreender o que é ser humano. O homem e a mulher são uma realidade biológica e natural, mas não se pode esquecer que também são feitos de uma realidade cultural. Nós não nascemos totalmente homem. Só nos tornamos humanos com a ajuda de outros humanos e na convivência com eles. É isso que precisamos aprender.

Sindicato para a categoria

Como a maioria dos companheiros da categoria, associados à APEEM, aprovaram, estamos transformando a nossa Associação em Sindicato, para que o dinheiro arrecadado junto ao sindicalismo fique entre nós e seja revertido em benefícios dos próprios associados da categoria, coisa que não está acontecendo no momento. Sabemos que sindicatos são instituídos para lutarem por melhorias na vida profissional e social dos sindicalizados, coisa que não estão fazendo pela nossa categoria, pois são descontados impostos sindicais em nosso salário e não são revertidos em nossos benefícios, pelo contrário, são investidos em benefício de poucos. Por isso nada melhor do que nós mesmos administrarmos nossos recursos sindicais, para melhoria de nossa vida profissional, social e familiar. Com administração transparente, honesta e justa, como tem sido a administração da APEEM. O sucesso da categoria depende de nossa união. VAMOS À LUTA.

HECOR - CARDIOLOGIA
FONE 245-0887

HECOR
CARDIOLOGIA

SERVIÇOS OFERECIDOS:

- CONSULTAS
- ELETROCARDIOGRAMAS
- TESTE ERGOMÉTRICO EM ESTEIRA
- MAPEAMENTO 24 HORAS
- HOLTE 24 HORAS

ATENDIMENTO A CONVÊNIO E PARTICULARES DAS 8:00 ÀS 21:00 HORAS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

Av. Jerônimo de Albuquerque, nº 50
III Conjunto - Cohab - Anil
Fone: (98) 245-0887
São Luís - MA

OPERADOR DE CAIXA INFORMATIZADO

MILHA Digital

AUXILIAR DE ESCRITÓRIO
ROTINAS TRABALHISTAS

WORD, EXCEL, WINDOWS DIGITAÇÃO

Professores e dependentes Descontos especiais!

Se preferir recorte o anúncio, leve na Interdígito e pague somente R\$ 9,90 por um curso promocional.

Cohab em frente à feira
Fone: (98) 213-1313
Monte Castelo ao lado do CEFET
Fone: (98) 231-0667
São Luís - MA

Figura 43: Informativo da APEEM (2003)

ANEXO V- Periódicos impressos

Local O IMPARCIAL
 São Luís, 09 de Janeiro de 1986 - quinta-feira

Violência sobrou para manifestantes

Feridos lotaram o serviço de emergência do Hospital Presidente Dutra. Um, pelo menos, estava baleado.



Vítima da violência dos próprios manifestantes

Dois pessoas gravemente feridas e dezenas de outras com ferimentos leves e em estado de choque foi o saldo da manifestação realizada na manhã de ontem, em frente à Prefeitura Municipal de São Luís, pelos servidores nomeados pelo ex-prefeito Mauro Fecury e agora, demitidos pela prefeita Gardênia Gonçalves.

João de Deus Barros Serpa, residente na Rua Emílio Menezes, 28, bairro da Liberdade, foi atingido com um tiro na mão direita que, segundo informações de populares ali presentes, foi desferido pelo agente de segurança de Gardênia, Otton Mondêgo. O outro, Reginaldo da Silva Coqueiro, 23 anos, atingido na coxa direita com uma bomba de gás, segundo ele, lançada por policiais militares.

Tudo aconteceu por volta do meio dia quando os servidores encontravam-se no auge do quebra-quebra. Alguns policiais ali presentes revidaram as agressões com bombas de gás lacrimogêneo, deturando muita gente queimada e outros feridos, devido o correr que ocasionou encontrões e quedas entre aqueles que corriam sem rumo. Reginaldo foi levado por amigos ao Hospital Presidente Dutra, logo após o acidente. Ele reside na Rua Vaz de Caminha, 256, Vila Passos e trabalhava na Secretaria de Educação, lotado no Grupo Escolar Eliezer Silva no mesmo bairro.

Os manifestantes que saíram feridos do tumulto e das agressões, e que foram enviados ao HPD para assistência a seus fe-



O gás das bombas e a correria provocaram desmaios

imentos não puderam ser identificados em sua totalidade por não terem preenchido fichas. Isto deve-se à uma nova estratégia do referido hospital que não exige mais a ficha daqueles que vão a procura de assistência de emergência, para atendimento mais rápido.

Segundo informou Reginaldo, a cirurgia que foi submetido para retirada de resíduos da bomba que ficaram em sua coxa, pegou vinte e cinco pontos e foi uma cirurgia demorada.

O clima na Praça Dom Pedro II, localizada em frente ao Palácio dos Leões e da Prefeitura Municipal reinou ontem a greve de 1979, quando os estudantes desobedeceram a greve pela meia passagem ao governador do Estado. Foi ironia do destino ou por pura coincidência era chefe do executivo estadual o senador João Castelo, esposo de Gardênia Gonçalves, prefeita de São Luís. Os grevistas sentiram-se humilhados e furiosos pela vontade da prefeita municipal para anular as demissões com o acirramento de que incendiaram carros da Prefeitura e foram mais além, chegaram a Prefeitura municipal.

Todos os servidores demitidos, foram unanimemente afirmados que confiaram na prefeita Gardênia, mas a prefeita está sendo a mais captação para os servidores municipais.

Figura 44: O Imparcial, 09 jan. 1986, p.2

Uma ação firme em favor do patrimônio da cidade Apedrejamento do carro não intimidou bombeiros

O patrimônio quase destruído pelo dono

O Palácio La Ravardiêre, foi construído em 1888. De grande valor arquitetônico e monumental, nele funcionaram nos primeiros tempos a Câmara e Cadeia, presidida por Silvério Estácio da Silveira. A obra foi concluída com a colaboração do Senado da Câmara, que recebeu solicitação através de ofício do sargento-mor Antônio de Barros Pereira para que destruísse o material que sobrasse do busto de Daniel de La Touche e das obras do edifício da Igreja, esculpido por A. Bibiano Silva, e da Casa da Câmara da Vila. Ele construído de alvenaria, pedregal, que estavam sendo construídos na época.

O prédio passou por várias reformas tendo sido denominado sergão de revestimento de cortiça, forro de gesso e mármore

No pátio externo, encontra-se o busto de Daniel de La Touche, e as obras do edifício da Igreja, esculpido por A. Bibiano Silva, e da Casa da Câmara da Vila. Ele construído de alvenaria, pedregal, que estavam sendo construídos na época.

O prédio passou por várias reformas tendo sido denominado sergão de revestimento de cortiça, forro de gesso e mármore



Depois definitivamente arrancadas pelos baderneiros

Secretária executiva

Empresa estabelecida em São Luís precisa admitir urgente pessoa experiente com prática de relação comercial e manejo de telef. Enviar carta candidando-se acompanhada de foto 10x4 para a caixa postal 1665.



Prédio de valor arquitetônico inestimável



Estátuas, primeiramente usadas para pilheria.

Figura 45: O Imparcial, 09 jan. 1986, p.2



Figura 46: O Imparcial, 09 jan. 1986, p.6



Figura 47: O Imparcial, 09 jan. 1986, p.3.



Os sinais da destruição no prédio da Prefeitura



Gardênia inspeciona uma das salas destruídas



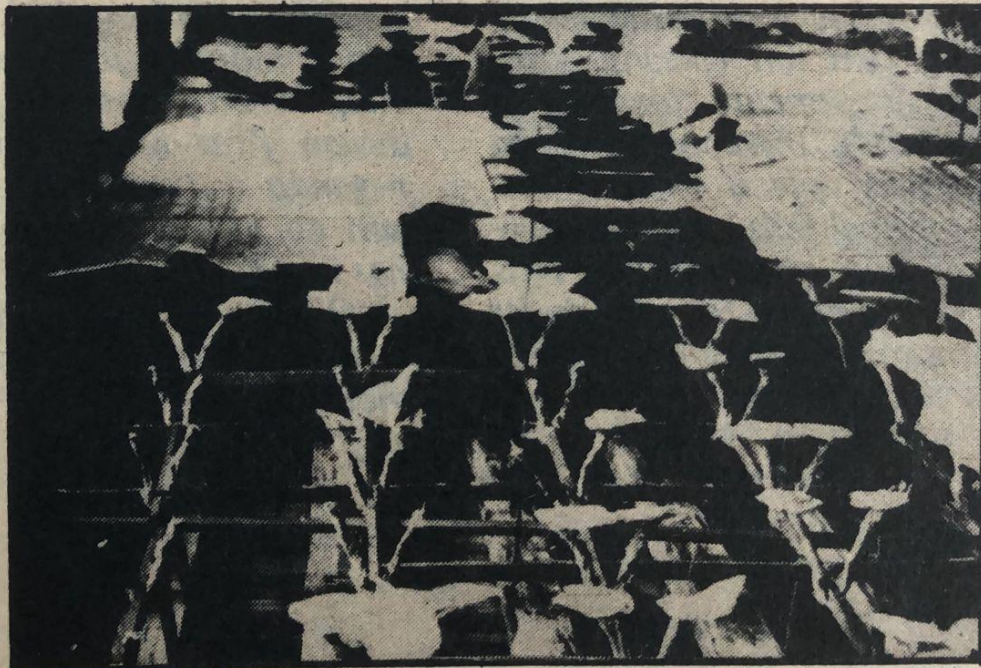
a func
a func
setores
tária e
partam
te dest
e o inc
ontem.
posto
a mais
seus re
foram
porém,
do Imp
rial Un
a 1988
ses do
do ent
faltam
particã
prédio
sim, c
dos c
mente
Secret
regist
fonte
- A
pio es
disse F
que a
IPTU
bilhõ
1986,
em C
dívida
exerci
dificiã
da pe
que te
taria
cou t

O
nando

Figura 48: O Imparcial, 09 jan. 1986, p.3.



O Palácio de La Ravardière em chamas



O teto da Secretaria de Fazenda ficou assim

Figura 49: O Imparcial, 09 jan. 1986, p.3.




Figura 50: O Imparcial, 09 jan. 1986, p.3.

... não tem espaço físico em ... para suportar ... para reparar ... que muito ... em outros mu ... do Estado, não po ... dessa forma prestar ...

... de segurança não te ... detectado os coquetis ... gases de gasolina e ... de algodão arso ... que da dia terem sido ... usados no incêndio.

... dizem os comunistas ... a proposta formulada pe ... do estado pode ... para a solução ... à medida ... para a continuidade do pagamento ... demitidos".



O teto da Secretaria de Fazenda

ESTADO DO MARANHÃO
Governo LUIZ ROCHA
 VAMOS GOVERNAR JUNTO

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Comunicação Social

NOTA

O Governo do Estado do Maranhão, tendo em vista os graves e lamentáveis acontecimentos e incidentes verificados na manhã de hoje, na Prefeitura Municipal, vem de público esclarecer o seguinte:

- 1 - Atendendo ao pedido da prefeita de São Luís, no dia 06/01/86, para que garantisse a integridade física da prefeita e servidores municipais, a Polícia Militar permaneceu guarnecendo a área, dando garantias tanto à prefeita como aos servidores e preservando o patrimônio público.
- 2 - A Polícia Militar manteve o policiamento ostensivo na área da Prefeitura Municipal e do Palácio dos Leões até às 22 horas do dia 07/01/86. Após essa hora, como não havia mais nenhuma aglomeração na área e a Prefeitura estivesse fechada, o destacamento foi recolhido ao quartel, onde se manteve de prontidão.
- 3 - Hoje, dia 08/01/86, às 11:26 horas, a prefeita encaminhou ao governador do Estado o seguinte telex: "Persistindo ainda grupos de manifestantes hostis em frente ao prédio desta Prefeitura, e segundo informações seguras que me chegaram ao conhecimento, existem elementos nesses grupos dispostos a promover distúrbios, tais como depredação do prédio da Prefeitura, solicito a Vossa Excelência providências no sentido de colocar a Polícia Militar de prontidão para intervir caso seja necessário".
- 4 - Embora o pedido da prefeita tenha sido no sentido de manter a polícia de prontidão, o governador do Estado determinou o imediato deslocamento da tropa para a área, o que foi feito em menos de 10 minutos. Determinou, também, o deslocamento de todo o dispositivo do Corpo de Bombeiros, diante do fato de que minutos depois de haver chegado o pedido começava a depredação do prédio e a queima de automóveis por parte de populares que ficaram furiosos em razão de haver a prefeita de São Luís anunciado a não aceitação da proposta do governador do Estado, de ajudar complementarmente no pagamento da folha de pessoal, a fim de evitar demissões e, conseqüentemente, tensões sociais.
- 5 - Com a chegada do destacamento policial e do Corpo de Bombeiros, foram contidas todas e quaisquer investidas contra a sede da Prefeitura e, inclusive, isolada a área, com a evacuação dos manifestantes.
- 6 - O governador do Estado, diante da gravidade do fato e das ocorrências verificadas, determinou a abertura de inquérito para apurar as responsabilidades nos fatos, determinando ainda que o secretário de Justiça e Segurança Pública solicite ao Ministério Público que o inquérito seja acompanhado por um dos seus membros e que comande, pessoalmente, as investigações.
- 7 - Mesmo sem haver recebido solicitação, o governador do Estado determinou também que a Secretaria de Justiça e Segurança Pública e a Polícia Militar mantenham a área isolada e sob vigilância policial, e que seja mantida também guarda permanente e segurança à integridade física da prefeita e seus familiares, tanto na sua residência quanto nos locais de exercício de sua função.
- 8 - Finalmente, o governador do Estado determinou que a Secretaria de Justiça e Segurança Pública e a Polícia Militar façam uma rigorosa inspeção e tome as devidas providências para identificar e evitar que pessoas estranhas ao quadro da Segurança Pública permaneçam na área indevidamente armadas.

São Luís, 8 de janeiro de 1986.
JOSE RIBAMAR LIMA DA FONSECA
 Secretário de Comunicação Social

PREFEITURA DE SÃO LUÍS

Por es
o gran
Lí
ve
a
BR.
quero
que es
ra p
nossa
serho
faria
ciou e
ra, A
do Ga
ci, Jo
às 17
coisas
Se eu
ma co
tro, e
são de
Afi
gover
barcar
xotes
prefei
mas a
da ta
velou
der p
cia e
de B
com
tiu o
presid
mara,
o pe
missã
"S
conta
falta
minis
Lyra
para
do c
cia e
depo
a car
rie d
no q
te S.
em r
do n
Cast
C
ral l
par
ra d
dia
tar
tro
rant
guin
aind
tem,
o it

Figura 51: O Imparcial, 09 jan. 1986, p.3.

Gardênia conta toda destruição

Depois que todo o incêndio havia sido apagado, a prefeita Gardênia Gonçalves permaneceu em seu gabinete, cercada por assessores e secretários, lamentando o "deprimido espetáculo de violência", segundo ela provocado por incitamento de políticos, citando nominalmente os deputados federais Sarney Filho, Jaime Santana, (PFL) que foi derrotado por ela na eleição, o estadual do PMDB, Luiz Pedro e vários vereadores.

Gardênia distribuiu cópia de seu telex enviado ao governador Luiz Rocha às 11h 30 em que ela diz não demitiu funcionários mas apenas aplicou o que determina a lei federal 7.446/76, que dispõe sobre admissão de pessoal. Em seguida ela agradece a sugestão do governador para criar uma comissão especial para estudar o problema social dos demitidos.

Nos considerandos da mensagem, a prefeita Gardênia afirma que o trabalho de uma comissão demandaria muito tempo; que a prefeitura não possui vagas em seus quadros; que não tem espaço físico em suas repartições para suportar tantos funcionários; que muitos deles residem em outros municípios do Estado, não podendo dessa forma prestar

serviços na capital.

"Considerando que o Estado dispõe de vagas suficientes em seus quadros, criadas pela lei delegada 164/84, e levando em conta a urgência que o caso requer, sugiro, data vânia, a vossa excelência que o governo do estado, também sensível ao problema social, adote como solução mais rápida e eficaz a absorção do pessoal contratado irregularmente, cuja relação coloco à sua inteira disposição". **BALANÇO DOS ESTRAGOS**

Aos jornalista Gardênia disse que acredita que, por trás da proposta de Luiz Rocha tenha tido um jogo político. No balanço que fez dos estragos, ela conferiu a destruição total do Departamento da Receita, todo o arquivo da Secretaria da Fazenda, todo o cadastro geral do Município, além do centro de processamento de dados, recém-insurgido. Ela disse que todo o incêndio foi direcionado para atingir os pontos vitais, "onde estão os arquivos dos atos praticados na administração passada".

Lamentou a demora da chegada da Polícia e que os órgãos de segurança não tenham detectado os coquetéis molotovs, galões de gasolina e chumaços de algodão ensopado, que ela diz terem sido usados no incêndio.

Comunistas solidários com o povo

A Comissão Diretora Provisória Regional do Partido Comunista do Brasil - PC do B, expediu nota, ontem, à imprensa, na qual manifesta-se solidária com os 14.500 funcionários demitidos pela prefeita Gardênia Gonçalves, que as considera ilegais e fora do prazo legal. "Danos todo nosso apoio às justas reivindicações dos servidores no sentido de voltarem ao trabalho, sem prejuízo de sua remuneração", diz o documento.

Condena o PC do B o decreto da prefeita que considera "ilegal em termos jurídicos". Segundo seus dirigentes "é um ato de caráter político, vingativo, maquinado pelo senador João Castelo e voltado contra o povo de São Luís".

A CULPA É DA PREFEITA

O partido vermelho responsabiliza a prefeita de São Luís, pelos acontecimentos ocorridos ontem. "A intransigência da prefeita da capital foi a principal causa da radicalização popular ocorrida nesta quarta-feira e que a manutenção de seu posicionamento pode acarretar maiores descontentamentos".

Para justificar esse ponto de vista, dizem os comunistas que "a proposta formulada pelo governo do estado pode abrir caminho para a solução do impasse criado à medida em que garante recursos para a continuidade do pagamento aos funcionários demitidos".



Figura 52: O Imparcial, 09 jan. 1986, p.3.

Num dia de cão, os demitidos destroem Prefeitura com fogo



O Palácio de La Ravadière em chamas



O teto da Secretaria de Fazenda ficou assim

Aproximadamente duas mil pessoas atingidas por um decreto da prefeita Gardênia Gonçalves, assinado no último dia dois, em que anulou 14.500 nomeações feitas no final do mandato do seu antecessor, Mauro de Alencar Fecury, do PFL, incendiaram ontem ao meio dia o prédio da Prefeitura, destruindo mais de 80 por cento da Secretaria da Fazenda do Município, que funciona no térreo do sobradão, construído com data de 1689. Quatro pessoas saíram feridas e outras seis foram atendidas em estado de choque na Emergência do Hospital Presidente Dutra, enquanto todo o restante do prédio, que começou a ser depredado na última segunda-feira e onde funciona o Gabinete da prefeita, encontra-se totalmente danificado por pedras atiradas pelos manifestantes.

A explosão de violência começou às 11h30m, após o encerramento de uma reunião da prefeita Gardênia e 15 vereadores do PMDB, PDT, PTB e PFL, quando ela se negou a aceitar a proposta feita anteriormente pelo governador Luiz Rocha, se comprometendo a ajudar financeiramente a Prefeitura para que ela pagasse os funcionários demitidos. Os vereadores saíram da reunião levando aos manifestantes a decisão da Prefeita em mandar o decreto em que anulou as nomeações, explodindo a onda de violência.

Começou uma chuva de pedras arrancadas do calçamento

da Avenida Pedro II, contra o prédio municipal; enquanto outros mais exaltados reviraram um Opala preto 06, da Secretaria de Saúde, atesando fogo no veículo, provocando seguidas explosões. Nesse momento duas moças e um rapaz foram vistos incendiando a cortina de uma das janelas da lateral direita do prédio e empurrando-a para dentro em chamas. Em cinco minutos o fogo já tomava conta de várias dependências da Secretaria da Fazenda, cobrindo toda a Avenida Pedro II com uma densa nuvem de fumaça preta.

Uma Brasília AB-5454, estacionada minutos antes pelo seu proprietário, Nelson Monteiro Utta, foi revirada por mais de 20 pessoas, mas não conseguiram incendiá-la. Nesse momento começou a chegar vários policiais militares, chefiados pelo comandante geral da PM, coronel Jorge Oliveira. A correria era geral, enquanto dentro do prédio o pânico tomava conta dos funcionários.

A chuva de pedras continuava, enquanto estouravam as primeiras bombas de gás lacrimogênio. As chamas apareciam pelas portas e janelas, enquanto os manifestantes, em meio a uma gritaria infernal, saqueavam as dependências da Secretaria da Fazenda, atirando na rua máquinas de escrever e maços de papéis e documentos encontrados nas gavetas dos armários. Até portas foram arrancadas. O busto do francês Daniel de La Touche,

fundador da Cidade de São Luís, foi arrancado de seu pedestal e mais o de Teres Ronder, colocados diante do portão principal.

GARDÊNIA FIRME

Quando o prédio começou a incendiar-se, os assessores da prefeita Gardênia Gonçalves tentaram retirá-la de seu Gabinete. "Eu morro mas não saio daqui, pois esta cadeira me foi entregue pela vontade do povo", respondeu Gardênia, demonstrando nervosismo, conforme confessou depois. Uma escada do Corpo de Bombeiros ainda chegou a ser estendida em direção à janela do Gabinete da Prefeita, mas ela recusou a oferta, alegando que tinha porta de saída pelos fundos da Prefeitura, mas mesmo assim, não pretendia utilizá-la.

"Não arrastei esta cadeira", contou Gardênia, acrescentando que acompanhou toda a movimentação sem sair de sua cadeira. Pelas janelas que dão para o lado do Palácio dos Leões, vizinho à Prefeitura, os manifestantes atiraram muitas pedras, uma delas com mais de 1.000 gramas quase acertou a mesa da Prefeita.

Os vereadores que saíram da reunião com a Prefeita, ficaram junto aos manifestantes, inclusive o petebista Manoel Ribeiro, encarregado de transmitir à negativa da Prefeita. Os bombeiros chegaram à tempo de controlar o incêndio em oito minutos, mesmo tratando de uma construção antiga, com o primeiro andar todo sustentado por madeira.



Por essa janela, começou o grande incêndio.

Líder do PDS vem ajudar



O busto de Daniel de La Touche no chão. A destruição foi completa



nhão
social

Figura 53: O Imparcial, 09 jan. 1986, p.3.

Demitidos vão prosseguir o movimento contra Gardênia

Advogado vai ingressar na Justiça do Trabalho contra decretal



Manifestantes continuam protestando



Heitor Filho

Dois dias depois dos tumultos violentos que culminaram com o incêndio na prefeitura desta Capital, menos de 70 dos 14.500 demitidos pela prefeita Gardênia Gonçalves decidiram passear o dia de ontem mantendo vigilância na Avenida Pedro II, em frente ao prédio destruído, mantido sob o isolamento de 120 policiais. Sem a presença de qualquer político, de mandato, os demitidos prometem prosseguir na luta pela readmissão, mesmo que todos tenham que recorrer à Justiça do Trabalho em ação conjunta ou em grupos que vão ser definidos.

Os manifestantes de ontem estavam sendo liderados pelo advogado César Bello, 26 anos, que marcou uma reunião com todos os demitidos para que eles autorizem a ingressar na Justiça reivindicando os direitos trabalhistas. Ontem foi anunciada a decisão do juiz Manoel Alfredo Martins, da primeira Junta de Conciliação de Julgamento de São Luís, em medida cautelar a favor das funcionárias Maria Costa Lindoso e Nilde do Carmo Nascimento, demitidas pela prefeita Gardênia, da Secretaria Municipal de Educação.

Ontem o juiz explicou que, quando decidiu em favor das funcionárias, o fez baseado no contrato de trabalho da Carteira Profissional delas, com datas de oito e nove de julho, respectivamente. Lembrou que sua decisão não pode ser interpretada como uma vitória de todos os funcionários demitidos, já que ele não conhece os casos denunciados, e apelou para

que os prejudicados não recorram àquela Junta, que não dispõe de estrutura para suportar tanto trabalho.

Por sua vez, o advogado César Bello, que foi demitido do cargo de fiscal de rendas do Município, promoveu uma ação em litisconsorte com todos atingidos, na próxima segunda-feira. Ele, que desde o começo do movimento vem participando das concentrações, afirmou que não tem idéia de quem tocou fogo na prefeitura, mesmo sendo denunciado pelo senador João Castelo como um dos líderes dos distúrbios, e por ser muito ligado ao deputado Sarney Filho.

"NÃO VAMOS QUEBRAR NADA"

Essa era a ordem dada ao meio dia pelo químico industrial Heitor Filho, 28 anos, solteiro, demitido do cargo de Técnico de Nível Superior (TNS), ao grupo de manifestantes que permanecia na Avenida Pedro II. "Não vamos quebrar nada. Vamos quebrar apenas a intransigência dessa prefeita desumana. Para continuar a luta, aceitamos receber ajuda de qualquer partido político, entidade de classe e até da Igreja", bradava ele. De manhã, o presidente do Sindicato dos Bancários, Julião Amim esteve no local, pedindo maior organização do movimento dos demitidos, "não como representante do órgão que dirige, mas como trabalhador", conforme explicou. Julião foi o candidato a vice-prefeito do PDT, na última eleição de São Luís.

Outro apontado pela prefeita Gardênia Gonçalves

e seu esposo João Castelo, demitido pelos distúrbios, está demitido. M... Sousa — Cobia 530 - Este 44 anos, demitido do cargo de fiscal de rendas do município. Ele trabalha o deputado Sarney Filho na campanha do candidato do PFL, deputado João Santana, era o animador de palanques e locutor das lutas eleitorais. Manzinho negou qualquer envolvimento dos dois deputados nos atos de vandalismo e também o seu próprio.

— Estamos trabalhando pelos desempregados, mas não aceitamos de forma alguma a baderna. A luta é pela Justiça. Não sabemos quem tocou fogo na prefeitura, pois o incêndio começou de dentro para fora, no momento em que o povo atirava pedras na prefeitura — explicou ele, acrescentando ainda que a direção do movimento esteja distribuindo alimentos e bebidas para os manifestantes conforme denunciou a prefeita Gardênia, baseada em informações que recebeu. Mas alguns dos demitidos disseram que anteontem receberam refeições na Juventude da Freixal, localizada na Praça Grande, 200 metros da Praça Pedro II.

Mas a pior situação demitida Sônia Soares, 35 anos, solteira, arrimada em uma família de 10 pessoas, demitida do cargo de escriturária, com o salário de Cr\$ 900 mil. Ela está cinco meses desempregada e não sendo nomeada em pelo prefeito Mauro Feijó por indicação de um vereador do PMDB.

Figura 54: O Imparcial, 10 jan. 1986, p.21.

Prefeita volta após incêndio

A prefeita Gardênia Gonçalves despachou normalmente ontem à tarde com seus secretários e está adotando as providências para mandar recuperar as destruições provocadas pelo incêndio no prédio da Prefeitura, que estava na dependência da perícia policial que já foi concluída. Foi o primeiro dia da semana em que ela não manteve qualquer contato com pessoas ligadas aos 14.500 funcionários que tiveram suas nomeações anuladas.

Os seus secretários se encarregaram de fornecer muitas informações a respeito dos contratos alegados como ilegais feitos pelo seu antecessor, Mauro Fecury. O Secretário chefe do Gabinete da Prefeita, Fernando Castro, disse que somente naquele setor 142 funcionários recebiam salários que variavam de Cr\$ 600 a Cr\$ 4 milhões, por um "grupo de trabalho", sem qualquer contrato assinado ou portaria do prefeito.

Esses "grupos de trabalho" que funcionavam em quase todas as secretarias, segundo Fernando Castro, consumiam uma verba mensal de Cr\$ 1,5 bilhão. Revelou ainda que no Gabinete da Prefeita existem 430 funcionários, onde não

há 60 trabalhando, enquanto o secretário da Administração do Município, Lúcio Cunha apresentava mais dados: disse ele que em junho do ano passado os órgãos da administração direta contavam com 7.398 funcionários que eram pagos por uma folha de Cr\$ 2,3 bilhões.

—Em dezembro - explicou Cunha - já havia 21.500 funcionários no mesmo quadro e uma folha de pessoal de Cr\$ 22 bilhões. Ainda por cima, no Gabinete do Secretário de Administração existem 198 assessores ganhando acima de Cr\$ 3 milhões mensais, e entraram na folha sem qualquer contrato ou nomeação do prefeito.

Lúcio Cunha, sem apresentar as provas, informou ainda que todas as carteiras de trabalho assinadas no período proibido pela legislação eleitoral, tem a data do contrato anterior à data da expedição desse documento pela Delegacia do Trabalho.

Finalizando, o secretário da Fazenda, Antonio Fernando disse que, com a anulação dos contratos pela prefeita Gardênia, a folha baixará de Cr\$ 22 bilhões para Cr\$ 9 bilhões mensais.

Figura 55: O Imparcial, 10 jan. 1986, p.3.

Fogo vai render agora nos corredores de uma delegacia



Leofredo não ouviu Gedeão

Timon vive a rotina dos cadáveres que lhe deixam

A população de Timon, capital do Piauí pelas águas do rio Parnaíba, já se acostumou com um triste espetáculo. São constantes achados de restos humanos. O nome, pela manhã, uma pessoa que não chegou a ser identificada pelos policiais estava na delegacia para informar que a 10 quilômetros da cidade havia uma ossada humana. A informa-

ção foi dada e constataram a veracidade da denúncia. No local, Milton Coelho Filho declarou que o morto, provavelmente, foi levado para lá do vizinho estado. É que quase que diariamente são encontrados corpos cruares de bala. Como não se registra desaparecimentos em Timon, tudo indica que sejam oriundas de Teresina. Um inquérito foi aberto, mas

Depois de ordem expressa do governador do Estado, possivelmente começa hoje, pela DOPS, a tomada de depoimentos para apurar a depreciação e incêndio da Prefeitura Municipal de São Luís, ocorrido na manhã de anteontem por centenas de manifestantes que exigiam da prefeita Gardênia Ribeiro Gonçalves a revogação do "decreto" que colocou na rua 14 mil funcionários.

O primeiro a se candidatar para ser ouvido pela comissão de três delegados, chefiada pelo delegado Leofredo Ramos, foi o ex-chefe da Casa Militar do Governador João Castelo, coronel Gedeão Matos. Ele compareceu às 16h30m na Delegacia de Ordem Política e Social para ser ouvido, mas não chegou a depor, face o não comparecimento de um promotor público, por não haver sido designado pelo Ministério Público.

Na saída da delegacia, Gedeão afirmou que fará um depoimento responsabilizando frontalmente o secretário de Justiça e Segurança Pública, coronel Silva Júnior, pelos acontecimentos verificados na prefeitura municipal, incidente que qualifique de vandalismo. "O secretário Silva Júnior não conduziu a ordem pública pro-



O coronel acusou, mesmo assim, Silva Júnior

ativamente como é o seu dever. Preferiu se omitir no meio dos manifestantes, incitados, que passaram a atear fogo na Prefeitura, colocando em risco as vidas de dezenas de pessoas que se encontravam dentro do prédio".

Adiantou o coronel Gedeão que toda a ação desenvolvida contra o patrimônio municipal foi promeditada. "No dia ante-



O secretário omissivo no meio dos badernaços

rior à depreciação, todos os órgãos de informações, tanto da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Exército e o SNI, já sabiam do que iria ocorrer. E quando eu recorri para alguns setores das Polícias Estaduais, querendo saber as consequências, tive a resposta que eles só saíram às ruas mediante ordens superiores, que por sinal só chegaram ao local

quando o fogo já se alastrava no andar inferior da Prefeitura".

Disse ainda o coronel Gedeão que além desse depoimento que irá prestar no DOPS, não estará em representar administrativamente contra o secretário de Justiça e Segurança, Silva Júnior, como o responsável maior do incêndio da Prefeitura.

Por outro lado, o delegado Leofredo Ramos, titular da comissão da DOPS que apura a depreciação contra a Prefeitura, disse que hoje, possivelmente, o Ministério Público designará um promotor para

acompanhar as investigações de depoimentos. Outros, chamados pela prefeita Gardênia Gonçalves para ser ouvidos e ao mesmo tempo bem se prontificou a fazer.

As investigações em do caso iniciaram desde ontem. Três pessoas, nomes não foram revelados, segundo o delegado, já foram ouvidas. Disse Leofredo Ramos que três figuram como agitadores e que se encontravam no momento do incêndio do advogado Cezar de que certamente terá sido um ofício solicitando materiais inflamáveis, como lês de gasolina e material fácil inceneração dentro e fora da Prefeitura usados pelos manifestantes.

Se o inquérito iniciado pela Delegacia de Ordem Política e Social, não tiver sido interrompido, provavelmente

o próprio governador Leão Chaves poderá ser ouvido pelo inquérito que apura o incêndio de depreciação da Prefeitura. A prefeita, por que está disposta a depor, fez pesada denúncia contra o governador e exigiu a responsabilização ocorrido.

Falso "tira" preparado para ação

Foi autuado em flagrante pelo delegado Leofredo Ramos, ontem à tarde, Róbci Sena Palhano, 24 anos, residente na quadra A, casa 02, Alemanha, por porte de arma ilegal e por se passar por policial usando uma carteira de



contra conversando com Rinaldo Soares - o "Moleão", que cumpre prisão condicional pela penitenciária de Pedrinhas. Ao ser abordado, Palhano

Segurança da

Figura 56: O Imparcial, 10 jan. 1986, p.2.

Tributação fica sem memória

Prefeitura só volta a funcionar normalmente em 18 meses



Os sinais da destruição no prédio da Prefeitura



Gardênia inspeciona uma das salas destruídas



Polícia mantém a segurança da prefeitura

O mínimo de 18 meses é o prazo estimado pelo secretário municipal da Fazenda, Antonio Fernando, para que a Prefeitura de São Luís volte a funcionar normalmente nos setores de arrecadação tributária e fiscalização, cujos departamentos foram totalmente destruídos pela depredação e o incêndio verificados anteriormente. A arrecadação do Imposto Sobre Serviço (ISS) foi a mais afetada, já que todos seus registros de contribuintes foram destruídos, salvando-se, porém, os milhares de carnês do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), relativos a 1985. Cerca de 80 mil desses documentos já haviam sido entregues e os 26 mil que faltam encontram-se numa repartição da Prefeitura fora do prédio incendiado. Mesmo assim, o cadastramento geral dos contribuintes foi totalmente destruído, deixando a Secretaria da Fazenda sem os registros dessa importante fonte de receita.

A tributação do Município está hoje sem memória, disse Fernando, acrescentando que a Receita do ISS e do IPTU está prevista em Cr\$ 81 bilhões no Orçamento de 1986, que totaliza no geral em Cr\$ 502 bilhões. Toda dívida ativa da prefeitura, dos exercícios de 1984 para trás, dificilmente poderá ser cobrada por falta de registro, já que todo o arquivo da Secretaria da Fazenda também ficou transformado em cinzas.

O secretário Antonio Fernando informou que para re-

organizar tudo que foi destruído será necessário a realização de um nova Planta Cadastral do Município, que custará no mínimo Cr\$ 10 bilhões. Ontem a prefeita Gardênia Gonçalves nomeou uma comissão de três funcionários para avaliar todos os prejuízos causados ao patrimônio público. Para hoje foi preparado uma nota avisando aos bancos credenciados e aos contribuintes que o pagamento do ISS poderá ser feito diretamente nesses estabelecimentos, sem o necessário "visto", como era feito anteriormente.

Os setores destruídos foram os departamentos da Receita, afetando as divisões de Arrecadação, Cadastros e fiscalização e o arquivo geral. A parte de despesa não foi afetada, mas um computador que não chegou sequer a funcionar na Secretaria foi afetado pelo calor. Era a primeira unidade instalada do Centro de Processamento de Dados, recém criado na gestão anterior. A contabilidade também ficou a salvo, segundo o secretário, seria uma das partes em que o incêndio teria sido direcionado para apagar as complicações de Mauro Fecury.

INQUÉRITO POLICIAL

Por outro lado, o levantamento pericial de todo o prédio da prefeitura, que servirá de base para o inquérito aberto por determinação do governador Luiz Rocha, foi concluído ontem depois de 24 horas

de trabalho ininterrupto de 15 peritos do Instituto de Criminalística da Secretaria de Segurança. O seu diretor, Orlando Trinta Aroucha, que coordenou os trabalhos de coleta de material, prometeu para dentro dos próximos 10 dias oferecer o laudo conclusivo.

Na esfera policial, o inquérito terá andamento hoje, com o depoimento do coronel PM reformado, Gedeão Matos, nomeado diretor do Departamento Municipal de Trânsito (DMT), pela prefeita Gardênia Gonçalves. Ele teve uma acirrada discussão com o secretário de Justiça e Segurança Pública, coronel João Ribeiro Silva Júnior, durante os distúrbios de anteontem na prefeitura. Gedeão reclamou diretamente a Silva Júnior de que ele estava assistindo ao começo da depredação e não tomou providências urgentes para manter a integridade do patrimônio e evitar o incêndio, com a ação da polícia que chegou um bom tempo depois do vandalismo, um gesto inédito.

O senhor é uma vergonha para o Exército Brasileiro - bradou Gedeão em tom irado. Silva Júnior tentava manter a calma chegando até a ser carregado por manifestantes, no auge da confusão.

A prefeita Gardênia Gonçalves foi igualmente dura nas críticas que fez à ação demonstrada da polícia, achando que se as autoridades policiais tivessem adotado medidas preventivas desde o dia anterior as violências teriam sido evitadas.



No hall, o busto de Daniel continua no chão



Tudo destruído pelo incêndio da terça-feira

Figura 57: O Imparcial, 10 jan. 1986, p.3.

Mensagem de Manoel Ribeiro tem interpretação negativa

Uma opinião exposta pelo vereador Manoel Ribeiro ao descer do prédio da Prefeitura e tomar conhecimento dos termos do telex enviado ao governador Luiz Rocha sugerindo outra alternativa de solução, para o caso dos demitidos, foi mal interpretada pela massa e está sendo considerada como o estopim para a escalada da violência que culminou com o incêndio de parte da sede da Prefeitura: — Eu acho que ela está intransigente e não vai ceder. A partir deste instante ninguém mais se entendeu e a última janela do andar térreo da Prefeitura, para o lado da Montanha Russa foi arrombada e através foram lançados foguetes, havendo suspeitas de utilização de bombas de sucção que lançaram gasolina para o interior do prédio seguido de rojões que atingiram algumas cortinas alastrando-se o fogo pelas dependências da ala esquerda, onde estavam os mais importantes documentos da Secretaria de Fazenda.



Depois da resposta de Gardênia, o vereador Ribeiro, na ponta, deu a mensagem negativa

PRECIPITAÇÃO

A prefeita ao longo de sua entrevista à imprensa criticou o que denominou de "precipitação de alguns vereadores ao transmitirem mensagens aos manifestantes sem terem a devida cautela de aguardarem um novo pronunciamento do governador. Ele me fez uma sugestão e eu lhe ofereci outra alternativa. Antes da sua resposta definitiva ninguém poderia fazer pré-julgamentos precipitando os acontecimentos, sob todos os pontos de vista lamentáveis". Mas não posso e não devo responsabilizar ninguém nominalmente, mas sim as autoridades mais responsáveis que estavam devidamente informadas das ameaças que estávamos sofrendo. Mas está fla-

gratamente provado que foi um ato de vandalismo conduzido para um objetivo previamente determinado", diz Gardênia.

APELO À IMPRENSA

O prefeita aproveitou a oportunidade em que presidia sua entrevista para fazer um apelo aos jornalistas, para que se esforçassem em divulgar suas declarações em sua totalidade, dando a versão dos dois lados o que em sua opinião não vem ocorrendo. "No último encontro que tive com vereadores e deputados só a versão deles foi divulgada com amplitude. Daí a minha solicitação para que haja um posicionamento de imparcialidade para que a sociedade inteira possa ter elementos para fazer seu justo julgamento", asseverou.

Sinos da Catedral tocam na hora do terror geral

Ao meio dia e meia quando a manifestação dos servidores públicos demitidos pela prefeita Gardênia Gonçalves, alcançava seu ponto máximo do dia, quando as chamas do fogo invadiam as instalações da Prefeitura Municipal de São Luís, os sinos da Igreja da Sé soaram como que em apoio ao movimento.

Com o badalar dos sinos da Sé, ao movimento parecia estar sendo adicionado um condimento muito forte que deixava os manifestantes mais fortes e corajosos para a luta, não

temendo nem mesmo as tentativas de intimidação de alguns policiais nem a própria segurança de Gardênia Gonçalves. Mas o badalar dos sinos da Catedral, naquele exato momento se realmente aconteceu, declarou o padre Sidney de Oliveira foi pura coincidência, pois não temos nada a ver com a manifestação. Adiantou que naquele instante encontrava-se na Universidade Federal do Maranhão e acrescentou "a Igreja não tem nada com esse movimento por ser de caráter puramente político".

Figura 58: O Imparcial, 10 jan. 1986, p.2.

Gardênia visita coronel preso e revela dúvida no inquérito

Foi ao Quartel acompanhada do marido e políticos do seu Partido



Gardênia deixa o Quartel em companhia do marido, senador João Castelo

Em companhia do marido, senador João Castelo, do vice-prefeito Jairzinho da Silva, de secretários e deputados do PDS, a Prefeita Gardênia Gonçalves visitou ontem de manhã, no Quartel do Primeiro Batalhão da Polícia Militar, o diretor do Departamento Municipal de Trânsito (DMT), coronel da PM da reserva, Gedeão Matos, preso na noite de anteontem, por determinação do secretário de Justiça e Segurança Pública, coronel João Ribeiro Silva Júnior. Gedeão acusou publicamente Silva Júnior de ter sido "mais participante do que repressor" dos distúrbios ocorridos no dia oito em que demitidos pela prefeita incendiaram o prédio da prefeitura.

No auge da baderna provocada na Avenida Pedro II, Gedeão Matos disse pessoalmente a Silva Júnior de que ele era "uma vergonha para o Exército Brasileiro". A revolta do coronel PM reformado foi por causa do atraso da chegada das forças policiais para conter os manifestantes, que desde o começo da semana se mostravam dispostos a provocar violências, quando depredaram a prefeitura na segunda-feira. Quando determinou a abertura de inquérito para apurar os distúrbios do dia oito, o secretário Silva Júnior mandou Gedeão Matos para ser o primeiro a prestar depoimento.

Quinta-feira ele compareceu ao DOPS, mas não depois porque faltou o promotor público encarregado de acompa-

nhar o inquérito. O seu depoimento ocorreu na tarde de anteontem, quando Gedeão Matos, que havia pedido policiamento desde as primeiras horas da manhã do dia oito, responsabilizou o secretário de Segurança pelos distúrbios ocorridos na Praça Pedro II e a destruição do prédio da Prefeitura. Ele lamentou que nenhuma medida preventiva foi tomada pelo secretário, que se engatava com as chaves do portão principal da Prefeitura.

As declarações do coronel PM irritou muito Silva Júnior, que determinou sua prisão disciplinar, baseado no Regulamento Disciplinar do Exército que proibe os oficiais militares da ativa e da reserva a prestar declarações de cunho político. Gedeão Matos, que foi secretário do Gabinete Militar do Governo João Castelo, estava na Secretaria de Segurança quando recebeu ordens de prisão. Foi para casa, avisou a família e se dirigiu ao Quartel da PM onde ficou detido, gozando das mesmas regalias dispensadas aos oficiais, de serviço dentro do quartel.

IRRITAÇÃO DA PREFEITA

Quando deixou o quartel, às 11 horas, a Prefeita Gardênia Gonçalves condenou a prisão de seu auxiliar, alegando que "enquanto os badrneiros e ladrões estão soltos na cidade, as pessoas de bem são levadas à prisão". Acrescentou que a Secretaria de Segurança tem conhecimento de

quem foram os responsáveis pelos distúrbios do dia oito, e que, se fizer um inquérito sério chegaria a todos eles.

Em sua opinião, a prisão do coronel não teve o caráter disciplinar, mas político, lembrando que as coisas mais absurdas acontecem na Secretaria de Segurança do Maranhão: "aqui se chega ao cúmulo de prender todos os delegados e deixar os ladrões e marginais livres". Para ela todos esses acontecimentos não vão prejudicar o seu relacionamento com o Governo do Estado, explicando que cada caso é um caso.

Por sua vez, o senador João Castelo, marido da prefeita, afirmou que a prisão do coronel Gedeão demonstrou a falta de equilíbrio como é tratada a coisa pública, "num total descompasso com os problemas da comunidade, além de abuso de poder.

Eles incendiaram a Prefeitura, quando a prefeita prometeu uma auditoria ampla para apurar os crimes de corrupção", frisou Castelo.

O presidente do Diretório Regional do PDS, deputado José Burnett, disse que a prisão do coronel é ilegal, já que existe uma lei do presidente José Sarney em que acabou com a proibição de oficiais militares prestarem declarações públicas de caráter político. Não caberá recurso porque segunda-feira encerra o prazo da prisão.



Figura 60: O Imparcial, 12 jan. 1986, p.3.

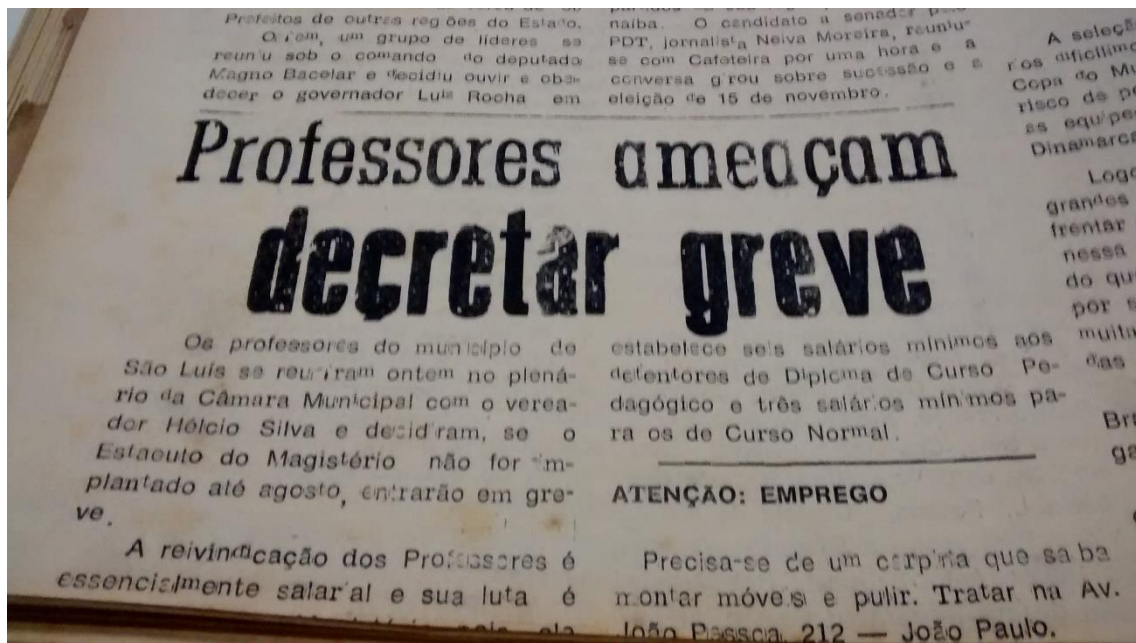


Figura 61: Jornal Pequeno, 10 jun. 1986, n.p.



Figura 62: O Imparcial, 24 jun. 1986.

Professores vão fazer plebiscito

A comissão de professores criada recentemente para mobilizar os professores da rede municipal de ensino no sentido de apressar o processo de implantação do Estatuto do Magistério do Município deverá se reunir ainda nesta semana para decidir sobre o plebiscito em que os professores deverão se pronunciar sobre o prazo a ser dado pela prefeitura municipal para a implantação do Estatuto.

Na segunda-feira foi realizada uma concentração em frente à Prefeitura quando os professores entregaram um documento relatando todo o processo desde a luta de categoria em torno do Estatuto que já foi aprovado na Câmara Municipal e sancionado pelo ex-prefeito de São Luís, Mauro Fecury, restando apenas a sua implantação que está dependendo de um levantamento a ser feito por uma comissão da Secretária de Educação do Município.

Este levantamento dará subsídios à administração municipal para decidir sobre a implantação do estatuto, que determina o pagamento de três salários mínimos para professores primários, quatro salários para professores com licenciatura curta e seis salários para professores com licenciatura plena.

O movimento dos professores para a implantação imediata e integral do Estatuto se deve a alguns comentários de que a Prefeitura estaria estudando a redução dos salários, contrariando o Estatuto, o que eles não aceitam em hipótese nenhuma.

A prefeita em reunião mantida com os professores na segunda-feira pediu um prazo até o mês de setembro para implantar o Estatuto. Agora os professores que pretendem ver o problema solucionado o mais rápido possível, vão responder se aceitam ou não.

A decisão de consultar os professores foi tomada no mesmo dia da reunião. O prazo ainda não está confirmado, mas na consulta deve ser feito o mais rápido possível e sendo estimativas de um dos membros da comissão que está encaminhando as propostas dos professores, cerca de 2.500 professores deverão ser consultados.

Figura 63: O Imparcial, 30 jun. 1986.

Professores realizam plebiscito em agosto

Os professores realizaram uma concentração em frente a Prefeitura para exigir uma solução imediata para o problema, depois de alguns comentários que o piso salarial seria diminuído, o que eles não aceitam em hipótese nenhuma.

Depois da manifestação dos professores, no mês passado, a prefeita pediu um prazo para estudar o assunto, garantindo que até setembro implantaria o Estatuto. Havia duas comissões encarregadas do assunto. Uma integrada por representantes das entidades dos professores para fazer uma estimativa do orçamento municipal a fim de detectar a viabilidade do cumprimento dos artigos referentes ao pagamento dos professores.

Será iniciado no início do mês de agosto o plebiscito a ser realizado pela comissão de professores junto a categoria com o objetivo de determinar um prazo para a implantação do Estatuto do Magistério do Município. Depois da consulta feita entre os professores municipais, o resultado será levado a prefeita de São Luís como uma forma de pressionar a administração municipal a aplicar o mais breve possível o que determina o Estatuto.

O plebiscito estava previsto para acontecer ainda este mês mas devido o término do período letivo e o conseqüente esvaziamento das escolas, a comissão resolveu transferir para o próximo mês a fim de atingir maior número de professores.

A segunda comissão cuja formação estava prevista no Estatuto é também integrada por membros da Secretaria de Educação e entidades e assim como a primeira, até agora não forneceu o resultado dos estudos que estavam sendo feitos e deveriam ser entregues até o dia 4 deste mês.

— Continua tudo na estaca zero. As comissões não andam, diz Maria do Carmo Dias, professora municipal e membro da Comissão de Mobilização dos professores pela Implantação Integral e Imediata do Estatuto.

Ela informa que na última semana de julho os trabalhos da comissão serão dirigidos para a aplicação do plebiscito que será realizado durante uma semana.

Governador

Empre curso
Encerrou-se...
SI o curso de...
dor de Ciclo...
de Qualidade...
trado pelo p...
Francisco...
Associação...
Controle d...
Recife.

O cur...
São Luí...
tivo a...
qualif...

Figura 64: O Imparcial, 13 jul. 1986.



Figura 65: O Imparcial, 04 out. 1986, p. 7.

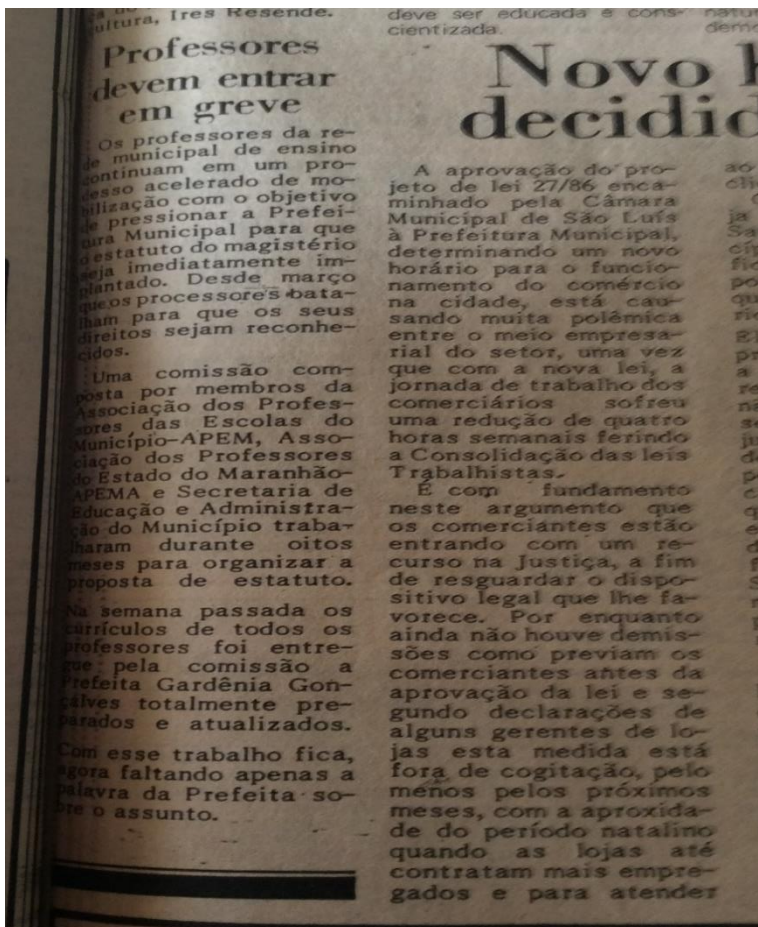


Figura 66: O Imparcial, 08 out. 1986, p. 7.

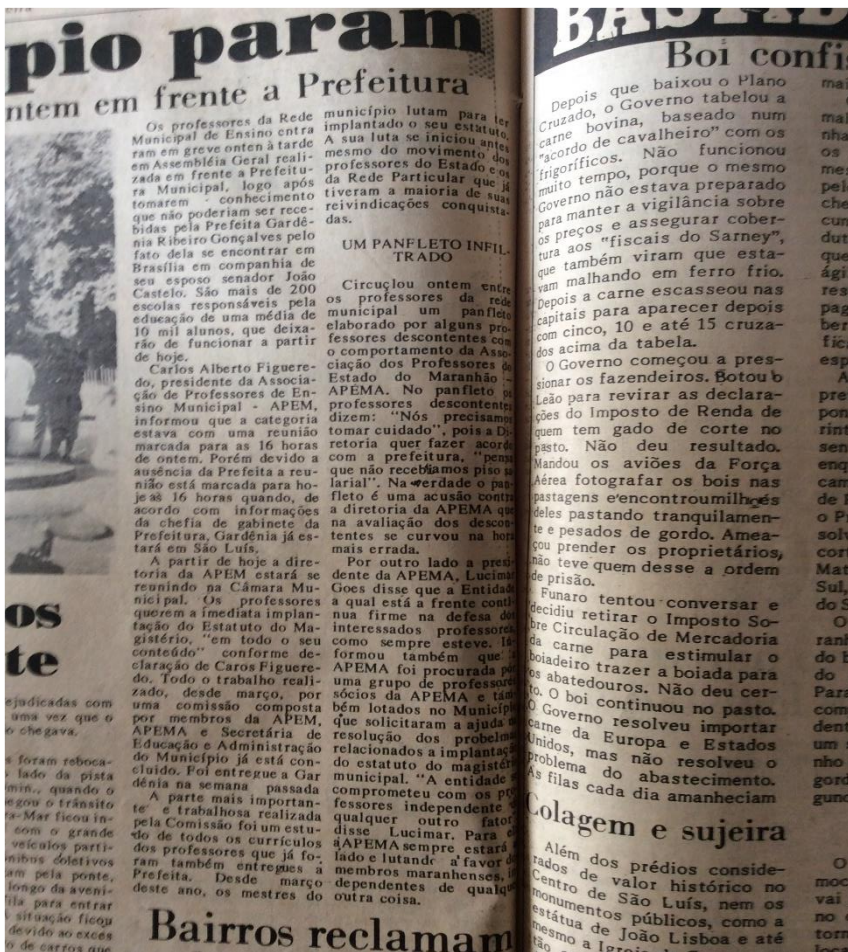


Figura 67: O Imparcial, 09 out. 1986, p. 2.



Figura 68: O Imparcial, 09 out. 1986, p. 2.



Figura 69: O Imparcial, 09 out. 1986, p.1



Figura 70: O Imparcial, 10 out. 1986, p.1.

Continua greve dos professores

Gardênia e a diretoria da APEM se reúnem, mas não chegam a um acordo

Coordenações do Rondon se reunirão

A Diretoria do Núcleo Central da Fundação RONDON, do Ministério da Educação, promoverá entre os dias 22 e 24 de outubro, em João Pessoa, um encontro das Coordenações Estaduais do Nordeste. Os coordenadores e chefes dos Setores de Operações dos seguintes Estados: Ceará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Entre os temas sugeridos para discussão pelo Coordenador do RONDON no Maranhão, José Olímpio Castro, estão:

DMT não recebe os moradores

Foi adiada para a próxima quarta-feira a reunião marcada para ontem entre a Associação de Defesa Imobiliária e o diretor do Departamento Municipal de DMT, Gedêão de Matos, onde os membros de uma comissão do bairro Anjo da Guarda, a qual é utilizada também pelos moradores da Vila Bragança, Vila Isabel, Vila Encarnação, Vila Fimé e bairros adjacentes.

Já é a quinta vez que os moradores comparecem ao órgão, segundo informou o líder da comissão, Adalberto Leite, em uma reunião de ontem no DMT a fim de tratar do mesmo assunto. Nas outras vezes, o diretor Gedêão de Matos garantiu que solucionaria o problema dos moradores pedindo todas as providências. No entanto, nada ficou acertado. Desta forma a comissão oficializou a

FECEMA atrai os empresários

Um grande momento de negócios aconteceu ao lançamento da FECEMA - Feira do Comércio e Indústria do Maranhão, que contou com a presença do Secretário de Indústria, Comércio e Turismo do Estado do Maranhão, Roberto de Fátima Maciel, representando o Governador Luiz Rocha e dos representantes das entidades de classes empresariais, como a Associação Comercial do Maranhão-ACM, Clube de Diretores Lojistas-CDL, Federação de Comércio do Estado do Maranhão-FECOM, além de entidades regionais, federais e estaduais.

A Feira é uma promoção do Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Estado do Maranhão-CEAPEM e da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão-FIEMA. No lançamento da FECEMA, foram inscritas 36 empresas e mais 34 stands foram reservados para futuras empresas expositoras.

Dentre as empresas inscritas podem-se destacar: Prefeitura Municipal de Anajás, Adalberto Leite Imóveis, Casa do Pescador Ltda., Redes Mosser, Marciel Jardim Tropical Tintas, Obagossas Maranhenses Ltda., Empresa Roubinet e muitas outras.

As inscrições e outras informações sobre a FECEMA



Os professores entram desorganizados depois da resposta da Prefeitura.

STF julga litígio entre BNH e mutuários

O Superior Tribunal Federal julga hoje definitivamente o litígio entre o BNH e os mutuários que pleiteiam, desde 1981, o reajuste de suas prestações pela Equivalência Salarial.

Na quarta-feira da semana passada, o STF julgou Representação formulada pelo Exarcato, decidido que a Equivalência Salarial do BNH é o mesmo que a Lei nº 4.303/64, tal como alterada pelo Decreto-Lei nº 19/66, que instituiu o sistema de reajustamento da prestação pela correção monetária.

Sobre esta decisão entende a Coordenação Nacional dos Mutuários que o STF não encoraja o litígio, porque em sua interpretação aquela Corte declarou expressamente que "as decisões não se aplicam aos contratos e bens as decisões do BNH, que instituíram o Plano de

Equivalência Salarial. Na mesma nota, a CNM cobra da Nova República a reformulação da Política Habitacional e do SFH no sentido de corrigir distorções e compatibilizar as prestações e financiamentos às necessidades dos mutuários, inclusive, cobrando a punição dos responsáveis pelos exorbitantes financiamentos que são os principais motivos dos problemas do SFH.

O advogado Fernando Mendonça, presidente da Associação dos Mutuários do Maranhão e membro da Coordenação Nacional dos Mutuários, diz que o BNH "já carrega de galos antes da hora com o propósito de amedrontar e intimidar os mutuários para realização acordos individuais sem a participação de suas associações". Afirma, para tanto, que o "STF não foi consultado se a Equivalência Salarial estava ou não em vi-

gência para assimilar o STF teria decidido a favor do BNH, porque foi este que instituiu o PHS, por resolução, em 69, e orientou seus agentes financeiros a realizarem contratos com base nessa mesma resolução.

Acrescenta que se não fosse dessa forma ninguém se atreveria a assinar um contrato de longo prazo, até trinta anos, sem saber antecipadamente como se darão os reajustes posteriores. Ora, o contrato é entre as partes".

Infirma, aquele casuísta, que o secretário-geral da ANSMAR, Aquilino Ari Oram Barros, viajou para Brasília com a finalidade de assistir de perto o julgamento do Recurso Extraordinário interposto pelo Anacleto e BNH junto ao Supremo Tribunal Federal, e que decidiu de uma vez por todas a questão.

Advogados se reúnem

A diretoria do Instituto dos Advogados Maranhenses se reuniu nesta sexta-feira, dia 10, às 18 horas, na sede do AOB-MA, à rua do Alencar, 176. O pres-

idente do Instituto dos Advogados do Brasil, Eugênio de Freitas, se reuniu com os advogados em sua direção, Dr. Dornes Ri-

Figura 71: O Imparcial, 10 out. 1986, p.2.



Figura 72: O Imparcial, 13 out. 1986, p.7.

2 São Luís-MA, 16 de outubro de 1986 – quinta-feira o estado /



Os professores são recebidos pela prefeita Gardênia, mas não são atendidos em suas reivindicações

No Dia do Professor, a frustração da classe

O que poderia se transformar num presente para os professores das escolas do município, que comemoravam ontem o seu dia, acabou se transformando em frustração. A prefeita Gardênia Gonçalves mais uma vez frustrou as esperanças dos professores de serem beneficiados pela implantação do Estatuto do Magistério, ao justificar que a Prefeitura de São Luís não dispõe de receita suficiente para atendê-los.

Uma comissão de professores, tendo a frente os presidentes da APEM e APEMA, Carlos Alberto Figueiredo e Lucimã Góes, respectivamente, não foram bem sucedidos no contato mantido com a prefeita. Ela, em contrapartida, se dispôs a manter um contato com as entidades e, assim, buscar uma solução que atenda a categoria.

Porém, Lucimã Góes foi taxativa ao afirmar que não aceitarão qualquer que seja a contra proposta apresentada que desejam a implantação do estatuto. "Estamos abertos à negociação, sem contudo, termos qualquer tipo de prejuízo!" acrescentou Carlos Alberto.

Conforme estava previsto, os professores promoveram, no final da tarde de ontem, uma passeata pelas ruas da cidade que culminou com uma concentração em frente à Prefeitura. Exibindo cartazes e faixas, os professores lançaram o seu protesto como forma de sensibilizar Gardênia Gonçalves.

A prefeita Gardênia receberá hoje, às 13 horas, a comissão de professores, quando, novamente, a implantação do Estatuto do Magistério estará em pauta. Ontem à noite, a APEM e APEMA promoveram uma assembleia-geral, ocasião em que foi colocada em discussão uma nova estratégia de negociações com a chefe do Executivo Municipal.

Galéria foto

Figura 73: Jornal O Estado do Maranhão, 25 out. 1986, p. 2.

...verno não conseguiu que-
brar o nosso ânimo e nem
deter nossa luta contra a
opressão, o arbítrio e a
violência — disse Vieira da
Silva. Contra nós se tem
tentado de tudo. Ameaças e
punições injustas. Campa-
nhas difamatórias e até difu-
são de notícias, em órgãos
de comunicação submissos,
revelando que as empresas
do Grupo Vieira da Silva es-
tão à venda, ou sendo nego-
ciadas. Até um ministro do
Governo Federal, o sr. A-
lceu Sodré, chegou a figu-
ras, que faz delas port-
vozes de suas aspira-
ções e seus ideais e as utiliza,
sempre, em defesa de seus
interesses. Por isso, jamais
serão negociadas, ainda
porque, não se vende o que
ao povo pertence".

O deputado federal Vieira
da Silva destacou, ainda,
que "as injustas punições,
as campanhas malévolas,
as agressões, as pressões
do Governo atrabiliário e
despótico da Nova Repúbli-
ca, sequer chegou ainda a
alterar-lhe a coragem e o
desprendimento em defesa
dos sagrados interesses do
Estado". Disse, ainda, Vieira
da Silva que "os homens,
passam a vida e quando não
sabem penetrar na História
de seus povos, acabam per-
didos no anonimato, porque
não há bem que sempre du-
re, nem mal que nunca se
acaba".

"O que desejamos —
afirmou — é que o Maranhão
saiba que o Grupo Vieira da
Silva permanece de pé, firme
e inquebrantável, pronto
a cumprir, seus deveres e
a missão que o Destino lhe
confiou".

Professores continuam em greve

Os professores da rede de Ensino Municipal, entregaram ontem à tarde à Prefeita Gardênia Gonçalves, uma nova proposta contendo as reivindicações da categoria que está em greve há 8 dias.

Na nova proposta só foi reduzido os incentivos, que na proposta anterior era de 20, 30, 60 e 80 por cento, foi reduzido para 20 por cento para todos os professores. As outras reivindicações continuam as mesmas, um piso de três salários mínimos, subindo gradativamente para 5 mil licenciatura curta e 6 mil para licenciatura plena.

A proposta será analisada pela Prefeita e os professores terão uma resposta na próxima quarta-feira.

Segundo o presidente da Associação dos Professores do Ensino Municipal-APEM, Carlos Alberto, a comissão de negociação da APEMA e da APEM estão sentindo uma certa resistência do Secretário da Fazenda do Município, Antonio Fernandes em não atender as reivindicações. Disse ainda que os professores vão continuar na sua luta em estado de greve enquanto não houver resposta da Prefeita Gardênia Gonçalves, as escolas continuarão sem aulas.

Enquanto esperam resposta da proposta apresentada, os professores se reunirão em assembléia no Sindicato para fazer uma avaliação do movimento.

Secretária viaja

Eleição na OAB no final de novembro

Será realizada na segunda quinzena de novembro, a nova eleição da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB. De acordo com o regimento interno da OAB/MA, as chapas poderão ser inscritas no período de 1º a 8 de novembro.

O Presidente da OAB, Carlos Nina, é o único candidato lançado publicamente até o presente momento para concorrer às próximas eleições que se realizarão em novembro. Carlos Nina vai concorrer à reeleição na chapa "Viviane Pereira" que foi encabeçada por ele em 84. O mesmo já obteve da família de Viviane Pereira, a devida autorização para usar o nome da jovem advogada maranhense trágica e prematuramente falecida em acidente de trânsito em São Paulo, onde se encontrava fazendo mestrado em 83.

Sobre o Instituto dos Advogados do Maranhão que indicou para compor o próximo Conselho da OAB/MA, independentemente da eleição, os ad-
vogados K José Samr das, Mont Fernando e Sérgio Du "em que tamente o Instit dos cor um qu Section process que d discurs OAB, car q dicad toria próx nist cole pre vic ra si o l

Figura 74: O Imparcial, 17 out. 1986, p.7.

Greve pode terminar nesta semana
Professores municipais aguardam decisão da prefeita Gardênia Gonçalves

Nesta semana a Prefeita de São Luís, Gardênia Gonçalves, irá dar uma resposta que decidirá o término ou não da greve dos professores municipais em luta pela implantação do Estatuto do Magistério, aprovado na administração anterior. Enquanto esperam a resposta da Prefeita, os professores continuarão com os trabalhos de mobilização nas escolas, a fim de conseguir mais adesões ao movimento, que, segundo lideranças, cresce a cada dia.

Desde o início do ano que o Estatuto do Magistério se encontra na Prefeitura para ser implantado. No dia oito, último, a APEMA, APEM e Sindicato dos professores, unidos, convocaram todos os professores a paralisarem suas atividades, enquanto o Projeto não fosse aprovado, pela autoridade municipal.

Agora, quase duas semanas depois do início da greve, o movimento continua forte e já paralisou com porcento das escolas da rede municipal de ensino. Segundo informou a Presidente da Associação dos Professores do Estado do Maranhão, até a próxima quarta-feira, caso não tenha sido dada nenhuma resposta aos professores, a categoria voltará a discutir as estratégias que fortaleceriam ainda mais a luta dos professores.

Garantir a professora Lucimar Góes que por enquanto a categoria não vai apresentar nem discutir nenhuma proposta que não saia da base. Segundo ela, o Secretário da Fazenda, mediador da questão, está adotando um posicionamento radical que poderá dificultar a negociação com a Prefeita.

Com a nova proposta dos professores, os custos foram reduzidos sensivelmente, mas, mesmo assim, conta com o apoio da categoria. A proposta dos professores mantém os salários conforme determina o Estatuto do Magistério e reduz os incentivos para 20 por cento, englobando todos os professores, indistintamente.

Comunidade negra discute Constituição

...a Constituição e Negro", foi o tema da palestra do 1º dia do Encontro da Comunidade Negra Maranhense, que está sendo realizado no Sítio Piratininga no primeiro dia do encontro, o expositor

Os promotores da campanha de limpeza da cidade, que teve início no dia 17, último, afirmam que não contam com o apoio de nenhum político e que algumas pessoas já estão se integrando de livre e espontânea vontade na campanha, colaborando através de doações de material para limpeza, estes quase simbólicos, uma vez que são poucos os colaboradores e muita a sujeira da cidade.

O material utilizado é simples e muito barato: baldes, água, escova, mangueira, vassouras e um galho de árvore. A campanha, no entanto, conta com o apoio e a participação de dezenas de guias turísticas de São Luís, que vêm na preservação dos prédios históricos de São Luís até mesmo uma valorização da própria profissão que eles desenvolvem.

O Diretor do departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico da Secretaria de Cultura do Estado.

Dos bares para a vida

Nos bares, restaurantes e esquinas da vida tem sido, no Brasil, discutidos e resolvidos inúmeros problemas nacionais, dos mais simples aos mais complexos, do futebol à dívida externa, do romance da Xuxa com o Pelé aos encontros de Sarney com Reagan.

Nessas discussões há sempre um vencedor: dono do bar ou do restaurante que alimenta a discussão com estimulantes bebidas e tira-posto. Porque, mesmo quando são encontradas algumas soluções e af surgem desde constata-

A OAB é prioritária
Carlos Nina

Diversas vezes fomos instalados por amigos a concorrer a uma vaga na Assembléia Estadual ou na Câmara de deputados, nas próximas eleições.

Confessamos que chegamos a ser tentados pela idéia e, para tornarmos uma decisão, fizemos co-

Diversas vezes fomos instalados por amigos a concorrer a uma vaga na Assembléia Estadual ou na Câmara de deputados, nas próximas eleições.

Confessamos que chegamos a ser tentados pela idéia e, para tornarmos uma decisão, fizemos co-

candidatos, não os descredenciam.

Para alguns, contudo, o entendimento é outro. Mas, analisando todos esses pontos e acobitando a opinião da maioria que nos aconselhou, concluímos que na Ordem poderíamos desenvolver

Figura 75: O Imparcial, 20 out. 1986, p.7.

No seu discurso de abertura a Delegada do MEC, Simone Macieira disse ainda que a Educação, para atender interesses alentórios, vi-

MEC ocupa um papel importante nas Prefeituras ajudando a preparar projetos e fazendo o papel de articulador.

Termina a greve dos professores do município

Os professores da rede de ensino municipal que estavam em greve há 15 dias, finalmente poderão voltar às aulas. Foi aprovada a proposta apresentada pela categoria à Prefeita Gardênia Gonçalves, que ontem em reunião com o comando de negociações apresentou uma proposta que foi imediatamente modificada e discutida pelos professores e finalmente aceita pela Prefeita.

O comando de negociações se reuniu ontem à tarde na sede do Sindicato para discutir com a base, se aceitavam ou não a proposta discutida na reunião.

A proposta foi aprovada por unanimidade pelos professores que ficaram bastante satisfeitos, pois seus salários serão vinculados ao salário mínimo, não ficando os mesmos atrelados ao Governo.

A proposta aprovada foi a seguinte: 2 e meio para professor primário mais 25 por cento de incentivo de 1ª a 4ª série, e 20 por cento de 5ª a 8ª série e mais 20 por cento para a zona rural. Os professores não habilitados ficaram ao nível 1 mais os incentivos e os de curso superior no nível três mais 20 por cento de incentivo.

Cada nível possui três referências de uma referência para outra é acrescida 5 por cento e de uma classe para outra será

acrescido 10 por cento. O professor que alcançar 24 anos no magistério, será acrescentado um salário mínimo. O menor salário hoje inicial do magistério do município é de 2,5 salários mínimos acrescido de 20 por cento.

A Associação dos Professores do Ensino Municipal - APEM e a Associação dos Professores do Ensino Estadual - APEMA, ficaram satisfeitos com o resultado da Assembleia, que segundo Carlos Alberto Figueiredo, presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Municipal, não foi o ideal, mas foi uma grande vitória.

Através de um ofício, os professores encaminharam a proposta ontem à noite à Prefeita de São Luís, para que ela encaminhe o Anteprojeto à Câmara dos Vereadores para que a mesma seja aprovada. A APEM e APEMA farão um trabalho no sentido de sensibilizar os vereadores e mostrar a eles que a categoria está satisfeita com a proposta para que ela seja logo aprovada.

Enfim, a greve acabou, foram dias de lutas, reivindicações e de espera. Agora os professores poderão voltar às escolas e os alunos poderão estudar. A vitória foi mais do que merecida e os professores poderão dizer que venceram mais uma batalha.

USP. A apresentação do segundo tema ficou a cargo de Ivan Mota do Centro de Imunologia a OMS-SP. O assunto em questão foi "Função dos Mastócitos nos Perímetros Anafiláticos". O terceiro tema tratou da "Atualização do Complemento na Resposta Imune", relatado por Wilmar D. da Silva-USP.

O auditório "B" no período matutino, também desenvolvia a seguinte atividade: Mesa Redonda sobre a "Esquistossomose e Aspectos Parasitológicos". O primeiro tema foi relatado por Pedro Juberg-UFRJ, e sobre o "Comportamento de caramujos transmissores da esquistossomose mansônica e seu papel no repovoamento de criadores". O segundo tema foi "Assistência de casos de S. Mansoni à terapêutica específica", relatado por N. Effat e Katz-UFMG. O terceiro tema abordou as "Vantagens do tratamento em massa da esquistossomose", relatado por Luiz Castano da Silva-SP. O quarto tema apresentado foi "Esquistossomose e imunidade", relatado por Masanobu Tanabe-Keio.

Ainda no turno matutino, no Ensino Integrado, foram apre-

O IMPARCIAL
na era

Figura 76: O Imparcial, 24 out. 1986, p.2.

Dino, acrescentando que o mandado de segurança deverá ser julgado antes do Natal. Salientou que quase todas as grandes firmas da Rua Grande já estão habilitadas aos benefícios da liminar concedida pelo Desembargador Araújo Neto, bem como algumas empresas do João Paulo.

— O processo do mandado de segurança nº 578/86 encontra-se, atualmente, na Prefeitura, para onde voltou no dia 22, para receber novas

gistrados, mas, o Corregedor não deverá funcionar nesse tipo de processo bem como o Desembargador Almeida e Silva por se julgar suspeito, uma vez que é pai de um dos patronos do mandado de segurança, o advogado José Antônio Almeida.

— A proporção que se aproxima as festividades de fim-de-ano, aumenta o interesse dos lojistas pela ampliação do horário do comércio, daí a necessidade de novo mandado de

cacetada na cara e bem-lavada e lacrimogêno.

Ontem, os comerciantes promoveram nova passeata terminando na Praça Deodoro, onde conclamaram os comerciantes pela luta em favor da redução da jornada de trabalho. Segundo o Presidente do Sindicato, na ocasião, foi comemorado o dia nacional de luta em favor do trabalhador, promovido pela Central Unica dos Trabalhadores - CUT.

Mestres confirmam pleito

O presidente da Associação dos Professores das Escolas Municipais - APEM (Carlos Alberto Figueiredo, encaminhou ontem à Prefeita Gardênia Gonçalves um ofício no qual ficam ratificadas as novas propostas de salários, de acordo com as negociações firmadas anteriormente entre as partes e que mereceu aprovação em assembléia-geral da categoria.

Diante do acordo firmado entre professores e a Prefeita Gardênia Gonçalves, a rede de ensino municipal - que se encontrava paralisada há 15 dias - volta as atividades normais. Carlos Alberto disse que "a luta não foi em vão, pois o movimento

trouxe resultados positivos para os professores que passarão a ter um aumento considerável em seus salários.

No ofício encaminhado pela APEM ficou ratificada a seguinte proposta: 2^o e meios salários para professor primário e mais 25 por cento de incentivo de 1^a a 4^a série; e 20 por cento da 5^a a 8^a série e mais 20 por cento para uma zona rural. Já os professores não habilitados ficaram no nível um mais os incentivos, e os de curso superior, no nível três mais 20 por cento de incentivo.

E mais: cada nível possui três referências, e de uma referência para

outra são acrescidos 5 por cento. De uma classe para outra o acréscimo é de 10 por cento. O professor que alcançar 24 anos, de magistério terá, ainda o acréscimo de um salário-mínimo.

Carlos Alberto disse que a APEM, juntamente com a Associação dos Professores do Estado do Maranhão APEMA, procurará, a partir de agora, sensibilizar os vereadores no sentido de que venha a ser aprovado o projeto que será encaminhado pela Prefeita Gardênia Gonçalves. "Esperamos que tudo dê certo", declarou, otimista, o presidente da APEM.

O Estado do Maranhão
UM JORNAL DE VERDADE.

Companhia
Vale do Rio Doce

Figura 77: Jornal O Estado do Maranhão, 25 out. 1986, p. 2.

São Luís, 22 de dezembro de 1986 - segunda-feira

a festa no
ndicidade

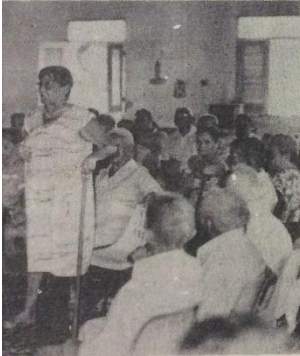
Sindicato dos Professores critica a APEMA

O Sindicato dos Professores de São Luís encaminhado documento ao Presidente da Confederação dos Professores do Brasil-CPB denunciando atos que, segundo o documento, foram praticados pela Presidente da Associação dos Professores do Estado do Maranhão - APEMA, Lucimar Góes.

A presidente da APEMA é acusada de ter impedido uma justa representação do professor maranhense no XX Congresso Nacional de Professores, promovido pela CPB.

Segundo o documen-

to, assinado pela presidente do Sindicato Florilena Aranha. A Presidente da APEMA marcou o prazo para inscrição do delegado dias 24, 25 e 26 de novembro, tendo entretanto encerrado as inscrições no dia 25, alegando que havia gente suficiente. Também acusa Lucimar de ter transferido o local da assembleia para a escolha do delegado que estava estabelecido no edital com data de 20.11.86, sem aviso prévio aos professores e adulteração do objetivo do IV Seminário Estadual.



ntem no Asilo

to- também aproveitaram o
os dia para participar da
ntes festa.

O IMPARCIAL
Escola de jornalismo

Um presépio montado na

A Prefeitura de São Luís montou ontem um grande presépio na Praça do Panteon. O objetivo do monumento, segundo Luís Martins Gonçalves, responsável pela construção do presépio, é demonstrar aos Maranhenses a beleza e a grandeza do Natal. A Prefeitura não terá recursos para construir outros presépios em praças e bairros de São Luís, no entanto, dado a grandeza e a beleza que o único construído da Deodoro possui, Luís Martins acredita que população irá prestigiar e entender o espírito natalino que a atual administração transmite.

O presépio, conforme explicou Luís Martins, o próprio escultor das imagens — é formado pelo São Miguel Arcângelo, que por

O presépio
anunc.
Cristo
José,
anima
To
person

Figura 78: O Imparcial, 27 dez. 1986, p.7.